

ENAPEGS

ON LINE **2021**

24 A 27 DE MAIO

Anais do XI Encontro
Nacional de Pesquisadores
em Gestão Social

Volume I





ENAPEGS

ON LINE **2021**
24 A 27 DE MAIO

**Anais do XI Encontro
Nacional de Pesquisadores
em Gestão Social**

Volume I

ORGANIZAÇÃO



APOIO





EXPEDIENTE

Comissão de Organização Local:

Ana Milani (FEAC/UFAL)
Brenna Alves (Unit)
Carlos Everaldo (FEAC/UFAL)
César Nonato (CEDU/UFAL)
Diego Leonardo (UFAL)
Fabiano Santana dos Santos (UFAL)
Ibsen Bittencourt (FEAC/UFAL)
Ives Romero Tavares do Nascimento (UFCA)
Marconi Tabosa de Andrade (UFAL)
Milka Barbosa (FEAC/UFAL)
Mônica Melo (Unit)
Paulo Everton Mota Simões (UFAL)
Renato Luís Miranda (UFAL)
Rodrigo Coelho (UFAL)
Rodrigo Guimarães (FEAC/UFAL)
Sirnelene Maria (Unit)
Victor Carnaúba (Unit)
Luciana da Conceição Farias Santana (ICS/UFAL)

Comissão Científica Interinstitucional:

Airton Cardoso Cançado (UFT)	Leonardo Prates Leal (UFAL)
Armindo dos Santos de Sousa Teodósio (PUC-MG)	Lindjane Almeida (UFRN)
Aldaiza Sposati (PUC-SP)	Luciano A. Prates Junqueira (PUC-SP)
Ana Milani (FEAC/UFAL)	Magnus Luiz Emmendoerfer (UFV)
Andrea Leite Rodrigues (EACH-USP)	Marconi Andrade Tabosa (UFAL)
Angela Christina Lucas (UNICAMP)	Maria Amélia Jundurian Corá (UFAL)
Ariadne Scalfoni Rigo (UFBA)	Mário Vasconcelos Sobrinho (UFPA)
Carlos Everaldo Silva da Costa (FEAC/UFAL)	Mônica Melo (Unit)
Daniela Kabengele (UNIT)	Patrícia Mendonça (EACH-USP)
Edgilson Tavares de Araújo (UFBA)	Paula Chies Schommer (UDESC)
Edson Sadao Iizuka (FEI)	Rafael Navas (CECA/UFAL)
Fabiano Santana dos Santos (Administração - UFAL)	Raoni Fernandes Azerêdo (UFOPA)
Felipe Addor (UFRJ)	Renato Luís Miranda (UFAL)
Fernando Bessa (UnB)	Rodrigo Guimarães (FEAC/UFAL)
Fernando Guilherme Tenório (Ebape-FGV)	Rosana de Freitas Boullosa (UNB/UFBA)
Genauto Carvalho França Filho (UFBA)	Rosinha da Silva Machado Carrion (UFRGS)
Ibsen Bittencourt (FEAC/UFAL)	Sandro Silva (IPEA)
Ilzver de Matos Oliveira (Unit)	Sylmara Lopes F. Gonçalves Dias (EACH-USP)
Ives Romero Tavares do Nascimento (UFCA)	Tânia Fischer (UFBA)
Jeová Torres Silva Júnior (UFCA)	Valéria Giannella (UFSB)
José Roberto Pereira (UFLA)	Verônica Teixeira Marques (Unit)
Lamounier Erthal Villela (UFRRJ)	Washington Souza (UFRN)

Líderes de GTs:

GT 1: Epistemologia, Metodologia e Aprendizagem em Gestão Social

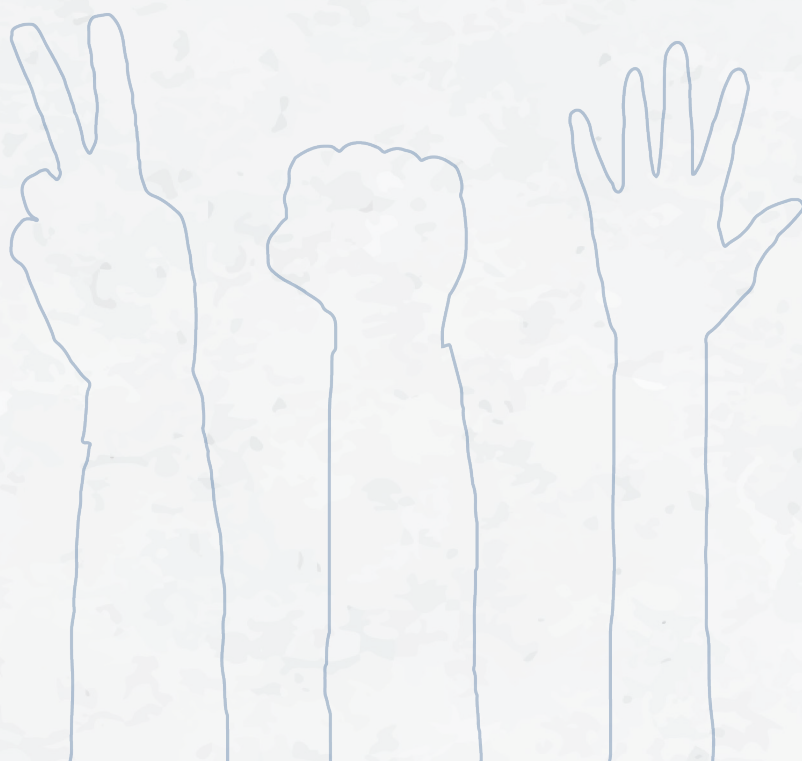
Líderes:

- Airton Cardoso Cançado (UFT)
- Fernando Guilherme Tenório (FGV-EBAPE)
- José Roberto Pereira (UFLA)
- Juan Munt (UNRC - Argentina)
- Lauro Santos Pinheiro (IFMA)

GT 2: Economia Solidária, Bens Comuns e Inovação Social

Líderes:

- Genauto Carvalho de França Filho (UFBA)
- Ian Requião de Castro (UFBA)
- Marconi Tabosa de Andrade (UFAL)
- Phillippe Eynaud (Paris 1 - Panthéon-Sorbonne)
- Sandro Silva (IPEA)





SUMÁRIO

GT 1: Epistemologia, Metodologia e Aprendizagem em Gestão Social **8**

Conhecer a si mesmo é o começo de toda sabedoria: Análise da origem do Terceiro Setor em Salgueiro – PE	11
Estratégias metodológicas de intervenção da gestão social: o método de Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE)	33
GESTÃO SOCIAL não é o mesmo que GESTÃO DO SOCIAL	43
Histórias e narrativas institucionais como tema de estudo de estratégias transformacionais em uma universidade pública na perspectiva apreciativa	59
Gestão social, epistemologia e paradigmas: contribuições de Jeffrey Alexander e do “Novo Movimento Teórico”	79
Possibilidade de participação e deliberação em compras públicas: um estudo no observatório social do Brasil de Piumhi	101
Projeto interdisciplinar e social renascer, reconstruindo futuros: relato de experiência	123
Social management: an international bibliometric analysis of the different uses for the term	143

GT 2: Economia Solidária, Bens Comuns e Inovação Social **169**

A busca pela inclusão via economia solidária: o caso dos catadores de materiais recicláveis	171
A experiência da implantação de grupos solidários para concessão de microcrédito no banco de crédito solidário (BCS)	197
A tríade social: premissas teóricas	221
Análise socioeconômica dos municípios-sede de bancos comunitários com ênfase na cidade de Pedro II – PI.	245
Bancos Comunitários de Desenvolvimento e a economia popular nas periferias urbanas: novas instituições transformadoras ou subsistência residual?	265
Compreendendo a gestão dos recursos hídricos sob a ótica dos comitês de bacia hidrográfica	287

Da construção à co-construção: uma proposta participativa de avaliação da utilidade social de organizações da sociedade civil	309
Desafios e estímulos à avaliação da utilidade social: análise em uma rede de organizações da sociedade civil no baixo sul da Bahia	331
Disseminação da economia solidária e duas diferentes realidades enfrentadas por incubadoras tecnológicas de cooperativas populares	347
Diversidade de experiências e demandas na economia solidária: uma análise a partir dos atores sociais que constituem os empreendimentos solidários na Bahia	363
Economia solidária: a experiência das artesãs de Alagoas	377
Escalabilidade da inovação social no contexto brasileiro: um estudo de caso em um banco comunitário	391
Fórum de economia solidária de volta redonda - RJ: conflitos e potencialidades da participação social	411
Gestão de riscos e finanças solidárias: o caso do banco do preventório	427
Integração de princípios econômicos plurais na experiência de feiras livres - Um estudo sobre a Feira Livre do Município de Itiúba-Ba	437
Investimento social e acesso a recursos nas periferias: do colonialismo à emancipação	453
Justiça de gênero e as práticas feministas de autogestão na Economia Solidária: uma análise fatorial sob a perspectiva pós-colonialista em empreendimentos formados por mulheres	461
La innovación social vía creación de mercados institucionales en la amazonía brasileña	491
Microcrédito solidário x microcrédito convencional: análise da percepção de gestores de bancos comunitários de desenvolvimento.	501
Os desafios da comercialização na economia solidária a partir dos dados do mapeamento nacional: uma reflexão sobre a atividade econômica.	523
Práticas sociais na incubação de empreendimentos solidários: memória coletiva de catadores de cooperativas de reciclagem	545
Produção, consumo e solidariedade: o caso das Associações para a Manutenção da Agricultura de Proximidade (AMAP) no norte de Portugal	561
Quando um bem privado se torna um bem comum? Considerações a partir do caso ilustrativo da casa Museu Graciliano Ramos em Palmeiras dos Índios-AL	579

GT 1: Epistemologia, Metodologia e Aprendizagem em Gestão Social





Líderes:

- Airton Cardoso Cançado (UFT)
- Fernando Guilherme Tenório (FGV-EBAPE)
- José Roberto Pereira (UFLA)
- Juan Munt (UNRC - Argentina)
- Lauro Santos Pinheiro (IFMA)





CONHECER A SI MESMO É O COMEÇO DE TODA
SABEDORIA: Análise da origem do Terceiro Setor
em Salgueiro - PE

*KNOWING YOURSELF IS THE BEGINNING OF EVERY
WISDOM: Analysis of the Third Sector origin in
Salgueiro - PE*

Ericka Almeida Neto Santos Universidade de Pernambuco (UPE)

Josiete da Silva Mendes Universidade de Pernambuco (UPE)



RESUMO

Como título do trabalho, tem-se a interpretação da frase de Sócrates “Conhece-te a ti mesmo”, pois entende-se que essa é a função primeira deste artigo: o conhecimento do processo originário das organizações do Terceiro Setor no município de Salgueiro, em Pernambuco. De forma geral, essas instituições surgem à margem das entidades públicas e privadas. Assim, metodologicamente, para compreender esse processo de surgimento, a pesquisa apresenta abordagem qualitativa, com caráter descritivo feito em campo exploratório, obtendo análises embasadas em observações, entrevistas e dados secundários que compuseram a análise documental. Tais observações foram colhidas de 10 (dez) Organizações Não Governamentais (ONGs), escolhidas a partir de mapeamento analisado a partir das variáveis determinadas por Salamon e Anheier (1996). Além disso, entendendo que teoricamente trata-se de um contexto pouco explorado no campo das teorias organizacionais, baseia-se no contexto da gestão social. Ainda, os principais autores referenciados foram Salamon e Anheier (1996), Caldas *et al.* (2018) e Cavalcanti *et al.* (2006). Como resultado, obteve-se que a Teoria dos Bens Públicos e a Teoria do Empreendedorismo Social explicam o surgimento das ONGs no município. Conclui-se que o trabalho aponta indícios teóricos para a continuidade de pesquisas no segmento e no lócus de estudo. Assim, apoia-se no que sugere Sócrates, considerando que o primeiro passo é o autoconhecimento.

Palavras-chave: Terceiro Setor; ONGs; Origens.

ABSTRACT

With this work's title there is the interpretation of Socrates' phrase “Know yourself”, as it is understood that this is the primary function of this article: the knowledge of the process originating from Third Sector organizations in the municipality of Salgueiro in Pernambuco. In general, these institutions appear on the sidelines of public and private entities. In a congruent manner, to understand this process of emergence the research presents a qualitative approach with a descriptive character made in an exploratory field, obtaining analysis based on observations, interviews and secondary data that comprised the documentary analysis. Such observations were collected from 10 (ten) Non-Governmental Organizations (NGOs), chosen from mapping methodologically analyzed in the variables determined by Salamon and Anheier (1996). Furthermore, understanding that it is a underexplored context theoretically in the field of organizational theories, it is based on the context of social management. Still, the main referenced authors were Salamon and Anheier (1996), Caldas *et al.* (2018) and Cavalcanti *et al.* (2006). As a result, it was obtained that the Theory of Public Goods and the Theory of Social Entrepreneurship explain the emergence of NGOs in the municipality. It is concluded that the work points theoretical indications for the continuity of researches in the segment and in the locus of study. Thus, it is based on what Socrates suggests, considering that the first step is self-knowledge.

Keywords: Third Sector; NGOs; Origins 1.

1. INTRODUÇÃO

A todo momento surgem necessidades sociais que diferem em sua forma e contexto. Nesse sentido, as iniciativas privadas e governamentais prestam bens e serviços para atender a essas demandas. Entretanto, existem especificidades que, por diversos fatores não são suficientemente atendidas, passando por um sentimento de anseio por mudança e pelo desejo de uma “coisa pública” num contexto fora da atuação desses dois setores (Estado e Mercado). Dentro dessa conjuntura, surge o Terceiro Setor com razões subjetivas, participação ativa da sociedade e sem objetivos lucrativos, buscando saciar as múltiplas necessidades sociais. Segundo Coelho (2000), o Terceiro Setor pode ser definido por não ter atividades coercitivas, nem voltadas para o lucro, visando atender necessidades coletivas. De tal modo, essa perspectiva social engloba um conjunto de ações independentes que interferem diretamente no controle e execução de políticas públicas, cumprindo diversos papéis na sociedade brasileira, desde serviços à promoção e a defesa de direitos sociais (RICO, 2006). As práticas sociais como aborda França Filho (2003), ganham um novo contorno quando passam a ser estudadas e configuradas num padrão da gestão social, por meio de um ideal de gestão administrativa não estritamente econômico, mas com base em demandas sociais. Assim, nota-se a importância do Terceiro Setor como proponente de bens públicos dentro da Gestão Social, sendo essencial conhecê-lo.

No contexto mundial, o termo *Nonprofit Sector* (setor sem fins lucrativos) surgiu na história americana após a década de 50, quando associações voluntárias e fundações começaram a ser reconhecidas (CALEGARE; SILVA JUNIOR, 2009). Nesse período, a idealização da livre iniciativa teve forte crescimento com a expansão das organizações religiosas, bem como a influência direta da luta de classes pela garantia de direitos políticos, que futuramente se transformaram em movimentos sociais e se tornaram associações e organizações com valores distintos. Essas entidades passaram a agregar diversas ideologias que buscavam uma reforma social e política para uma verdadeira promoção da cidadania. Como aborda Coelho (2000), as organizações do Terceiro Setor são detentoras de importante papel social, fazendo parte de um processo sociopolítico dinâmico que interage e reage a mudanças contextuais do período vivenciado.

Para Alves (2002), a denominação do Terceiro Setor não tem uma base epistemológica clara, pois recebe influências dos aspectos da cultura sociopolítica de cada nacionalidade. O autor supracitado aborda ainda que, o termo Organizações Não Governamentais (ONGs) é usado por vezes erroneamente como equivalente ou sinônimo de “Terceiro Setor”. As ONGs são organizações filantrópicas que se dedicam a promoção de bens e defesa de direitos sociais e seu conjunto de atividades está inserido dentro das instituições do Terceiro Setor. Coelho (2000) também faz uma análise às diferentes denominações existentes frente ao tema, e considera que as ONGs possuem não só um caráter ideológico, mas também uma construção de identidade, pois mesmo que o termo seja usado de forma generalista por vezes, o que se deve ressaltar é que as entidades se percebem e sejam elucidadas como parte de um conjunto do Terceiro Setor. Segundo Cardoso (1997) é essa afirmação de identidade que enfatiza uma autonomia e abre espaço para o enfrentamento dos problemas sociais, uma vez que quando se conhece seu âmbito de atuação, pode-se encontrar melhores formas de promoção de bens.

De tal forma, as ONGs têm um papel muito presente em nações em desenvolvimento, em que se percebe uma demanda econômica e social significativa. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as ONGs podem ser referidas pelo termo de Organização da Sociedade Civil (OSC) (IPEA, 2019). Além disso, também podem ser qualificadas juridicamente como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), desde que cumpram pré-requisitos estabelecidos na Lei nº. 9.790 (BRASIL, 1999).

Historicamente, a primeira geração de ONGs na América Latina surgiu como uma solução para a falta de opção dentro do sistema existente e não se imaginava que tomariam proporção temporal e se justificariam como instituições (FERNANDES, 1994). Segundo Landim (1993), a identidade dessas organizações estava ligada a uma construção de entidades à serviço popular de mobilizações que encontraram uma forma de concretizar seus propósitos. De modo congruente, Fernandes (1994) aborda que a forma de organização fez com que a atuação social independente se ampliasse gerando um circuito não-governamental com iniciativas tomadas nos mais diversos planos da sociedade civil. Para Coelho (2000), a estruturação desse setor é resultado da combinação de diversos fatores intrínsecos a cada país.

Levando em conta o contexto brasileiro, as ONGs apresentaram um aumento significativo após a década de 80, motivado pelos movimentos populares, transcendendo fatores políticos e buscando as garantias sociais, numa espécie de resistência democrática, que segundo Vergara e Ferreira (2006), mesmo com problemas ditatoriais enfrentados na época, foram definidas pelo reconhecimento de seu papel de ator próprio capaz de intervir e formular concepções de desenvolvimento e continuar em seu nível micro e localizado de atividades. Os autores supracitados fazem uma análise sobre o estímulo do crescimento das ONGs, observando que após o entendimento da necessidade de atender as minorias sociais, o governo também foi favorável a atuação dessas organizações, além do apoio internacional, pela visibilidade econômica que as entidades movimentam. Após o reconhecimento de que nem todos os interesses públicos são somente realizáveis pelo Estado, surgiram propostas para qualificarem as organizações para prestarem serviço de forma mais ágil e simplificada (CALDAS et al., 2019).

A construção de entidades de caráter social tomou forma e expansão contínua, como por exemplo, um aumento da Taxa de Crescimento Acumulado de cerca de 56% de 2015 a 2016 segundo os dados do Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada (IPEA) referente às Organizações da Sociedade Civil (OSC). Analisando o banco geral dos dados de 2010 a 2018 percebe-se a taxa de crescimento citada correspondeu ao mais expressivo aumento no surgimento dessas organizações (IPEA, 2019).

Caldas *et al.* (2019) apontam que apesar do crescimento expressivo, existem grandes dificuldades ao acesso das informações e da realidade inerente a essas instituições. Esse aspecto fora abordado por Fernandes (1994) alertando que muitas organizações são informais e trabalham à margem, e outras que mesmo com registro institucional definido, não possuem clareza analítica de atuação. Dessa forma, pode-se perceber o quão diferenciado é este campo de estudo, que vai além da fronteira de formalidade e que necessita ser investigado.

De tal modo, falar de organizações do Terceiro Setor significa reunir uma grande amplitude de questões e razões sociais distintas, que precisam ser conhecidas (FERNANDES, 1994), uma vez que a maneira como se pratica o Terceiro Setor e suas conquistas institucionais são recentes. Segundo Salamon (1997), falta um banco de dados que apresente a realidade do setor, favorecendo seu conceito e dando possibilidades para compreender suas interfaces. Importante destacar dessa constatação feita em 1997, é que ainda não se constituiu esse mapeamento na realidade mundial e brasileira, e atualmente frente ao contexto do enfrentamento do COVID-19¹ esse mapeamento seria excelente para contribuir com essas instituições no momento de crise vivenciado.

1 Momento de contenção ao avanço do vírus Sar-Cov-19, conhecido popularmente como coronavírus, responsável pela doença COVID-19. Esse vírus provoca um quadro de espectros infectológicos de caráter assintomático à sintomas graves. Teve seu primeiro caso registrado no Brasil em março de 2020 e em março de 2021 já ocasionou mais de 11 milhões de casos confirmados.

Sendo assim, analisando de forma teórica as Organizações Não Governamentais (ONGs) possuem características específicas que as enquadram na perspectiva do Terceiro Setor, sendo estas: (1) organização institucional; (2) não- governamental; (3) sem fins lucrativos; (4) autogovernadas; e (5) voluntárias (SALAMON; ANHEIER, 1996). Delimitando mais o campo de pesquisa, os autores supracitados ainda adicionaram dois critérios: (6) não religiosas; e (7) não políticas. Dessa forma, facilitou-se a abordagem para subsidiar as pesquisas em “nível de subsetor”, uma vez que o Terceiro Setor possui grande abrangência. Para Salamon e Anheier (1996) é preciso abordar as origens dessas organizações a partir do entendimento de que são parte de um sistema social. Levando em conta esse aspecto, Rico (2006) aborda que devido a essência do Terceiro Setor ser repleto de incertezas, surge um desafio frente ao conjunto das ONGs que compõem esse setor.

Os desafios são a legitimidade, a eficiência e a sustentabilidade da organização (RICO, 2006). Dessa forma, se observa uma necessidade de composição estratégica dessas organizações, para fomentar sua atuação, uma vez que segundo a autora supracitada, as organizações do Terceiro Setor deixam de lado muitas vezes a administração interna de seus projetos em termos de planejamento, previsão e controle em função da única priorização em promover solidariedade e mudanças sociais. Esses processos são essenciais para manutenção da instituição a longo prazo, como também auxiliam na manutenção de suas atividades em momentos de crise.

Outro aspecto a ser levado em questão é que a perspectiva estratégica das ONGs é necessária para a fomentar aspectos formais da instituição, uma vez que ela precisa de uma representação jurídica, que é pautada pela Lei nº13.019/14 (BRASIL, 1999). No entanto, apesar de ser um meio facilitador, a quantidade de critérios exigidos é um desafio para as instituições de pequeno porte que, segundo Coelho (2000), são organizações que se permite adotar uma estrutura de funcionamento informal, baseada em poucas funções chaves para realizar suas atividades e reduzindo os desafios frente as normatizações exigidas. Esse aspecto dificulta a aquisição das organizações à formalização e conseqüentemente ao conhecimento de sua atuação pela sociedade.

Assim, neste estudo, primeiramente buscou-se entender as teorias que fomentam o surgimento do Terceiro Setor e posteriormente sua aplicabilidade no contexto do município de Salgueiro - PE. Desse modo, têm-se como postulado as análises das Teorias das Origens da Sociedade Civil, validadas por Salamon e Anheier (1996), que são: Teoria dos Bens Públicos; Teoria do Empreendedorismo Social; Teoria da Confiabilidade; Teoria do Estado de Bem-Estar; Teoria da Interdependência e Teoria das Origens Sociais.

Tais princípios possuem variáveis a serem consideradas, as quais foram adaptadas para a realidade brasileira e interiorana, com o intuito de realizar uma melhor análise dessas organizações quanto a sua origem, buscando entender as influências, processos, classificações, demandas e dependências.

Assim, na sequência são apresentados os objetivos que permeiam a pesquisa, a metodologia e tratamento dos dados utilizados, a análise das observações e os resultados.

2. OBJETIVOS

O presente trabalho teve como objetivo geral entender, à luz da gestão social, o surgimento das Organizações Não Governamentais (ONGs) no município de Salgueiro – PE. Para tanto, especificamente se propôs a analisar as categorias teóricas propostas por Salamon e Anheier (1996) quanto às teorias de origem do Terceiro Setor, para compreender sua existência e contexto social.

3. METODOLOGIA

A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, possui um caráter descritivo, com pesquisa em campo exploratório, em que se buscou coletar informações necessárias para a discussão e análises da temática do surgimento das ONGs no município de Salgueiro, em Pernambuco.

Primeiramente, realizou-se o mapeamento das instituições existentes, entre os meses de abril e setembro de 2019, com a busca por organizações que eram de conhecimento social, através do método *Snowball Sampling*, (conhecido como técnica “bola de neve”), iniciado por Coleman (1958), que se caracteriza por uma amostragem pautada em cadeia de relações entre indivíduos. Na pesquisa, as instituições que eram mais conhecidas eram entrevistadas por meio de telefonemas e questionadas se conheciam outras organizações com o viés social.

Posteriormente, iniciaram-se pesquisas em sites de órgãos públicos, obtendo-se o Mapa das Organizações da Sociedade Civil (OSC), elaborado pelo IPEA (BRASIL, 2016), no qual constava-se 256 (duzentos e cinquenta e seis) instituições no município de Salgueiro – PE para o ano de 2016. Assim, tendo em vista a necessidade de identificar a unidade de análise, verificou-se quais ONGs cumpriam com as 7 (sete) características delimitadas por Salamon e Anheier (1996), realizando um “corte” de instituições que não cumpriam com os pré-requisitos. Para tanto, passou-se a analisar individualmente as instituições, observando a classe de atividade que a entidade focava suas demandas. Neste primeiro filtro restaram 51 (cinquenta e uma) organizações.

Posterior a isso, buscando informações mais representativas, verificou-se as instituições restantes em seu caráter de aptidão no registro da Receita Federal. Essa etapa foi feita pela consulta do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) das organizações, e sendo tabuladas em planilha as instituições que de 2016 a 2019 se mantiveram ativas. Após essa busca, restaram 31 (trinta e uma) entidades.

Por fim, sabe-se que mesmo com caráter de aptidão muitas instituições acabam por diminuir ou até mesmo cessar suas atividades. Para sanar essa dúvida, as instituições foram contatadas por meio de ligações para verificar atuação. Assim, após as análises aos filtros e ao contato, restaram concretamente em atividade, 10 (dez) ONGs no município, que foram utilizadas como amostra desta pesquisa.

Em relação aos dados, utilizou-se coleta do tipo primário, por meio de entrevistas pautadas por um roteiro semiestruturado com 7 (sete) perguntas adaptadas das variáveis da pesquisa de Caldas *et al.* (2019). Assim, questionou-se sobre temáticas referentes à atuação (qual o Bem/serviço ofertado; o público alvo e a demanda), como ocorreu a fundação (as motivações iniciais e o processo de estruturação) e recursos (quais fonte de recursos; se há parcerias existentes e como se percebe a atuação governamental). Essas variáveis são fundamentadas teoricamente pelas teorias das origens do Terceiro Setor defendidas por Salamon e Anheier (1996), conforme explica-se resumidamente no Quadro 1.

Quadro 1: Teorias das origens do Terceiro Setor a partir de Salamon e Anheier (1996)

TEORIA	RESUMO
Teoria dos Bens Públicos	A demanda insatisfeita por bens públicos e quase públicos em situações de heterogeneidade da demanda leva o surgimento de provedores sem fins lucrativos
Teoria do empreendedorismo Social	Organizações sem fins lucrativos são um reflexo de heterogeneidade da demanda servida e criada por empreendedores que buscam maximizar retornos não monetários.
Teoria da Confiabilidade	A restrição de não distribuição torna organizações sem fins lucrativos mais confiáveis sob condições de assimetria de informações.
Teoria do Estado de Bem-Estar	A industrialização leva ao estado de bem-estar social moderno que “afasta” os provedores privados sem fins lucrativos.
Teoria da Interdependência	Devido aos custos de transação inicialmente mais baixos, as organizações sem fins lucrativos precedem o governo ao fornecer bens de utilidade pública, mas devido às “falhas voluntárias” desenvolvem relações sinérgicas de dependência com o setor público ao longo do tempo.
Origens sociais	O tamanho e a estrutura do setor sem fins lucrativos são um reflexo de sua “inserção” em um conjunto complexo de relacionamentos, classes e tipos de regime.

Fonte: Adaptado de Salamon e Anheier (1996).

A coleta de dados secundária se deu por meio de análise documental e informações adquiridas em sites, *blogs* e das redes de comunicação das ONGs. Todos os dados foram tabulados em planilhas eletrônicas e analisados segundo o embasamento teórico e metodológico.

De maneira inicial, buscou-se identificar o segmento de atuação das instituições, pautado pelas informações referentes a origem, público alvo, bem/serviço da organização. Para manter a preservação das ONGs foi adotado o uso de siglas dentro da classificação atribuída, conforme apresenta-se no Quadro 2.

Quadro 2: ONGs do município de Salgueiro por segmento de atuação

SEGMENTO DE ATUAÇÃO	QUANTIDADE DE ONGS	NOMENCLATURA DE IDENTIFICAÇÃO POR SEGMENTO
Assistência social	3	A1; A2; A3
Cultura	1	C1
Desenvolvimento e defesa de direitos	2	D1; D2
Educação	2	E1; E2
Saúde	2	S1; S2

Fonte: Elaboração própria (2019).

Inicialmente, importa destacar que no geral as ONGs analisadas se caracterizam pelo foco prestação em serviços e desenvolvimento de projetos sociais. Cabe ressaltar que as prestações de serviços possuem caráter voluntário, com atuação no campo social, que como aborda Tinoco (2006) são um segmento que resume com nitidez a ideia do privado com funções públicas, de forma que eventuais lucros devem ser reinvestidos nas atividades-fim. O que diferencia a prestação de serviços, do campo privado e o setor público, por exemplo, é que o primeiro deve gerar retorno financeiro para investidores e o segundo garantir os direitos destinados a sociedade em geral. Desse modo, as ONGs suprem demandas que provém da carência social por meio dos serviços que devem fomentar novas ações para a sociedade civil.

Especificamente, as organizações estudadas têm características que as diferenciam por área de atuação (Quadro 2) e em subáreas de abrangência. Levando em consideração as instituições de assistência social (A1, A2 e A3), quanto aos serviços prestados observa-se que A1 e A2 tratam do acolhimento permanente para pessoas em estado de vulnerabilidade social e A3 prestam projetos para o auxílio da sociedade.

A entidade A1 destina seus esforços ao público idoso, sendo uma das ONGs mais antigas do município, criada em 1914, porém oficializada apenas em 2002. Já A2 atende ao público infanto-juvenil, considerando-se como uma ONG de acolhimento permanente para crianças em situação de vulnerabilidade, que são encaminhadas para a instituição por meio de demandas judiciais. A organização A3 presta serviços comunitários, doação de suprimentos, bem como funciona em formato de abrigo provisório para o público em geral, sendo uma instituição ligada ao viés religioso.

Analisando as organizações de caráter social cultural, têm-se apenas uma instituição que foi caracterizada pela retomada da cultura nordestina na cidade (C1), organizando eventos para estimular a vivência cultural. Tais momentos enfatizam a promoção de danças regionais e valorização de artistas locais.

Observando o segmento de Desenvolvimento e Defesa de Direitos (D1 e D2) verifica-se que as instituições são voltadas para atuação pela luta dos direitos das mulheres, sendo D1 atuante em pautas específicas ao desenvolvimento financeiro individual das mulheres e a preservação contra a violência, dando suporte de

ensino, possibilitando capacitação e práticas econômicas que viabilizam o auxílio a sua renda e manutenção familiar e D2 no empoderamento social do gênero feminino em uma comunidade quilombola e também o desenvolvimento da região, uma vez que possui caráter de distrito da cidade.

No que se refere às instituições educacionais, foram constatadas 2 (duas) ONGs (E1 e E2), sendo E1 voltada para diminuir o trabalho infantil e a violência nas ruas direcionada para crianças de 7 a 16 anos de idade, contemplando apoio escolar, ensino de informática e música. Já E2 volta-se para apoio estudantil com apoio médico e profissional especializado, contando com uma equipe multiprofissional direcionada a crianças e adultos com transtornos globais e deficiências locomotoras, cognitivas e sensoriais.

Por fim, quanto às instituições de saúde (S1 e S2) possuem foco em auxiliar exames específicos. A organização S1 direciona suas ações para a saúde da visão, realizando exames oftalmológicos e prevenção a doenças oculares e a ONG S2 possui um centro de hemodiálise que realiza coletas de sangue e tratamento à sociedade, bem como uma Unidade de Pronto Atendimento Especializado, que conta com equipe de médicos em diversos âmbitos de especialização, como cardiologia, endocrinologia, ortopedia, dermatologia, entre outros.

Encerrada a apresentação das ONGs da amostra pesquisada, apresenta-se a técnica de análise dos dados, que seguiu as variáveis exibidas no Quadro 3. Para tanto, utilizou-se da técnica análise de conteúdo, a partir do tratamento dos dados por meio do segmento de atuação e enquadrando as organizações as variáveis de pesquisa.

Quadro 3: Variáveis baseadas na teoria e as consideradas na análise dos dados

TEORIA ANALISADA	VARIÁVEL CONSIDERADA
Teoria dos Bens Públicos	Heterogeneidade da população
	Bem e serviço ofertado
	Público-alvo atendido
Teoria dos Empreendedores Sociais	Perfil do fundador
	Motivações religiosas
	Motivações sociais
	Processo de Estruturação
	Parcerias privadas
Teoria da confiabilidade	Demanda social
	Concorrentes próximos

TEORIA ANALISADA	VARIÁVEL CONSIDERADA
Teoria do Estado de Bem Estar	Prestação de serviço público
Teoria da Interdependência	Heterogeneidade da população
	Existência de Parceria governamental
	Cooperação com o governo
Teoria das Origens Sociais	Crescimento dos gastos sociais
	Heterogeneidade
	Motivação de surgimento

Fonte: Elaboração própria (2019)

As variáveis consideradas para a análise foram embasadas na interpretação de cada uma das teorias postuladas por Salamon e Anheier (1996) na dimensão proposta pelos autores na realidade americana e adaptadas para uma percepção cultural brasileira sobre respaldo dos estudos de Caldas *et al.* (2019) e Coelho (2000). A análise do objeto de estudo seguiu o percurso de análise contextual das entidades e do município de Salgueiro-PE, para identificar quais teorias mais se adequam a realidade interiorana e posteriormente uma análise individual de cada ONG em seu segmento de atuação com base das variáveis consideradas.

4. ANÁLISE

Para compreender a realidade teórica das ONGs de Salgueiro - Pernambuco, realizou-se a análise contextual do município e a análise individual das instituições à luz dos postulados validados por Salamon e Anheier (1996) com inclusão de inferências da área da gestão social reunidas por Cavalcanti (2006).

O primeiro aspecto que cabe ser analisado é que Salamon e Anheier (1996) buscaram validar as teorias em base de padrões percebidos nas ONGs de diversos locais do mundo, estabelecendo uma unidade de análise. Mesmo com as premissas validadas, os autores julgam as teorias ainda muito abrangentes e unidimensionais, e para tanto, deve-se considerar as variações de cada país e a complexidade das relações que circundam o setor.

Dessa forma buscou-se adaptar à realidade para uma cidade do interior, com cerca de 61 (sessenta e um) mil habitantes (Salgueiro - Pernambuco). De outro modo, Cavalcanti (2006) defende que conhecer as especificidades de cada instituição é importante para garantir metodologias e inovações que assegurem melhor efetividade das instituições.

Assim, na presente amostra de ONGs, encontrou-se como justificativa de suas origens a Teoria dos Bens Públicos e a Teoria do Empreendedorismo Social, conforme justifica-se na sequência.

4.1 TEORIA DOS BENS PÚBLICOS

Segundo Salomon e Anheier (1996, p. 11), considera-se que na Teoria dos Bens Públicos “à medida que aumenta o grau de heterogeneidade, a parcela da receita sem fins lucrativos, que pode ser de fontes privadas de caridade, também aumenta”. Esse aumento é justificado pelo fato que as pessoas tendem a fomentar demandas diversas, e isso acaba criando uma insatisfação pela falta de atendimento dos setores público e privado. Assim, essa parcela da população insatisfeita, busca nas ONGs o atendimento das demandas sociais. Segundo Rico (2006), as organizações do Terceiro Setor tendem a exercer uma atividade autônoma e complementar em relação às políticas públicas, buscando por meio da responsabilidade social o desenvolvimento sustentável de uma sociedade que carece de questões não supridas.

No que tange a heterogeneidade, pode-se considerar diversos aspectos que distinguem a população, como o caráter étnico, de gênero, culturais, religiosos, a faixa etária, dentre tantos outros. Na cidade em questão, percebe-se uma diversidade étnica, comprovado por pesquisa do IBGE (2017), que apresenta um histórico de presença dos índios e quilombolas outrora escravizados por habitantes do sul do Ceará. Além do aspecto étnico, observa-se pelo Censo do IBGE (2010) uma grande amplitude do cunho religioso, porém com predominância do catolicismo. Quanto à faixa etária, ainda segundo o Censo 2010, percebe-se uma pirâmide jovem, com uma maior quantidade de adultos (IBGE, 2010). Em relação aos aspectos culturais, se observa na cidade novos movimentos e estilos de música e dança além dos que preponderam na região. Nota-se, portanto, que a heterogeneidade é um aspecto elevado, que pode configurar a primeira base para a teoria.

Assim, diante dessa conceituação e com apoio nas variáveis de análise do público-alvo, do bem ou serviço e da sua demanda, enquadrou-se as organizações apresentadas no Quadro 3 na Teoria dos Bens Públicos.

Quadro 4: ONGs enquadradas na Teoria dos Bens Públicos

INSTITUIÇÃO	SERVIÇO	PÚBLICO ALVO	DEMANDA
A1	Acolhimento permanente	Idosos com situação de vulnerabilidade	Apenas a instituição faz o serviço na cidade.
E1	Defesa de direitos, prestação de serviços educacionais, prevenção, orientações e apoio à família.	Crianças e adultos com deficiências	Existem instituições particulares que dão assistência médica, mas não educacional.
C1	Promoção de eventos culturais	Sanfoneiros	Há grande escassez de atividades culturais na cidade.

INSTITUIÇÃO	SERVIÇO	PÚBLICO ALVO	DEMANDA
D2	Representação da comunidade juridicamente, gerenciando as questões e encaminhando as de interesse comum.	Quilombolas	Única instituição com esse viés.

Fonte: Elaboração própria (2020)

Conforme apresenta-se no Quadro 4, constata-se que as organizações envolvem grupos sociais de idosos, pessoas com deficiência, sanfoneiros, mulheres e quilombolas, que surgiram a partir de uma demanda não atendida pelo Estado devido às heterogeneidades das causas que defendem. Segundo Lacerda (2010), o sentido da existência das ONGs é lutar por uma causa social caracterizada pela falta de representatividade, o que nem sempre se configura como um espaço de emancipação do indivíduo, mas como uma construção de um objetivo de luta social pautada por valores que são inerentes a existência dessas instituições. Desse modo, percebe-se uma procura por conquistas no que tange a manutenção dos direitos sociais e pela visibilidade dos indivíduos que se encontram à margem do atendimento de suas demandas pelo Estado.

Os dados referentes ao público alvo e ao serviço prestado foram recolhidos no mapa das OSC (BRASIL, 2016), e confirmados por entrevistas e nas redes de comunicação que algumas das instituições possuem (Blogs, Facebook e Instagram, por exemplo). Quanto a demanda, as repostas foram adquiridas por meio de pesquisa sobre existência e atuação de instituições semelhantes ao objetivo da ONG.

No que tange às características, a instituição de assistência social A1 é voltada para acolhimento com caráter de prestação de serviços de proteção social especial de alta complexidade. Essa organização faz parte dos valores de uma sociedade filantrópica que também atua em outras regiões do país e defende a luta pelo respeito ao idoso e a garantia de condições dignas de vida, segundo a Lei nº 10.741 de 2003 (Estatuto do Idoso). Nela, cabe destacar o Artigo 3º (Lei nº 10.741/03) que atribui a importância do cuidado, priorização e efetivação dos direitos do idoso como responsabilidade da família, de toda a sociedade e do Poder Público (BRASIL, 2003).

Para Aguiaro (2016), mesmo com os direitos do idoso estarem respaldados, há um retrocesso nas conquistas, pois nota-se uma sociedade que de forma geral vive numa cultura de rejeição do próprio destino da velhice somado ao preconceito posto pelo próprio capitalismo no que tange a produção e rendimento, além precarização de políticas públicas com ações paliativas de inserção social. De tal forma, o sistema de proteção social brasileiro é robusto em termos de transferência intergeracional de renda, mas ele é pobre em termos da provisão de cuidados de atenção à vida diária (AGUIARO, 2016), o que deixa essa camada da sociedade à margem de atenção pública necessitando de entidades filantrópicas para atender a demanda do cuidado.

Para atender essa demanda, A1 opera como uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), atendendo idosos em situação de vulnerabilidade social e que tiveram seus direitos violados de alguma forma, sendo a única instituição que possui o viés de acolhimento na cidade e na região. Os idosos chegam a ILPI, em sua maioria, por determinação judicial, ou seja, o Estado além de não assumir a responsabilidade pelo cuidado deles, ainda determina que a ONG atenderá obrigatoriamente a demanda não suprida.

No que se refere a ONG E1 (especializada no atendimento e educação especializada para pessoas com deficiências e transtornos globais), percebeu-se que seu surgimento foi oriundo de outra demanda não contemplada pelo Poder Público. Trata-se de uma causa que no contexto global sempre recebeu estigmatização, pois as pessoas com necessidades especiais convivem numa perspectiva a margem do apoio social. Apesar disso, avanços no processo histórico-científico permitiram a inserção de novas abordagens no âmbito da assistência, fornecendo terapias inclusivas capazes de auxiliar no desenvolvimento e autonomia desses indivíduos. No entanto, ainda se percebe estereótipos sociais que consideram que as pessoas portadoras de deficiências estão limitadas apenas a condição que nasceram.

Segundo Granemann (2005), o primeiro registro de cuidado educacional no Brasil aconteceu em 1854 com a criação do Real Instituto para Educação dos Meninos Cegos no Brasil, por ordem de Pedro II. Mesmo assim, o preconceito com o tema tornava as coisas bastante difíceis, gerando uma rede de paradigmas que por muitos anos dificultaram a inserção social desses indivíduos.

Tais dificuldades foram mitigadas com o passar dos anos, porém ainda são existentes no contexto dessas demandas sociais. Assim, Granemann (2005) sugere, que todos têm o objetivo de participar ativamente do processo de construção e de reflexão sobre o conhecimento necessário para que o sujeito portador de condição especial se perceba como membro de uma sociedade, impulsionando a autonomia e o reconhecimento de sujeitos de direito, buscando diminuir os fatores geradores de desigualdades, discriminações ou exclusões, e dando ações norteadoras de políticas e de contextos sociais mais inclusivos.

Desse modo, a preocupação social da ONG E1 é garantir às crianças o desenvolvimento psicossocial adequado, dando suporte também aos familiares. Essa instituição faz parte de uma rede de organizações que atuam em todo o país com o mesmo viés. Ainda para atender tal demanda, existem projetos informais e associações voltadas para auxiliar crianças com transtornos globais, baseadas pelo apadrinhamento financeiro dos menores para custear as terapias em instituições particulares da cidade.

No caso de C1, sua busca foi pelo resgate cultural local, que vem sendo esquecido nos últimos anos pelo Poder Público Municipal. O representante da ONG C1 afirmou, por meio de entrevista, existir anteriormente uma maior colaboração do município com a entidade, no entanto essa parceria teve o laço enfraquecido. A origem se deu pelo desejo da categoria de musicistas que se uniram em um grupo formal, buscando dar a população atrações culturais típicas da região. Atualmente, o apoio da Prefeitura consiste na permissão do espaço para o desenvolvimento das atividades da entidade. Mesmo com diversos impasses quanto as permissões para manter sua atuação, a entidade continua buscando a manutenção dos anseios sociais da população que possui maiores raízes culturais, promovendo semanalmente entretenimento e lazer com muita adesão dos cidadãos aos eventos.

Por fim, o anseio por um auxílio para o desenvolvimento e a representatividade feminina, fomentou a criação da instituição D2, que representa a luta social frente a um passado de escravidão. A organização começou a ser estruturada nos anos 2000 quando lideranças observaram a necessidade de uma representação jurídica e social para o desenvolvimento, cuidado da propriedade material e imaterial e da identidade do povo quilombola presente na região. Além desses aspectos, há o estímulo da cultura intrínseca à comunidade, com a liderança feminina e suas obras artesanais que representam a liberdade social e financeira das mulheres que estão engajadas nas potencialidades locais da região.

4.2 TEORIA DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL

No viés do empreendedorismo social, observa-se que essa teoria está diretamente ligada a teoria da heterogeneidade, uma vez que os empreendedores sociais são motivados pelas falhas do governo e do mercado frente a demanda não atendida. Desse modo, trata-se de uma base teórica semelhante à variável anterior, porém neste caso a condução se dá por pessoas que por meio de ações cidadãs buscam as mudanças sociais. Segundo Salamon e Anheier (1996) essa perspectiva possui forte característica de indivíduos com inclinação para a caridade, possuindo grande possibilidade de adeptos para suas propostas.

No contexto da cidade estudada, se observou inicialmente as variáveis de processo de fundação e motivações, conforme apresenta-se no Quadro 5, a seguir:

Quadro 5: ONGs enquadradas na Teoria dos Bens Públicos

INSTITUIÇÃO	MOTIVAÇÕES	PROCESSO DE FUNDAÇÃO	PERFIL DO FUNDADOR
A2	Desejo de ajudar crianças carentes	Mulheres do grupo da maçonaria começaram suas atividades de defesa as crianças e apoiados pelo município, conseguiram o prédio onde abrigariam as crianças.	Grupo comunitário
A3	Anseio por auxiliar de forma geral a comunidade carente de Salgueiro.	Inicialmente, construção de barragens para pessoas da zona rural. Após, foram construídas na cidade duas creches e distribuição de cestas básicas e leite de soja à população carente.	Religioso Católico
D1	Anseio por mudar a realidade de mulheres que sofriam com a dependência financeira, buscando o empoderamento social delas	Construção de uma cozinha comunitária e convite de instituições para ministrar cursos de capacitação a essas mulheres	Parlamentar do município
E2	Desejo de possibilitar às crianças em estado de vulnerabilidade social, condições de educação e aprendizado para mudar sua realidade social.	Com apoio financeiro, construíram sua sede e passaram a ajudar as crianças por meio de reforço escolar	Religioso católico
S1	Anseio de assistir integralmente famílias carentes, como também possibilitar que haja instrumentos para pesquisas e formação de profissionais de saúde.	Criação de um complexo hospitalar especializado na saúde da criança e com centros de hemodiálises que foram interiorizados chegando à cidade	Médico pediatra

INSTITUIÇÃO	MOTIVAÇÕES	PROCESSO DE FUNDAÇÃO	PERFIL DO FUNDADOR
S2	Espírito de solidariedade de dois oftalmologistas com atendimento gratuito a população de baixa renda	Na cidade, a chegada da instituição se deu pela demanda do atendimento oftalmológico, que unido ao desejo de interiorizar a fundação, encaminhou unidades móveis de atendimento.	Iniciativa de dois médicos

Fonte: Elaboração própria (2020)

Segundo o Quadro 5, pode-se notar que as instituições possuem forte representatividade no que tange às motivações que objetivam as entidades, além da presença de circunstâncias particulares voltadas para o aspecto da caridade e altruísmo. Percebe-se que a atuação das instituições tem como foco a comunidade marginalizada.

Quanto aos dados (motivação, processo de fundação e o perfil do fundador) foram encontrados por meio de pesquisa em blogs da cidade, além de busca nos sites que algumas instituições possuem. Assim, os resultados apresentados aqui são orientados por essa análise documental e confirmados pelas falas ditas nas entrevistas.

Constatou-se que na Assistência Social, a instituição A2 se categoriza como de acolhimento permanente de alta complexidade, defendendo os direitos da criança pautados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) regido pela Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (BRASIL,1990). Além disso, para a instituição cumprir com sua atuação obedece às Orientações Técnicas para o serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, criada em 2009, que estabelece parâmetros de funcionamento além de orientações metodológicas no cumprimento da função protetiva e no desenvolvimento dos potenciais dos menores.

A instituição estudada surgiu em 2002, por mulheres que faziam parte do grupo da maçonaria da cidade e que tinham o desejo de ajudar as crianças e adolescentes que estavam em situação de violações de direitos. Com o passar do tempo, conseguiram apoio das entidades públicas da cidade que cederam um lugar para abrigar as crianças. Mesmo com a forte demanda, no momento de pesquisa observou-se problemas existentes, um deles se instalava pela falta de voluntariado, o que coagiu a instituição a ter colaboradores assalariados para cuidar das crianças.

No início da realização da pesquisa, a ONG era gerida por um grupo mais heterogêneo de indivíduos, que apesar de forte vínculo ainda com a maçonaria, não se limitava a administração das mulheres. Apesar de todos os esforços e altruísmo dessas pessoas, o processo de fechamento da organização aconteceu, pois, a manutenção da relação entre a vontade de contribuição social e as exigências legais para continuidade das atividades se tornou um desafio latente e, infelizmente, sem condição de solucionar-se, finalizando, portanto, suas atividades em 2020.

Assim como a maçonaria que tem fundamento religioso, as ONGs A3 e E2 são orientadas vinculadas a essa perspectiva da religião. Salamon e Anheier (1996), apontam que campos religiosos pregam com mais força a caridade e podem ser mais atuantes nos aspectos de cuidado. Tal aspecto move adeptos da igreja a seguirem uma determinada causa empregando recursos financeiros (doações) e físicos (voluntariado).

Desse modo, a ONG A3 foi originada por um Padre estrangeiro, que ao conseguir apoio de entidades filantrópicas francesas passou a construir barragens de forma gratuita para a população dos sítios. Posterior a isso, a instituição teve seu foco na arrecadação e distribuição de cestas básicas e leite de soja para comunidades carentes. No período anterior a pandemia, a entidade contribuía com cestas básicas e ajudando 2 (duas) creches também feitas pela instituição, bem como mantendo um abrigo de caráter temporário para pessoas em situação de vulnerabilidade.

No geral, observa-se que a ONG A3 tem um bom relacionamento com organizações públicas e privadas, o que facilita o apoio no desenvolvimento das atividades. Acredita-se que essa relação se dá pelo fato do caráter religioso de sua fundação, bem como a credibilidade de seu fundador.

Em relação a ONG E2, buscou-se com sua constituição a diminuição da violência e do trabalho infantil, voltando-se para a faixa etária de 7 (sete) a 16 (dezesesseis) anos e desenvolvendo as atividades no período de contraturno da escola. Assim, as crianças se dirigem a instituição para ter um reforço extraescolar, por meio do aprendizado de instrumentos musicais e do acesso e manuseio de computadores (aulas de informática).

Destaca-se que E2 também foi fundada por um padre, que é muito respeitado e tido como um grande empreendedor social da cidade. A entidade tem uma atuação menos abrangente do que as demais, possuindo mais adeptos ao bairro que reside, aspecto que, segundo o fundador foi estratégico, tendo em vista a frequência de casos de violência e outros problemas vivenciados que comprometem o desenvolvimento dessas crianças e adolescentes.

Um aspecto em comum das 3 (três) entidades mencionadas (A2, A3 e E2) é que todas tiveram como um dos apoiadores principais a entidade filantrópica internacional Terre des Hommes Alsace, criada em 1959 e que tem como foco a promoção dos direitos da criança, lutando contra a exploração e buscando amenizar problemas sociais em diversos países do mundo.

Outro aspecto importante nos empreendimentos sociais que se observa na região é que, as instituições S1 e S2 da área da saúde, a filantropia tem base no altruísmo de profissionais que influenciaram de forma positiva a categoria, criando grandes complexos de saúde que se interiorizaram para Salgueiro – Pernambuco, pois ambas as instituições fazem parte de complexos hospitalares que tiveram origem no litoral e se expandiram para o interior.

A primeira (S1), foi fundada em 1960 por um grupo de médicos, liderados pelo mentor da ideia, professor e pediatra, que possuía o anseio de assistir integralmente famílias carentes e conquistar instrumentos de pesquisa e formação para profissionais de saúde. A entidade atua nas áreas de assistência médico-social, ensino, pesquisa e extensão comunitária. Sua chegada em Salgueiro se deu por meio de complexos hospitalares voltados para criança e pessoas com problemas de insuficiência renal, instalando centro de hemodiálises que auxiliaram também as cidades circunvizinhas.

A segunda instituição na área da saúde (S2) teve origem pelo anseio, de 2 (dois) médicos oftalmologistas, em ajudar pessoas de baixa renda que na época eram acometidas em grande número por problemas oculares, principalmente de catarata. Nesse sentido com o passar do tempo, a instituição foi interiorizada, encaminhando unidades móveis que prestassem os atendimentos na região. Posterior a isso, com o apoio do Estado, uma unidade foi implantada na cidade.

Um aspecto que cabe ser ressaltado é que essas instituições (S1 e S2) possuem parceria com o Governo, uma vez que seus atendimentos são realizados por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

Por fim, a ONG D1, tem foco de empoderamento e desenvolvimento das mulheres. Seu surgimento foi motivado pela observação de uma empreendedora social da realidade da cidade: mulheres se prostituindo por falta de dinheiro e condições de manutenção da família. Diante desse cenário, a fundadora da ONG começou a lutar pelos direitos das mulheres, procurando meios para ajudá-las não só socialmente, mas financeiramente. Sendo assim, constituiu uma cozinha comunitária, com cursos variados de alimentos para promover a capacitação e desenvolvimento financeiro das mulheres.

Com o tempo, construiu uma outra cozinha comunitária na zona rural e ampliou as ações da ONG D1 por meio de cursos de música e costura. Além disso, fazia particularmente o acompanhamento dos filhos e auxiliava as mulheres para conquistarem seu empoderamento. No entanto, no momento de entrevista, constatou-se que a instituição por mais que estivesse ativa, estava com atividades reduzidas, devido aos problemas financeiros, falta de apoio do Poder Público Municipal, além da dificuldade em atender parâmetros dos editais de fontes financiadoras externas que visam o auxílio financeiro. Desse modo, observou-se que a instituição passa por um momento de crise, mas não pensa em cessar suas atividades, pois a sua fundadora destina esforços para garantir a manutenção da ONG.

5. RESULTADOS

No geral, quanto ao segmento de atuação, predominam organizações de assistência social, como aborda Coelho (2000) que esta é uma característica brasileira: o foco da atenção na assistência da população em situação de vulnerabilidade social. Observou-se que fora as organizações pesquisadas (A1; A2; e A3) existe um grande número de grupos informais executando ações, em diversos ramos de atuação, desde a captação de doações a ações sociais voltadas a parcelas marginalizadas, e isso também pode ser explicado pela heterogeneidade de demandas da atual sociedade. Um dos exemplos é um projeto que visa auxiliar os animais de rua, na condição de protetores, ativistas e captadores de recursos, que pela natureza informal não fora abordado como amostra dessa pesquisa.

Quanto à origem, constatou-se que as 2 (duas) teorias justificam o surgimento das organizações do Terceiro Setor no município de Salgueiro, sendo estas: Teoria dos Bens Públicos e Teoria do Empreendedorismo Social.

Dentro da Teoria dos Bens Públicos, observa-se o processo de pioneirismo da sociedade civil em fundar organizações propostas a cumprir atividades fins específicas à heterogeneidade social. Nota-se que elas sozinhas não suprem todas as necessidades sociais. Observa-se então, a importância da mobilização civil, para continuar lutando pela defesa das causas em que se nota a ausência de sua priorização por parte do Estado.

Dentro da Teoria dos Empreendedores Sociais, nota-se uma forte atuação de componentes religiosos, pois os fundadores das ONGs são, em sua maioria, ligados a uma determinada religião. Estes foram conduzidos pelo espírito de altruísmo e ajuda ao próximo na busca pelo pressuposto de uma mudança social.

Destaca-se que as ONGs estão desenvolvendo, mesmo que ainda em fase inicial, a concepção da gestão social, o que de acordo com Rico (2006) deve ser tratado como investimento que busque obter resultados de cunho qualitativo e quantitativo. Entende-se dessa forma que cabe às universidades estudar o terceiro setor por meio dessa lente de pesquisa (gestão social) para garantir que o gerenciamento e o controle social aconteçam de maneira inclusiva e equânime.

Por fim, vale salientar que diversos aspectos permeiam as organizações, que observadas individualmente em sua complexidade podem ser elucidados outros aspectos que com base em sua origem social, que auxiliem as instituições no que tange a estratégias de manutenção, análise e captação de recursos e formas de cooperação com instituições públicas e privadas dentre outros fenômenos sociais que só podem ser explicados por meio do autoconhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIARO, F. F. **O Idoso como cidadão:** Enfrentando o abandono familiar da pessoa idosa. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/4637/1/TCC%20COMPLETO%20FINAL.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

ALVES, M. A. **Terceiro Setor: as Origens do Conceito.** In: XXVI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD), v. 26. Salvador, 2002.

BRASIL. **LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999.** Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm Acesso em: 19 abr. 2020.

BRASIL. **LEI Nº 13.800, DE 4 DE JANEIRO DE 2019.** Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais; altera as Leis nº 9.249 e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 12.114 de 9 de dezembro de 2009; e dá outras providências. Brasília, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13800.htm. Acesso em 19 abr. 2020.

BRASIL. **LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10741.htm. Acesso em 16 nov. 2019.

BRASIL. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 19 abr. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **CORONAVÍRUS BRASIL.** Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 20 mar 2021.

CALDAS, P. T.; AMORIM, A. F. A.; VALE, S. C.; CAVALCANTE, C. E.; DIAS, T. De onde vim? Para onde vou? O terceiro Setor em João Pessoa/PB. **Unijuí, Desenvolvimento em questão**, Rio Grande do Sul, ano 17, n.46, p. 333-356, 2019.

CALEGARE, M. G. A.; SILVA JUNIOR, N. A 'construção' do Terceiro Setor no Brasil: da questão social à organizacional. **Revista Psicologia Política**, v. 9, p. 129-148, 2009.

CARDOSO, Ruth C.L. Fortalecimento da Sociedade Civil In Ioschpe, BERG, E. (org).

Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado. São Paulo, 1997.

CAVALCANTI, M. Cooperativas e comunidades: o empreendimento compartilhado. In: CAVALCANTI, M. (org). **Gestão social, estratégias e parcerias**. Redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o 3º setor. São Paulo: Saraiva, p. 9-53, 2006.

COELHO, S. D. C. T. **Terceiro setor**: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

COLERMAN, J. S. "Relational Analysis: The Study of Social Organizations with Survey Methods." *Human Organization*, v. 17, n. 4, p. 28-36, 1958. Disponível em: www.jstor.org/stable/44124097. Acesso em: 21 abr. 2020.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Gestão social: um conceito em construção. In: IX Colóquio Internacional sobre Poder Local, 2003, Salvador, 2003.

FERNANDES, R. C. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Riode Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FLICK, U. **Introdução a pesquisa qualitativa**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GRANEMANN, J. L. **Educação Inclusiva**: Análise de Trajetórias e Práticas Pedagógicas. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2005. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7801-educacao-inclusiva-analise-de-trajetorias-e-praticas-pedagogicas.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2020.

LACERDA, D. da. S. **Organizações não governamentais (ONGs) e mercado**: estudo de campo de um inevitável choque de racionalidades. 2010. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mapa das Organizações da Sociedade Civil**. Brasil, 2016. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/>. Acesso em: 01 mai. 2019.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Número de organizações civis com títulos e certificações**. Brasil, 2019. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/> Acesso em: 01 mai. 2019.

RICO, E. de M. A filantropia empresarial e sua inserção no Terceiro Setor. In: CAVALCANTI, M. (org.). **Gestão Social Estratégias e Parcerias**. Redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o Terceiro Setor. São Paulo: Saraiva, p. 75 – 97, 2005.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. Social Origins of Civil Society: Explaining the Nonprofit Sector Cross-Na-

tionally. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, v.9, p. 213-248, 1998.

SALAMON, L. M. Estratégias para o fortalecimento do Terceiro Setor. *In: III Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor*, Rio de Janeiro, 1997.

TINOCO, J. E. P. Balanço Social e gestão estratégica do capital humano no Terceiro Setor. *In: CAVALCANTI, M. (org.). Gestão social, estratégias e parcerias*. Redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o Terceiro setor. São Paulo: Saraiva, p. 141-192, 2006.

VERGARA, S.; FERREIRA, V. C. P. ONGs no Brasil: expansão, problemas e implicações. *Revista Gestão & Tecnologia*, v. 6, p. 41-64, 2006.





Estratégias metodológicas de intervenção da gestão social: o método de Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE)

Methodological strategies for social management intervention: the Rapid Participatory Emancipatory Research (RPER) method.

José Roberto Pereira Professor Titular em Administração Pública e Gestão Social
Universidade Federal de Lavras (UFLA)

Palavras-chave: gestão social; estratégias metodológicas; DRPE; intervenção social.

Keywords: social management; Methodological strategies; Drpe; Social intervention.



1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é discutir o Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE) como estratégia metodológica de intervenção da gestão social. O DRPE é um método praxiológico de diagnosticar a realidade fundamentada na perspectiva da teoria crítica, especificamente na perspectiva habermasiana e nos escritos de educação dialógica de Paulo Freire. É um método de identificação de problemas, suas causas e possíveis soluções a partir da ação comunicativa dialógica entre os próprios participantes, formado por uma conjugação de técnicas participativas que caracterizam o processo de conscientização crítica, no sentido de promover a emancipação social dos participantes. Gestão social constitui uma ação gerencial dialógica, que se forma no âmbito de uma esfera pública, voltada para a construção do bem comum, tendo como finalidade alcançar a emancipação social. Habermas (2012) considera que a base para alcançar a emancipação social é o uso da linguagem como ação comunicativa no âmbito de um processo dialógico em que se forma uma comunidade de intérpretes, em condições de igualdade de ouvir e falar entre os participantes da ação, comprometidos com a busca de um consenso. Portanto, o DRPE pode ser utilizado como estratégia metodológica de intervenção da gestão social com vistas a promover transformações sociais pelas características em comum: protagonismo da sociedade no âmbito das relações com o Estado e com o mercado; processo de discussão fundamentado na igualdade participativa de fala, no respeito mútuo à pluralidade de opiniões e na inclusão de todos os participantes; publicidade das decisões; reflexividade das próprias ações ao identificar os problemas, suas causas e possíveis soluções dos participantes; (prestação de contas); ausência de coerção; compromisso com a busca de um entendimento e com a construção do bem comum.

2. OBJETIVOS

O principal objetivo deste trabalho é abrir uma ampla discussão sobre as estratégias metodológicas de intervenção da gestão social como elementos constitutivos de estruturação epistemológica deste campo de estudos. Trata-se amplamente na literatura científica da construção epistemológica da gestão social, no entanto, “esquecemos” de considerar a relevância das estratégias metodológicas de pesquisa e, principalmente, de intervenção social planejada com vistas às transformações sociais. Portanto, tem-se como objetivos específicos neste trabalho: apresentar e analisar a estrutura metodológica do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador; apresentar as principais características da gestão social, suas categorias epistemológicas e a necessária complementação metodológica; discutir as possíveis convergências teórico-metodológicas entre gestão social e DRPE.

3. A ESTRUTURA METODOLÓGICA DO DRPE

O DRPE é um método praxiológico de diagnosticar a realidade, de caráter essencialmente qualitativo, fundamentado na crítica coletiva e na mudança cultural no intuito de atingir a emancipação social (PEREIRA, 2017). É formado por uma conjugação de técnicas de intervenção participativa que permite obter informações qualitativas e quantitativas em curto espaço de tempo, normalmente, dentro de cinco dias de pesquisa no âmbito de uma dada coletividade. Constitui, assim, um instrumento metodológico de identificação de problemas, suas causas e possíveis soluções a partir da interação dialógica entre a equipe interdisciplinar, formada por profissionais ou estudantes de diferentes áreas do conhecimento científico e a coletividade.

O DRPE se fundamenta em princípios metodológicos que orientam a sua prática, como flexibilidade, igualdade participativa, pluralidade e inclusão dos participantes em todo o processo de discussão, liberdade de expressão sem coerção, caráter catalizador e ampliador das capacidades estratégicas das organizações sociais, rejeita a reprodução de propostas de intervenção pré-concebidas, reconhece as divergências e conflitos de interesses e busca alcançar um entendimento no sentido da construção do bem comum por meio de um processo de discussão dialógico e conscientizador, na perspectiva pedagógica de Freire (1987) e fundamentado na ação comunicativa e emancipadora como caracterizada por Habermas (2012). O caráter Emancipador do DRPE está fundamentado na “Pedagogia Emancipadora”, de Paulo Freire (1987), em que a compreensão do universo cultural é a base para o processo de conscientização. Assim, partindo da reflexão da realidade cultural e agindo sobre essa mesma realidade, modificando-a, é que se inicia o processo de conscientização.

De acordo com Pereira (2017), no processo metodológico do DRPE são considerados os seguintes aspectos: (a) interdisciplinaridade; (b) triangulação na coleta de informações; (c) análise e interpretação de conteúdo. Esse processo metodológico do DRPE ocorre em três grandes momentos de um único e articulado movimento, como segue:

- a)** Expressão e descrição da realidade - é a expressão dos valores, ideias, e conceitos por meio de *temas geradores*¹ manifestados pelos participantes no processo de discussão, ou seja, conteúdos de valor e opções existenciais. É o momento de problematização ou reflexão da realidade pelos próprios participantes, por meio das técnicas qualitativas e quantitativas de coleta de informações, quando identificarão seus próprios problemas, suas causas e possíveis soluções. É o momento também quando se depararão com as *situações-limite*²;
- b)** Crítica do material exposto - é o momento em que se procura identificar e analisar potenciais e/ou prováveis contradições na realidade vivida pelos participantes, ou seja, quando se analisa as causas dos problemas identificados;
- c)** Criatividade - é o momento de mobilização dos recursos estratégicos disponíveis à coletividade para estabelecer os cursos de ação, ou seja, as possíveis soluções encontradas pelos próprios participantes. Corresponde, sequencialmente, à fase do Planejamento Participativo.

Para a expressão e descrição da realidade é necessário que a equipe interdisciplinar elabore possíveis temas geradores sobre a realidade do grupo social com base nas informações secundárias levantadas. O objetivo é formar um quadro de referências temáticas para desenvolver o processo dialógico e promover reflexões sobre as práticas dos próprios atores participantes, bem como servir de base para elaboração do contexto histórico da coletividade nas dimensões sociais, políticas, culturais, econômicas e ambientais.

Devem ser analisadas possíveis discrepâncias entre a situação real da coletividade e o universo temático de seus membros, colocando em diálogo as informações apresentadas pelos participantes com as informações técnicas e científicas da equipe interdisciplinar.

1 Segundo Freire (1987, p. 93) os temas são chamados de geradores “porque, qualquer que seja a natureza de sua compreensão, como a ação por eles provocada, contêm em si a possibilidade de desdobrar-se em outros tantos temas que, por sua vez, provocam novas tarefas que devem ser cumpridas”.

2 Segundo Paulo Freire (1987, p.94) as *situações-limite* são “(...) determinantes históricas, esmagadoras, em face das quais não lhes cabe outra alternativa senão adaptar-se”.

A equipe interdisciplinar deve levantar questões que possam identificar as possíveis situações de conflitos internos e as *situações-limites* dos atores participantes, explicitando e confrontando os diferentes interesses emergentes, bem como explorar as possíveis formas de superações dos problemas identificados no sentido de vislumbrar as possíveis saídas da *situação-limite*, o que Freire (1987, p.94) denomina de *inédito viável*.

Esse quadro de referência de *temas geradores* deve ser construído a partir de informações secundárias pela equipe interdisciplinar. Para cada *tema gerador* deve corresponder um conjunto de questões reflexivas, um conjunto de observações a serem feitas no trabalho de campo e as respectivas técnicas de coleta de informações e dinâmicas de grupos a serem utilizadas. O DRPE procura explorar, qualitativamente e quantitativamente, os temas geradores, considerando-os em conjunto e não de forma isolada, atribuindo caráter “holista” ao processo de levantamento de informações, nas análises e avaliações. O conjunto dos temas geradores forma o *universo temático* dos atores participantes ou da coletividade em foco.

Portanto, o processo metodológico do DRPE, à semelhança do processo circular da pesquisa qualitativa, é formado por uma conjugação de técnicas coletivas com técnicas individuais sequenciais articuladas entre si, de modo a coletar cumulativamente informações em curto espaço de tempo. O tempo de duração da realização do DRPE em campo é de três a cinco dias.

O processo metodológico de intervenção do DRPE é formado pelas seguintes etapas (PEREIRA, 2017, p. 87-88):

- a) Formação e preparação da equipe interdisciplinar;
- b) Coleta e sistematização de informações secundárias sobre a coletividade em foco e seu contexto histórico e da região onde atua;
- c) Contato direto com os atores participantes ou com a coletividade e comunicação da realização do trabalho;
- d) Elaboração de um roteiro de entrevistas semiestruturadas;
- e) Elaboração do quadro de referência dos *temas-geradores* com um roteiro de aplicação das técnicas que vão compor o DRPE;
- f) Mobilização dos atores sociais e da coletividade;
- g) Distribuição das tarefas para cada membro da equipe interdisciplinar;
- h) Trabalho de campo com a coletividade seguindo o processo metodológico com a utilização das técnicas participativas previamente definidas, incluindo entrevistas semiestruturadas com informantes-chaves;
- i) Pré-sistematização, discussão e interpretação, pela equipe interdisciplinar, das informações coletadas ao final de cada dia de realização do trabalho de campo;
- j) Sistematização, análise e interpretação de todas as informações coletadas;
- k) Elaboração do Relatório Final;
- l) Entrega e apresentação do relatório final pela equipe e debate sobre os resultados com a coletividade, como continuidade do processo educativo e como ponto de partida para a realização do Planejamento Participativo;
- m) Avaliação do trabalho final.

As técnicas que compõem o DRPE se enquadram nos princípios da proposta emancipadora, quando a dimensão político-social é estimulada na troca de visões de mundo e análise dos significados dos conceitos e valores dominados pelos participantes. As técnicas normalmente utilizadas são as seguintes: Mapeamento Histórico; Caminhada transversal; Diagrama de Venn; Entre e Sai; Calendário Sazonal; Rotina Diária; entrevista semi-estruturada; construção; Matriz de Realidade e Objetivo; Eleição de Prioridades.

4. CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS DA GESTÃO SOCIAL

O objetivo desta seção é apresentar as principais características da gestão social, suas categorias epistemológicas e a necessária complementação metodológica para a consolidação deste campo de estudo como área do conhecimento científico.

Dentre as quatro abordagens da gestão social apresentadas por Perez e Pereira (2014), abordagem crítica frankfurteana, abordagem da gestão do desenvolvimento social interorganizacional, abordagem da administração pública societal e abordagem puquiara, na abordagem frankfurtiana o foco é o processo deliberativo de decisões públicas da Sociedade em relação ao Estado e ao Mercado, comprometido com a construção do bem comum e com vistas à emancipação social. Nesta abordagem a gestão social é conceituada como “uma ação gerencial dialógica voltada para o interesse público não estatal e para a realização do bem comum [...]” (Pereira, Cançado e Tenório, 2015, p.101-102) e apresenta como principais categorias o interesse público bem compreendido (Tocqueville, 1987), a esfera pública (Habermas, 2012) e a emancipação social (Habermas, 2012).

A gestão social tem o mesmo sentido da *deliberative governance* desenvolvida por Dryzek (2010) e seus colaboradores. A finalidade de uma ação deliberativa é o bem comum, envolvendo políticas e arranjos institucionais para promovê-lo, o que está relacionado diretamente com a concepção de Habermas (2003, p. 18), para o qual “o processo da política deliberativa constitui o âmago do processo democrático”.

Nesse sentido, as características marcantes da gestão social na construção do conhecimento científico envolvem os processos dialógicos nas práticas de gestão, no entanto, não se tem tratado em profundidade das estratégias metodológicas de pesquisa e de intervenção social na literatura brasileira. Cançado, Pereira e Tenório (2015, p. 18) elaboraram “uma primeira aproximação de construção dos fundamentos teóricos da Gestão Social e uma primeira delimitação dessa área enquanto campo do conhecimento científico”, identificando no âmbito das publicações no Brasil as seguintes categorias teóricas: interesse bem compreendido, democracia deliberativa, dialogicidade, emancipação, intersubjetividade, racionalidade, esfera pública, solidariedade e sustentabilidade. Com base nessas categorias procuraram definir a gestão social como

(...) a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e entendimento esclarecido como processo, a transparência como pressuposto e na emancipação na condição de fim último. (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 132).

Os estudos desses autores mostraram outras características da gestão social, quais sejam: tomada de decisão coletiva sem coerção, inteligibilidade da linguagem, dialogicidade, entendimento esclarecido, transparência e emancipação. No entanto, Pereira, Cançado e Tenório (2015) destacam três grandes categorias da

gestão social, quais sejam: interesse bem compreendido, esfera pública e emancipação. Trata-se, portanto, de [...] um processo dialético de organização social próprio da esfera pública, fundado no interesse bem compreendido e que tem por finalidade a emancipação [...]” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015, p. 178).

A estratégia metodológica de pesquisa, comumente utilizada por autores da abordagem frankfurtiana está fundamentada no trabalho de Villela (2012, p.38-41), em que apresenta os critérios de Cidadania Deliberativa para avaliação de processos decisórios na implementação de políticas públicas. Tais critérios se fundamentam no conceito de cidadania deliberativa: “a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em *processos de discussão*, orientados pelos princípios da *inclusão*, do *pluralismo*, da *igualdade participativa*, da *autonomia* e do *bem comum*” (VILLELA, 2012, p. 38). De acordo com Villela (2012) cada um desses componentes do conceito de cidadania deliberativa foi tratado como categoria teórica de análise com seus respectivos 21 critérios analíticos para servir de base aos roteiros de questões e questionários de pesquisas a serem realizadas nos trabalhos de campo.

5. POSSÍVEIS CONVERGENCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS ENTRE GESTÃO SOCIAL E DRPE

O Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE) constitui uma das estratégias metodológicas de intervenção da gestão social porque é capaz de incluir as seis categorias analíticas da Cidadania Deliberativa no processo de realização de cada uma das técnicas que o compõe. As técnicas utilizadas no DRPE proporcionam um processo de discussão, desde o momento da apresentação, no qual os participantes se identificam, até o último passo que é a eleição de prioridades a partir de uma eleição democrática das prioridades, visto que o processo é realizado em busca do bem comum da coletividade. As técnicas do DRPE promovem reflexão crítica coletiva, nas quais podem-se observar a inclusão, visto que é um espaço de decisão coletiva com a participação de diferentes perfis, sendo um espaço plural; a igualdade participativa a todos os participantes é colocada em prática no ato de fala de cada um, visto que todos têm direito a fala sem nenhum tipo de coerção, demonstrando diferentes opiniões e visões; na técnica da “construção”, por exemplo, é possível perceber a igualdade participativa e a autonomia dos participantes do DRPE ao terem as mesmas oportunidades de definir o que vai ser construído como bem comum da coletividade; o mesmo acontece com a “Eleição de Prioridades” onde cada um possui a mesma liberdade participativa, a mesma autonomia, ou seja, com a inclusão de todos, para tomar a melhor decisão em prol do bem comum da coletividade.

Este método converge com as características e categorias teóricas da gestão social por ser democrático e dialógico em sua concepção e em suas práticas, além de buscar desenvolver a consciência crítica ao longo do processo de diagnóstico no sentido educativo de que a própria coletividade é capaz de identificar seus

problemas, suas causas e possíveis soluções. Para desenvolver esse processo uma equipe interdisciplinar realiza as técnicas em uma sequência articulada entre elas para proporcionar reflexões críticas pelo processo de discussão entre os participantes. Após a conclusão de cada uma das técnicas a equipe interdisciplinar produz um relatório parcial das informações coletadas para, posteriormente, elaborar um relatório final e devolvê-lo à coletividade.

O DRPE pode ser considerado uma estratégia metodológica de intervenção da gestão social, pois seus resultados podem servir de base para planejamento participativo e para subsidiar políticas públicas locais. Os processos de discussão tematizados podem formar mini esferas públicas entre os participantes do DRPE, que, com a ajuda da equipe interdisciplinar, poderá sistematizar as informações geradas no debate e influenciar decisões políticas locais. Nesse sentido, os membros da equipe interdisciplinar podem ser considerados verdadeiros gestores sociais.

O DRPE constitui uma estratégia metodológica da gestão social ao colocar em prática, de forma planejada, o princípio da alteridade dialogal entre equipe interdisciplinar e a coletividade, construindo educativamente o exercício da cidadania deliberativa, proporcionando a formação de um sistema deliberativo de tomada de decisões implementado pelos próprios participantes do diagnóstico.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É relevante considerar que o DRPE pode contribuir para a consolidação da gestão social como área do conhecimento científico, ao se constituir como um ponto de partida essencial para a realização da própria gestão social, tendo em vista que suas características, tanto da gestão social quanto do DRPE, convergem para o campo teórico- metodológico da hermenêutica crítica³, ao se considerar que a coletividade e a equipe interdisciplinar formam uma verdadeira comunidade de intérpretes⁴ dos respectivos atos de falas dos participantes sobre os seus próprios problemas, suas causas e possíveis soluções de sua realidade. Respeitar a interpretação que cada participante faz sobre sua própria realidade compartilhada com outros cria um verdadeiro contexto de intersubjetividade que pode resultar em escolhas relevantes para a coletividade enquanto bem comum maior.

3 Veja Gadamer (2013) em *Verdade e método*; para uma introdução à hermenêutica veja Schmidt (2014) e Palmer (2011).

4 Veja Habermas (2012) em *Teoria do Agir Comunicativo*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. Curitiba: Editora CRV, 2 ed., 2015. 218p.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. Curitiba: Editora CRV, 2013. 211p.

DRYZEK, J. S. Rhetoric in Democracy: A Systemic Appreciation. **Political Theory**, v.38, n. 3, pp. 319-339, 2010.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I**. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 2013. 631p.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003. 354p. (vol.II, 2ed.).

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalidade social**. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2012a, v. I.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

PALMER, Richard E. **Hermenêutica**. Lisboa, PT, Ed. 70, 2011. 284p.

PEREIRA, J. R. **Diagnóstico Participativo: o método DRPE**. Tubarão: Perito, 2017. 178p.

PERES JÚNIOR, M. R.; PEREIRA, J. R. Abordagens Teóricas da Gestão Social: uma análise de citações exploratórias. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, p. 221-236, 2014.

Tocqueville, Alexis de. **A democracia na América**. São Paulo, EDUSP, 1987. 597p.

SCHMIDT, Lawrence K. **Hermenêutica**. Petrópolis, Vozes, 2014. 261p.

VILLELA, L. E. Escopo Metodológico. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e Desenvolvimento Local: critérios e análise**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, v. 1, p. 35-49.





GESTÃO SOCIAL não é o mesmo que
GESTÃO DO SOCIAL

GESTIÓN SOCIAL no es lo mismo que
GESTIÓN DE LO SOCIAL

SOCIAL MANAGEMENT is different from the
MANAGEMENT OF SOCIAL SERVICES

Fernando G. Tenório¹



¹ Professor colaborador na Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getulio Vargas (FGV) e nas seguintes universidades: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Professor visitante na Escuela Politécnica Nacional (Quito – Equador) e na Universidad Andina Simon Bolívar (Quito – Equador).

RESUMO

Neste artigo procuramos dar continuidade a uma discussão que vem ocorrendo desde o início dos anos 1990 quando o conceito de gestão social passou a ser colocado na agenda da academia brasileira. Procuramos colocar de forma antinômica o conceito de gestão social ao de gestão estratégica. Antinomia respaldada pelo debate, ainda não conclusivo, entre a questão social e a questão econômica. O leitor que der sequência a leitura, perceberá que estas oposições conceituais procuram ser fundamentadas, inicialmente, por meio de verbetes encontrados no léxico da língua portuguesa ou estrangeiras. Apesar de advogarmos por um tipo de gestão democrático inclusivo e concernente com os anseios da sociedade – gestão social, reconhecemos que os conceitos são históricos, portanto, a validade de uma proposição nos dias de hoje poderá não ser suficiente ou até deixar de existir nos dias de amanhã. Além da introdução e das considerações finais, o texto conterà ainda dois itens: questão social *versus* questão econômica e o uso inadequado de conceitos.

Palavras-chave: conceitos, gestão estratégica, gestão social, gestão do social e questão social.

RESUMEN

En este artículo tratamos de dar continuidad a una discusión que tiene lugar desde el inicio de los años 1990, cuando el concepto de gestión social comenzó formar parte de la agenda de la academia brasileña. Nos proponemos colocar de forma antinómica los conceptos de gestión social al de gestión estratégica. Dicha antinomia está respaldada por el debate –aún no conclusivo– entre la cuestión social y la cuestión económica. El lector que dé seguimiento a la lectura percibirá que estas oposiciones conceptuales intentan ser fundamentadas, inicialmente, por medio de términos encontrados en el léxico de las lenguas portuguesa o extranjeras. A pesar de que abogamos por un tipo de gestión democrática inclusiva y relacionada con los anhelos de la sociedad –gestión social–, reconocemos que los conceptos son históricos, por lo tanto, la validez de una proposición, hoy en día, podrá no ser suficiente, o inclusive dejar de existir, el día de mañana. Además de la introducción y de las consideraciones finales, el texto plantea dos puntos: cuestión social contra cuestión económica y el uso inadecuado de los conceptos.

Palabras clave: Conceptos; Gestión estratégica; Gestión social; Gestión de lo social; Cuestión social.

ABSTRACT

This article continues a discussion that began in the early 1990s when the concept of social management entered the agenda of Brazilian academia. We try to put the concept of social management in an antinomic way to that of strategic management. The opposition between these concepts is supported by an ongoing debate that involves social and economic issues. The discussions lead to realizing that the conceptual oppositions are in search of substantial grounds in words found in the lexicon of Portuguese or foreign languages. Although I am advocating an inclusive democratic management rooted in society's aspirations (social management), I acknowledge that concepts are historical elements, so the validity of a concept proposed nowadays may not be enough, or it can even disappear shortly. This article introduces the debate and presents a discussion on social vs. economic issues as well as on the inadequate use of concepts, concluding with relevant considerations for the field.

Keywords: concepts, strategic management, social management, management of social services and social issues.

1. INTRODUÇÃO, DE ACORDO COM OS LÉXICOS.

É comum no campo das ciências sociais e/ou humanas e na divisão de trabalho que dá origem a essas diversas ciências, que determinadas áreas desses conhecimentos procurem monopolizar ou se sentem no direito de apropriar-se de determinados temas de estudos da sociedade. Para algumas dessas áreas seria “natural” que as discussões ficassem restritas ao seu espaço profissional, isto é, ao seu “espaço de mercado”, mercado de trabalho. Não a toa, no Brasil, a existência de uma variedade de “conselhos profissionais” que muitas vezes chegam a submeter à juízo aqueles que “ultrapassam” a “fronteira” de determinada área. E a temática social é um daqueles assuntos nos quais os “direitos de propriedade” são a base da sobrevivência no tal mercado de trabalho consequentemente, possui o(s) seu(s) proprietário(s).

Porém, neste texto consideramos que o tema social não deve ser monopólio de nenhuma área do conhecimento na medida em que a expressão deva ser a preocupação para o alcance de qualquer atividade humana. Assim, a palavra *social* será a determinante central do presente texto que atuará adjetivando o substantivo *gestão*. De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa: “**gestão** s.f. **1** ato ou efeito de gerir; administração, gerencia” (Houaiss, 2001: 1449).¹ Por sua vez,

“**social** adj. **2g.** **1** concernente à sociedade (...) **2** concernente à amizade e união de várias pessoas (...) **3** (...) **4** relativo à comunidade, ao conjunto de cidadãos de um país; coletivo (...) **5** que tende ou é dado a viver em grupos, em sociedade; sociável, gregário (...) **6** conveniente à sociedade ou próprio dela (...) **10** o que pertence a todos; público, coletivo (...) **11** o que diz respeito ao bem-estar das massas, esp. as menos favorecidas” (Houaiss, 2001: 2595).²

Desse modo, a gestão ou o conceito de gestão do qual tratamos – *gestão social*, é aquele no qual a maneira de gerenciar quer a *coisa pública* quer a *coisa privada*, deve ser administrada de modo a que todos os afetados, sociedade, comunidade, coletivo ou grupo, estejam envolvidos desde o processo de identificação do problema, passando pela implementação da sua solução, até a avaliação do que foi socialmente planejado. Consequentemente, a autoridade do processo e o seu poder, ocorrerá por meio do compartilhamento democrático do processo de tomada de decisão. Ao contrário desse tipo de gestão, *gestão social*, o seu contraponto o denominamos de *gestão estratégica* que segundo o dicionário consultado, Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa:

1 Para que o texto não se transforme em um dicionário de palavras especializadas, não descreveremos a palavra *gestão* conforme o faremos com o vocábulo *social* que além do português será descrita em cinco diferentes línguas: alemão, castelhano, francês, inglês e italiano.

2 Abaixo descrevemos as traduções para o Português, do significado do verbete *social* por meio de cinco línguas:
 - Alemão: **sozial** adj. Tradução: “comunidade, referente sociedade, pertencente a, a ela serve, beneficente, oposição a anti social, marginal; referente a posição social, depender dela” (Wahrig deutsches Wörterbuch, 1986:...)
 - Castelhana: **social**. Tradução: “social, sociável, pertencente ou relativo à sociedade ou as contentadas entre umas e outras classes” (Dicionário de espanhol-português, 1951: 963).
 - Francês: **social**. Tradução:
 - Inglês: **social**. Tradução: “1. Social, relativo à sociedade. 2. Sociável. 3. Que vive em sociedade.” (Novo Michaelis, 1957: 879).
 - Italiano: **sociale**. Tradução: “Em sociologia, ciência s., o complexo de disciplinas que estudam fenômenos relacionados à sociedade humana, (...)” Enciclopedia Treccani <http://www.treccani.it/enciclopedia/sociale/>

“**estratégia** s.f. **1** MIL arte de coordenar a ação das forças militares, políticas, econômicas e morais implicadas na condução de um conflito ou na preparação da defesa de uma nação ou comunidades de nações **2** MIL parte da arte militar que trata das operações e movimentos de um exército até chegar, em condições vantajosas, à presença do inimigo **3** por ext. arte de aplicar com eficácia os recursos de que se dispõe ou de explorar as condições favoráveis de que porventura se desfrute, visando ao alcance de determinados objetivos **4** p. ext. ardil engenhoso, estratagemas, subterfúgio” (Houaiss, 2001: 1261).³

Assim, podemos observar que a palavra estratégia geralmente está relacionada a conflito, inimigo, exploração e, por extensão exprimindo ardileza, engenhosidade, estratagemas e subterfúgio. Se recorremos ao *Dicionário Houaiss de sinônimos e antônimos da língua portuguesa* e consultamos a sinonímia dos verbetes ardil, engenhoso, estratagemas e subterfúgio, não ficaremos surpresos se recordarmos que os sinônimos de tais verbetes são, geralmente, verbalizados quando se deseja solucionar conflitos, rechaçar o inimigo e até explorar o próximo. Ser ardiloso pode ser, entre outras, uma atitude capciosa, enganadora, maliciosa, patife, velhaca ou vil.⁴ O que desejamos salientar é que uma estratégia pode favorecer a ações não agregadora de pessoas, de comunidades, de grupos e por via de consequência, da sociedade. Deste modo, o substantivo estratégia adjetivando o substantivo gestão, aqui será entendido como o processo de tomada de decisão e ação imanente aquilo que não atende aos interesses da sociedade mas sim do mercado, espaço por excelência no qual a estratégia é a aplicação dos recursos de que se dispõe ou de explorar as condições favoráveis que porventura se desfrute, visando o alcance de determinados objetivos entre eles o lucro.

Portanto, a gestão social é antitética a gestão estratégica⁵ na medida em que a primeira tem como determinante a totalidade, a sociedade,⁶ e a segunda tem como determinante parte da sociedade, o mercado⁷. Enquanto a moral da gestão social é o solidarismo. A moral da gestão estratégica é o mercantilismo. Desse modo, quando o determinante das decisões é o mercado, a questão econômica se sobressai a questão

3 A semelhança do verbete social, também descreveremos a tradução do verbete estratégia nas cinco línguas anteriormente anunciadas:

- Alemão: Strategie f. 19; unz. Tradução: Estratégia: A arte militar. Conduta de Guerra; Sinônimo de arte do marechal; <comum> abranger o plano de realização do pilar de ideia; <cibernética> Plano para a realização de um objetivo de integração uns com os outros. Sistemas [<francês. Stratégie> grego Strategia; stratos “exército” + agein “líder”]. Wahrig deutsches Wörterbuch. München (Deutschland): Mosaik, 1986:

- Castelhana: estratégia. Tradução: “s. f. estratégia, arte de dirigir as operações militares; fig. Arte para dirigir um assunto” (Dicionário de espanhol-português, 1951: 521).

- Francês: stratégie. Tradução:

- Inglês: strategy. Tradução: “s. estratégia f. (também strategics) (...) adj. 1. Estratégico 2. Importante em estratégia, necessário para a guerra” (Novo Michaelis, 1957: 913).

- Italiano: strategia. Tradução: “A técnica de identificar os objetivos gerais de uma atividade, bem como os meios mais apropriados para alcançá-los.” Enciclopedia Treccani <http://www.treccani.it/enciclopedia/strategia>

4 Dicionário Houaiss de sinônimos e antônimos da língua portuguesa/Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Bancos de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2003: 62.

5 A antinomia dos significados de gestão social versus gestão estratégica, foi inspirada na dicotomia do linguista Ferdinand de Saussure (1973).

6 Entendemos sociedade como uma totalidade supra-individual sob a qual interagem, historicamente, culturas, instituições, ideias e valores. “A vida, (...), é ela mesma uma totalidade dispersa e contraditória, (...) cujos elementos (espécies, indivíduos) estão inseparavelmente ligados (...). A finalidade para o ser vivo e para vida toda, reside no fato de que as interações, os determinismos, formam uma totalidade (...)” (Guterman e Lefebvre, 2018: 81). [Assim, a] “verdade está na totalidade. A verdade do movimento da vida está na totalidade dos elementos em interação – meio externo e interno” (Guterman e Lefebvre, 2018: 86).

7 O mercado que procura ser o todo, é aqui entendido como parte da totalidade, da sociedade, na qual a sua análise está subordinada a lei da oferta e da procura. “Em última instância, é por isto que o controle do sistema econômico pelo mercado é consequência fundamental para toda a organização da sociedade: significa, nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (Polanyi, 2000: 77).

social.⁸ Assim, a gestão social no âmbito dos estudos organizacionais caracteriza-se por ser emancipatória enquanto a gestão estratégica é de natureza essencialmente utilitarista.

2. A QUESTÃO SOCIAL

Apesar do texto não estar diretamente relacionado a descrever o significado da *questão social*, entendemos a sua importância uma vez que as discussões que ela provoca tem origem nas contradições causadas pela *questão econômica*, determinante da gestão estratégica. Por questão econômica entenderemos todas aquelas decisões que são processadas segundo o entendimento de que o Estado deve intervir minimamente⁹ na economia uma vez que os agentes econômicos, empresas privadas, devem agir em função dos seus interesses parciais. Esse entendimento, ou no dizer de Karl Polanyi “essa engenhoca institucional, (...) se tornou a força dominante da economia – agora justificadamente descrita como *economia de mercado* – originou um fenômeno ainda mais extremo: uma sociedade inteiramente inserida no mecanismo de sua própria economia – a *sociedade de mercado*” (Polanyi, 2012: 52, itálicos do autor). De acordo ainda com Polanyi essa engenhoca se transfez em um dogma religioso, um princípio indiscutível, do liberalismo econômico.

“O liberalismo econômico foi o princípio organizador de uma sociedade engajada na criação de um sistema de mercado. Nascido como mera propensão em favor de métodos não-burocráticos, ele evoluiu para uma fé verdadeira na salvação secular do homem através de um mercado auto regulável. Um tal fanatismo resultou do súbito agravamento da tarefa pela qual ele se responsabilizara: a magnitude dos sofrimentos a serem infligidos a pessoas inocentes, assim como o amplo alcance das mudanças entrelaçadas que a organização da nova ordem envolvia. O credo liberal só assumiu seu fervor evangélico em resposta às necessidades de uma economia de mercado plenamente desenvolvida” (Polanyi, 2000: 166).¹⁰

8 “O modelo de análise e planejamento de sistemas sociais que ora predomina, nos campos da administração, da ciência política, da economia e da ciência social em geral, é unidimensional, porque reflete o moderno paradigma que, em grande parte, considera o mercado como a principal categoria para a ordenação dos negócios pessoais e sociais” (Guerreiro Ramos, 1981: 140).

9 “A tese do Estado mínimo está estreitamente ligada a uma visão peculiar da sociedade civil como um mecanismo autogerador de solidariedade social. Os pequenos pelotões da sociedade civil deveriam ter permissão para florescer, e o farão se não forem impedidos pela intervenção estatal. Diz-se que as virtudes da sociedade civil, se esta fosse deixada por sua própria conta, incluiriam: ‘Bom caráter, honestidade, dever, dedicação, honra, serviço, autodisciplina, tolerância, respeito, justiça, auto aperfeiçoamento, confiança, civilidade, firmeza, coragem, integridade, diligência, patriotismo, consideração pelos outros, frugalidade e reverência’” (Giddens, 1999: 21-22)

10 No início dos anos 90, precisamente em 1992, o fervor evangélico ao credo liberal econômico e político, é divulgado por meio do livro de Francis Fukuyama O fim da história e o último homem. Livro que no Brasil foi editado pela Editora Rocco (Rio de Janeiro) simultaneamente a edição norte-americana The end of history and the last man editado pela Free Press (New York). A tese central do livro era que a história terminava com a vitória do liberalismo econômico e político. As críticas não se fizeram esperar. No mesmo ano, 1992, o marxista inglês Perry Anderson entre outros, publica por meio da editora Verso de Londres o livro A zone of engagement. Livro que contém um capítulo denominado “The ends of history” que foi traduzido no Brasil sob a forma de livro pela Jorge Zahar Ed. (Rio de Janeiro) com o título: O fim da história: de Hegel a Fukuyama. Dado que sob uma nota de rodapé não seria possível descrever a análise contrária de Perry Anderson a tese de Fukuyama, basta lembrar que uma das objeções, o que tem a ver com a nossa contemporaneidade fundada no evangelho liberal econômico, é que Fukuyama “ignorou a persistência da desigualdade e miséria no seio das próprias sociedades capitalistas avançadas – não somente nos Estados Unidos –, o que pode moderar qualquer triunfo liberal. Não há dúvida de que o tratamento de Fukuyama sobre as questões sociais em seu ensaio foi, em certa medida, displicente” (Anderson, 1992: 84).

Historicamente, a questão social como tema de preocupação e estudo, surge no século XIX à luz das péssimas condições de trabalho originadas pela questão econômica.¹¹ Desde então questão social deixa de ser um debate sobre as condições de trabalho para envolver outros temas como educação, saúde, transporte, moradia, saneamento básico, segurança, lazer, cultura e segurança alimentar assim como discussões sobre desigualdade de classe, gênero, raça/etnia entre outros temas que afetem o bem-estar geral das populações menos favorecidas. Assim, a gestão do social seria o atendimento dessas disfunções por meio de políticas públicas e não da esperança que o sistema de mercado, ou simplesmente que a moral mercantil seja solidária na solução dos problemas por ela mesmo gerado.¹² Tentativas à solução desses problemas foram planejadas principalmente com a concepção do Estado Providência “que quase chegou a vencer a antiga insegurança social e a eliminar o medo do futuro” [teve o seu fim iniciado a década de 1980 uma vez que] o crescimento do desemprego e o surgimento de novas formas de pobreza pareciam” (Rosanvallon, 1998: 23) afastar-nos do ideal de um Estado provedor, do *welfare state*.¹³

A questão social não relacionada apenas aos temas acima mencionados, também está relacionada a todo tipo de fobia como são exemplos a xenofobia – repulsa ao estrangeiro, a homofobia – ódio aos homossexuais, misoginia – aversão a mulheres, fobias religiosas – contra cristãos, judeus, muçulmanos e outras manifestações religiosas como aquelas de origem africana. Porém, segundo Adela Cortina (2017), existe uma outra que está na raiz de muitas fobias, a *aporofobia*,¹⁴ patologia social que tem desprezo pelos pobres. Do grego *á-poros*, pobre, e *fobéo*, repelir, aporofobia “seria o ódio, repugnância ou hostilidade para com o pobre, o sem recursos, o desamparado” (Cortina, 2017: 24). Manifestações aporofóbicas de vez em quando chegam a ser destaque na mídia como são os casos extremos de perseguições e até morte de mendigos, moradores de rua e imigrantes.

Assim, dado que as questões sociais persistem aqui e alhures, nova maneira de administrar a questão social, ou seja a gestão do social, é necessária. Porém, ela, a gestão do social, não ocorrerá de maneira efetiva se o processo da sua solução for realizado de modo tradicional, isto é, o Estado pensando internamente de modo tecno-burocrático, as carências da sociedade. Ou, o que parece ser pior, delegando às estratégias do mercado a solução dos problemas sociais. Para tanto, e não só por causa disso, será necessário outro tipo de gestão na qual a sociedade é o seu determinante no processo de tomada de decisão qualquer que seja o arranjo jurídico dos diferentes agentes da sociedade. Significa dizer que os diferentes agentes da sociedade constituem “múltiplos tipos de organização, mas também, e mais importante ainda, que cada um deles pertence a enclaves

11 “Entre os anos trinta e cinquenta do século XIX, o brutal pauperismo das camadas trabalhadoras urbanas, derivado diretamente da produção capitalista, impactou a consciência social europeia e deu origem a uma larga e copiosa documentação. Intelectuais dos mais diversos matizes – reacionários e conservadores, liberais e democratas, reformadores e revolucionários – ocuparam-se do que então era designado por todos como ‘questão social’” (Engels, 2010: 30), (itálico do autor). Friedrich Engels adiante comenta que os trabalhadores ingleses diziam que a revolução industrial provocava neles, trabalhadores, um “assassinato social” (Engels, 2010: 69), (itálico do autor).

12 “E mais, a lógica irrestrita do mercado acentua as diferenças entre capacidades segundo o que é útil ou não às redes globais de capital, de produção e de consumo, de tal modo que, além de desigualdade, há polarização; ou seja, os ricos estão cada vez mais ricos, sobretudo no vértice da pirâmide, e os pobres cada vez mais pobres” (Castells, 2018: 18).

13 “O antagonismo ao *welfare state* é um dos traços neoliberais mais característicos. O *welfare state* é visto como a fonte de todos os males, de maneira muito parecida àquela como o capitalismo era visto outrora pela esquerda revolucionária. ‘Devemos voltar os olhos para o *welfare state* com a mesma atitude de zombaria e desdém com que hoje vemos a escravidão como meio de organizar o trabalho eficaz, motivado’, disse um autor. O *welfare state* ‘causa um dano enormemente destrutivo a seus supostos beneficiários: os vulneráveis, os inferiores e os desafortunados (...) aleija o espírito empreendedor e autoconfiante dos indivíduos e introduz uma profunda carga de ressentimento explosivo sob os alicerces de nossa sociedade livre’” (Giddens, 1999: 23).

14 Palavra até esta data não dicionarizada na língua castelhana, mas que está sendo aceita pela mídia e por algumas organizações como é o caso da Fundação RAIS <https://raisfundacion.org> ou Hatento – Observatório de Delitos de Ódio contra Personas sin Hogar <https://hatento.org>

distintos, no contexto da tessitura geral da sociedade” (Guerreiro Ramos, 1981: 134). Enquanto o agente público deve atuar objetivando a sociedade como um todo, de modo republicano¹⁵, os agentes econômicos possuem “exigências próprias que não coincidem, necessariamente, com aquilo que é requerido pela qualidade da existência humana em geral” (Guerreiro Ramos, 1981: 135). Os agentes econômicos devem ser considerados “como pertencentes a um enclave conceptual e pragmaticamente limitado [mercado], dentro do espaço vital humano” (Guerreiro Ramos, 1981: 135), a sociedade. Portanto, a “organização econômica é apenas um caso particular de diversos tipos de sistemas microssociais, em que as funções econômicas são desempenhadas de acordo com diferentes escalas de prioridades [estratégias]” (Guerreiro Ramos, 1981: 135).¹⁶

Sob a perspectiva da gestão social, não seria mais a costumeira relação Estado-sociedade no qual o destaque está com o Estado, mas uma relação na qual é a sociedade que tem que sobressair-se, portanto uma vinculação *sociedade-Estado*. Nem por isso também a relação deveria ser mercado-sociedade onde a sociedade é um mero consumidor, cliente da condição econômica oferta e procura. Sob a perspectiva de uma gestão concertada com a sociedade, portanto sob a relação *sociedade-mercado*, o processo decisório do agente econômico deveria estar vinculado com as necessidades da sociedade e não na produção de necessidades. Finalmente, mas não por último, sob a gestão social a relação do uso, e abuso, capital-trabalho, deveria ser invertida para *trabalho-capital* na medida em que quem cria valor é o trabalhador, qualquer que seja a posição que ocupe em uma dada estrutura organizacional, pública ou privada.

Assim sendo, como já identificamos no título deste preâmbulo, o presente texto não tratará da gestão do social, da gerência das questões sociais mas de *gestão social*. Apesar da importância da gestão do social não só como prática também como tema de estudo, o que estamos pretendendo tratar neste texto é a descrição de um conceito gerencial que desde os anos 1990 vem sendo objeto de estudo no campo da administração e que está sendo acompanhado em outras áreas do conhecimento. No campo da administração como ciência social aplicada, o conceito de gestão social seria antético ao de gestão estratégica na medida em que gerenciar de modo social é o fazer de forma dialógica, interlocutória, no qual a conversação democrática de duas ou mais pessoas é a maneira modelar de decisão. Contrário, portanto, a gestão estratégica na medida em que gerenciar dessa maneira é o fazer de forma monológica, monocrática, na qual o pensamento flui apenas do emissor para o(s) receptor(es). Do(s) superior(es) para o(s) subordinado(s).

Dado o anteriormente exposto, o conceito de gestão social não é uma ruptura epistemológica, idealista, com o conceito de gestão estratégica. Gestão social é uma expressão contra processos e movimentos reais, concretos, nos quais existe uma relação de subordinação entre a sociedade e o Estado, a sociedade e o mercado, o trabalho e o capital assim como entre o superior e o subordinado nas estruturas organizacionais. Desse modo, a gestão social é uma tentativa de superar as contradições¹⁷ impostas pela gestão estratégica, ou seja, procura evitar o aprofundamento da polarização social.

15 “O republicanismo contemporâneo – (...) – tem por meta a reintrodução dos valores da qualidade da vida pública. Nesse sentido, o republicanismo pode ser pensado tanto como um acréscimo à (e não supressão da) defesa liberal da liberdade individual e da garantia de direitos, quanto como um acréscimo aos procedimentos majoritários e rotineiros da democracia contemporânea. Ao reintroduzir o tema da qualificação do espaço público, o republicanismo contemporâneo, mais do que propugnar por reformas institucionais, aposta nas possibilidades de reativação das virtudes cívicas” (Dicionário de políticas públicas, 2015: 888).

16 “Empresa privada. Organização pertencente a indivíduos ou grupos, que produz e/ou comercializa bens ou serviços com o objetivo de lucro” (Dicionário de economia, 1987: 138).

17 “A contradição é a alavanca principal de todo o progresso intelectual e resolve-se diária e incessantemente no desenvolvimento progressivo e infinito da humanidade” (Engels, 1976).

Devemos lembrar que o conceito de gestão social como qualquer conceito, é histórico, surge para atender circunstâncias em determinado momento.¹⁸ Daí que a dialética negativa de Theodor Adorno nos aponta que os conceitos que formulamos são representações que se aproximam da identificação daquilo que pretendemos explicar em dado momento, uma vez que a contradição faz parte do pensar dialético.

“Em verdade, todos os conceitos, mesmo os filosóficos, apontam para um elemento não conceitual porque eles são, por sua parte, momentos da realidade que impele a sua formação. (...) Conceitos (...) denotam de início um elemento enfaticamente não conceitual; (...) eles visam a algo para além de si mesmos. (...) Seu teor lhes é tão imanente, isto é, espiritual, quanto ôntico, ou seja, transcendente em relação a eles. (...) A filosofia que reconhece esse fato, que extingue a autarquia do conceito, arranca a venda de seus olhos. (...) Alterar essa direção da conceptualidade, voltá-la para o não-idêntico, é a charneira da dialética negativa” (Adorno, 2009: 18-19).

Para tanto, a dialética negativa adorningiana propõe a autorreflexão do pensamento que implica “que o pensamento também precisa, para ser verdadeiro, (...), pensar contra si mesmo” (Adorno, 2009: 302). Na realidade, podemos acrescentar que a contradição entre gestão estratégica e gestão social está subordinada a lei dialética da unidade dos contrários. Ou seja, quando “pensamos em uma coisa que se transforma, percebemos que não é suficiente afirmar que o estado A [gestão estratégica] desapareceu pura e simplesmente e que apareceu um estado B [gestão social]. Algo de A perdura em B; a anulação de A não é absoluta; ainda pensamos em A quando pensamos em B” (Guterman e Lefebvre, 2018: 24). “A unidade dos contrários não é apenas interpenetração conceitual dos termos ou dilaceramento ideal: é conflito, choque, relação viva em que os contrários se produzem e se mantêm um e outro em sua própria luta, até a vitória de um deles ou até a mútua destruição – assim, a lutas das espécies animais, das classes sociais etc.” (Guterman e Lefebvre, 2018: 26-27).

Assim, no caso específico do conceito de gestão social ele foi criado no Brasil no início dos anos 90 logo em seguida a promulgação da Constituição brasileira em 1988.¹⁹ A Carta Magna vai contribuir de imediato para dar origem ao conceito na medida em que o seu **Art. 1º** determina:

“A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (Brasil, 1988: 3).

18 “Se submetemos à consideração especulativa a natureza ou a história humana ou a nossa própria atividade esperitual [caso presente], encontrar-nos-emos, logo de início, com uma trama infinita de concatenações e de inúmeras influências, onde nada permanece o que era nem como onde existia, mas tudo se destrói, se transforma, nasce e perece” (Engels, 1976: 19).

19 “O fato é que toda imagem conceitual do sistema do mundo é e continuará sendo, sempre, objetivamente, por força da situação histórica, e, subjetivamente, por assim o desejar a contextura esperitual de seu autor, uma imagem limitada” (Engels, 1976: 33).

Assim sendo, o poder do povo de participar da vida do país não só por meio de representantes eleitos (democracia representativa)²⁰ mas também por meio da participação direta (democracia deliberativa)²¹ é exercitar, no caso do Brasil, a Constituição de 1988. Praticar a Constituição, isto é, ser razoável com a Carta Magna, significa cultivar o patriotismo constitucional (Jelihovschi 2017), ou seja, o processo de tomada de decisão deve ser realizado no que é instituído pela Constituição e não apenas pela opinião e/ou interesses quer de governantes ou do quadro funcional do Estado, quer de dirigentes empresariais e/ou seu grupo de técnicos, sequer da sociedade civil organizada. São os fundamentos normativos da Constituição que deverão orientar as decisões com o objetivo de atender ao Estado democrático de direito. Desse modo, a prática do patriotismo constitucional deverá ocorrer por meio de arranjos institucionais que permitam a participação de todos os concernidos, isto é, por todos os afetados pelo processo de tomada de decisão, portanto, mais uma vez, esse é o significado que desejamos quando falamos de gestão social. Desse modo, praticar uma gestão nos moldes aqui conceitualmente pretendido, é não ser somente razoável com os preceitos constitucionais mais praticar uma moral social, uma moral democrática.

3. USO INADEQUADO DE CONCEITOS²²

Várias são os usos e abusos, no nosso acrítico cotidiano, de palavras que de maneira formal ou informal, correta ou incorreta, cujo emprego, num dado momento, se intensificam como uma moda. No momento da escrita deste ensaio vocábulos como “colaborador”, “empreendedor”, “parceiro” e quejandos são lugar-comum, porém, não são destes aspeados que desejamos comentar. Comentaremos sobre outros dois: “governança” e “populismo”. O primeiro porque procuram significar governança com um ato zeloso, diligente de administrar e o segundo procuram significar populismo como um ato interesseiro, falsamente sociável de administrar. No entanto, ambos vocábulos podem ser interpretados de modo contraditório ao senso comum.

20 “Democracia representativa é a forma de governo em que os cidadãos – isto é, os titulares do poder na comunidade política – não exercem sua soberania diretamente, mas a delegam a representantes eleitos, ou seja, as autoridades escolhidas em eleições livres, periódicas, competitivas, regulares, definidas por lei e monitoradas por um corpo judicial independente” (Dicionário de políticas públicas, 2015: 252-253). Este é o conceito desejado pela democracia liberal, porém, “[mais] de dois terços dos habitantes do planeta acham que os políticos não os representam, que os partidos (todos) priorizam os próprios interesses, que os parlamentos não são representativos e que os governos são corruptos, injustos, burocráticos e opressivos. Na percepção quase unânime dos cidadãos, a pior profissão que existe é a de político. Ainda mais quando se reproduzem eternamente e muito raro voltam à vida civil, enquanto puderem medrar pelos emaranhamentos da burocracia institucional. Esse sentimento amplamente majoritário de rejeição à política via segundo países e regiões, mas ser verifica em todas as partes” (Castells, 2018: 14-15).

21 “A democracia deliberativa é definida como resultante da decisão coletiva que emerge de arranjos que agregam escolhas coletivas estabelecidas em condições de livre e pública argumentação entre iguais, governados por essas decisões (...). Encontramos nesse conceito a junção do ideal igualitário com o ideal republicano (...)” (Dicionário de políticas públicas, 2015: 239). Para que tal conceito possa ser praticado é necessário o surgimento de uma consciência cidadã revolucionária, um sentido de mudança do status quo que pode ser manifestada por meio de: “(a) (...) de que é possível um novo começo. Nisso se reflete uma consciência histórica modificada. (...). (b) (...) convicção de que todos os indivíduos emancipados, tem que ser autores de seus destinos. (...). (c) (...) convicção de que o exercício da autoridade política não pode ser legitimado religiosamente (apelando para uma autoridade divina) ou metafisicamente (apelando para um direito natural, fundado ontologicamente). Pois uma política inteiramente profana tem que ser justificada pela razão (...)” (Habermas, 1997: 254 – 256). Portanto, a democracia deliberativa é uma democracia inclusiva na medida em que todos os envolvidos devem ser sujeitos do processo na solução das questões que os afetam.

22 Este item foi inspirado no artigo de Guerreiro Ramos “A teoria administrativa e a utilização inadequada de conceitos”. RAP 7(3), 5-17, jul./set. 1973. Segundo Guerreiro Ramos o “artigo discute a ideia de que o campo da teoria administrativa, assim descaracterizada, capitulará a um processo extrapolativo a que eu chamo ‘uso inadequado de conceitos’. O processo de mutilação da teoria administrativa ocorrerá na medida em que se servir, para tratar de fatos e problemas que lhe são inerentes, de conceitos emprestados, alheios à sua natureza intrínseca” (Ramos, 1973: 6).

Assim, logo do seu surgimento na ribalta dos exercícios gerenciais governança tinha o intento de ser uma prática republicana, isto é, no caso da administração pública as ações de Estado deveriam ser compartilhadas entre os três principais segmentos da coletividade humana: Estado, mercado e sociedade civil. Não necessariamente nesta ordem. A equivalência societal seria a maneira de atuação, governança, desses setores. Porém, nem sempre os conceitos guardam relação com a realidade, isto é, a sua identidade com o real não consegue individualizá-lo o que parece ocorrer com o signifiante governança.

Se consideramos que a expressão governança foi datada no século XV e segundo o *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa* (2009) é um substantivo feminino que significa ato de governar, governo, governação, cuja sinonímia sugere administração, comando, condução, diretoria, gerência, gestão, governadoria, governança, governo, leme, mando, rédea, regência, regime, superintendência. Como tais acepções do léxico expressam relação de obediência em que um é o superior e o outro é o subordinado, governança não significaria o apregoado, uma prática republicana. Assim, se acompanhamos o que diz o léxico, o significado original de governança não estar próximo do significado atribuído nos nossos dias, isto é, de uma relação de horizontalidade, de equivalência entre atores. Mesmo considerando a fluidez do vernáculo, portanto admitindo-se que uma palavra possa ao longo da sua existência não guardar coerência com a sua acepção original, na atualidade governança tem sido usada como uma concepção de decisão e/ou ação na qual os concernidos tem os mesmos deveres e/ou direitos.

Porém, o que podemos observar é o distanciamento não só da concepção original de governança como, também, nas intenções contemporâneas de sua prática. Isto é, o intento, como apontamos no primeiro parágrafo deste apêndice, governança significaria uma convergência de interesses entre os diferentes atores de uma dada situação decisória, que compaginariam seus interesses em função de um bem comum, parece não guardar relação com a realidade. O que temos observado é que a iniciativa e/ou normas estabelecidas para tal convergência de interesses, sempre ter origem em algum tipo de poder estatuído. Ou seja, a demanda a prática de governança ora tem o seu ponto inicial em ator governamental, ora em ator do setor privado. Desse modo, não há equivalência de poderes uma vez que a iniciativa não é uma congregação de ideias na medida em que a iniciativa partiu apenas de um ator da sociedade cujos interesses irão pautar a agenda da dita governança.

Vejamos a possibilidade de uma proposta de governança ser uma mobilização do setor público. Qual a garantia temos que todos os atores de uma dada sociedade ou de um dado problema estejam ali presentes ou representados? Os arranjos institucionais para esse tipo de ação, exemplo são as audiências públicas, não garante a participação da cidadania. O que nos assegura que o processo de divulgação e/ou canal de difusão dê garantia do pluralismo dos diferentes atores? O mesmo ocorre com a chamada governança corporativa, iniciativa não do setor público, mas do setor empresarial, mais preocupados com os interesses dos *shareholders* (acionistas) do que com os *stakeholders* (atores externos), leia-se consumidores por exemplo. Não esqueçamos que iniciativas no emprego da palavra governança não estão restritas ao setor público e privado, comete também as organizações do terceiro setor, não significando dizer que tais organizações não estejam sujeitas as patologias decorrentes do abuso de um conceito que está na moda.

Por que desconfiar do conceito de governança, que poderia substituir como alguns desejam ou até ser sinónimo, do conceito de gestão social uma vez que ambos intentos conceituais surgem no início dos anos 90? Pelos menos duas são as respostas possíveis. A primeira é que o conceito de gestão social surge para fazer frente a um outro que aparece naquele momento, a concepção de gerencia social pensamento produzido e introduzido sob a *new age* neoliberalista, por meio de um programa de treinamento promovido pelo Banco

Interamericano de Desenvolvimento (BID)²³ com o intuito de capacitar os servidores públicos da América Latina a trabalharem com políticas públicas compensatórias.²⁴ A segunda resposta aparece com o objetivo de contrapor o conceito de gestão social ao de gestão estratégica, significado de ações gerenciais de conteúdo competitivo, isto é, ações voltadas para atender as necessidades do mundo gerencial privado no qual o outro é um concorrente ou alguém a ser conquistado. Portanto, gerência social como governança, seriam antípodas ao de gestão social e não perenes como todo conceito.

Quanto ao populismo, na contemporaneidade, ressurgiu de modo pejorativo. Apesar de ter a sua formulação iniciada no quadrante final do século XIX agora, em pleno quadrante inicial do século XXI, tem sido utilizado e estudado para explicar manifestações políticas falsídicas, eleitorais ou eleitoreiras, tanto a direita quanto a esquerda. Inclusive tem-se apontado o retorno do populismo como uma maneira de fazer frente ao neoliberalismo econômico-financeiro em voga que acossa a grande maioria da população terrena. Tem sido também, infelizmente, servido de argumentos xenofóbicos contra imigrantes ou de minorias étnicas e sexuais. Tem servido para denunciar o clientelismo, adversários políticos ou quando se deseja acusar um desafeto, populista é a melhor expressão para qualificá-lo. Daí que o tema populismo tenha se revestido de adjetivações as mais diferenciadas e seja um fenômeno cujas definições e características cobrem um amplo espectro de possibilidades.

No entanto, se recorremos a história encontraremos que o populismo fez parte do passado de países como Estados Unidos da América (EUA) e Rússia. Passado, final de século XIX, no qual o populismo emerge com uma preocupação central: acudir as necessidades dos menos favorecidos. Nos EUA foi criado o *People's Party* (Partido do Povo) e na Rússia o movimento *narodnik*. Quem seriam e ainda são os menos favorecidos, o povo. Porém, a palavra povo pode significar conjunto de pessoas que falam a mesma língua, têm costumes e interesses semelhantes, história e tradições comuns ou conjunto de pessoas que vivem em comunidade num determinado território ou uma multidão de pessoas. Porém, no geral, a palavra povo vai expressar aquelas pessoas que pertencem à classe mais pobre, os desfavorecidos. E é justamente a essa classe de desfavorecidos que os movimentos populistas, norte-americano e russo no final do século XIX vai preocupar-se. Lamentavelmente, políticos, partidos políticos e/ou movimentos desde então e agora, tem-se aproveitado do substantivo povo para promover ou manter a sua posição de poder. Apesar disso, raramente o povo é descrito como soberano, como aquele que deveria ser o real detentor de poder na sociedade.

Diz a história que o Partido do Povo teve a sua origem na junção de dois outros movimentos políticos nos EUA, a *Kansas Farmers Alliance* (Aliança dos Agricultores do Kansas) e o *Knights of Labor* (Cavaleiros do Trabalho)²⁵. O contexto econômico dos EUA na época do surgimento do Partido do Povo, favoreceu a revolta popular tanto de agricultores como de trabalhadores. No entanto, com exceções, o movimento populista norte-americano não era de orientação socialista, deseja apenas fazer reformas no capitalismo vigente. O *People's Party* fenece após as eleições de 1908²⁶. Por sua vez, o movimento

23 Programa Latino-americano de Formación de Gerentes Sociales. Um dos cursos promovidos por este programa era o Curso de Directivos em Deseño y Gestión de Políticas y Programas Sociales implementado pelo Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Social (INDES) do BID. Vale lembrar que em 1993 foi publicado o livro organizado por Bernardo Kliksberg *Pobreza: um tema impostergable. Nuevas respuestas a nivel mundial México (DF): Fondo de Cultura Económica, 1993*. Também é de salientar que dois capítulos aí se destacavam por serem, a princípio, os textos referenciais da concepção de gerencial social: "Gerencia social: dilemas gerenciales y experiencias innovativas" e "¿Como capacitar en gerencial social?" ambos de Bernardo Kliksberg.

24 O Brasil aderiu a este programa patrocinado pelo BID durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, 1995 a 1998.

25 <https://www.britannica.com/topic/Farmers-Alliance> Acesso em 09.10.2018.

26 [https://www.thefreedictionary.com/Populist+\(United-States\)](https://www.thefreedictionary.com/Populist+(United-States)) Acesso em 09.10.2018.

narodnik na Rússia então czarista, tem sua origem por meio de intelectuais de orientação socialista preocupados com injustiça social que grassava aquele país da Europa Oriental. Injustiça social que ocorria notadamente com o povo que vivia no campo, com o camponês. Desse modo, os populistas russos tinham como preocupação central capacitar o homem do campo para que ele tivesse consciência da sua condição de permanente subalternidade ao sistema de governo vigente a época, o czarismo. Apesar de ser um movimento de orientação progressista, o populismo russo desaparece com a Revolução de 1917.

Possivelmente os leitores que ainda leem este texto estarão perguntando: por que o tema populista foi agregado a uma discussão sobre o conceito de gestão social? De imediato responderíamos: não é pelo modismo de a palavra populismo ressurgir na contemporaneidade no quadrante século XXI. O intento é saber valorizar a importância que a palavra povo deveria ter para o significado desejado de gestão social. Ou seja, a prática de uma gestão dialógica por meio de arranjos institucionais democráticos, preconizando o envolvimento de todos os concernidos, exige que a centralidade de suas discussões e proposições seja o povo. Ou melhor, que as demandas sociais não sejam exclusivamente aquelas admitidas e articuladas pelas interpretações dos aparelhos burocráticos existentes, quer do setor público ou empresarial privado. As demandas sociais devem ser vistas pelo gestor com atitude social, como aquelas articuladas pela demanda popular. Desse modo, o povo deve ser visto como detentor de poder, como sujeito social, não apenas como um dado, como um instrumento do poder. Se estar atento as necessidades da população, reconhecer a soberania popular é ser populista, então praticar gestão social é praticar uma ação populista uma vez que “o populismo não é uma ideologia, mas uma forma de construção do político”.²⁷

A construção do político exige, necessariamente, o reconhecimento do *demos*, de modo que a *kracia* seja praticada, isto é, que a autoridade seja do povo. Portanto, o povo deve ser reconhecido na sua soberania como sujeito em qualquer processo decisório. Não deve ser visto como um estrato social carente uma vez que as suas carências são consequentes, decorrentes, das contradições geradas por um modo de organização político-econômica de orientação estratégica na qual o povo é apenas um indicador social e não um dos agentes do processo. Portanto, se atuar com estas considerações é ser populista, a gestão social aqui pretendida guarda relação com o populismo no sentido original de seu surgimento como movimento político antagônico as oligarquias financeiras (EUA) e ao absolutismo czarista na Rússia. Assim, a gestão social é populista na medida em que o povo não é um dado da análise, mas um dos sujeitos do planejamento a ser implementado naquelas tentativas de minimizar as ainda permanentes carências sociais. É mais, a prática da gestão social não deve exercitar a *aporófbica* patologia social de rechaçar o pobre. A pobreza é uma circunstância estrutural das sociedades nas quais vivemos, deve ser solucionada com a participação da mesma sociedade e não delegada exclusivamente a políticos de turno e/ou tecnoburocratas de birô. Ou adotamos a lei do comprometimento²⁸ descrita por Guerreiro Ramos em *A redução sociológica* ou estaremos fadados a manter o *status quo* por meio da mesmice acadêmica.

27 LACLAU, 2013: 21.

28 “Lei do comprometimento. Esta lei pode ser enunciada do seguinte modo: Nos países periféricos, a ideia e a prática da redução sociológica somente podem ocorrer ao cientista social que tenha adotado sistematicamente uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto” (Ramos, 1965: 112). (Itálicos do autor).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual o receio do significado de gestão social não se fazer perene? Ou será um conceito de um dado momento? Não seria a gestão social um uso inadequado de conceitos no campo dos estudos organizacionais?

Desde o seu contraponto no início dos anos 90 aos conceitos de gerencia social e gestão estratégica, que a noção de gestão social ainda é associada ora a gestão de políticas sociais, ora a atividades assistencialistas, ora ao terceiro setor, ora a ações caritativas e até sendo uma concepção exclusiva de especificidades profissionais. De outro lado, o conceito de gestão social como todo pensamento sistematizado, pode não guardar identidade com a realidade uma vez que o subjetivismo neoliberal que vem sendo instituído desde os anos 70, pretende exaltar a individualidade e não a coletividade. Por via de consequência, os elementos constitucionais oriundos da Constituição brasileira de 1988 que privilegiavam a participação cidadã, parecem estar sendo vilipendiados por meio de um processo no qual a cidadania, que teve voto e voz na Constituinte de 88, não se faz presente.

O conceito de gestão social que vem sendo pretendido em parte da academia brasileira e que tem sido conscientemente adotado em outras instâncias fora do país, é o de uma gestão democrática, dialógica, inclusiva, onde participem todos os afetados por qualquer tipo de tomada de decisão, cuja iniciativa pode ter origem em qualquer setor da sociedade (público, privado ou público não-governamental). Desse modo, ao falarmos de gestão social não estamos falando de gerencia social ou de governança qualquer que seja a adjetivação pretendida a este último vocábulo. Não estamos falando de uma gestão utilitarista, estratégica, na qual o outro é um objeto, mas de uma gestão na qual todos os outros, vale a redundância, tem direito a participar das decisões de forma deliberativa, de atuar como sujeitos e não objetos do processo.

Assim, para que ele seja um conceito perene não basta que a academia promova o suporte epistemológico ainda necessário nem tampouco o mantenha nas suas grades de ensino, pesquisa e extensão. É necessário que o momento político e institucional do país favoreça a manutenção de uma academia plural e concernente com os anseios da sociedade. Sendo o mercado entendido apenas como um dos enclaves da sociedade e não desejando ser a sociedade. Por sua vez, para que ele não seja um uso inadequado de conceitos no campo dos estudos organizacionais e de não exclusividade deste mesmo campo de estudo, o conceito de gestão social deveria estar associado a necessidade da interdisciplinaridade do conhecimento assim como ser uma atitude crítica diante das contradições impostas pela hegemonia da gestão da questão econômica, da gestão estratégica. Daí porque a gestão social não ser o mesmo que a gestão do social, uma vez que neste último caso – a gestão do social, tem sido administrada de forma tecnoburocrática ou atendendo interesses estratégicos de partes da sociedade a revelia da totalidade.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- ANDERSON, Perry. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- BAVA, Silvio Caccia e ROMANO, Jorge O. “Vamos falar de populismo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil* São Paulo: Le Monde Diplomatique Brasil, Ano 10, Número 120, Julho 2017, pp. 3-5.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição: República Federativa do Brasil* – Brasília: Senado Federal. Centro Gráfico, 1988.
- CANÇADO, Airton Cardoso, PEREIRA, José Roberto e TENÓRIO, Fernando Guilherme *Gestão social: epistemologia de um paradigma*. 2. ed. Curitiba: Editora CRV, 2015.
- CANÇADO, Airton Cardoso; TAVARES, Bruno; DALLABRIDA, Valdir Roque. “Gestão social e governança territorial: interseções e especificidades teórico-práticas”. In: *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v.9, n.3, p.313-353, set/dez, 2013.
- CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CORTINA, Adela. *Aporofobia, el rechazo al pobre: un desafío para la democracia*. Barcelona: Paidós, 2017.
- D’ERAMO, Marco. “Populismo para oligarcas”. In: *New Left Review* Quito: IAEN; Madrid: Traficantes de Sueños, N. 82 sep/oct 2013, pp. 7-40.
- Dicionário de economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1987.
- Dicionário de espanhol-português*. Porto: Porto Editora, 1951.
- Dicionário de Políticas Públicas* (Organizadores) Geraldo de Giovanni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP; FUNDAP, 2015.
- Dicionário Houaiss de sinônimos e antônimos da língua portuguesa*/Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Bancos de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Düring*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FERNANDES, Rubem César. (Org.) *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GIDDENS, Anthony. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da socialdemocracia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- GUTERMAN, Norbert e LEFEBVRE, Henri. In: *Introdução LÊNIN, Vladimir Ilitch. Cadernos filosóficos: Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2018.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*, volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JELIHOVSCHI, Ana Paula G. et all “Interfaces conceituais entre patriotismo constitucional e gestão social: um estudo de caso.” In: *CS e DT – Controle Social e Desenvolvimento Territorial* V. 1, n. 1, jan./jul. 2017, pp. 6-25.

JUDIS, John B. *A explosão do populismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2017.

Novo Michaelis: dicionário ilustrado. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1957.

KALTWASSER, Cristobal Rovira e MUDDE, Cas. *Populismo: uma brevíssima introdução*. Lisboa: Gradiva, 2017.

LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

PANIZZA, Francisco. (Org.) *El populismo como espejo de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Campus, 2000.

----- *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

_____, “A teoria administrativa e a utilização inadequada de conceitos” In: *RAP* 7(3), 5-17, jul./set. 1973.

ROSANVALLON, Pierre. *A nova questão social: repensando o Estado Providência*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1973.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. *Uma alternativa: gestão social*. Ijuí (RS): Editora Unijuí, 2016.

VERSTRYNGE, Jorge. *Populismo: el veto de los pueblos*. Barcelona: El Viejo Topo, 2017.

WAHRIG deutsches Wörterbuch. München (Deutschland): Mosaik, 1986.



HISTÓRIAS E NARRATIVAS INSTITUCIONAIS
COMO TEMA DE ESTUDO DE ESTRATÉGIAS
TRANSFORMACIONAIS EM UMA UNIVERSIDADE
PÚBLICA NA PERSPECTIVA APRECIATIVA

*INSTITUTIONAL STORIES AND NARRATIVES AS
THE SUBJECT OF STUDY OF TRANSFORMATIONAL
STRATEGIES IN A PUBLIC UNIVERSITY FROM AN
APPRECIATIVE PERSPECTIVE*

Rezilda Rodrigues Oliveira¹
Fernanda Claudino Prestrêlo²



¹ Professora do Departamento de Administração da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

² Aluna da Graduação em Administração da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

RESUMO

Este artigo discute como a Investigação Apreciativa (IA), com suas lentes construcionistas sociais, pode contribuir para a descoberta dos mecanismos pelos quais estratégias transformacionais são formuladas e implementadas em uma Instituição Federal de Ensino Superior. Assim, neste tema de estudo se evidencia como as histórias e narrativas institucionais, como parte intrínseca de tais mecanismos, permitem revelar as estratégias adotadas pelas gestoras da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (CPA/UFRPE). No referencial, predomina a abordagem e metodologia da IA, pela qual se pode analisar, através das falas histórico-institucionais das gestoras da CPA/UFRPE, como elas observam as contribuições dadas ao processo de autoavaliação sob sua incumbência. Uma modelagem apreciativa e quadrimensional associada ao ciclo de 5-D foi delineada e aplicada no contexto da pandemia da COVID-19. Esta é uma particularidade que afetou o protocolo de coleta e análise dos dados como apontado na consecução do estudo, baseado em narrativas que invocam significados compartilhados cujos conteúdos remetem às estratégias transformacionais construídas pela CPA/UFRPE. A pesquisa contou com levantamento documental e a realização de entrevistas com três diferentes gestoras da CPA/UFRPE, interpretadas como figuras associadas às lideranças vistas como agentes empenhadas em construir mudanças, capazes de pôr em prática certas e relevantes estratégias transformacionais nesta universidade. Ao final, obteve-se um retrato das entregas consideradas como os principais produtos da CPA/UFRPE, segundo relato de suas gestoras no momento em que estiveram à frente dessa importante instância institucional.

Palavras-chave: Investigação Apreciativa, Modelagem Quadrimensional de 5-D, Autoavaliação Institucional, Agentes de Mudança.

ABSTRACT

This article discusses how Appreciative Inquiry (AI), with its social constructionist lenses, can contribute to the discovery of the mechanisms by which transformational strategies are formulated and implemented in a Federal Institution of Higher Education. Thus, this study theme highlights how institutional histories and narratives, as an intrinsic part of such mechanisms, allow us to reveal the strategies adopted by the managers of the Comissão Própria de Avaliação of Universidade Federal Rural de Pernambuco (CPA/UFRPE). In the referential, the AI approach and methodology predominates, through which it is possible to analyze, through the historical- institutional speeches of the CPA/UFRPE managers, how they observe the contributions given to the autoevaluation process under their responsibility. An appreciative, four- dimensional modeling associated with the 5-D cycle was outlined and applied in the context of the COVID-19 pandemic. This is a particularity that affected the protocol for data collection and analysis as pointed out in the study's consecution, based on narratives that invoke shared meanings whose contents refer to the transformational strategies built by CPA/UFRPE. The research included a document survey and interviews with three different managers of the CPA/UFRPE, interpreted as figures associated with leaderships seen as agents committed to building change, capable of putting into practice certain relevant transformational strategies in this university. At the end, a picture was obtained of the deliveries considered to be the main products of the CPA/UFRPE, according to the reports of its managers at the time they were in charge of this important institutional instance.

Keywords: Appreciative Inquiry; Four-dimensional 5-D modeling, Agents of Change, Institutional Autoevaluation.

Situa-se a CPA no contexto do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES),¹ a quem cabe organizar e conduzir a avaliação interna das Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas, além de sistematizar resultados e análises enviados ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na UFRPE, a CPA foi instituída em 2004 tendo como propósito elaborar e desenvolver uma proposta de autoavaliação institucional, coordenando e articulando os processos internos de avaliação dessa Universidade,² abrangendo desde o campus sede de Dois Irmãos (Recife) até às demais Unidades Acadêmicas de Garanhuns (UAG), de Serra Talhada (UAST) e do Cabo de Santo Agostinho (UACSA), além da Educação a Distância (UAEADTec). No caso, o estudo destaca uma instância institucional que desenvolve uma atividade coletiva realizada por todos os segmentos acadêmicos, gestores e comunidade, liderados por docentes ocupantes da presidência na CPA/UFRPE.³

Ademais, registra-se que a escolha da CPA/UFRPE foi proposital e por conveniência por este ser um fenômeno de interesse dos pesquisadores e se ter acesso direto aos seus integrantes, os quais receberam muito bem a proposta que lhes foi apresentada. Por outro lado, o desenho original da pesquisa foi ajustado devido ao atual contexto da COVID-19, tendo-se realizado um reordenamento metodológico, levando em conta a redução no alcance da pesquisa, sem perda de sua qualidade.

Deste modo, o trabalho concentrou-se na elaboração de um protocolo de pesquisa e seus instrumentos de coleta e análise dos dados, mediante entrevistas qualificadas com as gestoras da CPA/UFRPE, em diferentes períodos de atuação. O assunto é melhor detalhado na seção de metodologia.

É importante dizer que se procurou enfatizar a atuação da CPA/UFRPE como um agente de mudança responsável pelos processos de transformação vividos por essa IES, ao mesmo tempo em que seus integrantes se responsabilizam pela mobilização de recursos para criar ou promover transformações institucionais a fim de alcançar seus objetivos. Para que eles se revelem como agentes ativos, suas ações devem ser associadas aos discursos e práticas construídos pela linguagem e pela interação social e organizacional (COJOCARU; BRAGARU; CIUCHI, 2012). Considera-se que tais agentes produzem uma memória institucional bem como conhecimento tácito relativo ao seu trabalho, além de abrir espaços de reflexão e aprendizagem que podem ajudar uma organização a lidar com mudanças, responder a novas oportunidades e enfrentar os desafios que se apresentam (PRASAD; HALL; THUMMURU, 2006).

Neste sentido, o emprego da narrativa pode ser entendido como uma forma de avaliação que se apoia no processo social ou desempenho em ação, expressando as realizações de uma gestão. Junto com as gestoras da CPA/UFRPE, delineou-se uma história proveniente de três distintas narrativas colhidas e interpretadas por meio do referencial da IA, que favoreceu a elaboração de perguntas que visaram a conhecer e a avaliar o potencial positivo dessa instância institucional.

1 O SINAES foi instituído nos termos do artigo 11 da Lei nº 10.861/2004 (BRASIL, 2004).

2 Na UFRPE, a CPA foi instituída pela portaria no 313/2004 – GR, sendo que seu regimento atual foi aprovado pelo Conselho Universitário, através da Resolução no 114/2018 (UFRPE, 2018a).

3 As atribuições da presidência da CPA/UFRPE são privativas dos docentes, conforme estão definidas no seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 114/2018, do Conselho Universitário da UFRPE, em 02/08/2018. A escolha dos representantes docentes e técnicos é feita a partir de eleição, de acordo com o Regimento da Comissão Própria de Avaliação. Disponível em: <http://cpa.ufrpe.br/sites/cpa.ufrpe.br/files/REGIMENTO%20INTERNO%20DA%20CPA%20%282018%29.pdf> Acesso em 12 jun. 2020.

O emprego da IA diz respeito a um processo de avaliação que se distingue das outras porque faz um julgamento sobre o mérito ou valor dos programas e projetos de uma organização (COGHLAN; PRESKILL; CAT-SAMBAS, 2003). O design da pesquisa deve ser adaptativo e direcionado segundo as especificidades do estudo. Em essência, a avaliação que se faz depende da lente apreciativa através da qual os pesquisadores podem examinar, ponderar, agir, refletir e aprender e, em meio a esse processo, construir programas, organizações e relacionamentos mais bem-sucedidos.

Em vez de se construir uma estratégia de medição habitual baseada no déficit, a escolha da perspectiva apreciativa requer a adoção de um estilo narrativo oriundo de histórias sobre os aspectos e qualidades mais positivas da organização, como um fio condutor do processo de avaliação (VAN DER HAAR; HOSKING, 2004). A próxima seção segue essa orientação ao se delimitar o objeto da pesquisa, que tem a CPA/UFRPE como foco da avaliação apreciativa.

2. METODOLOGIA: MATERIAL E MÉTODOS UTILIZADOS

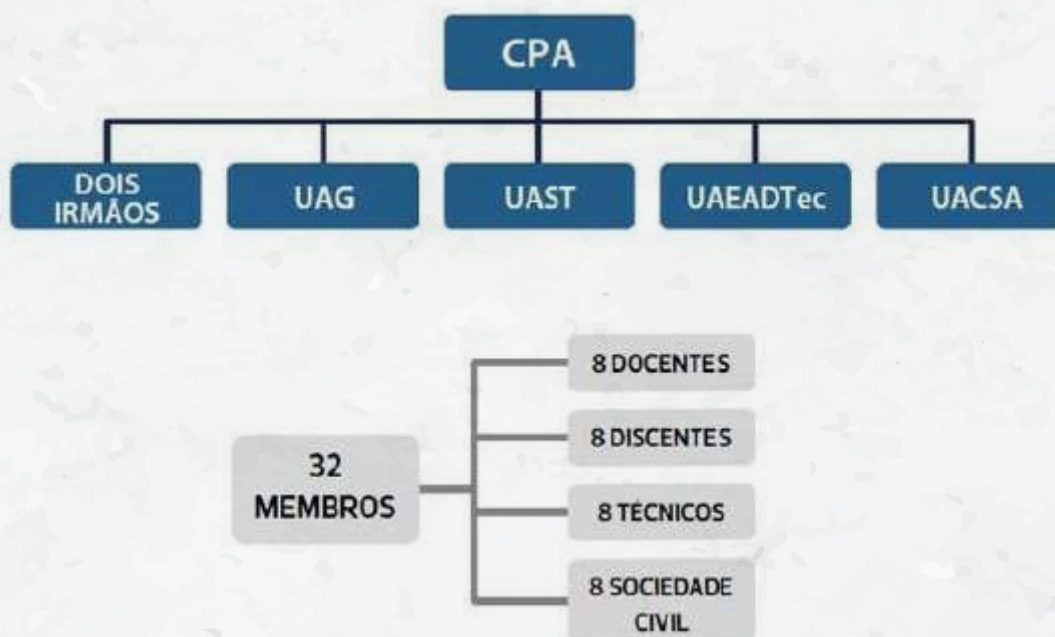
2.1. DELIMITAÇÃO DA CPA/UFRPE COMO OBJETO DO ESTUDO

Para De Sordi (2011), a CPA pode ser vista como espaço organizador da participação da comunidade acadêmica, aplicada a processos de avaliação institucional realizada mediante o encontro de atores sociais nos fóruns coletivos das instituições educacionais, sempre visando ao aprimoramento da qualidade de ensino de forma organizada e plural.

Por força da lei nº 10.861/2004, uma CPA deve ser constituída em todas as IES do país e ter assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, junto com a autonomia garantida perante conselhos e demais órgãos colegiados existentes em tais instituições. Em seu funcionamento, institui-se um regimento próprio e não se permite que haja representação majoritária de qualquer um dos segmentos (BRASIL, 2004).

Como reforço ao que foi dito na introdução, a escolha da CPA/UFRPE resultou de uma amostragem por conveniência (GIL, 2010), considerando sua importância e o significado que esta tem no contexto do foco dado ao Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRPE (PDI UFRPE 2013-2020).

No caso da CPA/UFRPE, registra-se a seguinte composição retratada na Figura 1: 32 membros com representação paritária de docentes, técnicos, discentes e representantes da sociedade civil, distribuídos pela sede da instituição no campus Dois Irmãos no Recife e pelos demais campi desta IES, distribuídos pelo interior pernambucano. Conforme atribuição regimental, um docente atua como presidente e um técnico como substituto eventual (UFRPE, 2018a).

Figura 1: Composição da CPA/UFRPE.

Fonte: UFRPE (2018a, p. 7)

Na concepção da CPA/UFRPE, a autoavaliação institucional é compreendida como um direito que toda a comunidade universitária tem de ser partícipe do seu processo de planejamento e desenvolvimento institucional. Esse processo se inicia com a autoavaliação desta IES, mediante um espaço onde docentes, discentes e técnicos podem apontar as potencialidades e fragilidades da universidade (UFRPE, 2018a).

Para promover o processo de autoavaliação que lhe cabe, a CPA/UFRPE conta com o suporte administrativo da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN) da UFRPE, como órgão autônomo que segue a Resolução do Conselho Universitário nº 004/2013 e o Regimento da PROPLAN, em seu Art. 3, §3º, aprovado pelo Conselho Universitário, através da Resolução nº 14/2018 (UFRPE, 2019).

No momento em que realizou a pesquisa, além dos trabalhos relacionados ao ciclo avaliativo 2018-2020, o grande desafio da CPA/UFRPE estava relacionado aos preparativos requeridos pelos planos de gestão dessa IFES, a partir da autoavaliação institucional, bem como quanto ao credenciamento institucional em 2022, ao qual a UFRPE será submetida (UFRPE, 2020c). A última avaliação institucional da UFRPE ocorreu em 2012, obtendo-se o conceito institucional 4 (UFRPE, 2019b).

Aplicado à CPA/UFRPE, o estudo parte do entendimento de que a IA tem os seus fundamentos nas posições conceituais/ontológicas de autores socioconstrucionistas, que reconhecem a premissa de que a linguagem, o conhecimento e a ação estão indissociavelmente ligados. As organizações são consideradas como os resultados das interações dos seus membros com ocorrências históricas, culturais, sociais, económicas e políticas (GRANT; HUMPHRIES, 2006). Na próxima seção, são apresentados os argumentos que defendem o processo de apreciar e avaliar como duas atividades inseparáveis e interdependentes, devendo ser entendidas como algo entrelaçado, contínuo e recursivo (VAN DER HAAR, 2002). Trata-se de uma teoria em ação, em que há uma realimentação constante.

2.2 BASES TEÓRICO-EMPÍRICAS DA AVALIAÇÃO E A CONTRIBUIÇÃO DA INVESTIGAÇÃO APRECIATIVA

A IA nasceu como uma abordagem e metodologia de mudança, criada em 1980, na concepção da tese de doutorado de David Cooperrider, defendida na Case Western University (EUA). A partir de sua pesquisa, o autor observou que as pessoas estavam muito mais abertas a mudanças e se permitiam muito mais mudar, quando eram questionadas a respeito do que era positivo e não do que era negativo, ou do que lhes faltava. Por conta desta perspectiva, a avaliação apreciativa, diferente dos outros tipos de avaliação, é focada no positivo e se afasta da visão negativa ou deficitária no estudo organizacional que se detém na abordagem centrada nos problemas ou em algo negativo (LUDEMA; COOPERRIDER; BARRETT, 2005).

A prática da avaliação de IA envolve combinar o construcionismo social (em busca de significado compartilhado em vez de se fixar somente em fatos mensuráveis) com a teoria crítica (desafios às maneiras de pensar e agir), etnografia (compreender o mundo com base em suas experiências e totalidade) e contar histórias (encorajar e ouvir narrativas). Isto implica desenvolver um ciclo de ação, reflexão e aprendizagem (COOPERRIDER; WHITNEY, 2006; GRANT; HUMPHRIES, 2006).

A visão adotada afasta-se das perspectivas lineares mais tradicionais e se detém em examinar processos de mudança que sejam colaborativos, sistêmicos e transformacionais. A ênfase recai nos métodos que visam a descobrir forças da organização conforme elas são utilizadas e percebidas por sua equipe executiva (NEWMAN; FITZGERALD, 2001).

Sobre avaliação, Belloni (1996) estabelece ligação com o processo sistemático de busca de subsídios para melhoria e aperfeiçoamento da qualidade institucional. Da mesma forma, a preocupação com a condução do objeto avaliado também se expressa pelo ato de transformá-lo, ao mesmo tempo em que oferece subsídios para o processo decisório dos gestores, de forma sustentável (NUNES; DUARTE; PEREIRA, 2017).

Especialmente, a avaliação pode ser considerada uma ferramenta principal da organização e da implementação de reformas educacionais. Produz mudanças nos currículos, nas metodologias de ensino, nos conceitos e práticas de formação, na gestão, nas estruturas de poder, nos modelos institucionais, nas configurações do sistema educativo, nas políticas e prioridades da pesquisa, nas noções de pertinência e responsabilidade social (DIAS SOBRINHO, 2010).

Metodologicamente, optou-se por um modo de avaliação que leva as organizações a descobrirem sua própria eficácia, tomando os diálogos como base epistemológica. A estratégia difere dos métodos tradicionais associados à resolução de problemas. Procura-se descobrir o que é positivo e o que já está funcionando em relação à missão e aos objetivos que são relevantes para uma determinada organização (COOPERRIDER; WHITNEY; STAVROS, 2009).

Assim, considera-se o ponto de vista das pessoas que detêm o conhecimento (tácito) da própria organização, de tal sorte que a avaliação não venha de fora, mas sim do seio de onde se origina sua identidade e essência institucional. O processo tem lugar com o compartilhamento de boas histórias, o uso de boas práticas de comunicação organizacional, a construção de memórias e relatos acerca de projetos exitosos (COOPERRIDER; WHITNEY, 2006).

Prasad; Hall e Thummuru (2006) defendem essa orientação, sendo favoráveis à utilização de histórias e narrativas institucionais como mecanismos de avaliação. Para os autores, a conexão da avaliação com as

narrativas indica que elas podem ser integradas à análise de processos organizacionais ou para auxiliar no planejamento de programas, tomadas de decisão, produção e gestão estratégica. Deste modo, quando uma organização decide fazer a avaliação apreciativa, seus integrantes precisam saber que o objetivo a ser alcançado não consiste em identificar problemas, mas sim em conhecer melhor suas forças e empoderar quem nela trabalha (ROGERS; FRASER, 2003).

Há também o pressuposto de que as instituições se deslocam em direção ao que estudam, baseando-se no positivo e nos pontos fortes, recebendo aportes da psicologia positiva bem como da construção social da linguagem (McARTHUR-BLAIR; COCKELL, 2018). Daí a prevalência das entrevistas e dos encontros coletivos como fonte de evidência daquilo que os autores chamam de “diálogos” considerando que as entrevistas sofrem certas implicações metodológicas quanto à sua interpretação. A entonação positiva desse referencial ao ser transposto para um protocolo sugere que, em vez de as perguntas de uma entrevista se fixarem em aspectos deficitários da vida institucional, o pesquisador assume que toda organização tem algo que funciona direito - coisas que lhe dão vida quando estão mais vigorosas, eficazes, bem-sucedidas e conectadas de maneira mais saudável (COOPERRIDER; WHITNEY; STAVROS, 2009).

O trabalho foi feito considerando que a IA e a teoria crítica partilham uma base epistemológica ancorada em bases socioconstrucionistas, tendo em vista que a linguagem é central para todas as ações (GRANT; HUMPHRIES, 2006).

Não menos importante, é ponderar que histórias e narrativas, tanto individuais como coletivas, podem revelar uma visão conjunta dos eventos levados a efeito, fazendo referência a assuntos do passado e do presente, que possam contribuir para a projeção do futuro de uma organização. Neste caso, pesquisadores e participantes podem discutir experiências que expressem a complexidade da vida organizacional e das realizações das pessoas, ao longo do tempo, no lugar onde o evento aconteceu e em interação social com o meio circundante (CLANDININ; CONNELLY, 2011). A próxima seção expõe questões acerca do protocolo adotado no estudo da CPA/UFRPE.

2.3 PROTOCOLO DE PESQUISA EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

O desenho original da pesquisa dizia respeito à realização de encontros presenciais, à discussão face a face e a um processo baseado em interações, trocas dialógicas e observação como prevê o repertório da IA (COOPERRIDER; WHITNEY, 2006). Porém, devido à suspensão das atividades acadêmicas presenciais em meados de março/2020,⁴ por conta da pandemia da COVID-19, não houve a realização de entrevistas, oficinas, reuniões e debates com o pessoal da CPA/UFRPE, nem tampouco as visitas técnicas agendadas no início de 2020. Assim, introduziu-se uma vertente cujas estruturas metodológicas enfocam o peso do trabalho empírico decorrente da figura da liderança, segundo a lente teórica construcionista, ligada a uma postura apreciativa e participativa.

Com este propósito, o foco do estudo foi centralizado na figura da liderança (em oposição à figura dos líderes), a qual se aplica os métodos de investigação centrados na narrativa (OSPINA *et al.*, 2012). Em outras palavras, a investigação concentrou-se na natureza do trabalho institucional realizado e não na liderança

4 Visando à proteção à saúde da população, em plena pandemia da COVID-19, as atividades acadêmicas presenciais foram suspensas pelo Consórcio Pernambuco Universitas e os Institutos Federais do Estado de Pernambuco (UFPE, UPE, UFRPE, IFPE, IF Sertão - PE, Ufape, Unicap e Univasf) (UFRPE, 2020).

diretamente. Por causa disso, buscou-se obter narrativas das lideranças da CPA/UFRPE, ressaltando-se as experiências com seu trabalho com o grupo de que elas fazem parte e ao significado que atribuem às suas realizações em determinado contexto, em que estas se caracterizem como sendo também de caráter coletivo. De acordo com a opção metodológica, junto com pesquisa documental, formulou-se um protocolo da pesquisa e elaborou-se um roteiro de entrevista apreciativa realizada por meio eletrônico, que permitiu realizar conversações e envio de e-mails, ao lado de telefonemas de sensibilização das lideranças que estiveram à frente da direção da CPA/UFRPE, quanto aos propósitos e características de um estudo apreciativo, como variante de um processo de avaliação institucional.

Assim, fez-se contato com as coordenadoras que estiveram à frente da CPA nos períodos correspondentes aos anos de 2011 até 2020,⁵ identificados na Figura 2.

Em retrospecto, cabe lembrar que a forma de coleta de dados anterior já havia sido acolhida positivamente pelos participantes, ainda na fase presencial em que transcorreram reuniões, observação in loco nos eventos ligados à apresentação de relatórios de desempenho da CPA/UFRPE e visitas técnicas realizadas em diferentes momentos.

Figura 2: Linha do tempo referente à atuação das entrevistadas como presidentes da CPA/UFRPE.



Fonte: elaboração própria

O delineamento dos elementos da avaliação apreciativa esteve sempre focado nos diálogos e interações com os membros dessa Comissão, o que facilitou a aproximação perante as suas principais lideranças, sobretudo àquelas responsáveis pela elaboração do discurso institucional da CPA/UFRPE, ao longo da linha do tempo delineada na Figura 2.

Nas conversações mantidas com as três entrevistadas trabalhou-se com as ilustrações contidas em um roteiro e modelo associados à IA, conforme exposto na Figura 3. No novo formato de avaliação adotado, a liderança é vista como um processo relacional, enquanto os relatos narrativos do trabalho por ela vivenciados não consti-

5 O interregno das três trajetórias de gestão foi obtido mediante consulta à secretaria da CPA/UFRPE, que forneceu os dados referentes ao período que cada coordenadora esteve à frente dessa instância institucional. Houve um acordo prévio com as coordenadoras da CPA/UFRPRE quanto à preservação das identidades de cada uma, que foram mencionadas pelo termo "Entrevistadas". A concordância das participantes ficou expressa em um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da Pesquisa.

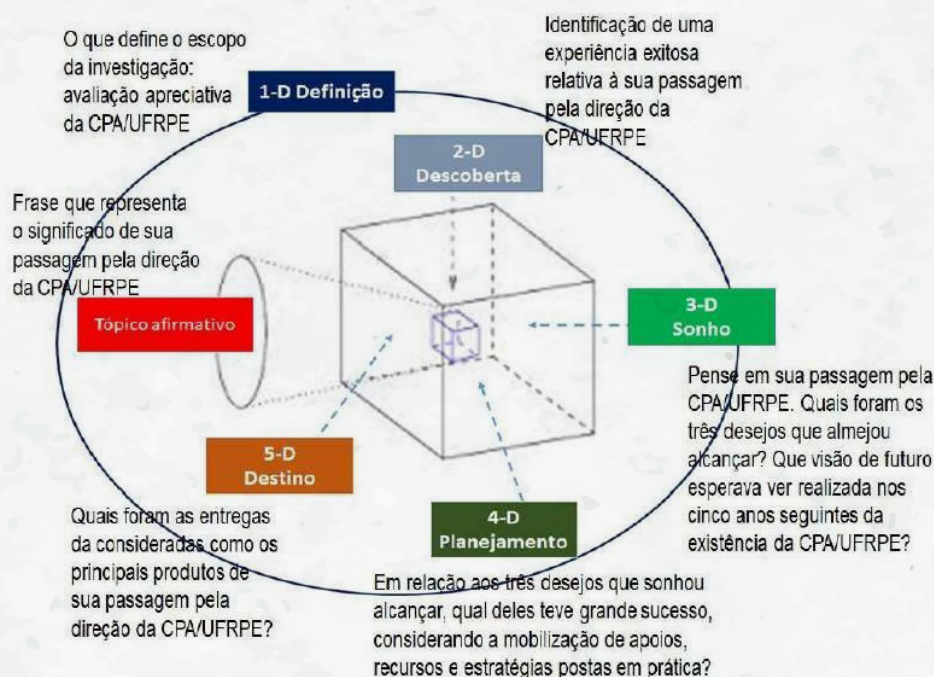
tuem posses dos participantes que contam as histórias, mas sim dos conjuntos mais amplos de relacionamentos dos atores envolvidos (LUDEMA, 1996). Sendo assim, histórias são produtos sociais, da mesma forma que a liderança é um produto social.

As participantes foram convidadas a pensar de modo diferente de outras abordagens de avaliação que enfatizam a descoberta das causas básicas de um dado programa não atingir os resultados definidos. Explicou-se que a abordagem apreciativa se concentra no que funcionou na organização, por que funcionou e como funcionou, entre outros aspectos centrais da análise apreciativa (OJHA, 2010). Outro ponto defendido por Souza; McNamee e Santos (2010, p. 605), refere-se que "...quando investigamos o que está funcionando e o que as pessoas valorizam sobre aquilo que fazem, realidades de recursos e possibilidades são produzidas".

Com adaptações realizadas no percurso da pesquisa, na Figura 3, assinala-se a modelagem quadrimensional do ciclo apreciativo, que vai do 1-D *Definition/Definição*, 2-D *Discovery/Descoberta*, 3-D *Dream/Sonho*, 4-D *Design/Planejamento* até o 5-D *Destiny/Destino*. Observa-se que o desenho indica como flui a coleta de dados e a análise apreciativa, em cujo núcleo está o tópico afirmativo que resume o escopo adotado na avaliação, sendo este a síntese da visão e reflexão dos participantes acerca do objeto investigado.

Como elemento de reforço, foi feito um apelo às gestoras entrevistadas para considerar que a apreciação requer conectar-se com o que os outros valorizaram no momento em que estiveram em ação e contaram com a colaboração, o apoio e o reconhecimento de todos (BARGE; OLIVER, 2003). O que implica estar consciente, ter plena ou suficientemente indicação de que as experiências tiveram êxito porque contaram com a sinergia de um grupo, conforme aquilo foi feito e os desejos que se tornaram realidade. Em um estudo de gestão, invoca-se exemplos nos quais a linguagem e os processos sociais tiveram relações estreitas e foram realizados concebendo-se existir relações de poder (GRANT; HUMPHRIES, 2006).

Figura 3: Modelo de 5-D da IA (formato quadrimensional).



Fonte: Adaptado de Cooperrider; Whitney; Stavros (2009)

No preâmbulo do protocolo da pesquisa, foi explicado às respondentes que é natural construir esse roteiro de trabalho com foco nos pontos fortes a serem descobertos pelos participantes em um processo de coleta de dados que é, geralmente, entrelaçado e interativo com a análise apreciativa (COOPERRIDER; WHITNEY, 2006).

A temática dos agentes de mudança levou à reflexão feita em conjunto junto com as participantes da pesquisa: cabe aos interessados procurar entender a si mesmos considerando o que fazem, como agem e se relacionam com os outros, bem como se preocupam com processos de transformação que ocorrem em determinado período, podendo fazer contribuições significativas acerca do que está sendo avaliado (BARTUNEK, 2002).

O desenho exposto na Figura 3 tomou como referência o fato de a pesquisa apreciativa abordar temas que visam a descobrir pontos altos pessoais e organizacionais, bem como o que os entrevistados valorizam em suas experiências pessoais/profissionais como estas contribuíram para o sucesso tanto individual como coletivo de um grupo de trabalho, como é o caso da CPA/UFRPE.

A entrevista apreciativa pode ser vista, então, como uma escolha importante para o delineamento das narrativas, razão pela qual se revela como uma ferramenta fundamental para a realização de avaliações significativas do desempenho pessoal e organizacional (KLUGER; NIR, 2010). Esses pontos serviram para sustentar o recorte efetuado no decorrer da pesquisa, cujo traçado requer “amarrar” a descrição histórica acerca da decisão categórica tomada na condução da pesquisa, como exposto na próxima seção.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em uma pesquisa de natureza dialógica e relacional, a discussão acerca de um processo que se passa em meio a um momento crucial da pandemia da COVID-19, vale a pena discorrer sobre a redução do escopo da investigação e a decisão de focar apenas as gestoras da CPA/UFRPE, sem que tenha havido perda de qualidade. Ganhos ocorreram, então, mesmo com o corte substantivo, em que se introduziu literatura, metodologia e justificativas que espelhassem a nova opção epistemológica, ante o enfoque dado às gestoras à frente da CPA/UFRPE.

Para tanto, destaca-se a lente apreciativa segundo a qual se observa três orientações importantes no estudo da liderança: uma que enfatiza a liderança compartilhada e os processos coletivos de criação de significado que moldam a experiência da liderança; um segundo que incentiva a busca por possibilidades de ação em diferentes graus de complexidade e um terceiro, segundo o qual não se olha o comportamento dos participantes do processo de liderança de forma isolada. Neste sentido, direciona-se a busca pela liderança em novos lugares. O foco deve ser direcionado às tarefas que os grupos executam sob uma liderança que os leve a agir de forma concatenada visando ao alcance de seus objetivos (OSPINA *et al.*, 2004).

No raciocínio adotado, experiências positivas compartilhadas através de histórias e narrativas criam compreensão e linguagem comuns, muitas vezes novas e transformadoras. Cada história e narrativa apreciativa reforça valores compartilhados, crenças e potencial criativo e coletivo (MÉNDEZ, 2010), que constituem o caminho natural seguido pela avaliação apreciativa. Neste particular, os termos ‘história’ e ‘narrativa’ são frequentemente usados de forma intercambiável. No entanto, algumas pesquisas destacam que a história consiste no relato informal da experiência vivida, enquanto a narrativa é uma interpretação estruturada da história, que inclui acréscimos e correções do pesquisador, incluindo fontes documentais e etnográficas como forma de validação (DRUMM, 2013).

Para os fins dos resultados e discussão deste trabalho, ambas, história e narrativa são interdependentes. Nesse sentido, este viés fez parte da preparação do protocolo de pesquisa, cujo delineamento fugiu da modelagem do *one size fits all*, devendo ser visto segundo seu modo formativo e construcionista (SOUZA; McNAMEE; SANTOS, 2010).

Além disso, procurou-se estar atendo ao sentido da conversação, tendo a institucionalidade como norteadora da entrevista e o firme compromisso de descobrir o que constrói o discurso, ou seja, o contexto, a perspectiva relacional e a compreensão da linguagem do sujeito (da liderança). A análise implica a compreensão de como são gerenciados os órgãos institucionais, os indicativos que explicitam papéis desempenhados pelos entrevistados e as identidades institucionais típicas daquelas instâncias organizacionais (DREW; SORJONEN, 1997).

Os resultados estão calcados no desenho da Figura 3, a qual resume a lógica perseguida no contexto do estudo realizado, contendo as perguntas constantes das narrativas do estudo apreciativo. Do centro parte a concepção do(s) tópico(s) afirmativo(s), cujo delineamento deve estar presente na visão e reflexão das lideranças da CPA/UFRPE⁶. A construção do significado da avaliação apreciativa da atuação da CPA/UFRPE está expressa no tópico afirmativo sugerido por cada uma das três entrevistadas, lembrando-se que eles constituem o elemento norteador da investigação, representado por meio de uma frase ou um enunciado que sintetize a experiência apreciativa apontada pelas coordenadoras da CPA/UFRPE (Quadro 1).

Quadro 1: Tópico afirmativo das entrevistas realizada com as presidentes da CPA/UFRPE

ENTREVISTADA A1

Avaliação institucional é uma ferramenta poderosa para o planejamento estratégico de uma IES.

ENTREVISTADA B1

A construção coletiva e consolidação de excelentes parcerias de trabalho, com muitos esforços e dedicação da toda equipe da CPA e das diversas parcerias mencionadas, me possibilitou uma experiência incrível durante o período de coordenação da CPA. Vivenciei uma experiência única e integral como servidora pública da UFRPE. A integralidade da experiência reuniu: excelente clima organizacional; ambiente saudável emocionalmente e ambiente produtivo.

ENTREVISTADA C1

A UFRPE é feita por pessoas para pessoas.

Fonte: Coleta de dados das entrevistas.

⁶ Sobre o tópico afirmativo deve-se dizer nele reside a questão fundamental (ou mais de uma), em torno da qual gira a agenda estratégica da pesquisa. Sua essencialidade pode ser notada pelo destaque que ganha como eixo da avaliação, posto que representa as escolhas da pesquisa, ao mesmo tempo que influi nas definições que informam e formatam o que se decide fazer durante o ciclo apreciativo da avaliação, passando por ajustes de acordo com a sinergia obtida. Geralmente são adotados um a três tópicos afirmativos, sob a forma de frases ou enunciados elaborados pelos participantes, que expressem seu pensamento acerca do que está sendo avaliado (MOHR; WATKINS, 2001).

É interessante observar que as respostas se mostram consistentes com a percepção que se tinha da personificação própria de cada uma das respondentes quanto ao tempo e aos conteúdos visibilizados em seu desempenho à frente das incumbências que lhes foram reservadas. Assim, destaca-se haver um senso de conexões das lideranças com os integrantes da CPA/UFRPE, de construção da identidade institucional desse grupo, marcada pelo engajamento e propósito de promover transformações envolvendo o todo organizacional.

Assim, o tópico afirmativo compreende tanto da visão cognitiva das entrevistadas quanto a apreensão do processo de avaliação apreciativa, que ajudaram a captar as tramas implícitas na análise posta em prática, constituindo um dos elementos hábeis para se avaliar que estratégias transformacionais ocorrem em uma instituição (BARRETT; SRIVASTVA, 1991).

Nessa sequência, o ciclo apreciativo foi tomando forma, ensejando a descoberta das experiências exitosas das entrevistadas, as quais corresponderam às expectativas da pesquisa de que as respostas reproduzissem realizações alinhadas ao seu trabalho, concentradas no exercício de uma liderança em contexto (Quadro 2). A análise dá força à percepção acerca do real papel a ser desempenhado pela CPA/UFRPE e às verdadeiras estratégias transformacionais.

Quadro 2: Experiências exitosas das presidentes da CPA/UFRPE.

ENTREVISTADA A1

Descreveu ter idealizado o I Fórum Interinstitucional das CPAs entre as IES públicas e privadas de Pernambuco, referindo que, desde essa época, esta se mantém em plena atividade. Afirmou que, “por dois anos consecutivos fomos os anfitriões e trouxemos diversas formas de diálogo, por meio do INEP, para alargar o nosso conhecimento sobre SINAES. Hoje, o fórum transita entre as IES de Pernambuco e segue o seu novo caminho”.

ENTREVISTADA B1

Deu destaque dado à sua experiência na CPA, primeiramente como representante docente da Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG) e depois como coordenadora. Deu ênfase ao comprometimento profissional dos referidos integrantes e as múltiplas parcerias que subsidiaram todo o trabalho desenvolvido na CPA, em sua gestão.

ENTREVISTADA C1

Fez referência à implantação do projeto “CPA Itinerante”. Foi explicitado pela entrevistada (C1): “através desse projeto visitamos todas as unidades acadêmicas, não apenas numa visita formal, nós levamos parte da comissão e nos encontros tínhamos momentos com a gestão da unidade, fazíamos a devolutiva dos resultados da autoavaliação específicos para a unidade, debatíamos esses dados com os representantes da unidade e todos que quisessem participar, pois os encontros eram abertos”.

Fonte: Coleta de dados das entrevistas.

As respostas das três entrevistadas, na etapa seguinte faz referência aos sonhos e aos desejos realizados ao longo de uma trajetória que se projeta para os cinco anos que a CPA/UFRPE tinha pela frente e foram se tornando uma realidade, dando ideia de sua percepção e o reconhecimento do poder de construcionismo social para moldar o futuro (Quadro 3).

Pelo que se observa, as entrevistadas externaram um sentimento de compartilhamento, de que não estavam sozinhas nessa projeção de algo a ser conquistado. Reproduziu-se uma sensação de “estar lá” que difere das narrativas mais comuns.

Quadro 3: Sonhos e desejos juntos à visão de futuro (cinco anos) da CPA/UFRPE.

ENTREVISTADA A1

- Consolidar uma equipe de trabalho que estivessem dentro do SINAES;

- Implantar uma dinâmica de avaliação institucional na UFRPE; e mobilizar as unidades acadêmicas da UFRPE.

- Os três desejos aparentemente foram alcançados, mas merece destaque a consolidação da CPA como uma realidade na UFRPE, inclusive como uma referência na região e entre as IES em Pernambuco.

ENTREVISTADA B1

- Ampliação das estratégias de divulgação do trabalho da Comissão entre os segmentos (docente, técnico e estudantes) da comunidade acadêmica; bem como sensibilização/mobilização da mesma para ampliar a participação no processo de autoavaliação institucional, através do preenchimento do Questionário CPA na base do SIG@UFRPE;

- Ampliação e fortalecimento do trabalho da Comissão com as equipes de gestão administrativa da Universidade e principais unidades organizacionais relacionadas com os processos de autoavaliação institucional;

- Disseminação da importância da cultura de autoavaliação institucional, com ampla divulgação e consolidação dos resultados de forma a elaborar publicações e documentos que pudessem ser utilizados para subsidiar as tomadas de decisão no âmbito da gestão administrativa e acadêmica, especialmente dos cursos de graduação (considerando subsídios para coordenadores, professores e estudantes desenvolverem processos de autoavaliação em seus próprios cursos de graduação). 2015, a CPA lançou a edição nº 01 do Boletim CPA/UFRPE (elaborado com informações específicas sobre os resultados da autoavaliação interna, por curso de graduação) e desde então vem sistematicamente elaborando essa publicação, com o objetivo de buscar estratégias mais efetivas de divulgação dos relatórios de autoavaliação institucional, para além do âmbito legal de disponibilizar anualmente o relatório institucional, com o intuito de efetivar a autoavaliação dentro da UFRPE.

PUDESSEM SER UTILIZADOS PARA SUBSIDIAR AS TOMADAS DE DECISÃO NO ÂMBITO DA GESTÃO

- Fazer com que a CPA se torne estratégica dentro da estrutura organizacional da universidade; que nos planejamentos institucionais de qualquer instância da universidade os resultados da autoavaliação sejam utilizados para a tomada de decisão de forma institucional; e que houvesse mapeamento dos resultados desse mecanismo de avaliação e planejamento de forma conjunta par que soubéssemos seus impactos nas melhorias da universidade. Para a entrevistada o mais importante foi a integração entre a CPA/SEDE e as CPAs das outras unidades acadêmicas, o processo de formação que conseguimos realizar, não só para os membros internos como também para os coordenadores de curso de graduação.

- Elaboração do Relato Institucional, que é um novo documento que está sendo exigido pelos mecanismos de avaliação externa, sendo apontado como algo que contribuiu para a obtenção da nota 5 na última visita do INEP à UFRPE.

Fonte: Coleta de dados das entrevistas.

No ciclo apreciativo, as entregas correspondem à chegada ao destino, traduzidas nas respostas das entrevistadas, na medida em relatam uma trajetória na qual abordam relações muitas vezes complexas entre resultados e esforços, retratadas por meio de exemplos (Quadro 4).

Quadro 4: Entregas correspondentes à chegada ao destino pela CPA/UFRPE.

ENTREVISTADA A1

Na época conseguimos mobilizar a UFRPE, pela primeira vez, a implantação da avaliação institucional por meio do Sig@. É importante considerar que nossa gestão promoveu um divisor de água na dinâmica da CPA, mas nada seria possível se a equipe não estivesse coesa.

ENTREVISTADA B1

- Revisão e atualização de todos os questionários para as pesquisas de autoavaliação institucional e nova formatação dos relatórios anuais/relatórios integrais de autoavaliação institucional, visando que os questionários e as publicações pudessem ser mais acessíveis e de fácil compreensão, contemplando as especificidades dos diferentes segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

- A elaboração e publicação de edições do Boletim CPA. O Boletim CPA-UFRPE tornou-se um documento que, desde então, vem auxiliando a Coordenação de Curso, o Colegiado de Coordenação Didática (CCD), o Núcleo Docente Estruturante (NDE), juntamente com discentes e docentes nos processos de avaliação, regulação e de revitalização dos cursos. Inclusive, foram elaborados também versões do Boletim específicas para todos os cursos de graduação da Unidade Acadêmica de Educação a Distância (UEATec), considerando a proposta democrática e inclusiva da Comissão.

- Projeto “Encontros de Autoavaliação” nos cursos de graduação. Nesses encontros, eram apresentados e discutidos os dados do Boletim CPA, a partir de análise prévia, que envolvia a sistematização dos percentuais por categorias e a interlocução com outros documentos e indicadores dos cursos, tais como o Relatório do ENADE e o Projeto Pedagógico Curricular (PPC). Os Encontros de Autoavaliação visavam ser mais uma estratégia de subsidiar práticas autoavaliativas dos cursos, de forma a dar continuidade aos processos e programas de aperfeiçoamento.

- Projeto intitulado “Informe CPA”, cumprindo o objetivo de ampliar e fortalecer a relação entre os processos de avaliação e os processos de gestão da administração superior, bem como o autoconhecimento da instituição, a Comissão realizou uma série de apresentações com a gestão superior (Reitoria e Pró-Reitorias) e diversas unidades organizações, parcerias da CPA. Essas apresentações também foram realizadas com equipes das Unidades Acadêmicas da UFRPE, com visitas in lócus para feedback dos resultados das pesquisas com grupos de gestores, professores e estudantes de todas as Unidades.

- Divulgação dos trabalhos da CPA em capítulos livros publicados via Ebooks, no âmbito dos Fóruns das CPAs de Pernambuco. Foram elaborados diversos artigos, os quais apresentam os processos e percursos da autoavaliação institucional da UFRPE para outras IES e comunidade externa.

ENTREVISTADA C1

- Preparação de relatórios de autoavaliação 2018 – 2019), que agora (eles) são analíticos como o exigido pelos mecanismos de auto avaliação externa do INEP; preparação do Relato Institucional; forte atuação da CPA/UFRPE nas mídias sociais como Facebook, Instagram e mais recentemente Youtube que foi muito importante como mecanismo de atuação durante a pandemia, onde temos os nossos vídeos institucionais e nossas lives.

Fonte: Coleta de dados das entrevistas.

Dentre os mecanismos utilizados para promover as estratégias de transformação, pelas vozes das entrevistadas percebeu-se o uso de ferramentas de tecnologia da informação para atingir os diferentes públicos da academia que estão sob sua alçada, o uso de boletins, informes e cartilhas para fomentar a comunicação de ações e resultados, o foco no grande nicho da graduação como experiência que dá lastro à penetração da CPA/UFRPE como espaço que dá vazão aos que atuam nessa importante esfera de formação da universidade, indo até os *campi* e as outras esferas da gestão, com largo emprego de mídias sociais para tornar popular algo que seria hermético, caso o acesso não fosse facilitado. Ultrapassar as fronteiras extramuros da universidade favorece a estratégia da CPA/UFRPE para torná-la conhecida pelos que são parte do processo de autoavaliação.

Também é digno de nota o papel que lhe cabe no contexto formal da elaboração de um Relato Institucional que requer um olhar crítico acerca dos processos de gestão institucional, sobretudo enfocando como eles se desenvolvem a partir das avaliações externas e das avaliações internas, conforme Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 062/2014, como mais uma incumbência dada à CPA, exigida pelo MEC (BRASIL, 2014).

Nas respostas, vê-se que os pontos colocados pelas respondentes contêm um elemento de transformação, com descrições de eventos e produtos que traduzem o que elas realmente fizeram e os desafios que enfrentaram, além de justificarem o tratamento dado ao significado de suas conquistas e do grupo que lideraram, A resposta corresponde a uma espécie de balanço do que se realizou em sua passagem pela direção da CPA/UFRPE.

Os dados obtidos respondem ao objetivo da pesquisa, o qual poderia ter se beneficiado muito mais com outros tipos de apresentações não verbais, como o uso de gráficos, fotografias e reproduções, como recomendado por Yin (2001) quando se realiza trabalhos qualitativos na pesquisa. Porém, algo pode ser dito com razoável segurança, obteve-se relatos e narrativas que permitem conhecer relativamente bem o papel e atuação das gestoras da CPA/UFRPE que em muito colaboraram ao compartilharem seu conhecimento com os leitores desta pesquisa.

4. CONCLUSÃO

Neste artigo, o referencial envolve a abordagem e metodologia apoiados na IA, que requer experiência do pesquisador e a pertinente atenção ao comprometimento dos envolvidos quanto à avaliação, o que se mostrou positivo, graças à receptividade das gestoras da CPA/UFRPE. Em seu trabalho se percebe o esforço que remete à existência de uma cultura de avaliação, que é importante na produção de sentido por parte daqueles que representam a face simbólica do poder que a CPA exerce no contexto da autoavaliação da UFRPE.

Entende-se que se contou com a sustentação das bases teórico-empíricas que fundamentaram o processo

apreciativo, à luz do repositório da revisão de literatura que foi feita, a qual sugere lidar estreitamente com pessoas e grupos da organização, com suas crenças e conhecimento coletivo. Com eles, pode-se descobrir o que “funciona” bem, por meio das histórias e narrativas organizacionais que apontem como as sementes da mudança positiva ou dos processos institucionais foram plantadas e os efeitos que produziram tomados como certos pelas pessoas (legitimados?).⁷ É através das histórias e narrativas que as pessoas contam em suas entrevistas apreciativas que flui a avaliação e seus resultados (COGHLAN; PRESKILL; CATSAMBAS, 2003).

Mesmo com a reconfiguração da pesquisa, diante das circunstâncias restritivas decorrentes da pandemia da COVID-19, a superação das dificuldades aconteceu graças à inestimável colaboração da CPA/UFRPE, por parte de suas principais lideranças. Além de atenderem aos chamados da pesquisa, elas deram voz às realizações que foram tanto pessoais quanto coletivas, encadeadas pelo ciclo integrante do modelo quadridimensional de análise compreendida no ciclo de 5-D, conforme o protocolo adotado e aplicado ao estudo das histórias e narrativas institucionais da CPA/UFRPE.

Como se pode observar, a narração de histórias pode ser considerada uma forma importante de proceder a um processo de avaliação por meio de relatos concisos e respaldados por exemplos concretos extraídos do conhecimento tácito dos participantes, que se explicitou por meio de descrições densas de um registro triangular de agentes de mudança bem posicionados nessa instância institucional.

Nas narrativas, deu-se oportunidade a diferentes discursos que, embora não tenham se voltado para aspectos críticos e problemáticos do funcionamento da CPA/UFRPE, mostraram claramente como as sementes da mudança que foram plantadas estão surtindo efeitos que podem ser considerados como certos e relevantes. Em uma etapa mais avançada, como mais um passo da pesquisa, este trabalho pode ser continuado e aprofundado com obtenção de dados que ultrapassem a configuração ora delineada.

Futuras pesquisas podem ser feitas, a partir dos principais produtos resultantes da atuação da CPA/UFRPE, segundo a ótica da avaliação apreciativa. Por fim, ao se rever o objetivo do artigo que discute como a IA, com suas lentes construcionistas sociais, pode contribuir para a descoberta dos mecanismos pelos quais estratégias transformacionais são formuladas e implementadas em uma Instituição Federal de Ensino Superior. Para Zandee e Vermaak (2012), tudo começa por saber plantar a IA em um terreno fértil para a criação de valor público, que diz respeito a como forças institucionais podem ser objeto de formas adequadas e críticas de investigação, sem esquecer a busca por um equilíbrio produtivo entre o desenvolvimento de capacidades de autoavaliação, no contexto de uma pesquisa feita com seriedade.

Neste estudo, espera-se ter mostrado, como a IA permitiu revelar, através das narrativas das gestoras da CPA/UFRPE, quais são os seus pontos fortes, a consciência de seu papel como agentes de mudança e o destaque dado às entregas consideradas como os principais produtos frutos do momento em que estiveram à frente dessa importante instância institucional.

⁷ De fato, a questão que discute como as instituições são criadas e passam por mudança requer uma teoria do processo que explique a ordem temporal e a sequência de eventos com base em uma história ou narrativa histórica (HARGRAVE; VAN DE VEN, 2006).

REFERÊNCIAS

- BARGE, J. K.; OLIVER, C. Working with appreciation in managerial practice. *Academy of Management Review*, v. 28, n. 1, p. 124-142, 2003.
- BARRETT, F. J., SRIVASTVA, S. History as a mode of inquiry in organizational life: A role for human cosmogony. *Human Relations*, n. 44, p. 236-244, 1991.
- BARTUNEK, J. M. **Organizational and Educational Change: The Life and Role of A Change Agent Group** (Series in Organization and Management). New York: Psychology Press, 2002.
- BELLONI, I. A universidade e o Compromisso da Avaliação Institucional na Reconstrução do Espaço Social. *Avaliação*, v. 1, n. 2, p. 5-4.1996.
- BRASIL. **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES No 065**. Assunto: Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional. Brasília: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP, 09 de outubro de 2014.
- _____. **Lei nº. 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 72, Seção 1, p. 3-4, 15 de abril de 2004.
- CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. **Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.
- COGHLAN, A. T.; PRESKILL, H.; CATSAMBAS, T. T. An overview of Appreciative Inquiry in evaluation. *New Directions for Evaluation*, n. 100, p. 5-22, 2003.
- COJOCARU, S.; BRAGARU, C.; CIUCHI, O. M. The role of language in constructing social realities. The Appreciative Inquiry and the reconstruction of organisational ideology. *Revista de Cercetare si Interventie Sociala*, n. 36, p. 31-43, 2012.
- COOPERRIDER, D.; WHITNEY, D.; STAVROS, J. M. **Manual da Investigação Apreciativa**. Para Líderes da Mudança. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009.
- COOPERRIDER, D.; WHITNEY, D. **Investigação apreciativa: uma abordagem positiva para gestão de mudanças**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.
- DE SORDI, M. R. K. Comissão Própria de Avaliação (CPA): similaridades e diferenças no uso da estratégia na educação superior e em escolas do ensino fundamental. *Avaliação*, v. 16, n. 3, p. 603-617, nov. 2011.
- DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e Transformações da Educação Superior Brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. *Avaliação*, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.
- DREW, P.; SORJONEN, M. L. Dialogue in Institutional Interactions. In: Teun A. van Dijk (Ed.). **Discourse Studies: a multidisciplinary introduction**. London: Sage, 2010. 432 p.

DRUMM, M. The role of personal storytelling in practice. **Insight** 23, november 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GRANT, S.; HUMPHRIES, M. Critical evaluation of appreciative inquiry Bridging an apparent paradox. **Action Research**, v.4, n. 4, p. 401-418, 2006.

HARGRAVE, T. J.; VAN DE VEN, A. H. A Collective Action Model of Institutional Innovation. **Academy of Management Review**, v. 31, n. 4, p. 864-888, 2006.

KLUGER, N. K.; NIR, D. The Feedforward interview. **Human Resource Management Review**, n. 20, p. 235-246, 2010.

LUDEMA, J. D. **Narrative Inquiry**. Unpublished Doctoral Dissertation. Cleveland: Case Western Reserve University, 1996.

LUDEMA, J. D.; COOPERRIDER, D. L.; BARRETT, F. J. Appreciative inquiry: The power of the unconditional positive question. **Handbook of action research**, p. 189- 199, 2005.

McARTHUR-BLAIR, J.; COCKELL, J. **Building Resilience with Appreciative Inquiry**. Oakland, Berrett-Koehler Publishers, 2018.

MÉNDEZ, Y. B. Indagación apreciativa: Participación y diálogos para generar cambios positivos sostenibles. **Capital Humano**, n., p. 70-74, Enero, 2010.

MOHR, B. J.; WATKINS, J. M. **Appreciative inquiry: Change at the speed of imagination**. San Diego: Jossey-Bass, 2001.

NEWMAN, H. L.; FITZGERALD, S. P. Appreciative inquiry with an executive team: Moving along the action research continuum. **Organizational Development Journal**, v. 19, n. 3, p. 37-44, 2001.

NUNES, E. B. L. L. P.; DUARTE, M. M. S. L. T.; PEREIRA, I. C. A. Planejamento e avaliação institucional: um indicador do instrumento de avaliação do SINAES. **Avaliação**, v. 22, n. 2, p. 373- 384, jul. 2017.

OJHA, G. P. Appreciative inquiry approach to evaluation practices in South Asia. **Revista de cercetare [i interven]ie social**, v. 30, p. 7-18, 2010.

OSPINA, S. *et al.* Social change leadership as relational leadership. In UHL-BIEN, M.; OSPINA, S. (Eds.). **Advancing relational leadership research**. A dialogue among perspectives. Greenwich: Information Age Publishing, 2012.

PRASAD, C. S.; HALL, A.; THUMMURU, L. Engaging scientists through institutional histories, **ILAC Brief** 14, p. 1-5, November, 2006. BRIEF C.

ROGERS, P. J.; FRASER, D. Appreciating appreciative inquiry. **New Directions in Evaluation**, n. 100, p. 75-83, 2003.

SOUZA, L. V.; McNAMEE, S.; SANTOS, M. A. Avaliação como construção social: investigação apreciativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n.3, p. 598-607, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. UFRPE. **Universidades e instituições de ensino técnico suspendem aulas em Pernambuco**. 15 de março de 2020a. Disponível em: <http://www.ufrpe.br/br/content/g1-pe-universidades-e-institui%C3%A7%C3%B5es-de-ensino-t%C3%A9cnico-suspendem-aulas-em-pernambuco> Acesso em: 16 mar. 2020.

_____. **Relato Institucional**. Documento elaborado de acordo com a Nota Técnica nº 62, de 2014 - CGAC-GIES/DAES/INEP/MEC para subsidiar as ações do Sistema Nacional de Avaliação Externa – SINAES. Recife, UFRPE, 2019b. Disponível em: http://www.ufrpe.br/sites/www.ufrpe.br/files/RI%20-%20RELATO%20INSTITUCIONAL%20DA%20UFRPE_0.pdf Acesso em: 09 mar. 2020.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional UFRPE 2013-2020**. Versão Revista e Atualizada Recife: UFRPE, 2018a. Disponível em: http://www.proplan.ufrpe.br/sites/www.proplan.ufrpe.br/files/pdi_2018-08-21_0.pdf. Acesso em: 12 jan. 2019.

_____. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO. **Projeto de Autoavaliação Institucional** (Ciclo 2018-2020). Recife: UFRPE, 2018b. Disponível em: <http://cpa.ufrpe.br/sites/cpa.ufrpe.br/files/PROJETO%20CPA%202018-02%20CONSULTA.pdf> Acesso em: 11 mai. 2019.

VAN DER HAAR, D. **A positive change**: A social constructionist inquiry into the possibilities to evaluate appreciative inquiry. Unpublished masters thesis, Tilburg University, Tilburg, The Netherlands, 2002.

ZANDEE, D.; VERMAAK, H. **Designing Appreciative Inquiry as a Generative Change Process**. Stretching the Practice of this Dialogic Approach. Amsterdam: Paper Organizational Discourse Conference, 2012.



GESTÃO SOCIAL, EPISTEMOLOGIA E PARADIGMAS:
CONTRIBUIÇÕES DE JEFFREY ALEXANDER E DO
“NOVO MOVIMENTO TEÓRICO”

*SOCIAL MANAGEMENT, EPISTEMOLOGY AND
PARADIGMS: CONTRIBUTIONS BY JEFFREY
ALEXANDER AND THE “NEW THEORETICAL
MOVEMENT”*

Marilene de Souza Campos – Universidade Federal de Viçosa
E-mail: marilenecrip@gmail.com

Lara Luíza Silva – Universidade Federal de Viçosa
E-mail: lara.luizarp@gmail.com



RESUMO

O debate conceitual e teórico acerca da Gestão Social surge na década de 1990, marcado pela discussão do caráter democrático e deliberativo das decisões coletivas, sejam elas governamentais ou não governamentais. A juventude do campo científico enseja debates fundantes de caráter epistemológico, em razão disso, o presente ensaio teórico traz à luz a discussão acerca da cientificidade das ciências sociais. O presente ensaio discute a questão kuhniana do consenso em ciências sociais, abordando concepções de Jeffrey Alexander, Gibson Burrell e Gareth Morgan. Segundo os autores, as ciências sociais jamais apresentaram a condição de normalidade que Kuhn atribui às ciências naturais. Para Alexander, as ciências sociais em vez de primarem pelo caráter explicativo, são predominantemente discursivas e persuasivas, marcadas pelo debate entre pressupostos e pela proliferação de teorias decorrentes da condição de síntese entre abordagens macro e microsociológicas. Assumimos aqui a posição de que as ciências sociais estão em permanente crise de paradigmas, são pluri ou multiparadigmáticas. A ausência de consenso é uma condição permanente e toda hegemonia da teoria única, seja ela habermasiana ou outra qualquer, não se traduz na normalidade kuhniana.

Palavras-chave: Gestão Social, Epistemologia, Novo Movimento Teórico, Teoria Kuhniana, Ciências Sociais.

ABSTRACT

The conceptual and theoretical debate about Social Management arises in the 1990s, marked by the discussion of the democratic and deliberative character of collective decisions, whether governmental or non-governmental. The youth of the scientific field gives rise to fundamental debates of an epistemological character; therefore, this theoretical essay brings to light a discussion about the scientificity of the social sciences. This essay discusses the Kuhnian question of consensus in the social sciences, addressing the views of Jeffrey Alexander, Gibson Burrell and Gareth Morgan. According to the authors, the social sciences have never presented the condition of normality that Kuhn attributes to the natural sciences. For Alexander, the social sciences, instead of being explanatory, are predominantly discursive and persuasive, marked by the debate between assumptions and the proliferation of theories arising from the condition of synthesis between macro and microsociological approaches. We assume here the position that the social sciences are in a permanent crisis of paradigms, are pluri or multiparadigmatic. The absence of consensus is a permanent condition and any hegemony of the single theory, be it Habermasian or any other, does not translate into Kuhnian normality.

Keywords: Social Management, Epistemology, New Theoretical Movement, Kuhnian Theory, Social Sciences.

1. INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990, os estudos sobre Gestão Social, seu caráter conceitual e seu conteúdo epistemológico, vêm se multiplicando, tendo em vista os processos democráticos de tomada de decisão coletiva, sejam aqueles que envolvem o âmbito governamental ou não governamental. Entretanto, dada a juventude do processo de institucionalização desse saber, a gestão social como campo de conhecimento encontra-se em construção, o que a coloca num turbilhão epistemológico, próprio das ciências que não alcançam a “normalidade” kuhniana. Como um campo nascente, questões acerca da demarcação, explicação e justificação

teórica tomam centralidade como objetos de reflexão. Em interface, sobretudo, com a sociologia e a ciência política, o campo da Gestão Social é afetado por questões epistemológicas próprias a essas ciências, trazendo para seu escopo similitudes e diferenças, tendo muito a se beneficiar com os debates contemporâneos acerca da natureza das ciências sociais. Tomando por base o pensamento social de Jeffrey Alexander, autor central na discussão da teoria sociológica e seus rumos na contemporaneidade, desenvolvemos uma reflexão base para se pensar a epistemologia da Gestão Social como campo de conhecimento. Noël afirma que Alexander é o sociólogo americano mais influente da contemporaneidade e que sucede em relevância à obra de Talcott Parsons. Graduado em Sociologia pela Universidade de Harvard, Alexander é atualmente professor de Sociologia na Universidade de Yale nos Estados Unidos, codiretor do Centro de Sociologia Cultural do Departamento de Ensino e Pesquisa Social desta universidade e desde os anos 1990 ocupa a centralidade do debate sobre a Teoria Sociológica contemporânea. A ciência da Administração perde um reivindicado status de consenso kuhniano ao admitir a falta de unidade em torno da definição de seu objeto, que segundo França Filho (2004) constitui de um lado a gestão como prática e de outro a organização como fenômeno. A Gestão Social como campo de conhecimento é filha dessa polêmica, nasce de uma oposição consensual e definicional à concepção estratégica de gestão (TENÓRIO, 1998). Às turras pela sua institucionalização diante do negacionismo de seus oponentes, deve justificar seus pressupostos discursivamente e de modo intermitente. Apesar do consenso em torno do caráter social da gestão em oposição à lógica estratégica, tal acordo, contudo, não suprime a diversidade conceitual que caracteriza as abordagens da gestão social. Se o momento atual nos permite falar sobre pluri ou multiparadigmas, o momento para a realização de novos estudos será o de mapeá-los dentro do campo da gestão social.

2. OBJETIVOS

O presente trabalho constitui um ensaio sobre a questão kuhniana do consenso teórico nas ciências sociais em geral e na gestão social em particular, abordando as concepções de Jeffrey Alexander, Gibson Burrell e Gareth Morgan. As contribuições mais significativas constituem as reflexões acerca do modelo interpretativo, proposto por Jeffrey Alexander, que se tornou objeto de consenso dentro da comunidade científica, após revolucionar o debate da teoria sociológica contemporânea. Trata-se das questões fundantes do “Novo Movimento Teórico” (NMT), sistematizadas por Alexander, em fins da década de 1980, o qual realiza uma reflexão acerca da especificidade das ciências sociais. O argumento central de Alexander é de que as ciências sociais não se caracterizam pelo consenso teórico como verificamos nas ciências da natureza. Esse argumento parece encontrar fundamentos nas percepções do próprio Kuhn. Em fragmentos autobiográficos de 1962, no livro *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Kuhn faz declarações sobre suas experiências junto aos cientistas sociais, afirmações que antecipam ou legitimam o trabalho de Alexander:

Fiquei especialmente impressionado com o número e a extensão dos desacordos expressos existentes entre os cientistas sociais no que diz respeito à natureza dos métodos e problemas científicos legítimos. Tanto a história como os meus conhecimentos fizeram-me duvidar de que os praticantes das ciências naturais possuam respostas mais firmes ou permanentes para tais questões do que seus colegas das ciências sociais (KUHN, 1970, p.13).

O Novo Movimento Teórico iniciou-se com a retomada do debate em torno do funcionalismo parsoniano entre as tensões das abordagens macro e microsociológicas e desenvolveu-se na sociologiana década de 1980, com desdobramentos nas décadas seguintes. A importância de trazermos esse debate para a administração associa-se não somente à relevância do funcionalismo para as abordagens positivistas que fizeram história no estudo da gestão, mas também às afinidades que essa ciência aplicada interdisciplinar

apresenta com a sociologia, ciência política e antropologia. O debate já dá os seus sinais entre estudiosos da administração. França Filho destaca um momento de ruptura do consenso em torno da definição do objeto de estudo da administração: da gestão como prática à organização como fenômeno, como analisaremos adiante (FRANÇA FILHO, 2004). Tal dissenso atinge também o campo da gestão social, que apesar de realizar uma opção massiva pela concepção do objeto associada à “organização como fenômeno”, se vê obrigado continuamente à justificação e explicação em relação à concepção concorrente.

Em artigo publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais, edição de junho de 1987, intitulado *O Novo Movimento Teórico*, Alexander afirma que a teoria sociológica vive um momento crucial: as disputas discursivas e persuasivas entre diversas teorias ancoradas nos pressupostos macro ou micro e o esforço de síntese entre elas que dão origem a novas teorias. O objetivo deste trabalho é analisar a aplicação dessa abordagem aos debates epistemológicos da administração e da gestão social.

3. METODOLOGIA

O artigo desenvolve um ensaio, em que realiza uma abordagem epistemológica do consenso teórico nas ciências sociais. Ancora-se na concepção kuhniana de consenso e normalidade da ciência, a partir da apropriação dessa abordagem para a análise das ciências sociais. Desse modo, compara-se a aplicação da teoria kuhniana por Jeffrey Alexander, Burrell e Morgan ao desenvolvimento das ciências sociais, para realizar uma reflexão sobre a condição da administração e da gestão social. Como ensaio teórico recorre à pesquisa bibliográfica e à hermenêutica.

4. ANÁLISES E RESULTADOS

A Estrutura das Revoluções Científicas é uma obra referência de análise da história da ciência que rompe com as concepções clássicas que percebem a produção de conhecimentos como linear e cumulativa. Kuhn, a partir da análise da física, perfilando exemplos em outras ciências naturais como a química e a biologia, define ciência normal e revolução científica a partir de uma vaga definição de paradigmas:

Considero “paradigmas” as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência (KUHN, 1970, p.13).

Kuhn responde as críticas acerca da circularidade desta definição de paradigma e comunidade científica. Segundo a crítica, nessa abordagem, paradigma é entendido como algo que os cientistas partilham, e inversamente, uma comunidade científica é definida por homens que partilham um paradigma:

Nem todas as circularidades são viciadas [...] mas esta circularidade é uma fonte de dificuldades reais. As comunidades podem e devem ser isoladas sem recurso prévio aos paradigmas; em seguida esses podem ser descobertos através do escrutínio do comportamento dos membros de uma comunidade dada (KUHN, 1970, p. 219-220).

Kuhn ainda define paradigmas em outro contexto da obra, empregando-o em dois sentidos distintos:

De um lado indica toda a constelação de crenças, valores, técnicas, etc. partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada. De outro, denota um tipo de elemento nessa constelação: as soluções concretas de quebra-cabeças, que empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal (KUHN, 1970, p. 218).

A partir de uma definição circular de paradigma, Kuhn constrói o conceito de ciência normal. A ciência normal define-se, para Kuhn, nas pesquisas baseadas em realizações passadas, que fundamentam sua prática posterior, reconhecidas por algum tempo por uma comunidade científica. A ciência normal kuhniana baseia-se no consenso da comunidade científica em torno de um único paradigma. As condições conflitivas, explicativas, de disputas racionais discursivas, de justificação de um paradigma são comuns à condição pré-paradigmática e às crises de paradigma, que caracterizam as revoluções científicas. Nesse momento a ciência retorna ao debate filosófico. Paradigmas são substituídos por novos, após passarem por contestação e disputas entre frações de cientistas, o que o autor denomina crise de paradigmas, buscando um novo consenso e a restauração da condição de ciência normal.

Alexander realiza uma análise histórica da produção de conhecimento nas ciências sociais empregando as concepções kuhnianas de ciência normal, crise de paradigmas e comunidade científica, baseado no próprio reconhecimento do autor da singularidade das ciências sociais e do baixo consenso alcançado entre os cientistas (ALEXANDER, 1987).

1.1 APROPRIAÇÃO KUHNIANA E PARADIGMAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: BURRELL E MORGAN

A partir da publicação do estudo *Sociological Paradigms and Organizational Analysis* de Burrell e Morgan, em 1979, emerge um estimulante debate epistemológico na ciência da Administração e mais especificamente nos estudos organizacionais em que a menção à obra dos autores se torna obrigatória. Inspirada na abordagem kuhniana de paradigma, a obra de Burrell e Morgan mapeia as teorias na administração e analisa o dissenso entre elas. Burrell (1996/1998) destaca que o conceito de paradigmas apresenta mais de 20 acepções distintas na obra de Kuhn, paradoxo que o autor contorna definindo-os como matriz disciplinar. O conceito gira em torno de leis clássicas e modos de vida comunitários, pontos de vista compartilhados por um conjunto de cientistas que vivem numa comunidade, marcada por linguagem conceitual comum e por uma postura política muito defensiva com relação aos que estão de fora. A partir dessa definição sucinta do que são paradigmas é possível resgatar a compreensão do que é ciência normal, conceituando-a como atividade que se desenvolve a partir de pesquisas baseadas em realizações passadas que alimentam sua prática posterior e que são reconhecidas durante um tempo por uma comunidade científica. Desse modo, a ciência normal kuhniana sustenta-se num consenso proferido por uma comunidade científica em torno de um único paradigma. Em condições de normalidade, a ciência banirá temporariamente de seu cotidiano o debate filosófico acerca de suas origens e características, relegando as questões epistemológicas para segundo plano em prol da prática da pesquisa.

Os paradigmas, quando colocados em xeque, por falhas persistentes na explicação de um conjunto de fenômenos são absorvidos por uma crise que dá origem um novo modelo. Os modelos que se sucedem não se desenvolvem de modo linear, mas por ruptura e substituição, valendo ao processo o cunho de revolucionário. Crise de paradigmas e revolução científica são termos usados por Kuhn para se referir ao processo de transição que partilha com a situação pré-paradigmática a condição de conflito, disputas discursivas, persuasão e justificação, trazendo à ordem do dia questões filosóficas e definicionais da ciência. A tese da incomensurabilidade dos paradigmas está no cerne da abordagem kuhniana.

Burrell e Morgan (1979) desenvolvem, baseados na concepção kuhniana, uma matriz no formato cartesiano, em que cada um dos quatro quadrantes encerra uma abordagem paradigmática: funcionalista, interpretacionista, estruturalista radical e humanista radical.

Figura 1: Quatro paradigmas das ciências sociais propostos por Burrell e Morgan (1979)



Fonte: Adaptado de Cançado, Pereira e Tenório (2015).

De um extremo a outro, encontram-se as concepções paradigmáticas organizadas em abordagens objetivistas e subjetivistas. O paradigma funcionalista, segundo os autores, ainda é dominante na administração e no estudo das organizações, embora tenha entrado em crise na sociologia desde o pós-guerra. Sua abordagem pode ter transmutado sua compreensão de sociedade para a perspectiva da ordem, apresenta características da sociologia da regulação e percebe o sujeito social na perspectiva objetivista. Os autores enquadram o paradigma funcionalista dentro da perspectiva positivista.

O paradigma interpretativo baseia na natureza intersubjetiva das relações sociais; o mundo social surge como produto das ações sociais que só adquirem sentido na consciência dos atores. A abordagem interpretativista, desse modo, opõe-se à abordagem positivista. Os paradigmas do humanismo radical e do estruturalismo radical alinham-se com a sociologia da mudança radical, que pressupõe a superação de estruturas sociais coercitivas e geradoras de situações limitadoras sobre os corpos e consciências. O paradigma do humanismo radical é antipositivista e voluntarista, segundo os autores. O paradigma do humanismo radical diferencia-se do estruturalismo radical pelo caráter subjetivo e intencional da ação. Este último é objetivista, voltado para a perspectiva da mudança em relação aos parâmetros estruturais de dominação. O paradigma é determinista, uma vez que estruturas são condicionadoras da ação e a partir do movimento contraditório das estruturas emergem situações e atores capazes de mudança.

A teorização dos autores tem por mérito resgatar do domínio da ortodoxia funcionalista, vigente durante todo século XX, as abordagens alternativas e conferir a elas o *status* de cientificidade. Burrell e Morgan percebem o momento das ciências sociais como caracterizado pela ausência de consenso dentro da comunidade científica e marcado por uma competição hobbesiana, na qual os paradigmas não dialogam entre si, pois são incomensuráveis. Os autores chamam atenção para a vasta proporção de teorias que se abrigam nos limites dos quatro paradigmas caracterizando um amplo dissenso. A guerra de paradigmas, entretanto, é limitada pelos pressupostos gerais da ciência, uma vez que a quantidade de teorias:

is located within the context of relatively narrow range of theoretical possibilities which define that one paradigm its no exaggeration, therefore, to suggest that social-scientific enterprise in general is built upon an extremaly narrow set of metatheoretical assumptions. This concentration of effort in a relatively area defines what is usually regarded as the dominant ortodoxy within a subject. Because this orthodoxy is so dominant and strong its adherents often take it for granted asright and self-evident. Rival perspectives within the same paradigms or outside its bounds appear as satellites defining alternative points of view. The impact upon the orthodoxy, however is rarely very significant (BURRELL e MORGAN, 1979, p xi).

Segundo os autores, a atividade dos cientistas requer que eles tomem consciência dos conteúdos e limites dos paradigmas rivais em termos de sua incomensurabilidade e considerem a construção de suas teorias dentro de fronteiras delimitadas pelos paradigmas aos quais estão teoricamente afiliados. O desenvolvimento das teorias se dá com base na incomunicabilidade e internamente aos paradigmas. Burrell e Morgan não defendem a ideia de que há uma guerra entre paradigmas que conduzirá à eliminação dos demais paradigmas e à defesa da unicidade da ciência aos moldes da ciência da natureza ou aos moldes da ciência normal kuhniana. Tal abordagem seria inconsistente com seus esforços para resgatar o caráter plural dos paradigmas:

O texto articulava e legitimava em algum grau, as vozes daqueles que não compartilhavam as orientações funcionalistas. Observe-se que o argumento em *Sociological Paradigms and Organizational Analysis* não é de que o funcionalismo é representativo de uma ciência normal em nossa disciplina, e que será eventual e inevitavelmente substituído por uma outra orientação depois de um período de revolução (à la Kuhn). Pelo contrário, o livro argumenta que o estado normal da ciência organizacional é pluralístico. O que não significa que a análise organizacional seja “imatura” ou esteja com o fôlego suspenso, aguardando sua fase de ciência normal. É tão somente que uma pluralidade de legitimações e perspectivas que competem, deve ser esperada em todas as ciências, especialmente nas sociais (BURRELL, 1996/1998, p.448).

Essas observações abrem questionamentos que nos conduzem a uma reflexão, na qual Alexander traz importantes contribuições. Se o estado normal da ciência social é pluralístico, a condição de normalidade seria a crise permanente de paradigmas e o constante debate sobre as condições epistemológicas?

4.2 CIÊNCIAS SOCIAIS, DISSENSO E CRISE DE PARADIGMAS

A trajetória do pensamento sociológico, diferentemente do que ocorre com as teorias da Administração, experimental, segundo Jeffrey Alexander, uma era pós-funcionalista, marcada por uma crise teórica que, a partir do pós-guerra, se desdobrou em duas revoluções: o surgimento das escolas radicais de microteorização, destacando o caráter contingente da ordem social e o aspecto central das negociações individuais; e de outro, as escolas de macroteorização, acentuando o papel coercitivo das estruturas sociais e o caráter determinado das condutas individuais e coletivas (ALEXANDER, 1987; GIDDENS, 1996). Esses movimentos povoaram o debate epistemológico, baseado na unilateralidade das proposições. A consciência da ausência de consenso acerca do objeto e do método por parte doscientistas gerou uma condição de discursividade que conduziu à sobredeterminação da teoria e à subdeterminação do fato. Assistia-se ao fim da hegemonia do estrutural-funcionalismo na comunidade científica, erodida pela crítica sociológica:

Argumentos discursivos, e os critérios racionais por eles implicados, são apenas subjetivamente cogentes. Eles são aceitos por razões que independem de testes empíricos convencionais. O que equivale a dizer que a ciência social se desenvolve dentro de escolas e tradições. E seu

fluxo lembra mais o movimento de uma conversa que os passos de uma demonstração racional. Move-se num sentido e noutro entre pontos de vista limitados e profundamente enraizados. Assemelha-se mais a um pêndulo do que a uma reta (ALEXANDER, 1987, p.12).

O curso do debate na teoria sociológica do pós-guerra obedeceu a um movimento pendular que oscilou dos postulados da ação versus estrutura, sendo unificada na oposição ao funcionalismo parsoniano. A reação pós-funcionalista conduziu a dilemas teóricos, surgiram teorias potencialmente inovadoras que reformulavam em novas versões a micro e a macrosociologia. Alexander reorganiza o pensamento social em pressupostos e em torno deles situa as teorias e escolas:

Por pressupostos [...] entendo as suposições mais gerais que os sociólogos fazem quando se defrontam com a realidade. Cada teoria social e cada trabalho empírico tomam posições a priori que permitem que os observadores organizem nas categorias mais simples os dados dos sentidos que entram em suas mentes. É só nessa base que são possíveis as manipulações mais conscientes que constituem o pensamento racional ou científico. Os pressupostos são objetos do discurso, e são até mesmo discursivamente justificados. Em sua maioria, contudo, se originam em processos que precedem ao próprio exercício da razão (ALEXANDER, 1987, p.13).

Segundo Alexander, a principal característica da vida social que os sociólogos devem pressupor é a natureza da ação, ou seja, se ela é racional ou não. Essa dicotomia abre polaridades para a compreensão dos indivíduos como racionais ou egoístas, não racionais (normativos e morais), estratégicos ou instrumentais ou governados por desejos inconscientes.

Outro aspecto, sobre o qual os teóricos pressupõem refere-se ao problema da ordem:

Os sociólogos são sociólogos porque acreditam que a sociedade tem padrões, estruturas de alguma maneira diferentes dos atores que a compõem. Concordando embora com a existência de tais padrões, os sociólogos estão em desacordo sobre como na realidade a ordem é produzida. [...] Essa dicotomia opõe as posições individualista e coletivista (ALEXANDER, 1987, p.14).

Teóricos coletivistas, dos quais são precursores os pensadores clássicos Marx e Durkheim, assumem que os padrões sociais preexistem aos indivíduos e se impõem a eles. A sociedade preexistente aos indivíduos existe dentro e fora deles, sendo internalizada através da coerção como concebe Durkheim. Estruturas condicionam as posições sociais dos indivíduos, que segundo o pensamento materialista de Marx, são definidas pelo papel que esses ocupam no processo produtivo, interagindo em condições de desigualdade econômica. Segundo a teoria coletivista, as condições desse condicionamento das estruturas sobre as condutas individuais admitem variações que darão origem a teorias discordantes: as deterministas e as probabilistas.

O individualismo metodológico, por sua vez, reconhece a influência de estruturas exteriores e a existência de padrões sociais inteligíveis, mas seus teóricos, admitem que esses padrões são produtos de interações individuais. Estruturas sociais são produzidas pelos indivíduos, eles não carregam a ordem dentro de si; podem obedecer ou se rebelar contra a ordem, alterando seus pilares. A maioria das versões do individualismo metodológico são fortemente racionalistas, mas encontramos teorias individualistas de caráter não racional. Racionalistas ou não, essas correntes rejeitam todo voluntarismo e reservam um papel às estruturas para a explicação dos padrões de conduta individual.

É porque cada teoria deve tomar uma posição em relação aos pressupostos, que os mesmos são tão centrais em termos de justificação e persuasão. Embora os pressupostos sejam antagônicos entre si, asvertentes reconhecem a importância teórica de sua concorrente:

Na verdade, a sociologia surgiu como disciplina como resultado dessa diferenciação do indivíduo na sociedade, pois foi a independência do indivíduo e o crescimento de sua capacidade de pensar livremente a sociedade que permitiu que a própria sociedade fosse concebida como um objeto de estudo independente. É a independência do indivíduo que torna a ordem problemática, e é essa problematização da ordem que torna a sociologia possível. Ao mesmo tempo, os sociólogos reconhecem que a atividade quotidiana do indivíduo tem um caráter padronizado. É essa tensão entre liberdade e ordem que fornece a base intelectual e moral da sociologia. Os sociólogos exploram a natureza da ordem social, e justificam discursivamente as posições que adotam em relação a essa questão, porque estão profundamente interessados em implicações da ordem para a liberdade individual (ALEXANDER, 1987, p.15).

Organizados sob parâmetros distintos aos de Alexander, os paradigmas de Burrell e Morgan retratam a ciência na pluralidade de seus pressupostos teóricos, apresentando em comum a perspectiva da ausência de consenso.

Ainda que persistam, entre as correntes, desacordos significativos, um princípio de unidade marcará a origem, na década de 1980, do Novo Movimento Teórico, trata-se da percepção comum do caráter insatisfatório tanto da abordagem macro, como da microteórica. Segundo Alexander, nos principais centros de estudos sociológicos da Inglaterra, França, Estados Unidos e Alemanha os esforços teóricos se direcionaram para a busca de uma síntese em detrimento de uma polêmica:

O impulso ideológico que, nos Estados Unidos, alimentou o discurso pós-parsoniano em sua forma micro e macro, e que justificou o estruturalismo marxista na Europa, está extinto. Nos Estados Unidos, estruturalistas outrora entusiásticos buscam meios de utilizar a análise cultural, e antigos sectários da etnometodologia tentam integrar teorias macro construtivas e tradicionais. Na Alemanha, Inglaterra e França, a nova geração pós-marxista tem sido influenciada pela fenomenologia e pela microteoria norte-americana. A migração das ideias parsonianas para a Alemanha [...] não renovou o que hoje é visto como um debate obsoleto, mas inspirou novas tentativas de reintegração teórica (ALEXANDER, 1987, p.19-20).

Distribuindo as teorias sociológicas entre as adeptas de pressupostos mais gerais da ciência, na concepção kuhniana de paradigma, de caráter microsociológico ou macrosociológico, Alexander identifica uma multiplicidade teórica e paradigmática nas ciências sociais. Acrescenta que esses deslocamentos se dão no sentido do abandono da *grounded theory* em direção à *middle range theory*. Alexander identifica o pensamento de Habermas, dentro do NMT:

Também Habermas começou sua carreira com um modelo tipicamente macroestrutural da dinâmica social (HABERMAS, 1973). Embora existam nesse primeiro trabalho claras referências a elementos morais e a diferentes tipos de ação, esses elementos são residuais em relação ao seu modelo pesadamente político-econômico da vida institucional. Em sua obra mais recente, porém, Habermas (1984) desenvolve explícita e sistematicamente teorias sobre processos

micro e normativos subjacentes, e muitas vezes opostos, às macroestruturas dos sistemas sociais. Ele utiliza o desenvolvimento moral e cognitivo para ancorar sua descrição das fases históricas do “aprendizado social”, descrições de atos de linguagem para desenvolver argumentos sobre a legitimidade política, e a concepção de um mundo-vivido gerado interpessoalmente para justificarsua explicação empírica da resistência e da tensão social (ALEXANDER, 1987, p 23-24).

A abordagem de Alexander nos conduz em sentido contrário ao da afirmação de que as ciências sociais são pré-paradigmáticas, mas nos reportam a um dissenso constitutivo, a uma crise de paradigmas fundante, pois ao invés da hegemonia de um único paradigma que caracteriza a ciência normal, a tendência é de uma condição multiparadigmática ou pluriparadigmática, na qual crescem com o passar dos anos a quantidade e a qualidade das teorias que buscam de modo próprio um ajuste entre abordagens macro e micro. Esse contexto faz com que, além de produzir explicação, as teorias apresentem um conteúdo de justificação, no qual se dedicam continuamente à defesa de seus pressupostos mais gerais, respondendo às críticas de outros teóricos, persuadindo e visando ampliar o contingente de adeptos às suas teorias. Alexander destaca que a condição de produção de conhecimento das ciências sociais é marcada pela sobredeterminação pela teoria e pela subdeterminação pelo fato, ou seja, são ciências marcadas pela onipresença do discurso. Baseando-se na compreensão de Habermas (2012), Alexander toma o discurso como um esforço por parte dos interlocutores para corrigir a comunicação distorcida e destaca as tentativas sistemáticas de identificar argumentos e critérios de justificação persuasiva. Cientistas se debruçam na atividade discursiva para convencerem aos pares da superioridade da capacidade explicativa de suas teorias com vista de aumentar as adesões. O discurso é central e a teoria é multivalente. Trata-se de ciências essencialmente discursivas, persuasivas e marcadas pela justificação, afastando-se da tendência exclusivamente explicativa das ciências naturais; como destaca Stinchcombe (1968, 1973, apud ALEXANDER, 1987, p.9), o “objetivo da ciência é persuadir através da força demonstrativa da lógica geral”.

A tendência verificada foi que esse debate que se ancorou inicialmente na sociologia nos anos 1980, dominou também a ciência política e antropologia. Por reconhecer a existência de controle social, a teoria macro-sociológica ou coletivista apresenta uma vantagem sobre as microteorias individualistas, que, por sua vez, reconhecem a presença de estruturas individuais mais frágeis, emergindo de padrões inteligíveis que resultam da negociação individual. Estruturas são portadas por indivíduos, entretanto os mesmos participam ativamente de sua produção (ALEXANDER, 1987). Os indivíduos não internalizame carregam a ordem dentro de si. Desse dilema nasce o ordenamento das ciências sociais, no qual ambas as correntes teóricas parecem ter razão. Teorias macro parecem ter dificuldade em explicar a diversidade das condutas e escolhas da ação e as teorias micro em explicar a permanência das estruturas sociais.

É por causa do novo enfoque epistemológico e empírico que as teorias coletivistas e individualistas têm se renovado. Alexander (1987) destacava com atualidade para nossos debates epistemológicos contemporâneos, que o caráter persuasivo e discursivo das ciências sociais as resgata da crítica de um relativismo total, no qual o caos prevalece e observa-se um “vale tudo” da ciência, podendo-se transitar de um pressuposto a outro ao sabor das conveniências teóricas. É preciso optar, justificar na abrangência e no potencial explicativo a escolha teórica, como numa ciência em condição pré-científica, nos termos kuhnianos, ou em crise de paradigma (situação revolucionária), em que a perspectiva discursiva emerge do debate permanente entre os pares e as questões epistemológicas se fazem presentes diuturnamente. Como ciências essencialmente discursivas, as ciências sociais se distanciam do caráter exclusivamente explicativo das ciências da natureza e se aproximam da perspectivapersuasiva da lógica geral.

4.3 CONSENSO, ADMINISTRAÇÃO COMO CIÊNCIA E GESTÃO SOCIAL

A discussão da questão do consenso teórico em Administração passa pela discussão da incomensurabilidade dos paradigmas e da análise da evolução dessa ideia nas obras de Burrell e Morgan. As ideias dos autores por caminhos distintos se desenvolverão para o distanciamento da perspectiva da incomensurabilidade e para o esforço de intercambialidade entre as abordagens paradigmáticas. Essas posições os aproximarão de uma concepção pluri ou multiparadigmática de Alexander. Entretanto, a abordagem da sobredeterminação das teorias pela justificação e persuasão mantém-se como contribuição original de Alexander para o debate epistemológico sobre a natureza das ciências sociais e sua influência sobre a constituição teórica da Administração como ciência e da Gestão social como campo.

Em *Sociological Paradigms and Organizational Analysis*, Burrell e Morgan defendem a incomensurabilidade com centralidade em seus argumentos:

Contrary to the widely held belief what synthesis and mediation between paradigms is what required, we argue that the real need is paradigmatic closure. In order to avoid emasculation and incorporation within the functionalist problematic, the paradigms need to provide a basis for their self-preservation by developing on their own account. Insofar as they take functionalism as their reference point, it is unlikely that they will develop far beyond their present embryonic state – they will not develop coherent alternatives. This conclusion is firmly in line with the perspective we have adopted throughout this work in suggesting that the paradigms reflect four alternative realities. They stand as four mutually exclusive ways of seeing the world (BURRELL e MORGAN, 1979, p.398).

Posteriormente Morgan (1996), em *Imagens e Organizações*, um trabalho essencial para o debate epistemológico acerca dos paradigmas na ciência da Administração, constrói uma abordagem acerca de analogias e metáforas que contribui para o aumento da reflexividade entre os teóricos. O autor desenvolve uma explicação da matriz epistêmica que construiu com Burrell, a partir do conceito de metáfora e essa posição o distancia de sua concepção original. Para Morgan, as metáforas constituem um meio através do qual paradigmas são revitalizados nas mentes dos cientistas. O autor procurou identificar as metáforas que estão presentes em cada paradigma, o que conduziu a uma rejeição da incomensurabilidade ao afirmar que certas metáforas não são incompatíveis (MORGAN, 1996).

Desse modo, na segunda metade dos anos 1990, Morgan afasta-se da concepção que assumiu ao lado de Burrell, na qual apoiava a tese da incomensurabilidade entre os paradigmas e passa a defender o caráter prolífico dessas trocas. A postura de Morgan converge para a apreciação de outros domínios da teorização em paradigmas distintos, analisados em diferentes grupos de suposições metateóricas acerca da natureza da sociedade, da objetividade, da subjetividade das ciências sociais e a relação entre as dimensões da regulação e da mudança radical. Morgan inicia sua concepção de metáforas organizacionais em aprimoração ao conceito de analogia na comparação entre paradigmas. Para Morgan, as metáforas se originam de processos simbólicos, empregados para se referir ao mundo objetivo, proferidos por diferentes escolas de pensamento na teoria das organizações. Esse prolífico movimento de metáforas pode descrever a tarefa do cientista social:

A lógica das metáforas possui, portanto, importantes implicações para a teoria das organizações, sugerindo que nenhuma metáfora pode captar a natureza total da vida organizacional.

Um pluralismo consciente e amplo emerge como meta apropriada, em vez de tentativa de forjar uma síntese sobre conhecimentos básicos limitados. Diferentes metáforas podem constituir e captar a natureza da vida organizacional de diferentes maneiras, cada uma gerando tipos de insights poderosos, distintos, mas especialmente parciais. A lógica aqui sugere que novas metáforas podem ser utilizadas para criar novos modos de ver as organizações que superam as fraquezas e os pontos obscuros das metáforas tradicionais, oferecendo abordagens suplementares e até mesmo complementares para a análise organizacional (MORGAN, 2005, p.64).

Morgan concebe diversas metáforas que conferem identidade aos paradigmas (máquina, ecologia populacional, cultura, sistema político, jogo da linguagem, texto, sistemas em fragmentação, catástrofe) que servem de parâmetros comparativos para relacionar as concepções divergentes, seja na perspectiva da ampliação ou da flexibilidade. A abordagem de Morgan propõe a reflexividade para combater o caráter não questionável (*taken for granted*) em que os pressupostos são tratados no corpo dos paradigmas:

Diferentes paradigmas contêm visões de mundo que favorecem determinadas metáforas que constituem a natureza das organizações de maneiras fundamentalmente diferentes e exigem que se repense completamente a respeito do que a teoria organizacional deve tratar. O desafio se relaciona aos fundamentos em que a teorização se baseia e só pode ser resolvido considerando-se adequação dos fundamentos rivais como base para a análise organizacional (MORGAN, 2005, p.69).

Burrell entrará em desacordo e criticará essa perspectiva de Morgan como relativizadora, uma vez que sustentaria uma ideia errônea de que os paradigmas podem ser intercambiáveis e substituídos facilmente. Morgan afirma que ao enfrentar contradições internas ao paradigma, cientistas poderão recorrer a ideias de outros paradigmas para construir racionalmente seus aportes explicativos. Burrell classifica essa postura epistemológica como uma espécie de licenciosidade teórica, na qual cientistas invadem a área de outros indiscriminadamente e se servem de ideias como de mercadorias em uma prateleira de supermercado. Desse modo, Burrell (1996) dirige a Morgan (1996) uma crítica à sua abordagem na qual defende a maximização da reflexividade das teorias e o intercâmbio entre os paradigmas, acusando a perspectiva, na expressão de Caldas (2005), de promiscuidade paradigmática, por atirar a ciência a uma condição relativista e a uma flexibilidade, na qual os cientistas poderiam migrar de um paradigma a outro de acordo com as conveniências intelectuais. Burrell relativizará posteriormente, de forma limitada, suas posições em relação à tese da incomensurabilidade e do isolacionismo dos paradigmas em que resgata uma saída pluralística e mais afeita ao diálogo entre as teorias e seus referentes paradigmas (BURRELL, 1996/1998).

Na esteira do pensamento de Morgan, Lewis e Grimes (2005) defendem uma posição multiparadigmática na teoria das organizações e propõem uma estratégia baseada em modelos de metatriangulação. Defendem uma epistemologia pluralista, na qual se verifica o esforço dos teóricos em entrelaçar interpretações em novo entendimento acerca de paradigmas conflitantes. Para os autores, a sobreposição de explicações pode auxiliar os teóricos em um referencial metateórico que possa unificar concepções contrastantes. Resaltam que os vieses paradigmáticos se tornam mais nítidos em atos de comparação. Estabelecem uma metodologia para a triangulação desenvolvida em fases. Entretanto, a proposição de criar uma teoria “mais rica, contextualizada e multidimensional”, se limita aos aspectos complementares e conciliáveis das teorias e o aspecto das escolhas epistemológicas e sua justificação são desconsiderados na análise. A crítica de Burrell ao relativismo e à migração de um paradigma a outro também se aplica a Lewis e Grimes.

O problema do dissenso é fundante para as ciências em questão. A ausência de consenso na sociologia, quanto à definição do objeto é uma realidade que afeta a ciência desde seus fundadores. Para Durkheim, o objeto da sociologia é o fato social, dotado de exterioridade, coercitividade e generalidade. Para Marx, é uma totalidade social integrada histórica, material e dialeticamente. Para Weber, o objeto da sociologia é

ação social dotada sentido, atribuído pelo próprio autor e direcionado a outro ou a outros atores. Os fundamentos das concepções são antagônicos e integrá-las ao mesmo corpo teórico é ferir os princípios da lógica; é preciso fragmentar as concepções para rejeitar os fundamentos antagônicos e reuni-los logicamente em novas teorias, das quais são exemplos o estruturacionismo de Giddens, que lhe valeu o título de marxista weberiano; e a teoria da ação comunicativa de Habermas, dentre inúmeras outras abordagens que se desenvolvem no escopo do novo movimento teórico.

De modo similar, um dissenso fundante se abre na ciência da administração, como destaca França Filho (2004), entre os postulados dos adeptos da *gestão como prática* e aqueles da *organização como fenômeno* antagonizando funcionalistas e defensores das ideias dos Estudos Organizacionais Críticos. Internamente a essas escolas novos dissensos que caracterizam a disputa entre teorias se firmam e manifestam o caráter persuasivo e discursivo das ciências sociais. No bojo desses conflitos, a gestão social nasce definindo-se como antagonista da gestão estratégica e fundando um debate acerca de seu caráter dialógico e democrático (TENÓRIO, 1998). As questões aqui levantadas nos permitem estabelecer a dúvida de que a ausência de consenso na definição de gestão social pode não estar relacionada somente à juventude do campo. A gestão social se desenvolve defendendo persuasiva e justificativamente sua identidade em face da abordagem instrumental:

Segundo Tenório, a Gestão Social poderia ser considerada como uma “linha de fuga” em relação à hegemonia da tradição positivista centrada na racionalidade utilitária do pensamento administrativo. O autor, baseado em Guerreiro Ramos e na Escola de Frankfurt (Horkheimer, Marcuse, Adorno) e posteriormente, na „segunda geração” com Jürgen Habermas, constrói seu conceito de Gestão Social (CANÇADO, PEREIRA, TENÓRIO, 2015, p.109).

A oposição entre as escolas dispostas por Burrell e Morgan com a abordagem positivista e a contenção entre diversas teorias internamente aos quadrantes e a posição dos antagonistas em relação à incomensurabilidade abre a possibilidade à novas perspectivas. A questão da dialogicidade nas ciências sociais levantada por Alexander produz uma inversão na abordagem da juventude e caráter pré-paradigmático da ciência da administração, caracterizando inversamente como sinal de maturidade esse aumento das escolas. Observa-se que no campo da administração, tem crescido o número de debates e estudos que tratam de sua cientificidade como corpo de conhecimento, sendo estes estudos conduzidos de forma sistemática e mais expressiva nas últimas décadas (BURRELL; MORGAN, 1979, CHEVALIER; LOSCHAK, 1980, GUERREIRO RAMOS, 1989, DAMKE; WALTER; SILVA, 2010, DIAS et al., 2013, SERVA, 2014). De acordo com Serva (2014) a administração cresceu ao longo de aproximadamente oito décadas sem investir na construção de um discurso sistematizado sobre si mesma, contudo, observa que o interesse pelo tema tem sido crescente no país, refletindo-se, por exemplo, na criação da disciplina sobre epistemologia da administração em cursos de mestrado e doutorado, bem como na realização de Colóquios e Divisões de Eventos como os da ANPAD (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração) com espaços específicos destinados a discussões sobre a temática.

Segundo a identidade que se opõe à linha positivista, o conceito de gestão social desenvolve invertidamente outras oposições: Sociedade-Estado, Trabalho Capital, Sociedade Mercado, pares que serão discursivamente e permanente justificados em face de seus oponentes. A própria categorização conceitual de gestão social tem se enfrentado na tarefa de justificar sua existência perante seus pares oponentes e negacionistas.

Segundo Peres Jr. e Pereira (2014), o campo da gestão social se desdobra em vertentes teóricas, que embora apresentem elementos comuns caracterizam-se como não consensuais. Constituem quatro abordagens teóricas: a crítica frankfurtiana; a gestão do desenvolvimento social interorganizacional; a pucquiana (pela

origem de seus pesquisadores e a abordagem da administração pública societal. Entre os elementos comuns, o trabalho destaca a contraposição entre gestão social e gestão estratégica; a concepção do terceiro setor como espaço de ocorrência da gestão social; como a prevalência de conceitos como democracia, diálogo, participação e bem comum. Segundo os autores, verifica-se uma subdivisão conceitual básica entre as vertentes: uma vincula a gestão social estritamente à gestão pública, qualificando-a de societal (PAES DE PAULA, 2015), gestão do desenvolvimento social (FISHER, 2002) ou gestão do social (DOWBOR, 1999); outra abordagem volta-se a uma análise gerencial dialógica que se aplica a sistemas organizacionais diversos, sejam eles públicos, privados, organizações não governamentais (FRANÇA-FILHO, 2008; TENÓRIO, 2005).

Conforme argumentam Peres Jr. e Pereira (2014):

Para vários autores (DOWBOR, 1999a; FISHER, 2002; FISHER e MELO, 2003; PINHO, 2010; RIGO, SILVA JR; SCHOMMER et al., 2010), a Gestão Social, como campo de conhecimento científico está em pleno processo de construção. Segundo Dowbor (1999, p.7) "os paradigmas da gestão social ainda estão por ser definidos, ou construídos. É uma gigantesca área em termos econômicos, de primeira importância em termos políticos e sociais, mas com pontos de referência organizacionais ainda em elaboração". Apesar disso, a área já conta, principalmente no Brasil, com estudos e debates dotados de atributos quantitativos que permitem indicar possíveis correntes teóricas e extrair alguns fundamentos conceituais que parecem indicar certo consenso (PERES JR. e PEREIRA, 2014, p.222).

As vertentes partem de certos pressupostos comuns na definição do objeto, associados à oposição à tradição funcionalista, à rejeição da gestão estratégica como fundamento social da gestão, o caráter democrático e participativo da gestão, a rejeição da fundamentação mercadológica e estadocêntrica da gestão. Entretanto, o debate prossegue e a Gestão Social como campo em gestação, não apresenta seu objeto como uma realidade pronta e acabada. Trazendo a discussão para a questão do consenso entre paradigmas e a tão criticada normalidade kuhniana para as ciências sociais, como debatido em Burrell, Morgan, Lewis e Grimes e Alexander, encontramos uma condição mais próxima à pluriparadigmática.

O conceito de Gestão Social já nasce como um antagonismo, uma vez que reúne duas acepções contraditórias: *gestão* que é uma prática voltada a um substrato racional, que visa objetivos instrumentais e estratégicos, marcados pela lógica mercantil; e o *societal*, que pauta-se por uma racionalidade substantiva, voltada para a tomada democrática de decisões coletivas, que buscam a solução emancipatória para a chamada questão social. A Gestão Social como campo de conhecimento partilha problemas de fundamentação epistemológica com as ciências sociais à medida que se apropria de aspectos sociológicos, políticos, antropológicos e econômicos dessas ciências em seu aporte interdisciplinar.

A base do consenso funcionalista é discursiva e perdurou bem mais na administração que na sociologia. Este consenso nas ciências sociais foi obtido pela adesão à justificação e não pela experimentação e demonstração matemática na geração do convencimento. Não há teoria errada e teoria correta, todas elas concorrem à condição de preferência, desde que submetidas aos critérios racionais da lógica geral. Após a consciência dessas condições, os cientistas guardam uma posição crítica em relação aos consensos, tornando-os uma unanimidade altamente improvável. A teoria habermasiana tem encontrado significativa adesão entre os pensadores da gestão social, destacando-se como vertente primordial entre os trabalhos produzidos na área.

A teoria habermasiana apresenta a qualidade de ser uma totalidade teórica que enfrentou os principais problemas contemporâneos colocados pelo Novo Movimento Teórico, apresenta também um objeto discursivo

sivamente defendido: a ação comunicativa; um corpo teórico derivado que percorre trajetória micro-macro e uma teoria política da democracia que concorre com os modelos das teorias elitistas e participacionista: a deliberativa. Habermas foi um dos cientistas pioneiros a aderir ao Novo Movimento Teórico e elaborar uma teoria de *middle range*, que enfrentasse os principais dilemas epistemológicos das ciências sociais na contemporaneidade. Habermas migrou de uma macroteorização para a teoria da ação comunicativa, de um paradigma da produção para um paradigma da comunicação. Deixou-se influenciar pela microteoria de George Mead e Blumer (o interacionismo simbólico); a teoria da solidariedade e integração dos sistemas de Durkheim e a teoria da racionalidade de Weber. Embora não tenha equacionado um grande número de questões abrindo perspectivas para críticas e objeções, apresenta um grau de maturidade discursiva e estabilidade considerável respondendo a questões que os cientistas elegeram como relevantes em relação à ação e à ordem social. Consideramos que diante da grande adesão à teoria habermasiana por parte dos cientistas da gestão social, os gargalos, contradições e problemas teóricos que emergem da mesma, serão a porta de entrada para o diálogo com outras teorias.

A ausência de consenso conceitual acerca do objeto da Gestão Social como campo pode ser observada nas diferentes definições, mas expressando a universalidade moral dos princípios democráticos. De acordo com Tenório (1998, p.16), por gestão social entendemos a substituição da “gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais”. Além disso, a concebe como:

[...] o processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social-público, privado ou de organizações não governamentais) O adjetivo social qualificando o substantivo gestão será entendido como espaço privilegiado das relações sociais em que todos têm o direito à fala, sem nenhum tipo de coação (TENÓRIO, 2008, p.158).

Tenório é um adepto da teoria habermasiana que atribui importância à dialogicidade, à racionalidade, à não coercitividade, à democracia deliberativa e à esfera pública como locus de expressão da gestão social. Em outra definição surgem as oposições constitutivas da gestão social: Sociedade X Estado, Estado X Mercado, Mercado X Sociedade. Tenório (2008) concebe emancipação como separação e a libertação de partes do mundo da vida da colonização pelo sistema e inverte as dualidades considerando-as na perspectiva Sociedade X Estado.

França Filho (2008) também destaca a distinção do espaço da Gestão Social, do Estado e do mercado: A gestão social é o modo de gestão praticado por organizações que não são nem do mercado e nem do Estado, porém muitas vezes mantêm relações de parceria com essas esferas para a implantação e execução de terminados projetos (FRANÇA FILHO apud MENON 2016, p.43).

Para Fisher, os fatores participação social, *accountability* e racionalidade substantiva se destacam como elementos definidores da Gestão Social, que se caracteriza por:

...um processo de mediação transformador que: articula múltiplas escalas de poder individual e societal; trabalha a identidade de processos, refletindo e criando pautas culturais; coordena interorganizações eficazes, promove ação e aprendizagem coletivas; comunica-se e difunde resultados; presta contas à sociedade; reavalia e recria estratégias, tendo por processo, alvo e motor, o desenvolvimento, considerando dimensões tangíveis e intangíveis, objetivas e subjetivas, que conformam organizações complexas e instituições (FISHER, 2002).

Fisher arrola a dimensão das práticas de intervenção e aprendizagem como atributos da gestão social e à “organização como fenômeno” e associa a concepção a um projeto de desenvolvimento.

Cançado (2011) articula a teoria habermasiana ao pensamento liberal de Tocqueville, destacando a finalidade emancipatória. Para Cançado, Pereira e Tenório (2015, p. 187), o interesse coletivo é condição para que o interesse privado se exerça: “um processo dialético de organização social próprio da esfera pública, fundado no interesse bem compreendido e que tem por finalidade a emancipação”.

Muitas dessas definições de gestão social são complementares ou caracterizadas pela incompletude, ou até mesmo uma sequência de características listadas a espera de articulação, entretanto, todas elas assumem explícita ou implicitamente a democracia como elemento marcante. As definições precisam estar cravadas em teorias da sociedade, da política e outras ciências afins para alcançarem um maior potencial de complexidade. Discutir democracia, bem comum, remete a teorias concorrentes da ciência política, como discutir a gestão como ação social remete a teorias concorrentes da sociologia e assim por diante. A gestão social é um campo *em construção* que pode enriquecer sua análise com as ciências puras de caráter social. Quanto mais abstrata e genérica a definição de gestão social, mais distante se encontra da operacionalização empírica, por essa razão conceituar gestão social significa cravá-la em uma abordagem teórica consistente e coerente, dialogando com as escolas.

A ausência do consenso em torno de um paradigma é condição fundante para um campo de conhecimento que deverá apresentar-se discursivamente, justificar suas posições epistemológicas e persuadir a comunidade científica. A busca de uma unidade em torno de um paradigma trouxe grandes prejuízos ao invés de benefícios ao avanço da administração como ciência e novos desafios são necessários para a construção de uma epistemologia da Administração e da Gestão Social. Nessa empreitada temos que conviver com a dialogicidade, racionalidade comunicativa, incertezas e com uma concepção essencialmente discursiva de ciência, da forma como a concebe Alexander.

A teoria habermasiana, que faz muitos adeptos na gestão social, conforme dito anteriormente é já expressão do Novo Movimento Teórico, Habermas parte de um modelo macrossociológico para um microtranslacionista, no qual define como objeto da sociologia a ação comunicativa e a situa em estruturas próximas capazes de influenciar o sentido da ação: sistema, mundo da vida e esfera pública. Desse modo, a abordagem epistemológica de Alexander torna-se ainda mais importante para a Gestão Social, uma vez que é base para a compreensão de uma das principais teorias fundantes do campo.

Entretanto, ainda que a abordagem habermasiana cresça em adeptos e hipoteticamente se torne majoritária estará sujeita à justificação e persuasão e não gozará de outra autoridade teórica e epistemológica para eliminar suas concorrentes. Essas características conferem às ciências sociais o caráter do dom da eterna juventude, ou seja, de ciência pluriparadigmática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra *Sociological Paradigms and Organizational Analysis* de Burrell e Morgan apresentou como contribuição fundamental aos estudos organizacionais a crítica de seus grupos conflitantes à ortodoxia funcionalista, revelando que este não era o único caminho possível. Resgatou as escolas e as inseriu num cenário plural; múltiplo, porém incomensurável. Batalhas similares à ciência normal kuhniana travam-se internamente aos paradigmas que visam ao aprimoramento e superação dos demais. É uma guerra eterna que parece depen-

der da adesão da comunidade científica e não há afirmações explícitas de que um paradigma vencerá essa guerra e reinará sozinho no cenário das ciências sociais. Seria incongruente afirmar pelo domínio exclusivo de um paradigma, resgatando a pluralidade deles sua incomensurabilidade. O texto parece sugerir que a natureza da batalha é interminável e resulta no aprimoramento interno dos paradigmas.

Morgan em obra igualmente icônica, intitulada *Imagens e Organizações*, distancia-se das ideias presentes no trabalho original, que concebeu em parceria com Burrell, rejeitando a ideia da incomensurabilidade e defendendo a estratégia da comunicabilidade. Estabelece um conjunto de metáforas que irão permitir e facilitar o trânsito entre as teorias, possibilitando maior complexidade e extensão de suas explicações. Lewis e Grimes de forma complementar às concepções de Morgan concebem uma estratégia de metatriangulação, dispostas em fases para reforçar a perspectiva multiparadigmática. Tanto Morgan como Lewis e Grimes não tratam da questão do enfrentamento e acomodação dos pressupostos mais gerais das ciências sociais, passíveis de escolhas das quais se originam todas as ciências. Pressupostos como o nome já indica, são posições tomadas a priori, que em momentos de ciência normal kuhniana são dados como *taken for granted*. Esses pressupostos, como destaca Kuhn tornam-se questão de debate no momento de crise de paradigmas ou de revolução científica, em que a condição plenamente filosófica traz à tona o vigor do debate epistemológico. Entretanto, Alexander destaca que essa condição de crise é uma situação permanente nas ciências sociais,

A posição concorda com as abordagens pluri ou multiparadigmáticas, mas as afirma como condições permanentes das ciências sociais. O consenso em torno de um único paradigma é altamente improvável, postura que partilha com Burrell, Morgan, Lewis e Grimes.

O trabalho de Alexander empregado no debate epistemológico sobre paradigmas e consenso desenvolvido neste texto, constitui um dos mais significativos para a sociologia. Não há discussão que vise caracterizar a sociologia na contemporaneidade que se furte a um debate com Alexander. A contribuição de Alexander para o debate da teoria das organizações é a análise, para a sociologia e para as ciências sociais em geral, da condição dos pressupostos, suas escolhas e justificção para a construção de teorias. Fruto de um amplo debate entre teóricos de matrizes paradigmáticas diversas, surge um Novo Movimento Teórico que concebe predominantemente, teorias meio, situadas em zonas supostamente intermediárias considerados os paradigmas de Burrell e Morgan, com intuito de produzir encaixes entre pressupostos, mediando seus antagonismos em perspectivas distintas, reconhecendo a contribuição de ambos os polos das abordagens para a compreensão da realidade. O Novo Movimento Teórico traz à tona a importância e permanência do debate, do caráter discursivo das ciências sociais e de seu aspecto persuasivo.

A Gestão Social como campo de conhecimento em sua juventude, não escapa da análise de Alexander, pois em sua intercambialidade com a sociologia e a ciência política traz diversos atributos das mesmas para a constituição de sua cientificidade. Aqui defendemos que o campo da gestão social apresenta, conforme os termos de Alexander, o “dom da eterna juventude”, marcado por uma crise permanente de paradigmas.

O Novo Movimento Teórico e suas prerrogativas foram incorporados às práticas da sociologia e ciências afins e avança em diversas frentes. Como Habermas (2012), que iniciou sua carreira com um modelo macro-estrutural e desenvolveu posteriormente suas teorias com base em processos micro e normativos subjacentes à ação, utilizando descrições de atos de linguagem para argumentar sobre a legitimidade da política, Alexander (1987) argumenta que a pedra angular para o avanço das ciências sociais é atenção ao significado coletivamente estruturado, ou seja, a cultura. Haveria, segundo o autor um abismo crescente entre as teorias sintéticas e a atenção dada às teorias da cultura, que poderiam trazer ponte entre os abismos.

Finalmente, cabe ressaltar que as possibilidades de justaposição entre abordagens macro(coletivistas) e micro(individualistas), ou seja, do tratamento dos problemas da ordem e da ação não são operacionais, cada conjunto teórico deve tomar uma posição em relação a eles, como ressalta Alexander (1987). As permutas lógicas entre pressupostos constituem as matrizes em torno das quais se desenvolvem discursivamente as ciências sociais. Os estudos teóricos sobre a sociedade se desenvolvem em torno do debate sobre a ordem e a liberdade dos atores.

Esse debate acerca da apropriação da abordagem kuhniana pelas ciências sociais e sua introdução no seio da epistemologia da gestão social pode adicionar grande dinamismo à construção da identidade do campo, como também trazer a complexidade das teorias de *middle range* para a constituição de um debate plural e maduro. Dentro dessa perspectiva, é sinal de juventude do campo da gestão social apresentar uma tendência hegemônica a uma interpretação habermasiana de seu objeto. A condição da Teoria de Habermas nas ciências sociais é de enfrentamento com a ajuda de outras teorias de problemas diversos tais como a institucionalização da deliberação e a escala. O projeto habermasiano de definição e análise da gestão social incorpora o tratamento das questões da ordem e da agência e assume o caráter dialógico da ciência, pois, a teoria de Habermas já é uma integrante do Novo Movimento Teórico e comotal continua a sua defesa discursivamente perante as teorias concorrentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, J. O Novo Movimento Teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 2, n.4, p.5-28, 1987.

_____. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. **Teoria social hoje**, São Paulo: UNESP, 1996.

ARAÚJO, E. Gestão Social. In: BOULLOSA, R. **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. Londres: Heinemann, 1979.

BURRELL, G. Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogias da análise. In: CLEGG, S.; HARDY, C. NORD, W. (Org). **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1996/1998.

CALDAS, M. Paradigmas em estudos organizacionais: uma introdução à série. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, v.45, n.1, p.53-71.

CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social**. 2011. 313 p. Tese (Doutorado em Administração), Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. Curitiba: CRV, 2013.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J.R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão social: epistemologia de um paradigma**. Curitiba: CRV, 2015.

CHEVALIER, J.; LOSCHAK, D. **A ciência administrativa**. Portugal: Coleção Saber, 1980.

CRUZ, E. S. T. **Gestão social da água mineral no município de Cambuquira - Minas Gerais**. 2017.186 p. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017.

DAMKE, E. J.; WALTER, S. A.; SILVA, E. D. A Administração é uma Ciência? Reflexões Epistemológicas acerca de sua Cientificidade. **Revista de Ciências da Administração**, v. 12, n. 28, p.127-146, 2010.

DIAS, T. et al. Teoria geral da administração e teoria das organizações: uma reflexão epistemológica transpassando os dois campos. In: IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade–EnEPQ, 4, 2013, Brasília. **Anais...** Brasília: EnEPQ, 2013.

DOWBOR, L. A gestão social em busca de paradigmas. In: RICO, E.D. M; RAICHELIS, R. (Orgs). **Gestão Social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC/IEE, 31-42 p 1999a.

_____. Tendências da gestão social. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.8, n.1, p 3-16, 1999b.

FISHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão – uma introdução a uma agenda. In: FISHER, T. (Org). **Gestão de desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002, p.12-32.

FISHER, T.; MELO, V. P. Gestão Social do desenvolvimento e interorganizações. In: COLÓQUIOINTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 12. **Anais...** Salvador: UFBA, 2003.

FRANÇA FILHO, G. C. Para um olhar epistemológico da administração: problematizando seu objeto. In: SANTOS, R. (Org). **A administração política como campo do conhecimento**. São Paulo-Salvador: Edições Mandacaru/ Fundação Escola de Administração UFBA, 2004.

FRANÇA FILHO, G. C. Definindo gestão social. In: SILVA JÚNIOR, J.; MÂSIH, R.; CANÇADO, A.; SCHOMMER, P. (Orgs). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, p. 26-37, 2008.

GIDDENS, A. Estruturalismo e pós-estruturalismo e a produção da cultura. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1996.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza dasnações**. São Paulo: FGV, 1989.

HABERMAS, J. Racionalidade da ação e racionalização social. In: HABERMAS, J. **Teoria do agircomunicativo**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. **Theory and practice**. Boston: Beacon Press, 1973.

_____. **The Theory of Communicative Action**. Boston: Beacon Press, 1984.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

LEWIS, M; GRIMES, V. A metatriangulação: a construção de teorias a partir de múltiplos paradigmas. **RAE -Revista de Administração de Empresas**, vol.45, n.1, p.71-91, 2005.

MENON, I. O. **Gestão social como campo de saber no Brasil: uma análise de sua produção científica pela modelagem das redes sociais (2005-2015)**. 2016.168f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. **Revista de Administração de Empresas**, vol 45, n.1, p 58-71, 2005.

NÖEL, F. Interminável(falso)debate em torno da obra de Durkheim: De Parsons a Alexander. **Sociologias**, vol.19, n.14, p.92-127, 2017.

PAES DE PAULA, A. P. **Por uma nova gestão pública**. São Paulo: Editora FGV, 2015.

PEREIRA, J. R. Gestão Social no contexto histórico e teórico das relações entre Estado, Mercado e Sociedade. In: XII Colóquio Internacional Sobre Poder Local, 2012, Salvador. **Anais...** Salvador: CIA-GS/UFBA, 2012.

PERES JR., M; PEREIRA, J. R. Abordagens teóricas da Gestão Social: uma análise de citações exploratória. **Cadernos EBAPE, BR**, v.12, n.2, artigo 2, Rio de Janeiro, 2014.

PINHO, J. Gestão social: conceituando e discutindo os limites e possibilidade reais na sociedade brasileira. In: RIGO, A. et al. (Orgs). **Gestão Social e políticas públicas de desenvolvimento: ações, articulações e agenda**. Recife: UNIFASF, 2010, 21-52 p.

SCHOMMER, P; FRANÇA FILHO, G. Gestão Social e aprendizagem em comunidades de prática: interações conceituais e possíveis decorrências em processos de formação. IN: SILVA JÚNIOR, J. et al. (Orgs) **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. V.1 Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. 58-86p.

SCHOMMER, P.; BOULLOSA, R. Fronteiras de aprendizagem da gestão social. In: **Gestão social com caminho para a redefinição da esfera pública**. Florianópolis: Udesc, 2011, p.9-14(Coleção Enapegs).

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.37, n.2, p 18-30, 1997.

_____. O surgimento e o desenvolvimento da epistemologia da administração—inferências sobre a contribuição ao aperfeiçoamento da teoria administrativa. **Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 3, p.51-64, 2014.

TENÓRIO, F. G. Gestão social uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, v.32, n.5, p.7-23,1998.

_____. (Re)visitando o conceito de gestão social. **Desenvolvimento em Questão**, v.3, n.5, p.101-124, 2005.

_____. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado**. 3 Ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008.

_____. Gestão social um conceito não idêntico? Ou insuficiência inevitável do pensamento. In: CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; SILVA JÚNIOR, J. T. (Org.) **Gestão Social: aspectos teóricos e aplicações**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2012, p.23-36.

_____. Tem razão a gestão social? In: Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência e da Administração, 3, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.



POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO E DELIBERAÇÃO
EM COMPRAS PÚBLICAS: UM ESTUDO NO
OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL DE PIUMHI

*MINIPUBLIC AS POSSIBILITY OF PARTICIPATION
AND DELIBERATION IN PUBLIC PURCHASES: A
STUDY IN THE SOCIAL OBSERVATORY OF BRAZIL
OF PIUMHI*

Elaine Aparecida Martins Anacleto- Universidade Federal de Lavras,
elainecepro@gmail.com

Eloísa Helena de Souza Cabral, Sistema Defesa, Indústria e Academia de
Inovação, elocabral@uol.com.br

Vitor Anacleto Rodarte Andrade, Universidade Federal de Lavras,
vitor.andrade@ufla.br

Valderí de Castro Alcântara, Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade
Cláudio, valderidecastroalcantara@gmail.com



RESUMO

O presente artigo teve como objetivo identificar e compreender como se estrutura o processo de formação de grupos qualificados para atuar no monitoramento das compras públicas de um município mineiro sob a ótica do conceito de minipúblico. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, representada pelo desenvolvimento de pesquisa bibliográfica, documental, visita *in loco* e entrevista. Para análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. O minipúblico analisado caracteriza-se como um espaço democrático de participação e deliberação com consequências significativas para a qualidade da governança democrática, como o aumento da *accountability* de agentes e entidades públicas, a ampliação da cidadania, o aperfeiçoamento das políticas públicas e o alargamento da participação de cidadãos nas decisões públicas.

Palavras-chave: Sociedade civil; Deliberação pública; Desenho institucional.

ABSTRACT

This article aimed to identify and understand how the formation process of qualified groups is structured to act in the monitoring of public purchases in a municipality in Minas Gerais under the perspective of the concept of mini-public. The methodology used is qualitative, exploratory and descriptive in nature, represented by the development of bibliographic, documentary research, on-site visits and interviews. For data analysis, the content analysis technique was used. The analyzed mini-public is characterized as a democratic space for participation and deliberation with significant consequences for the quality of democratic governance, such as the increased accountability of public agents and entities, the expansion of citizenship, the improvement of public policies and the widening of participation of citizens in public decisions.

Keywords: Civil Society; Public Deliberation; Institutional Design.

1. INTRODUÇÃO

A participação nas políticas públicas exige uma preparação das organizações da sociedade civil. É necessário que elas sejam fortalecidas e autônomas e ainda que tenham pessoas qualificadas que entendam minimamente sobre instrumentos de planejamento, gerenciamento, orçamento público, enfim aspectos da burocracia estatal. Para tanto, faz-se imprescindível um processo de formação e capacitação para esses representantes, porém não é isso que acontece na maioria das vezes. Dessa forma, vem a ser importante que os cidadãos estejam aptos a participar da vida pública de forma autônoma, com consciência crítica e que sejam formados e capacitados para deliberarem pro do bem comum.

Nesse sentido, observam-se grupos de pessoas preocupadas em melhorar a qualidade da deliberação pública, esforçando-se na busca de projetos para a criação de espaços aperfeiçoados de deliberação fora das instituições tradicionais de participação como conselhos, câmaras, fóruns e conferências, ou seja, fora daqueles espaços criados a partir das diretrizes constitucionais, com convocações feitas pelos governos e com representantes eleitos ou indicados. Teoricamente, esses grupos são estudados como minipúblicos, ou seja, cidadãos que se juntam para deliberar sobre assuntos de interesse público.

Fung (2004) considera como minipúblicos os esforços de cidadãos que, por meio de projetos voltados para o aperfeiçoamento da esfera pública, se reúnem para deliberações públicas organizadas de maneira autoconsciente. Eles possuem um número menor de pessoas, às vezes lembrando reuniões municipais e às vezes funcionando como associações propositivas.

As experiências de minipúblicos contemporâneos são variadas, pois se observam ações oriundas de enquetes deliberativas, encontros de cidadãos, orçamento participativo, conselhos de políticas públicas, júri, entre outros. No Brasil, mais um exemplo de minipúblico atuante pode ser encontrado nos grupos que se formam para discutir e deliberar sobre as compras públicas. Nesse contexto de grupos de pessoas engajadas para deliberar sobre assuntos de interesse público, identificamos a experiência de minipúblicos no âmbito das compras públicas municipais, por meio do Observatório Social do Brasil (OSB). Essa experiência ainda é incipiente, principalmente nos estudos acadêmicos. No entanto, os Observatórios Sociais (OS) municipais que fazem parte do Sistema Observatório Social do Brasil têm conquistado voluntários, apoiadores e parceiros desde a criação do Sistema em 2008. Esses observatórios são constituídos por cidadãos que de forma espontânea se organizam para fiscalizar o uso do dinheiro público, com a intenção de evitar o mau uso dos recursos públicos.

O Sistema atua promovendo capacitação e suporte técnico aos observatórios sociais dos municípios, desenvolvendo procedimentos, manuais e normas que auxiliam o trabalho dos diversos observadores: empresários, servidores públicos, aposentados, estudantes e outros cidadãos, que desenvolvem ações como o monitoramento das licitações e a educação para a cidadania com o propósito de contribuir para a melhoria da gestão pública e, principalmente, a destinação correta dos recursos públicos. Os cidadãos observadores compõem os observatórios sociais de 140 municípios brasileiros, distribuídos em 16 estados, todos coordenados pelo OSB. Os observatórios sociais atuam como pessoa jurídica de direito privado, constituídos em forma de associações e são integrados por mais de 3.500 cidadãos voluntários nas cidades em que estão presentes (OSB, 2020).

Assim, considerando a diversidade da realidade dos Observatórios Sociais e a importância de compreender os elementos do desenho institucional, conforme apontado por Fung (2004), propõe-se um estudo que responda à pergunta: Como se estrutura o processo de formação de grupos qualificados para atuar no monitoramento das compras públicas do município de Piumhi/MG? A partir disso, o objetivo do artigo é identificar e compreender como se estrutura o processo de formação de grupos qualificados para atuar no monitoramento das compras públicas de um município mineiro sob a ótica do conceito de minipúblico. As categorias de análise de dados serão as indicadas por Fung (2004), que se dividem em características do desenho do espaço público e em conexões do espaço público com o Estado.

2. MINIPÚBLICOS E DESENHO INSTITUCIONAL

Na década de 1990, aconteceu a virada deliberativa da teoria democrática. Nesse período, uma das grandes preocupações era entender de que modo grandes grupos de indivíduos conseguiriam efetivamente deliberar conjuntamente (Goodin & Dryzek, 2006). Segundo Niemeyer (2011), a maioria dos indícios disponíveis acerca da deliberação é proveniente de minipúblicos deliberativos, apesar de boa parte da teoria da democracia estar orientada para processos macroeconômicos de transformação da esfera pública. Para o autor, a principal razão consiste no fato de que projetos em pequenas escalas permitem que a deliberação ideal seja atingida de maneira mais simples.

Os minipúblicos são formados por pequenos grupos de pessoas que se reúnem de forma voluntária, em um mesmo local ou em locais diferentes, para deliberarem conjuntamente sobre assuntos de interesse do grupo. Nesses grupos, todos possuem as mesmas chances de serem selecionados para participar, o que assegura a legitimidade do processo de participação, ou seja, as pessoas têm oportunidade de fala e escuta de forma igual. Dessa forma, existe o diálogo, com troca de ideias e comunicação harmoniosa entre os cidadãos que se tornam mais engajados e informados, com opiniões razoáveis, uma vez que estão propensos a levar em consideração os interesses de outras pessoas (Chambers, 2009; Escobar & Elstub, 2017; Goodin & Dryzek, 2006; Quevedo, Ferreira & Invernizzi, 2016).

Smith (2009) considera o minipúblico como uma inovação democrática que aumenta e aprofunda a participação do cidadão na tomada de decisão política e, por se distanciarem das instituições tradicionais de democracia promovem um engajamento social que não acontece em instâncias mais amplas da esfera pública, sendo capaz de levar a discussão pública à aprendizagem e à resolução de impasses, fatores importantes para a tomada de decisões.

Quevedo, Ferreira e Invernizzi (2016), também consideram que, no formato de minipúblicos, os cidadãos se envolvem diretamente nas tomadas de decisões ao invés de atuarem como representantes de interesses organizados. Segundo Goodin e Dryzek (2006), os pontos de vista e as características sociais desses grupos não precisam existir necessariamente nas mesmas proporções que no público maior e os membros do minipúblico não precisam se responsabilizar perante a população da maneira como devem fazer os representantes eleitos. Trata-se de uma instituição em que um grupo de pessoas participa, voluntariamente, de uma deliberação, com a intenção de alinhar os objetivos da sociedade com as decisões políticas.

Fung (2004) considera minipúblicos os esforços de cidadãos que, por meio de projetos voltados para o aperfeiçoamento da esfera pública se reúnem em um grupo menor de pessoas para deliberações públicas organizadas de maneira autoconsciente, às vezes lembrando reuniões municipais e às vezes funcionando como associações propositivas. Para o autor, os minipúblicos contribuem para o fortalecimento da esfera pública por meio da qualificação e melhoria da participação e da deliberação pública.

De acordo com Escobar e Elstub (2017), os minipúblicos têm abordado assuntos que vão desde reformas constitucionais e eleitorais até ciência e tecnologia controversas e uma imensidade de questões sociais como, saúde, justiça, planejamento, sectarismo. Para os autores, os minipúblicos podem contribuir com outros bens democráticos, como o incentivo para níveis maiores de envolvimento dos cidadãos nos processos políticos e nas questões que os afetam, o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem e deliberação pelas comunidades, além de criar oportunidades para que os cidadãos saibam lidar com situações complexas de políticas públicas).

Contudo, na virada deliberativa, também surgiu o problema de como ligar o micro ao macro, ou seja, como fazer com que as deliberações de pequenos grupos possam ser levadas até o sistema político mais amplo que carece de decisões coletivas. Nessa perspectiva, os minipúblicos podem causar um impacto no mundo macro da política se trabalharem por meio da esfera pública mais ampla, tornando-se parte do processo de tomada de decisão, por exemplo, ao ter suas recomendações consideradas ou rejeitadas ao invés de simplesmente exercer um papel consultivo, ou ainda, representar a opinião pública informada sobre determinado assunto, de forma a influenciar a formulação das políticas (Goodin & Dryzek, 2006). Nesse sentido de atingir o sistema macro, Niemeyer (2011), se manifesta indicando que a democracia deliberativa deveria ser aumentada envolvendo a promoção do mesmo tipo de raciocínio dos minipúblicos, um raciocínio livre da influência de agentes políticos que, muitas vezes, pretendem manipular os resultados na esfera pública para garantir resultados particulares.

Para Fung (2004), existem três razões para se dispensar mais atenção aos minipúblicos: a primeira, porque são experiências promissoras para o engajamentocívico e a deliberação pública; a segunda, por ser mais interessante trabalhar na proliferação de melhores minipúblicos ao invés de promover esforços para melhorar o único grande público e a terceira se refere à capacidade de oferecerem detalhes sobre o desenho institucional para a deliberação pública efetiva.

Nesse estudo, a terceira razão apontada por Fung (2004), será colocada em destaque, uma vez que, conforme identificado pelo autor, os elementos do desenho institucional tornam-se responsáveis pela qualidade dos minipúblicos. Assim, entende-se que é bastante importante perceber as nuances e os detalhes do desenho institucional dos minipúblicos, já que as suas variações podem influenciar nos resultados da deliberação pública em geral. Conforme Avritzer (2008, p. 44), as diversas práticas participativas existentes no Brasil, como enquetes deliberativas, encontros de cidadãos, conselhos de políticas, orçamento participativo, entre outras, demonstram “uma infraestrutura da participação bastante diversificada na sua forma e no seu desenho”.

Marques (2010) defende que o desenho institucional não pode, por si só, influenciar nos mecanismos de participação. No entanto, reconhece que ele pode ser fundamental para interferir no processo de engajamento dos cidadãos. Assim, aliado à disponibilidade de canais de participação, como fóruns, audiências públicas e outros, os cidadãos precisam de motivação para a participação, ou seja, eles devem confiar nas instâncias de participação, saber que suas opiniões serão consideradas e também precisam de habilidades necessárias à participação, de informação de qualidade para refletir sobre as políticas públicas, pois ao contrário, dificilmente um canal participativo retornará com uma participação adequada e com bons resultados. Desse modo, reforça-se a ideia de minipúblicos bem desenhados para a efetiva deliberação.

Segundo Fung (2004), existem oito escolhas de desenho institucional que podem se constituir em minipúblicos de forma que este fique mais ou menos propenso para contribuir para a governança democrática. Nesse sentido, é necessário entender essas escolhas para que as consequências sejam as mais prováveis possíveis. Essas escolhas indicam as características do desenho institucional do minipúblico, bem como as conexões desse espaço público com o Estado. Ressalta-se que elas serão as categorias de análise desse trabalho, conforme expostas no Quadro 1:

Quadro 1: Características do Desenho Institucional

CARACTERÍSTICAS DO DESENHO INSTITUCIONAL	
A - CARACTERÍSTICAS DO DESENHO DO ESPAÇO PÚBLICO	
Propósito e Concepção	Diz respeito ao ideal de esfera pública. O que o minipúblico deve fazer.
Quem? Recrutamento e seleção	Refere-se ao modo de seleção e recrutamento dos participantes dominipúblico. Mostra como os indivíduos tornam-se integrantes.
O quê? Tema da deliberação	Informa a matéria da deliberação, ou seja, qual o assunto público que o minipúblico discute.
Como? O modo deliberativo	Relaciona-se à organização e ao estilo das discussões. Indica como o processo de discussão se realiza no minipúblico.
Quando? Recorrência	Informa a frequência com que o minipúblico se reúne.

CARACTERÍSTICAS DO DESENHO INSTITUCIONAL

A - CARACTERÍSTICAS DO DESENHO DO ESPAÇO PÚBLICO

Por quê? Apostas

Indica as apostas dos participantes do minipúblico, ou seja, qual o interesse dos participantes no assunto discutido. Revela os motivos que levaram ao tema da deliberação.

B - CONEXÕES DO ESPAÇO PÚBLICO COM O ESTADO

Empoderamento

Considera-se que um minipúblico é empoderado se os seus resultados deliberativos forem capazes de influenciar as decisões públicas.

Por quê? Apostas

Revela a forma de acompanhamento dos resultados das discussões, as consequências das deliberações para o público.

Fonte: Adaptada de Fung (2004).

As escolhas para o desenho institucional dos minipúblicos produzem consequências. Fung (2004, p. 183) enfatiza que “um minipúblico saudável contribui para a qualidade da governança democrática de diversas maneiras”. De acordo com o autor, as contribuições dizem respeito ao caráter da participação e da deliberação, à informação aos representantes e aos cidadãos e ao fomento de habilidades democráticas, à conexão da deliberação pública à ação estatal e à mobilização popular.

No que concerne à natureza da participação, tem-se a quantidade da participação, seu viés e a qualidade da deliberação (Fung, 2004). Um segundo grupo de contribuições da escolha do desenho institucional do minipúblico refere-se à informação aos representantes e aos cidadãos e ao fomento de habilidades democráticas e socialização (Fung, 2004). No tocante às contribuições que conectam a deliberação pública à ação estatal verifica-se a *accountability* oficial, a justiça das políticas e sua eficácia e sagacidade, a promoção da justiça social, principalmente aqueles que se dedicam a temas correlatos à injustiça e desigualdade, uma vez que dão voz àqueles que se encontram em situações de desvantagens (Fung, 2004).

3. METODOLOGIA

A pesquisa proposta é de natureza qualitativa, de caráter descritivo, representada pelo desenvolvimento de pesquisa bibliográfica, documental, visita técnica e entrevistas. Para levantamento de dados secundários foram realizadas pesquisas em materiais como livros, artigos científicos, guias, manuais, relatórios, legislações, sites, vídeos, revistas, jornais, atas de reuniões, estatuto social, regulamento, entre outros. Uma visita ao OSB - Piumhi foi realizada no intuito de obter os documentos constitutivos que não foram encontrados na internet como atas de reuniões, estatuto, regulamento, bem como observar o espaço e a integração dos observadores. A participação nas reuniões do OSB - Piumhi não foi permitida devido ao caráter das discussões.

O tipo de entrevista adotado foi a semiestruturada. Foi realizada pessoalmente na sede do OSB - Piumhi, no mês de fevereiro de 2019, com a presidente, com o vice-presidente para assuntos administrativos-financeiros e com o vice-presidente para assuntos de produtos e metodologia, todos associados fundadores do Observatório. Numa espécie de conversa aberta, a entrevista aconteceu com as três pessoas ao mesmo tempo, onde o roteiro de entrevista foi seguido, mas complementado com assuntos correlatos conforme surgiam, permitindo um aprofundamento na investigação. Com a concordância dos entrevistados a entrevista foi gravada. Como o

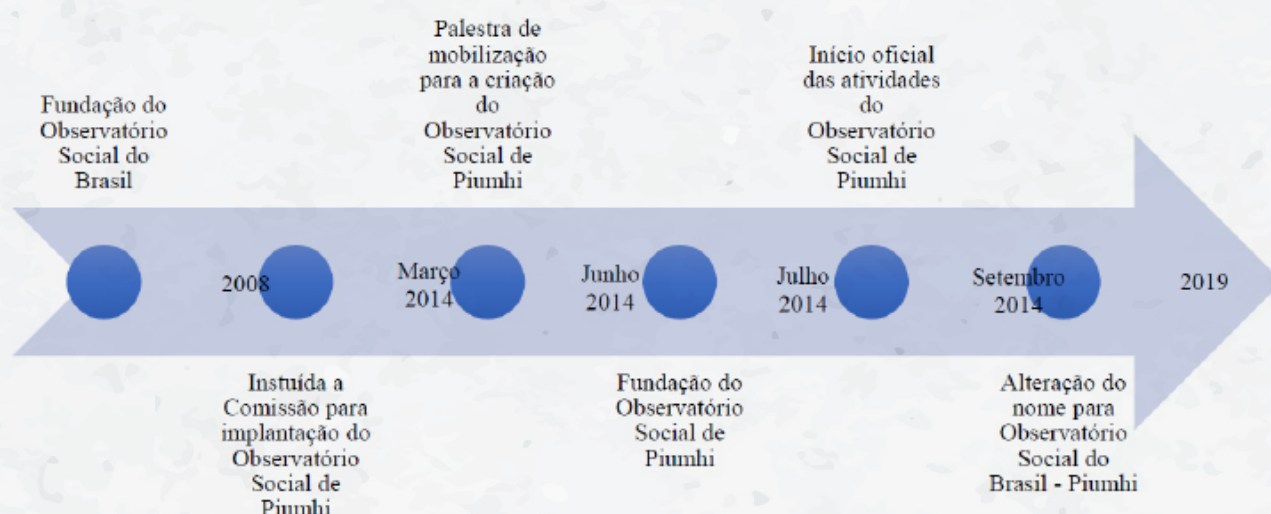
conteúdo do roteiro de entrevista não requereu respostas individuais acerca da pesquisa, o número reduzido de entrevistados não foi um fator limitador para os resultados. A entrevista foi realizada com o intuito de obter informações para subsidiar a elaboração do desenho institucional do Observatório Social de Piumhi. Para análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. A partir do referencial teórico, as categorias de análise de dados são aquelas indicadas por Fung (2004) para a escolha do desenho institucional: Propósito, Quem? O quê? Como? Quando? Por quê? Empoderamento e Monitoramento.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Observatório Social do Brasil - Piumhi é um dos observatórios que compõem o Sistema OSB. O OSB - Piumhi foi idealizado pelo Sr. José Soares de Melo, bioquímico aposentado, atual vice-presidente para assuntos administrativos e financeiros do Observatório. O Sr. José Soares conheceu o trabalho do OSB, por meio de uma reportagem no jornal, no ano de 2014. Com o apoio de colegas da LojaMaçônica e outras entidades piumhienses como o Rotary Clube, a Associação Comercial, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Sindicato dos Servidores Públicos, Sr. José Soares buscou informações junto ao OSB sobre o sistema e como constituir um observatório, pois procurava meios de contribuir para a melhoria da gestão pública de Piumhi que desapontava os cidadãos piumhienses.

Em julho de 2014, o primeiro Observatório Social do estado de Minas foi criado, no município Piumhi. A fundação foi marcada em assembleia aberta a todos os cidadãos. Em setembro de 2014, as atividades foram oficialmente iniciadas, por tempo indeterminado, com o Sr. José Soares na presidência do Observatório Social de Piumhi (OSB-Piumhi, 2019a). Na Figura 1, apresenta-se a linha temporal da criação do Observatório Social do Brasil - Piumhi.

Figura 1: Linha temporal implantação OSB – Piumhi.



O OSB - Piumhi atua principalmente no controle dos gastos públicos do município, por meio do monitoramento das contratações públicas, além de exigir que a gestão pública municipal seja alicerçada nos preceitos da administração pública. Existe a intenção de praticar ações nos demais eixos de atuação do Sistema OSB, mas para isso é necessário ampliar a estrutura do Observatório, no que concerne à quantidade de observadores que, atualmente, se aproxima de 40 voluntários. O Observatório Social do Brasil - Piumhi é composto

por Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria. O Conselho de Administração do Observatório, por sua vez, possui presidência e quatro vice-presidências: para assuntos administrativos-financeiros, para assuntos de produtos e metodologia, para assuntos institucionais e de alianças e para assuntos de controle e defesa social. Os mandatos dos membros dos conselhos e da diretoria são de 2 anos e podem ser reconduzidos por igual período (OSB-Piumhi, 2018).

O OSB - Piumhi é mantido, financeiramente, pelas contribuições dos associados e por eventuais doações (OSB-Piumhi, 2018). O relacionamento do Observatório de Piumhi com o OSB e os demais observatórios acontece por meio de páginas em rede social, aplicativos de mensagens, ligações via telefone e *internet*, *e-mail*, participação em encontros e congressos promovidos pelo Sistema e demais observatórios entre outras formas. Além disso, o Sistema OSB disponibiliza plataforma *on-line* que permite a troca de experiências, a visualização de notícias e a disponibilização de modelos de documentos como ofícios, requerimentos, impugnações, *checklist* para conferências de processos licitatórios, *softwares* que ajudam a buscar o preço de mercado dos materiais e serviços inseridos nas licitações, entre outros.

4.1 AS CARACTERÍSTICAS DO DESENHO INSTITUCIONAL DO OSB - PIUMHI

4.1.1 PROPÓSITO E CONCEPÇÃO - O QUE O MINIPÚBLICO FAZ

O OSB - Piumhi foi concebido para coibir o mau uso dos recursos públicos da cidade. De acordo com o seu estatuto social, a finalidade é o exercício do controle social sobre recursos e serviços públicos do município (OSB-PIUMHI, 2018). De forma geral, os Observatórios atuam em várias frentes (OSB, 2019). O OSB - Piumhi, no entanto, focou no controle dos gastos da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal e do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, autarquia municipal responsável pelo abastecimento de água e o tratamento de esgoto do município. Apesar de ter o foco voltado para os gastos públicos, o OSB - Piumhi realiza um trabalho especial em relação à promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Nesse sentido, o Observatório verifica as vias e os espaços públicos, a construção e a reforma dos prédios públicos, os meios de transporte e outros, quanto às barreiras e os obstáculos que apresentam e que podem impedir àquelas pessoas de se locomoverem pela cidade.

Segundo a presidente do OSB - Piumhi, no Sistema OSB, o Observatório de Piumhi é o único que desenvolve esse trabalho voltado para a acessibilidade. Para ela, logo que os ganhos desse trabalho forem demonstrados, os demais observatórios começarão a fazer esse trabalho também. No que concerne aos tipos de minipúblico destacados por Fung (2004) que são fórum educativo, conselho consultivo participativo, cooperação para a resolução participativa de problemas e governança democrática participativa, o OSB - Piumhi pode ser classificado como um minipúblico do tipo cooperação para a resolução participativa de problemas.

O OSB - Piumhi busca, por meio do monitoramento das compras públicas do município, evitar o desperdício do dinheiro e os desvios de recursos públicos. Com essa atitude do Observatório, os recursos públicos podem ser mais bem aproveitados em ações voltadas para a sociedade como saúde, educação, segurança, cultura, saneamento e todos os serviços prestados pelo município. Além disso, a temática em torno da promoção da acessibilidade trabalhada pelo Observatório revela um problema coletivo que está sendo solucionado entre sociedade e Estado.

Contudo, nas ações do OSB - Piumhi podem ser observados traços dos outros tipos de minipúblicos destacados por Fung (2004). O tipo fórum educativo pode ser visualizado, por exemplo, quando os observadores por meio de conversações refinam as opiniões sobre os assuntos relacionados aos gastos públicos do município e melhoram a qualidade da opinião pública num processo de aprendizagem. Características do tipo conselho consultivo também podem ser vistas quando as deliberações do grupo são transmitidas para os tomadores de decisão dos órgãos públicos observados como ações públicas preferenciais para a comunidade. Esse tipo possibilita alinhar as políticas do município aos interesses sociais, como é o caso das deliberações acerca da promoção da acessibilidade, onde os observadores indicam para o município onde é necessário priorizar as ações. Por último, características do tipo governança democrática participativa também são apreciadas no OSB - Piumhi porque as vozes dos cidadãos piumhienses são levadas em consideração pelos observadores que as encaminham para o ambiente legislativo, por exemplo, como forma de aumentar a equidade da legislação, como aconteceu na proposição de mudanças no código de posturas da cidade considerando os interesses da população local.

Pelo exposto, percebe-se que os tipos de minipúblicos não são excludentes. O que se observa é que determinados minipúblicos podem ter mais ou menos características de um tipo. Essa combinação não prejudica a qualidade da deliberação, visto que todos os tipos se encarregam do melhoramento do minipúblico.

4.1.2 QUEM? SELEÇÃO E RECRUTAMENTO DOS INTEGRANTES

Em relação à escolha sobre quem participa do OSB - Piumhi, pode-se dizer que é da forma mais comum, a autoseleção voluntária. As atividades do Observatório estão abertas a todos que desejarem participar, só não aceitam pessoas filiadas a partidos políticos ou que possuam algum vínculo familiar direto com os políticos.

O OSB - Piumhi não possui um período pré-determinado para inscrições de voluntários. Assim, os interessados em participar podem a qualquer momento preencher uma ficha de inscrição ou um termo de trabalho voluntário e se tornar um associado ou um voluntário. Cabe ressaltar a manifestação do vice-presidente para assuntos de produtos e metodologia, Weber Marques Lima: “Tem observador que é associado e tem observador que não necessariamente é observador associado”. Isso acontece quando o Observatório tem a colaboração pontual de um escritório de engenharia, por exemplo, para auxiliá-lo em questões técnicas na análise de um processo licitatório para contratação de obra pública e esse escritório não é associado ao OSB Piumhi, sendo apenas voluntário para o caso específico.

A escolha para os cargos é feita por meio de eleições. Podem se candidatar observadores que estejam associados há pelo menos dois anos e em dia com as obrigações. Os votos são secretos e a chapa vencedora é a que obtém o maior número de votos (OSB, 2018; OSB-Piumhi, 2018). A permanência no OSB - Piumhi é por tempo indeterminado e o tempo de dedicação para as atividades é de acordo com a disponibilidade de cada observador (OSB, 2018; OSB-Piumhi, 2018).

O associado pode a qualquer momento solicitar seu pedido de afastamento de forma temporária ou definitiva. A Diretoria do OSB - Piumhi também pode aplicar sanções ao associado. Por meio de advertência, suspensão ou exclusão de acordo com a gravidade da infração. (OSB, 2018; OSB-Piumhi, 2018).

Em 2016, o OSB - Piumhi contava com a colaboração de 58 cidadãos e 12 empresas parceiras. Em 2019 esse número se aproxima de 40, entre associados e voluntários. O perfil demográfico dos observadores revela um equilíbrio no número de homens e mulheres, níveis de escolaridade e renda diferentes, aposentados e ativos, mas predominam pessoas mais adultas e idosas.

De acordo com a presidente do OSB - Piumhi, o planejamento estratégico da instituição, elaborado há pouco tempo sob a coordenação do vice-presidente para assuntos de produtos e metodologia, contempla ações que objetivam atrair jovens piumhienses para o Observatório. A intenção é aproveitar o potencial dos mais jovens com as tecnologias e mídias sociais para acompanhar as notícias do executivo e do legislativo da cidade, além de deixar as ações do observatório mais públicas por meio de um *site* e rede social.

4.1.3 O QUÊ? MATÉRIA DA DELIBERAÇÃO

No que concerne ao tema e escopo da deliberação, o principal assunto discutido pelo OSB - Piumhi são os gastos públicos do município. A princípio o tema parece ser de fácil compreensão para qualquer cidadão. No entanto, exige conhecimento sobre legislação, terminologias, características e procedimentos da Administração Pública. Aose tornar observador associado, os cidadãos recebem treinamento oferecido pelo Sistema OSB, de forma *on-line* e às vezes presencial, além de indicações pelos membros já participantes, de outros cursos relevantes que são disponibilizados por órgãos do governo como Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União, Escola Nacional de Administração Pública, entre outros que contribuem para as atividades do Observatório.

As licitações do município realizadas pelos três entes observados (Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e SAAE) são monitoradas pelos observadores e levadas à discussão quando encontrada alguma irregularidade ou divergência que é o termo utilizado por eles. No entanto, em decorrência do número reduzido de observadores não é possível acompanhar todos os processos licitatórios. Geralmente, as licitações do município acontecem por meio de pregões presenciais, em horário comercial, o que dificulta a presença dos observadores naquele momento. Por esse motivo, o Observatório filtra o controle para aquelas contratações que são consideradas mais polêmicas devido ao objeto ou valores mais altos.

Os observadores também acompanham os serviços públicos prestados pelo município. O transporte escolar, por exemplo, já foi alvo das atividades do Observatório. O propósito consistiu em fiscalizar as condições da prestação do serviço para os alunos da zona rural do município. Fazia-se necessário verificar se as obrigações previstas no contrato celebrado com a empresa vencedora da licitação para estavam sendo cumpridas. Cabe destacar que nesse caso em específico, o OSB - Piumhi solicitou à Câmara Municipal a abertura de Procedimento Parlamentar de Inquérito contra o prefeito, uma vez que as condições do serviço fiscalizado eram precárias e não houve providências por parte do gestor quando notificado por meio de ofício do Observatório.

Os associados do OSB - Piumhi, em especial a presidente do Observatório, também acompanham os trabalhos realizados nas Comissões da Câmara Municipal, que é onde os projetos de lei são discutidos. Nessas reuniões, os observadores conseguem absorver os assuntos que estão sendo tratados pelos vereadores e passam a discutí-los no Observatório. Após deliberação, os observadores retornam à Câmara, na forma de participação popular para propor mudanças, ou enviam um ofício para o presidente da Câmara solicitando as alterações que julgaram necessárias. Essa uma forma de intervirem nos projetos que consideram não estar alinhado às funções da Administração Pública.

Os gastos com a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, ou ainda, a não realização de despesas para o cumprimento dessa finalidade também gera bastante discussão no Observatório. Em consonância com a colocação de Fung (2004), acerca da escolha do tema da deliberação, pode-se dizer que os assuntos abordados pelo OSB - Piumhi trazem benesses para a sociedade e, principalmente, para a gestão pública, pois o Observatório é capaz de oferecer retorno acerca da eficiência dos gastos públicos e de permitir a oportunidade para os gestores corrigirem ou melhorarem suas ações.

A presidente do OSB - Piumhi informou que deseja incluir questões de cidadania e educação fiscal no escopo da deliberação do Observatório, pois os cidadãos precisam valorizar o dinheiro público e se preocupar com a forma como está sendo investido. O OSB - Piumhi também pretende orientar as empresas locais para participar das licitações do município como forma de deixar as contratações mais vantajosas e contribuir para o desenvolvimento local.

4.1.4 COMO? ORGANIZAÇÃO E ESTILO DAS DISCUSSÕES

O estilo das discussões do OSB - Piumhi segue a orientação de Fung (2004), ou seja, as decisões são resultantes de um processo de discussão, em que os observadores fazem suas escolhas baseadas em razões convincentes apresentadas pelo grupo. Segundo o vice-presidente para assuntos de produtos e metodologia, em relação à organização e estilo das discussões do Observatório, acontece assim: “Discussão normal. Cada um pode falar o que quiser. É uma democracia plena mesmo, participativa. Todos argumentam e participam” (Entrevista - Weber Marques Lima).

A presidente do OSB - Piumhi é quem faz a mediação das reuniões presenciais, organiza a pauta e propicia a palavra. Às vezes surgem matérias que não estavam previstas, mas são discutidas também. De acordo com a presidente, a sua postura é não se impor como presidente e sim ouvir todos:

Precisa ter um presidente, porque a estrutura da instituição é essa, mas não existe aqui: “sou eu quem manda”. Não! Isso aqui nunca teve, o Seu [Sr.] José sempre foi assim. [...] Ele nunca se impôs como presidente, muito pelo contrário. Desde que ele assumiu, ele sempre foi assim, ele colocava as coisas na pauta e na reunião ele ouvia todo mundo, ele nunca decidia sozinho. [...] E o meu propósito também é o mesmo. (Entrevista - Rosélia Silveira).

No que concerne às decisões coletivas, verifica-se pelo depoimento da presidente do OSB - Piumhi, que as propostas aceitas são aquelas em que as justificativas são consideráveis o bastante para que os outros também possam aceitá-las.

Porque eu sou uma pessoa assim, eu argumento demais. Eu tento convencer do meu ponto de vista. Mas, nossa! Tem que suar a camisa para me convencer do contrário né Seu José? Mas, se a maioria decidir contra mim, me mostrar que eu estou enganada, o meu posicionamento é aceitar e não tem disso: ah então não quero mais (Entrevista - Rosélia Silveira).

Os argumentos apresentados durante as discussões demonstram informação e conhecimento sobre os assuntos e os voluntários exprimem confiança nos argumentos uns dos outros. De acordo com o vice-presidente para assuntos administrativos e financeiros, a intenção do Observatório não é fazer barulho e sim dar ao ente observado a chance de corrigir ou reparar o erro. Para ele, o mais importante é o Observatório discutir a atuação da gestão e notificar a autoridade competente e se constatada alguma irregularidade, ela sanar o vício. A finalidade não é apontar os erros para todos, mas contribuir para a melhoria da gestão pública.

4.1.5 QUANDO? FREQUÊNCIA DE REUNIÃO

De acordo com Fung (2004), os minipúblicos voltados para a resolução participativa de problemas, como é o caso do OSB - Piumhi, requerem reuniões mais frequentes, já que suas decisões devem ser sempre atualizadas. As reuniões do Observatório são agendadas de acordo com a necessidade. Geralmente acontecem uma vez por mês e, em alguns casos, uma vez por semana. As reuniões presenciais acabam sendo mais difíceis,

uma vez que os observadores desempenham um trabalho voluntário e possuem suas atividades profissionais, além de outros compromissos familiares e sociais. Dessa forma, as conversas têm acontecido com mais frequência pela *internet*. Os grupos de observadores se organizam em grupos para estudar determinados assuntos e se utilizam de meios de comunicação, como aplicativo de mensagens, para as discussões. A presidente do Observatório participa de todos os grupos, não por regra, mas por um hábito que se instituiu. Posteriormente, o grupo marca com os demais membros do Observatório para ampliar as discussões ou apresentar os resultados.

O OSB - Piumhi também realiza reuniões abertas, ao menos uma vez por ano, para a comunidade em espaços cedidos por entidades parceiras locais, como o SICOOB Credialto e o Rotary Clube. Essas reuniões são uma forma de prestação de contas para a sociedade das ações desenvolvidas pelo Observatório.

4.1.6 POR QUÊ? INTERESSE NO ASSUNTO DISCUTIDO

No caso do OSB - Piumhi os participantes são bastante engajados e pode-se dizer que possuem apostas altas, uma vez que acreditam fortemente nas deliberações do Observatório. Os cidadãos de Piumhi, que se tornaram observadores, se interessaram pelo assunto porque estavam insatisfeitos e indignados com alguns procedimentos refutáveis da Administração Pública do município. A ineficiência dos gastos públicos e a falta de transparência, que levou a uma avaliação extremamente baixa no *ranking* da transparência do MPF, deixou o município em situação polêmica e afetava o bem-estar dos cidadãos.

As deliberações do Observatório a respeito do controle dos gastos públicos e das condições dos serviços prestados pelo município são enérgicas, uma vez que os observadores possuem o propósito de proteger o dinheiro do povo, como forma de trazer mais benefícios para a população. De acordo com a presidente do OSB - Piumhi, “o observatório veio num momento, assim, que a população pegou a gente como a tábua de salvação. Então muito se cobrava do Observatório, atitude”. Por esse depoimento, percebe-se que a população em geral, e não só os observadores, apostaram alto no trabalho do Observatório.

Eu já falei para o Sr. José: Isso aqui a gente não fecha de jeito nenhum. Nem que eu coloco na sala da minha casa. Não tem dinheiro para pagar nem o aluguel, não tem problema! Nós vamos colocar lá. Porque o Observatório pra existir, ele não precisa desse espaço aqui. A gente pode reunir na garagem de qualquer um. Cada semana na casa de um observador. O fato de não ter um escritório, não impede a atuação. Porque a nossa atuação, ela é independente de espaço físico. E enquanto a gente tiver ânimo pra lutar e tudo, não é a falta de recurso que vai impossibilitar o trabalho (Entrevista - Rosélia Silveira).

Ainda segundo a presidente do OSB - Piumhi, o Observatório é tão importante para o grupo de observadores e a sociedade que mesmo que não tenha espaço físico para as reuniões do Observatório as deliberações irão permanecer:

4.1.7 EMPODERAMENTO - CAPACIDADE DE INFLUENCIAR DECISÕES POLÍTICAS

O OSB - Piumhi possui várias ações advindas de um processo deliberativo que foram atendidas pelos entes observados. Algumas delas exigiram mais esforços, como é o caso do Portal da Transparência da Prefeitura, que é uma exigência legal, mas não estava sendo cumprida pela entidade.

Em relação à implantação do Portal da Transparência nas entidades observadas do Município, a presidente do OSB - Piumhi se orgulha desse trabalho e acredita que é um dos maiores feitos que o Observatório tem para a população. A presidente do OSB - Piumhi também destaca a contribuição do Observatório nas alterações realizadas do Código de Postura do município no ano de 2018. Para o vice-presidente para assuntos administrativos-financeiros, a influência do Observatório foi muito grande. A atuação foi tão ampla, que a Câmara chegou a suspender a análise do projeto de lei por 30 dias para que os observadores avaliassem o documento e propusessem mudanças.

De acordo com o vice-presidente para assuntos administrativos e financeiros do OSB - Piumhi, o Observatório possui o poder de observar e denunciar, o que reforça a ideia de que o trabalho do Observatório não é punir e sim contribuir para a melhoria da gestão pública.

A relação do OSB - Piumhi com a Prefeitura e a Câmara é amistosa, mas acaba dependendo de quem está gestão e da conveniência do assunto. Já houve casos em que apenas o diálogo, sem a necessidade de comunicação escrita, produziu efeitos no ato administrativo que se iniciaria com algum vício. De forma geral, os resultados das deliberações do OSB - Piumhi influenciam as decisões públicas, ou seja, os dirigentes atendem ao que o Observatório solicita, mas em algumas situações, o Observatório precisa pressionar para que os apontamentos sejam acatados. E, às vezes, conforme posto pela presidente do OSB - Piumhi, o cumprimento das deliberações do Observatório pelos gestores públicos se deve ao fato de saberem que o OSB - Piumhi tem força para levar a questão até os órgãos de controle: “eles acatam até por receio [...] porque sabem que quando a gente começa com uma coisa, que a gente não vai desistir”. Pode-se dizer que o OSB - Piumhi é empoderado, pois na maioria das vezes os resultados das suas deliberações conseguem influenciar as decisões públicas.

4.1.8 MONITORAMENTO - ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS

No tocante ao monitoramento das deliberações do OSB - Piumhi pode-se dizer que ele apresenta características de alimentação dianteira e traseira.

A primeira forma de monitoramento, dianteira, pode ser vista em várias ações do Observatório. Um exemplo é o encontro realizado com os candidatos a prefeito e vereadores do município, no ano de 2016, propondo termo de compromisso que reitera a necessidade de trabalhar em conformidade com os princípios da administração pública, principalmente no quesito transparência.

A forma de monitoramento de alimentação traseira, em que são revistas a qualidade da ação e o curso da implantação, também está presente no trabalho do OSB - Piumhi. Um bom exemplo está relacionado à transparência do município. O Observatório teve um trabalho enérgico para a implantação do Portal da Transparência na Prefeitura, Câmara e SAAE e que continua no sentido de acompanhar se as informações estão sendo disponibilizadas, de forma a permitir que as ações públicas sejam acompanhadas no intuito de evitar atos que se afastem do interesse público.

Em relação aos benefícios do monitoramento apontados por Fung (2004), como o aprendizado público e a *accountability* pública, o OSB - Piumhi usufrui dos dois. Primeiro, porque os observadores possuem esse tipo de conhecimento experimental, em que a prática orienta que tipos de decisões devem ser tomadas num determinado contexto, a partir de situações já vivenciadas. Segundo, pela pressão que exercem nos gestores públicos ao monitorar as ações oficiais para garantir o cumprimento das finalidades públicas. No Quadro 2, resumem-se as características do desenho institucional do OSB - Piumhi.

Quadro 2: ONGs do município de Salgueiro por segmento de atuação

CARACTERÍSTICAS	
Propósito e Concepção	Contribuir para a melhoria da gestão pública por meio do controle dos gastos públicos.
Quem? Recrutamento e seleção	Voluntário
O quê? Tema da deliberação	Gastos públicos do município
Como? O modo deliberativo	Resolução de problemas
Quando? Recorrência	Frequente
Por quê? Apostas	Altas
CONEXÕES COM O ESTADO	
Empoderamento	Alto
Monitoramento	Forte

4.2 AS CONSEQUÊNCIAS DAS ESCOLHAS DO DESENHO DO OSB - PIUMHI

As escolhas do desenho institucional revelam o potencial dos minipúblicos em contribuir para as boas práticas democráticas (Fung, 2004). Nesse sentido, as escolhas do desenho institucional do OSB - Piumhi apontam para o que segue. No quesito do caráter da participação, a dimensão quantidade de participantes pode ser considerada baixa, tendo em vista a população de mais de 34 mil pessoas. Essa baixa participação acredita-se ser resultante dos esforços moderados de recrutamento de cidadãos para se tornarem observadores, apesar de existirem vários incentivos estruturais que poderiam atrair-os como, por exemplo, o assunto público discutido (monitoramento dos gastos públicos) que afeta o bem-estar da população, as apostas altas dos cidadãos nas decisões do Observatório, além do seu alto nível de empoderamento.

No tocante ao viés da participação, o perfil demográfico dos observadores indica uma representatividade média da população piumhiense, pois há um equilíbrio no número de homens e mulheres, aposentados e ativos, pessoas com níveis de escolaridade e renda diferentes, mas predominam pessoas mais adultas e idosas.

Ainda em relação ao caráter da participação e da deliberação, destaca-se que a deliberação do OSB - Piumhi é boa, pois os observadores dialogam com base na troca de informações, buscam a compreensão das ações públicas para verificar as possíveis irregularidades e propor soluções, respeitam os argumentos do próximo e os aceitam quando convincentes e baseados nos interesses comuns do grupo e da sociedade e, ainda, durante o processo deliberativo todos possuem a oportunidade de expor seus pontos de vista e de propor ideias e soluções. Dessa forma, pode-se dizer que a deliberação é racional, razoável, igual e inclusiva.

De acordo com Fung (2004), a recorrência dos encontros do minipúblico e o monitoramento aumentam a racionalidade das deliberações, uma vez que mais informações estarão disponíveis e o conhecimento experiencial possível. Para mais, a deliberação quente, que são discussões em que os participantes possuem apostas altas e afetam as decisões do poder público, também aumenta a racionalidade do processo. Nesse sentido, como a frequência das reuniões do OSB - Piumhi é considerável, o monitoramento acontece das duas formas (dianteira e traseira), os observadores possuem apostas altas e as decisões do grupo têm o poder de afetar o exercício do poder público, considera-se que a racionalidade das deliberações do Observatório tende a ser aumentada.

No segundo feixe de contribuições, verifica-se que OSB - Piumhi tem um potencial alto de informar os representantes, pois, por meio do monitoramento das ações dos entes observados, os agentes públicos são advertidos sobre o que não está regular ou que não está funcionando em seus programas, bem como as prioridades da sociedade.

Além disso, existem as deliberações com os próprios representantes sobre o conteúdo de determinados projetos, como acontece, por exemplo, nas reuniões das comissões da Câmara Municipal em que o Observatório se faz presente.

No que diz respeito às informações aos cidadãos, as deliberações do OSB - Piumhi são capazes de levar conhecimento para os cidadãos sobre alguns aspectos da gestão municipal como, por exemplo, informar onde e como estão sendo gastos os recursos públicos e se os princípios da Administração Pública estão sendo observados. No entanto, como não existe um canal oficial e contínuo de comunicação do OSB Piumhi com a sociedade a respeito das ações do Observatório, essas informações podem restar prejudicadas, pois os cidadãos podem não prestar atenção no trabalho do Observatório e não realizar esforços para se informar.

Por esse motivo, entende-se que a contribuição do OSB - Piumhi, como minipúblico, de informar os cidadãos é moderada. Cabe ressaltar que, por meio das ações do Observatório, o município mantém o Portal da Transparência ativo, permitindo aos cidadãos o acesso à vida pública dos órgãos, mas vários cidadãos possuem limitações de acesso e interpretação das informações, o que poderia ser aclarado, por meio de divulgação mais frequente das deliberações do Observatório.

No que tange às disposições e habilidades de cidadania, nota-se que os observadores do OSB - Piumhi são estimulados a desenvolvê-las, pois eles consideram intensamente os interesses públicos em suas inclinações. Ademais, como proposto por Fung (2004), em minipúblicos com deliberações recorrentes e empoderados onde os cidadãos possuem apostas altas, como é o caso do OSB - Piumhi, existem incentivos que os fazem conduzir as deliberações de forma estruturada e propositiva, pois os cidadãos ficam mais engajados no processo do “toma lá, dá cá”. A presidente do Observatório confirma esse engajamento: “A hora que a gente faz uma coisa e você vê o resultado, não importa se o nome da gente aparece, o reconhecimento é gratificante”.

No grupo de contribuições que conecta a deliberação pública à ação estatal percebe-se que as atividades do OSB - Piumhi são bastante propensas a aumentar a *accountability* dos agentes e organizações públicas, a justiça das políticas e sua eficácia. Os integrantes do Observatório examinam as ações e políticas dos entes da Administração Pública do município no intuito de identificar eventuais lacunas entre o interesse público e as práticas dos representantes do governo municipal, para a partir daí notificar os gestores de forma que as irregularidades possam ser reparadas. Como o tema da deliberação do OSB - Piumhi, controle dos gastos públicos, está intimamente ligado às ações dos gestores públicos, a prestação de contas por esses representantes do governo acaba sendo inevitável. Da mesma forma, contribuem para *accountability* a qualidade da

deliberação do Observatório, a capacidade que ele possui de influenciar as decisões públicas e a forma de monitoramento das ações oficiais.

Em relação à capacidade de contribuir para a justiça das políticas, o OSB - Piumhi mais uma vez, em razão de seu nível de empoderamento consegue contribuir para que as políticas do município sejam baseadas na igualdade de direitos e na solidariedade ao próximo. Ao tratar de questões relativas à promoção da acessibilidade, por exemplo, o Observatório está contribuindo para a justiça social.

Quanto à eficácia das políticas, a deliberação do OSB - Piumhi é capaz de produzi-la das três maneiras indicadas por Fung (2004). A primeira, porque os observadores, assim como os cidadãos que têm acesso às informações da deliberação, criticam as políticas elaboradas pelo município as quais serão submetidos e, se necessário, exigem modificações. Como o Observatório possui boa deliberação e consegue afetar as ações dos entes observados, ele tende a fazer com que as políticas sejam efetivas por meio da geração de legitimidade.

A segunda maneira na qual o OSB - Piumhi contribui para a eficácia das políticas está no conhecimento e nas informações que os observadores possuem ou no suporte que recebem do Sistema OSB. Esses recursos fazem com que os integrantes do Observatório tenham vantagens comparativas em relação aos representantes como, por exemplo, nas reuniões da Câmara Municipal que, por vezes, os observadores demonstraram ter mais conhecimento a respeito de determinado tema que estava sendo discutido do que os próprios vereadores.

A terceira forma de contribuir para a eficácia das políticas deve-se ao fato de o Observatório poder ajudar a aprimorar a implementação das políticas no decorrer do tempo, uma vez que utiliza a deliberação para tratar dos assuntos da gestão pública municipal e a resolução participativa de problemas. A influência do OSB - Piumhi na proposição de alterações no código de postura do município, por exemplo, demonstra claramente a capacidade da deliberação do Observatório em contribuir para a eficácia das ações públicas.

Em acréscimo às demais contribuições já discutidas, as deliberações do OSB - Piumhi podem contribuir para a mobilização dos cidadãos fora do Observatório, ou seja, por meio do apoio popular. Os cidadãos piumhenses apoiam a existência do Observatório, especialmente porque trata dos problemas públicos do município relacionado ao mau uso dos recursos públicos. Ao abordar tais questões, o OSB - Piumhi alerta a população para a necessidade de cuidar do que é do povo, e assim os cidadãos acessando o Portal da transparência dos entes observados do município, por exemplo, estão de certa sendo mobilizados a exercer o controle social. No Quadro 3, sintetizam-se as consequências das escolhas do desenho institucional do OSB - Piumhi.

Quadro 3: Consequências das escolhas do desenho institucional do OSB - Piumhi

CARACTERÍSTICAS	
Quantidade de participação	Baixa
Viés da participação	Representatividade Média
Qualidade da deliberação	Alta

AFERIÇÃO DE INFORMAÇÕES E TRANSFORMAÇÃO INDIVIDUAL

Informação aos representantes	Alta
Informação aos cidadãos	Moderada
Habilidades e disposições democráticas	Alta

CONTROLE POPULAR E DESEMPENHO DO ESTADO

<i>Accountability</i> oficial	Alta
Justiça das políticas	Alta
Eficácia das políticas	Alta

EFEITOS POLÍTICOS

Mobilização popular	Alta
---------------------	------

Fonte: Da autora, a partir de Fung (2004).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do OSB - Piumhi permitiu verificar que o grupo que se formou para atuar no monitoramento das compras públicas do município representa uma situação concreta de minipúblico que convida os cidadãos a participar do monitoramento das atividades rotineiras relacionadas aos gastos públicos do município. Esse grupo se organiza de modo intencional e planejado. A formação está ligada aos esforços de cidadãos que desejam, sobretudo, que o interesse público esteja presente em todas as ações públicas do município, especialmente, em relação à aplicação correta dos recursos públicos e a transparência dos atos da Prefeitura, da Câmara Municipal e do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (autarquia municipal).

A escolha do desenho institucional (propósito, quem, o quê, como, quando, por quê, empoderamento e monitoramento) do OSB - Piumhi revela um minipúblico que tem como propósito coibir o mau uso dos recursos públicos, por intermédio de cidadãos voluntários que examinam os gastos públicos do município, de forma deliberativa para a resolução de problemas coletivos, por meio de reuniões frequentes, com apostas nas deliberações do grupo, que possui o poder de influenciar as decisões públicas e manter interesse suficiente para que os observadores monitorem as ações oficiais do município. Sendo assim, pode-se compreender que o OSB - Piumhi caracteriza-se como um espaço democrático de participação e deliberação com consequências significativas para a qualidade da governança democrática, como o aumento da *accountability* de agentes e entidades públicas, a ampliação da cidadania, o aperfeiçoamento das políticas públicas e o alargamento da participação de cidadãos piumhienses nas decisões públicas. Esse minipúblico oferece condições de diálogo entre os cidadãos incluindo diversas vozes, diferentemente de outras formas de participação muitas vezes sub-representadas, em que os cidadãos são meros participantes que apenas cumprem as diretrizes constitucionais. Além disso, essa formação elaborada de um grupo de pessoas permite que a similaridade das ações e o comportamento generalizado sejam afastados, uma vez que se qualificam por meio de discussões e conhecimentos práticos para agir com escolhas deliberadas ao invés de práticas alheias.

As deliberações do OSB - Piumhi são voltadas para assuntos de interesse público, em especial os relacionados aos gastos públicos. Levando-se em consideração o nível de reconhecimento e empoderamento conquistado por meio de suas deliberações transformadas em ações, o Observatório cria condições para o aperfeiçoamento da gestão pública municipal, uma vez que as práticas dos gestores públicos são questionadas, existe a exigência efetiva de que os atos sejam transparentes, que os procedimentos burocráticos se adequem ao bem comum, além de outros requisitos que propiciam melhorias.

No tocante às atividades desenvolvidas pelo OSB - Piumhi cabem algumas reflexões. Uma das atividades desenvolvidas pelo Observatório consiste em monitorar as compras públicas realizadas pela Administração Pública Municipal. Essa ação permite que os recursos públicos sejam destinados para aquelas demandas que realmente são necessárias para o bem comum, de acordo com os princípios da administração pública e, principalmente, sem os indesejáveis desvios de recursos que se tornaram, infelizmente, frequentes na administração pública brasileira. Cabe destacar, que mais importante do que monitorar a licitação é o trabalho do Observatório em verificar se realmente aquela compra é necessária, se o material e a merenda escolar, por exemplo, foram entregues pelas empresas licitantes de forma correta, obedecendo aos dispositivos do processo licitatório, e ainda, se os serviços contratados estão sendo prestados de maneira satisfatória.

O trabalho desenvolvido pelo OSB - Piumhi nas ações do legislativo municipal também é significativo, visto que ao invés de esperar acontecer fatos que desabonem a gestão pública, o Observatório trabalha preventivamente nas ações que afetam a sociedade, de forma a incluir ou alterar dispositivos em leis, informar sobre as intenções do executivo, entre outros. A interação com a Câmara Municipal também permite a troca de experiências com os vereadores.

Uma outra atividade articulada pelo OSB - Piumhi, a de exigir que a Prefeitura Municipal cumpra os requisitos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, também merece destaque. Ao requerer que a Administração Pública mantenha os espaços públicos, o transporte coletivo, as vagas de estacionamento, os sistemas de sinalização em condições que permitam a locomoção e a integração das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, o Observatório está agindo em favor daqueles que, muitas vezes, se sentem excluídos e sem voz, que não conseguem nem mesmo sair de casa para ir até um supermercado, um banco, uma igreja, um hospital, uma farmácia, nem mesmo na própria sede da Prefeitura ou da Câmara participar de um evento.

A atuação do OSB - Piumhi, de uma forma geral, oferece a oportunidade para os dirigentes públicos locais, membros do legislativo, servidores públicos, funcionários contratados, cidadãos, entre outros, se sentirem responsáveis pela qualidade da aplicação dos recursos públicos, pelo desenvolvimento do município e o pelo bem-estar da sociedade, pois é imprescindível a participação de todos na vida pública, conhecer os problemas do próximo, propor e discutir soluções, garantir que todos tenham acesso às mesmas coisas e da melhor forma, pois cabe a todas as pessoas e instituições participar efetivamente da vida comunitária.

Cabe ressaltar que as eventuais falhas no processo de formação desse grupo que atua no monitoramento das compras públicas, apontadas na apresentação dos resultados, podem ser justificadas pelo pouco tempo de atuação do OSB - Piumhi, se comparado à existência do Sistema OSB, e principalmente pela falta de voluntários que faz a sua estrutura ser reduzida. Para novas pesquisas não se limitando ao OSB - Piumhi, sugere-se estudos que compreendam a visão dos entes observados a respeito do trabalho dos observatórios, que analisem a variação dos indicadores socioeconômicos das cidades que possuem observatórios, que apurem qual o conhecimento e o interesse dos cidadãos nas ações dos observatórios. A importância dos minipúblicos para o controle social (Schommer & Moraes, 2011) também pode ser explorado em estudos futuros.

REFERÊNCIAS

- Avritzer, L. (2008). Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, 14(1), 43-64.
- Brasil. Ministério Público Federal. Ranking Nacional da Transparência. Disponível em: <<http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking/mapa-da-transparencia/arquivos-pdf/ranking-da-transparencia-2a-avaliacao-nacional.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2019. *Brasil. Ministério Público Federal. Ranking Nacional da Transparência. Disponível em: <<http://www.rankingdatransparencia.mpf.mp.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.*
- Chambers, S. (2009). Rhetoric and the public sphere: has deliberative democracy abandoned mass democracy? *Political Theory*, 37 (3), 323-350.
- Escobar, O., & Elstub, S. (2017). *Forms of mini-publics: an introduction to deliberative innovations in democratic practice*. Sydney: New Democracy Foundation (Research and Development Notes, 4).
- Fung, A. (2004). Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas consequências. In: Coelho, V. S. P., & Nobre, M. (Org.). *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. 34. p. 173-209.
- Goodin, R. E., & Dryzek, J. S. (2006). Deliberative impacts: the macro-political uptake of mini-publics. *Politics & Society*, 34(2), 219-244.
- Marques, F. P. J. A. (2010). Participação política e desenho institucional: uma proposta para a concepção de mecanismos participativos. *Ciências Sociais Unisinos*, 46(2), 140- 151.
- Niemeyer, S. (2011). The emancipatory effect of deliberation: empirical lessons from mini-publics. *Politics & Society*, 39(1), 103-140.
- Observatório Social do Brasil - PIUMHI. (2018). *Estatuto social*. Piumhi.
- Observatório Social do Brasil - PIUMHI. (2019a) Disponível em: <https://www.facebook.com/ospiumhi/>
- Observatório Social do Brasil - PIUMHI. (2019b). Disponível em: <https://www.facebook.com/silveiradeoliveira>
- Observatório Social do Brasil. (2018). Estatuto social 5ª alteração. Disponível em: <http://osbrasil.org.br/documentos-osb/>
- Observatório Social do Brasil. (2019). Página institucional. Disponível em: <http://osbrasil.org.br/Observatório>
- Observatório Social do Brasil. (2020). Página institucional. Disponível em: <http://osbrasil.org.br/o-que-e-o-observatorio-social-do-brasil-osb>

Quevedo, J. P., Ferreira, J. H. & Invernizzi, N. O mini-público como modelo comunicacional de promoção ao debate sobre riscos da nanotecnologia no Brasil. *Anais do Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul*, Curitiba, PA, Brasil, 16.

Schommer, P. C., & Moraes, R. L. (2011). Observatórios sociais como promotores de controle social e accountability: reflexões a partir da experiência do observatório social de Itajaí. *GESTÃO. Org-Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 8(3).

Smith, G. (2009). *Democratic innovations: designing institutions for citizen participation*. Cambridge: Cambridge University Press.





PROJETO INTERDISCIPLINAR E SOCIAL RENASCER, RECONSTRUINDO FUTUROS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

*INTERDISCIPLINARY SOCIAL PROJECT RENASCER, RECONSTRUINDO FUTUROS:
EXPERIENCE REPORT*

Letícia Fernandes Martins¹

Raquel Lie Kishi²

Rodrigo Grassi Martins³

Rita de Cássia Dias Akegawa⁴



¹ Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Campus Ituiutaba.

² Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) Campus Ituiutaba.

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/4360021684509761>

³ Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) Campus Ituiutaba.

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3342629430342234>

⁴ Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) Campus Ituiutaba.

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/8599345432400680>

RESUMO

Os projetos sociais são criados com o intuito de despertar a consciência coletiva e contribuir com a sociedade. Este trabalho teve como objetivo relatar experiências vivenciadas na criação e implementação de um projeto interdisciplinar, social e de extensão, cujo planejamento e execução foram em concomitância ao estudo das disciplinas de Marketing II e Administração de Vendas do curso Técnico em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), *Campus Ituiutaba*. A meta do Projeto Renascer, reconstruindo futuros, foi a arrecadação de R\$ 3.900,00 e 200 kg de alimentos não perecíveis em benefício ao Espaço Comunidade Terapêutica Vida Nova (ECTVN), localizado em Ituiutaba/MG, que acolhe pessoas em situação de vulnerabilidade por dependência química. A equipe, formada por seis discentes e a docente orientadora, organizou três eventos: Pedágio Solidário, Campanha de Arrecadação Alimento Solidário e Strogonoff Solidário. Para a elaboração desse relato, adotou-se como procedimento metodológico a pesquisa descritiva, tipo relato de experiência, com o uso de um diário de bordo para registro das informações. Apesar de não conseguirem atingir a meta financeira, os alunos sentiram-se realizados e gratos pela vivência proporcionada. Relataram, ainda, a consciência da importância do trabalho das comunidades terapêuticas e da responsabilidade de exercer um papel ativo na sociedade.

Palavras-chave: Projeto Social. Marketing. Administração de Vendas. Comunidade Terapêutica.

ABSTRACT

Social projects are created to raise people's awareness about collective consciousness and to contribute to society. This study aims to report the experience acquired in creating and implementing an interdisciplinary social extension project, in which planning and execution were made concomitantly with the study of Marketing II and Sales Management in Technician Course in Business at do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), *Campus Ituiutaba*. Projeto Renascer, reconstruindo futuros goal was to raise R\$ 3.900,00 and 200 kg of nonperishable food for Espaço Comunidade Terapêutica Vida Nova (ECTVN), which is located in Ituiutaba/MG. The community welcomes vulnerable people to drugs. The team, made up of six students and the teacher, organized three events: Pedágio Solidário, Campanha de Arrecadação Alimento Solidário e Strogonoff Solidário. As methodological procedure, we adopted descriptive research, an experience report, and research logbook to register data. Although the team wasn't able to reach established financial goal, students felt fulfilled and grateful for the experienced moments. They also reflected on raised awareness of therapeutic communities' work and on the importance of being responsible active actor in the society.

Keywords: Social Project. Marketing. Sales Management. Therapeutic Community

1. INTRODUÇÃO

É fundamental incentivar o alunado a despertar a consciência de coletividade. Culminado a isso, estímulos à realização de projetos sociais aliados à aplicação dos conceitos e ferramentas de gestão em prol de ações solidárias podem gerar resultados positivos. A pedagogia por projetos permite que o aluno seja o ator principal na condução do processo de produção de conhecimento, incentivando novas descobertas e reconstruções de conhecimentos (PRADO, 2005).

Os projetos sociais são ações inter-relacionadas estruturadas com metas objetivas e prazos estabelecidos, elaborados a partir da análise de diagnóstico de uma dada condição, por grupos ou organizações sociais, que desejam contribuir para uma mudança de realidade (STEPHANOU; CARVALHO; MOURA, 2003). O envolvimento e a participação ativa em iniciativas sociais promovem a formação de uma consciência social e sensibiliza as pessoas para os conflitos da sociedade, estruturas essenciais para a formação de um cidadão.

Dessa forma, o presente trabalho tem por finalidade apresentar os resultados e relatar a experiência adquirida, durante cinco meses, desde o planejamento até implementação de um projeto interdisciplinar e social, intitulado Projeto Renascer, reconstruindo futuros, documentado como atividade de extensão na Coordenação de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) – *Campus Ituiutaba*. O planejamento de todas as ações foi realizado em concomitância à disciplina de Marketing II e Administração de Vendas do curso Técnico em Administração, imediatamente após o estudo do fundamento teórico em sala de aula.

O projeto foi realizado em prol da instituição social, Espaço Comunidade Terapêutica Vida Nova, com objetivo de arrecadar alimentos não perecíveis e recursos financeiros para aquisição de arroz e feijão. A instituição acolhe pessoas do sexo masculino com transtornos decorrentes de dependência de substâncias psicoativas.

O arcabouço teórico de marketing, especificamente plano de marketing, foi a base para elaboração do projeto. Entende-se por marketing, a atividade, conjunto de instituições e processos para criação, comunicação, entrega e troca de ofertas que tenham valor para consumidores, clientes, parceiros e sociedade, como um todo (AMA, 2017). E o plano de marketing é o instrumento no qual as estratégias para alcançar os resultados e responsabilidades são definidas (SKACEL, 2005), ou seja, refere-se ao estabelecimento das iniciativas elaboradas para atingir a meta de arrecadação estabelecida no projeto de R\$ 3.900,00 e de 200 kg de alimentos não perecíveis e à definição de responsabilidades dos membros da equipe.

2. OBJETIVOS

Este relato de experiência propõe-se: (1) abordar os temas que serviram como arcabouço teórico; (2) descrever as atividades realizadas durante o período do desenvolvimento da atividade de extensão; (3) apresentar os resultados dos três eventos realizados; (4) e ressaltar a importância da realização de um projeto de extensão, interdisciplinar e social, que permite colocar em prática o aprendizado da sala de aula e ajudar a comunidade.

3. METODOLOGIA

Este relato caracteriza-se como um estudo descritivo, tipo relato de experiência, elaborado a partir das experiências adquiridas durante o planejamento e a execução de uma atividade de extensão, no primeiro semestre acadêmico, intitulado Projeto Renascer, reconstruindo futuros. O projeto, de abordagem interdisciplinar, envolveu as disciplinas de Administração de Vendas e Marketing II, do terceiro período, e conhecimentos de Administração Financeira e Orçamentária, do segundo período, do curso Técnico em Administração do IFTM *Campus* Ituiutaba, conforme Quadro I. As etapas de elaboração do plano de marketing foram desenvolvidas após a exposição do conteúdo teórico, que ocorreu em aulas regulares da disciplina de Marketing II. O projeto foi planejado e implementado por uma equipe formada por seis discentes do terceiro período, sob a orientação da docente da disciplina de Marketing II. O planejamento, a implementação e resultados dos projetos foram avaliados e pontuados com notas, que formaram a nota final das disciplinas de Marketing II e Administração de Vendas.

Quadro 1: Disciplinas e temas

DISCIPLINA	TÓPICOS
Marketing II	Plano de Marketing
Administração de Vendas	Ferramenta AIDA
Administração Financeira	Gestão de Custos e de Caixa

Fonte: Elaborado pelos autores

As informações e observações realizadas durante todo o semestre foram registradas em um diário de bordo.

3.1 UNIDADE DE ESTUDO: ESPAÇO COMUNIDADE TERAPÊUTICA VIDA NOVA

O projeto social foi desenvolvido em prol da instituição denominada, Espaço Comunidade Terapêutica Vida Nova – ECTVN, situada na Rodovia BR 365 Km 747, Chácara Soledade Novo Sul, em Ituiutaba/MG. É uma instituição sem fins lucrativos e atua no ramo de Atividades de Centros de Assistência Psicossocial. Seus serviços oferecidos são de acolhimento de alta complexidade às pessoas do sexo masculino, maior de idade, com transtornos decorrentes de uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas. A missão da instituição é a recuperação integral de pessoas dependentes de substâncias psicoativas e sua reintegração à sociedade. O valor que ECTVN recebe de subvenção estadual é insuficiente para arcar com os custos totais de manutenção do empreendimento social. Para ajudar a custear as despesas, a instituição vende alfaces orgânicas. As hortas são plantadas e mantidas pelos internos como tratamento terapêutico. Ademais, a instituição depende de doações e ações beneficentes para sobreviverem financeiramente.

A equipe do projeto, composta por alunos e a docente orientadora, visitou oficialmente a instituição, para conhecer melhor as instalações e os serviços ofertados pelo ECTVN. O diagnóstico inicial da situação da comunidade terapêutica indicou insuficiência de estoque mínimo de alimentos necessários semanalmente, principalmente do arroz e do feijão. A partir dessa identificação da necessidade prioritária, foi definido o objetivo do Projeto Renascer de arrecadação de verbas financeiras e alimentos não perecíveis.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 PROJETOS SOCIAIS

Projeto Social é “[...] uma ação social planejada, estruturada em objetivos, resultados e atividades baseados em uma quantidade limitada de recursos (humanos, materiais e financeiros) e de tempo” (ARMANI, 2002, p. 18). Para o autor, projetos sociais passam pelas seguintes fases: (1) nascimento da ideia, de um desejo ou de um interesse em fazer algo; (2) estruturação da ideia, ou seja, esquematização lógica de um esboço provisório; (3) implementação, que exige constante aprendizado; e (4) reformulação.

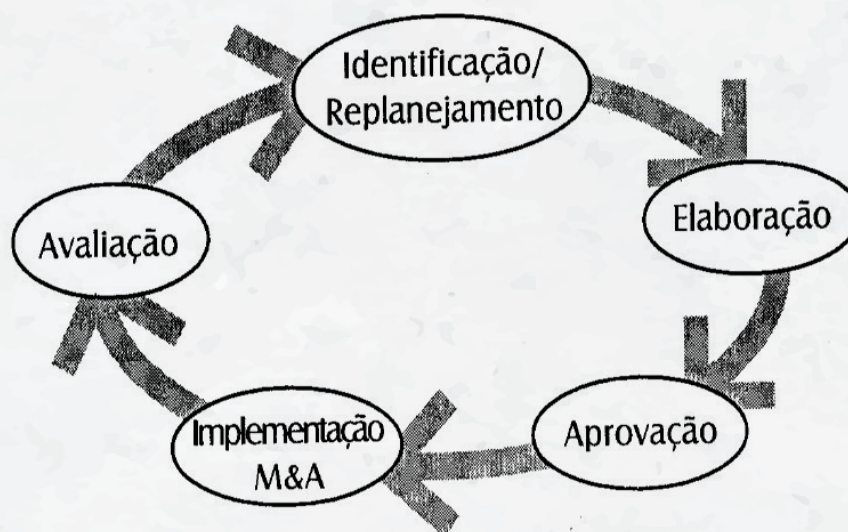
“Os projetos sociais são uma importante ferramenta de ação, amplamente utilizada pelo Estado e pela Sociedade Civil” (STEPHANOU; CARVALHO; MOURA, 2003, p. 13). No entanto, não devem ser utilizadas como as únicas ferramentas em políticas sociais. Sua elaboração deve partir da estipulação dos objetivos criados com base no levantamento de necessidades e prioridades do local (STEPHANOU; CARVALHO; MOURA, 2003). Fernandes et al. (2006) também apontam a necessidade de alinhamento e coesão entre o discurso e a prática dos projetos sociais. Há uma persistente divergência entre as falas dos atores sociais envolvidos nas práticas educativas realizadas por meio de projetos sociais com arte.

Armani (2002, p. 19) destaca que há inúmeras vantagens em atuar por meio de projetos sociais: (1) as ações sociais são formuladas com objetivos e atividades bem definidos e são gerenciadas de forma participativa e sistemática; (2) a maior mobilização de participantes e formação de parcerias exigem uma administração de recursos transparente; (3) legitimidade e credibilidade conferidas aos projetos com bons resultados e baixos custos; (4) promoção da produção coletiva de conhecimento pela contínua reflexão sobre a experiência na execução do projeto (empoderamento); (5) favorecimento de efetiva participação de todos os atores envolvidos com a ação; e (6) fomento de mudanças duradouras e sustentáveis (impacto).

Campos, Abegão e Delamaro (2002) propõem três etapas no processo de elaboração do projeto: (1) identificação de um problema, de uma carência ou de uma situação deficiente; (2) solução do problema ou da carência; e (3) programação e detalhamento das ações a serem realizadas, bem como, os resultados esperados e a identificação de todos os recursos necessários. O ciclo de vida dos projetos sociais passa por cinco fases: (1) a identificação; (2) a elaboração; (3) a aprovação; (4) a implementação, composta pelo monitoramento e avaliação; e (5) a avaliação e o replanejamento, conforme mostra a Figura 1. Entretanto, há que se ressaltar que a sequência de fases, geralmente, não é linear e esquematizada. As avaliações do projeto não devem ocorrer apenas ao final do período, mas sim, de forma continuada ao longo da implementação, que poderão levar a reformulações dos objetivos e das estratégias. (ARMANI, 2002)

Em relação à duração de projetos desenvolvidos por alunos sob a orientação de docentes, Prado (2005) sugere, que em virtude da necessidade de seguir um calendário acadêmico, seja melhor desenvolver um projeto que tenha começo, meio e um fim provisório, possibilitando o surgimento de novos começos. Evitando-se, assim, a preocupação com o compromisso e a permanência dos discentes após o encerramento do ano ou do semestre.

Figura 1 – Ciclo do Projeto



Fonte: Armani (2002, p. 30)

Em relação à duração de projetos desenvolvidos por alunos sob a orientação de docentes, Prado (2005) sugere, que em virtude da necessidade de seguir um calendário acadêmico, seja melhor desenvolver um projeto que tenha começo, meio e um fim provisório, para que possa surgir novos começos. Evitando-se, assim, a preocupação com o compromisso e a permanência dos discentes após o término do ano ou do semestre.

4.2 PLANOS DE MARKETING

Plano de Marketing pode ser definido como um documento (WESTWOOD, 1991) que contém: a análise diagnóstica de um determinado mercado (COBRA, 1991); a identificação de oportunidades (COBRA, 1992); a definição de estratégias, objetivos e metas (LAS CASAS, 2001) para comercialização de produtos ou serviços; e avaliação do desempenho da área de marketing de uma empresa (CHURCHILL; PETER, 2000). É um documento que fornece um *framework* para o desenvolvimento das atividades de marketing de forma efetiva, lógica e compreensiva (DUKE; TUCKER, 2007). Pode-se, portanto, dizer que o plano de marketing é um documento corporativo que direciona as ações, as estratégias as atividades e os esforços de marketing de uma organização com vistas a atingir os objetivos propostos.

Há diferentes tipos de planos de marketing. Eles podem ser classificados conforme sua abrangência, amplitude de análise de dados e seus propósitos. De acordo com Ambrósio e Siqueira (2002), os planos de marketing podem ser dois tipos: plano anual de marketing e plano de marketing para um novo produto ou serviço. Já Westwood (1996), categoriza os planos de marketing em: plano completo, plano básico, plano histórico e plano para um novo produto. A diferença entre esses planos reside na delimitação do mercado, nos dados que serão analisados e no objetivo do plano. Westwood (2011) complementa que o plano de marketing geral da empresa pode ser composto por diversos outros planos de marketing menores como o de produtos individuais ou de áreas.

Apesar do planejamento ser uma das tarefas mais importantes dos administradores (WESTWOOD, 2011), alguns profissionais ainda se referem ao processo de planejamento como um investimento dispendioso de tempo que poderia ser aplicado em outras atividades. Skacel (1992) esclarece que todos os gestores devem preparar um plano de ação, pois: (1) estabelece o norte que a empresa deve seguir; (2) defini os objetivos

específicos que devem ser atingidos; (3) proporciona meios para mensurar o progresso; (4) possibilita a intervenção de ações corretivas quando necessárias; (5) estabelece as premissas de um planejamento que deve ser seguido; e (6) foca na lucratividade do negócio. Além dos aspectos listados anteriormente, Ambrósio e Siqueira (2002) acrescenta que a ferramenta possibilita a análise de viabilidade de um segmento de mercado.

Embora os planos de marketing sejam específicos para a organização que as construiu, há seis elementos presentes em todos eles: (1) para quem são as ações de marketing? (público-alvo); (2) quem está desenvolvendo as ações?; (3) Quais são os produtos ou serviços?; (4) Como escolher o que divulgar?; (5) Quais elementos padrões devem ser incluídos nas atividades de Marketing?; e (6) Como as atividades de marketing serão avaliadas? (DUKE; TUCKER, 2007) Há diversas metodologias para a construção de um plano de Marketing como as propostas metodológicas de Legrain e Magain (1992), Westwood (1996), Bangs (1999), Kotler (2000) e Las Casas (2001). No entanto, apesar da diversidade de procedimentos, os autores são unânimes na inclusão das seguintes etapas: (1) análise do ambiente interno e externo, (2) diretrizes da empresa (missão, visão, objetivos, metas etc.), (3) definição das estratégias e (4) sistema para controle e avaliação das ações. (LAS CASAS, 2001). O Quadro 2 mostra as metodologias para a construção do Plano de Marketing proposto Legrain e Magain (1992), Skacel (1992), Westwood (1996), Bangs (1999), Kotler (2000), Etzel, Walker e Stanton (2001) e Las Casas (2001).

Quadro 2: Metodologias de Planos de Marketing

METODOLOGIAS PARA CONSTRUÇÃO DE UM PLANO DE MARKETING		
Legrain e Magain (1992)	Skacel (1992)	Westwood (1996)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Pesquise e analise os dados internos. 2. Pesquise e análise os dados externos. 3. Determine os objetivos. 4. Defina a estratégia de desenvolvimento. 5. Fixe os objetivos de venda. 6. Marketing Mix – escolha os meios. 7. Desenvolva de um plano de ação. 8. Início de realização 9. Mensure 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Prepare um <i>FACTBASE</i> correto. 2. Liste os problemas e as oportunidades. 3. Elabore os objetivos específicos. 4. Desenvolva as estratégias. 5. Estabeleça os orçamentos. 6. Projete as vendas e os lucros. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabeleça os objetivos corporativos. 2. Faça pesquisa de marketing externa. 3. Realize a pesquisa de marketing interna. 4. Analise os pontos forte e fracos/oportunidades e ameaças. 5. Defina os objetivos de marketing dos planos de ação. 6. Desenvolva as estratégias de marketing e dos planos de ação. 7. Defina os programas que incluam propaganda/ plano de promoções. 8. Estabeleça os orçamentos. 9. Redija o Plano. 10. Comunique o Plano. 11. Use sistema de controle para o plano. 12. Reveja e atualize o plano.

METODOLOGIAS PARA CONSTRUÇÃO DE UM PLANO DE MARKETING

Bangs (1999)	Kotler (2000)	Etzel, Walker e Stanton (2001)	Las Casas (2001)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabeleça a missão. 2. Defina objetivos de marketing para o próximo ano e próximo três anos. 3. Defina os objetivos de vendas e lucros para o próximo ano e próximo três anos. 4. Desenvolva produtos e serviços. 5. Determine o mercado-alvo. 6. Analise o potencial do mercado. 7. Decida como você irá atingir os objetivos. 8. Identifique problemas potenciais. 9. Implemente e controle os cronogramas. 10. Revise e atualize. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabeleça a missão. 2. Analise o ambiente externo (oportunidades e ameaças). 3. Analise o ambiente interno (pontos fortes e fraquezas). 4. Formule as metas. 5. Formule as estratégias. 6. Formule os programas. 7. Implemente. 8. Feedback & Controle. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conduza a análise da situação. 2. Desenvolva os objetivos de marketing. 3. Determine o posicionamento e vantagem diferencial. 4. Selecione o mercado-alvo e meça a demanda do mercado. 5. Projete um mix estratégico de marketing. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diagnóstico Estratégico <ol style="list-style-type: none"> a) Análise do ambiente externo e interno. 2. Prognóstico <ol style="list-style-type: none"> a) Determinar a missão, a visão, os objetivos, as metas, as estratégias, os planos de ação, os planos de custos, a implementação, a avaliação e o controle.

Fonte: Legrain e Magain (1992), Skacel (1992), Bangs (1999), Kotler (2000), Etzel, Walker e Stanton (2001) e Las Casas (2001).

4.3 AIDA

O Modelo AIDA, criada por St. Elmo Lewis, surgiu em 1888. É um dos primeiros modelos e amplamente citado na literatura. Baseada em uma hierarquia de efeitos, os vendedores conduzem os consumidores, em uma sequência de etapas, para que se decidam pela compra. Com o objetivo de obter o máximo de sucesso nas vendas, os vendedores teriam que atrair a atenção dos consumidores, manter o interesse deles, gerar um nível de desejo e levar o consumidor a agir em direção à aquisição do bem ou serviço. (EAGLE et al., 2014)

Dessa forma, a ferramenta AIDA permite o acompanhamento de todo o caminho que o consumidor percorre até a efetivação da compra. São quatro passos, identificados pelas letras do nome da ferramenta. Primeiramente, deve-se atrair a Atenção (A) das pessoas. Em seguida, procura-se despertar o Interesse (I) pelo produto ou serviço. O passo seguinte envolve a transformação do interesse em Desejo (D). E, finalmente, a última etapa está relacionada à Ação (A) da compra em si (SOLDOW; THOMAS, 1993; SKACEL, 2005).

Com base nas necessidades do modelo AIDA, o marketing tem como objetivo:

[...] atrair a atenção de potenciais clientes, despertar o seu interesse e vontade para a ação final de compra. Ao passar por cada etapa, o número total de clientes em potencial diminuirá, tornando-se um triângulo invertido (Figura 1). A estratégia de marketing desse modelo geralmente é alargar a parte inferior do triângulo. Ou aumentar a taxa de conversão (o cliente potencial se torna um comprador real). (LI; YU, 2013)

Modelo AIDA percorre os estágios cognitivo, afetivo e comportamental. A Atenção encontra-se no estágio cognitivo em que se deve atrair a atenção do cliente. Esta é a primeira etapa no processo de comunicação para que os consumidores saibam da existência do produto ou serviço. No estágio afetivo (Interesse e Desejo), a comunicação desperta o interesse e os benefícios do produto ou serviço devem ser ressaltados. Os compradores desejam mais informações sobre o que está sendo ofertado. E, finalmente, o estágio comportamental (Action) implica no incentivo à ação, ou seja, na efetivação da compra. (ASHCROFT; HOEY, 2001; ROWLEY, 1998).

Figura 2: Modelo AIDA



Fonte: Li e Yu (2013)

5. CONSTRUÇÃO DO PLANO DE MARKETING

Após o estudo das metodologias para a construção de um plano de marketing propostas por: Legrain e Magain (1992), Westwood (1996), Bangs (1999), Kotler (2000), Etzel, Walker e Stanton (2001) e Las Casas (2001) na disciplina de Marketing II, a equipe de alunos reuniu-se e construiu um modelo próprio para elaboração do plano de marketing do Projeto Renascer, reconstruindo futuros.

No novo modelo, foram definidos três passos: (1) Planejamento; (2) Implementação do Plano de Marketing; e (3) Avaliação e Controle. O planejamento desdobra-se nas seguintes etapas: análise do ambiente, objetivos e metas, definição das estratégias e *mix* de marketing. O Quadro 3 detalha o Modelo Proposto de Plano de Marketing e indica os autores utilizados em cada etapa.

Quadro 3: Modelo Proposto de Plano de Marketing

PASSOS DO PLANO DE MARKETING PROPOSTO	AUTORES
Passo I – Planejamento	
1. Análise do Ambiente	Legrain e Magain (1992), Skacel (1992), Westwood (1996), Bangs (1999), Kotler (2000) e Las Casas (2001)
2. Objetivos e Metas	Legrain e Magain (1992), Skacel (1992), Westwood (1996), Bangs (1999), Kotler (2000) e Las Casas (2001)
3. Definição de Estratégias	Legrain e Magain (1992), Skacel (1992), Westwood (1996), Bangs (1999), Kotler (2000) e Las Casas (2001)
4. <i>Mix</i> de Marketing	Legrain e Magain (1992)
Passo II – Implementação do Plano de Marketing	Bangs (1999), Kotler (2000), Las Casas (2001),
Passo III – Avaliação e Controle	Legrain Magrain (1992), Westwood (1996), Kotler (2000)

Fonte: Projeto Renascer, reconstruindo futuros

5.1 PASSO I – PLANEJAMENTO

5.1.1 ANÁLISE DO AMBIENTE INTERNO E EXTERNO

A aplicação da ferramenta SWOT de Albert Humphrey (KOTLER, 2000) para a análise do ambiente interno e externo do Projeto Renascer identificou que entre as forças estão: o envolvimento e participação direta da diretoria do ECTVN na execução das estratégias, o engajamento e o comprometimento dos membros do projeto e a boa reputação da instituição de ensino IFTM na cidade de Ituiutaba e região. O principal ponto fraco foi a falta de verba para o investimento na realização dos eventos. Por outro lado, as parcerias estratégicas foram apontadas como oportunidades perfeitas para custear parcialmente a execução das estratégias. E o maior desafio do ambiente externo assinalado foi o preconceito contra os dependentes químicos, pelo estereótipo de que eles se encontram nessa situação em virtude de seus próprios atos e, portanto, não são merecedores de ajuda e devem ser marginalizados pela sociedade. A Figura 3 mostra a Análise SWOT do Projeto Renascer.

Figura 3: Matriz SWOT do Projeto Renascer

Ambiente Interno	<p style="text-align: center;">FORÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acordo de Mútua Cooperação (projeto Renascer e ECTVN). - Equipe engajada. - Reputação do IFTM. 	<p style="text-align: center;">FRAQUEZAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recurso financeiro para investimento inicial. - Disponibilidade de tempo da equipe. - Competências, formação e maturidade da equipe.
Ambiente Externo	<p style="text-align: center;">OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apelo emocional solidário. - Apoio da Igreja Sal da Terra. - Parcerias Estratégicas. 	<p style="text-align: center;">AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diversas outras ações solidárias sendo realizadas na região. - Preconceito contra dependentes químicos. - Voluntários qualificados.

Fonte: Projeto Renascer, reconstruindo futuros

5.1.2 ESTABELECIMENTO DE OBJETIVOS E METAS

Como meta para o Projeto Renascer, reconstruindo futuros, foi definido o objetivo financeiro de angariar o montante de R\$ 3.900,00, para aquisição de 600 kg de arroz e de 400 kg de feijão. E como objetivo não financeiro, foi estabelecido como meta a arrecadação de 200 kg de alimentos não perecíveis com as ações da Campanha de Arrecadação Alimento Solidário, realizado em parceria com o Supermercado Pontual do bairro Ipiranga.

5.1.3 ELABORAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS

Para atingir as metas definidas, foi estipulada como estratégia a realização de três ações solidárias: Campanha de Arrecadação Alimento Solidário, Pedágio Solidário e Strogonoff Solidário. Para cada ação solidária foi estabelecida metas individuais, apresentadas no Quadro 4.

A Campanha de Arrecadação Alimento Solidário foi realizado em parceria com o Supermercado Pontual, no Bairro Ipiranga, em Ituiutaba/MG em dois finais de semana, estrategicamente escolhidos próximos à data de recebimento salarial. Nos dias 06 e 07 de maio e 10 e 11 de junho de 2017, os alunos se posicionaram na entrada do supermercado e abordaram clientes apresentando-se como aluno do IFTM, explicando o projeto social e ressaltando o trabalho da Espaço Comunidade Terapêutica Vida Nova e solicitando doações de alimentos não-perecíveis. Para facilitar a comunicação, foram distribuídos panfletos com informações do projeto e dos próximos eventos.

O Pedágio Solidário, ação de abordagem aos motoristas de automóveis e motos durante o tempo em que semáforo encontra-se fechado, foi realizado no dia 08 de abril de 2017, no cruzamento da Avenida 17 com a Avenida 22, centro da cidade de Ituiutaba. A iniciativa, realizada com a autorização do Departamento de Trânsito da

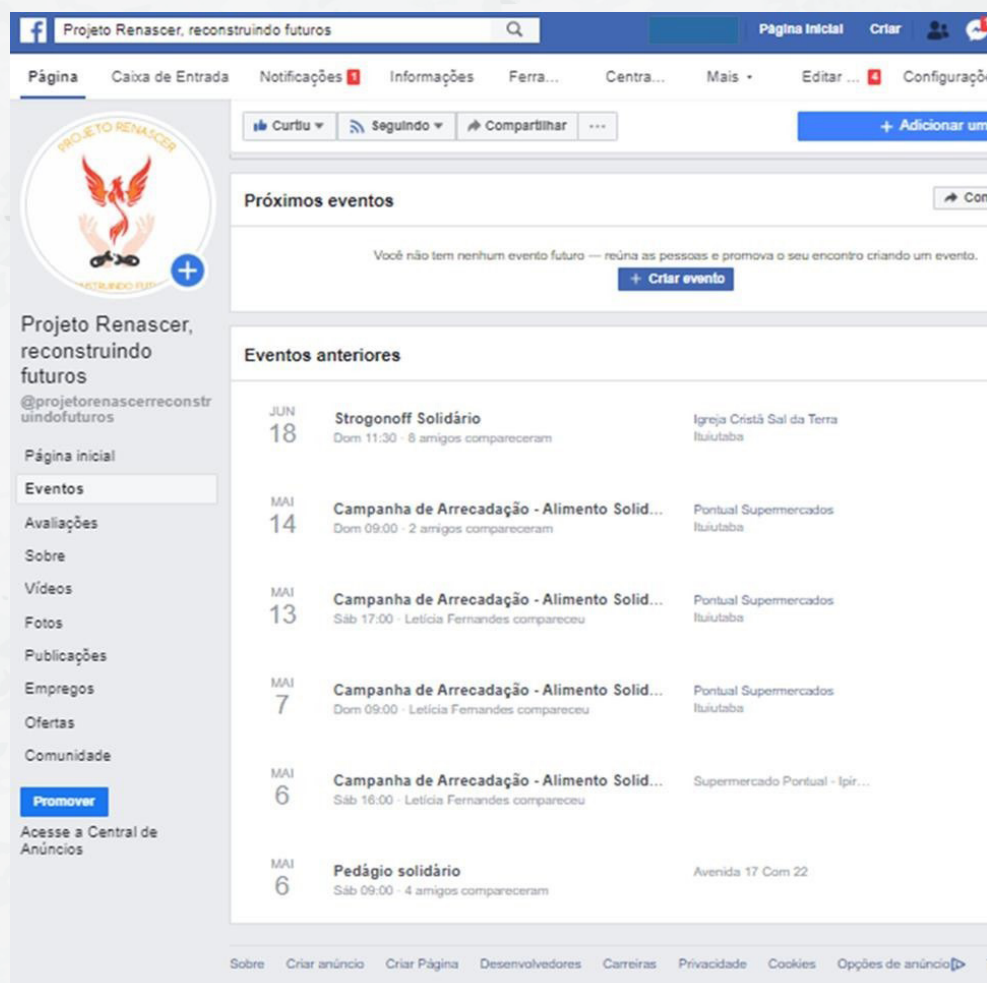
cidade de Ituiutaba, teve como meta a arrecadação de recursos financeiros para a aquisição de 200kg de feijão. O objetivo Strogonoff Solidário, almoço solidário, foi arrecadar o montante de R\$ 2.500,00, para compra de 200 kg de feijão e 600 kg de arroz, por meio de venda de bilhetes demarmitex composto por arroz branco, strogonoff de frango, batata palha e salada de alface, etiquetada com a logomarca do projeto e acompanhada de colher e guardanapo. O alimento foi preparado em local adequado para produção e distribuição e com o apoio da equipe e de amigos do Espaço Comunidade Terapêutica Vida Nova no dia 18 de junho de 2017.

Quadro 4: Metas das Ações Solidárias

AÇÕES SOLIDÁRIAS	METAS
Campanha de Arrecadação Alimento Solidário (Parceria com o Supermercado Pontual)	200 kg de alimentos não perecíveis
Pedágio Solidário	R\$ 1.400,00
Strogonoff Solidário	R\$ 2.500,00

Fonte: Elaborado pelos autores

Figura 4: Eventos das Ações Solidárias criadas na *Fan Page* do Projeto Renascer



Fonte: *Fan Page* do Projeto Renascer, reconstruindo futuros

5.1.4 MIX DE MARKETING

Para a divulgação do Projeto Renascer, Reconstruindo Futuros adotou-se o uso das redessociais. Foi criada uma *fan page* no Facebook, disponível em: <<https://www.facebook.com/projetorenascerreconstruindofuturos>>. Outro recurso foi o uso do *QR code* em cartazes e panfletos. Todos eventos das ações solidárias foram criados a partir da *fan page* do projeto, como indicado na Figura 4.

Foram definidas estratégias do composto de marketing: produto, preço, promoção e praça para cada um dos três eventos, disponíveis no Quadro 5.

Quadro 5: Mix de Marketing das Ações Solidárias

AÇÕES SOLIDÁRIAS	PRODUTO	PREÇO	PROMOÇÃO	PRAÇA
Pedágio Solidário	Abordagem aos motoristas durante o período em que estiverem parados no sinal vermelho.	Valor livre.	Divulgação: Redes Sociais: Evento no Facebook e WhatsApp e Faixa de sinalização. (Ver Figura 5) Vendas: uso da Ferramenta AIDA.	Cruzamento de duas importantes avenidas no centro de Ituiutaba.
Campanha de Arrecadação Alimento Solidário	Arrecadação de Alimentos não perecíveis na entrada de um supermercado em dois finais de semana.	Produtos não perecíveis.	Divulgação: Facebook, WhatsApp, Cartazes e Panfletos. (Ver Figuras 6 e 7) Vendas: Ferramenta AIDA.	Parceria com o Supermercado Pontual do Bairro Ipiranga.
Strogonoff Solidário	Marmita de isopor contendo arroz branco, strogonoff de frango, batata palha e salada de alface, etiquetada com a logomarca do projeto e acompanhado de colher e guardanapo.	R\$ 10,00. Valor estipulado com base nos custos e análise do preço de mercado. Optou-se pelo preço médio praticado pelo mercado.	Divulgação: Facebook, WhatsApp, Cartazes e Panfletos. (Ver Figuras 6 e 7) Promoção: Sorteio de 4 bilhetes pelo Facebook. (Ver Figura 7) Vendas: Ferramenta AIDA e vendas pelo WhatsApp.	Salão e Cozinha cedidos pela Igreja Sal da Terra no Bairro Ipiranga.

Fonte: Elaborada pelos autores

Figura 5: Faixa do Pedágio Solidário



Fonte: Projeto Renascer, reconstruindo futuros

Figura 6: Cartaz da Campanha de Arrecadação Alimento Solidário e Strogonoff Solidário



Fonte: Projeto Renascer, reconstruindo futuros

Figura 7: Panfletos de divulgação entregues no Pedágio Solidário e na Campanha de Arrecadação



Fonte: Projeto Renascer, reconstruindo futuros

Figura 8: Sorteio do Strogonoff Solidário

Fonte: Projeto Renascer, reconstruindo futuros

5.2 PASSO II – IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE MARKETING

Um cronograma foi elaborado criteriosamente para otimizar recursos e facilitar a implementação do Plano de Marketing criado. As atividades foram minuciosamente detalhadas, indicando os responsáveis pela realização das tarefas, prazos, quantidade de horas necessárias, investimento monetário e a periodicidade com que a atividade deveria ser efetuada.

5.3 PASSO III – AVALIAÇÃO E CONTROLE

Critérios métricos foram estipulados como medidas de sucesso para possibilitar a avaliação objetiva e o controle da *performance* do projeto em relação à consecução dos objetivos propostos. No decorrer do projeto, a equipe observou que algumas metas das medidas de sucesso não poderiam ser atingidas, pois alguns dos integrantes da equipe não tinham acesso à internet. O Quadro 5 apresenta as medidas de sucesso e os resultados atingidos.

Quadro 6: Medidas de Sucesso

Nº	MEDIDAS DE SUCESSO	PLANEJADO	REALIZADO
1	Curtidas no Facebook	450	239
2	Publicações no Facebook (Mensagens)	36	30
3	Publicações no Facebook (Vídeos)	3	2
4	Publicações no Facebook (Ao vivo)	3	3
5	Criação de eventos no Facebook	4	6
6	WhatsApp (mensagens)	61	30
7	Vendas Strogonoff Solidário	250	241

Fonte: Projeto Renascer, reconstruindo futuros

Ao final do projeto foram doados o valor de R\$ 2.472,18 e 325 kg de alimentos não perecíveis ao ECTVN. Os valores referentes às entradas e às saídas estão descritos na Tabela 1. A equipe do Projeto Renascer conseguiu superar a meta de arrecadação de alimentos não perecíveis, extrapolando em 125 kg. No entanto, em virtude mudanças de datas de realização das Ações Solidárias e saída de um membro e a entrada de um novo aluno, a equipe enfrentou dificuldades para atingir a meta de arrecadação de R\$ 3.900,00.

Tabela 1: Demonstrativo Financeiro das Ações Solidárias

	ENTRADAS	SAÍDAS	VALOR LÍQUIDO
Campanha de Arrecadação Alimento Solidário	R\$ 70,30	R\$ 83,50	
Pedágio Solidário	R\$ 863,00	R\$ 31,00	
Strogonoff Solidário	R\$ 2.410,00	R\$ 756,32	
Total	R\$ 3.343,00	R\$ 870,32	R\$ 2.472,18

Fonte: Projeto Renascer, reconstruindo futuros

A participação e interação da diretoria do ECTVN foi essencial para o sucesso da realização dos eventos planejados. Os diretores ou representantes estiverem presentes em todas as Ações Solidárias e contribuíram ativamente na execução das atividades.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos objetivos de arrecadação estabelecidos não terem sido cumpridos, a realização do Projeto Renascer, reconstruindo futuros proporcionou à equipe experiências únicas. Ao possibilitar a vivência prática da teoria estudada em sala de aula, os discentes desenvolveram e aprimoram competências técnicas e humanas relacionadas à organização, ao cumprimento de prazos, às negociações, à liderança e ao espírito de equipe. Entende-se que a aprendizagem durante a atividade de extensão foi essencial, pois à medida em que as etapas de planejamento foram sendo desenvolvidas, foi colocado em prática o estudo que era ministrado em aulas.

Ademais, o contato e a proximidade com a realidade do ECTVN e o conhecimento dos desafios de enfrentar o preconceito na reintegração do dependente químico à sociedade, sensibilizaram os membros da equipe para a importância do trabalho desenvolvido pelas comunidades terapêuticas e para a responsabilidade de cada pessoa em exercer um papel ativo, contribuindo em busca de um mundo melhor para se viver.

Ressalta-se, ainda, que o convívio dos estudantes com pessoas de realidades diferentes, fomentando a troca de experiências, tem um impacto significativo em suas vidas. A vivência em um projeto social, estimula o desejo de ajudar o próximo. Os membros da equipe relataram senso de realização e gratidão com a experiência vivida. Assim, recomenda-se, o incentivo ao alunado a explorar mais sobre o tema relatado.

Salienta-se, também, a importância em manter o desenvolvimento destes projetos sociais nas disciplinas de Marketing II e Administração de Vendas, e se possível, o envolvimento de outras disciplinas ao conteúdo do pro-

jeto em si. Nota-se o impacto positivo e mudança de comportamento na vida pessoal de cada um. Em princípio, a atividade pode ser considerada cansativa ou, até mesmo, insignificante e ter a percepção de que muitos estudantes participam somente para obtenção de notas, mas aqueles, que participaram da realização do projeto social, asseguraram que ações como estas fazem a diferença e impactam a vida das pessoas envolvidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMA - American Marketing Association (2017). **Definitions of Marketing**. Disponível em: < <https://www.ama.org/the-definition-of-marketing-what-is-marketing/>>. Acesso em: 13 jan.2020.
- AMBRÓSIO, Vicente; SIQUEIRA, Rodrigo. **Plano de Marketing passo a passo: serviços**. Reichmann & Affonso Ed., 2002.
- ARMANI, D. **Como elaborar projetos: guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.
- ASHCROFT, L.; HOEY, C. PR, marketing and the Internet: implications for information professionals, v. 22, n. 1/2, **Library management**, p. 68-74, 2001.
- BANGS, D. H. **Guia prático: planejamento de marketing**. Barueri: NBL Editora, 1999.
- CAMPOS, A. E. M.; ABEGÃO, L. H.; DELAMARO, M. C. O Planejamento de Projetos Sociais: dicas, técnicas e metodologias. **Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania**, 2002.
- COBRA, M. **Sucesso em marketing no Brasil: casos brasileiros**. São Paulo: Atlas, 1991.
_____. **Marketing básico**. São Paulo: Atlas, 1992.
- CHURCHILL, G. A.; PETER, J. P. **Marketing: criando valor para os clientes**. São Paulo: Saraiva, 2000.
- DUKE, L. M.; TUCKER, T. How to develop a marketing plan for an academic library. **Technical Services Quarterly**, v. 25, n. 1, p. 51-68, 2007.
- EAGLE, L. et al. **Marketing Communications**. Reino Unido: Taylor & Francis, 2014.
- ETZEL, M. J.; WALKER, B. J.; STANTON, W. J. **Marketing**. São Paulo: Makron Books, 2001.
- FERNANDES, Ângela Maria Dias et al. Cidadania, trabalho e criação: Exercitando um olhar sobre projetos sociais. **Revista do Departamento de Psicologia. UFF**, v. 18, n. 2, p. 125- 142, 2006.
- KOTLER, P. **Administração de Marketing: a edição do novo milênio**. São Paulo: PrenticeHall, 2000.
- LI, J.; YU, H.. An innovative marketing model based on AIDA:-a case from e-bank campus-marketing by China Construction Bank. **I-Business**, v. 5, n. 3B, p. 47-51, 2013.

LAS CASAS, A. L. **Plano de Marketing**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEGRAIN, M.; MAGAIN, D. **Plano de Marketing**. São Paulo: Makron Books, 1992.

PRADO, M. E. B. B. Pedagogia de projetos: fundamentos e implicações. **Integração das tecnologias na educação**. Brasília: Ministério da Educação/SEED/TV Escola/Salto para o Futuro, p. 12-17, 2005.

ROWLEY, J. Promotion and marketing communications in the information marketplace. **Library Review**, v. 47, n. 8, p. 383-387, 1998.

SKACEL, R. K. **Plano de Marketing: O que deve conter e como preparar**. São Paulo: Nobel, 1992.

STEPHANOU, Luis; MULLER, Lúcia Helena; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Guia para elaboração de projetos sociais. **São Leopoldo, RS: Sinodal, Porto Alegre/RS: Fundação Luterana de Diaconia**, 2003.

SOLDOW, F. G.; THOMAS, P. G. **Vendas: Profissionalização para a Década 1990**. MakronBooks: São Paulo, 1993.

WESTWOOD, J. **O plano de marketing: como elaborar um plano de marketing competente, objetivo e vencedor**. São Paulo: ADBR, 1991.

WESTWOOD, J. **O plano de marketing**. São Paulo: Makron Books, 1996.

WESTWOOD, J. **How to write a marketing plan**. London: Kogan Page Publishers, 2011.





SOCIAL MANAGEMENT: AN INTERNATIONAL BIBLIOMETRIC ANALYSIS OF THE DIFFERENT USES FOR THE TERM

Luiz Flávio Felizardo
Ana Luiza C. Pereira
José Kennedy L. Silva
José Roberto Pereira
Universidade Federal de Lavras (UFLA)



ABSTRACT

Within the field of administration the terminology social management has been used in different ways. In order to verify the different uses for the term and the international strength of the concept of social management developed by the Brazilian, a worldwide bibliometric analysis was done. As for methodology, it is worth mentioning that the database used was taken from the Web of Science website and the Software CiteSpace was utilized. In regards to results, it was possible to identify several Brazilian researchers in the list of authors with the most publications and some Brazilian papers in the list of most cited works. However the Chinese dominate the quantity by country and different views of the social management term could be found among the most cited articles.

Keywords: Social Management; Bibliometrics; CiteSpace.

RESUMO

No campo da administração, a terminologia gestão social tem sido usada de diferentes maneiras. Com o objetivo de verificar os diferentes usos do termo e a força internacional do conceito de gestão social desenvolvido pelos pesquisadores brasileiros foi realizada uma análise bibliométrica internacional do termo. Quanto à metodologia, vale ressaltar que as buscas foram realizadas no banco de dados do site Web of Science e foi utilizado o Software CiteSpace para análises. Em relação aos resultados, foi possível identificar vários pesquisadores brasileiros na lista de autores com mais publicações e alguns artigos brasileiros na lista de trabalhos mais citados. No entanto, os chineses dominam a quantidade por país e diferentes utilizações para o termo gestão social podem ser encontradas entre os artigos mais citados internacionalmente.

Palavras-chave: Gestão Social; Bibliometria; CiteSpace.

1. INTRODUCTION

The Portuguese expression *gestão social*, most commonly translated to social management, has risen to a concept that has been well established over the years. This idea is being widely used by Brazilian researchers, especially after Cançado's doctoral thesis (Cançado, 2011) confirming the assumption that Social Management constitutes a field of scientific knowledge with specific theoretical foundations. But the question that remains is whether this concept has effectively reached other regions of the planet or is it being overlapped by other concepts that use the same terminology?

With that in mind, the author's intentions here are to develop and explain a bibliometric analysis using data from the Web of Science in order to try and advance within the social management studies. The goal is to take a short step forward in relation to the work of Menon, and Coelho (2019), which covers the theme exceptionally well and very deeply, but restricting to Brazilian publications only. This work is also based on Silva, Prado, Alcântara, Tonelli, and Pereira (2018) bibliometric studies on Public Opinion and Garcia, Cruz, Machado, and Silva (2019) on deliberative democracy.

As mentioned, this article is based on social management, a relatively new paradigm that focuses on the society deliberative process for public decisions. This paradigm is committed to the promotion of the common good. Caçado, Pereira & Tenório (2015) conceptualize it as a dialogical management action focused on the non- state public interest and its main categories are the Tocqueville (2003) enlightened self- interest, the Habermas (1981) public sphere and, Freire's (2018) social emancipation. The paradigm itself is similar to the concept of deliberative governance developed by Dryzek(2010) and his collaborators. Deliberative action incorporates policies and institutional measures to promote the common good. This is directly related to Habermas' (1991) conception of the deliberative policy process as the core of the democratic process.

Academic works in social management today involve a set of scientific articles, books, dissertations, thesis and other bibliographic materials that are being produced in different education and research institutions with different theoretical approaches and empirical studies. Thus, controversies arose in the field related to issues such as "is it a paradigm or is it a research field?", "is it paradigmatic or multiparadigmatic?", "disciplinary, multidisciplinary or interdisciplinary?", "emancipator or ideological?", "an ideal or is it real?" among others. Discussions and attempts to answer the questions above are present in several works, some examples are Tenório (2005), Maia (2005), Caçado (2011), Araújo (2012), Alcântara (2015), Caçado, Pereira & Tenório (2015), Gerra (2015), Menon (2016), Persson (2016) and Alcântara (2018).

As an example of this kind of dispute, Araújo (2012) defends the concept of social management as multiparadigmatic, polysemic and a field under construction (in progress). He states that it is a field of knowledge under construction in a preliminary stage in which the multidisciplinary characteristics prevail, tending to interdisciplinarity. On the other hand, Caçado (2011) and Caçado, Pereira and Tenório (2015) argue that social management has already achieved much progress and has a consistent theoretical body approaching its first paradigm, or in other words, with specific theoretical foundations. In order to demonstrate that social management passes the criteria to be accepted as a science, the latter compares the maturity of social management with the criteria proposed by Popper, Kuhn, Lakatos, Feyerabend, Chalmers, Boaventura de Souza Santos and, Pedro Demo. This way, attempting to prove scientifically that social management is a field of knowledge that could be characterized as a science. The academic debate about the divergences is still in progress as can be observed in the works of Araújo (2012), Caçado (2013) and Tenório & Araújo (2020) for example. This work however, these disputes are not the focus but rather has other objectives as listed in the next section.

2. OBJECTIVES

According to Prado et al. (2016), the elaboration of this kind of research aims to organize the trends of scientific production and to understand how a certain area of knowledge has been developing. Work of this type also proposes an analysis of the dynamics associated with the formation, maintenance, expansion or decline of some scientific fields (Bourdieu, 1994). Thus, the main goal of this article is to systematize trends in the field of social management based on the bibliographic material found on the Web of Science website database. For this, a worldwide bibliometric analysis was done using the term social management. During the analysis it was also considered to look for answers to the following questions:

- Is there other uses of the term social management outside Brazil, if so, how frequent are they?
 - How strong is the concept of social management structured by Brazilian researchers compared to other usages of the term?
-

3. THEORETICAL FRAMEWORK

Before starting talking about the findings of this work, it is important to do some theoretical background to what does social management means in the national Brazilian scenario, but that is no easy task. In addition to an epistemological construction of the social management paradigm, Caçado, Pereira & Tenório (2013; 2015) present the dimension of social management related to the assumptions about the nature of social science according to Burrell & Morgan (2006). This association is summarized in the table 1 and is essential to understand the concept of the term social management and what it is based on.

Table 1: Dimensions of social management related to Burrell & Morgan (2006).

DIMENSION	SOCIAL MANAGEMENT CHARACTERISTIC	JUSTIFICATION
Ontology	Nominalism	Collective decision making without coercion is based on intersubjectivity (dialogicity, transparency) and the construction of reality based on understanding.
Epistemology	Antipositivism	The social reality can and must be (re) constructed in the interest of its members and based on their perception, that is, the individual is in reality and acts on it, the researcher is also the subject of the research.
Human nature	Volunteering	If perception is due to the (re) construction of reality based on the interaction between people and their intersubjectivity without coercion, free will is a condition for this process.
Methodology	Ideographic	The ideographic method is based on the importance of allowing the subject to reveal his nature and characteristics during the research, an essential posture to analyze collective decision making without coercion based on understanding.

Source: Adapted from Caçado, Pereira & Tenório (2013)

Based on the characteristics shown in table 5, one can start talking about what social management means. When we talk about science and paradigm, we believe that different points of view, practices, theories and concepts related to social management represent an important plurality for the debates and consolidation of the field. In science, these variations come from different theoretical perspectives and the analytical instrument used. This plurality can be seen in table 2, which reveals the authors who theoretically influenced the field of conceptualization on social management, what were their references and, indicate their main contribution.

Table 2: Social management field theoretical influences.

AUTHORS	REFERENCE IN SOCIAL MANAGEMENT	JUSTIFICATION
Alberto Guerreiro Ramos	Tenório (2008a); França Filho (2003; 2008); Caçado (2011); Schmitz Junior et al. (2014)	Debate on rationalities, substantive rationality and overcoming the unilateral view of the market.

AUTHORS	REFERENCE IN SOCIAL MANAGEMENT	JUSTIFICATION
Aníbal Quijano, Edgardo Lander, Fernando Coronil, Walter Mignolo and Enrique Dussel	Martins e Carrión (2012); Juten, Moretto Neto & Garrido (2014).	Discussions on science, Eurocentrism, coloniality and Latin America.
Anthony Giddens	Peres Junior (2013); Peres Junior, Pereira & Oliveira (2013)	Overcoming the dichotomies between micro and macro level; agency and structure through structuring theory.
Axel Honneth	Calado (2012); Bauer & Carrion (2016)	Theory of social recognition and power relations..
Bernardo Kliksberg	Cançado (2011); Cançado, Tenório & Pereira (2011) Tenório & Pereira (2011)	Discussions on development, public policies and social management.
Boaventura de Sousa Santos	Silva & Moretto Neto (2016); Pereira (2012); Justen, Moretto Neto & Garrido (2014)	Discussions on the third sector, knowledge and coloniality.
Hannah Arendt	Pimentel & Pimentel (2010); Cançado (2011); Araújo & Boullosa (2013); Oliveira & Cançado (2015)	Discussion on public and social spheres.
Hilary Putnam and Amartya Sen	Cabral (2007; 2008; 2011); Alcântara et al. (2015)	Debates about emancipation, deliberation, public sphere, dialogicity and rationalities.
Jürgen Habermas	Tenório (2008d); Cançado (2011); Cançado, Pereira & Tenório (2013; 2015); Alcântara (2015); Garcia (2016); Teixeira Cruz (2017)	Debates about emancipation, deliberation, public sphere, dialogicity and rationalities.
Nancy Fraser	Persson & Moretto Neto (2015); Garcia (2016); Persson (2016)	Inequalities and power relations in the public, spheres, conception of counterpublics and relations between strong and weak.
Paulo Freire	Oliveira, Cançado & Pereira (2010); Pinheiro & Cançado (2014); Tenório Kronemberger & Lavinás (2014)	Discussions on autonomy, emancipation, extension and dialogicity.

Source: Adapted from Teixeira Cruz (2017).

Undoubtedly, one of the most important influences for the conceptualization of social management is found in table 2 and goes by the name of Jürgen Habermas, this statement is corroborated by several studies such as Alcântara (2015), Garcia (2016) and Alcântara et al. (2019). Therefore, in order to facilitate the understanding of the concept of social management, this work will now address in more detail some of Habermas' works. More specifically 'The structural transformation of the public sphere' Habermas (1991) and 'The theory of communicative action', volumes I and II Habermas (1981), which according to Alcantara et al. (2019) are the top three Habermas' most cited works as references in social management articles. Despite not being cited too much another important work of Habermas that will also be included in the discussion is 'Habermas on law and democracy' Habermas (1998).

Also according to Alcantara et al. (2019), Habermas' work named Structural Change of the Public Sphere is the most cited by articles in the field of Social Management. However, there are some issues, like an allusion to a concept of deliberative citizenship, which does not exist in the same way in the original work. Nonetheless, other texts address the public sphere as relevant to the field of Social Management. For example, Costa (2011) contextualizes and presents the emergence of the so-called public sphere narrated by Habermas. Then, the author analyzes that the concept of public sphere adopted in the article differs substantially from the historical bourgeois construction, since its meaning is precisely that of recognizing as legitimate and harboring the plurality of positions and manifestations. Other works carry out this kind of description about the formation of the public sphere as made by Costa (2011). Some examples are Oliveira, Cançado & Pereira (2010) and Oliveira, Vilas Boas & Pereira (2013). The critical point of discussions like this is that they considered only the 1962 text by Habermas and there is a lack of elements about how that (bourgeois) sphere can be considered a foundation for the concept of social management.

In a constructive criticism, Alcântara et al. (2015) indicates that on social management papers, there is little mention of Habermas' (1998) book entitled Law and Democracy, a work in which the concept of the public sphere appears reformulated and better elaborated by Habermas himself. In addition to that, in many texts, the public sphere concept appears as given and it is not critically debated nor is discussed the relevance of this category for each context, both historically and locally. On the other hand, Tenório (2005) presents the concept and moves towards expanding the conception of the public sphere in social management, precisely based on Habermas (1998) (Law and Democracy) where he says that the public sphere is the intersubjective and communicative space, in which people address their concerns through mutual understanding. According to him, the public sphere would be that social space in which the dialogical interaction between civil society and the State would take place by deciding on public policies. Additional view of the public sphere in social management including the perceptions found in Law and Democracy by Habermas (1998) can be found in the works of Persson (2016) and Garcia (2016).

The works Theory of Communicative Action - (Vol. I) and Theory of Communicative Action - (Vol. II) (HABERMAS, 1981) are also highly cited in texts about social management. To initiate the examples we have the texts of Tenório (1998, 2006). Villela & Pinto (2009) refer to deliberative citizenship and communicative rationality. Justen, Moretto Neto & Garrido (2014) highlight modernity as an unfinished project in a critical discussion on coloniality. Benson & Allebrandt (2014) argue that language is a source of integration while Garrido & Justen (2014) cite the concepts of communicative action and strategic relationship with the life-world and system. Justen & Moretto Neto (2012) in addition to conceptualizing communicative action and the consensus theory of truth also differentiate communicative and strategic action. It is also possible to find Habermas' theory of communicative action mentions in the texts of Magalhães et al. (2006), Villela & Maia (2009), Izuka, Gonçalves-Dias & Aguerre (2012) and Kronemberger & Guedes (2014).

Notwithstanding the fact that many authors cite Habermas' Theory of Communicative Action, Alcantara et al. (2019) identify an important absence in such texts, a critical lack of conceptual conclusion, that is, the diagnosis of the colonization of the life-world by the system. Thus, they recollect that, according to Habermas (1981), the critical reason for the development of Habermasian theory is to propose the use of the concept of communicative action as a key to the formation of theories. Therefore, achieve the structures of the life-world endowed with intrinsic meanings, and above all the threat that this life-world suffers from bureaucratic and economic imperatives, the dangers that arise from the fact that personal relationships, services and lifetimes are increasingly becoming the object of management like commodities.

To conclude their work by Alcantara et al. (2019) still warns that it is necessary to be careful when reading and making appropriations from Habermas's works, especially when it comes to its use in the applied social sciences. Habermasian concepts are fraught with controversies that have lasted for more than half a century. Thus, concepts such as communicative action, public sphere, emancipation, rationalization, discourse ethics, deliberative politics, are also carried by different criticisms and interpretations and cannot be taken uncritically, especially not without even considering that Habermas recently claimed to be a product of the German culture in an interview to the *El País* newspaper (HERMOSO, 2018). It is also important to point out that, even being aware of these risk situations, this work itself is not entirely free of such problems.

As recently stated by Tenório & Araújo (2020), social management arises, in opposition to strategic management, trying to achieve a fairer society. A society that is democratically articulated in the management of its interests, other than the interests of the market. In other words, it is, therefore, the opposition to strategic management as it, according to Tenório (1998), tries to replace technobureaucratic, monological management by a participatory and dialogical management, one that the decision-making process is exercised amongst different social subjects. Furthermore, the decision-making authority is shared among the participants in the action using a dialogical managerial process. This seminal concept by Tenório (1998) is one of the most cited in the literature on this subject and it assumes Jürgen Habermas' communicative action and the deliberative democracy concept as its analytical premises. Since Habermas' work was already described in the previous paragraphs, it is left only to explain some of the concepts behind deliberative democracy and governance.

The conceptualization and discussion of social management presented by Cançado, Pereira & Tenório (2015) is related to the deliberative action that involves policies and institutional arrangements whose purpose is the common good. This perception has the same sense as deliberative governance proposed by Dryzek (2010). Similar to social management, Dryzek's (2010) concept of deliberative governance addresses elements of actions coordination and legitimacy via deliberation in the relations between market, state and the civil society, taking into account the communicative and democratic process. Therefore, it is arguable that Dryzek's concept of deliberative governance is considerably close to the concept of social management with the Habermasian approach and, therefore, the two concepts complement each other. It is notable that several deliberationist authors, from different generations, influenced the understanding of deliberative governance taking into consideration the differences in discursive aspects, in the legitimacy of collective decisions and in the different interests placed by the public sphere.

Hendriks (2006), for example, conceptualizes the deliberative system as a discursive space composed of different spheres arising from public conversations based on micro, macro or mixed forms of deliberation. In this sense, Hendriks (2009) argues that deliberative governance is based on, or was inspired by, deliberative democracy and, therefore, decisions and actions are legitimized from a public process of rational debates or other forms of expression. For deliberationists, the term deliberation is related to the search for solutions

when there are diverging interests and when it is necessary to seek legitimization for possible agreements. For this reason, some deliberative theories, such as Habermas', are related to the formation of the public sphere, which is part of an unstructured form of communication and involves public speeches by social movements, civil society associations, among others. Following this line of thought, Hendriks (2009) state that, for deliberative democrats, collective decisions cannot be based exclusively on the votes coopting, but must come from a process of rational and public communication in which there is legitimacy via the deliberative participation of different actors with different perspectives. Still on this point, Habermas (2006) argues that legitimacy depends on transparency, equal opportunities, inclusion, exchange of arguments and publicity involving subjects capable of deliberating and participating in the processes of forming opinion and of the public will.

Dryzek (2000) explains that deliberation is part of a communicative process on a political issue in which social actors are informed into the matter and involved in it. In this context and according to Ferreira Silva, Alcântara & Pereira (2016), Dryzek's (2010) concept of deliberative governance is related to the discursive representation of the public sphere and broadens the Habermasian perspective. To recap, according to Hendriks (2009), deliberative governance was inspired by deliberative democracy and refers to a process in which the public legitimizes decisions and actions. Thus, the concept is very close to that of deliberative citizenship referred by Tenório (1998; 2005), as well as being close to the concept of deliberative public administration discussed in Carvalho et al. (2015).

The theoretical influences presented in table 2, especially the studies by Jürgen Habermas and due to the advances in the field of deliberative democracy, culminated in a diversity of concepts for social management. This diversity can be confirmed in the work of Garcia (2016) in which different concepts developed on social management are presented. Table 3 adapted from Garcia's (2016) work presents this multiplicity of ideas chronologically.

Table 3: Multiple social management concepts.

SOURCE	CONCEPT
Tenório (1998, p. 16)	“[...] a more participative, dialogical management, in which the decision-making process is exercised through different social subjects”.
França Filho (2003, p. 04)	“[...] a management method proper to organizations operating in a zone that is not of the market or the State, [...]”.
Tenório (2005, p. 102)	“[...] social management as the dialogical managerial process in which decision-making authority is shared among the participants in the action (action that can occur in any type of social system - public, private or non-governmental organizations). The adjective social qualifying the noun management will be understood as the privileged space for social relations in which everyone has the right to speak, without any kind of coercion”.
Gondim, Fischer & Melo (2006, p. 07)	“[...] a relational act capable of directing and regulating processes through the broad mobilization of actors in decision-making, which results in intra and interorganizational partnerships, valuing decentralized and participatory structures, with the balance between rationality being the norm instrumental and substantive rationality, to at last achieve a collectively planned, viable and sustainable asset in the medium and long term”.

SOURCE	CONCEPT
Cabral (2008, p. 25)	"[...] management that produces public goods and reproduces social values that allow the flourishing of this space articulated by the third sector"
Cançado (2011, p. 205)	"[...] a dialectical process of social organization proper to the public sphere, founded on enlightened self-interest, and which aims at emancipation".
Fischer (2012, p. 118)	"It can be concluded that the management of social development is a mediation process that articulates multiple levels of individual and social power".
Cançado, Pereira & Tenório (2013).	"[...] dialogical managerial action specific to society and to non-state public interest aimed at the common good". "[...] collective decision-making, without coercion, based on the intelligibility of language, on dialogicity, on the understanding clarified as a process, on transparency as an assumption and on emancipation as the ultimate end"
Araújo (2014, p. 88).	"Social management is a field of knowledge and practices related to the ways of managing interorganizations, territories and social relations, being guided by a social ideology and public interest, orchestrating different scales and types of power. The humanitarian logic of public and social interests prevails over the private, individual and monetary interests".
Freitas, Freitas & Ferreira (2016, p. 290)	"Social management, [...], refers to a process in which individuals themselves become social subjects, expressing, in language acts, their demands and desires, and bringing the State closer to the true meaning of the "social" that is moving together with public management".

Source: Adapted from Garcia (2016, p. 62) and Teixeira Cruz (2017, p. 22).

Moreover, with the objective of mapping the main researchers and the main conceptual references on social management, Menon (2016) conducted a study in which he gathered and systematized the main authors and their conceptual perspectives of social management. Table 4 adapted from the cited work presents these authors and their perspectives also chronologically organized.

Table 4: Main authors and their conceptual perspectives on Social Management.

SOURCE	CONCEPT
Fischer (2002)	a transformative mediation process that: articulates multiple scales of individual and societal power; works on the identity of processes, reflecting and creating cultural guidelines; coordinates effective interorganizations; promotes collective action and learning; communicates and disseminates results; is accountable to society; reassesses and recreates strategies with the development process as its target and motivation, considering tangible and intangible, objective and subjective dimensions, which make up complex organizations and institutions.

SOURCE	CONCEPT
Tenório (2005)	The dialogical managerial process in which decision-making authority is shared among the participants in the action (action that can occur in any type of social system - public, private or non-governmental organizations). The adjective social qualifying the noun management will be understood as the privileged space of social relations in which everyone has the right to speak, without any type of coercion.
Boullosa e Schommer (2008)	The process of building social management as an alternative for governance is based on the purpose of promoting advances in management practices for democratization in social relations, through participatory practices and engagement in decisions and practices, in bottom-up decision-making models, privileging the dialogical and relational dimension of management (TENÓRIO, 2002; 2004). By opposing management modes based on hierarchy, control and rationalization, social management would manifest one of its innovation potentials
França Filho (2008)	Social management is configured as a space for the performance of civil society, being, therefore, a non-state public sphere. Social management is the mode of management practiced by organizations that are neither in the market nor in the State, but they often maintain partnership relationships with these spheres for the implementation and execution of certain projects. These organizations do not have economic objectives, and this is configured only as a means to achieve the main goal, which can be linked to culture, politics or ecology, according to the nature of the performance of each organization.
Pereira e Rigatto (2011)	[...] dialogical managerial process in which the conception, elaboration, implementation and evaluation of policies is shared among the participants of the action in the public sphere, where everyone has the right to speak without any type of coercion and make democratic and deliberative decisions.
Cançado (2011)	Collective decision-making, without coercion, based on the intelligibility of language, dialogicity and clarified understanding as a process, transparency as an assumption and emancipation as the ultimate end.
Mendonça, Gonçalves-Dias e Junqueira (2012)	Its object of study is the management of social and environmental problems that need an intersectoral and interorganizational vision, considering its space of articulation in a context of constant democratic strengthening, where multiple actors share interests, visions and actions within a territory.
Araújo (2014)	A field of knowledge and practices related to the ways of managing interorganizations, territories and social relations, being guided by a social ideology and the public interest, orchestrating different scales and types of power. Humanitarian logic, public and social interests prevail over the private, individual and monetary interests. The knowledge produced in the field of Social Management is born from inductive processes of participatory, horizontal, dialogical and democratic management practices that can be developed in different types of organization. The frontier for its applications is defined by the expanding nature of the public sphere and the co-production of the public good.

Source: Adapted from Menon (2016, p. 45-47) and Teixeira Cruz (2017, p. 25).

To conclude this section on social management concepts a statement by Tenorio e Araujo (2020) is assertive. The authors stated that despite the concept of social management is already on the agenda of the Brazilian academy for quite some time, its understanding is not unanimous and the concept is still not fully known in the Brazilian academy itself, let alone in the international context. Notwithstanding, the authors insist that social management, since the early 1990s, has been an opposition and alternative to strategic management. Thus, it is a schism, a heterodox perspective against the mainstream, a concept of resistance not taken as an end in itself or as a goal of politics, but as a beginning and as a possibility, as the relationship between oppression and resistance, with no appeal to the sense of maximum agency of the modern subject.

Therefore, social management does not have a completely closed concept, the truth is that there are several academic conflicts that are important for its growth. However, it can be said that there is a common and convergent point in every work, social management is based on participation. In addition, it still have a flexible delimitation and it is based on the ideal Weberian type as described in Weber (2017). This meaning that it has a path to be followed as a guide, but the end possibly will not be fully achieved, where this path is conducted by some characteristics in a collective decision-making with the characteristics being no coercion, maximum transparency, intelligibility, dialogicity and, aiming at emancipation.

4. METHODOLOGY

Among the different formats for a review, the present study is characterized as a bibliometric analysis of scientific articles, or simply bibliometry. Bibliometrics primarily uses quantitative techniques to analyze academic production through citations, co-citations, authorship, co-authorship, keywords, journals, evolution and distribution of the bibliography (Pinto, Serra, & Ferreira, 2014).

To organize the data collection, selection, and analysis this work uses an approximation of the bibliometric analysis framework developed by Prado et al. (2016), presented in the table 5. The prerogative of this model is to clearly present to the reader each step and criteria adopted, and, to avoid errors resulting from inappropriate procedures in data collection.

Table 5: Organization framework of bibliometric analysis.

SOURCE	CONCEPT
1 – Research Operationalization	1.1 Choice of scientific bases or journals 1.2 Demarcation of the terms that represent the field
2 – Operationalization of the search (Search and Filtering)	2.1 Title (definition of terms) 2.2 Use of double quotes 2.3 Filter 1: All types of documents 2.4 Filter 2: All Languages 2.5 Filter 3: Every year available 2.6 Filter 4: Delimitation by research area
3 – Procedures for selection and organization	3.1 Download of references in electronic spreadsheet format 3.2 Download of references for CiteSpace software input 3.3 Organization of analysis matrix in electronic spreadsheet 3.4 CiteSpace data import for analysis

SOURCE	CONCEPT
4 – Scientific production analysis	4.1 Analysis of the volume of publications and time trends 4.2 Production analysis by country 4.3 Analysis of article authorship (authors who publish most) 4.4 Analysis of most cited articles

Source: Adapted from Prado et al. (2016).

According to the bibliometric analysis framework presented, the first step to operationalize the research was to choose the database, which in this case came from Thomson Reuters' Web of Science website. Two databases from the site were used:

1) Web of Science Core Collection (1945-present)

A world's leading database to search for scholarly journals, books, and proceedings in the sciences, social sciences, and arts and humanities (Clarivate, 2019).

2) SciELO Citation Index (2002-present)

A database that provides scholarly literature in sciences, social sciences, and arts and humanities published in leading open access journals from Latin American, Portugal, Spain, and South Africa (Clarivate, 2019).

It is important to emphasize that the delimitation for the use of the website Web of Science is justified by the fact that a standardization of the publications is necessary. Other than that the reliability of the database was also an important factor (Pinto et al., 2014). The limits of using this type of tool were considered, but the database was chosen mainly due to the objectives of this work, which relates to the internationalization of the term social management.

Then the English term social management was defined as the search term. The term was surrounded by double quotation marks so that only results with the words in the desired sequence would appear. Then it was defined that the searches would find only productions that contained the term in the title of the publication. This was necessary so that only articles that really used social management as a focus were found. The search was done right before the beginning of the year 2020.

The following filters were used:

- All Types of Documents (article, conference, books)
- All languages - Many works on other languages were found because they had titles and abstracts in more than one language.
- All years - to detect older works and the growth of publications related to the term.
- Filter by Research Area - The only filter that was necessary to use was the research area filter. This is important because there was a lot of work not even related to Social Sciences in any matter and

needed to be automatically excluded from the results. Thus, four research areas were selected; Public Administration, Business Economics, Social Science and Sociology and all the others were not included unless they had a combination with one of the selected areas.

The following results were generated:

- From Web of Science Core Collection
- Search used = "social management"
- Results: 251
- After filtering by research area:
- Final Results: 155

Where:

- 62 for Public Administration;
- 50 for Business Economics;
- 33 for Social Sciences Other Topics;
- 24 for Sociology;

Results: 155
(from Web of Science Core Collection)

You searched for: ti = "social management"

Refined by: RESEARCH AREAS: (PUBLIC ADMINISTRATION OR BUSINESS ECONOMICS OR SOCIAL SCIENCES OTHER TOPICS OR SOCIOLOGY)

Timespan: All years. **Indexes:** SCI-EXPANDED, SSCI, A&HCI, CPCI-S, CPCI-SSH, ESCI.

The categories sum (169) is greater than the total (155) because an article can be in more than one area.

- From SciELO Citation Index
- Search used: ti = "social management" Results: 49
- After filtering by research area:
- Final Results: 37

Where:

- 06 for Public Administration;
- 32 for Business Economics;
- 00 for Social Sciences Other Topics;
- 07 for Sociology;

Results: 37
(from SciELO Citation Index)

You searched for: ti = "social management"

Refined by: RESEARCH AREAS: (BUSINESS ECONOMICS OR SOCIOLOGY OR PUBLIC ADMINISTRATION)

Timespan: All years.
Indexes: SCIELO.

Similarly, the categories sum (45) is greater than the total (37) because an article can be in more than one area.

Finally, all the information was downloaded to be exported to Excel and CiteSpace.

5. ANALYSIS AND RESULTS

5.1 ANALYSIS OF THE VOLUME OF PUBLICATIONS AND TIME TRENDS

The first analysis was done by showcasing a graph with the volume of publications found, Figure 1 shows the scientific production on social management over time. It is clear that the topic is on the rise, as the average growth rate was approximately 34.5%, compared to the average growth rate of science in general, which ranges from 8 to 9% according to Bornmann and Mutz (2015).

Figure 1: Volume of publications and time trends.



Source: Elaborated by the authors, 2019.

The first work found was published in 1967 in a Czech Journal named Czech Sociological Review. The paper was written in Czech and was originally entitled *podstata společenského řízení*, or in English, the essence of social management, published by Josef

L. Porket (1967), Bratislava Institute of Economics and Construction Organization. According to the article the essence of Social Management is the essence of the management of social organizations, and it stems from the nature of these organizations. Each social organization is essentially characterized by a specific purpose, aware of that purpose and consciously adjusted to reciprocal relations between its members. Therefore, it can be defined as the coordination of human efforts to achieve a defined collective objective. This coordination is never completed, but it is a constant process of adaptation to change, and for this reason it is also a dynamic phenomenon, not a static one.

Since then, the term appears several times in titles of international papers indexed by either Web of Sciences Core Collection or SciELO Citation Index, more precisely 192 times until the beginning of the year 2020. Despite the fact that term appeared much earlier in the social sciences field, according to Cançado, Tenório, & Pereira (2011) and Tenório (2012), the main clue on how the term emerged came up from the text of Giorgio Roveda (1985) which deals with self-managed experiences in the Spanish civil war. Nonetheless, on Roveda's (1985) text, social management appears with the meaning of proletarian democracy for locals. However, the term is also used to describe the management of collective farms in the communist Soviet Union, also known as *Sovkhoz*.

Regarding the quantity of publications, we can highlight the period from 2011 to 2015, with 95 international publications on social management. The years 2011 and 2013 were the most outstanding, with 21 articles each. Followed by 2012 and 2014 with 18 papers each, and 2015, with 17 published articles alone. After that period, the publication has gone down with an average of about 10 articles per year between 2015 and 2019. Figure 1 shows the complete history of publications on the topic. Despite having a decline in recent years, it is clear that the topic is on the rise with an average growth rate of approximately 34.5%, especially compared with the average growth rate of science in general, which ranges from 8 to 9% according to Bornmann & Mutz (2015).

5.2 PRODUCTION ANALYSIS BY COUNTRY

Both table 6 and figure 2 presents information on the countries that stood out regarding the number of publications on social management. It is possible to notice that China and Brazil are the nations with the largest volume of publications on that subject. China represented with a total of eighty-three articles published, while Brazil has forty-two articles. While this is true and fact according to the data gathered, these countries usually have different approaches to the use of the term. Often the term is not used to refer to the concept of social management as studied by Brazilian Researchers. This different approach to the same term was kept on purpose to check divergent uses of the term and how strong the Brazilian concept is outside the country.

It is important to notice a line connecting Brazil and Spain and no connection between other countries. This link represents the expansion of the term beyond Brazil itself, such expansion can and should be strengthened with partnerships and collaborative work. Eventhough other countries do not have this connection among themselves, it is possible to find a British work such as Irwin, Georg, and Vergragt (1994) where the term social management is considering a perspective on sustainable development which emphasizes citizen-led initiatives which somehow closely relates to the Brazilian concept. But as we progress with this analysis it will be possible to verify how Chinese approach diverge from what Brazilians understand of social management.

Table 6: Publications by Country.

COUNTRY	VOLUME OF PUBLICATIONS
China	83
Brazil	42
Spain	7
Russia	6
England	4
Venezuela	4

Source: Elaborated by the authors, 2020.

Figure 2: Country network visualization.



Source: Elaborated by the authors, 2020.

5.3 ANALYSIS OF ARTICLE AUTHORSHIP AND MOST PROLIFIC AUTHORS.

In order to identify the most prolific authors in the field Table 7 was constructed and is presented below. All the authors that had published at least three papers on the subject were shown. Overall, 371 authors were identified and linked to a total of 192 articles analyzed (155 WoS Core and 37 WoS Scielo). It is notable the strong presence of several Brazilian researchers including the ranking leader José Roberto Pereira. Following Pereira, the table also reveals other two Brazilian authors tied for second place, Airton Cardoso Caçado and Luís Moretto Netto with four publications each. Valderí de Castro Alcântara, Carlos Eduardo Justen and Fernando Guilherme Tenório also represent the country with three publications each. Among these authors only one Chinese researcher is found, Zhang with four publications. Table 8 was adapted from Menon and Coelho's (2019) work who did a study on social management as a field of knowledge exclusively in Brazil and also show Pereira leading the charts followed by Caçado.

Table 7: Publications by Country.

#	AUTHORS	AMOUNT OF PUBLICATIONS	FREQUENCY (AUTHORSHIPS)	FREQUENCY (ARTICLES)
1 st	Pereira, José Roberto	9	2,43%	4,69%
2 nd	Caçado, Airton Cardoso	4	1,08%	2,08%
2 nd	Moretto Neto, Luís	4	1,08%	2,08%
2 nd	Zhang, Z	4	1,08%	2,08%
3 rd	Alcântara, Valderí de Castro	3	0,81%	1,56%
3 rd	Justen, Carlos Eduardo	3	0,81%	1,56%
3 rd	Tenório, Fernando Guilherme	3	0,81%	1,56%
Total Authors Identified		371		
Total Articles		192		

Source: Elaborated by the authors, 2020.

Table 8: Most prolific social management authors on the Brazilian scene

#	AUTHORS	AMOUNT OF PUBLICATIONS	CURRENT EDUCATIONAL INSTITUTION
1 st	Pereira, José Roberto	49	UFLA
2 nd	Caçado, Airton Cardoso	32	UFT
2 nd	Ferreira, Marco Aurélio Marques	32	UFV
3 rd	Junqueira, Luciano Antonio Prates	28	PUC-SP

Source: Adapted from Menon & Coelho (2019).

5.4 ANALYSIS OF MOST CITED ARTICLES

Table 9 points out the top ten most cited works among all the 192 published articles. In this sense, we highlight Huq, Chowdhury and Klassen's (2016) work, which in only three years since first published, has been cited 39 times. Right after there is Paes de Paula's (2005) paper, which had 35 citations, followed by Irwin, Georg and Vergragt's (1994) work, with 18 citations. Many other Brazilian titles were among the top ten, and all of them, despite having multi-language titles and abstracts, were only fully published in Portuguese. Huq et al. (2016) work, however, is a full English paper that does not focus on social management as Brazilians commonly use it. This is an indicative that even with the high amount of publication from Brazilian authors, and years of progress in the social management concept, the most cited article in the management area of Web of Science that contains social management in its title, is not an article that could be fully considered for a research in the social management field of studies done by Brazilian.

Table 3: List of most cited international works on social management.

TITLE	AUTHORS (YEAR)	JOURNAL	CITATIONS
Social management capabilities of multinational buying firms and their emerging market suppliers: An exploratory study of the clothing industry	Huq, Chowdhury, Klassen (2016)	Journal of Operations Management	39
Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social	Paes de Paula (2005)	Revista de administração de empresas	35
The social management of environmental change	Irwin, Georg, Vergragt (1994)	Futures	18
The anatomy of modern technology: prolegomenon to an improved public policy for the social management of technology	Hannay, McGinn (1980)	Daedalus	15
The social management of ambition	McClelland (1990)	Sociological Quarterly	13
Administração pública e gestão social: a produção científica brasileira entre 2000 e 2005	Hocayen-da-Silva, Rossoni, Ferreira Júnior (2008)	Revista de Administração Pública	11
Gestão social: reflexões teóricas e conceituais	Cançado, Tenório, Pereira (2011)	Cadernos EBAPE.BR	10

TITLE	AUTHORS (YEAR)	JOURNAL	CITATIONS
The bounded welfare pluralism: public-private partnerships under social management in China	Shi (2017)	Public Management Review	10
Aspectos estruturais da cooperação entre pesquisadores no campo de administração pública e gestão social: análise das redes entre instituições no Brasil	Rossoni, Hocay-en-da- Silva, Ferreira Júnior(2008)	Revista de Administração Pública	8
Gestão social e esfera pública: aproximações teóricoconceituais	Oliveira, Cançado, Pereira (2010)	Cadernos EBAPE.BR	7

Source: Elaborated by the authors, 2020.

6. FINAL THOUGHTS AND FUTURE WORK

In order to conclude this article, it is important to understand how this work can not only help researchers starting in the field of social management to orient themselves as well as demonstrate the importance of expanding, collaborating and sharing knowledge with other regions of the world. It is crystal clear how the Brazilian works presented here had, and still have, great importance for the development of the whole concept of social management that serves as the foundation for the national meeting of researchers in social management (ENAPEGS). Not to mention the value for the entire network of researchers on the subject. However, we believe that the theory is already mature enough to be published in other languages, especially English, and also to appear more consistently in international journals and conferences. Analysis such as the production by country and the table showing the most cited work suggest that much needs to be done for the Social Management field to be seen internationally with the same strength as it is seen in the Brazilian scenario. On the other hand, the connection between Spain and Brazil already shows some progress towards the internationalization of the area.

As mentioned in the methodology, this work is not intended to be qualitative, and for that reason it does not focus on finding out what exactly is the term social management being used for. But rather to check if it is being used according to the theories developed mainly by Brazilian researchers on the subject. However, this can be considered a limitation of this work that could be better analysed in future work. Another approach suggested as future work is the use of different data bases to investigate even further the publications on the subject or even the use of the same methodology using different filters and fields of study.

REFERENCES

- ALCÂNTARA, V. C. et al. Mundo-da-vida e Sistema: refletindo sobre o locus da gestão social e suas tensões. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 18, 2015, São Paulo. Anais [...], São Paulo: SemeAd, 2015.
- ALCÂNTARA, V. C. et al. Quo vadis: diálogos da gestão social com obras de Jürgen Habermas (1998-2014). Desenvolvimento em Questão, v. 17, p. 24/47-45, 2019.
- ALCÂNTARA, V. C. Mundo-da-vida e sistema: o locus da gestão social sob a abordagem habermasiana. 2015. 421 p. Dissertation (Administration Master Dissertation) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015.
- ALCÂNTARA, V. C. Práticas de gestão das águas minerais e os movimentos deliberativos da gestão social no circuito das águas no sul de Minas Gerais. 2018. 235 p. (Administration Ph.D. Thesis) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2018.
- ALCÂNTARA, V. de C.; PEREIRA, J. R.; VIEIRA, K. C. Práticas de gestão social das águas minerais: um estudo no município de Cambuquira, Sul de Minas. Agenda Política, v. 6, n. 3, p. 35-53, 2018.
- ARAÚJO, E. T. (In) consistências da gestão social e seus processos de formação: um campo em construção. 2012. Thesis (Social Service Ph.D. Thesis) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ARAÚJO, E. T. Gestão social. In: BOULLOSA, R. F. Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014.
- ARAÚJO, E. T.; BOULLOSA, R. Esfera pública, esfera social e gestão social: aproximações epistemológicas e ontológicas. In: Conferência Regional de ISTR para a América Latina y Caribe, 9, 2013, Chile. Anais [...], Santiago: ISTR, 2013.
- BAUER, M. A. L.; CARRION, R. da S. M. Conflitos na gestão social do território: uma análise a partir da organização dos ilhéus em Porto Alegre. Cadernos EBAPE. BR, v. 14, n. 3, p. 821-835, 2016.
- BENSON, A.; ALLEBRANDT, S. L. Comunicação e informação no Programa Territórios da Cidadania: o caso do Território da Cidadania Noroeste Colonial. Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 16, p. 247-261, 2014.
- BORNMANN, L.; MUTZ, R. Growth rates of modern science: A bibliometric analysis based on the number of publications and cited references. Journal of the Association for Information Science and Technology, v. 66, n. 11, p. 2215-2222, 2015.
- BOULLOSA, R. de F. Contribuições conceituais e metodológicas para a avaliação de processos e práticas de gestão social a partir das perspectivas da policy analysis e da abordagem social da aprendizagem. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 11, 2009, Salvador. Anais [...]. Salvador: CIAGS/UFBA, 2009.
- BOULLOSA, R. de F.; SCHOMMER, P. C. Gestão social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um enigma de Lampedusa? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 3, 2009, Juazeiro/Petrolina. Anais [...]. Juazeiro/Petrolina: NIGS/UNIVASF, 2009.
- BOULLOSA, R. de F.; SCHOMMER, P. C. Limites da natureza da inovação ou qual o futuro da gestão social? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32, 2008, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: Ortiz, Renato (org.) Pierre Bourdieu: Sociologia.(pp. 122–155) São Paulo: Editora Ática. 1994.

BURRELL, G.; MORGAN, G. Sociological paradigms and organizational analysis. London: Aldershot, Gower, 2006.

CABRAL, E. H. de S. A gestão social do terceiro setor e suas dualidades. Revista Administração Em Diálogo, v. 10, n. 2, p. 21-34, 2008.

CABRAL, E. H. de S. Atributos do Espaço Público: Um Referencial de Avaliação no Terceiro Setor. In: Conferência Regional de ISTR para América Latina y el Caribe, 8, 2007, Salvador. Anais [...], Salvador: ISTR y CIAGS/UFBA, 2007.

CABRAL, E. H. de S. Valores e espaço público: referenciais e instrumentos para a avaliação de projetos sociais. Revista de Administração Pública, v. 45, n. 6, p. 1915-1941, 2011.

CALADO, F. M. Conselheiros municipais e vereadores: luta por reconhecimento na esfera pública. Dissertation (Public Administration Master Dissertation) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro. 2012.

CANÇADO, A. C. Fundamentos Teóricos da Gestão Social. 2011. 246 p. Thesis (Administration Ph.D. Thesis) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

CANÇADO, A. C. Gestão social: um debate para a construção do campo. NAU Social, v. 4, n. 6, p. 191-209, 2013.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. Gestão Social: epistemologia de um paradigma. 1. ed. Curitiba: CRV, 2013.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. Gestão Social: epistemologia de um paradigma. 2. ed. Curitiba: CRV, 2015.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Social management: theoretical and conceptual reflections. Cadernos EBAPE.BR, 9(3). 2011.

CARVALHO, F. C. C. et al. “Juntos Faremos”: Deliberação como Alternativa de Gestão na Administração Pública. Administração Pública e Gestão Social, p. 63-71, 2015.

CLARIVATE A. Web of Science Databases. Retrieved from webofknowledge.com. 2019.

COSTA, P. A. Sistema Local de Inovação em Economia Solidária: embrião de processos de desenvolvimento territorial. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 7, n. 1, p. 153-173, 2011.

DRYZEK, J. S. Deliberative democracy and beyond: Liberals, critics' contestations. Oxford: Oxford University Press, 2000.

DRYZEK, J. S. Foundations and frontiers of deliberative governance. Oxford: Oxford University Press, 2010.

FERREIRA SILVA, E. A.; ALCÂNTARA, V. de C.; PEREIRA, J. R. Governance and Public Sphere about Urban Solid Waste within the Municipal Scope. Administração Pública e Gestão Social, v. 8, n. 3, p. 137-146, 2016.

- FISCHER, T. Gestão social do desenvolvimento de territórios. *Revista Psicologia*, v. 12, n. 1, p. 113-119, 2012.
- FISCHER, T. M. D. Poderes locais, desenvolvimento e gestão – uma introdução a uma agenda. In FISCHER, T. M. D. (Org.). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, p.12-32, 2002.
- FRANÇA FILHO, G. C. de. Definindo Gestão Social. In: SILVA JR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C. *Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.
- FRANÇA FILHO, G. C. de. Gestão Social: um conceito em construção. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 9, 2003, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2003.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogy of the oppressed*. Bloomsbury publishing, 2018.
- FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; FERREIRA, M. A. M. Gestão social como projeto político e prática discursiva. In: VI ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2014, Belo Horizonte. *Anais [...]*, Belo Horizonte: ANPAD, 2014.
- GARCIA, A. S. Esferas públicas como uma categoria fundante da gestão social. 273p. Dissertation (Administration Master Dissertation) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2016.
- GARCIA, A. S. et al. Aprofundamento das esferas públicas para a gestão social: caminhos para uma reconstrução empírico-descritiva e normativa. *Cadernos EBAPE. BR*, v. 16, n. 2, p. 163-185, 2018.
- GARRIDO, P. O.; JUSTEN, C. E. Incubadoras de gestão social e gestão universitária: possibilidades e contribuições a partir de análise comparativa. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, v. 3, p. 133-151, 2014.
- GONDIM, S.; FISCHER, T. M. D.; MELO, V. P. Formação em Gestão Social: um olhar crítico sobre a experiência de pós-graduação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (EnANPAD), 30, 2006. *Anais [...]*, Salvador: ANPAD, p. 1-16, 2006.
- HABERMAS, Jürgen et al. *Habermas on law and democracy: critical exchanges*. Univ of California Press, 1998.
- HABERMAS, Jürgen. *A nova obscuridade*. São Paulo: Unesp, 2015.
- HABERMAS, Jürgen. Political communication in media society: Does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. *Communication theory*, v. 16, n. 4, p. 411-426, 2006.
- HABERMAS, Jürgen. *The structural transformation of the public sphere: An inquiry into a category of bourgeois society*. MIT press, 1991.
- HABERMAS, Jürgen. *The theory of communicative action*, vol. 1, vol. 2, Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1981.
- HANNAY, N. B.; MCGINN, R. E. The anatomy of modern technology: prolegomenon to an improved public policy for the social management of technology. *Daedalus*, p. 25-53, 1980.
- HENDRIKS, C. M. 2006. Integrated deliberation: reconciling civil society's dual role in deliberative democracy. *Political Studies*, v.54, n.3, pp.486-508, 2006.

HENDRIKS, C. M. Deliberative governance in the context of power. *Policy and Society*, v. 28, p. 173-184, 2009.

HERMOSO, B. Jürgen Habermas: “Não pode haver intelectuais se não há leitores”. *El País*, 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/25/eps/1524679056_056165.html. Accessed on: 18 dec. 2020.

HOCAYEN-DA-SILVA, A. J.; ROSSONI, L.; FERREIRA JÚNIOR, I.. Administração

pública e gestão social: a produção científica brasileira entre 2000 e 2005. *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 4, p. 655-680, 2008.

HUQ, F. A.; CHOWDHURY, I. N.; KLASSEN, R. D. Social management capabilities of multinational buying firms and their emerging market suppliers: An exploratory study of the clothing industry. *Journal of Operations Management*, v. 46, p. 19-37, 2016.

IIZUKA, E. S.; GONÇALVES-DIAS, S. L. F. G.; AGUERRE, P. Reflexões sobre o

desenvolvimento territorial sustentável, gestão social e cidadania deliberativa: o caso da bacia do Rio Almada (BA). *Revista de Administração Pública*, v. 46, n. 6, p. 1.599-1.623, 2012.

IRWIN, A.; GEORG, S.; VERGRAGT, P. The social management of environmental change. *Futures*, v. 26, n. 3, p. 323-334, 1994.

JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L. Do economicismo à dialogicidade: as contribuições do paradigma da ecologia profunda e da noção de gestão social para a temática da sustentabilidade empresarial. *Cadernos EBAPE. BR*, v. 10, n. 3, p. 736-750, 2012.

JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L.; GARRIDO, P. O. Para além da dupla

consciência: Gestão Social e as antessalas epistemológicas. *Cadernos EBAPE. BR*, v. 12, p. 237-251, 2014.

KRONEMBERGER, T. S.; GUEDES, C. A. M. Desenvolvimento territorial rural com gestão social: um estudo exploratório entre Brasil e Argentina. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 16, n. 2, p. 233-246, 2014.

MAGALHÃES, Ó. A. V. et al. (Re)Definindo a sustentabilidade no complexo contexto da gestão social: reflexões a partir de duas práticas sociais. *Cadernos EBAPE. BR*, v. 4, n. 2, p. 1-17, 2006.

MAIA, M. Gestão Social – Reconhecendo e construindo referenciais. *Textos & Contextos*, n. 4, p. 1-18, 2005.

MARTIN-ORTEGA, J. et al. *Water ecosystem services: a global perspective*. UNESCO Publishing, 2015.

MARTINS, B. V.; CARRION, R. M. Gestão Social: um olhar a partir de Perspectivas Latino-Americanas. *EnAPG 2012*, 2012.

MCCLELLAND, K. E. The social management of ambition. *Sociological Quarterly*, v. 31, n. 2, p. 225-251, 1990.

MENDONÇA, P. M. E.; GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; JUNQUEIRA, L. A. P. Gestão

Social: notícias sobre o campo de estudos e práticas a partir das interações e debates do VI Enapegs. *Revista de Administração Pública*, v. 46, 2012.

MENON, I. de O.; COELHO, F. de S. Gestão social como campo do saber no Brasil: uma investigação de sua produção científica pela Modelagem de Redes Sociais (2005-2015). *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 24, n. 79, 2019.

MENON, I. O. Gestão Social como campo do saber no Brasil: uma análise de sua produção científica pela modelagem de redes sociais (2005-2015). 2016. 168 f. Dissertation (Public Policy Management Master Dissertation) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, A.; CANÇADO, A. C. Platão e a Gestão da Sociedade: Contribuições da Politeia à Gestão Social. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v. 4, n. 1, 2015.

OLIVEIRA, L. C.; VILAS BOAS, A. A.; PEREIRA, J. R. Aspectos metodológicos em gestão social: o processo de criação de uma reserva extrativista no litoral sul de Santa Catarina. *NAU Social*, v. 3, p. 121-139, 2013.

OLIVEIRA, V. A. R.; CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R. Gestão social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 8, p. 613-626, 2010.

PAES DE PAULA, Ana Paula. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. *Revista de administração de empresas*, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005.

PEREIRA, J. R.; RIGATTO, S. H. Gestão social de políticas públicas no contexto das relações entre Estado e sociedade moderna. *Gestão social de políticas públicas*. Lavras: Ed. UFLA, 2011.

PEREIRA, José Roberto. *Diagnóstico Participativo: o método DRPE*. Tubarão: Perito, 2017.

PERES JUNIOR, M. R. Gestão Social sob a ótica da Teoria da Estruturação. Thesis (Administration Doctorate Thesis) - Universidade Federal de Lavras, Lavras. 2013.

PERES JÚNIOR, M. R.; PEREIRA, J. R.; OLIVEIRA, L. C. Gestão Social sob a lente estruturacionista. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, v. 14, n. 6, p. 18-49, 2013.

PERSSON, E. Burocracia, ideologia e gestão social: uma abordagem crítica à luz da categoria habermasiana da esfera pública. 2016. 353 f. Dissertation (Administration Master Dissertation) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

PERSSON, E.; MORETTO NETO, L. Implicações da apropriação da noção habermasiana de esfera pública na gestão social à luz das refrações da burocracia. In: *Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, 39, 2015, Belo Horizonte. *Anais [...]*, Belo Horizonte: ANPAD, 2015.

PIMENTEL, M. P. C.; PIMENTEL, T. D. Gestão social e esfera pública: noções e apropriações. In: *Congresso Virtual Brasileiro-Administração*, 2010. *Anais [...]*, Convibra, 2010.

PINHEIRO, L. S.; CANÇADO, A. C. Contribuições para a Construção do Conceito de Emancipação e suas Implicações para o Campo da Gestão Social. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v. 3, n. 2, 2014.

PINTO, Claudia Frias; SERRA, Fernando Ribeiro; FERREIRA, Manuel Portugal. A bibliometric study on culture research in International Business. *BAR-Brazilian Administration Review*, v. 11, n. 3, p. 340-363, 2014.

PRADO, José Willer et al. Multivariate analysis of credit risk and bankruptcy research data: a bibliometric study involving different knowledge fields (1968---2014). *Scientometrics*, v. 106, n. 3, p. 1007-1029, 2016.

ROSSONI, L.; HOCAYEN-DA-SILVA, A. J.; FERREIRA JÚNIOR, I. Aspectos

estruturais da cooperação entre pesquisadores no campo de administração pública e gestão social: análise das redes entre instituições no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 6, p. 1041-1067, 2008.

ROUTLEDGE, P. Convergence space: process geographies of grassroots globalization networks. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 28, n. 3, p. 333-349. 2003.

ROVIDA, G. A revolução e a guerra na Espanha. In: HOBBSAWN, Eric J. (Org.) *História do marxismo VI: o Marxismo na época da Terceira Internacional; A Internacional Comunista de 1919; As Frentes Populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003, 178p.

SCHMITZ JUNIOR, S. et al. O legado do pensamento de Alberto Guerreiro Ramos para a Gestão Social. *Revista Gestão Organizacional*, v. 7, n. 3, 2014.

SHI, S. J. The bounded welfare pluralism: public-private partnerships under social management in China. *Public Management Review*, v. 19, n. 4, p. 463-478, 2017.

SILVA, A. E. F. A., PRADO, J. W., ALCÂNTARA, V. C., TONELLI, D. F., &

PEREIRA, J. R. Public Opinion: Bibliometric Analysis for The Systematization of Trends. *HOLOS*, v. 34, n. 4, p. 2-30, 2018.

SILVA, R. R. C. C.; MORETTO NETO, L. A Gestão Social a Partir do Olhar Crítico da Sociologia das Ausências e da Sociologia das Emergências de Boaventura de Souza Santos. *Administração Pública e Gestão Social*, p. 27-37, 2016.

TEIXEIRA CRUZ, E. S. et al. Gestão da água como common pool resource: revisão integrativa a partir de Elinor Ostrom. In: *Seminários em Administração - SEMEAD*, 21, São Paulo, 2018. *Anais[...]*, 2018.

TEIXEIRA CRUZ, E. S. et al. Método DRPE y manejo sostenible de agua mineral en Cambuquira, Minas Gerais, Brasil. *Espacio abierto: cuaderno venezolano de sociología*, v. 29, n. 3, p. 201-220, 2020.

TEIXEIRA CRUZ, E. S. *Gestão Social da água mineral no município de Cambuquira - Minas Gerais*. 186 p. Dissertation (Administration Master Dissertation) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017.

TENÓRIO, F. G. (Re)Visitando o conceito de gestão social. *Desenvolvimento em Questão*, v. 3, n. 5, p. 101-124, 2005.

TENÓRIO, F. G. (Re)visitando o conceito de Gestão Social. In: SILVA JR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C.; SCHOMMER, P. C. *Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008d.

TENÓRIO, F. G. A trajetória do programa de estudos em gestão social (PEGS). In SILVAJR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C.; SCHOMMER, P. C. *Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008c.

TENÓRIO, F. G. Gestão social, um conceito não-idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento. *Gestão social: aspectos teóricos e aplicações*. Ijuí: Ed. Unijuí, p. 23-36, 2012.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. *Revista de Administração Pública*, v. 32, n. 5, p. 7 a 23-7 a 23, 1998.

TENÓRIO, F. G. Gestão Social: uma réplica. In RIGO, A. S.; SILVA JÚNIOR, J. T.; SCHOMMER, P. C.; CANÇADO, A. C. *Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: Ações, Articulações e Agenda*. Recife: UNIVASF, 2010.

TENÓRIO, F. G. *Tem razão a administração?* 3 Ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008a.

TENÓRIO, F. G. *Tem razão a administração? Ensaios de teoria organizacional e gestão social*, Ijuí: Unijuí, 2002.

TENÓRIO, F. G. *Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado*. 3 Ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008b.

TENÓRIO, F. G. *Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado: ensaios sobre gestão social*. Ijuí: Editora Unijuí, 2ª ed. 2004.

TENÓRIO, F. G.; ARAÚJO, E. T. de. Reinforcing the concept of social management. *Cadernos EBAPE. BR*, v. 18, n. 4, p. 891-905, 2020.

TENÓRIO, F. G.; KRONEMBERGER, T. S.; LAVINAS, L. V. *Gestão Social, Extensão*

e Teologia da Libertação: uma análise a partir de um projeto junto a comunidades. *Revista de Ciências da Administração*, v. 16, n. 39, p. 224-235, 2014.

TOCQUEVILLE, A. *Democracy in America*. Regnery Publishing, 2003.

VILLELA, L. E.; MAIA, S. W. Formação histórica, ações e potencial da gestão social no APL de turismo em Visconde de Mauá RJ/MG. *Revista Adm. Made*, v. 13, p. 34-47, 2009.

VILLELA, L. E.; PINTO, M. C. S. Governança e gestão social em redes empresariais: análise de três arranjos produtivos locais (APLs) de confecções no Estado do Rio de Janeiro. *Revista de Administração Pública*, v. 43, p. 1.067-1.089, 2009.

WEBER, Max. *Methodology of social sciences*. Routledge, 2017.

GT 2: Economia Solidária, Bens Comuns e Inovação Social





Líderes:

- Genauto Carvalho de França Filho (UFBA)
- Ian Requião de Castro (UFBA)
- Marconi Tabosa de Andrade (UFAL)
- Phillippe Eynaud (Paris 1 - Panthéon-Sorbonne)
- Sandro Silva (IPEA)





A BUSCA PELA INCLUSÃO VIA ECONOMIA SOLIDÁRIA: O CASO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

*THE SEARCH FOR INCLUSION VIA SOLIDARY ECONOMY: THE CASE OF RECYCLABLE
MATERIALS*

Raquel Maria da Costa Silveira Docente do Departamento de
Políticas Públicas - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
raquelmcsilveira@hotmail.com



RESUMO

Em 2010, entrou em vigor, no Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei Federal nº 12.305). A partir dela, foi explicitada a competência dos municípios para o planejamento e a gestão integrada dos resíduos sólidos, devendo este ente prever a integração dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis nos programas de coleta seletiva. A PNRS apresenta, enquanto modelo para a inclusão social, a formação de organizações autogestionárias (cooperativas e associações) e a contratação para a operacionalização da coleta seletiva. A presente pesquisa objetiva estudar os avanços e desafios para a inclusão social de catadores de materiais recicláveis à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Foram realizados estudos de casos em organizações de catadores de materiais recicláveis no Rio de Janeiro (RJ), em Curitiba (PR) e em Natal (RN) a partir de indicadores de sustentabilidade elaborados pela Funasa, em 2017. Foi possível, ainda, analisar o perfil das lideranças que estavam à frente das organizações no momento de realização da pesquisa. Verificou-se a permanência de desafios relacionados ao trabalho com os resíduos, bem como que o perfil da liderança pode ser fundamental para a inclusão desejada.

Palavras-chave: Política Nacional de Resíduos Sólidos. Catadores de Materiais Recicláveis. Autogestão. Associações. Cooperativas.

ABSTRACT

In 2010, the National Solid Waste Policy - PNRS (Federal Law No. 12,305) came into force in Brazil. From this, the municipalities' competence for planning and integrated management of solid waste was explained, and this entity should foresee the integration of recyclable and reusable material collectors in the selective collection programs. The PNRS presents, as a model for social inclusion, the formation of self-managed organizations (cooperatives and associations) and the contracting for the operationalization of selective collection. This research aims to study the advances and challenges for the social inclusion of recyclable material collectors in the light of the National Solid Waste Policy. Case studies were carried out in organizations of recyclable material collectors in Rio de Janeiro (RJ), Curitiba (PR) and Natal (RN) using sustainability indicators prepared by Funasa in 2017. It was also possible to analyze the profile of the leaders who were at the head of the organizations at the time of the research. It was found that challenges related to working with residues persist, as well as that the leadership profile can be fundamental to the desired inclusion.

Keywords: National Solid Waste Policy. Recyclable Material Pickers. Self-management. Associations. Cooperatives.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta os resultados de pesquisa de doutorado finalizada em 2019, que teve como objeto a inclusão de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis à luz do modelo instituído pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS – Lei Federal nº 12.305/2010).

A PNRS aponta diretrizes para a implementação de políticas públicas aptas a solucionar um problema ambiental antigo e de grandes proporções no Brasil: o descarte inapropriado de resíduos sólidos a céu aberto. Entretanto, o que parece ser uma norma de cunho ambiental, carrega um teor social ao disciplinar o modelo para inclusão de uma categoria de indivíduos que sobrevive da coleta e da comercialização de resíduos no país: os catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (GUERRA, 2012).

O modelo brasileiro, expresso na Lei nº 12.305/2010, optou pela inserção desses indivíduos em associações ou cooperativas formadas por pessoas físicas de baixa renda que atuam na catação. Tais organizações, por sua vez, devem ser priorizadas pelos municípios brasileiros para a operacionalização dos programas de coleta seletiva, o que, de acordo com a legislação, geraria a inclusão social e a emancipação econômica da categoria (art. 15, V).

No Brasil, a existência de organizações de catadores data de um período anterior à institucionalização do atual modelo. A primeira delas – Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE) – foi criada em 1989, em São Paulo (BOSI, 2008). A partir de outras experiências em cidades como Belo Horizonte/MG, Porto Alegre/RS, Curitiba/PR e Natal/RN, as discussões em torno da Política Nacional de Resíduos Sólidos, iniciadas na década de 1990, conduziram a um coro favorável à composição de organizações de catadores. Tais vozes, por sua vez, se fizeram presentes no texto da PNRS, instituindo-se um formato jurídico-institucional para a inclusão social de catadores que prioriza a formação de cooperativas e de associações pautadas na autogestão.

Ocorre que, ao longo dos anos, estudos (BESEN, 2011; MAGNI, 2011; SOTO, 2011) apontaram para a existência de realidades diversificadas em tais organizações, que, apesar de representarem melhorias nas condições de trabalho, nem sempre conduziam a uma condição adequada – seja social ou economicamente. Assim, terminavam por mantê-los em condições precárias de trabalho e permeados pelo estigma da exclusão social. No sentido do exposto, afirmou Grimberg (2007, p. 97):

Os empreendimentos populares, como as cooperativas de catadores, frequentemente se fragilizam face às pressões de um mercado competitivo e individualista, somadas às pressões da própria busca de sobrevivência e condições precárias de vida dos cooperados. O risco do fracasso econômico ou do desvirtuamento do projeto enquanto iniciativa solidária e democrática é muito grande.

Diante disso, começou-se a discutir acerca da necessidade de apoio de outros atores às organizações, a fim de que fosse possível o alcance dos fins legais. No caso do poder público municipal, a relevância da atuação conjunta se mostra ainda mais premente. Por ser, legalmente, o ente responsável pela destinação final dos resíduos (BRASIL, 2010, art. 10), bem como pela implantação da coleta seletiva municipal (BRASIL, 2010, art. 18), a intersecção entre o planejamento municipal e o trabalho dos catadores se mostra indispensável, sendo a ineficiência dos programas de coleta seletiva um dos fatores que, possivelmente, influencia no sucesso das cooperativas e associações.

Entretanto, o apoio municipal às organizações de catadores ainda apresenta realidades diversas no país (RIBEIRO et al., 2009; PEREIRA; GOES, 2016). Constatam-se relações de total desassistência e realidades em que há a cessão de galpões e caminhões para a realização da coleta, configurando-se como o fornecimento de recursos de natureza assistencial. Aos poucos, se instala, no Brasil, a experiência de contratação das organizações para a realização da coleta seletiva, o que representa o desejo da categoria, já que consiste em um avanço para a estabilização jurídica, contábil e financeira das organizações (PEREIRA; GOES, 2016).

Magni (2011) investigou os benefícios conferidos às organizações em virtude de convênios firmados com o poder público. A autora comparou organizações com e sem o apoio municipal, concluindo que a existência de convênio formal com o poder público garante melhorias efetivas, possibilitando a inclusão social.

Diante das evidências de que o apoio governamental se configura como elemento essencial para organizações de catadores no Brasil, ainda se faz necessário conhecer, diante da formalização do apoio municipal, quais são os avanços e desafios presentes nessas realidades.

Desse modo, questiona-se: em um mesmo contexto local, diante de uma mesma relação entre organizações de catadores e o poder público municipal, as organizações possuem a mesma capacidade de inclusão social do catador? Quais desafios ainda presentes nas organizações? Objetivou-se estudar a inclusão social de catadores de materiais recicláveis à luz do modelo previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

2. METODOLOGIA

A fim de realizar a presente pesquisa, foi primordial realizar pesquisa bibliográfica e documental para possibilitar a discussão sobre a atividade laboral exercida pelos catadores, bem como para viabilizar o estudo do formato jurídico-institucional brasileiro de inclusão social desses indivíduos à luz da PNRS. Em seguida, foi realizado o estudo das experiências de 7 organizações de catadores em 3 cidades brasileiras: no Rio de Janeiro (RJ), Curitiba (PR) e Natal (RN).

Para a escolha do número de casos, ponderou-se a amplitude das variáveis pesquisadas. Tal aspecto foi observado a partir dos elementos presentes na metodologia da Fundação Nacional de Saúde (Funasa, 2017), utilizada para a pesquisa de campo. Ao todo, foram trabalhados vinte e um indicadores, o que requereu prudência no momento de escolha da quantidade de casos.

Diante dos múltiplos casos contrastes existentes no Brasil, optou-se por selecionar aqueles que tivessem alguns elementos centrais em comum, os quais foram utilizados como filtros para a escolha. Inicialmente, optou-se por estudar capitais brasileiras com cenários populacionais diversos, assumindo-se ser útil o estudo das variadas relações e arranjos que poderiam se apresentar em contextos distintos. Tal escolha tornaria possível compreender as dificuldades existentes em cada realidade.

Para a seleção das cidades a ser pesquisadas, utilizou-se a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca das regiões de influência das cidades (REGIC – IBGE, 2009), selecionando-se os quatro primeiros níveis: Grande MetrÓpole Nacional, MetrÓpole Nacional, MetrÓpole e Capital Regional A. Todavia, dentre os municípios que compunham cada nível, era necessário selecionar as experiências de maior relevância para a presente pesquisa. Nesse sentido, três filtros foram aplicados: (a) a existência de um programa de coleta seletiva formalmente instituído antes da publicação da PNRS, o que denotaria um possível avanço das ações e uma maior abrangência territorial de tal programa; (b) a inexistência de lixão ou aterro controlado enquanto local de disposição final dos resíduos sólidos, evidenciando um possível avanço das ações; e (c) a existência de programa, projeto ou ação de inclusão de catadores com destaque nacional.

A partir dos critérios referidos, foram selecionados para compor o estudo empírico os seguintes municípios: Rio de Janeiro (RJ), Curitiba (PR) e Natal (RN). Neles, foi realizada a aproximação com organizações de catadores de materiais recicláveis, escolhidas após visitas exploratórias e contato com atores locais.

Conforme exposto, a pesquisa empírica foi realizada a partir da utilização da metodologia da pesquisa da Funasa (2017). A adoção de conceitos e de indicadores previstos no referencial indicado se deu, justamente, pelo fato de que esta metodologia permite uma apreciação de elementos que superam o viés ambiental, adentrando na investigação da renda, das condições de trabalho e da infraestrutura, explicitando, assim, o contexto interno dessas organizações por meio do estudo da capacidade de realização das suas atividades.

O estudo da Funasa (2017) utilizou o termo sustentabilidade para representar a medida da capacidade de desenvolvimento das atividades com garantia de regularização institucional e da realização de trabalho e geração de renda em condições adequadas aos membros da organização. A partir disso, a presente pesquisa utilizou este conceito como medida da capacidade de inclusão das organizações de catadores estudadas. Desataca-se que a metodologia, ainda, possibilita a visualização dos principais desafios presentes nas cooperativas e associações.

Para a investigação das características do programa de coleta seletiva, um questionário foi aplicado para coleta dos dados necessários ao cálculo dos indicadores de sustentabilidade das organizações (Funasa, 2017). O instrumento de coleta de dados abrange questões relacionadas às variáveis ambientais e sanitárias; sociais; econômicas e institucionais. Em seguida, a partir dos dados coletados, foi possível calcular o índice de sustentabilidade das organizações, que aqui foi estudado como sua capacidade inclusiva.

Para o cálculo do índice de sustentabilidade das organizações de catadores, foram selecionados 21 (vinte e um) indicadores de sustentabilidade de organizações de catadores (ISOC), dispostos em outras cinco categorias, sendo elas: a) Legal/Institucional; b) Socioeconômico; c) Organizacional; d) Eficiência Operacional; e e) Condições de trabalho, saúde e segurança do trabalhador.

O quadro que segue apresenta os indicadores organizados por aspecto conforme a metodologia adotada (Funasa, 2017):

Quadro 1: Aspectos estudados e indicadores calculados no estudo das organizações de catadores de materiais recicláveis

ASPECTO	INDICADOR	O QUE É MEDIDO ¹
Aspecto legal/ institucional	ISOC 1	Regularização da organização
	ISOC 2	Instrumentos legais na relação com a prefeitura
	ISOC 3	Qualidade das parcerias da organização
	ISOC 4	Diversificação de parcerias da organização
Socioeconômico	ISOC 5	Renda média por membro da organização
	ISOC 6	Relação entre gêneros

1 As variáveis utilizadas para o cálculo de cada indicador podem ser consultadas em Funasa (2017).

ASPECTO	INDICADOR	O QUE É MEDIDO ¹
Organizacional	ISOC 7	Autogestão
	ISOC 8	Capacitação dos membros da organização
	ISOC 9	Participação em reuniões
	ISOC 10	Rotatividade dos membros
	ISOC 11	Benefícios aos membros da organização
	ISOC 12	Diversificação de atividades e serviços da
Eficiência Operacional	ISOC 13	Adesão da população à coleta seletiva
	ISOC 14	Taxa de Recuperação de Materiais Recicláveis
	ISOC 15	Taxa de Rejeito
	ISOC 16	Autossuficiência de equipamentos e veículos da organização
	ISOC 17	Produtividade por catador
Condições de trabalho, saúde e segurança do trabalhador	ISOC 18	Condições de trabalho na coleta de resíduos secos
	ISOC 19	Condições ambientais de trabalho na organização
	ISOC 20	Saúde e segurança do trabalhador
	ISOC 21	Uso de equipamentos de proteção individual

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir de Funasa (2017).

Após a coleta dos dados e o cálculo dos indicadores, inicialmente, observou-se a classificação do resultado de cada um deles de acordo com as categorias “Não respondeu”, “Muito Desfavorável”, “Desfavorável”, “Favorável” e “Muito Favorável”. Em seguida, observou-se, conforme o quadro que segue, o valor atribuído para cada indicador de acordo com o resultado obtido:

Quadro 2: Valores atribuídos por situação verificada – ISOC

Nº DO ISOC	VALOR ATRIBUÍDO
5, 14 e 17	Muito favorável = 1
	Favorável = 0,75
	Desfavorável = 0,50
	Muito desfavorável = 0,25
	Não respondeu = 0

Nº DO ISOC	VALOR ATRIBUÍDO
1, 2, 3, 4, 6, 7, 8,9, 11, 12, 13, 16, 18,19, 20 e 21	Transformar o percentual obtido na fórmula de cálculo em um valor numérico, dividindo novamente por 100.
10 e 15	Transformar o percentual obtido na fórmula de cálculo em um valor numérico, dividindo novamente por 100, porém o resultado será 1 - o valor obtido.

Fonte: elaborado pela autora, 2018 a partir da metodologia Funasa (2017).

A partir dos valores obtidos por cada indicador, a Funasa (2017) estabeleceu os pesos respectivos, de acordo com o quadro 3 a seguir. Dessa forma, o valor final de cada indicador foi obtido a partir da multiplicação do “valor atribuído” pelo peso:

Quadro 3: Pesos atribuídos aos indicadores de associações ou cooperativas

INDICADOR	PESO
ISOC1	0,84
ISOC2	0,84
ISOC 3	0,71
ISOC 4	0,66
ISOC5	0,95
ISOC6	0,74
ISOC7	0,82
ISOC8	0,84
ISOC9	0,87
ISOC10	0,80
ISOC11	0,79
ISOC12	0,74
ISOC13	0,91
ISOC14	0,89
ISOC15	0,87

ISOC16	0,74
ISOC17	0,84
ISOC18	0,89
ISOC19	0,89
ISOC20	0,87
ISOC21	0,87
Soma dos pesos	17,37

Fonte: elaboração da autora (2018), com base em Funasa (2017).

Em seguida, o cálculo dos índices de sustentabilidade dos programas de coleta seletiva e das organizações de catadores foi realizado a partir do somatório dos valores finais de cada indicador (valor x peso), dividido pela soma dos pesos.

O passo seguinte foi a classificação do índice encontrado de acordo com o “Radar da Sustentabilidade”. A Funasa (2017) estabeleceu uma categorização dos índices a partir das seguintes cores: vermelho: de 0 a 0,25 = muito desfavorável (a organização não está investindo em sua sustentabilidade); amarelo: de 0,26 a 0,50 = desfavorável (a organização está fazendo pequeno investimento na sua sustentabilidade); azul: de 0,51 a 0,75 = favorável (a organização está investindo na sua sustentabilidade); e verde: de 0,76 a 1 = muito favorável (a organização está próxima da sustentabilidade ou já é sustentável).

Além disso, foi realizada pesquisa junto ao representante das organizações – denominado liderança. Na metodologia da Funasa (2017), entretanto, inexistia um indicador que, sozinho, possibilitasse a análise acerca do perfil do líder das organizações. Desse modo, tornou-se necessário estudar o referencial teórico relacionado ao exercício da liderança solidária, destacando-se as ideias de Scholz (2009); Veronese (2011) e Veronese e Scholz (2013), a partir das quais foram analisados os dados obtidos nas entrevistas semiestruturadas realizadas.

3. O CATADOR DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL E O TRABALHO EM COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES

As cidades contemporâneas, percebidas a partir dos efeitos gerados pela circulação e acumulação do capital, expressam desigualdades, segregação e cenas de miséria cada vez mais visíveis. É na cena urbana onde se revelam, concretamente, os abismos existentes no cenário social (HARVEY, 1980). Nesse contexto, por suas condições de acesso aos recursos necessários à sobrevivência, alguns indivíduos são mais atingidos pela perversidade da lógica capitalista.

No Brasil, dentre os indivíduos habitualmente denominados excluídos encontram-se os catadores de materiais reutilizáveis ou recicláveis, que atuam no recolhimento de resíduos nos centros urbanos.

Diversos são os elementos relacionados à marginalização dessa categoria. Bosi (2015) apresenta a história dos catadores no Brasil, destacando que a pobreza e a inexistência de uma vasta quantidade de produtos foram os motivos iniciais para a reutilização de materiais e objetos até o século XIX. Assim, somente entre os séculos XVIII e XIX, a reciclagem ganhou cunho mercadológico, estando, em suas origens, coligada com a pobreza e desconectada de um cunho capitalista.

Após esse período inicial, já no século XIX, a fabricação de papel a partir de detritos de panos (trapos) fez surgir a necessidade de manejo desses materiais, principalmente, após a mecanização dessa produção, que substituiu o método artesanal. Nesse sentido, com a crescente demanda por matéria prima para a produção de papel, “pode-se datar no século XIX o início da atividade de captura de material reciclável como uma prática que ocupava integralmente a jornada de trabalho de homens e mulheres muito pobres” (BOSI, 2015, p. 13-14).

Naquele período, contudo, essa atividade não alcançava a relevância numérica dos dias atuais. Foi apenas entre 1840 e 1850 que surgiram as primeiras grandes indústrias de fabricação de papel que tinham como matéria prima os trapos. Do mesmo período data a utilização do ferro descartado para a fabricação de novos objetos (BOSI, 2015).

Somente entre os séculos XX e XXI, esses trabalhadores ganharam destaque por seu numeroso contingente. Foi, principalmente, a partir das décadas de 1970 e 1980 que os catadores se tornaram atores habituais da cena urbana no Brasil. Esses indivíduos, inicialmente, eram percebidos como efeitos provisórios e colaterais das economias periféricas.

Na segunda metade da década de 1980, os catadores tornaram-se realidade como força de trabalho no Brasil, consolidando sua condição social que deixou de ser transitória. Foi nesse momento, igualmente, que ocorreu a expansão histórica do setor da reciclagem, a qual “guarda relação estreita com a ampliação da população de catadores, tornando-se possível e viável como negócio lucrativo somente quando encontrou numeroso contingente de trabalhadores, desocupados ou semi-ocupados, convertíveis em catadores” (BOSI, 2008, p. 103). Com relação a essa categoria de trabalhadores, o autor destaca que:

Os catadores que formaram uma força de trabalho cada vez mais visível em todo o país a partir de meados da década de 1980 estão inseridos nesse processo. Não foram catadores desde sempre, e esta ocupação não foi resultado de uma livre escolha. A maioria dos catadores teve uma profissão (ou mais de uma), a qual não pôde mais ser exercida, fosse pela determinação do mercado, fosse por incapacidade física em função de seu envelhecimento como força de trabalho (BOSI, 2008, p. 408).

Aliado a isso, outros fatores também influenciaram a mercantilização da reciclagem ao longo dos anos, como (1) a produção e a assimilação de um novo comportamento diante do lixo; (2) o desenvolvimento de uma legislação ambiental que estimula o desenvolvimento da reciclagem como atividade econômica; e (3) o investimento em todo o país para estruturar a coleta seletiva.

A indústria da reciclagem no Brasil, na verdade, externalizou os custos do recolhimento, da separação e do transporte do material. Caso optasse pela composição formal de sua própria força de trabalho, de modo oposto, as empresas avocariam, para si, diversas responsabilidades sociais e trabalhistas que, hoje, estão a cargo do próprio catador.

De acordo com Arantes e Borges (2013), a cadeia produtiva da reciclagem tem início a partir do trabalho realizado pelos catadores. A atividade da catagem pode ser realizada por indivíduos que trabalham de forma

autônoma – usualmente denominados avulsos – ou por catadores que compõem associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Os catadores avulsos coletam os materiais recicláveis nas ruas e avenidas dos centros urbanos ou nos lixões que ainda persistem em 1.998 municípios brasileiros (BESEN et al., 2017). Geralmente, esses trabalhadores utilizam os seus carrinhos manuais ou carroças para a coleta dos recicláveis, armazenando-os em suas próprias residências, onde realizam a separação.

Após a realização da coleta e da separação por esses atores, o material é vendido por eles em depósitos que comercializam materiais recicláveis – cujos proprietários são também denominados de sucateiros ou atravessadores. Esses – a depender de seu porte – comercializarão o material para depósitos/atravessadores de maior envergadura ou diretamente para as indústrias recicladoras. Essas últimas, por sua vez, transformarão os recicláveis em novas mercadorias ou materiais para ser recolocados no mercado.

Historicamente, e até pouco tempo, a imagem do catador esteve associada à população em situação de rua. Acerca dessa temática, Freitas (2005, p. 75), ao utilizar como exemplo o caso dos catadores de Belo Horizonte durante a década de 1980, destacou que:

A condição a que os catadores tiveram de se submeter nas ruas de Belo Horizonte, até fins da década de 80, tornava difícil estabelecer, num âmbito mais geral, critérios de diferenciação de quem era ou não mendigo, já que praticamente todos os catadores eram obrigados a passar a maior parte do tempo na rua, ou porque não possuíam casa ou porque tinham que “vigiar” o material “para não ser roubado, para ninguém pôr fogo ou para os fiscais da prefeitura não tomar e levar tudo pro aterro”, [...].

No mesmo sentido, Barros e Pinto (2008, p. 72) destacam os aspectos gerais das condições devida do catador na década de 1980:

Aqueles que já eram catadores na década de 1980 retrataram as dificuldades e as más condições em que viviam: famílias inteiras vivendo na rua e em função da catação, mesmo que tivessem uma moradia, geralmente na periferia, e que retornassem para casa nos finais de semana. Nessas condições, as crianças, apesar de matriculadas na escola, não tinham condições de frequentá-la regularmente, vivendo nas ruas com seus pais.

Esse foi o tempo em que os catadores viveram na fronteira do trabalho com a mendicância (FREITAS, 2005). Durante a década de 1980, portanto, a situação dos catadores ainda era adversa, visto que, a despeito de atuarem em atividades ligadas à sustentabilidade, eram marginalizados e viviam situações de perseguição por parte da polícia e das próprias administrações municipais.

Para Freitas (2005, p. 68), a convivência entre atores de mundos tão diferentes foi dificultosa. “Na condição de desiguais e irrelevantes, por sua aparência inadequada, os catadores tornaram-se ‘objetos’ de provocações e de intervenções coercitivas, por parte dos gestores da cidade e dos mantenedores da ordem”.

Nesse contexto, uma das primeiras tentativas de organização surgiu em virtude da atuação da Pastoral de Rua de Belo Horizonte. Já no início dos anos de 1980, levou-se a cabo a experiência inicial de organização dos catadores e da população em situação de rua. Entretanto, somente em 1987, ancorado no trabalho desenvolvido em São Paulo (no contexto da criação da Cooperativa de Catadores de Papel Autônomos – COOPAMA-RE), foi possível iniciar a concretização do que fora pensado no início da década.

A partir da década de 1990, portanto, destaca-se, efetivamente, o início da organização da categoria em cooperativas e associações, o que contribuiu para que se iniciasse um processo de mudança de perspectiva acerca do trabalho da catação. Nesse contexto, destaca-se a atuação dos movimentos sociais, que apresentaram propostas alternativas, elaborando fóruns e discussões que culminaram com a realização dos Fóruns Sociais Mundiais.

Em 1º de maio de 1990, foi criada, em Belo Horizonte, a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável – ASMARE (JACOBI; TEIXEIRA, 1997). Apesar da criação dessa organização, ainda era necessário dotar esse grupo de maior apoio por parte do poder municipal, o que somente ocorreu em 1993.

A ASMARE (MG) e a COOPAMARE (SP) tornaram-se, portanto, atores sociais estratégicos no processo organização da categoria (RIBEIRO et al., 2009). Tais experiências se constituíram como a base para a criação de outras entidades durante o início dos anos 2000, podendo-se mencionar, como exemplo, as experiências em Porto Alegre/RS, Natal/RN e Santos/SP.

Durante os anos em que foram sendo formadas as primeiras organizações, a luta dos catadores em prol de direitos foi unindo os indivíduos que sobreviviam da atividade em torno de demandas comuns.

De acordo com Almeida (2016, p. 68), o início das discussões em torno da PNRS ocorreu em 1991, quando o “projeto de lei passou praticamente uma década sem movimentações de grande relevo”, sendo retomado somente por volta do ano 2000, quando ocorreram discussões em audiências públicas sobre o tema.

Ao final desse processo, garantiu-se, na PNRS, doze citações diretas aos catadores, sendo um dos objetivos dessa norma a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Além disso, previu-se, como um de seus instrumentos, o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis a fim de que esses sejam alvo das ações decorrentes da PNRS. A criação e o fomento ao desenvolvimento das organizações autogestionárias consiste, portanto, no formato jurídico-institucional eleito pelo legislador brasileiro para a inclusão social de catadores no Brasil.

Após a entrada em vigor da PNRS, foram publicados dois decretos que representaram avanços para os catadores. O primeiro deles consiste no Decreto nº 7.404/2010, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Nele, manteve-se explícita a prioridade conferida à participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda na coleta seletiva municipal (art. 11). Ademais, esse decreto apresenta o catador como agente primordial na criação de acordos setoriais² (art. 20, §3º) e para a operacionalização da logística reversa³ (art. 18 § 1º).

Esse decreto foi além: em conformidade com as diretrizes da PNRS, determina que os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos definirão programas e ações para a participação dos grupos, em espe-

2 Entende-se por acordo setorial o ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto (BRASIL, 2010, art. 3º, I).

3 A Logística Reversa é compreendida como o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada (BRASIL, 2010, art. 3º, XII).

cial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda (art. 41); determinando, de forma expressa, a necessidade de que as políticas públicas voltadas para catadores de materiais recicláveis observem a busca pela melhoria das condições de trabalho desses indivíduos (art. 44, III).

A indução à inserção das organizações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda é explícita. Além dos dispositivos acima referidos, pode-se citar, aqui, a estratégia de priorização no acesso a recursos da União (ou por ela controlados) ou a incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento destinados aos estados e municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores (art. 79, II, b). Nesse sentido, cite-se, também, a previsão de criação, por parte das instituições financeiras federais, de linhas especiais de financiamento para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, com o objetivo de aquisição de máquinas e de equipamentos utilizados na gestão de resíduos sólidos (art. 81, I).

Para além desse avanço normativo para a categoria, data de 2010, também, a publicação do Decreto nº 7.405. Esse, por sua vez, instituiu o Programa Pró-Catador, o qual possuía a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento (art. 1º).

Além disso, seguindo a tônica das reivindicações dos próprios catadores, o Decreto nº 7.405/2010 revogou o antigo decreto publicado em 11 de setembro de 2003, que criava o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo, o qual foi denominado, a partir daquela data, de Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis. Por meio desse novo decreto, o comitê tornou-se o coordenador das ações de execução e de monitoramento do Programa Pró-Catador.

A criação desse programa e a instituição de uma nova denominação para o Comitê são elementos que apontam para uma nova fase das políticas públicas voltadas para a inclusão social de catadores de materiais recicláveis, a qual teve seu ápice no ano de 2010. Deve-se ressaltar que os avanços normativos referidos são resultado da luta iniciada desde a década de 1980 e representam uma mudança de paradigma que possui como marco principal a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Passados 10 anos após a publicação da PNRS, a presente pesquisa apresenta resultados acerca da realização da catação conforme o modelo indicado pela Lei Federal nº 12.305/2010.

4. PNRS NO BRASIL: UM LONGO CAMINHO PARA A EFETIVIDADE

A pesquisa foi realizada em capitais que ofereciam suportes diferenciados às organizações de catadores. No Rio de Janeiro, em 2017, existiam, conforme o entrevistado A, 42 núcleos/organizações formadas por catadores no Rio de Janeiro, sendo que somente três delas (participantes da pesquisa) operavam centrais de triagem da Prefeitura. As cooperativas que contam com apoio do município no contexto da coleta seletiva recebem o material coletado nos domicílios para realização da triagem e posterior comercialização. Além disso, realizam suas atividades em espaços cedidos pelo município, o qual também apoia as organizações com o pagamento de despesas com energia, por exemplo.

A renda é obtida a partir da venda do material recebido. Essa condição ainda se distancia dos objetivos do Movimento Nacional de Catadores, o qual busca a contratação das organizações para a operacionalização da coleta seletiva como o contexto ideal para a inclusão social da categoria (PEREIRA; GOES, 2016).

Em Curitiba, por meio do Programa Ecocidadão, os parques de recepção de recicláveis (espaços dotados de infraestrutura física, administrativa e gerencial para recepção, classificação e venda do material coletado), operacionalizados pelos catadores organizados em sistema de associações ou cooperativas, recebem o material reciclável coletado pelo município (CURITIBA, 2013). À época da pesquisa, 21 organizações de catadores participavam do programa, sendo que duas delas foram apontadas pela gestão municipal como casos de sucesso.

Com o programa “Ecocidadão”, as organizações são credenciadas para gerir, receber, triar e comercializar os resíduos provenientes da coleta seletiva no Município de Curitiba. A remuneração das organizações é realizada de acordo com o volume de material reciclável enviado para os barracões pela Prefeitura, que deve enviar, no mínimo, 10 toneladas por semana para cada organização. As associações e as cooperativas participantes do programa também recebem recicláveis provenientes de Estações de Sustentabilidade, além de obter renda proveniente da venda de todo o material reciclável recebido pelas organizações. Além disso, a Prefeitura também subsidia as despesas com aluguel dos barracões, água e energia das organizações.

À época da pesquisa, existiam duas formas de subsídios. No primeiro caso, o ente municipal realizava a cessão de prédios próprios ou realizava a locação para o funcionamento do barracão e subsidiava despesas com água e energia, realizando o pagamento de R\$ 160,00 por tonelada de material destinado à organização (valor informado até 2018, posteriormente atualizado). Já no segundo, em que o imóvel era locado pela própria organização, o município pagava R\$ 414,31 por tonelada de material recebido pela cooperativa/associação para as 40 (quarenta) toneladas iniciais e R\$160,00 a partir da 41ª (quadragésima primeira) tonelada.

Em janeiro de 2018, o município estava com edital aberto para a contratação de novas organizações de catadores. A partir do novo edital, o valor da remuneração destinada às cooperativas/associações pelo recebimento dos recicláveis seria reajustado, passando de R\$ 160,00 para R\$ 192,38 para as organizações que possuem sede disponibilizada pelo poder público e de R\$ 414,31 para R\$ 498,17 para aquelas que não possuem. Esse valor seria pago pelas quarenta toneladas iniciais entregues pela coleta seletiva e R\$ 192,38 a partir da quadragésima primeira tonelada de reciclável. A perspectiva da gestão municipal era aprimorar o programa, recebendo novas organizações e aumentando a possibilidade de inserção de outros catadores que ainda atuam de forma autônoma. Até a conclusão do trabalho de campo, em Curitiba, não havia a contratação desejada pelos catadores, não sendo esses, ainda, os protagonistas da coleta seletiva na cidade, mas atores responsáveis pelo recebimento do que é coletado, inseridos apenas na etapa da destinação.

Em Natal, por sua vez, a coleta seletiva era operacionalizada pelas organizações de catadores, que foram contratadas para coleta e destinação final do material. A cidade é reconhecida por ser a primeira capital brasileira a promover a contratação de organizações de catadores para tal finalidade. Em 2011, o município contratou as cooperativas existentes para a operacionalização da coleta seletiva. Os contratos firmados previam R\$ 93,42/t de resíduos coletados, R\$ 46,52 pela manutenção dos veículos e R\$ 20,79/t pelo transporte, correspondendo um total de R\$ 160,73 por tonelada (PREFEITURA DO NATAL, 2015). No conjunto dessas mudanças ocorridas em 2011, foi realizada também a cessão dos galpões já ocupados pelas cooperativas até o ano de 2021. Em dezembro de 2015, o contrato com a COOCAMAR foi renovado por mais 60 meses. De janeiro a junho de 2017, essa organização recebeu R\$ 147.944,00 pela prestação do serviço, auferindo uma média de R\$ 24.657,33 por mês. A COOPCICLA teve o contrato renovado em fevereiro de 2016 por igual

período. Entre janeiro e junho de 2017, a organização recebeu o total de R\$ 118.994,00 pela prestação do serviço – uma média de R\$ 19.832,33 por mês. Assim, além do material vendido, as organizações recebiam, à época, uma contraprestação da Prefeitura pelos serviços prestados.

Ao compararem-se os custos da coleta seletiva no Rio de Janeiro e Curitiba, que contratam empresas privadas para a realização do serviço, e Natal, que inovou com a contratação das organizações de catadores, constata-se que a realidade desta última cidade é menos dispendiosa, contudo, é a cidade que abrange uma menor quantidade de catadores em sua política.

Tabela 1: Comparativo de custo e quantidade de catadores inseridos nas cidades pesquisadas

CIDADE	MÉDIA DE CUSTO MENSAL COM A COLETA SELETIVA (R\$)	QUANTIDADE MÉDIA DE CATADORES INSERIDOS
Curitiba	1.980.465,04	700
Rio de Janeiro	1.050.000,00	500
Natal	45.880,00	110

Fonte: elaborado pela autora (2018), com base na coleta direta de dados.

Após conhecer a forma de interação entre as organizações e a prefeitura de cada município, o passo seguinte foi realizar o cálculo dos indicadores e, posteriormente, do índice de sustentabilidade. Considerando os dados coletados e a metodologia da Funasa (2017), todas as organizações foram classificadas como favoráveis. Porém, a diferença nos índices de sustentabilidade calculados denota a diferença da capacidade de inclusão e a existência de desafios diversos. Tabela 1: Comparativo de custo e quantidade de catadores inseridos nas cidades pesquisadas

Tabela 2: Índice de sustentabilidade nas organizações de catadores estudadas

ORGANIZAÇÃO	QUANTIDADE MÉDIA DE CATADORES INSERIDOS
Coopfuturo/Rio de Janeiro	0,716
Cooperativa Transformando/Rio de Janeiro	0,660
Recicla Mais/Rio de Janeiro	0,563
Mutirão/Curitiba	0,740
Corbélia/Curitiba	0,664
Coopcicla/Natal	0,684
Coocamar/Natal	0,602

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

Em cada cidade, foi possível perceber variações que se explicitaram a partir dos diferentes índices calculados. Desse modo, é possível perceber que um mesmo tipo de relação estabelecida com o poder público não garante que as organizações apresentarão iguais condições de funcionamento e, conseqüentemente, não significam a existência de iguais condições de sustentabilidade da organização e inclusão dos seus membros. O Rio de Janeiro apresentou casos de cooperativa classificada com o segundo melhor índice (Coopfuturo) e outra como a última colocada dentre as organizações pesquisadas (Recicla Mais), embora ambas contem com o mesmo suporte municipal. Nesse sentido, destaca-se o papel da liderança interna (elemento a seguir estudado) e das parcerias realizadas por cada organização.

Neste último caso, quanto mais diversas as parcerias firmadas, maior foi o resultado encontrado para o índice calculado no presente estudo (excetuando-se o caso da Coocamar, que apresenta indicador de parceria de 81%, mas baixa classificação no índice geral de sustentabilidade) – (Ver tabela 3).

Tabela 3: Índice de sustentabilidade, e diversificação de parcerias nas organizações de catadores estudadas

ORGANIZAÇÃO	ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE	PARCERIAS (ISOC 4)
Coopfuturo/Rio de Janeiro	0,716	54,54%
Cooperativa Transformando/Rio de Janeiro	0,660	27,27%
Recicla Mais/Rio de Janeiro	0,563	18,18%
Mutirão/Curitiba	0,740	81,81%
Corbélia/Curitiba	0,664	36,36%
Coopcicla/Natal	0,684	81,81%
Coocamar/Natal	0,602	72,72%

Fonte: elaborado pela autora (2018), com base na coleta direta de dados.

A fim de analisar os aspectos que foram denominados aqui como principais desafios das organizações estudadas, consideraram-se os indicadores que obtiveram classificação desfavorável ou muito desfavorável em cada cooperativa ou associação, sendo esses indicados como dificuldades a ser enfrentadas. O resultado dessa análise se encontra nos quadros que seguem.

O primeiro deles está organizado de acordo com os cinco aspectos nos quais se inserem os indicadores de sustentabilidade das organizações conforme a metodologia da Funasa (2017). As cooperativas e associações que apresentaram indicadores desfavoráveis ou muito desfavoráveis em cada área foram assinaladas no quadro abaixo, de modo que cada marcação equivale a um indicador avaliado negativamente.

Quadro 4: Principais dificuldades enfrentadas pelas organizações pesquisadas (por aspecto estudado)

ORGANIZAÇÃO	ASPECTO				
	Legal/ Institucional	Organizacional	Socioeconômico	Eficiência Operacional	Condições de trabalho, saúde e segurança do trabalhador
Transformando	**	**		*****	**
COOPFUTURO	*	*		****	
Recicla Mais	**	*		****	***
Mutirão		**		****	
Corbélia	*	***		*****	*
COOCAMAR		**	*	****	***
COOPCICLA		*	*	***	**

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

OBS: O * presente no quadro indica a quantidade de indicadores considerados desfavoráveis ou muito desfavoráveis em cada aspecto.

O quadro denota que os principais desafios das organizações pesquisadas se relacionam com a questão organizacional, com a eficiência operacional e com as condições de trabalho, saúde e segurança do catador, tanto no que diz respeito ao número de organizações que apresentaram indicadores desfavoráveis e muito desfavoráveis, quanto em relação ao número de indicadores classificados negativamente em cada uma delas.

O aspecto organizacional diz respeito aos indicadores relativos à autogestão, à capacitação para o trabalho na organização, à participação em reuniões, à rotatividade, aos benefícios aos membros, bem como à diversificação de atividades e serviços realizados pela organização. Já a eficiência operacional, por sua vez, traz indicadores ligados à organização (como a autossuficiência de equipamentos e veículos e a produtividade do catador) e ao programa de coleta seletiva implementado pelas gestões municipais, como a adesão da população, as taxas de recuperação de materiais recicláveis e de rejeitos.

Além da análise realizada de acordo com os aspectos estudados e apontados como desafios à sustentabilidade das organizações, tonava-se importante conhecer quais indicadores foram mais frequentemente classificados como desfavoráveis ou muito desfavoráveis após a realização da pesquisa.

A tabela que segue apresenta a quantidade de organizações que apresentaram indicadores classificados negativamente.

Tabela 4: Principais dificuldades enfrentadas pelas organizações pesquisadas (por indicador)

INDICADOR	O QUE É MEDIDO	QUANTIDADE DE ORGANIZAÇÕES QUE OBTIVERAM CLASSIFICAÇÃO DO INDICADOR COMO DESFAVORÁVEL OU MUITO DESFAVORÁVEL
ISOC 1	Regularização da organização	0
ISOC 2	Instrumentos legais na relação com a prefeitura	2
ISOC 3	Qualidade das parcerias	1
ISOC 4	Diversificação de parcerias	3
ISOC 5	Renda média por membro	2
ISOC 6	Relação entre gêneros	0
ISOC 7	Autogestão	0
ISOC 8	Capacitação da organização	0
ISOC 9	Participação em reuniões	0
ISOC 10	Rotatividade	4
ISOC 11	Benefícios aos membros	5
ISOC 12	Diversificação de atividades e serviços	2
ISOC 13	Adesão da população	7
ISOC 14	Taxa de Recuperação de Materiais Recicláveis	7
ISOC 15	Taxa de Rejeito	7
ISOC 16	Autossuficiência de equipamentos e veículos	5
ISOC 17	Produtividade por catador	4
ISOC 18	Condições de trabalho na coleta de resíduos secos	0
ISOC 19	Condições ambientais de trabalho	5
ISOC 20	Saúde e segurança do trabalhador	4
ISOC 21	Uso de equipamentos de proteção individual	2

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

Ao realizar a análise por indicador, exibindo-se o quantitativo de organizações que apresentaram dificuldades em cada temática, é possível perceber que as 7 associações e cooperativas obtiveram classificação desfavorável ou muito desfavorável no que tange à adesão da população e às taxas de recuperação de materiais recicláveis e de rejeitos. Tratam-se de indicadores que se relacionam com o planejamento e a gestão dos programas de coleta seletiva implementados pelos municípios. No caso do ISOC 13 (adesão da população), a ausência de informação afirmada em todos os casos estudados indica inexistência de monitoramento da coleta realizada. Já as baixas taxas de recuperação e recicláveis e as altas taxas de rejeito (ISOC 14 e 15), por sua vez, denotam a necessidade de investimento por parte dos entes municipais para o aprimoramento do serviço prestado. Tais aspectos se apresentaram como dificuldades em todos os casos pesquisados.

Entretanto, o estudo realizado, igualmente, destacou que as organizações ainda enfrentam dificuldades relacionadas com a gestão e com a sua capacidade de investimento na melhoria da qualidade de vida do catador. Nesse sentido, 5 organizações visitadas apresentaram indicadores desfavoráveis e muito desfavoráveis no que tange aos benefícios oferecidos aos catadores; à autossuficiência de equipamentos e veículos e às condições ambientais de trabalho. Já 4 encontram como desafios a alta rotatividade de seus membros; a baixa produtividade do catador e a necessidade de melhoria das condições de saúde e de segurança do trabalhador. Esses aspectos, por sua vez, se relacionam com a atuação dos presidentes das organizações, os quais devem buscar fomentar parcerias diversas para o fortalecimento da organização. Contudo, a diversificação dessas parcerias ainda se mostra desafiadora em 3 dos casos pesquisados.

No que tange às condições de trabalho do catador, torna-se necessário analisar, conjuntamente, os indicadores de sustentabilidade das organizações e dos programas de coleta seletiva investigados. Os dados fornecidos pelos gestores evidenciaram que, em Curitiba e Natal, os indicadores relativos às condições ambientais de trabalho e de saúde e de segurança do catador (ISOC 13 e 14) foram classificados como desfavoráveis ou muito desfavoráveis. Tal análise deve ser realizada de forma combinada com os indicadores ISOC 19, 20 e 21, os quais demonstram que esses são, ainda, alguns dos desafios enfrentados pela maior parte das organizações pesquisadas.

No Rio de Janeiro, a partir da pesquisa realizada com a gestão municipal, tais indicadores foram classificados como favorável e muito favorável, respectivamente. Contudo, a investigação realizada nas associações e nas cooperativas evidenciou que apenas as organizações COOPFUTURO (Rio de Janeiro) e Mutirão (Curitiba) não apresentaram dificuldades nos indicadores referidos; nas demais, tais itens ainda se constituem como desafios presentes.

Deve-se ressaltar que a literatura nacional vem realizando estudos diversos nos últimos anos acerca dos riscos enfrentados pelos catadores na realização do trabalho com os recicláveis. Dentre eles, destaca-se pesquisa de doutorado realizada por Souza (2015) na área de medicina preventiva, a qual ressaltou a existência de fungos e de umidade constante no ambiente dos galpões de triagem. Galon e Marziale (2016), por sua vez, apontaram os principais riscos enfrentados pelos catadores de materiais recicláveis. Dentre eles, são citados o risco de quedas, atropelamentos, incêndios e cortes, por exemplo. No que tange aos principais problemas de saúde, são destacados: nervosismo, dores no corpo e nas articulações, cansaço, tosse, falta de ar, insônia, ardência nos olhos, alergias, enjoo, emagrecimento, dores abdominais, manchas na pele e dores musculoesqueléticas. Parte dessas doenças estão associadas ao ambiente de trabalho vivenciado pelo catador. Porém, conforme destacaram, “os estudos constataram a não existência de EPIs ou a baixa adesão quando estes são fornecidos” (GALON; MARZIALE, 2016, p. 186). Tal contexto, por sua vez, se combina com a ausência de benefícios garantidos a esses trabalhadores, com ressaltam Galon e Marziale (2016, p. 187):

Os catadores ainda não contam com nenhuma proteção trabalhista efetiva, caso necessitem de afastamento por problemas de saúde e/ou acidentes de trabalho, situação que gera preocupação e sofrimento nesses grupos [...]. Um estudo em uma cooperativa no Brasil identificou que, caso um trabalhador faltasse devido a problemas de saúde, sofreria descontos em sua remuneração mensal [...].

De fato, os catadores, de forma geral, ainda não contam com proteção laboral efetiva, o que se relaciona com a escassez de benefícios ofertados, inclusive, àqueles que realizam atividades em organizações autogestionárias. Nesse sentido, Galon e Marziale (2016, p. 187) apontaram que, até mesmoneesses contextos, supostamente mais favoráveis, caso um trabalhador falte ao trabalho devido a problemas de saúde, poderá sofrer descontos em sua remuneração mensal: “Esta situação, característica do trabalho informal, pode levar trabalhadores a desempenharem suas atividades mesmo estando doentes (presenteísmo), intensificando a vulnerabilidade social que enfrentam”.

Ressalte-se que as cooperativas e as associações estudadas contavam, além do apoio municipal, com galpões construídos ou reformados a partir de recursos provenientes de projetos com organizações não governamentais (a exemplo das organizações natalenses) ou de convênio das Prefeituras com o BNDES, como era o caso das organizações estudadas em Curitiba e no Rio de Janeiro, as quais contavam com estruturas como banheiros adaptados, vestiários, refeitórios, salas de curativos. Nesse sentido, é possível que a condição apresentada por organizações de catadores que não possuem tais benefícios seja ainda mais dificultosa do que aquela evidenciada na presente pesquisa.

As realidades estudadas não destoam largamente das afirmações de Besen e Jacobi (2017, p. 76) ao afirmarem que ainda coexistem, no Brasil, a ausência de remuneração das organizações de catadores pelos serviços de coleta seletiva tanto pelas prefeituras quanto pelo setor privado, as deficiências de planejamento da infraestrutura e fluxos adequados das centrais de triagem e as condições degradantes de trabalho.

4.1 O DESAFIO DA AUTOGESTÃO E DO EXERCÍCIO DA LIDERANÇA SOLIDÁRIA

Para Lima (2004), a falta de uma cultura autogestionária se constitui como um dos principais problemas que inviabilizam os empreendimentos solidários.

A liderança exercida em uma organização autogestionária deve se diferenciar do perfil presente em empresas privadas. Naqueles contextos, é preciso que se desenvolvam as lideranças de perfil solidário e democrático, as quais estimularão a participação, o que consiste em fator decisivo para o sucesso das organizações (VERONESE; MARTINS, 2010).

A presente pesquisa evidenciou que a forma como a liderança é exercida poderá aproximar ou afastar os empreendimentos dos princípios da economia solidária, bem como contribuir para o sucesso econômico da organização. Além disso, o perfil da liderança poderá descaracterizar o empreendimento enquanto grupo autogestionário.

A pesquisa demonstrou que, nos casos estudados, a realidade das organizações ainda aponta para a dificuldade na autogestão. A análise dos indicadores evidencia a falsa ideia de efetividade da autogestão nas

organizações de catadores. Contudo, foi possível denotar, a partir das falas dos entrevistados, que a retórica da economia solidária não se configura como a diretriz norteadora do funcionamento dessas organizações.

De forma combinada, a liderança exercida nas associações e cooperativas ainda apresenta aspectos que a distancia do perfil solidário. Além dos indicadores calculados e das análises das entrevistas realizadas, é possível confirmar tal resultado a partir da leitura do quadro que segue, o qual sintetiza a palavra-chave da percepção acerca das características desejáveis em um líder de uma organização autogestionária.

Quadro 1: Percepção da liderança pelos presidentes entrevistados

ORGANIZAÇÃO PESQUISADA	CARACTERÍSTICA APONTADA PELOS ENTREVISTADOS COMO FATOR FUNDAMENTAL PARA UM LÍDER EM ORGANIZAÇÃO AUTOGESTIONÁRIA
Transformando	Parceria
COOPFUTURO	Resolver os problemas dos demais/Vestir a camisa
Recicla Mais	Diálogo
Mutirão	Lutar junto com os outros
Corbélia	Representar os demais
COOCAMAR	Influenciar os demais/Transparência
COOPCICLA	Buscar melhorias para todos os membros da organização

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

É possível denotar que os entrevistados ainda possuem múltiplas compreensões acerca do papel do líder. Algumas falas se alinham à compreensão de que o papel do líder é guiar e influenciar a ação dos liderados. Contudo, a influência a ser realizada pelos líderes deve corresponder à indução do desenvolvimento de práticas compartilhadas pelos demais membros (SCHOLZ, 2009a), o que nem sempre foi constatado na atuação dos presidentes das organizações pesquisadas. Outras lideranças, por sua vez, apontaram a representação enquanto função essencial do líder ou, ainda, o ato de “resolver os problemas” dos demais membros da organização.

Os resultados da pesquisa confirmam as investigações realizadas por Scholz (2009a), ao indicar que os empreendimentos solidários, apontam para a predominância de perfis de líderes típicos de empresas capitalistas, os quais centralizam as informações e a condução dos processos de gestão. Este foi o resultado encontrado em todas as organizações pesquisadas. Nesse sentido, destaca-se a fala de uma das catadoras entrevistadas:

Então eu chego para a produção, a primeira coisa que eu faço é eu ir lá atrás na rampa.[...] Trabalhar com eles, mostrar como que eu quero hoje o trabalho. [...] Aí eu vou lá fora dizer como que eu quero o trabalho hoje, porque dependendo do que eu recebi, é que eu vou dar a coordenada. [...] Então, eu dou prioridade a bater o material com rapidez estabelecendo meta. Hoje eu cheguei lá fora, tinha dois caminhões [...]. Então eu falei para eles: “até meio-dia eu quero as duas rampas limpas”. São 11:30 e as rampas ainda não estão limpas. Então eles só pa-

ram quando a rampa está limpa. Por que é que a rampa tem que estar limpa meio-dia? Porque meio-dia chegam dois caminhões. [...] Então vou lá fora, dou a coordenada para os quatro que são do pátio, são quatro homens no pátio, passo para eles a coordenada, entram. Venho nas meninas do plástico, que são na esteira. Dou uma animada na produção: “gente, vamos embora. Está chegando dezembro. Ó, agilidade. Eu quero resultado”, entendeu? Não quero... “não quero nada estacionado”. Mostro para eles tipo assim: “hoje ela está com a corda toda”. E aí eu venho para a cozinha. Porque ali na cozinha eu consigo fazer as coisas sem me sacrificar tanto, entendeu? [ENTREVISTADA, representante de Cooperativa no Rio de Janeiro, 2017].

Tal forma de ordenamento das atividades afasta a organização da autogestão. O controle ainda é exercido pela presidente, que designa atribuições e realiza o papel de estimular os cooperativados para que aumentem o ritmo da produção. A mesma entrevistada que apresentou tal perspectiva de organização do trabalho interno, referiu-se a um(a) líder de organização de catadores (associação ou cooperativa) como alguém que deve buscar “Resolver os problemas dos demais/Vestir a camisa”. Assim, foi possível perceber a existência de uma linha tênue que não permite a visualização de um perfil solidário.

Mais uma evidência das relações híbridas é o fato de que, para os cooperativados, a presidente parecer se encontrar em uma posição de superioridade em relação aos demais membros:

Olha, eu vou falar para você, é uma coisa que até assim, muitas vezes eu tenho que policiar. Mas eles me idolatram, tipo assim, eles me estragam. Eu estive operada, então não conseguia comer muita coisa, não conseguia beber muita coisa. Aí eu via eles pegarem o pagamento deles, tinha dia que era quatro garrafas de água de coco. E aí eu tinha que falar: “olha, não quero que tragam água de coco para mim, não quero. Vai comprar o leite dos seus filhos. Não quero”. Entendeu? [...] Então assim, eles são muito... se eu não me policiar, eu só tenho quatro anos de gestão. Eu já tenho seis afilhados deles. [ENTREVISTADA, representante de Cooperativa no Rio de Janeiro, 2017].

A partir dos dados coletados, foi possível identificar que o compartilhamento na tomada de decisão é restrito aos membros da diretoria das organizações e as assembleias se constituem enquanto espaços esvaziados de discussão e de deliberação, sendo realizadas reuniões para ajustes pontuais em relação às relações pessoais e à dinâmica de trabalho.

Dessa forma, foram encontrados contextos gerais de organizações em que as responsabilidades não foram redistribuídas e descentralizadas. As prioridades não são coletivamente definidas, confirmando a afirmação de Veronese e Scholz (2013), segundo os quais este pode ser considerado como um dos maiores desafios dos empreendimentos autogestionários.

A despeito de terem sido encontrados relatos pontuais que se aproximavam do perfil de um líder solidário, a pesquisa confirmou que as etapas da construção de uma liderança solidária “parecem percorrer um caminho cujo movimento poderia ser compreendido como uma espiral; aprendem, erram, voltam, avançam” (VERONESE, 2011, p. 106).

Os casos estudados confirmaram que os “Modos diversos de liderança coexistem, sustentados por lógicas de relacionamento híbridas e não lineares” (VERONESE; SCHOLZ, 2013, p. 61). Nesse sentido, trata-se de um processo de aprendizado que deve ser retroalimentado, justamente por se constituir como não-linear, uma vez que os indivíduos podem não evoluir cronologicamente, “podendo regredir, ascender novamente na escala de evolução, estagnar-se ou pular etapas, dependendo do nível de competências e de aprendizado que possuem ou do nível de comprometimento” (SCHOLZ, 2009b, p. 9).

5. RESULTADOS

A pesquisa realizada tornou possível concluir que todas as associações e as cooperativas apresentaram um contexto classificado como favorável – conforme as classificações definidas pela Funasa (2017) – porém ainda enfrentam desafios diversos para a inclusão social de seus membros.

Foram identificados como principais desafios os aspectos relacionados à questão organizacional; à ineficiência operacional e às condições de trabalho, saúde e segurança do trabalhador além da dependência em relação ao programa de coleta seletiva ao qual se vinculam.

É fato que esse formato jurídico institucional de inclusão eleito pelo legislador brasileiro retirou catadores de contextos laborais ainda mais degradantes se forem comparados às realidades dos lixões a céu aberto e ao trabalho autônomo realizado nas ruas e avenidas brasileiras. Entretanto, esse modo de organização do trabalhador não garantiu o equacionamento de problemas básicos que permeiam o trabalho do catador.

A partir do cálculo dos indicadores, também foi possível denotar que alguns fatores foram frequentemente classificados como favoráveis ou muito favoráveis e podem ser considerados como positivos no modelo de inclusão da PNRS. São eles: a regularização da organização, os instrumentos legais na relação com a prefeitura, a qualidade das parcerias, a renda média por membro, a relação entre gêneros, a capacitação a participação em reuniões, as condições de trabalho na coleta de resíduos secos e o uso de equipamentos de proteção individual.

Ainda, um dos principais pontos benéficos consiste na promoção da sociabilidade e da “autonomia do trabalhador como sujeito do próprio trabalho no processo de produção e na gestão do negócio” (BARBOSA, 2007, p. 141), o que se relaciona com a utilidade social dos empreendimentos econômicos solidários, que se manifesta por meio do “fortalecimento dos laços sociais, pela construção das redes de cooperação, pelo “estoque”/acúmulo das relações sociais firmadas no território, e pela contribuição para o desenvolvimento regional e solidificação da democracia local” (SILVA JÚNIOR; RIGO; PASSOS, 2015, p. 162).

Vale destacar que a análise do trabalho organizado e autogestionário deve ser realizado caso a caso, não sendo adequado realizar afirmações generalizadoras. O fato é que as tentativas de inclusão de catadores a partir do formato estabelecido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos requerem o reconhecimento dos desafios e a busca da melhoria das condições de labor dos catadores. Para isso, é preciso avançar em políticas que estimulem a concretização verdadeira dos ideais de economia solidária junto à categoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lia de Azevedo. A formulação da Política Nacional de Resíduos Sólidos: uma análise orientada pela complexidade. 2016. 175 f., il. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós- Graduação em Administração, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

ARANTES, Bruno Otávio; BORGES, Lúvia. Catadores de Materiais Recicláveis: cadeia produtiva e precariedade. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, n.65 (3), p. 319-337, 2013. Disponível em: <<http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/807>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

BARBOSA, R. N. C. A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BESEN, Gina R.; JACOBI, Pedro R.; FREITAS, Luciana. Panorama da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos: resíduos urbanos. In: BESEN, Gina R.; JACOBI, Pedro R.; FREITAS, Luciana. (Orgs.). Política Nacional de Resíduos Sólidos: implementação e monitoramento de resíduos urbanos. São Paulo: IEE USP: OPNRS, 2017, p.13-33.

BESEN, Gina R. Coleta seletiva com inclusão de catadores: construção participativa de indicadores e índices de sustentabilidade. 2011. Tese (Doutorado em Saúde Ambiental) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: < www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-28032011.../GinaRizpahBesen.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BESEN, G. R.; JACOBI, P. R. Acordo setorial de embalagens pós-consumo no Brasil: consulta pública e remuneração e catadores de materiais recicláveis. In: BESEN, G. R.; JACOBI, P. R.; FREITAS, L.. (Orgs.). Política Nacional de Resíduos Sólidos: implementação e monitoramento de resíduos urbanos. São Paulo: IEE USP: OPNRS, 2017, p.71-94

BOSI, A. P. A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de recicláveis. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 67, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000200008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 ago. 2017.

BOSI, A. P. História dos catadores no Brasil. Verona: São Paulo, 2015.

BRASIL. Lei 12. 305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 03 ago. 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. Plano Municipal de Saneamento de Curitiba. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. v. 5 Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos, 169 p. Curitiba, 2013.

FUNASA – FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. BESEN, Gina Rizpah; GÜNTHER, Wanda Maria Risso; RIBEIRO, Helena; JACOBI, Pedro Roberto; DIAS, Sonia Maria (Orgs.). Gestão da coleta seletiva e de organizações

de catadores: indicadores e índices de sustentabilidade. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública/USP, 2017. Disponível em: < http://www.funasa.gov.br:8080/documents/20182/39040/MANUAL_COLETA_SELETIVA.pdf/d4a5fd4b-9af1-413b-b136-7592a47fa63d >. Acesso em: 20 jun. 2017.

FREITAS, Maria Vany de Oliveira. Entre ruas, lembranças e palavras. A trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte. Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

GALON, Tanyse; MARZIALE, Maria Helena Palucci. Condições de trabalho e saúde de catadores de materiais recicláveis na América Latina: uma revisão de escopo. In: PEREIRA, Cristina Jaquetto, GOES, Fernanda Lira (orgs). Catadores de Materiais Recicláveis: um encontro nacional. Rio de Janeiro : IPEA, 2016, p.169-199.

GUERRA, S.. Resíduos Sólidos. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

GRIMBERG, Elisabeth. Coleta seletiva com inclusão social: Fórum Lixo e Cidadania na Cidade de São Paulo. Experiência e desafios. -- São Paulo: Instituto Pólis, 2007. 148p.

IBGE.REGIC 2007. Rio de Janeiro-RJ, 2009. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

MAGNI, A. A. C.. Cooperativas de catadores de resíduos sólidos urbanos: perspectivas de sustentabilidade. 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SCHOLZ, Robinson Henrique. Uma andorinha sozinha não faz verão: relações de solidariedade promotoras da liderança solidária compartilhada. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009a.

.. Lógicas de solidariedade promotoras da liderança solidária compartilhada. In: CONGRESO DELA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 27. JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, 8. Buenos Aires, 2009b. Anais eletrônicos BuenosAires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009b. Disponível em: <<http://cdsa.aacademica.org/000-062/1448.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2017.

SILVA JÚNIOR, J. T.; RIGO, A. S.; PASSOS, O. A. V. D.. Gestão Social nas Finanças Solidárias: Reflexões sobre a Avaliação da Utilidade Social dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil. Revista NAU Social, v.6, n.10, p. 151-164, Maio/Out 2015.

SOUZA, Gisele Ferreira de. Avaliação ambiental nas cooperativas de materiais recicláveis. 2015. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOTO, M. M. T.. Análise e Formação de Redes de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis no Âmbito da Economia Solidária. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

VERONESE, M. V.. A Economia Solidária e a Formação de Lideranças Democráticas. Revista Diálogo. n.18 p.97-114, jan-jun, 2011.

VERONESE, M. V.; SCHOLZ, R. A difícil construção da liderança solidária compartilhada. Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v.3, n. 2, p.41-64, jul./dez. 2013.





A EXPERIÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO DE GRUPOS SOLIDÁRIOS PARA CONCESSÃO DE MICROCRÉDITO NO BANCO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO (BCS)

Marco Aurélio Bernardes¹

Luiz Roberto Alves²

Luiz Silvério Silva³



¹ Professor Doutor Marco Aurélio Bernardes, docente universitário, pesquisador na área de Educação e Economia Solidária.

² Professor Doutor, Livre Docente Luiz Roberto Alves, pesquisador na área de Educação e Comunicação.

³ Professor Doutor Luiz Silvério Silva, docente universitário, pesquisador na área de microcrédito, Presidente do Conselho de Administração do Banco do Povo Crédito Solidário

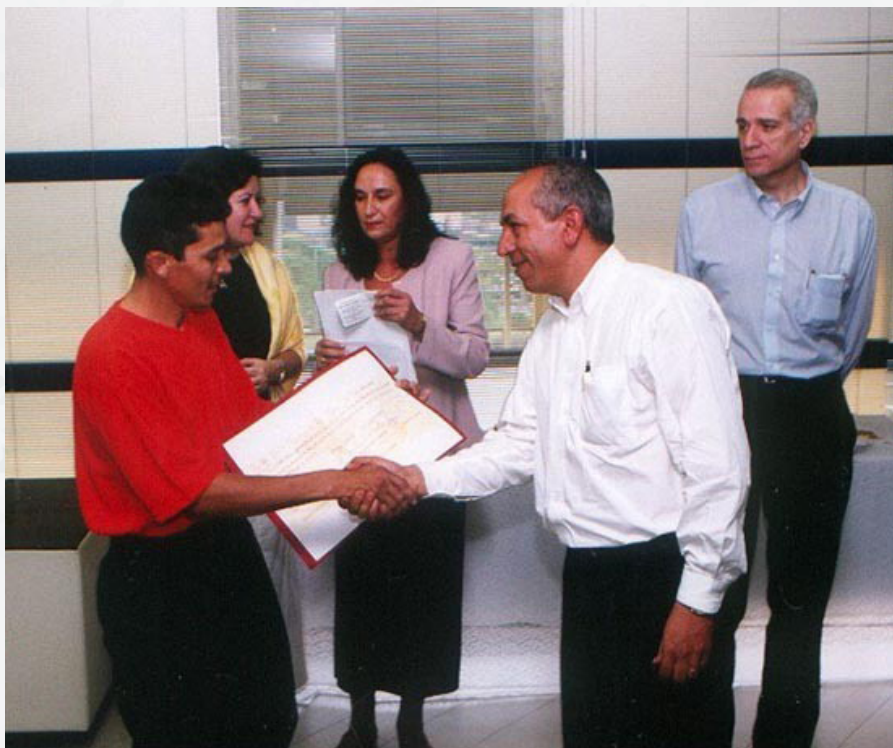
INTRODUÇÃO

O Banco do Povo Crédito Solidário -BPCS- foi fundado em 12 de maio de 1998, como uma ONG, passando em seguida para a forma jurídica de OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), forma adotada pela maioria das instituições sem fins lucrativos que operam com microcrédito no Brasil. É, portanto, uma organização sem fins lucrativos, mas que buscou, desde sua criação, operar com sustentabilidade, situação obtida com muita dificuldade e mantida atualmente. Atualmente o Banco passou a se denominar “Banco Crédito Solidário”, alteração que será explicada com mais detalhe ao longo do texto. Portanto, identificaremos esta instituição neste trabalho como Banco Crédito Solidário (BCS).

Entendemos que as instituições de microcrédito, mesmo sendo sem fins lucrativos, devam operar com eficiência, eficácia e efetividade, patamar no qual o BCS se encontra atualmente, contando para isso com um dedicado e excelente grupo de profissionais. O BCS foi qualificado como instituição jurídica de microcrédito pelo Ministério da Justiça, na forma da Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, dedicada a fomentar o crescimento, a geração de empregos e renda bem como a inclusão social. Atualmente desenvolve suas operações nos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, Mauá, Diadema e, em São Paulo, nos seguintes bairros: Guaianazes, São Mateus, São Miguel Paulista, Boi Mirim, Jardim Ângela, Freguesia do Ó e Brasilândia.

Garantir que uma política pública seja permanente, portanto de Estado e não somente de Governo, solidifica-se como mais uma razão, forte e válida, para tornar as instituições que praticam serviços e políticas públicas, em organizações independentes e auto sustentáveis. Não resta dúvida de que se trata de um grande desafio para os governos, tornar programas e políticas públicas como política pública permanente. Uma política pública de Governo possui força e dinamismo para continuar perene, tornando-se uma política de Estado, na medida e proporção que a sociedade civil organizada incorpora como sua referida política, criando o sentimento de pertença. Nessa perspectiva, o BCS nunca perdeu de vista o objetivo de atingir e manter sua sustentabilidade financeira, requisito básico para autonomia, com gestão participativa da sociedade civil, garantindo-se seu funcionamento de forma independente dos governos.

A criação deste Banco foi uma das iniciativas da gestão de Celso Daniel durante o mandato de Prefeito de Santo André de 1997 a 2000, tendo como objetivo propiciar à cidade de Santo André uma política de desenvolvimento econômico, no momento em que a região do Grande ABC paulista e o Brasil passavam por uma grave crise de emprego. Participaram desta iniciativa da Prefeitura de Santo André, formando-se uma parceria para o novo empreendimento, o Sindicato dos Bancários do Grande ABC, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a ACISA - Associação Comercial e Industrial de Santo André e o Setrans - Sindicato das Empresas de Transporte de Carga.



Na foto de 1999: Ao fundo à direita, Celso Daniel, idealizador do BPCS e à frente, o Sr. Almir da Costa Pereira, Diretor Executivo do BCS por vários anos, até 2018, ano de seu falecimento.

Vale destacar aqui a postura visionária de Celso Augusto Daniel¹ como gestor público, com vasta e rica contribuição à Administração Pública, principalmente para a Região do Grande ABC. Ele foi Prefeito de Santo André de 1989 a 1992, Deputado Federal de 1.995 a 1.996, novamente Prefeito de Santo André de 1997 a 2000 e, reeleito em primeiro turno no ano de 2.000 parao mandato de 2001 a 2004, interrompido em janeiro de 2002 com sua morte.

Por fim, vale lembrar que um Banco de Microcrédito é uma instituição destinada a trabalhar com a linha de crédito de pequenos valores, destinados à população que geralmente fica sem acesso ao sistema de crédito oferecido pela rede bancária. Este tipo de instituição foca a população de baixa renda e, via de regra, opera nas periferias das regiões metropolitanas. O papel fundamental de um Banco de Microcrédito é proporcionar condições para a geração de emprego e renda, apoiando iniciativas de empreendedorismo da população, por meio do fornecimento de crédito aos pequenos negócios. Destaca-se, entre seus objetivos, a criação de emprego e renda, proporcionando condições para o desenvolvimento social e econômico para a comunidade onde o Banco atua. A grande maioria dos Bancos de Microcrédito funciona como uma organização sem fins lucrativos, normalmente formalizado sem OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), título fornecido pelo Ministério da Justiça, sendo regidos pela Lei nº 7.790, de 23 de março de 1999. A grande dificuldade reside na formação do capital para utilização na oferta de crédito. Sem dinheiro não há como o Banco de Microcrédito operar.

1 CPDOC, FGV, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro - RJ -

OBJETIVO

Este relato destina-se a descrever e demonstrar a experiência relativamente exitosa do BCS e a implantação da metodologia de Grupos Solidários no processo de concessão de microcrédito a pessoas de baixa renda no Grande ABC Paulista e na Região Metropolitana de São Paulo. O trabalho com microcrédito exige metodologia segura, modelo de gestão profissional, transparência nas ações executadas e sustentável financeiramente. Neste caso apresentado, destacamos o método de trabalhar com Grupos Solidários como premissa indispensável e fundamental para o bom funcionamento do Banco Crédito Solidário. Nossa pretensão consiste em demonstrar neste texto, que essa premissa se torne um procedimento assimilado pela Instituição e pelos clientes, formando-se um novo “modus operandi” das operações financeiras do Banco Crédito Solidário.

O relato da experiência realizada pelo Banco Crédito Solidário (BCS), na implantação de Grupos Solidários em operações de microcrédito se distribui nos seguintes tópicos:

- I. RETROSPECTO HISTÓRICO;
- II. ALGUNS ELEMENTOS DA TEORIA DO MICROCRÉDITO E TRABALHO INFORMAL;
- III. CONJUNTURA DO CAMPO ECONÔMICO SOCIAL ONDE ATUA O BCS
- V. METODOLOGIA DE GRUPOS SOLIDÁRIOS;
- VI. IMPACTOS NO BCS PELA UTILIZAÇÃO DA METODOLOGIA DOS GRUPOS SOLIDÁRIOS NAS OPERAÇÕES DE MICROCRÉDITO; CONSIDERAÇÕES FINAIS.

1. RETROSPECTO HISTÓRICO

Inicialmente relembramos aqui o foco de atuação ao qual o BCS investe sua energia, tempo e recursos, num esforço contínuo de gerar emprego e renda por meio do microcrédito concedido à população de baixa renda da periferia da Região Metropolitana de São Paulo.

O Banco Crédito Solidário tem como missão “oferecer serviços financeiros aos empreendedores populares e de baixa renda, fortalecendo suas atividades econômicas e contribuindo para o desenvolvimento local e sustentável”.² Esse desafio compunha a estratégia de criar políticas públicas de combate à exclusão social nas suas áreas de atuação. Esta iniciativa proposta por Celso Daniel partiu da necessidade de ações locais de caráter econômico e de inclusão social, que alavancassem o microcrédito a microempreendedores formais e informais, pois um cenário de desemprego e recessão pairava no Brasil. Este cenário se repete a partir de 2018, com uma crise econômica que se agrava já em 2019, antes da pandemia causada pela Covid-19, cenário que tende a tornar-se mais crítico. O país caminha para o abismo, em grande parte empurrado pela opção do atual governo em utilizar o velho modelo neoliberal, no qual o Estado se vira refém da iniciativa privada, torna precárias as condições da classe trabalhadora e trata a questão social como apêndice sem importância em suas ações.

Bem, o BCS defendeu e defende permanentemente a ideia de que o acesso a microcrédito pode impulsionar os micro empreendimentos. Estes, uma vez bem fortalecidos e estruturados, podem gerar renda e emprego e alavancar o desenvolvimento econômico nos bairros. O projeto ocorreu por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Ação Regional da Prefeitura de Santo André, por meio da Diretoria de Geração

2 Site do Banco do Povo Crédito Solidário www.bpcs.org.br

de Emprego e Renda. O capital inicial doado pelos sócios foi destinado à contratação da equipe técnica, à formação de fundos necessários para a carteira de crédito e à organização da estrutura para funcionamento, ou seja, ao início das atividades do banco. Cabe aqui ressaltar que o BCS foi a primeira organização do gênero no estado de São Paulo.

Como já afirmamos anteriormente, desde sua fundação em 1998, o BCS teve como um de seus objetivos, atingir a sustentabilidade financeira. Os sócios fundadores fizeram um aporte de capital, por meio de cotas, mas a ideia era que o Banco não dependesse de doações nem aportes permanentes dos sócios. O BNDES fez um empréstimo e repassou a metodologia de micro finanças para que a Instituição iniciasse as operações. Durante os primeiros 10 anos de atuação prevaleceram os empréstimos individuais, nos quais o empreendedor que toma o empréstimo oferece como garantia um avalista ou um bem, nos moldes das operações financeiras convencionais do mercado de crédito.

No ano de 2003, novos parceiros entraram como Sócios do BCS: as prefeituras de Mauá, Diadema e Ribeirão Pires bem como a Associação Padre Leo Commissari, de São Bernardo do Campo, realizaram o aporte de capital por meio de cotas, de acordo com a regulamentação dos estatutos da instituição. Com a entrada desses novos parceiros, a cobertura do banco foi ampliada para os municípios de Mauá, Ribeirão Pires, Diadema e parte de São Bernardo do Campo.

O BCS tem duas distintas fases em seus 22 anos de existência. A primeira fase é marcada como um período experimental e de descobertas, um período de adaptações e, por se tratar de algo tão novo, um período de desenvolvimento inclusive da equipe técnica. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) esteve presente desde então fazendo assistência técnica e participando com um representante no Conselho de Administração. Nesta fase, o banco operava com crédito individual e tinha como garantia o avalista, além de registro formal ou carteira de trabalho assinada.

Numa segunda fase, a partir de 2007 e estendendo até 2010, busca alternativas e novas metodologias para concessão de crédito aos clientes bem como, procura ampliar o leque de fornecedores de crédito e de apoiadores do microcrédito como ação política para geração de emprego e renda. A utilização da metodologia do Crédito Solidário tornou-se uma prática destacada no processo operacional. A partir daí, a organização que se denominava Banco do Povo Santo André, passou a ser o Banco do Povo Crédito Solidário e posteriormente Banco Crédito Solidário. Contaremos essa história mais à frente neste texto.

2. ALGUNS ELEMENTOS DA TEORIA DO MICROCRÉDITO E TRABALHO INFORMAL

Segundo Barone (2002, p. 11), “microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso formal ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais”. Para Nichter (NICTER; GOLDMARK; FIORI, 2002, p.15), microcrédito é a “concessão de empréstimos de relativamente pequeno valor, para atividade produtiva, no contexto das micro-finanças”.

O microcrédito é a concessão de empréstimos de pequeno valor a microempreendedores formais e informais, normalmente sem acesso ao sistema financeiro tradicional, que tem como objetivo promover a economia popular por meio da oferta de recursos para o microcrédito produtivo, orientado a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades de pequeno porte,

visando incentivar a geração de trabalho e renda, inclusão social, complementação de políticas sociais e/ou promoção do desenvolvimento local. Os recursos destinam-se ao financiamento do capital de giro e/ou investimentos produtivos fixos, como obras civis, compra de máquinas e equipamentos novos ou usados, e também a compra de insumos e materiais. (BNDES, 2013).

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), iniciativa do Governo Federal e instituído pela Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, define microcrédito produtivo orientado como segue:

O microcrédito produtivo orientado é o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado:

- o atendimento ao empreendedor deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio ...
- o contato com o empreendedor deve ser mantido durante o período do contrato de crédito...
- o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este. (BRASIL, 2005).

Existe um enorme campo para o desenvolvimento do microcrédito no Brasil, em função do grande número de famílias e pessoas que têm condições de sobreviver, empreender bem como melhorar sua condição de vida se houver um aporte financeiro. Esta constatação permeia as afirmações dos membros participantes da ABCRED (Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças).³

O microcrédito é a ferramenta viabilizadora de micro empreendimentos, especialmente criados em contexto de necessidade nas periferias - informais. Também os que contam com planejamento, logo por oportunidade, mas com carência do mínimo de recursos necessários para iniciarem atividades. Neste sentido, especialmente importante, na viabilização da abertura e no processo de consolidação de um micro empreendimento, seja ele formal ou informal.

Entretanto o mercado bancário, especificamente na iniciativa privada, não oferta os recursos financeiros necessários para os microempreendedores, por considerarem uma operação de alto risco, já que a maioria destes possíveis clientes não pode comprovar sua renda devidamente. Diante desta dificuldade, as instituições de microcrédito possuem um papel fundamental no processo de geração de emprego e renda. Existe uma forte demanda pelo microcrédito no Brasil, pois em torno de 10 milhões de pessoas não possuem acesso ao mercado bancário, segundo dados do IBGE de 2019.

Segundo Monzoni (2006), a primeira iniciativa de microcrédito produtivo de que se tem notícia aconteceu no sul da Alemanha, no ano de 1846. Naquele ano, um rigoroso inverno obrigou os fazendeiros locais a tomarem empréstimos de agiotas. Sem recursos financeiros, os fazendeiros não tinham como produzir e consequentemente o que vender. Comovido pelos impactos sociais e econômicos, um pastor chamado Raiffeisen passou a ceder, aos fazendeiros, farinha de trigo para fabricação e comercialização de pão, de forma a gerar capital de giro para seus negócios. Esse empreendimento, denominado “Associação do Pão”, acabou crescendo e transformando-se em uma cooperativa de crédito para a população de baixa renda. Contudo, nenhuma outra experiência da aplicação do microcrédito, teve o alcance, divulgação e modelo de empreendimento mais

3 www.abcred.org.br (vídeos institucionais e entrevistas de membros da ABCRED)

difundido e copiado do que o Grameen Bank, criado pelo Professor Muhammad Yunus, em Bangladesh, no ano de 1976. A metodologia de grupos solidários foi idealizada por ele. Metodologia da qual falaremos logo mais à frente, pois o BPCS adotou esta metodologia e atualmente a utiliza em mais de 90% das operações de microcrédito com seus clientes.

O MICROCRÉDITO NO BRASIL

Para Goldmark; Pockross e Vechina (2000), a primeira iniciativa demicrocrédito no Brasil foi iniciada em 1973, pela UNO - União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, conhecida como Programa UNO, na região metropolitana de Recife, Pernambuco. Expandida depois para o interior do estado e para municípios da Bahia. Além de conceder crédito, o Programa capacitava seus clientes, microempresários informais, em gestão e realizava pesquisa sobre o perfil de seus clientes. O UNO contribuiu para a formação de dezenas de agentes de crédito especializados no mercado informal e tornou-se referência para vários programas de microcrédito na América Latina.

Monzoni (2006) afirma que no ano de 1986 foram criados o Banco do Microcrédito, no Paraná, e o Programa de Micro destilarias de Álcool e Biocombustíveis (Promicro), no Distrito Federal. Aproveitando-se de experiências brasileiras e latino-americanas anteriores bem-sucedidas, surgiu em 1987, sob a forma de uma organização não governamental (ONG), o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (Ceape/RS), na cidade de Porto Alegre. O Ceape Ana Terra contou com fundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da *Inter-American Foundation* (IAF). Em 1988, foi criado o Instituto de Desenvolvimento Ação Comunitária (Idaco), no Rio de Janeiro.

No fim da década de 1990, uma série de instituições e programas ligados a governos estaduais e locais surgiram: em 1998, Banco Palmas (CE), Banco do Povo de Santo André (SP), Banco Popular de Ipatinga (MG), Banco do Povo de Belém (PA), Acredita (SP), Banco do Povo Paulista (SP) e Banco do Povo de Uberaba (MG). Em 1999, Banco do Povo de Goiás (GO), Banco do Povo de Mato Grosso do Sul (MS), Sindicato dos trabalhadores em cooperativas de crédito do estado do Paraná (Sindicred/RJ), Instituição Comunitária de Crédito de Conquista Solidária (BA), Banco do Povo de Itabira (MG), Banco Popular de Belo Horizonte (Banpop/MG), Prefeitura de Recife, Crescer Crédito Solidário (SP), Agência de Fomento do Amapá, Instituição Comunitária de Crédito de Pelotas, Banco do Povo de Imperatriz, Cred Produzir, ICC Itabuna Solidária e Banpop – Banco Popular de João Monlevade.

Em 2001, surgiram o São Paulo Confia, ICC Bagé, ICC Santa Maria; Banco do Povo de Ituiutaba e o Banco do Povo de Uberlândia (MG). Naquele mesmo ano, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) lançou o Programa de Apoio ao Segmento de Microcrédito. Portanto, formaram-se diversas instituições voltadas para o trabalho com o microcrédito no Brasil.

Essas instituições fundaram a ABCRED (Associação Brasileira de Entidades de Microcrédito e Micro finanças), que possui sua sede na cidade de São Paulo, presidida atualmente pelo Sra. Cláudia Cisneiros, Diretora Executiva do CEAPE do Maranhão.

O BCS é associado dessa organização e participa efetivamente de suas atividades, compondo a Diretoria Executiva da mesma, na qual o atual Diretor Executivo do BCS, Fábio Maschio, exerce a função de Diretor Financeiro. A ABCRED tem como propósito congregar as instituições de micro finanças e fortalecê-las no desenvolvimento de suas atividades. Toda a Diretoria da ABCRED entende que existe um largo campo para o crescimento do microcrédito no Brasil.

Num ordenamento entre quinze (15) países da América Latina avaliando a concessão de microcrédito, segundo a consultoria Economist Intelligence Unit publicado no portal da globo.com⁴, destacam-se a Bolívia e o Equador, ficando o Brasil na 12^a posição, a frente apenas o Uruguai, Venezuela e Argentina. Apesar de ter uma das maiores economias do mundo e um sólido sistema bancário, pode-se observar o quanto o Brasil pode e deve crescer neste segmento da economia, tão significativo e importante para as camadas de baixa renda.

Dados publicados pelo Banco Central do Brasil⁵ confirmam uma carteira de microcrédito de R\$5,3 bilhões anuais, relativas a 3,1 milhões de operações de crédito, representando respectivamente, 0,2% do valor e 0,4% das operações do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Esta informação corrobora o quanto o Brasil pode crescer no segmento de microcrédito, dado sua participação muito pequena no cenário financeiro nacional.

Para o Diretor Financeiro da ABCRED, Sr. Fábio Maschio(2019), “omodelo jurídico para as organizações com atividade de microcrédito no Brasil precisa evoluir para que sejam disponibilizados mais recursos financeiros no atendimento dos empreendedores das classes de rendas mais baixas”. No seu entendimento, o modelo jurídico de OSCIP, apesar de ser ainda o mais adequado para as organizações de microcrédito sem fins lucrativos, restringe a captação de recursos e a concretização de outras atividades bancárias.

ECONOMIA INFORMAL E MICRO EMPREENDIMENTO INFORMAL

Apesar de todo o aconselhamento e esforço dos agentes de crédito do BCS, no sentido de trazer os empreendimentos para a formalidade, grande número dos clientes continua na informalidade. Entre obter bons resultados operacionais e, decidir constituir pessoa jurídica, existe um grande espaçamento de tempo e oportunidade, que carece também de ser respeitado. O MEI (Microempreendedor Individual) tem sido o caminho para muitos empreendedores, como veremos ainda neste texto.

Para Rodrigues et al. (2008), o conceito de /economia informal abrange as atividades econômicas que, não sendo em si mesma ilegal, se processa à margem da legislação vigente, especialmente no âmbito fiscal. Entretanto as que envolvem o desrespeito às normas trabalhistas, ambientais e qualidade do produto são igualmente enquadráveis neste conceito. Já para Pilagallo (2009, p. 25), “economia informal é a que engloba todas as atividades econômicas não registradas que contribuem para o PIB”.

A economia informal inclui apenas a produção e o serviço disponíveis no mercado que são deliberadamente ocultados das autoridades públicas pelas seguintes razões: evasão fiscal, não pagamento de contribuições à previdência social; não cumprimento de padrões legais do mercado de trabalho, tais como salário mínimo e número máximo de horas de trabalho; e não observação de procedimentos administrativos, tais como responder questionários estatísticos. (SCHNEIDER, 2009 apud PILAGALLO, 2009, p. 25).

Segundo Tanzi (2009), as principais consequências da economia informal estão relacionadas aos impactos no sistema tributário. O governo pode arrecadar menos receitas fiscais do que o necessário para evitar dificuldades macroeconômicas, tendo que aumentar as alíquotas para compensar. Uma grande economia in-

4 [Portar g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios](http://Portar.g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios)

5 https://www.bcb.gov.br/Nor/relnfin/SerieCidadania_1panorama_micro.pdf

formal também desencoraja o investimento produtivo estrangeiro no país. Isso pode forçar o governo a compensar as empresas estrangeiras pelos altos encargos tributários com maiores incentivos fiscais. Isso, por sua vez, pode criar distorções e problemas, além de resultar em implicações no sistema de mercado, promovendo uma concorrência desleal.

A economia informal avançou pelo 5º ano consecutivo no Brasil, segundo o Índice de Economia Subterrânea (IES), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) e pelo Ibre/FGV. A chamada “economia subterrânea” movimentou R\$ 1,12 trilhão ao longo do ano – o equivalente a 17,3% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, e semelhante ao PIB de países como Suécia e Suíça. (Portal G1 – 18.12.2019 - disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/12/18/economia-informal-cresce-pelo-5o-ano-seguido-no-pais-e-corresponde-a-173percent-do-pib-aponta-estudo.ghtml>)

Para Pochmann (2005), micro empreendimentos informais no Brasil abrangem o conjunto de unidades econômicas cujas atividades produzem algum tipo de serviço ou de bem, com a finalidade de geração de trabalho e renda, comumente caracterizada pela pequena escala de produção, pouca organização administrativa e sem nítida separação dos recursos do negócio e finanças domésticas. São proprietários com habilidades básicas e até mesmo de algumas específicas adquiridas pela experiência prática, muito mais do que proporcionada pela formação profissional clássica, na forma de cursos e aprendizagem técnica.

Nesse campo da economia informal também se encontram clientes do BCS, que recebem o microcrédito destinado ao investimento, à compra de matéria prima e à formação do capital de giro.

O Agente de Crédito, que atua diretamente com os clientes, realiza a orientação para que as operações realizadas sejam de fato créditos produtivos orientados. Nesse trabalho, os clientes recebem o apoio para montarem e estruturarem seus negócios, para apoiar uma oportunidade de crescimento, pois essas pessoas não têm acesso ao crédito junto ao sistema bancário.

SITUAÇÃO DO CAMPO ECONÔMICO SOCIAL ONDE ATUA O BCS

Abordamos nos tópicos anteriores, embora de forma muito resumida, os temas do microcrédito e da economia informal, com os quais o BCS mantém proximidade em sua atuação organizacional. Bom seria que o surgimento dos empreendimentos ocorresse, de forma majoritária, por oportunidades de negócio e pelo crescimento econômico. Pelo contrário, grande massa de desempregados ou pessoas sem oportunidade de ingresso no mercado de trabalho, migram para atividades na economia informal como que empurrados pela premência do desemprego. Nesse movimento dentro do cenário econômico-social, observa-se um aumento de registros de Microempreendedor Individual (MEI). MEI, Microempreendedor Individual, criado por lei no governo Lula em 2008⁶, sancionada no dia 19 de dezembro de 2008, entrou em operação em 2009, portanto há 11 anos⁷.

Em 2020 o número de microempreendedores individuais no Brasil atingiu a marca de dez milhões (10.000.000) de registros.⁸ A grave crise pela qual passa o país, aprofundada desde o ano passado, pode ser observada

6 Lei Complementar nº128/2008, alterando a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei nº 123/2006), cria a figura do Microempreendedor Individual.

7 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm

8 Informações sobre os registros de MEIs: Portal do Empreendedor www.portaldoeempreendedor.me/mei

pelo índice de desemprego de 11,9%, segundo o IBGE(2020), pelo valor dólar acima de R\$5,00 e pelo PIB de 1,1% obtido no ano de 2019.⁹ Desde 2016, o PIB mantém-se abaixo de 2%, apesar de todo o alarde dos arautos da economia e do grupo político articulador do golpe parlamentar de 2016 de que o Brasil voltaria a crescer de forma pujante e vigorosa após o impeachment de Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016. O tempo mostrou a fragilidade, a falsidade da “promessa” de crescimento do econômico e a farsa deste movimento golpista que feriu a democracia do país, bem como o malefício causado do ponto de vista econômico.

Após a publicação do pífio resultado do PIB brasileiro em 2019 (1,1%), embora o Ministro da Economia tenha projetado no final de 2019 um crescimento acima de 2% para o PIB nacional em 2020, agências especializadas baixaram suas projeções de 2,3% para 1,8%.¹⁰

O descaso do atual Presidente com a questão econômica, pode ser comprovado pela sua fala quando inquirido sobre o PIB, ao responder: “PIB? O que é PIB”? Em seguida o Presidente demonstra deboche, colocando o comediante Carioca, trajado como Presidente, para responder às perguntas do jornalistas sobre o PIB.¹¹ Esse quadro seria cômico se não fosse trágico.

Diante desse quadro, ainda antes que a Organização Mundial da Saúde confirmasse a pandemia causada pela Covid-19, o Governo Federal refez uma projeção do PIB abaixo de 2% para o ano de 2020. De forma sintomática, cresce o número de trabalhadores informais, dos quais muitos buscam a formalização pelo MEI. Os dados socioeconômicos confirmados pelo IBGE confirmam a crise aguda da economia.¹² Em março de 2020 a taxa de desemprego atingiu 12,2%, representando 12,850 milhões de pessoas. O número de trabalhadores com carteira assinada recuou de 33,668 milhões para 33,096 milhões, significando uma diminuição de 572 mil postos de emprego. A taxa de informalidade em março de 2020 atingiu 39,9%, equivalendo a 36,800 milhões de pessoas.

Com a ocorrência da pandemia causada pela Covid-19, a situação agravar-se-á ainda mais, já, segundo as agências especializadas, um PIB negativo próximo a 5%¹³, aumento do desemprego, agravamento do sustento mínimo das famílias, com significativo número de pessoas em situação de pobreza extrema. Será abordada à frente as medidas adotadas pelo PBCS para este período de gravíssimo problema de saúde pública, com reflexos profundos na economia. Nossa atuação ocorre nas periferias da Região Metropolitana de São Paulo, locais onde as consequências dolorosas da pandemia causarão danos incalculáveis.

A movimentação de novos registros de MEI's até o mês de abril em 2020 superou o número de 586.000. O MEI tem sido uma forma de formalização adotada por um grande número de pequenos empreendedores, foco de atuação do PBCS. Trata-se de um regime tributário bastante simplificado, criado com o objetivo de trazer o mercado informal para a formalização, isto é, incentivar e facilitar que vendedores, artesãos, prestadores de serviços, ambulantes bem como toda uma gama de trabalhadores informais buscassem a formalização.

Uma vez obtido o registro como MEI, com CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) oficializado, pode-se emitir a Nota Fiscal, abrir uma conta bancária como pessoa jurídica e utilizar as garantias do sistema previ-

9 Dados do IBGE, em <http://agenciadenoticias.ibge.gov.br>

10 Portal g1.globo.com

11 Folha de São Paulo, 4 de março de 2020

12 <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/04/30/taxa-de-desemprego-no-brasil-sobe-a-122-no-1-tri-e-mostra-sinais-de-impacto-do-coronavirus.htm>

13 Portal g1.globo.com

denciário público, mediante o pagamento mensal de um valor estabelecido pelo Governo Federal.¹⁴A seguir, segue o quadro síntese sobre o número de MEI's no Brasil.

Quadro 1: Número de registros de pessoas como MEI¹⁵

ANO	NÚMERO DE MEI'S
2013	3.659.781
2014	4.653.080
2015	5.680.614
2016	6.649.896
2017	7.738.590
2018	8.154.678
2019	9.430.000
2020 (*)	10.016.984

(*) até o mês de abril.

Se por um lado cabe entender como positiva a busca pela formalização por parte das pessoas, por outro, pode-se também analisar este aumento significativo de 2019 para 2020 como uma consequência do alto índice de desemprego e da estagnação da economia. O BCS trilhará suas operações nesta situação de muita dificuldade socioeconômica, com muitas dúvidas e incertezas e com poucas previsões claras do que está por vir. Empenhamos todos os recursos possíveis para o fornecimento do crédito à população de baixa renda. A profa. Dra. Maria do Carmo Romeiro, que exerceu a Presidência do BPCS entre 2016 e 2020 confirma a atuação do BPCS e a qualidade do trabalho nas operações: “Não é só o dinheiro. O microcrédito produtivo e orientado vem com o dinheiro e uma orientação básica que o Agente de Crédito dá para as pessoas. O Agente está lá no campo. E lá no campo ele forma, ele cria um laço de confiança com o tomador”.

4. METODOLOGIA DO CRÉDITO SOLIDÁRIO

A modalidade de crédito individual foi mantida até o final de 2007, quando acontece uma transformação na metodologia de trabalho operacional do BPCS. Os resultados operacionais eram modestos, as prefeituras tinham dificuldades para aportar recursos e o BPCS passou a enfrentar a concorrência dos bancos comerciais que, após o processo de bancarização popular, entraram no segmento de microcrédito.

O BCS passou a contar com nova gestão que implantou, a partir de 2008, os financiamentos em grupos solidários, com 4 a 7 empreendedores. “Foi uma quebra de paradigma. Alteramos o sistema do crédito individual

14 Valores são diferentes para cada tipo de atividade, referentes ao INSS e ao ICMS/ISS. Comércio: R\$ 53,25; Serviços: R\$ 57,25; Comércio e Serviços: R\$58,25

15 Quadro montado com informações obtidas junto ao Portal do Empreendedor. www.portaldoempreendedor.me/mei

para o de crédito em grupo; passamos a aceitar, além do pagamento mensal, os pagamentos semanal ou quinzenal. Ocorreu uma mudança cultural interna, pois os funcionários também tiveram que assimilar a proposta e assumir uma nova postura no tratamento com os clientes. Esses, por sua vez, tiveram que experimentar nova fórmula para obtenção de crédito, tornando-se os membros de cada grupo, fiadores uns dos outros.

Essa metodologia realiza operações para grupos de empreendedores de quatro a sete pessoas, com pequenos negócios, que assumem a corresponsabilidade pelo valor total do crédito. A formação desses grupos se desenvolve por meio de um processo autônomo, no qual os tomadores de crédito associam-se com outros empreendedores de sua confiança. A essência dessa metodologia está nos laços criados e cultivados, os quais exercem pressão social entre os membros do grupo. A união do grupo possibilita o acesso ao crédito mais barato, oportunidade que individualmente não seria oferecida no mercado tradicional de crédito. Cada grupo recebe um nome, definido pelos respectivos membros, formalizando sua entrada oficial ao BCS com a assinatura do contrato de crédito e, com a introdução no mural da agência do BPCS, do nome do grupo e de cada um de seus integrantes. Os grupos solidários funcionam como mecanismo de garantia eficaz de pagamento de crédito, devido aos seguintes fatores:

1. Auto seleção dos membros, que só se associaram a pessoas de sua confiança. Os grupos são formados por pessoas que se conhecem, seja por proximidade geográfica, por afinidade, por convite, por parentesco ou outra relação que garanta a confiança, pois todos deverão arcar com a parcela a ser paga pelos empréstimos tomados. Os valores do microcrédito concedidos variam de acordo com a necessidade de cada negócio individual. No entanto, o pagamento do empréstimo ao BPCS é realizado num boleto único, requerendo que todos os membros do Grupo disponibilizem os respectivos recursos.
2. Compromisso interno pela pontualidade dos pagamentos associado à uma política de crédito que incentiva a pontualidade. Realiza-se um trabalho de sensibilização e de comprometimento entre os membros, sob a orientação do agente de crédito¹⁶ para a responsabilidade com os pagamentos nas datas definidas. A pontualidade do pagamento reforça a confiança entre os membros do Grupo Solidário.
3. Valor do crédito progressivo, condicionado ao histórico de pagamento. Ao mesmo tempo em que se estimula a pontualidade no pagamento, utiliza-se o critério de premiação aos pagadores pontuais, permitindo acréscimo no valor a ser concedido para o próximo financiamento (incentivo ao microcrédito destinado a pessoas de baixa renda).

O emprego desta metodologia, trouxe uma mudança cultural dentro da organização e transformou a relação entre os clientes, criando-se grupos de apoio mútuo dentre os responsáveis pelos empreendimentos, tanto no aspecto financeiro como nas questões de colaboração na gestão, reforço positivo para tocar o empreendimento, troca de informações para vencer as dificuldades. Para o BCS, esta metodologia possibilitou uma retomada de rumo, a obtenção de bons resultados, a ampliação da carteira e o aumento de clientes. Esses resultados serão explicitados no próximo ponto deste trabalho.

16 Agente de Crédito é o profissional que atua nas Agências do BPCS, divulgando o fornecimento de microcrédito, esclarecendo os serviços prestados e suas condições, visitando moradores da região, avaliando o potencial dos negócios, dimensionando a capacidade financeira das pessoas, auxiliando na formação dos grupos solidários e formalizando a concessão de empréstimos.

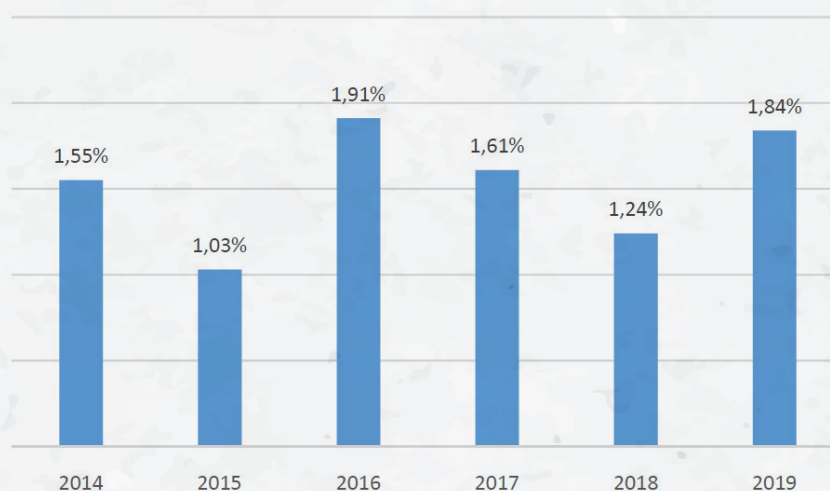
3. IMPACTOS NO BCS CAUSADOS PELA UTILIZAÇÃO DA METODOLOGIA “GRUPOS SOLIDÁRIOS” NAS OPERAÇÕES DE MICROCRÉDITO.

A metodologia do Crédito Solidário mostrou-se assertiva tendo em conta que, além da diminuição da taxa de inadimplência, a carteira de clientes ativos do banco cresceu 32,5% e o montante emprestado cresceu 45,0%, totalizando 10,6 milhões¹⁷, entre 2008 e 2012.

Em 2010, o BNDES libera um empréstimo de R\$1,75 milhão para o BPCS e, em 2012, um novo contrato é firmado. Novos parceiros internacionais repassam recursos, como a Wholes Foundation, Oikocredit e Kiva, esta por meio de plataforma de crowdfunding¹⁸. A partir de 2012, o BPCS Crédito Solidário consegue a sustentabilidade financeira e operacional, que mantém até hoje.

Ao optar pela metodologia de grupos solidários, diminuiu o risco da operação de crédito substancialmente, devido às características supracitadas sobre a metodologia. Tal fato pode ser medido através da taxa de inadimplência²², que como pode ser visto no gráfico abaixo, passou por forte redução no período.

Gráfico 1: Taxa de inadimplência do BPCS



Fonte: Banco do Povo Crédito Solidário, 2019 (entre 30 e 180 dias).

¹⁷ Informação coletada em apresentação do Sr. Fábio Maschio, diretor administrativo-financeiro do Banco do Povo Crédito Solidário.

¹⁸ Nesta modalidade o investidor social analisa os empreendimentos apresentados por organizações de todos os cantos do mundo, explicitados e detalhados no site da Kiva. Em seguida opta por um deles, recolhendo o aporte financeiro e repassando para a organização, que se encarrega de efetuar o crédito junto aos empreendimentos. O banco intermediário efetua as operações e devolve o valor tomado emprestado junto à Kiva. Kiva intermedia o microcrédito para pequenos negócios ou empreendimentos nos países em desenvolvimento, como o Brasil.

Até o final de 2007, o BCS tinha duas agências, cerca de 300 clientes e uma carteira ativa de aproximadamente R\$700 mil. Em 2019 o BPCS possui sete agências na Grande São Paulo, transaciona com mais de 5 mil clientes, operando com uma carteira de empréstimos que chega a R\$12 milhões e detendo um patrimônio de R\$5 milhões. (Isto significa o valor próprio do BCS em operação).

Em 2007, o BCS, na época denominado Banco do Povo Santo André, operava como uma ONG, com movimentações mais restritas. Em 2019 o BCS consolida-se como uma entidade toda profissionalizada, com sistemas de informação e gerencial integrados com a contabilidade, com sistema automatizado de coleta de campo por meio de smartphones utilizados pelos Agentes de Crédito, com o “rating” financeiro e social,¹⁹ bem como com auditoria de nível internacional.

“Já alcançamos patamares de excelência em micro finanças”, reconhecido por organismos financeiros nacionais e internacionais. O banco tem hoje uma carteira de mais 5.000 clientes ativos e relembra a visão organizacional que se propõe a “ser uma instituição de micro finanças com mais de 10.000 clientes ativos, reconhecida nacionalmente pela eficiência na gestão de processos e metodologias creditícias”. Fábio Maschio, Diretor Executivo da instituição²⁰,

Atualmente, o Banco Solidário é composto por uma equipe técnica de trinta e uma (31) pessoas, tendo se tornado uma referência do microcrédito no país e alguns de seus profissionais são requisitados para atuarem na disseminação do microcrédito em outras regiões, participando de fóruns e de encontros em associações/ organizações que operam com microcrédito. Outras informações consolidadas anualmente também corroboram o bom desempenho do BCS, tornando-o uma organização com equilíbrio operacional. Embora seja uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e, portanto, sem fins lucrativos, o BCS tem atuado com um pequeno superávit nos últimos anos, padrão esperado e necessário. Abaixo, no Quadro 2, pode-se observar as informações relativas ao ano de 2019.

Quadro 2: Informações do BPCS – 2019

DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIFICAÇÃO
Carteira total	R\$ 12,5 milhões
Nº de clientes ativos	5.571
Valor total emprestado no ano	R\$ 33,9 milhões
Nº operações contratadas no ano	10.160
Inadimplência	1,84%
2020 (*)	10.016.984

Elaboração: Luiz Silvério Silva.

19 Certificação realizada por empresas especializadas e reconhecidas no circuito financeiro internacional, atestando a transparência, solidez de operação e o serviço comunitário à sociedade. Vide Anexo III, constante na parte final deste trabalho.

20 Informação coletada em apresentação do Sr. Fábio Maschio, Diretor Executivo do Banco do Povo Crédito Solidário.

Gostaríamos de destacar ainda, que o BCS, além dos sócios participantes (Anexo III, no final deste texto), conta com parceiros e apoiadores, dentro do Brasil e no Exterior: BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), WholePlanet, Oiko Credit, Kiva, Banco Nacional de Paris.

Finalmente, para completar as informações, segue o Quadro 3, com dados gerais, atualizados em dezembro de 2019, data do fechamento de nosso balanço anual.

Quadro 3: Informações Gerais do BPCS (dez.2019)

CARACTERÍSTICAS DA CARTEIRA	QUANTIFICAÇÃO
Número de Clientes	5.571
Percentual de Mulheres	64%
Percentual com Idade Superior a 40 anos	55%
Escolaridade (Ensino Fundamental)	41%
Renda per capita (até 1,2 Salário Mínimo)	31%

Elaboração: Luiz Silvério Silva.

Obs: As operações financeiras de até R\$ 2.000,00, são feitas via cartão de débito; acima de R\$2.000,00, por meio de depósito em conta corrente via TED ou mecanismos equivalentes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “lócus” operacional financeiro das instituições de microcrédito diferencia-se muito da clientela dos bancos comerciais. Por este motivo, fizemos aqui uma abordagem do microcrédito, da economia informal e da ambientação de nossa clientela: pessoas de baixa renda, no caso do BCS, moradoras na periferia urbana da Região Metropolitana de São Paulo. Esse foi nosso diferente ângulo e perspectiva. Narrada nossa trajetória histórica, explicitada a situação atual em que se encontra o BPS, o processo exitoso da implantação da metodologia do Crédito Solidário, resta-nos perguntar como caminharemos diante do quadro da pandemia decorrente da Covid-19. Estamos refletindo como operar dentro desta situação gravíssima, na qual o Governo Federal não executa a necessária função de liderança e coordenação nacional, mas pelo contrário, atrapalha, complica, dificulta e age de formairracional, anacrônica, irresponsável com a vida.

Se já temos dificuldade de operar dentro de um quadro econômico sem grandes atropelos, a gravíssima situação atual traz mais obstáculos e desafios. Enfrentamos agora duas dificuldades agudas: a) crise econômica, da qual já expusemos os péssimos indicadores ao longo deste texto, patamar econômico sem crescimento no final de 2019, portanto, antes do início da pandemia; b) crise da pandemia causada pela Covid-19, que afeta fortemente vários setores da economia, com drástica redução das atividades. Para onde caminharemos? Qual o limite possível para realizar as operações de microcrédito? Com qual a inadimplência vamos nos deparar? Com muitas perguntas e dúvidas por um lado, e por outro, com poucas e imprecisas respostas, planejamos continuar com as operações bancárias, tendo já tomado providências de proteção ecuidado com a vida das pessoas: uso de material de higienização para funcionários e para os clientes; diminuição do horário de trabalho; respeito às normas oficiais das autoridades da Saúde Pública.

Diante do grave quadro, espera-se alteração no índice de inadimplência, pois se observa uma diminuição na movimentação comercial, setor que representa 60% dos negócios financiados pelo BCS. Adotamos a conduta de alargamento dos prazos de pagamento, permitindo um tempo maior para a recomposição dos negócios. De qualquer forma, prevemos turbulência até o final do ano de 2020. O BCS entende que neste momento de crise, o crédito setorna mais necessário, devendo, portanto, com toda a precaução e seriedade cabíveis nesta situação, continuar apostando no processo de concessão de microcrédito à população de baixa renda. Dessa forma, sem trazer o perigo de desestabilização do BPCS, a instituição deve continuar com sua missão e objetivos, qual seja, gerar emprego e renda à população de baixa renda, mediante concessão de microcrédito.

Momentos de crise também fornecem oportunidades e alternativas na economia. O BCS já opera com empreendedores de pequenos negócios, com os quais poderia trabalhar oferecendo outros produtos denominados “bancários”, pelo fato de serem disponibilizados pelo sistema bancário comercial. Certamente em outros capítulos desta obra, colegas tratam sobre os serviços prestados pelos bancos e o acúmulo de ganhos financeiros que obtém nessas suas operações. O BCS mantém um ótimo relacionamento com os empreendedores, aos quais poderia disponibilizar serviços oferecidos pelos bancos. Como organização sem fins lucrativos, as OSCIP’s que operam com microcrédito, possuem restrições impostas pelo Banco Central, limitando sua atuação na concessão de crédito. Talvez fosse o momento de novamente organizar uma movimentação e abrir uma discussão junto ao Banco Central, contando com apoio da ABCRED (Associação Brasileira de Entidades de Microcrédito e Micro finanças) para ampliar o leque de atuação dessas entidades, como o BCS. A prestação de serviços “bancários” por organizações como o BCS, ocorreria junto a um segmento talvez não tão interessante ao sistema bancário comercial, segmento este no qual muitas pessoas sequer possuem conta bancária. Acreditamos que as entidades de microcrédito estejam preparadas para enfrentar este desafio e dispostas a encarar novos desafios, no sentido de propiciar uma melhoria no atendimento aos empreendedores tomadores de recursos financeiros, que teriam mais serviços dentro de uma lógica de parceria, com ganho das duas partes: organizações de microcrédito e empreendedores.

Esperamos ter colaborado e contribuído com o propósito deste Congresso que estuda, pesquisa, debate a Gestão Social, propiciando subsídios e indicadores para as organizações, que prestam serviços de alta relevância no contexto social de nosso país. Certamente outras organizações que operam com microcrédito travam luta diária para sua sobrevivência. Essas instituições, a exemplo do BCS, apesar de operarem com dificuldades múltiplas e imensas, cumprem seu importante papel na geração de emprego e renda, por meio do fornecimento de microcrédito às pessoas de baixa renda.

No final deste texto, além das referências bibliográficas, destacamos dois anexos, contendo informações sobre o quadro diretivo do BCS e a relação das pessoas que contribuíram de forma voluntária exercendo a Presidência desde a fundação do BCS até os dias atuais. Para mais adequada transparência, outros anexos apresentam relatórios técnicos de auditoria e certificados relevantes sobre a gestão.

Por fim, reafirmamos que estamos abertos para receber sugestões e complementação ao nosso trabalho, sempre passível de melhorias e aprimoramento.

ANEXOS

Anexo I: Presidentes do BCS ao longo de sua História

PERÍODO	NOME
1998 – 2002	Nelson Tadeu Pasotti Pereira
2002 – 2004	Jorge Luiz Gouveia
2004 – 2008	Saul German
2008 (maio a novembro)	Roberto Vasques de Campos Araújo
2008 – 2012	Hildo Soares de Souza
2012 – 2016	Prof. Dr. Luiz Silvério Silva
2016 – 2020	Profa. Dra. Maria do Carmo
2020 – 2022	Prof. Dr. Luiz Silvério Silva

Elaboração: Luiz Silvério Silva.

Anexo II: Atual Grupo Diretivo do BCS (2020-2023)

Conselho de Administração

Presidente: Prof. Dr. Luiz Silvério Silva, Representante do Notório Saber.

1º Vice-Presidente: Belmiro Aparecido Moreira, Presidente do Sindicato dos Bancários do Grande ABC

2º Vice-Presidente: Profa. Dra. Maria do Carmo Romeiro, Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa da USCS- Universidade de São Caetano do Sul Representante do Notório Saber

Demais Membros: Gentil Carlos Morin, Representante da Associação Comercial e Industrial de Santo André; Dr. Márcio de Moraes, Representante do Notório Saber; Marielle Tamburelli, Representante da Associação Pe. Leo Commissari; João Sérgio da Silva, Representante da Instituição Redes para o Desenvolvimento.

Conselho Fiscal: Aginaldo Luís Fernandes; Hildo Soares de Souza

DIRETORIA

Diretor Executivo: Fábio Machio Rodrigues

Gestão Operacional: Maria Gorete Noles Santana

Anexo III: Atual Grupo Diretivo do BCS (2020-2023)

Avaliação da gestão administrativa-financeira, realizada por instituição especializada, com reconhecimento internacional pelo segmento de finanças.



Anexo IV: Análise multidimensional do BPCS realizada com a ferramenta Cerise SPI4, no processo de tomada de aporte financeiro junto ao Anexo Vtdimensional Nacional de Paris.



CERISE SPI4

A MISSÃO SOCIAL DO BPCS

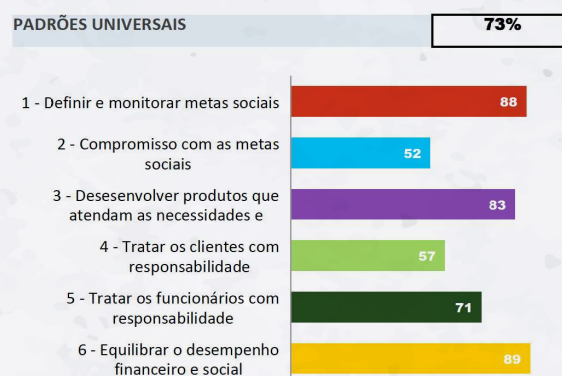
“Oferecer serviços de microfinanças aos empreendedores populares e de baixa renda, fortalecendo suas atividades econômicas e contribuindo para o desenvolvimento local e sustentável.”

AS 6 DIMENSÕES DO SPI4

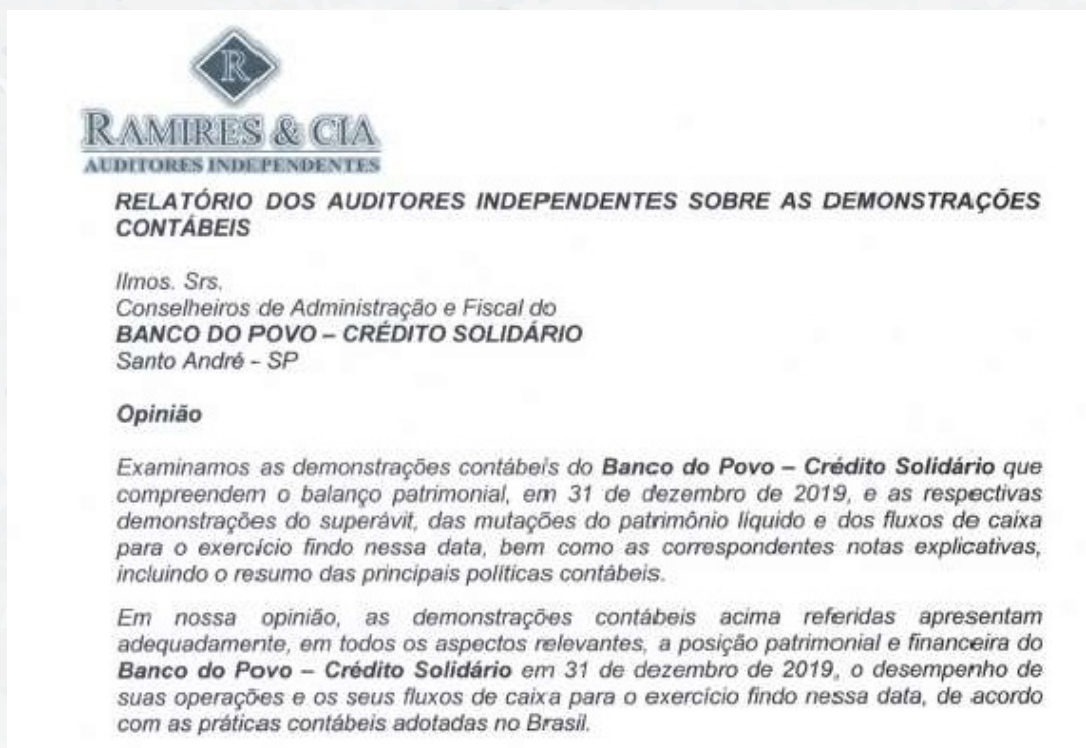


CERISE SPI4

RESULTADOS



Anexo VI: Parecer da Auditoria Externa



Anexo V: Sócios Proprietários do BCS

Associação Comercial e Industrial de Santo André
Associação Padre Leo Commisari
Sindicatos dos Bancários do ABC
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
Instituto Redes para o Desenvolvimento

REFERÊNCIAS

- BANCO DO POVO CRÉDITO SOLIDÁRIO. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.bpcs.org.br/paginas/QuemSomos.aspx>>. Acesso em: 29 set. 2013.
- BARONE, F. M. et al. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília, DF: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. Disponível em: <http://www.comunitas.org.br/docs/CS-37Result_Selec.pdf>. Acesso em: 8 abr.2013.
- BNDES. **Programa BNDES de Microcrédito**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/Microcredito/>. Acesso em: 8 abr. 2013.
- BRASIL. Decreto-lei nº 11.110, 25 de abril de 2005. Instituição do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMO). Diário Oficial da União (DOU), Brasília, DF, 2005, CXLII, nº 78, p.1. 26 abr. 2005.
- FIPE. **Índices**: IPC, Introdução e Índice mensal acumulado. Disponível em: <http://www.fipe.org.br/web/index.asp?aspx=/web/indices/ipc/mensal_acumulado.aspx>. Acesso em: 10 out. 2013.
- GOLDMARK, L.; POCKROSS, S.; VECHINA, D. **A situação das microfinanças no Brasil**. Versão preliminar para apresentação durante o Seminário Internacional BNDES Microfinanças; Projeto BNDES-BID de Microfinanças. Rio de Janeiro: DAÍ, 2000.
- MASCHIO, F. **Entrevista concedida a Danilo Trindade e Glauber Sousa**. Santo André, 27 ago. 2013.
- MONZONI, M. P. **Impacto em renda do microcrédito**: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo, 2006. 194 f. Tese (Doutorado em Finanças Públicas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.
- NICHTER, S.; GOLDMARK, L.; FIORI, Anita. **Entendendo as Microfinanças no Contexto Brasileiro**. Rio de Janeiro: PDI/BNDES, 2002.
- PILAGALLO, O. Debate joga luz sobre economia subterrânea. In: BARBOSA, F. H.; SHNEIDER, F.; TANZI, V. **Economia Subterrânea**: Uma visão contemporânea da economia informal no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 19-33.
- POCHMANN, M. **Economia do microempreendimento informal no Brasil**: Texto para discussão nº 02. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/738E0F995A136E6083257363005E2945/\\$File/NT0003619A.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/738E0F995A136E6083257363005E2945/$File/NT0003619A.pdf)>. Acesso em: 6 maio 2013.

PORTAL G1- Economia informal no Brasil. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/12/18/economia-informal-cresce-pelo-5o-ano-seguido-no-pais-e-corresponde-a-173percent-do-pib-aponta-estudo.ghtml>) 18.12.2019. Acesso em: 08.11.2020.

RODRIGUES, V. et al. **Economia Informal em Portugal**: Estudo elaborado para a COTEC e IAPMEI pelo CEGEA da Universidade Católica Portuguesa. Porto, Portugal: Católica, 2008. Disponível em: <http://www.ver.pt/documents/EconInforma%20em%20Portugal_COTEC.PDF>. Acesso em: 3 maio 2013.

SILVEIRA, C. M. **Programa de Apoio aos Pequenos Empreendedores**: o Sistema CEAPE. Disponível em: <http://www.iets.org.br/biblioteca/Programa_de_apoio_aos_pequenos_empreendedores_o_sistema_Ceape.pdf>. Acesso em: 2 maio 2013.

SPIDOLA, L.; VILELA, R. **As diferentes metodologias de microcrédito no Brasil e no mundo**. 2007. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E22D14A1690/metodologias_microcredito.pdf>. Acesso em: 2 maio 2013.

TANZI, V. A economia subterrânea, suas causas e consequências. In: BARBOSA, F. H.; SCHNEIDER, F.; TANZI, V. **Economia Subterrânea**: Uma visão contemporânea da economia informal no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 35-50.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**: A revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países. Tradução Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Ática, 2008.



A TRÍADE SOCIAL: premissas teóricas

THE SOCIAL TRIAD: theoretical premises

José Ednilson Matos Júnior¹
jrmatosrh@gmail.com

Rodrigo Amorim Mascarenhas¹
rodrigomamorim@yahoo.com.br

Veruschka Vieira Franca¹
veruschkafranca@gmail.com

Maria Conceição Melo Silva Luft¹
ceicameloufs@gmail.com



¹ Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Sergipe – PROPADM/UFS.

*Artigo aprovado no ENAPEGS 2021, em função da pandemia, foi submetido XXIII Semead, revisado e ampliado.

RESUMO

Apesar do evidente crescimento de publicações sobre os temas inovação, tecnologia e empreendedorismo sociais, e das evoluções conceituais apresentadas ao longo dos tempos, pouco se sabe sobre a relação entre esses eixos, uma vez que essa discussão ainda é incipiente, num campo de estudo que ainda está em construção. Sendo assim, o objetivo desse estudo é analisar as convergências e divergências dos conceitos de inovação social, tecnologia social e empreendedorismo social. Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, por meio de uma pesquisa na base dos anais da ANPAD e posteriormente na base *Scopus*, onde foram selecionados previamente 100 artigos, e após uma análise mais criteriosa, concentrando esforços na observação das palavras-chave e dos resumos, foram escolhidos um total final de 45 artigos. Das 3 dimensões analisadas nesse estudo, nos 45 artigos selecionados, foram encontrados 4 que analisam a relação entre a inovação social e o empreendedorismo social, apenas 1 com foco na relação entre inovação social e tecnologia social e não foi encontrado nenhum artigo que fizesse a análise da relação entre os 3 eixos, como esse estudo se propõe. Como resultado foi possível identificar alguns pontos de interseção entre os elementos que compõem a tríade e também alguns divergentes, porém, nota-se uma relação interdependente, acerca desses 3 eixos temáticos que são de grande relevância para o contexto social e que possuem como finalidade a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos menos favorecidos. E é justamente a promoção dessa discussão, a contribuição teórica desse estudo.

Palavras – chave: Inovação social. Tecnologia social. Empreendedorismo social. Tríade Social.

ABSTRACT

Despite the evident increase in publications on the themes of innovation, technology and social entrepreneurship, and the conceptual evolutions presented over time, little is known about the relationship between these axes, since this discussion is still incipient, in a field of study that is still under construction. Therefore, the objective of this study is to analyze the convergences and divergences of the concepts of social innovation, social technology and social entrepreneurship. For that, a systematic literature review was carried out, through a search in the base of the annals of ANPAD and later in the Scopus base, where 100 articles were previously selected, and after a more careful analysis, concentrating efforts on the observation of keywords and from the abstracts, a final total of 45 articles was chosen. Of the 3 dimensions analyzed in this study, in the 45 selected articles, 4 were found that analyze the relationship between social innovation and social entrepreneurship, only 1 focused on the relationship between social innovation and social technology and no article was found that did the analysis of the relationship between the 3 axes, as this study proposes. As a result, it was possible to identify some points of intersection between the elements that make up the triad and also some divergent, however, there is an interdependent relationship, regarding these 3 thematic axes that are of great relevance to the social context and whose purpose is to improve the quality of life of less favored citizens. And it is precisely the promotion of this discussion, the theoretical contribution of this study.

Keywords: Social innovation. Social technology. Social entrepreneurship. Social Triad.

1. INTRODUÇÃO

No atual cenário mundial, caracterizado por grandes problemáticas, como desigualdades sociais na distribuição de rendas, nas oportunidades de emprego, no acesso aos direitos básicos que garantem a dignidade humana – educação, saúde, moradia, saneamento, entre outras; onde as organizações, governos e entidades privadas, são lentas ou não agem para apoiar as comunidades (ROCHA *et al.*, 2017), e as atuais estruturas governamentais não conseguem mais resolver todas essas questões existentes (BARBOSA *et al.*, 2019), o Estado deixa de ser o único agente responsável pela elaboração de políticas públicas voltadas às principais necessidades da população (CORREIA; OLIVEIRA; GOMÉZ, 2018).

E é justamente este cenário complexo que tem impulsionado iniciativas de busca por tecnologias, inovações e atitudes empreendedoras que promovam soluções para esses problemas, gerando transformação social (PRIM; DANDOLINI; SILVA, 2019), uma vez que os problemas sociais passam a ser desafios que mobilizam toda a sociedade (FRANZONI; SILVA, 2016), que planeja e executa ações (CORREIA; OLIVEIRA; GOMÉZ, 2018) de forma a resolver disparidades fundamentais, por meio de inovações sociais que contribuam para melhorar o bem estar social (ROCHA *et al.*, 2017).

A busca pela resolução de problemas sociais não é um tópico novo (BARBOSA *et al.*, 2019), apesar de ganhar mais relevância nos estudos organizacionais na última década, com crescimento significativo no número de pesquisas cujo propósito está relacionado às mudanças sociais (BATAGLIN, 2019), que tende a continuar ganhando destaque nos próximos anos (SOUSA; SEGATTO; DA SILVA, 2017), ainda é preciso ampliar o entendimento para além da inovação tecnológica que envolve processos e produtos de base tecnológica e considerar novas formas de organização da sociedade como modelos de inovação que buscam a satisfação das necessidades humanas (GOMEZ *et al.*, 2014). Diante disso, a atuação do que nesse estudo denomina-se como ‘tríade social’ é a implementação de três grandes eixos sociais: a tecnologia social (TS), a inovação social (IS) e o empreendedorismo social (ES); a partir do propósito maior de promover soluções que possibilitem uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (ZAHRA *et al.*, 2009; GOMEZ *et al.*, 2014; MACKKE *et al.*, 2018; GANDHI; TEIXEIRA, 2019). Em linhas gerais, a IS é o processo para gerar soluções a problemáticas sociais (GOMEZ *et al.*, 2014), a TS se apresenta como a ferramenta, o instrumental, o método para que a inovação aconteça e possa gerar as soluções necessárias (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004; ITS, 2007; FRANZONI; SILVA, 2016) e o ES se apresenta como a estratégia que irá prover os recursos necessários para a implementação da inovação (ITELVINO *et al.*, 2018; GANDHI; TEIXEIRA, 2019).

Porém, apesar dessas definições acima apresentadas, há uma grande dificuldade conceitual quando se trata de inovação, tecnologia e empreendedorismo sociais, provocada pelas incertezas naturais de um campo de estudo que ainda está em construção (GOMEZ, *et al.*, 2014; MEDEIROS, 2017; CARMONA *et al.*, 2018) caracterizado pela interdisciplinaridade e a polissemia (BATAGLIN, *et al.*, 2019), ou seja, a existência de uma grande quantidade de estudiosos de diversas áreas de atuação, com diversos e divergentes conceitos faz com que haja uma fragilidade ainda muito observada quanto às escolhas teóricas que envolvem os três 3 (três) eixos supracitados (GOMEZ *et al.*, 2014; SILVEIRA; ZILBER, 2017; ROCHA *et al.*, 2017; BATAGLIN *et al.*, 2019). Diante desse cenário, surge um questionamento que norteará todo esse estudo: **Quais as semelhanças e divergências nos conceitos que compõem o arcabouço teórico da tríade social – inovação, tecnologia e empreendedorismo sociais?** Compreender a tríade social, realizando um paralelo com as premissas TS, IS e ES, torna-se relevante na busca de conhecer as semelhanças e diferenças disponíveis para os três termos, visto que, cada qual tem alcançado desempenho satisfatório no que diz respeito às problemáticas e necessidades sociais. Portanto, o **objetivo** dessa pesquisa é analisar as convergências e divergências dos conceitos de inovação, tecnologia e empreendedorismo sociais, mediante revisão sistemática da literatura e

análise do uso dos termos e conceitos nos estudos. Justifica-se pela relevância e necessidade de uma maior compreensão sobre os termos que formam a tríade social, mas, sobretudo, a relação entre os eixos, uma vez que essa discussão é incipiente, num campo de estudo que ainda está em construção.

Em termos estruturais esse artigo está organizado a partir desta introdução na fundamentação teórica que aborda os principais conceitos sobre os fatores que compõem a temática em análise; na metodologia que trata dos métodos escolhidos e procedimentos necessários para a realização do estudo; na análise dos resultados com as discussões teóricas e, por fim, as considerações finais que ressaltam as conclusões e contribuições do estudo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nessa seção serão abordados, de forma sucinta e objetiva, temas como inovação tecnológica e inovação social, tecnologia convencional e tecnologia social, empreendedorismo corporativo e empreendedorismo social, a fim de promover a compreensão sobre os conceitos apresentados de forma isolada, para depois analisar quais congruências e convergências, oriundas da relação existente entre os termos que compõem a 'tríade social'.

Diante do cenário de grande variedade de conceitos e autores divergentes quanto as definições desses termos (sendo este um dos grandes empecilhos para uma análise mais efetiva) considerando, inclusive, esses campos de estudo em estágios diferentes de 'construção' (GOMEZ *et al.*, 2014; SILVEIRA; ZILBER, 2017; ROCHA *et al.*, 2017; BATAGLIN *et al.*, 2019), para fins dessa pesquisa foram realizadas escolhas teóricas que proporcionem um arcabouço teórico capaz de discutir pontos fundamentais dessa relação aqui proposta. A seguir serão expostos esses conceitos.

2.1 INOVAÇÃO SOCIAL (IS)

Quando o assunto é inovação, vários autores reconhecem que há uma diversidade de conceitos na literatura, sem que haja um consenso na definição da mesma (SILVA; CAVALCANTE, 2019), porém, apesar da polissemia e interdisciplinaridade que a caracterizam (BATAGLIN, *et al.*, 2019), existe um direcionamento seminal, promulgado por Schumpeter (1982), que é chamado de "pai da inovação", o qual considera-a como uma nova solução aplicável a uma realidade, sendo fator vital para o desenvolvimento econômico organizacional (OCDE, 2004; BATAGLIN *et al.*, 2019).

Conceito esse validado empiricamente no estudo de Da Silva Neto e Teixeira (2011), além de fundamentado em outros estudos que demonstram que as empresas que são consideradas mais inovadoras faturam mais que as empresas não inovadoras (SEBRAE, 2009). Vale salientar ainda que os estudos engendrados por Schumpeter (1982), possibilitaram considerar não apenas a inovação tecnológica, como também outras formas de inovação, inclusive a inovação social.

Enquanto a inovação tecnológica está voltada para o desenvolvimento de produtos, serviços e processos inseridos nesse contexto de competitividade e lucratividade organizacional, que nem sempre são capazes de promover soluções para problemáticas sociais (JUSTEN *et al.*, 2020); a inovação social surge em meados do século XX como alternativas de mitigação ou diminuição das lacunas sociais voltadas para campos de atuação como emprego, qualificação profissional e segurança social, resultados da falta de políticas elaboradas para esse fim (GOMEZ, *et al.*, 2014; JUSTEN, *et al.*, 2020). Porém, mesmo sendo provenien-

te do conceito da inovação tradicional, a IS ainda é compreendida erroneamente por alguns estudiosos (D'AMARIO; COMINI, 2020).

Entretanto, a IS configura-se como um fenômeno coletivo a fim de promover soluções para os problemas sociais contemporâneos e assim possibilitar melhores condições de vida humana para as sociedades menos favorecidas (CLOUTIER, 2003; POL; VILLE, 2009; CAJAIBA-SANTANA, 2014; FRANZONI; SILVA, 2016; SOUZA, 2017; BATAGLIN, *et al.*, 2019). De modo que nos dias atuais observa-se um movimento de direcionamento das pesquisas em inovação, ao menos em parte delas, para a perspectiva social (FRANZONI; SILVA, 2016).

Para Medeiros (2017) e Justen *et al.* (2020), a crescente preocupação com a inovação social ocorre em um contexto em que os olhares dos pesquisadores e profissionais enxergam para além das esferas econômica e tecnológica. Bignetti (2011), por sua vez, complementa que a problematização das questões sociais exige novas respostas dos diversos setores da sociedade e a IS passa a ser um ponto crucial no debate. Fato, que segundo Borges, Dandolini e Soares (2020), explica-se pelo seu potencial no que diz respeito à solução dos desafios sociais e também aos resultados já vistos.

Portanto, um tema emergente de pesquisa, com carência de estudos, principalmente com uma forma de enfrentamento aos problemas da sociedade (MEDEIROS, 2017), sendo consenso entre diversos autores que a inovação social é uma área multidisciplinar que gera benefícios sociais (SILVEIRA; ZILBER, 2015), e que ainda é compreendida erroneamente. Segundo Rocha *et al.* (2017), para melhor compreender a inovação social, faz-se necessário distinguir os conceitos desta com a inovação tecnológica, para tanto os mesmos autores, baseados em Bignetti (2011), elaboraram cinco pontos de distinção entre as inovações supracitadas, contidos no Quadro 1.

Quadro 1: Diferenças entre Inovação Tecnológica (IT) e Inovação Social (IS)

ELEMENTO DISTINTIVO	INOVAÇÃO	
	TECNOLÓGICA	SOCIAL
Valor	Apropriação de valor e interesses econômicos;	Criação de valor para atendimento de interesses de grupos e comunidades sociais vulneráveis;
Estratégia	Busca vantagens competitivas;	Busca resolver questões sociais;
Processo	Desenvolve-se através de etapas sequenciais definidas e controladas por ferramentas de gestão específicas;	Desenvolve-se com a participação dos beneficiários e dos atores da comunidade durante todo o projeto, sendo um processo de construção social e geração de soluções através da cooperação e aprendizado entre todos os atores envolvidos para formação de novas relações sociais;
Difusão do conhecimento	Mecanismos de proteção intelectual procuram impedir que uma ideia ou uma tecnologia desenvolvida e aplicada por uma empresa possa ser copiada e utilizada por concorrentes;	Seguem mecanismos de difusão que favorecem a replicação e a expansão dos resultados a outras comunidades;

Fonte: Elaborado por Rocha et al. (2017) a partir de Bignetti (2011)

A partir dessa distinção apresentada no Quadro 1, fica evidente a definição da inovação social, com o foco na resolução de questões sociais para promover melhoria de vida para grupos sociais como o grande diferencial entre as inovações analisadas. Características que são encontradas em diversos conceitos apresentados por diversos autores, como por exemplo, Mulgan, Tucker e Sanders (2007), afirmam que a inovação social se configura, por meio da concepção de ideias e das práticas que buscam satisfazer objetivos e necessidades sociais.

Nessa direção, na busca da satisfação dos objetivos sociais, emerge a coletividade. Para Westley e Antadze (2010), a inovação social na busca pela resolução de problemas sociais e ambientais, promove o envolvimento da coletividade, por meio da sensibilização de organizações, instituições e indivíduos cidadãos, ou seja, um trabalho construído com a participação efetiva de vários atores. Corroboram essa ideia, Murray; Caulier-Grice e Mulgan (2010), que complementam que a inovação social se utiliza da colaboração e cooperação para tratar de temas críticos não solucionados pelas políticas públicas vigentes e que afetam diretamente o bem-estar social.

Nessa perspectiva, a inovação social é a concepção e prática de ideias que buscam satisfazer objetivos e necessidades sociais, sendo: (I) resultante da conjunção de elementos e necessidades existentes na sociedade; (II) praticada, também, fora das organizações, e não limitada a setores ou atividades sociais específicas; e (III) fomentadora de novas modalidades de relações sociais entre indivíduos e organizações para propagação de inovações e soluções (MULGAN, TUCKER; SANDERS, 2007), tendo como características: uma necessidade, uma solução eficaz, o benefício, o nível individual, organizacional ou societário (GEISER; PARISOTTO; FERRARI, 2017).

Portanto, a IS é focada em valores, aspirações e na criação de um novo significado para um determinado grupo de pessoas, mediante estratégias para a superação dos desafios da sociedade contemporânea, por meio de um processo de construção social a partir de variadas formas de ações coletivas (GOMEZ *et al.*, 2014), sendo a prática de difusão do conhecimento adquirido entre grupos uma prática comum, muito incentivada pelos centros de inovação social, redes organizacionais e fóruns de debates (SILVA; CAVALCANTE, 2019).

A esses valores e estratégias, Nicholls e Murdock (2012) classificam a IS em três categorias, sendo **incremental** quando é capaz de identificar as falhas existentes na sociedade e propor efetivas soluções; **institucional** quando há a necessidade de uma reestruturação de padrões resultando na criação de novos valores sociais; e **disruptiva** quando há uma mudança sistêmica da estrutura social tornando os processos mais simples e acessíveis.

O conjunto dessas categorias apresentadas reforça a compreensão da inovação social como um processo no qual, Da Silva; Segatto e De Carli (2019) definem como conjunto de atividades que são desenvolvidas durante o período de sua concepção até a sua implementação para o atingimento de um objetivo anteriormente estabelecido. E a partir disso agregar novas soluções que resultam em mudança e transformação social (D'AMARIO; COMINI, 2020).

2.2 TECNOLOGIA SOCIAL (TS)

Seguindo a linha de raciocínio exposta na seção anterior, em que para melhor compreender a inovação social foi necessário distingui-la dos conceitos da inovação tecnológica, aqui também sugere-se fazer distinção entre os conceitos da tecnologia convencional (TC) e a tecnologia social (TS). Para tanto, entende-se que a tecnologia convencional é criada como uma possibilidade de desenvolvimento tecnológico, que tem seu foco

em produtos para serem aplicados no ambiente mercadológico, sendo uma tecnologia tida como capitalista, por permitir às organizações reduzirem seus custos e incrementarem valor aos seus negócios (FONSECA, 2010; DAGNINO, 2014; BAPTISTA, 2019).

Por outro lado, a tecnologia social, que teve o seu termo originado no Brasil por volta dos anos 2000, busca suprir uma demanda oriunda de uma problemática social, pautada na construção coletiva, valorizando a interação da sociedade na busca por soluções para os problemas de ordens ambientais, econômicas, sociais e políticas, objetivando a inclusão social e a emancipação do indivíduo (BAVA, 2004; FONSECA, 2010; DAGNINO, 2014; VALADÃO; ANDRADE, 2015). A seguir no Quadro 2, serão expostas as principais diferenças entre a TC e a TS, trazidas por Dagnino (2014).

Quadro 2: Diferenças entre Tecnologia Convencional (TC) e Tecnologia Social (TS)

TECNOLOGIA CONVENCIONAL (TC)	TECNOLOGIA SOCIAL (TS)
1) Segmentada	1) Adaptada
2) Maximiza a produtividade	2) Dá autonomia financeira; Promove a qualidade de vida.
3) É orientada pelo mercado externo	3) É orientada à sociedade
4) Hierarquizada	4) Democrática
5) Monopolizada	5) Não discriminatória

Fonte: Adaptado a partir de Dagnino (2014)

As diferenças apresentadas entre a TC e a TS, direcionam trilhas para a tecnologia social, que são: compromisso com a transformação social; criação de um espaço de descoberta de demandas e necessidades sociais; relevância e eficácia social; sustentabilidade socioambiental e econômica; inovação; organização e sistematização; acessibilidade e apropriação de tecnologias; processo pedagógico para todos os envolvidos; diálogo entre os diferentes saberes; difusão e ação educativa; processos participativos de planejamento, acompanhamento e avaliação; e construção cidadã do processo democrático (ITS, 2007; FRANZONI; SILVA, 2016). Tais trilhas demonstram o quanto a TS é orientada à sociedade e busca atender as demandas sociais, adaptando-se à realidade em que está inserida para promover qualidade de vida, e gerar, inclusive, autonomia financeira, gerando a democratização, tal como reforça o Quadro 2.

Diante desse contexto amplo que envolve a TS, O Instituto de Tecnologia Social (ITS) junto com o Centro Brasileiro de Referência em Tecnologia Social (CBRTS) traz uma das principais definições, afirmando que a TS é “o conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS, 2004, p. 26). Vale ressaltar a importância da interação e apropriação, tal como apresenta o Quadro 3, algumas percepções sobre características da TS, envolvendo os dois elementos essenciais do conceito adotado para as análises a serem realizadas nesse estudo.

Quadro 3: Características da Tecnologia Social (TS)

AUTOR	CARACTERÍSTICAS DA TECNOLOGIA SOCIAL	ELEMENTOS ESSENCIAIS DO CONCEITO
Almeida (2010)	É um instrumento pedagógico, todos aprendem no construir das soluções.	Interação
Dagnino (2004)	Adaptada a pequeno tamanho físico e financeiro; não discriminatória (patrão x empregado); orientada para o mercado interno de massa.	Apropriação
	Liberadora do potencial e da criatividade do produtor direto; Capaz de viabilizar economicamente empreendimentos auto gerenciados e pequenas empresas.	
Fonseca (2010)	Em vez da apropriação privada do resultado, com ganhos privados, considera a apropriação coletiva dos resultados.	Apropriação
Pena (2010)	Solução que agrega processos de aprendizagem, nascem da criatividade e do processo de amadurecimento das forças sociais e produtivas, construídas por brasileiros que acreditam que é possível transformar o Brasil em um país menos desigual e mais solidário, sendo assim as políticas públicas dirigidas para o desenvolvimento sustentável podem e devem se apropriar das tecnologias sociais.	Interação e Apropriação
Andrade e Valadão (2017)	Construções coletivas direcionadas para a resolução de problemas socioambientais cotidianos por meio da interação, do conhecimento e das iniciativas que as comunidades locais se apropriam, possibilitando a inclusão social, a autonomia, o desenvolvimento sustentável e a transformação social.	Interação e Apropriação

Fonte: Adaptado de Santos e Paz (2016) a partir de Diógenes e Biscaia (2012)

Tal como já apontado pelos autores Santos e Paz (2016) e Diógenes e Biscaia (2012), no Quadro 3, Gomez *et al.* (2014) corroboram, apresentando alguns fatores para o entendimento de tecnologia social, são eles: a) provoca fortalecimento da democracia pela construção e resultados de baixo custo; b) alta capacidade de adequação e difusão dos projetos, sendo que sua abordagem evidencia a mobilização da sociedade no enfrentamento de problemas sociais; e c) a atuação das instituições de forma integrativa motiva a participação dos diversos sujeitos e estabelece uma rede de relações solidárias nas suas atividades em prol de políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento sustentável.

Porém, mesmo com todos os ganhos promovidos, existe uma crítica a ser feita na aplicação da tecnologia social, que segundo Ássimos *et al.* (2017) está relacionada a própria exequibilidade da TS e o cumprimento

do propósito estabelecido para sua implementação que é o de solucionar os problemas reais, enfrentados pela população. Os autores concluem que o problema não está na tecnologia social, mas sim na forma como está sendo utilizada, que segundo eles, por vezes está centrada em interesses maiores, quando o atendimento à realidade do indivíduo. Ou seja, isso ocorre porque a TS, que deveria ser produzida e implementada em uma comunidade para resolução de uma problemática local identificada, por vezes é aplicada sem um estudo prévio sobre a realidade que se pretende trabalhar, sem a ciência devida da própria população e consequentemente sem o envolvimento dessas pessoas, essas falhas no processo geram faltas de elementos primordiais para o sucesso do emprego de uma TS.

2.3 EMPREENDEDORISMO SOCIAL (ES)

De modo semelhante aos termos tratados anteriormente, faz-se inicialmente a delimitação conceitual entre o empreendedorismo corporativo (EC) e o empreendedorismo social (ES). O EC surge num contexto de discussão capitalista, como um novo paradigma econômico, possibilitando, por meio da inovação tecnológica, uma produção mais enxuta e com isso ganhos maiores de produtividade (SCHUMPETER, 1982; MELO, *et al.*, 2016), portanto, considerado por alguns estudiosos como uma “ideologia do novo espírito do capitalismo” (COSTA; SARAIVA, 2012). Shane e Venkataraman (2000) definem o EC como o estudo das fontes das oportunidades para criar algo novo (novos produtos ou serviços, novos mercados, novos processos de produção ou matérias primas, novas formas de organizar as técnicas existentes) e o processo de descoberta, exploração e avaliação para se atingir um fim.

Dessa forma, as premissas que envolve o EC é a exploração do novo com fim específico, evidenciando a relação existente entre a inovação e o empreendedorismo. Contrapondo a definição exposta, surge um campo de atuação caracterizado por problemáticas não geridas pelo Estado junto à sociedade, com o objetivo de promover soluções para tais questões, o ES. Para Dornelas (2007) o foco do ES está em promover recursos que possibilitem a melhoria da condição de vida do outro, e para isso são fundadas organizações que ocupem esses *gaps* oriundos da falta de gestão do Estado, assumindo a responsabilidade pela geração de respostas à sociedade para essas questões específicas. Dito de forma mais simples, para D’Amario e Comini (2020, p.105), o ES pode ser definido como “uma atividade empreendedora incorporada a um objetivo social”.

Segundo Itelvino *et al.* (2018), as organizações com fins sociais devem estabelecer uma gestão eficaz dos seus negócios, de modo que consigam ter retorno financeiro, ainda que esse não seja o seu principal objetivo, para que assim possam gerar os recursos necessários para a capacitação do cidadão. Esse ponto é, inclusive, uma das questões debatidas entre autores, porque alguns estudiosos defendem a ideia de que os empreendimentos sociais devem ter seu foco apenas no valor social, porém, alguns entendem que o ES está alicerçado em duas premissas: a sustentabilidade financeira e a finalidade social (D’AMARIO; COMINI, 2020).

Observa-se por tais argumentos elementos que diferem do EC, assim o quadro 4 exibe as principais diferenças conceituais entre o empreendedorismo corporativo e o empreendedorismo social, segundo Neto e Froes (2002).

Quadro 2: Diferenças entre Tecnologia Convencional (TC) e Tecnologia Social (TS)

EMPREENDEDORISMO CORPORATIVO (EC)	EMPREENDEDORISMO SOCIAL (ES)
1) organizacional/mercadológico	1) coletivo/social;
2) produz bens e serviços para o mercado;	2) produz bens e serviços para a comunidade;

EMPREENDEDORISMO CORPORATIVO (EC)	EMPREENDEDORISMO SOCIAL (ES)
3) tem foco no mercado;	3) tem o foco na busca de soluções para os problemas sociais;
4) sua medida de desempenho é o lucro;	4) sua medida de desempenho é o impacto social;
5) visa satisfazer necessidades dos clientes e ampliar as potencialidades do negócio;	5) visa resgatar pessoas e/ou sociedades da situação de risco social e promovê-las;

Fonte: Elaboração própria (2021) a partir de Neto e Froes (2002)

Mesmo considerando essas diferenças entre os termos e suas premissas, o campo conceitual do ES ainda está em desenvolvimento, como afirmam Barbalho e Uchoa (2019) e D'Amario e Comini (2020) quando relatam que embora tenha crescido o número de pesquisas, ainda não há um conceito consolidado e as definições sobre área e/ou campo de atuação do empreendedorismo social ainda estão em discussão, considerado um campo de estudo relativamente jovem, em busca de legitimação. Indo além, Carmona *et al.* (2018), consideram o ES como uma área temática do empreendedorismo se concentrando na busca pela compreensão dos empreendedores sociais, como atores fundamentais, suas iniciativas e a geração de valor social. Ou seja, mesmo com a necessidade de consolidação conceitual do ES, é possível notar a relevância da atuação dos atores sociais que contribuem para que os interesses da coletividade sejam alcançados.

Por sua vez, Sullivan-Mort, Weerawardena e Carnegie (2003) definem o ES como um constructo multidimensional que envolve a expressão do comportamento empreendedor virtuoso para alcançar a missão social. Para isso, consideram a capacidade de reconhecer as oportunidades de criação de valor social e tomada de decisões chave, com inovação, proatividade e a assunção de riscos. No quadro 5, são expostas as dimensões do empreendedorismo social, com seus desafios e objetivos, segundo Melo Neto e Fróes (2002).

Quadro 3: Características da Tecnologia Social (TS)

DIMENSÕES	DESAFIOS	OBJETIVOS
Psicossocial	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mudar comportamentos; 2. Instituir processos de participação; 3. Inovar (vinculado à inserção social); 4. Engajamento da comunidade; 5. Incentivar processos responsáveis e éticos. 	Desenvolver o sentido de pertencimento à comunidade com a valorização da cultura e do meio ambiente.
Cultural	<ol style="list-style-type: none"> 1. Preservar a cultura local; 2. Incentivar e criar cultura de autossustentabilidade. 	Preservar a cultura local e desenvolver a cultura de autossustentação.
Econômica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gerar renda; 2. Criar empregos; 3. Criar mecanismos de benefícios e financiamento. 	Interação e Apropriação
Política	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver novas e atuais organizações sociais. 	Posicionar as organizações sociais junto à sociedade.

DIMENSÕES	DESAFIOS	OBJETIVOS
Ambiental	<ol style="list-style-type: none"> 1. Assegurar o uso sustentável dos recursos naturais; 2. Reduzir o impacto e criar critérios para sua utilização. 	Assegurar as iniciativas de preservação do meio ambiente local.
Regulatória/Institucional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Incentivar a criação de políticas públicas para o empreendedorismo social. 	Salvaguardar os direitos e deveres das organizações sociais.

Fonte: Itelvino et al. (2018) a partir de Melo Neto e Fróes (2002)

Diante de tais premissas que envolvem as dimensões do ES, fica evidente a importância do comportamento empreendedor diante dos desafios gerados, a fim de tornar possível o alcance dos objetivos que norteiam esse campo de atuação do empreendedorismo. Portanto, observa-se que os empreendedores sociais desempenham os seguintes papéis como agentes da mudança: 1) adotam uma missão para criar e sustentar valor social (não apenas valor privado); 2) reconhecem e buscam novas oportunidades para servir essa missão; 3) agem ousadamente, sem estar limitado pelos recursos atualmente em mãos; e 4) expõem um senso elevado de responsabilidade aos grupos atendidos em relação aos resultados criados. (BARBOSA; COELHO, 2019)

Assim, segundo Itelvino *et al.* (2018) as contribuições quanto a melhoria de qualidade devida, ao desenvolvimento econômico-financeiro, social, espiritual e pessoal dos indivíduos que são alcançados pelas ações empreendedoras em conjunto com os membros da comunidade em que fazem parte, geram para os empreendedores sociais o sentimento de satisfação profissional. Isso porque o que move as ações dos agentes sociais é a busca pelo cumprimento da missão social que promove a geração do valor social, e são essas ações que fazem com que o ES seja tão relevante.

3. METODOLOGIA

A fim de atender aos objetivos desse trabalho, foi realizado um estudo qualitativo, por meio de uma revisão sistemática da literatura que compreende um processo de pesquisa documental, replicável e transparente (BOUNCKEN *et al.*, 2015), um método que se dá mediante a identificação e análise de estudos disponibilizados em periódicos e bases de dados existentes, motivado pela busca de respostas a um problema de pesquisa específico (SAMPAIO; MANCINI, 2007). Cabe frisar que essa pesquisa está em andamento e que a priori foi realizada com base nos artigos encontrados na base dos anais dos eventos promovidos pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ANPAD, e nessa segunda versão aprofundou sua análise, acrescentando os artigos encontrados na base *Scopus* no período entre os anos de 2015 a 2020, a fim de identificar o estado da arte e estabelecer essa discussão diante de um panorama atual e recente de produções relacionadas as temáticas aqui abordadas.

Para exequibilidade dessa pesquisa, definiu-se como estratégia de busca a utilização de palavras-chave como: “inovação social”, “tecnologia social” e “empreendedorismo social”, e o período delimitador dos últimos 5 (cinco) anos. Como resultado dessa busca, foram selecionados previamente 100 artigos e após estabelecer como critério de seleção a relação entre os termos em qualquer parte do texto, foi realizada uma análise bre-

ve (primeira leitura), concentrando esforços na observação das palavras-chave e dos resumos. Então, foram escolhidos para fundamentação desse trabalho, um total final de 45 artigos, número suficiente para promover as discussões que esse estudo se propõe, diante do contexto já apresentado.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Dos 45 artigos selecionados, apenas 4 fazem uma análise entre a IS e o ES e um artigo aborda a relação entre IS e TS. Não foram encontrados estudos que abordam a relação entre a TS e o ES e também quanto a relação da tríade aqui proposta. Quanto as buscas isoladas dos termos, temos o seguinte cenário: “inovação social” foram selecionados 25 artigos; “tecnologia social” um total de 10 estudos; e “empreendedorismo social” também 10 artigos, como demonstra a Tabela 1.

Tabela 1: Levantamento da Pesquisa

EIXOS TEMÁTICOS	1ª BUSCA	SELECIONADOS	ESTUDOS DAS RELAÇÕES
Inovação Social (IS)	58	25	IS x TS (1);
Tecnologia Social (TS)	22	10	-
Empreendedorismo Social (ES)	20	10	ES x IS (4)
Total Geral	100	45	-

Fonte: Elaboração própria (2021)

CONCEITOS QUE COMPÕEM A TRÍADE SOCIAL (CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS)

As iniciativas sociais se caracterizam como estratégias para a superação dos desafios, por meio de ações voltadas para o atendimento das necessidades sociais (GOMEZ *et al.*, 2014). Assim, as experiências no âmbito social apontam para um trabalho realizado de forma colaborativa, em que diversos tipos de atores se conectam em rede para buscar soluções aos problemas inerentes à uma população menos favorecida (PRIM; DANDOLINI; DA SILVA, 2019).

Na análise entre inovação social e empreendedorismo social, como dito anteriormente, foram encontrados 4 (quatro) trabalhos; o estudo de Melo *et al.* (2016), toma como base as publicações da ANPAD para avaliar a trajetória dos estudos em IS e ES, num período demarcado entre 2004 a 2015; observa que ainda há pouco avanço do campo de conhecimento sobre os temas e também há necessidade de compreensão de pressupostos epistemológicos, e embora não faça uma análise direta entre os eixos temáticos, considera-os como fenômenos variantes, porém possuem na combinação do valor econômico com o valor social um ponto de congruência, fato que corrobora com o pensamento apresentado por D’Amaro e Comini (2020).

Barbosa *et al.* (2019) realizaram um estudo empírico, por meio do caso específico do Projeto Incluir, para analisar como se dá a relação entre a IS e o ES sob à luz da metodologia da Teoria da Mudança, para tanto ponderam que a inovação social é o próprio projeto em si, uma vez que este é formado pela iniciativa do

voluntariado que exerce atividades voltadas para orientação profissional e educação para atender uma população socialmente vulnerável, além disso, ponderam também que a atuação dos agentes sociais, nesse caso, os voluntários, com seus comportamentos empreendedores, promove os recursos (humanos, materiais, financeiros, etc) necessários para o financiamento e, conseqüente existência do projeto. Aqui a identificação de problemas sociais e a promoção de soluções para essas problemáticas, resulta em valor social e é esse o ponto de congruência entre os eixos analisados.

Já Gandhi e Teixeira (2019) fazem suas análises partindo da premissa de que há dois entendimentos distintos sobre essa relação posta: i) o empreendedorismo social visto como uma inovação social; e ii) o empreendedorismo social visto como promotor da inovação social. O primeiro está baseado na compreensão de que a prática do ES já caracteriza uma IS, por seu caráter inovador na busca por soluções à problemáticas sociais, e nesse caso a inovação social aparece como um macrossistema e o ES como parte integrante desse sistema maior. Por sua vez, o segundo entendimento parte da premissa de que são temas distintos, porém possuem pontos de interseções que potencializam a geração de valor social, um desses pontos é a atuação do empreendedor social, e aqui se assemelha com as definições defendidas por Barbosa *et al.* (2019) em seu estudo, uma vez que, considera que por meio do comportamento empreendedor, a fim de encontrar soluções para as problemáticas sociais, utilizam a inovação para criar um produto e/ou serviço que promova mudança social e valor social. Porém, defende que a IS é mais ampla pois não se limita ao ES, mas, além disso, conclui que a principal relação entre esses eixos é a colaboração entre os agentes e a formação de redes.

Parte dessa compreensão acima exposta, também é fundamentada no estudo realizado por D'Amario e Comini (2020), ao defenderem que a relação entre IS e ES é impulsionada por desafios sociais, que levam à busca pela sustentabilidade financeira e a criação de valor social. Partindo dessa compreensão o estudo dos referidos autores considera que a IS é um dos pilares basilares para o ES. O estudo possui como objetivo desenvolver e validar uma escala para entender como as organizações sociais empreendedoras identificam as IS geradas por seus empreendimentos. E buscam com isso estimular empreendedores sociais a gerirem melhor seus negócios na alocação de recursos e IS, a fim de alcançarem maior efetividade em seus negócios.

Quando analisada a relação entre os conceitos de inovação social e tecnologia social, foi encontrada apenas uma pesquisa; Franzoni e Silva (2016) em um estudo empírico baseado no caso da cadeia curta de agricultores familiares de Porto Alegre – RS, buscaram verificar a relação entre a IS e a TS, para isso verificam se a realidade da cadeia curta de agricultores familiares atende as dimensões, modelos, estágios e características da inovação social e tecnologia social encontrados na literatura, concluindo que a IS se apresenta como um processo baseado na cooperação e integração para promover a solução de uma demanda social e que pode ocorrer por meio da criação de um produto ou técnica reaplicável, ou seja, uma TS. Além disso, o conhecimento produzido, o trabalho realizado junto aos produtores com seus impactos e possibilidade de replicação para outras realidades semelhantes a analisada nesse estudo, auxiliando a melhoria de vida dessas comunidades, também é considerado uma tecnologia social. Esse estudo, fortalece a ideia de que a inovação social é a solução para problemas crônicos sociais e a tecnologia social, por sua vez, se apresenta como as técnicas, produtos/serviços ou metodologias que quando aplicadas irão gerar as soluções que a IS deseja promover.

Quanto a relação entre a tecnologia social e o empreendedorismo social, que fecha a tríade proposta nesse estudo, como já foi exposto anteriormente, não foram encontrados estudos que percorreram essa trilha de investigação. Vale ressaltar que essa pesquisa está fundamentada em apenas duas bases de dados, e por isso esse cenário não é definitivo, porém se apresenta como um forte indício de lacuna de pesquisa, principalmente no cenário nacional. No entanto, diante das leituras feitas dos artigos selecionados para esse estudo que abordam os eixos de forma isolada, é possível perceber que há semelhanças e dessemelhanças, em relação a alguns pontos que compõem os conceitos dos eixos em questão.

A TS como conjunto de técnicas, produtos e/ou serviços ou metodologias que promovem melhoria de qualidade de vida (VALADÃO; ANDRADE, 2015; SANTOS; PAZ, 2016) por considerarem o contexto local de seus usuários e permitirem o processo de construção coletiva das soluções de suas próprias demandas sociais (LEMOS; GUILLAUMUN, 2017). E o ES como um conceito integrador (CARMONA *et al.*, 2018) que estabelece estratégias para a geração do valor social, por meio da força da cooperação do comportamento empreendedor para o desenvolvimento social e realização da missão social (LIMA, 2015; CARMONA *et al.*, 2018; BONFIM; PARISOTTO; MIRANDA, 2019), sem, contudo, excluir a necessidade de rendimentos que, apesar de não serem a força motriz, se faz necessário para o financiamento e o atendimento das necessidades sociais (CACIATORI JR; TEIXEIRA; CHEROBIM, 2019; D'AMARIO; COMINI, 2020). Conceitos que demonstram que a cooperação, por meio da participação das pessoas (no caso da TS como usuários que participam da construção coletiva do produto, técnica e/ou metodologia; e no caso do ES como agentes sociais, empreendedores que possuem papel fundamental na promoção dos recursos necessários para o alcance dos objetivos) é um ponto forte de congruência entre os eixos. E a definição da tecnologia social como produto, método e/ou técnica deixa claro a dessemelhança conceitual, uma vez que um dos objetivos do empreendedorismo social é justamente prover os meios de financiamentos para que ao ser implantado esse produto, serviço, técnica e/ou metodologia, o mesmo possibilite a solução de problemas previamente identificados. Diante das considerações feitas a partir das pesquisas analisadas e as relações estabelecidas, mesmo diante de um campo conceitual ainda em desenvolvimento uma **análise conjunta entre os 3 (três) eixos temáticos que compõem a tríade social – inovação social, tecnologia social e empreendedorismo social** compõe a Figura 1.

Figura 1: Conceitos que compõem a Tríade Social (Convergências e Divergências)

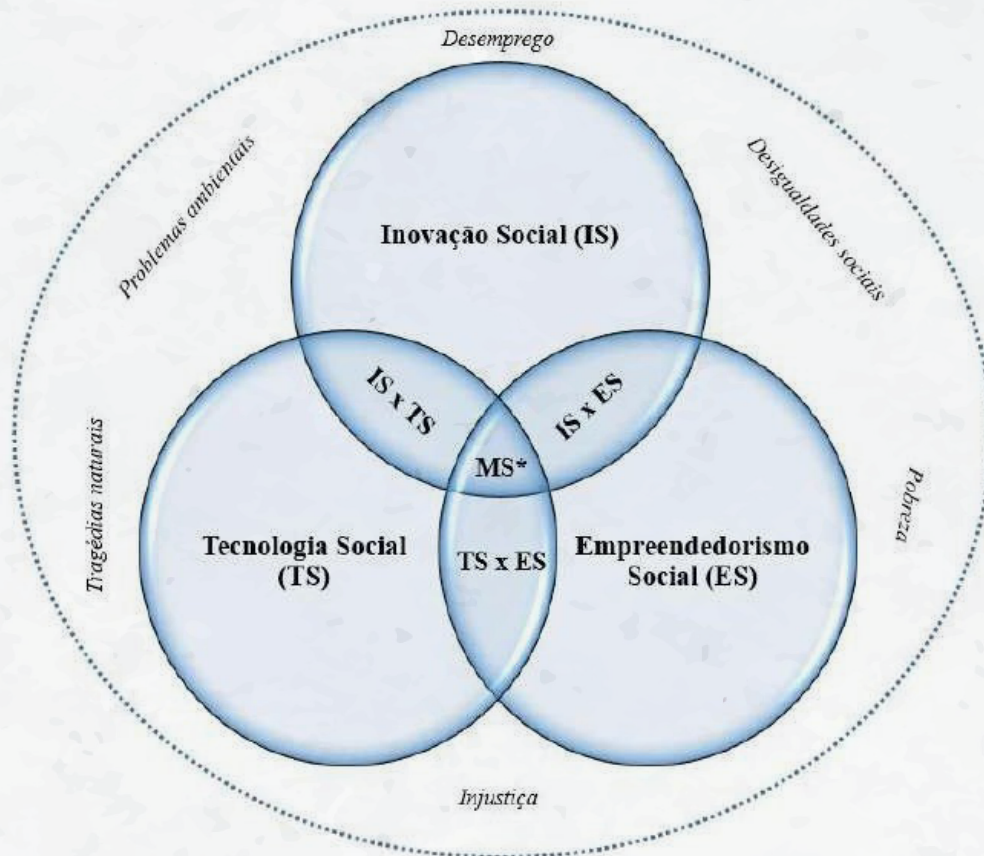
Inovação Social x Tecnologia Social x Empreendedorismo Social

CONGRUÊNCIAS

- Cooperação e colaboração;
- Soluções para problemáticas sociais, gerando valor social;
- *Missão Social;

DIVERGÊNCIAS

- IS – processo/solução;
- TS – produto/serviço, técnica ou metodologia;
- ES – financiamento e promoção dos recursos para a solução;



Fonte: Elaboração própria (2021)

Como consta na Figura 1 alguns elementos foram encontrados nos mais diversos conceitos que envolvem esses eixos analisados, elementos que se apresentam como pontos de interseção da tríade social, são eles: a cooperação e colaboração entre os agentes sociais – premissa básica para existência tanto da IS, quanto da TS e/ou do ES; a busca pela solução de uma problemática social, para promover melhoria na qualidade de vida da sociedade e gerar valor social, ou seja, a missão social que se apresenta como o eixo central dessa tríade.

Em linhas gerais como pontos de congruência tem-se que a inovação social é o processo para gerar soluções a problemáticas sociais (CORREIA; OLIVEIRA; GOMÉZ, 2018; CORREIA; BATISTA; MOTTA, 2019; GANDHI; TEIXEIRA, 2019), a tecnologia social se apresenta como a ferramenta, o instrumental, o método para que a inovação aconteça e possa gerar as soluções necessárias (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004; ITS, 2007; FRANZONI; SILVA, 2016) e o empreendedorismo social se apresenta como a estratégia que irá prover os recursos necessários para a implementação da inovação (ITELVINO *et al.*, 2018; GANDHI; TEIXEIRA, 2019).

Sendo assim, apesar de haver algumas diferenciações entre os conceitos e as relações estabelecidas entre si; relações de congruência quanto aos fins (o objetivo norteador), mas também de divergências quanto aos meios (parte que cabe a cada eixo no cenário proposto), entende-se que mais do que congruentes e/ou divergentes, eles são complementares (GOMEZ *et al.*, 2014; TRACEY; SCOTT, 2017).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo que norteou toda essa pesquisa foi analisar as convergências e divergências dos conceitos de inovação social, tecnologia social e empreendedorismo social. Desse modo, foi possível identificar que para além de conceitos convergentes ou divergentes, essa relação que compõe a tríade social (aqui denominada) é uma relação interdependente, ou seja, são conceitos complementares.

Ao concluir essa análise com a complementariedade entre os termos, corrobora a visão seminal schumpeteriana sobre a inovação ser um elemento fundamental do empreendedorismo (SCHUMPETER, 1982; BARBALHO; UCHOA, 2019), porém, indo além ao ampliar essa visão para o que esse estudo denomina de tríade social, entendendo que tanto a IS, quanto a TS e o ES são fundamentais entre si, de modo que formam um tripé de auxílio mútuo para a atuação de cada um.

Essa compreensão é fortalecida a partir do estudo de Franzoni e Silva (2016, p. 361), quando afirmam que a IS “pode ocorrer por meio da criação de um produto ou técnica reaplicável”, isto é, por meio da reaplicação de uma TS; e no estudo de D’Amario e Comini (2020), que considera a IS como uma dimensão propulsora para o ES. Logo, a reaplicabilidade da TS, promove a IS, e por sua vez, a IS contribui para a promoção do ES. Nessa perspectiva, compreender a tríade social, realizando um paralelo com as premissas TS, IS e ES, torna-se relevante na busca de conhecer as semelhanças e dessemelhanças disponíveis para os três termos, visto que, cada qual tem alcançado desempenho satisfatório no que diz respeito às problemáticas e necessidades sociais. Diante disso, entende-se que esse trabalho contribui com o aprofundamento de uma discussão sobre temáticas que possuem uma relevância significativa para o contexto social, entendendo que os benefícios gerados pela sedimentação desses conceitos, extrapolam os limites teóricos e promovem também um impacto no contexto social.

Alguns limites foram postos diante dessa tarefa, sejam pelos motivos já discutidos anteriormente, ou até mesmo pelas contradições das relações entre TS, IS e ES. Porém, os pontos de congruências identificados fortalecem a discussão de um tema de crescente interesse e busca nos últimos anos, o que pode ser explicado

pelo contexto social em que estamos inseridos. É fato que essa não é uma discussão que se encerra, tal como exposta na metodologia, portanto abre uma possibilidade para outras discussões, inclusive, a execução dessa análise teórica em outras bases de dados nacionais e internacionais, pesquisas numa perspectiva teórico-empírica, objetivando a identificação das premissas aqui relatadas num caso prático.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. A. de; VALADÃO, J. A. D. Análise da instrumentação da ação pública a partir da teoria do ator-rede: tecnologia social e a educação no campo em Rondônia. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 3, p. 407-430, 2017.

ÁSSIMOS, B. M., de OLIVEIRA, T. Z. G., COELHO, S. C. P., LEITE, A. P. M. Tecnologia Social: A Prática tem Levado sua Razão de Ser à Morte ou a Abordagem Clínica é um dos Caminhos para Cura? **Encontro da ANPAD – EnANPAD**, São Paulo, 2017.

BARBALHO, A.; UCHOA, C. V. Empreendedorismo Social como campo de formação no Brasil: o papel das instituições Ashoka, Endeavor e Artemisia. **Interações**, v. 20, n. 2, p. 421-433, 2019.

BARBOSA, F. V., COELHO, N. C., VIEIRA, L. M., de ARAÚJO, P. M., TORGA, E. M. M. F., MEDEIROS, R. Inovação Social e Empreendedorismo: O caso do Projeto Incluir. **XLIII Encontro da ANPAD – EnANPAD**, São Paulo, 2019.

BATAGLIN, J.C. *et al.* Inovação Social: um Estudo da Publicação Científica Internacional por meio da Análise de Redes. **XLIII Encontro da ANPAD - EnANPAD** 2019.

BAVA, Silvio Caccia. Tecnologia social e desenvolvimento local. In: **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 3 - 14, 2011.

BONFIM, G.; PARISOTTO, I. R. S.; de Miranda, R. L. Os Estágios do Empreendedorismo Social no Projeto Gastrômotiva. **VIII Encontro de Administração Pública da ANPAD – EnAPG**, Fortaleza, 2019.

BORGES, M. A.; DANDOLINI, G. A.; SOARES, A. L. O processo de formação de parcerias intersetoriais em iniciativas de inovação social em Portugal. **Análise Social**, v.1, n. 234, p. 118-143, 2020.

BOUNCKEN, R. B., GAST, J., KRAUS, S., BOGERS, M. Coopetition: a systematic review, synthesis, and future research directions. **Review of Managerial Science**, v. 9, n. 3, p. 577-60, 2015.

CACIATORI Jr. I., TEIXEIRA, R. M., CHEROBIM, A. P. M. S. A Relação entre o Empreendedorismo Social, Sustentável e Ambiental com as Finanças Empresariais: Um Estudo Utilizando Mapas Bibliométricos. **X Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD – EnEO**, Fortaleza, 2019.

CAJAIBA-SANTANA, G. Social innovation: moving the field forward: a conceptual framework. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 82, p. 42 - 51, 2014.

CARMONA, V. C.; MARTENS, C. D. P.; LEÃO, A. L. D.B. C.; NASSIF, V. M. J., DE FREITAS, H. M. R. Empreendedorismo social: uma perspectiva bibliométrica na área de administração e negócios. **Estudios Gerenciales**, v. 34, n. 149, p. 399-410, 2018.

CLOUTIER, J. 2003. **Qu'est-ce que l'innovation sociale?** Crises, ET0314. Disponível em: <www.crisis.uqam.ca>. Acesso em: 28/11/2019.

DAGNINO, Renato. **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas**. SciELO-EDUEPB, 2014.
DAGNINO, R.; BRANDAO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: **Fundação Banco do Brasil**, p. 65-81, 2004.

D'AMARIO, E. Q.; COMINI, G. M. Inovação Social nos empreendimentos sociais brasileiros: uma proposta de escala para sua classificação. **Revista Brasileira de Gestão e Negócios**, v. 22, n. 1, p. 104-122, 2020.

DA SILVA, R. L. M., SEGATTO, A. P., DE CARLI, E. Do Reconhecimento do Problema Social à Escalabilidade: uma Análise do Processo de Desenvolvimento da Inovação Social. **XLIII Encontro da ANPAD – EnANPAD**, São Paulo, 2019.

DA SILVA NÉTO, A. T., TEIXEIRA, R. M. Mensuração do grau de inovação de micro e pequenas empresas: estudo em empresas da cadeia têxtil-confecção em Sergipe. **RAI - Revista de Administração e Inovação**, v. 8, n. 3, p. 205-229, 2011.

DE MEDEIROS, C. B. Panorama da Inovação Social no Brasil pelas Lentes da Pós-graduação Stricto Sensu. **Encontro da ANPAD – EnANPAD**, São Paulo, 2017.

DORNELAS, J. C. **Empreendedorismo na prática-Mitos e Verdades do Empreendedor de Sucesso**, 2007.
FONSECA, R. Tecnologia e Democracia. In: **Tecnologias Sociais: Caminhos para a Sustentabilidade**. Brasília: Rede de Tecnologia Social, 2010.

FRANZONI, G. B.; SILVA, T. N. Inovação Social e Tecnologia Social: O Caso da Cadeia Curta de Agricultores Familiares e a Alimentação Escolar em Porto Alegre/RS. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 37, p. 353-386, 2016.

GANDHI, I. TEIXEIRA, R. M. Relações Conceituais Entre Empreendedorismo Social e Inovação Social: Uma Revisão Sistemática Da Literatura. **EnEO – Encontro Nacional de Estudos Organizacionais**, 2019.

GEISER, C. M. G., PARISOTTO, I. R. S., FERRARI, D. Projeto de Equoterapia

Aliança sob a Perspectiva das Dimensões da Inovação Social. **Encontro da ANPAD – EnANPAD**, São Paulo, 2017.

GOMEZ, C. et al. Inovação Social x Tecnologia Social: Duas faces da mesma moeda. XXVII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, 2014.

ITELVINO, Lucimar da Silva et al. Formação Empreendedora Para Geração de Inovações Sociais. **Gestão & Regionalidade**, v. 34, n. 101, 2018.

ITS – Instituto de Tecnologia Social. **Caderno Debate – Tecnologia Social no Brasil**. Brasília, ITS, 2004.

ITS – Instituto de Tecnologia Social. **Uma metodologia de análise detecnologias sociais**. São Paulo: ITSBrasil, 2007.

JUSTEN, G. S.; MORAIS-DA-SILVA, R. L.; TAKAHASHI, A. R. W.; SEGATTO, A. P. Inovação Social e Desenvolvimento Local: uma análise de meta-síntese. **Revista de Gestão Social e Ambiental (RGSA)**, v. 14, n. 1, p. 56-73, 2020.

LEMOS, M. A. C., GUILLAUMON, S. A Rede de Tecnologia Social: Análise da Articulação à Luz do Conceito de Gestão Social. **Encontro da ANPAD – EnANPAD**, São Paulo, 2017.

LIMA, E. Deixando a Lama para Trás: Empreendedorismo Social, Bricolagem e Efetivação frente a um Grande Desastre Climático. **XXXIX Encontro da ANPAD –EnANPAD**. Belo Horizonte, 2015.

MACKE, Janaina et al. Where do we go from now? Research framework for social entrepreneurship. **Journal of cleaner production**, v. 183, p. 677-685, 2018.

MELO, A. A de. *et al.* Inovação Social e Empreendedorismo Social: Trajetórias Delineadas nas Publicações da ANPAD. **XL Encontro da ANPAD**, 2016.

MULGAN, G., TUCKER, S., ALI, R., SANDERS, B. Social innovation: What it is, why it matters and how it can be accelerated, Skoll Centre for Social Entrepreneurship. **Working paper**, 2007.

MURRAY, R., CAULIER-GRICE, J., MULGAN, G. The open book of social innovation. **The young foundation**, 2010.

NETO, Francisco Paulo de melo; FRÓES, César. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

NICHOLLS, A., MURDOCK, A. The nature of social innovation. In Social innovation. **Palgrave Macmillan**, London, p. 1-30, 2012.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Manual de Oslo: proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica**. 3. ed. Brasília: FINEP, 2004

POL, Eduardo; VILLE, Simon. Social innovation: Buzz word or enduring term?. **The Journal of socio-economics**, v. 38, n. 6, p. 878-885, 2009.

PRIM, Márcia Aparecida et al. **Elementos constitutivos das redes de colaboração para inovação social no contexto de incubadoras sociais**. 2019.

ROCHA; R. O. *et al.* Inovação Social: Revisão Bibliográfica dos Estudos de Casos Publicados na Base de Dados do SPELL e Anais da ANPAD. **XLI Encontro da ANPAD**, 2017.

SAMPAIO, R. F., MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v.11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SANTOS, R. A., PAZ, J. G. Tecnologia Social: Estudo de Caso do Projeto Profissão Catador. **XL Encontro da ANPAD – EnANPAD**, Costa do Saúpe, 2016.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. **Inovação e competitividade nas MPes brasileiras**. Brasília, DF, 2009.

SHANE, S.; VENKATARAMAN, S. The promise of entrepreneurship as a field of research. **Academy of Management Review**, v. 25. n. 1. p. 217-226, 2000.

SILVA, M. N., CAVALCANTE, N. W. F. Inovação Social: um estudo de caso sobre o grupo Comida da Gente. **XLIII Encontro da ANPAD – EnANPAD**, São Paulo, 2019.

SILVEIRA, Franciane Freitas; ZILBER, Silvia Novaes. Is social innovation about innovation? A bibliometric study identifying the main authors, citations and co-citations over 20 years. **International Journal of Entrepreneurship and Innovation Management**, v. 21, n. 6, p. 459-484, 2017.

SOUSA, I. G. B., SEGATTO, A. P., DA SILVA, R. L. M. Análise do uso de teorias organizacionais em estudos da inovação social: uma revisão sistemática da literatura nacional e internacional. **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - EnANPAD**, São Paulo, 2017.

TRACEY, Paul; STOTT, Neil. Social innovation: a window on alternative ways of organizing and innovating. **Innovation**, v. 19, n. 1, p. 51-60, 2017.

VALADÃO, J. A. D., DE ANDRADE, J. A. Consolidação de uma Tecnologia Social Inovadora: Característica Translativa da Pedagogia da Alternância. **XXXIX Encontro da ANPAD – EnANPAD**, Belo Horizonte, 2015.

WESTLEY, F., ANTADZE, N. Making a difference: Strategies for scaling social innovation for greater impact. **The innovation journal: the public sector innovation journal**, v. 15, n. 2, p. 1-19, 2010.

ZAHRA, Shaker A. et al. A typology of social entrepreneurs: Motives, search processes and ethical challenges. **Journal of business venturing**, v. 24, n. 5, p. 519-532 CLOUTIER, J. 2003. **Qu'est-ce que l'innovation sociale?** Crises, ET0314. Disponível em: <www.crisis.uqam.ca>. Acesso em: 28/11/2019.

DAGNINO, Renato. **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas**. SciELO-EDUEPB, 2014.

DAGNINO, R.; BRANDAO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: **Fundação Banco do Brasil**, p. 65-81, 2004.

D'AMARIO, E. Q.; COMINI, G. M. Inovação Social nos empreendimentos sociais brasileiros: uma proposta de escala para sua classificação. **Revista Brasileira de Gestão e Negócios**, v. 22, n. 1, p. 104-122, 2020.

DA SILVA, R. L. M., SEGATTO, A. P., DE CARLI, E. Do Reconhecimento do Problema Social à Escalabilidade: uma Análise do Processo de Desenvolvimento da Inovação Social. **XLIII Encontro da ANPAD – EnANPAD**, São Paulo, 2019.

DA SILVA NÉTO, A. T., TEIXEIRA, R. M. Mensuração do grau de inovação de micro e pequenas empresas: estudo em empresas da cadeia têxtil-confecção em Sergipe. **RAI - Revista de Administração e Inovação**, v. 8, n. 3, p. 205-229, 2011.

DE MEDEIROS, C. B. Panorama da Inovação Social no Brasil pelas Lentes da Pós-graduação Stricto Sensu. **Encontro da ANPAD – EnANPAD**, São Paulo, 2017.

DORNELAS, J. C. **Empreendedorismo na prática-Mitos e Verdades do Empreendedor de Sucesso**, 2007.
FONSECA, R. Tecnologia e Democracia. *In: Tecnologias Sociais: Caminhos para a Sustentabilidade*. Brasília: Rede de Tecnologia Social, 2010.

FRANZONI, G. B.; SILVA, T. N. Inovação Social e Tecnologia Social: O Caso da Cadeia Curta de Agricultores Familiares e a Alimentação Escolar em Porto Alegre/RS. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 37, p. 353-386, 2016.

GANDHI, I. TEIXEIRA, R. M. Relações Conceituais Entre Empreendedorismo Social e Inovação Social: Uma Revisão Sistemática Da Literatura. **EnEO – Encontro Nacional de Estudos Organizacionais**, 2019.

GEISER, C. M. G., PARISOTTO, I. R. S., FERRARI, D. Projeto de Equoterapia Aliança sob a Perspectiva das Dimensões da Inovação Social. **Encontro da ANPAD – EnANPAD**, São Paulo, 2017.

GOMEZ, C. et al. Inovação Social x Tecnologia Social: Duas faces da mesma moeda. XXVII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, 2014.

ITELVINO, Lucimar da Silva et al. Formação Empreendedora Para Geração De Inovações Sociais. **Gestão & Regionalidade**, v. 34, n. 101, 2018.

ITS – Instituto de Tecnologia Social. **Caderno Debate – Tecnologia Social no Brasil**. Brasília, ITS, 2004.

ITS – Instituto de Tecnologia Social. **Uma metodologia de análise de tecnologias sociais**. São Paulo: ITS Brasil, 2007.

JUSTEN, G. S.; MORAIS-DA-SILVA, R. L.; TAKAHASHI, A. R. W.; SEGATTO, A. P. Inovação Social e Desenvolvimento Local: uma análise de meta-síntese. **Revista de Gestão Social e Ambiental (RGSA)**, v. 14, n. 1, p. 56-73, 2020.

LEMOS, M. A. C., GUILLAUMON, S. A Rede de Tecnologia Social: Análise da Articulação à Luz do Conceito de Gestão Social. **Encontro da ANPAD – EnANPAD**, São Paulo, 2017.

LIMA, E. Deixando a Lama para Trás: Empreendedorismo Social, Bricolagem e Efetivação frente a um Grande Desastre Climático. **XXXIX Encontro da ANPAD – EnANPAD**. Belo Horizonte, 2015.

MACKE, Janaina et al. Where do we go from now? Research framework for social entrepreneurship. **Journal of cleaner production**, v. 183, p. 677-685, 2018.

MELO, A. A de. et al. Inovação Social e Empreendedorismo Social: Trajetórias Delineadas nas Publicações da ANPAD. **XL Encontro da ANPAD**, 2016.

MULGAN, G., TUCKER, S., ALI, R., SANDERS, B. Social innovation: What it is, why it matters and how it can be accelerated, Skoll Centre for Social Entrepreneurship. **Working paper**, 2007.

- MURRAY, R., CAULIER-GRICE, J., MULGAN, G. The open book of socialinnovation. **The young foundation**, 2010.
- NETO, Francisco Paulo de melo; FRÓES, César. **Empreendedorismo social: atransição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
- NICHOLLS, A., MURDOCK, A. The nature of social innovation. In Social innovation. **Palgrave Macmillan**, London, p. 1-30, 2012.
- OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Manual de Oslo: proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica**. 3. ed. Brasília: FINEP, 2004
- POL, Eduardo; VILLE, Simon. Social innovation: Buzz word or enduring term?. **TheJournal of socio-economics**, v. 38, n. 6, p. 878-885, 2009.
- PRIM, Márcia Aparecida et al. **Elementos constitutivos das redes de colaboraçãopara inovação social no contexto de incubadoras sociais**. 2019.
- ROCHA; R. O. *et al.* Inovação Social: Revisão Bibliográfica dos Estudos de CasosPublicados na Base de Dados do SPELL e Anais da ANPAD. **XLI Encontro da ANPAD**, 2017.
- SAMPAIO, R. F., MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia parasíntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**,v.11, n. 1, p. 83-89, 2007.
- SANTOS, R. A., PAZ, J. G. Tecnologia Social: Estudo de Caso do Projeto ProfissãoCatador. **XL Encontro da ANPAD – EnANPAD**, Costa do Sauípe, 2016.
- SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. **Inovação ecompetitividade nas MPES brasileiras**. Brasília, DF, 2009.
- SHANE, S.; VENKATARAMAN, S. The promise of entrepreneurship as a field ofresearch. **Academy of Management Review**, v. 25. n. 1. p. 217-226, 2000.
- SILVA, M. N., CAVALCANTE, N. W. F. Inovação Social: um estudo de caso sobre ogrupo Comida da Gente. **XLIII Encontro da ANPAD – EnANPAD**, São Paulo, 2019.
- SILVEIRA, Franciane Freitas; ZILBER, Silvia Novaes. Is social innovation about innovation? A bibliometric study identifying the main authors, citations and co- citations over 20 years. **International Journal of Entrepreneurship and InnovationManagement**, v. 21, n. 6, p. 459-484, 2017.
- SOUSA, I. G. B., SEGATTO, A. P., DA SILVA, R. L. M. Análise do uso de teoriasorganizacionais em estudos da inovação social: uma revisão sistemática da literaturanacional e internacional. **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - EnANPAD**, São Paulo, 2017.

TRACEY, Paul; STOTT, Neil. Social innovation: a window on alternative ways of organizing and innovating. **Innovation**, v. 19, n. 1, p. 51-60, 2017.

VALADÃO, J. A. D., DE ANDRADE, J. A. Consolidação de uma Tecnologia Social Inovadora: Característica Translativa da Pedagogia da Alternância. **XXXIX Encontro da ANPAD – EnANPAD**, Belo Horizonte, 2015.

WESTLEY, F., ANTADZE, N. Making a difference: Strategies for scaling social innovation for greater impact. **The innovation journal: the public sector innovation journal**, v. 15, n. 2, p. 1-19, 2010.

ZAHRA, Shaker A. et al. A typology of social entrepreneurs: Motives, search processes and ethical challenges. **Journal of business venturing**, v. 24, n. 5, p. 519-532





**ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS-
SEDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS COM
ÊNFASE NA CIDADE DE PEDRO II – PI.**

SOCIO-ECONOMIC ANALYSIS OF THE MUNICIPALITIES - THIRST FOR COMMUNITY BANKS WITH EMPHASIS IN THE CITY OF PEDRO II – PI.

Ana Gêssica dos Santos; Instituto Federal do Piauí – IFPI.
anagessica013@gmail.com

Cláudio de Andrade Rodrigues; Instituto Federal do Piauí – IFPI.
kadu1rcc@gmail.com

Janielson de Castro Lopes; Instituto Federal do Piauí – IFPI.
janielsondecastrolopes@gmail.com

Romério Santos Silva; Instituto Federal do Piauí – IFPI.
romeriop2@hotmail.com



RESUMO

Dentro da esfera da Economia Solidária, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) têm sido criados no Brasil para oportunizar o desenvolvimento social, democratizando o acesso ao crédito para as populações carentes. Autores apontam que esses bancos atuam comumente em localidades caracterizadas por alto grau de exclusão e desigualdade social, nível de renda pequeno e baixo IDH. Entretanto, percebeu-se uma lacuna quanto à caracterização socioeconômica, baseada em dados oficiais, dos locais em que estão sediadas essas instituições. Tendo em vista esse contexto o presente trabalho pretendeu identificar e analisar as características socioeconômicas dos municípios que sediam bancos comunitários no Brasil, dando ênfase ao município de Pedro II – PI e à atuação do Banco Rede Opala, sediado na referida cidade. A partir de uma abordagem quantitativa e qualitativa, e utilizando os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, os documentos oficiais disponibilizados pela diretoria do Banco Rede Opala e a base de dados do Segundo Mapeamento de Empreendimentos Econômicos Solidários foi possível chegar ao objetivo proposto. Conforme os dados apresentados, as regiões Norte/Nordeste e Sul/Sudeste possuem discrepâncias entre si, apresentando índices negativos e positivos, respectivamente, em dados relativos à pobreza, trabalho, educação e formalidade. Por outro lado, as regiões Nordeste e Sudeste sediam a mesma quantidade de Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Tal constatação pode ser explicada pela desigualdade interna de Estados da Região Sudeste que, ao mesmo tempo em que podem abrigar regiões desenvolvidas, também podem conter regiões consideradas pobres.

Palavras-chave: Economia Solidária, Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Microfinanças, Desenvolvimento.

ABSTRACT

Within the sphere of the Solidarity Economy, Community Development Banks (BCDs) have been created in Brazil to create opportunities for social development, democratizing access to credit for needy populations. Authors point out that these banks operate commonly in locations characterized by a high degree of exclusion and social inequality, low income level and low HDI. However, a gap was noticed in terms of the socioeconomic characterization, based on official data, of the places where these institutions are based. Given this context, this study aimed to identify and analyze the socioeconomic characteristics of the municipalities that host community banks in Brazil, with emphasis in the municipality of Pedro II-PI and the performance of the Bank Opal Network, based in that city. From a quantitative and qualitative approach, and using data from the Atlas of Human Development in Brazil, the official documents made available by the management of Banco Rede Opala and the database of the second mapping of Solidary Economic Enterprises, it was possible to reach the proposed objective. According to the data presented, the North / Northeast and South / Southeast regions have discrepancies between them, with negative and positive indices, respectively, in data related to poverty, work, education and formality. On the other hand, the Northeast and Southeast regions host the same number of Community Development banks. This finding can be explained by the internal inequality of states in the Southeast region, which, while they may harbor developed regions, may also contain regions considered to be poor.

Keywords: Solidarity Economy, Community Development Banks, Microfinance, Development.

1. INTRODUÇÃO

Dados da Global Findex Database 2017 revelam que o percentual de adultos possuidores de empréstimos em instituições financeiras no Brasil, em 2017, era de 9% (DEMIRGÜÇ-KUNT et. al., 2018). Comparando com 2014, quando o percentual era de 12%, a pesquisa mostra redução desta taxa no país. E ainda, o Relatório de Cidadania Financeira do Banco Central do Brasil, publicado em 2018, mostra que 54% do volume da carteira de crédito para pessoas físicas no país foram destinados para consumidores com renda acima de cinco salários-mínimos, que correspondem a 6,2% da população (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

Com base nesses dados percebe-se que o acesso ao crédito é restrito a uma pequena parcela da população. É o que afirmam Crocco e Menezes (2009) quando dizem que o crédito oferecido pelos bancos tradicionais se torna restrito e acaba por excluir uma parcela específica da população, aquela residente em locais economicamente mais atrasados e desprovidos de recursos financeiros. Essas instituições, que pertencem ao sistema financeiro tradicional e são representadas em sua maioria por bancos privados, têm como objetivo principal o lucro, buscando reduzir seus custos e maximizar seus ganhos. Por outro lado, trazendo uma metodologia, em tese, mais inclusiva, surgem políticas públicas de microcrédito como um esforço governamental de inclusão financeira. O objetivo é o de fornecer crédito a juros mais baixos e ampliar o acesso ao crédito. Em contraponto, os estudos de Morduch (1999), Braga (2011) e França Filho et. al. (2012) mostram que estas ações são insuficientes para promover uma inclusão financeira satisfatória.

É diante deste cenário que surgem os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). Essas entidades estão inseridas no campo das finanças solidárias e tem o propósito de realizar um trabalho de inclusão social e financeira através de crédito solidário, financiamento de produção e consumo local (RAPOSO e FARIA, 2015). Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos. Buscam fortalecer as relações econômicas da comunidade e contribuir para alterar o quadro de exclusão social e econômica através do desenvolvimento territorial (MOSTAGI et. al. 2019). Deste modo, a existência da Economia Solidária, bem como de outros modos de desenvolvimento alternativos, decorre, em larga medida, do processo de exclusão social próprio ao modo de operação dos bancos tradicionais.

Para Raposo e Faria (2015), os BCDs são serviços financeiros solidários de natureza associativa e comunitária. Atuam voltados para a geração de trabalho e renda fazendo uso dos princípios da economia solidária como norteadores de suas atividades. Os BCDs trabalham com duas linhas de crédito. Uma em reais e outra em moeda social circulante, estimulando a criação de uma rede local de produção (MELO NETO SEGUNDO e MAGALHÃES, 2009).

O Banco Palmas, fundado em janeiro de 1998 em Fortaleza, foi o primeiro desse segmento no Brasil. Surgiu com a proposta de estimular o crescimento local com base na produção, comercialização e consumo dentro da comunidade (RAPOSO e FARIA 2015). Ele tem conseguido manter a circulação dos recursos no comércio local gerando o desenvolvimento da região onde foi criado (MOSTAGI et. al., 2019). Desde a fundação do Banco Palmas até hoje o número de BCDs cresceu, com eles fazendo-se presentes em todas as regiões do país.

Com uma metodologia semelhante, existe desde 2012, no município de Pedro II, Estado do Piauí, o Banco Rede Opala. Este atua em parceria com a Caixa Econômica Federal oferecendo diversos serviços. Dentre eles destacam-se o pagamento de boletos, pagamento de programas sociais como bolsa família, abertura de contas, troca de moeda social e etc. Atua também em acordo de cooperação com a Agência de Fomento do

Estado do Piauí (Piauí Fomento), com o propósito de auxiliar o desenvolvimento local financiando pequenos empreendedores em atividades produtivas diversas.

Tem-se que, de acordo com o Segundo Mapeamento de Empreendimentos Econômicos Solidários, finalizado em 2013 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Brasil conta com 29 Bancos Comunitários de Desenvolvimento distribuídos por todo o país. Encontram-se em todas as grandes regiões brasileiras, dispostos numericamente da seguinte maneira: nove na região Sudeste, nove na região Nordeste, cinco na região Centro-Oeste, quatro na região Sul e dois na região Norte do Brasil (GAIGER, 2014).

A relevância deste trabalho, além da contribuição para a literatura do tema, está no potencial de auxílio ao direcionamento de políticas públicas que envolvam microcrédito para a população historicamente excluída financeiramente; bem como no esclarecimento que ele trará para a comunidade da cidade de Pedro II - PI no que diz respeito à importância da atuação de um BCD.

2. OBJETIVOS

Estudos a respeito da economia solidária e de finanças solidárias (SILVA JÚNIOR, 2007; RAPOSO e FARIA 2015; MELO NETO SEGUNDO e MAGALHÃES, 2009) apontam que os Bancos Comunitários de Desenvolvimento atuam comumente em localidades caracterizadas por alto grau de exclusão e desigualdade social, nível de renda pequeno e baixo IDH. Entretanto, dentro da literatura pesquisada, encontrou-se uma lacuna quanto à caracterização socioeconômica, baseada em dados oficiais, dos locais em que estão sediados os Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Deste modo, objetiva-se com este estudo identificar e analisar as características socioeconômicas dos municípios que sediam bancos comunitários no Brasil, dando ênfase ao município de Pedro II - PI e à atuação do Banco Rede Opala. Para tal, foram utilizados os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil para informar a respeito da informalidade; educação e trabalho; desenvolvimento e desigualdade; e pobreza, nos municípios estudados. Nesta pesquisa também foi utilizada a base de dados do Segundo Mapeamento de Empreendimentos Econômicos Solidários, finalizado em 2013, e realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). E ainda, para caracterizar o Banco Rede Opala, foi realizada uma análise documental, a partir de documentos obtidos junto à instituição.

3. BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Nesta seção será apresentado um breve apanhado da literatura acadêmica a respeito da origem, caracterização e atuação e importância dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

3.1. ORIGEM

A primeira experiência de banco comunitário no Brasil ocorreu em 1998 na cidade de Fortaleza, no Ceará. Mais precisamente no Conjunto Palmeira. O Banco Palmas atua na promoção da melhoria das condições de vida do território no qual está sediado, objetivando fortalecer a economia local, incentivando a criação de instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local – cartão de crédito e moeda social circulante local

– que são reconhecidos por produtores, comerciantes e consumidores como eficazes para a dinamização da economia (SILVA JUNIOR, 2007).

Ele surgiu a partir de iniciativa da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCOMP). Com o desenvolvimento e consolidação dessa experiência, as práticas metodológicas dos BCDs foram disseminadas para outras localidades através do Instituto Palmas. Desde a fundação do Banco Palmas, devido ao impacto social, ambiental, político e econômico destas experiências, o número de BCDs até hoje tem aumentado a cada ano. Atualmente já é registrada a existência de 103 bancos comunitários em todo o país, distribuídos em 19 estados da federação, organizados na Rede Brasileira de Bancos Comunitários. De acordo com Melo Neto Segundo (2013) um milhão de brasileiros foram impactados positivamente pelas ações dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

O intuito da criação do banco foi o de implementar ações de desenvolvimento local e de inclusão social, as quais conferiram ao banco o motivo para ser considerado uma das principais experiências de economia solidária no Brasil. A partir do sucesso destas práticas a Secretaria Nacional de Economia Solidária assinou em 2006 um convênio com o Instituto Palmas objetivando replicar a metodologia dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento em âmbito nacional (PASSOS, 2007).

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento têm o intuito de promover a inclusão social e o desenvolvimento local através de estratégias que relacionam ao mesmo tempo a produção, o financiamento, a comercialização e a capacitação das comunidades onde estão localizados (SILVA JÚNIOR; RIGO; PASSOS, 2015).

Além disso, o BCD é um espaço de experimentação e aprendizagem que se efetiva no desenvolvimento de suas ações, na construção coletiva, na superação de desafios e nas práticas que mudam a percepção do indivíduo do seu papel como cidadão, podendo modificar a sua visão da própria comunidade, suas organizações e perspectivas de futuro.

Neste sentido, pelo fato dos Bancos Comunitários terem origens em realidades sociais muito parecidas, costumam apresentar dificuldades similares. Analisando as suas práticas, podemos observar um padrão, conforme descritas por Silva Junior (2007, p.14).

[...] percebemos que estas [dificuldades] são comuns a todos [os bancos comunitários analisados] e podem ser elencadas assim: 1. Gestão (necessidade de capacitação dos gestores dos bancos); 2. Fundo de Crédito (necessidade de parcerias para captação dos recursos); 3. Sustentabilidade (necessidade de desenvolver produtos que reduzam a dependência dos projetos governamentais); 4. Moedas Sociais (necessidade de lastro para emissão e de transferência de confiança que garanta a circulação).

3.2. CARACTERIZAÇÃO E ATUAÇÃO

Os bancos comunitários são experiências orientadas para a mitigação das causas estruturais da desigualdade, defendendo uma posição mais política e menos funcional, afirmando seu compromisso de solidariedade e concebendo suas práticas como uma nova forma de ação coletiva e intervenção pública (LAVILLE, 2010). A rede brasileira de Bancos Comunitários (2006) define os BCDs como sendo:

Serviços financeiros solidários em rede de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva da reorganização das economias locais, tendo por

base os princípios da Economia Solidária. Tendo como objetivo dinamizar as economias locais, promover o desenvolvimento do território e fortalecer a organização comunitária a partir da oferta de serviços financeiros (REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS, 2006).

Do mesmo modo, França Filho (2007) afirma que os bancos comunitários são experiências de economia solidária, e como tal, convidam à experimentação de outro tipo de economia (efetivamente a favor do bem-estar humano e social). E ainda, “ampliam a capacidade de diálogo e articulação da comunidade, amplificando a capacidade de mobilização e gestão de recursos e projetos voltados para o desenvolvimento do território” (RAPOSO e FARIA, 2015, p. 566).

De acordo com Silva Júnior (2007), os bancos comunitários podem ser qualificados como um projeto de finanças solidárias de apoio às economias populares de municípios com baixo IDH, tendo por base os princípios da Economia Solidária e orientando-se para o desenvolvimento socioeconômico de um território. O mesmo autor afirma que estas experiências se apoiam em uma série de ferramentas para gerar e ampliar a renda no território. Isso se dá por que práticas de economias populares tenham acessibilidade a sistemas financeiros locais, evidenciando-se como promotores de desenvolvimento territorial, do empoderamento e da organização comunitária. Geridos pela própria comunidade, os BCDs podem dividir-se em quatro serviços fundamentais: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em Economia Solidária.

Os bancos comunitários seguem a metodologia do Banco Palmas, primeiro Banco Comunitário no Brasil, referência nacional e internacional neste seguimento. Porém, as comunidades possuem peculiaridades, histórias diferentes, conhecimentos próprios. Desta forma, é importante observar as diversas estratégias e metodologias que os BCDs devem assumir nas diversas regiões do país. Com isso, o conhecimento acumulado sobre os BCDs é fundamental para a construção de tipologias e novas metodologias de finanças solidárias, conforme descritas por Silva Júnior (2007).

Os serviços oferecidos pelos BCD promovem a inclusão de um conjunto significativo da população que não tem acesso a serviços bancários tradicionais e se mantém excluída financeiramente. Com isso, os bancos comunitários valorizam as pessoas e mobiliza as organizações da comunidade a partir dos serviços que oferece.

A introdução de um banco comunitário e moeda social em um território marcado pela vulnerabilidade e risco social, podem ser consideradas uma inovação social que visa o desenvolvimento local através da prestação de serviços financeiros oferecidos a sua população, organização e fortalecimento da produção e consumo, conhecimento, expansão de capacidades locais e empoderamento dos habitantes das comunidades onde se encontram (RAPOSO E FARIA, 2015, p. 553).

Dessa forma, contribuem para uma melhor distribuição do fornecimento de crédito dentro de um sistema financeiro nacional e, conseqüentemente, para menores custos de crédito bancário para trabalhadores independentes e micro e pequenos empreendedores dentro da economia local (FREIRE, 2009). As moedas sociais são projetadas para desenvolver relações interpessoais, constituindo espaços de confiança onde as regras são negociadas, o que permite que as capacidades locais sejam valorizadas para além das que são mobilizadas pela produção mercantil (LAVILLE, 2010).

Para (RAPOSO E FARIA, 2015, p. 554):

O BCD é um espaço de experimentação e aprendizagem que se efetiva no desenvolvimento de suas ações, na construção coletiva, na superação de desafios e nas práticas que mudam a

percepção do indivíduo do seu papel como cidadão, podendo modificar a sua visão da própria comunidade, suas organizações e perspectivas de futuro. Os BCD geram uma inclusão financeira e socioeconômica. Por meio das linhas de crédito oferecidas, com uma avaliação de crédito inclusiva, traz aos beneficiários uma melhoria da autoestima, uma vez que se sentem merecedores de crédito, incluídos novamente na sociedade.

Os bancos comunitários apresentam características próprias que os diferenciam das demais instituições financeiras. Melo Neto Segundo e Magalhães (2009) apontam como principais características dos BCDs: a criação deles acontece por iniciativa e decisão da comunidade, tornando-se gestora dos mesmos; a atuação em duas linhas de créditos, sendo uma em real e outra em moeda social circulante e através delas a criação de uma rede local de produção; também dar apoio a empreendimentos dos moradores como estratégia de fortalecer o comércio.

Assim, os bancos comunitários de desenvolvimento permitem que práticas de economias populares tenham acessibilidade a sistemas financeiros locais, evidenciando-se como promotores de desenvolvimento territorial, do empoderamento e da organização comunitária bem como fomentando relações de proximidade, confiança e de solidariedade por meio do aproveitamento das capacidades endógenas.

França Filho e Silva Júnior (2009) destacam a utilização das linhas de microcrédito voltadas para a produção e o consumo local com juros justos o que gera renda e trabalho para os moradores da comunidade. Quanto à concessão e cobrança dos empréstimos, eles ocorrem com base nas relações de confiança, proximidade e vizinhança, desta forma o controle é mais social do que propriamente econômico. Assim, a participação efetiva da comunidade, a moeda social circulante e o desenvolvimento local destacam-se fortemente como o tripé característico dessas instituições (SILVA JÚNIOR, 2007).

No Dicionário Internacional da Outra Economia são apresentados quatro eixos centrais de ações do BCD em seu processo de intervenção: o fundo de crédito solidário, a moeda social circulante local, as feiras de produtores locais e a capacitação em economia solidária (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009).

Tabela 1: Características dos BCDs.

BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO – CARACTERÍSTICAS

1. Participação comunitária.

2. Fortalecimento das iniciativas econômicas locais.

3. Oferta de linhas de crédito em real e em moeda social.

4. Baseiam-se nas relações de confiança, vizinhança e proximidade.

5. Cobrança é feita por meio de controle social.

Fonte: Elaboração Própria.

3.3. IMPORTÂNCIA

Os BCDs desempenham importante papel na comunidade/bairro onde são implantados, pois são considerados um modo mais positivo de promover a inclusão financeira das pessoas de baixa renda por se firmarem nas relações comunitárias com base na solidariedade e confiança, fazendo com que a renda circule dentro do território em que está situado o Banco Comunitário (RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015).

A importância dessas instituições está na busca da redução das desigualdades, atuando no desenvolvimento de regiões mais pobres, alcançando efetivamente estes para tornarem-se autossustentáveis com a concessão do financiamento de modo a incentivar as pessoas a produzirem e consumirem dentro da própria comunidade propiciando o crescimento local e atuando na promoção da qualidade de vida da comunidade (LAVILLE, 2010).

Com isso, os moradores que precisam de empréstimo, reorganizam as finanças locais na medida em que congregam produção e consumo, dinamizando a economia local com bazares, fundo de crédito, moeda social, feiras de produtores locais, etc. desenvolvendo capacidades locais gerando oportunidade social.

Os bancos comunitários ao buscarem reorganizar a economia local criam um grupo de “prosumatores”, ou seja, o morador vai desempenhar ao mesmo tempo os papéis de produtor, consumidor e ator social de transformação. Esse grupo se articula em rede, vendendo e comprando os produtos uns dos outros, criando várias conexões econômicas, também organizam lutas sociais por direitos e políticas públicas (MOSTAGI et. al., 2019).

É nesta perspectiva que os BCD possuem o potencial de resgatar as liberdades importantes para o desenvolvimento social, possibilitando autonomia e inclusão, amplificando as dimensões econômica, social e política da comunidade.

4. METODOLOGIA

O presente trabalho utilizou-se de uma abordagem quantitativa e qualitativa, e quanto a seus objetivos tem natureza descritiva. O percurso metodológico objetivou identificar e analisar as características socioeconômicas dos municípios que sediam bancos comunitários no Brasil, destacando o município de Pedro II – PI e à atuação do Banco Rede Opala.

Para se chegar a esse objetivo foi realizado um levantamento bibliográfico a respeito da temática estudada, a fim de entender com clareza o objeto de estudo. Posteriormente foram analisados documentos oficiais fornecidos pela diretoria do Banco Rede Opala, a fim de caracterizar a respectiva instituição. Em seguida, verificou-se na base de dados do Segundo Mapeamento de Empreendimentos Econômicos Solidários quais as cidades brasileiras que sediavam BCDs. Logo após buscou-se na base de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil as variáveis de interesse para este estudo, quais sejam: trabalho, educação, renda, desigualdade, pobreza e desenvolvimento.

O Atlas Brasil é uma parceria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Fundação João Pinheiro. A ferramenta oferece um panorama do desenvolvimento humano e da desigualdade interna dos municípios, estados e regiões metropolitanas do Brasil. Para tanto utiliza em sua base de dados os resultados dos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados coletados e utilizados são relativos ao ano de 2010 por ser o mais recente. Para uma melhor visualização e para facilitar a análise, os dados foram agrupados por região e logo após foi calculada a média de cada uma delas. Estas foram obtidas somando-se os índices de cada cidade que sedia

um BCD na região e dividindo-se o resultado encontrado pelo total de cidades, sede de BCD, na respectiva região. Este cálculo foi realizado através do software Excel. Para fins de comparação e parâmetro foram incluídos os dados relativos ao Brasil em sua totalidade. E ainda, destacou-se os dados relativos ao município de Pedro II de modo a alcançar o objetivo proposto.

Assim foi possível analisar os dados e interpretá-los para, dessa forma, caracterizar as cidades que sediam Bancos Comunitários de Desenvolvimento. A análise é apresentada a seguir.

5. ANÁLISE

5.1. CARACTERIZAÇÃO DO BANCO REDE OPALA

O Banco Rede Opala está situado na cidade de Pedro II – PI e a mobilização social em torno da economia solidária, mais especificamente das finanças solidárias, iniciou em agosto de 2010. Nesta data, líderes comunitários, presidentes de associações e membros de empreendimentos solidários de Pedro II participaram de oficina de economia solidária realizada pelo CFES na comunidade Lagoa do Sucuruju¹. Após discutirem sobre os valores e práticas da economia solidária, resolveram se organizar por meio de doações em dinheiro para criar um Fundo Solidário, cujo objetivo era atender a demanda das associações. Assim, foi arrecadado o valor de R\$1.750,00 e criado uma coordenação para gerenciar o Fundo.

Após dezenas de reuniões, estudos, intercâmbios, realização de parcerias, escolha da entidade gestora e formação do conselho gestor; foi inaugurado o Banco Rede Opala no dia 08 de junho de 2012. Para sua constituição e implantação, o Banco Opala teve apoio da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da Universidade Federal da Bahia (ITES/UFBA), da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Banco Palmas, do Banco Cocais, da Prefeitura de Pedro II e da Caixa Econômica Federal.

O mercado do artesanato² está localizado no centro da cidade de Pedro II e é o endereço do Banco Rede Opala desde então. O espaço foi cedido pela Prefeitura por meio de Contrato de Comodato com vigência de vinte anos, assinado em março de 2012.

O Banco Rede Opala é gerenciado pela Obra Kolping de Pedro II³ e tem como objetivo oferecer serviço financeiro solidário, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltada para a reorganização das economias locais, na perspectiva da geração de trabalho e renda e da Economia Solidária. Sua missão é promover o acesso bancário seguindo os valores da economia popular solidária atendendo habitantes do município, especialmente membros de associações, grupos de economia popular solidária, pessoas em situação de vulnerabilidade social e iniciativas de pequenos empreendedores formais e informais, potencializando e fortalecendo a economia local.

Os produtos/serviços financeiros solidários oferecidos pelo Banco Opala são: serviços de microcrédito para produção, parceria com a Caixa Econômica Federal para instalação do Caixa Aqui para recebimento de contas, pagamento de boletos e benefícios sociais - a exemplo do Bolsa Família, INSS, Seguro Desemprego, PIS/PASEP e outros. Além disso, participa de feiras e intercâmbios de práticas de economia solidária, incentivando a agricultura familiar orgânica e o artesanato na região.

Os usuários do Banco Opala são moradores das comunidades rurais e dos bairros urbanos de Pedro II, na sua grande maioria pessoas ligadas a algum grupo de associações e ONGS do município e de baixa renda, sem acesso aos bancos convencionais. Segundo documento do Banco, 120 famílias tinham sido beneficiadas em

2015 com o crédito para produção, sendo mensalmente mais de 800 famílias atendidas pelos serviços financeiros ofertados pelo Banco.

5.2. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS-SEDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS

5.2.1. INFORMALIDADE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018) considera que a informalidade é uma característica histórica do mercado de trabalho brasileiro, representando um importante marcador de desigualdades. Ela produz um elevado contingente de trabalhadores sem acesso aos mecanismos de proteção social vinculados à formalização e limita o acesso a direitos básicos como a remuneração pelo salário-mínimo e aposentadoria ações comunitárias. Fonte: Estatuto Social Consolidado da Comunidade Kolping Pedro II.

O grau de formalização dos ocupados (18 anos ou mais) é obtido pela razão entre o número de pessoas, de 18 anos ou mais, formalmente ocupadas e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária multiplicado por 100 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013). A partir desse índice, pode-se analisar tanto o grau de formalização quanto o grau de informalidade dos ocupados, considerado a faixa etária analisada. A síntese dos dados obtidos é apresentada abaixo:

Tabela 2: Trabalho e Formalização.

GRAU DE FORMALIZAÇÃO DOS OCUPADOS - 18 ANOS OU MAIS (2010) - EM PORCENTAGEM(%)	
Região Norte	54,58%
Região Nordeste	43,04%
Região Centro Oeste	56,14%
Região Sul	76,27%
Região Sudeste	65,57%
Pedro II	21,96%
Brasil	59,32%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Observa-se que quase todas as regiões possuem grau de formalização dos ocupados menor que a média nacional, com exceção das regiões sul e sudeste. A cidade de Pedro II apresenta o menor grau de formalização dos ocupados. Assim, é possível inferir que a média do índice de informalidade dos ocupados, das cidades que sediam BCDs nas regiões norte, nordeste, centro-oeste e na cidade de Pedro II, é superior ao índice médio de informalidade do país.

Vale destacar que entre as regiões, a nordeste é aquela que apresenta menor grau de formalidade da população ocupada, com mais da metade da população realizando atividades informais. A cidade de Pedro II apresenta elevado grau de informalidade, com mais de 70% da população ocupada realizando ocupações informais.

5.2.2. EDUCAÇÃO E TRABALHO

A educação é uma ferramenta poderosa que tem a capacidade tanto de desenvolver a economia de uma localidade quanto de reduzir desigualdades. A Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE (2018) considera que baixos níveis de escolarização são geralmente associados a altos índices de desigualdade de renda. Para que a educação seja uma efetiva ferramenta de redução de desigualdades é necessário que haja igualdade de acesso e de qualidade entre os diferentes estratos sociais da população. Um estudo feito pela OCDE (2018) revelou que, no Brasil, as taxas de matrícula caem drasticamente após os 14 anos de idade: apenas 69% da população entre 15 e 19 anos e 29% da população entre 20 e 24 anos frequenta alguma instituição de ensino. Visto isto, a Tabela 3 abaixo apresenta dados que relaciona as três dimensões: trabalho, educação e informalidade.

Tabela 3: Trabalho, Educação e Informalidade.

PERCENTUAL DE PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS SEM FUNDAMENTAL COMPLETO E EM OCUPAÇÃO INFORMAL (2010) (%)	
Região Norte	25,76%
Região Nordeste	45,8%
Região Centro Oeste	33,2%
Região Sul	23,17%
Região Sudeste	25,71%
Pedro II	68,81%
Brasil	35,24%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Observa-se na Tabela 3 que o percentual médio de pessoas com 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal, em quatro das cinco regiões, é menor do que a média do país, com destaque para a região sul, que tem o índice menor do que a média brasileira – uma diferença de 12,07. Já na região nordeste o percentual é superior à média nacional – diferença de 10,56. Maior ainda que o percentual da região nordeste é o da cidade de Pedro II, em relação à média nacional, apresentando uma diferença de 33,57%.

Abaixo, relacionando educação e trabalho, tem-se o percentual dos ocupados (18 anos ou mais) com ensino médio completo.

Tabela 4: Trabalho e Educação.

PERCENTUAL DOS OCUPADOS COM ENSINO MÉDIO COMPLETO – 18 ANOS OU MAIS (2010) (%)	
Região Norte	55,57%
Região Nordeste	36,68%
Região Centro Oeste	45,56%

Região Sul	52,07%
Região Sudeste	51,64%
Pedro II	21,27%
Brasil	44,91%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Aqui os resultados são semelhantes à tabela anterior. Salienta-se que neste caso quanto maior o percentual, melhor será. Ao contrário da tabela anterior.

Percebe-se aqui a desigualdade presente entre as regiões. O Nordeste destaca-se negativamente nesta dimensão, assim como a cidade de Pedro II, com o percentual médio de pessoas com 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal bem acima das demais regiões e do País. Também apresentam percentual dos ocupados com ensino médio completo (18 anos ou mais) abaixo das outras localidades.

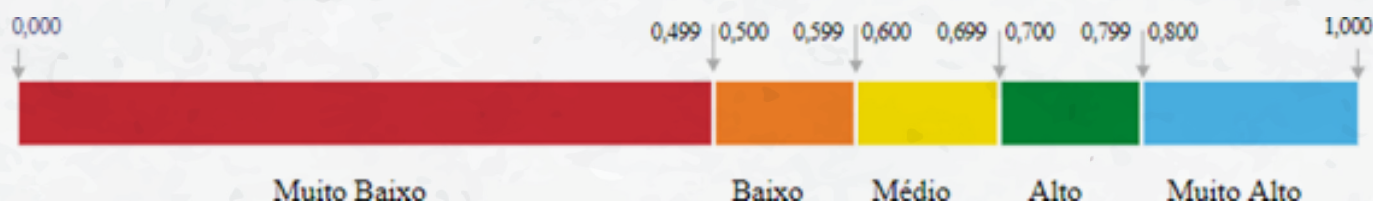
5.2.3. DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE

Diante do exposto nos tópicos anteriores, que os Bancos Comunitários de Desenvolvimento atuam com vistas à inclusão financeira e ao desenvolvimento local, traz-se agora dados relativos ao desenvolvimento e à desigualdade. O Atlas do Desenvolvimento Humano (2013) considera que o crescimento econômico de uma sociedade não se traduz automaticamente em qualidade de vida. Além disso, muitas vezes o que se observa é o reforço das desigualdades. Para avaliar essas duas dimensões, foram considerados dois índices bastante conhecidos: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Índice de Gini. Com a análise pode-se comparar o panorama das regiões e de Pedro II com o panorama brasileiro.

Antes disso, para auxiliar na análise dos dados, algumas informações acerca do desenvolvimento humano são necessárias. O Atlas do Desenvolvimento Humano (2013) considera o desenvolvimento humano como sendo o processo de ampliação das liberdades pessoais, relacionado às suas capacidades e às oportunidades de que elas dispõem, para que possam escolher a vida que desejam ter. Alicerçado nessa filosofia, o IDHM leva em consideração para o seu cálculo três variáveis: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável (expectativa de vida e saúde), de ter acesso ao conhecimento (educação) e de poder desfrutar de um padrão de vida digno (trabalho e renda). O índice oferece uma visão sintética sobre algumas das questões-chave do desenvolvimento humano de cada município.

A figura 1 abaixo ajuda a entender os números:

Figura 1: Faixas do IDHM



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/img/perfil/regua_pt-br.svg Acesso em: 08 mar. 2021.

A seguir apresenta-se a tabela do IDHM.

Tabela 4: Trabalho e Educação.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - IDHM (2010)	
Região Norte	0,746
Região Nordeste	0,657
Região Centro Oeste	0,757
Região Sul	0,774
Região Sudeste	0,764
Pedro II	0,571
Brasil	0,727

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Observa-se que em quatro das cinco regiões brasileiras e no Brasil o IDHM é considerado alto. O Nordeste tem seu IDHM um pouco menor (0,657) que o das demais regiões e do que o do Brasil, índice esse considerado médio. Já a cidade de Pedro II apresenta um IDHM considerado baixo, estando abaixo de todas as regiões e do índice nacional.

Neste momento, a análise feita será relacionada à desigualdade. Para tal, como dito anteriormente, utilizou-se o Índice de Gini. Criado pelo matemático italiano Conrado Gini o Índice de Gini é um instrumento utilizado para medir o grau de concentração de renda em um determinado grupo. Assim, mostra a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. O índice varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade perfeita, ou seja, todas as pessoas vivem em iguais condições de renda. O valor um representa o extremo oposto. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos (WOLFFENBÜTTEL, 2004). Abaixo, está a Tabela 6 com o Índice de Gini.

Tabela 6: Desigualdade.

ÍNDICE DE GINI (2010)	
Região Norte	0,61
Região Nordeste	0,56
Região Centro Oeste	0,54

Região Sul	0,51
Região Sudeste	0,51
Pedro II	0,58
Brasil	0,60

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Ao observá-la, verifica-se que as médias do índice das regiões, de Pedro II e do País não apresentam grandes variações, estando elas em torno de 0,54. No entanto, é válido destacar que essas médias são consideradas altas, levando o Brasil, Pedro II e suas regiões a serem considerados altamente desiguais.

Isso sinaliza que, embora o País tenha algumas de suas regiões com índices positivos em várias das diversas dimensões até aqui analisadas, a desigualdade impede que tais resultados reflitam a realidade de toda a população residente em determinada localidade.

5.1.4. POBREZA

Por fim, traz-se para esta análise indicadores relacionados à pobreza. Osório et. al (2011, p. 9) define a pobreza como sendo “o estado de privação de um indivíduo cujo bem-estar é inferior ao mínimo que sua sociedade é moralmente obrigada a garantir”. Como os BCDs atuam voltados para a redução de desigualdades regionais e com vistas ao desenvolvimento, indicadores de pobreza são demasiado importantes para esta análise. Abaixo, a Tabela 7 apresenta os dados relativos à pobreza.

Tabela 7: Renda e Pobreza.

POPULAÇÃO COM RENDIMENTO NOMINAL MENSAL PER CAPITA DE ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO (2010) (%)	
Região Norte	39,00%
Região Nordeste	45,93%
Região Centro Oeste	32,10%
Região Sul	23,63%
Região Sudeste	31,49%
Pedro II	55%
Brasil	36,80%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 7º, inciso IV estabelece que é direito dos trabalhadores receber um salário-mínimo capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família. Tendo em vista este dispositivo legal, há de se considerar a importância do salário-mínimo para o quadro econômico-social. Na tabela acima observa-se que em duas regiões (norte e nordeste) e em Pedro II o percentual da população que recebe mensalmente até meio salário-mínimo é maior que a média nacional. Ou seja, nessas localidades boa parte da população sobrevive com até metade da renda considerada mínima para atender às suas necessidades básicas. Este cenário tem certa influência nos indicadores que traz-se a seguir, nas Tabelas 8, 9 e 10.

Tabela 8: Pobreza.

PERCENTUAL DE POBRES (2010) (%)	
Região Norte	13,04%
Região Nordeste	29,30%
Região Centro Oeste	6,05%
Região Sul	3,93%
Região Sudeste	6,28%
Pedro II	46,62%
Brasil	15,20%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Tabela 9: Extrema Pobreza.

PERCENTUAL DE POBRES (2010) (%)	
Região Norte	3,54%
Região Nordeste	16,16%
Região Centro Oeste	1,65%
Região Sul	0,96%
Região Sudeste	1,37%
Pedro II	26,27%
Brasil	6,62%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Tabela 10: Vulnerabilidade à Pobreza.

PERCENTUAL DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2010) (%)	
Região Norte	33,26%
Região Nordeste	52,56%
Região Centro Oeste	20,89%
Região Sul	13,01%
Região Sudeste	20,08%
Pedro II	70,52%
Brasil	32,56%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

A região Nordeste aparece com seus índices de pobreza acima da média do País, colocando-a como desta-

que negativo nestes indicadores. A Região Norte, embora tenha os indicadores de percentual de pobres e de percentual de vulneráveis à pobreza próximos à média nacional, mantém certa distância da Região Nordeste. Já o município de Pedro II é o que figura no pior cenário da pobreza entre os territórios analisados, estando com seus indicadores bem acima dos outros espaços analisados.

6. RESULTADOS

De acordo com os dados apresentados as 29 cidades-sede analisadas não possuem semelhanças entre si. O mesmo ocorre ao analisar as regiões. No entanto, a região Nordeste e seu município-membro, Pedro II, trazem uma dinâmica semelhante quanto ao comportamento de suas variáveis, com localidades sempre em situações desfavoráveis: possuem alto grau de exclusão e desigualdade social, nível de renda pequeno, percentual de pobreza acima da média do Brasil, baixa escolaridade entre os maiores formalmente ocupados e alta taxa de informalidade entre os maiores ocupados. As regiões Sul e Sudeste também são semelhantes em suas características, estando ambas em situações positivas. Já as regiões Centro-Oeste e Norte apresentam-se com suas variáveis mais próximas à média nacional.

Conforme as informações apresentados, as regiões Norte/Nordeste e Sul/Sudeste possuem discrepâncias entre si, apresentando índices negativos e positivos, respectivamente, em dados relativos à pobreza, trabalho, educação e formalidade. Por outro lado, as regiões Nordeste e Sudeste sediam a mesma quantidade de Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Tal constatação pode ser explicada pela desigualdade interna de Estados da Região Sudeste que, ao mesmo tempo em que podem abrigar regiões desenvolvidas, também podem conter regiões consideradas pobres.

A limitação desta pesquisa está em não conseguir apresentar cada uma das variáveis por bairro ou comunidade-sede de banco comunitário. No entanto, permite afirmar que, considerando as desigualdades regionais, há a necessidade de um foco maior em políticas públicas de inclusão financeira em regiões menos desenvolvidas, a exemplo das Regiões Norte e Nordeste.

Por fim, ao mostrar a contribuição dos bancos comunitários para o desenvolvimento local, a própria quantidade de BCDs distribuídos no território nacional permite inferir que são mecanismos eficientes neste intento. Assim, quando apresentados os dados do Brasil quanto à pobreza, desigualdade, renda, educação, pôde-se perceber que a discrepância destes índices ocorre não apenas entre as regiões, mas dentro dos estados e também dentro dos municípios.

Assim, apesar da insuficiência de dados oficiais mais específicos ao território (bairro, comunidade), considera-se que a presente pesquisa contribui para a caracterização empírica das localidades-sede de bancos comunitários de desenvolvimento, destacando as Regiões Norte e Nordeste como mais carentes em políticas públicas de desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://www.atlas->

brasil.org.br/2013/pt/ Acesso em: 18 nov. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Relatório de Cidadania Financeira**. 2018. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/nor/releidfin/docs/Relatorio_Cidadania_Financeira.pdf Acesso em 20 out. 2019.

BRAGA, T. S. **Programas públicos de microcrédito produtivo orientado: uma avaliação da eficácia do Crediamigo para a inserção da população de baixa renda do setor informal no mercado de crédito**. 2011. 167 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 06 dez. 2019.

CROCO, Marco Aurélio; MENEZES, Melissa Silva. Sistemas de Moeda Social: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. **Revista Organização e Sociedade**. Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 371 – 398, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v18n2/a06v18n2.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli, Leora Klapper; SINGER, Dorothe; ANSAR, Saniya; HESS, Jake. **The Global Findex Database 2017: Measuring Financial Inclusion and the Fintech Revolution**. Washington, D.C: Banco Mundial, 2018. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/29510/9781464812590.pdf>. Acesso em 17 out. 2019.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de; RIGO, Ariádne S.; SILVA JÚNIOR, Jeová T. *Microcredit Policies in Brazil: An Analysis of Community Development Banks*. In: **International Conference and Research Project on Informal Economy, Vulnerabilities and Employment**, 2012, Genebra. *Anais Faculté des Sciences Économiques et Sociales*, Genebra, 2012.

FREITAS, Alair Ferreira de. Organizações de Microfinanças: inovações e desafios para a inclusão financeira. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 6, n. 1, p. 39-54, jan. / mar. 2013.

GAIGER, Luiz Inácio G. (coord.) et al. **Economia Solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo: Oikos, 2014. 160p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

LAVILLE, J. L. The solidarity economy: an international movement. **RCCS Annual Review** [online], n. 2, p.1-41, 2010.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de; MAGALHÃES, Sandra. Bancos Comunitários. **Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. V. 41, nov. IPEA, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/BMT_completo.pdf Acesso em: 11 out. 2019.

MORAES, Camila de. **Brazil - Country Note - Education at a Glance 2018: OECD Indicators**. Coordenação de Editoração e Publicações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Dis-

ponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/estatisticas_educacionais/ocde/education_at_a_glance/Country_Note_traduzido.pdf Acesso em: 04 dez. 2019.

MORDUCH, Jonathan. The microfinance promise. *Journal of Economic Literature*, V. 37, p. 1.569-1.614, 1999.

MOSTAGI, Nicole Cerci; PIRES, Lilian de Lima; MAHNIC, Chayne de Lima Pereira; SANTOS, Luís Miguel Luzio dos. Banco Palmas: inclusão e desenvolvimento local.

INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 20, n. 1, p. 111-124, jan. / mar. 2019.

OSORIO, R. G.; SOARES, S. S. D.; SOUZA, P. H. G. F. **Erradicar a pobreza extrema:**

um objetivo ao alcance do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

- IPEA, 2011. 58 p. (Texto para discussão, 1619). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1619.pdf Acesso em: 04 dez.2019.

PASSOS, O. A. V. D. **Estudo Exploratório em Bancos Comunitários:** Conceito, Características e Sustentabilidade. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração).Universidade Federal da Bahia. Salvador - BA. 2007.

RAPOSO, Jaciara Gomes; FARIA, Maurício Sardá de. Banco Comunitário e moeda Social: Organização Comunitária e desenvolvimento Local. **Organizações em contexto**, São Bernardo do Campo, Vol. 11, n. 22, jul. / dez. 2015 Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/OC/article/view/6034/5007> Acesso em 09 out. 2019.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. **Banco comunitário:** serviços financeiros solidários em rede. Fortaleza: 2006.

RIGO, A. S; FRANÇA FILHO, G. C.; LEAL, L. P. Bancos comunitários de desenvolvimento na política pública de finanças solidárias: apresentando a realidade do Nordeste e discutindo proposições. **Desenvolvimento em Questão**, ano 13, n. 31, p.70-107, 2015.

SILVA JÚNIOR, J. T. Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial: Analisando as Singularidades destas Experiências de Microfinanças Solidárias. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v.1, n.1, Ed. Especial, p.1-18, set. / dez. 2007. Disponível em:

<https://portalseer.ufba.br/index.php/cgs/article/view/31480/18804> Acesso em: 09 out. 2019.

SOARES, J. O.; ALMEIDA, F. M. Análise da disponibilidade financeira de bancos comunitários para o desenvolvimento local. **Anais do VI Encontro Brasileiro de Administração Pública, 06 e 07 de junho de 2019**. Escola de Administração/UFBA, Salvador - Bahia, Brasil. Disponível em:

<http://www.ebap.ufv.br/index.php/ebap/viepap/paper/view/542/195> Acesso em: 08 out.2019.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. Índice de Gini. O que é? **Desafios do Desenvolvimento**. Brasília, Ano 1, nº 4, no-

vembro de 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/PDFs/desafios004_completa.pdf Acesso em:18 nov. 2019.





BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO
E A ECONOMIA POPULAR NAS PERIFERIAS
URBANAS: NOVAS INSTITUIÇÕES
TRANSFORMADORAS OU SUBSISTÊNCIA
RESIDUAL?

*COMMUNITY DEVELOPMENT BANKS AND URBAN
POPULAR ECONOMY: NEW AND TRANSFORMING
INSTITUTIONS OR PRECARIOUS LIVELIHOOD?*



RESUMO

O objetivo do texto é compreender, a partir das experiências de economia popular vinculadas aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) de um território de Porto Alegre, os modos de combinação dos traços de reciprocidade e de organização comunitária, e de que forma a atuação do BCD pode contribuir com a construção de novas instituições que apontem saídas de fato alternativas ao capitalismo, considerando as dinâmicas contraditórias da economia popular. Consideramos importante desenvolver uma perspectiva que explore as contradições inerentes às dinâmicas sociais e econômicas dos territórios nos quais estão inseridos os BCDs e sua relação com as propostas de transformação social que orientam sua atuação. Neste sentido, recolocamos o debate sobre o significado da economia popular e seu lugar no projeto de economia solidária. As reflexões produzidas neste texto se baseiam em projeto de pesquisa iniciado em 2019, o qual se articula com um trabalho de extensão universitária desenvolvido desde 2015 para o fomento e o fortalecimento de dois BCDs. São analisados os dados resultantes de um processo de apoio a negócios populares desenvolvido em conjunto com um desses Bancos no segundo semestre de 2019. Os resultados apontam a presença de negócios organizados a partir das unidades domésticas e com a presença simultânea de racionalidades e práticas econômicas distintas, inseridos no mercado mas pautados por uma dinâmica de produção da vida, da sobrevivência. O BCD, por sua vez, parece, ainda que timidamente, fomentar o desenvolvimento de racionalidades e práticas alternativas à troca mercantil, mas não encontramos elementos suficientes que demonstrem seu papel para construir saídas de fato alternativas ao capitalismo.

Palavras-chave: Economia Solidária; Economia Popular; Bancos Comunitários de Desenvolvimento; Economia Plural;

RESUME

The present article aims to understand the ways of combining the apparently distinct traits between reciprocity actions and community organization, from the experiences of popular economy linked to the Community Development Banks (CDB) of a territory of Porto Alegre. It also intends to discuss how CDB's action can contribute to the construction of new institutions that could point out real alternative to capitalism. We consider it important to develop a perspective that explores the contradictions inherent to the social and economic dynamics of the territories in which the BCD are inserted and its relationship with the proposals of social transformation that guide its action. In this sense, we focus the debate on the meaning of the popular economy and its place in the solidarity economy project. The reflections produced in this article are based on a research project begun in 2019, articulated to a university extension work developed since 2015 for the promotion and strengthening of two CDB. In this text, we specifically analyze data from a capacitation program for popular businesses developed under this major extension work. Results evidence the presence of popular business organized from the domestic units and with the simultaneous presence of different economic rationalities and practices, combined in a very particular way in each one. The BCD, on the other hand, seems, albeit timidly, to foster the development of rationalities and practices alternative to mercantile exchange, but it seems not yet possible to assess the real transformative potential of these experiences.

Key-words: Solidarity economy; Urban popular economy; Community Development Bank; Plural Economy

1. INTRODUÇÃO

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento se apresentam como uma inovação institucional na busca por iniciativas cidadãs capazes de fortalecer dinâmicas socioeconômicas centradas na melhora da vida das pessoas e comunidades. Eles apresentam potencial para dinamizar circuitos econômicos locais a partir da oferta de serviços financeiros (como microcrédito e circulação de moedas locais) e não financeiros (como educação financeira e capacitação para a gestão de negócios populares) baseados em valores de solidariedade, reciprocidade e confiança, em oposição à lógica dominante de escassez, competição e mérito, que legitimam e sustentam as práticas e instituições da economia capitalista.

A despeito da relativa longevidade das experiências pioneiras no Brasil e de um número significativo de estudos que apontam avanços importantes como a constituição de espaços públicos de proximidade e de articulação política (RIGO e CANÇADO, 2015) e o incentivo à gestão coletiva de bens comuns (LEAL e ALMEIDA, 2016), alguns limites são evidenciados. Assim, pesquisas indicam a diminuição de circulação da moeda social (FRANÇA FILHO e RIGO, 2017); suspensão das operações de crédito por falta de fundos (MEDEIROS, 2014); desafios de confiança e de coesão social (RIGO FRANÇA FILHO e LEAL 2015A); sustentabilidade dos BCD (RIGO FRANÇA FILHO e LEAL 2015B).

Tais situações de relativo insucesso ou limitações das experiências dos BCDs no Brasil, podem ser entendidas como contradições próprias dos processos de implementação e organização, cuja análise permite identificar suas ambivalências e desafios. Nesse sentido, entendemos que é importante desenvolver uma perspectiva que explore as contradições inerentes às dinâmicas sociais e econômicas dos territórios nos quais estão inseridos e sua relação com as propostas de transformação social que orientam sua atuação. Neste sentido, recolocamos o debate sobre o significado da economia popular e seu lugar no projeto de economia solidária proposto pelos Bancos comunitários.

É neste contexto que se orienta o presente trabalho, a partir da análise de uma experiência e extensão universitária que está há quatro anos apoiando a criação e sedimentação de dois BCDs na região Sul do Brasil e a partir da qual foi desenvolvido um programa de capacitação e apoio a experiências de economia popular, articulado a uma pesquisa sobre as mesmas.

O objetivo do texto é compreender, a partir das experiências de economia popular vinculadas aos Bancos Comunitários de um território de Porto Alegre, os modos de combinação dos traços da reciprocidade e da organização comunitária e de que forma a atuação do BCD pode contribuir com a construção de novas institucionalidades, considerando as dinâmicas contraditórias da economia popular.

O artigo aborda inicialmente a discussão teórica sobre bancos comunitários e economia popular, posteriormente explicita o método de pesquisa e, na continuidade, apresenta os resultados e tece algumas considerações a partir da análise das dinâmicas dos empreendimentos populares em sua relação com o Banco Comunitário. Nossas considerações finais apontam os avanços das nossas reflexões e os pontos que ainda demandam investigação para se aproximar mais do entendimento e da avaliação do real potencial transformador desse tipo de experiência.

2. DISCUSSÃO TEÓRICA: BANCOS COMUNITÁRIOS, ECONOMIA POPULAR E SEU POTENCIAL TRANSFORMADOR

A maior parte da produção acadêmica sobre os Bancos Comunitários no Brasil os identifica como parte da economia solidária, mas a partir de uma perspectiva teórica que a identifica como uma “articulação inédita entre economia mercantil, não-mercantil e não-monetária” (FRANÇA FILHO, 2007, p.6), e não como uma forma de economia que viria a acrescentar-se às formas dominantes para sua eventual substituição ou superação futura.

Nesta forma de ler a economia solidária, evidencia-se a importância de compreender a diversidade de experiências econômicas do mundo popular, presentes no território em tanto que “lugar” ou “espaço vivido”, geralmente invisibilizadas como experiências desperdiçadas. A conceitualização sobre estas experiências tem sido objeto de um importante debate, sintetizado nas teorizações sobre a chamada “economia popular” e a discussão sobre seu potencial transformador e anticapitalista.

O conceito de economia popular com que trabalhamos é latino-americano, e busca dar conta de lógicas socioeconômicas próprias dos setores populares em sociedades fundadas em modos de produção estruturalmente heterogêneos. Em síntese, a economia popular se opõe às caracterizações da norma de uma economia “moderna” e formal, segundo a qual essa heterogeneidade seria apenas um obstáculo à inescapável modernização, cujo vetor é a empresa capitalista orientada para a produção a grande escala. A perspectiva da economia popular, conforme Coraggio (2013), presta atenção às unidades domésticas e à mobilização de recursos localmente disponíveis.

Conforme Coraggio (2013), são as unidades domésticas, suas extensões como as iniciativas de geração de renda e as associações voluntárias, as que constituem o conteúdo material dessa parte da economia capitalista que chama de “economia popular” e cuja finalidade é a reprodução ampliada da vida de seus membros. Ainda conforme Coraggio, nesta economia se combinam diferentes tipos de trabalho e de organização: trabalho para auto-consumo doméstico, trabalho por conta própria e assalariado, cooperação na produção e na comercialização, produção para o autoconsumo de bens públicos em nível local, etc, (CORAGGIO, 2013).

Diversos autores contribuem com o debate sobre as potencialidades e os limites da economia popular no interior da sociedade capitalista. Para Coraggio, um dos desafios é que os setores populares possam dar organicidade às suas atividades, que se apresentam dispersas e atomizadas, através da materialização de projeto comum que possa fortalecer-se e confrontar com outros setores da economia global. Nessa mesma direção, Lisboa (1998) argumenta, que a economia popular aponta para modelos de desenvolvimento comum enfoque centrado nas classes populares e possibilita uma nova ótica para pensar os processos de transformação.

Por sua vez, Quijano (2002), a partir de uma teoria social decolonial, faz análise crítica do pretensão potencial alternativo das experiências de economia solidária. Os fundamentos de sua análise nos parecem bastante razoáveis para serem usados como balizadores de investigação a respeito desse potencial, especificamente no que toca às experiências dos BCDs, ainda que o próprio sociólogo peruano coloque dúvidas a respeito de nossa capacidade de poder avaliar onde se colocaria a linha demarcatória do que seria ou não “alternativo”. Segundo o pensador peruano, ainda se usa, majoritariamente, uma teoria social colonizada para entender e classificar o que seria ou não anticapitalista. Sustenta, ainda, que é preciso que se construa uma teoria crítica

do poder que possa animar as práticas alternativas. Ela não está construída, nem tão pouco o que seria um real imaginário anticapitalista.

No mesmo texto (QUIJANO, 2002), deixa como interrogação se a questão central seria a superação do capitalismo ou, alternativamente, a refundação das relações de poder e a superação dos processos de dominação. Para ele, a dominação é útil e o capitalismo se vale dela, mas ambas são coisas distintas. Não bastaria mudar a posse dos meios de produção ou as relações de trabalho: seria necessário vencer as relações de dominação para se produzir novas formas de sociabilidade. A superação do modo de produção capitalista, a partir da perspectiva do materialismo dialético, opera na mesma matriz de teoria social que produz o capitalismo e as relações de poder.

Não seria tampouco a partir do Estado que se poderia pensar a construção de alternativas: No capitalismo, há uma negociação institucional permanente a respeito dos limites e mecanismos da exploração, e o Estado é o espaço institucional em que se dá essa negociação. Então não é nesse espaço que vai haver mudanças estruturais nas relações de poder.

Afastados então o adesismo ou o rechaço total das abordagens da modernidade ocidental eurocêntrica, o argumento central de Quijano é que só se pode pensar “economia alternativa” em uma sociedade na qual a estrutura política de autoridade também seja alternativa às formas como se dão as relações de poder no capitalismo.

Fora dessa perspectiva de novas relações sociais, segundo ele, há apenas formas econômicas subalternas - e toleradas pelo capitalismo - que expressam uma de duas possibilidades para se manterem existindo: a economia solidária, que se afirma explicitamente como anticapitalista, organizada no modelo cooperativista, mas em permanente e contraditória relação com o mercado; ou a economia popular, que parece ser uma proposta tipicamente latino-americana, menos ligada ao mercado e constituída por relações primárias entre as pessoas.

Especificamente na América Latina, essas formas remanescentes de atividade econômica são tomadas como anomalias ou dissonâncias do processo de modernização. Quijano (1998) nomeia esse conjunto de experiências como o *polo marginal* do processo de modernização capitalista, ou ainda como “franjas econômico-social” (p.132): formas de organização das relações que combinam modos distintos de trabalho, consumo e reprodução, em geral presididos pelo espírito capitalista, ainda que a presença da reciprocidade seja comum, sem ser necessariamente predominante.

Ainda segundo Quijano, para que houvesse então a possibilidade de estabelecimento de uma economia alternativa efetivamente anticapitalista, seria necessária a presença de dois traços: o primeiro deles a *reciprocidade*, na qual são esperadas relações econômicas diretas, sem intermediação pelo mercado e formas de trabalho realizadas entre sujeitos socialmente iguais. O segundo traço é quanto à *organização comunitária*, em que se esperaria construir estrutura específica de autoridade em que a representação dos sujeitos fosse direta.

A combinação de unidades econômicas fundadas exclusivamente em práticas de reciprocidade e organizadas na forma de comunidades, para organização e gestão de recursos e do trabalho, representaria para Quijano (1998) uma “novidade sociológica”, ainda que não cronológica, no cenário latino-americano.

Para o mesmo autor, os dilemas não parecem simples. Entre a reorganização a partir do binômio comunidade-reciprocidade e a construção de modos de autogoverno comunal, há um conjunto complexo de variáveis até que se pudesse consolidar uma economia alternativa. Novas estruturas de autoridade provavelmente mesclariam traços de ancestralidade dos povos locais, com modos ocidentais e eurocêntricos de luta via disputa do Estado.

Apesar de parecer um rechaço pessimista desses três tipos puros de experiências – as do polo marginal, as organizações econômicas populares da América Latina e as experiências de autogoverno comunal - Quijano (1998) imagina que modos de combinação dessas experiências precisam ser melhor estudadas e desenvolvidas para, talvez, se mostrarem capazes de construir novas institucionalidades. Para isso, precisam também suplantar a noção colonial de “participação” erigida no seio da teoria democrática, e pensar tal articulação como decorrência de pressões histórico-estruturais de uma massa cada vez maior de pessoas.

As abordagens sobre a economia popular permitem trazer elementos analíticos importantes para compreender as dinâmicas econômicas das periferias urbanas, onde atuam a maior parte dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

É na linha de potencializar estas experiências, e fortalecer os dois polos mencionados por Quijano (o recíproco e o de organização comunitária), que identificamos o desafio dos BCDs como espaços inovadores, cuja base de construção são as dinâmicas contraditórias da economia popular.

3. METODOLOGIA: ANÁLISE DOS NEGÓCIOS POPULARES A PARTIR DE PROCESSO DE CAPACITAÇÃO

As reflexões produzidas neste texto decorrem de um projeto de pesquisa iniciado em 2019, articulado a um trabalho de extensão universitária desenvolvido desde 2015 para o fomento e o fortalecimento de dois BCDs na região sul do Brasil. De modo específico, são analisados os dados resultantes de um processo de apoio a negócios populares desenvolvido em conjunto com o Banco Cascata entre julho e dezembro de 2019, no qual participaram oito mulheres empreendedoras.

O programa, apresentado com mais detalhe na seção 4.2, consistiu na realização de quatro encontros de formação e de ao menos quatro visitas a cada uma das experiências participantes. Durante os encontros e as visitas, integrados por duplas de extensionistas e pesquisadores, foram produzidos diários de campo que constituem a base da análise para o trabalho aqui apresentado.

A organização da equipe de forma a integrar a pesquisa e a extensão, permitiu realizar, tanto as ações de capacitação - através das quais se desenvolvia uma intensa troca de experiências entre os participantes - como as visitas nos domicílios - nas quais a realização do exercício sobre o uso das ferramentas tratadas na capacitação, permitia aprofundar o conhecimento das experiências e suas protagonistas (todas mulheres), ao mesmo tempo em que se garantiu a elaboração dos registros e cadernos de campo, necessários para análise posterior das experiências da economia popular e da atuação do Banco Comunitário.

As visitas sistemáticas, realizadas nos domicílios onde funcionam os negócios, permitiram não apenas conhecer a dinâmica de funcionamento destes negócios, como também adentrar nas dinâmicas das unidades domésticas onde eles funcionam, fato que constituiu uma experiência empírica muito rica para se conhecer as dinâmicas a partir das quais parece forjar-se o circuito econômico popular da vila.

Os dados dos cadernos de campo foram objeto de leitura e discussão coletiva por toda equipe, mas sua análise e interpretação ainda não foram concluídas e fazem parte do processo de pesquisa em andamento. Sendo assim, as interpretações e análises aqui apresentadas são de caráter preliminar e de inteira responsabilidade dos autores.

A análise considerou, de um lado, as características das experiências econômicas participantes e de outro, sua relação com a atuação do BCD. Em relação às experiências econômicas, buscou-se entender as formas como estas combinam modos de trabalho, consumo e reprodução e analisar os princípios econômicos (mercado, reciprocidade, domesticidade, comunidade) e lógicas (mercantil, monetária e não monetária) que articulam.

Já do ponto de vista do Banco Comunitário, a análise de sua atuação considerou a forma como este se insere nas dinâmicas de organização comunitária existentes e qual o seu papel no fortalecimento das experiências de economia popular.

4. ANÁLISE: O PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E O BANCO COMUNITÁRIO DA CASCATA

A experiência em que se baseou a pesquisa aqui descrita foi organizada pelo Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa (NEGA), um programa permanente de extensão e pesquisa da Escola de Administração (EA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)¹ em parceria com o Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) do bairro Cascata, em Porto Alegre². Desde 2015 o NEGA apoiava a formação, formalização e organização de dois BCD em Porto Alegre – um deles o Cascata - e em 2019 foi proposto um programa de apoio aos negócios populares do bairro³.

A seguir são apresentados um breve histórico do banco e sua relação com a comunidade; uma breve descrição do programa de capacitação.

4.1 O BANCO COMUNITÁRIO CASCATA

O BCD da Cascata foi constituído formalmente em abril de 2016, após um ano de atividades de mobilização comunitária que visavam à organização de uma equipe de trabalho e a constituição do primeiro grupo de associados que fundaria a associação que confere personalidade jurídica ao Banco.

Desde esse momento de mobilização - mas ainda lastreado por atividades anteriores em que o NEGA apoiava um empreendimento de economia solidária local a tentar estabelecer vínculos efetivos com a comunidade – foi ficando evidente um perfil de atividade econômica popular muito pulsante na Vila Primeiro de Maio, na forma de pequenas atividades de prestação de serviços e de atividades comerciais informais que compunham o que poderíamos chamar de um circuito econômico local. Esse perfil acabando confirmado por dois mapeamentos: um dos empreendimentos e outro dos domicílios e famílias da Vila.

Diversas limitações de recursos financeiros e humanos, somados às dinâmicas próprias da comunidade fizeram com que não se realizasse o desenho de Banco com serviços financeiros solidários tradicionais, como crédito e moeda, mas a associação manteve ações econômicas e não econômicas de relação com a comunidade que deram certo grau de visibilidade e reconhecimento da iniciativa.

O BCD tem conseguido promover ações de interesse comunitário, como a realização de feiras de trocas e

feiras de economia solidária em que alguns empreendimentos locais comercializavam seus produtos. Além disso, o BCD também apoiou e promoveu algumas discussões locais ligadas a saúde e direitos das mulheres, e apoiou e colaborou com trabalho para festividades locais como Natal e dia das crianças.

A articulação de circuitos comunitários e o apoio aos empreendedores locais foi sempre uma meta da atuação do Banco Comunitário, em relação à qual tinha se conseguido apenas um pequeno envolvimento de produtores locais nas feiras de troca. Foi nessa direção que se pensou a realização de um programa de apoio ao que se chamou de “negócios populares”, com a estruturação de um projeto de extensão do NEGA para dar o apoio necessário a esta iniciativa. O objetivo do Banco Comunitário era apoiar os “negócios populares”, aproximando-se assim dos principais atores sociais que constituem a base de sua atuação.

4.2 O PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E APOIO AOS NEGÓCIOS POPULARES

Este programa, desenhado como um projeto de extensão do NEGA, se molda a partir de diagnósticos feitos em pesquisas na comunidade em 2016 e 2017, quando se mapearam os empreendimentos e demandas de consumo das famílias, que sinalizavam a presença de muitos empreendimentos informais ou semiformais que atuavam em diferentes campos de comércio e serviços.

Foi buscando se aproximar e capacitar essas experiências que se construiu um programa de apoio às mesmas, o qual iniciou com a identificação, a partir das relações da equipe do BCD, de um conjunto de pequenas iniciativas de comércio e serviços, que foram visitadas para a aplicação de um questionário, resultando em 14 empreendimentos interessados em participar do programa, dos quais somente 9 acabaram participando.

A seguir, foi organizado um ciclo de formação e acompanhamento, com duração de quatro meses, ao longo dos quais foram abordados quatro módulos temáticos: organização, preço, finanças e vendas. Estes temas foram abordados através da realização de um encontro presencial por mês seguido de visitas individuais da equipe do NEGA aos empreendimentos. Estas visitas foram realizadas por um grupo de bolsistas e voluntários (cinco a seis estudantes de graduação e dois de pós-graduação) e docentes (quatro), que se dividiam em duplas que realizavam, junto aos empreendimentos, os exercícios propostos para cada tema. Nessas visitas, houve uma boa recepção às equipes. A conversa era individual com a pessoa que tinha estado na capacitação e se repetiam a cada módulo, dentro do respectivo tema. Para quem não havia estado presente na aula, era levado o material impresso (previamente distribuído também por grupo de mensagem eletrônica) e feita uma breve discussão do tema, assim como o exercício a ser implementado como “tema de casa”.

Foram no total 9 pessoas participantes, pertencentes a 8 empreendimentos ou “negócios populares”, cuja presença nas atividades foi irregular, e oscilou em torno de seis a sete pessoas por encontro. No final, oito participantes concluíram o programa, com os quais foi realizada uma avaliação que apontou importantes resultados, e indicou a necessidade de dar continuidade à experiência. Foi também realizada uma feira do Banco Comunitário, que propiciou a comercialização de produtos e serviços oferecidos pelos empreendimentos participantes.

As visitas constituíram uma experiência muito rica nas quais se integrou o ensino (ao permitir o aprofundamento dos conteúdos abordados nas aulas) com a extensão (o apoio aos empreendedores no funcionamento de seus negócios) e a pesquisa (elaboração de diário de campo e levantamento de informações).

Em termos gerais, ainda que o alcance possa parecer tímido, os resultados do programa foram bastante satisfatórios e permitiram um conjunto de reflexões para sua continuidade, tanto em relação ao conteúdo, quanto à

metodologia e quanto ao conhecimento das dinâmicas das experiências de economia popular na comunidade. Por outro lado, os dados qualitativos dos diários de campo, das observações da equipe e a avaliação final das pessoas envolvidas, feita no último encontro e retomada na feira, mostram ganhos de qualificação de alguns processos organizativos das experiências, principalmente cálculos de preços e margens, e ainda na organização financeira de caixa, pontos que são fundamentais para negócios muito simples e sem reserva financeira para dar conta de crises.

Do ponto de vista do Banco Comunitário, o programa de capacitação foi um espaço importante de trocas entre empreendedores da comunidade, de aprendizado e de identificação de possibilidades de ações conjuntas.

5. RESULTADOS: AS DINÂMICAS E POTENCIALIDADES DA ECONOMIA POPULAR

A denominação “negócios populares” surgiu de um debate com o Banco Comunitário sobre o título do programa de apoio e é emblemática sobre o caráter das experiências envolvidas e a inadequação de diversos termos comumente utilizados e com os quais muitas dessas experiências não se identificam. De fato, foi possível comprovar a grande heterogeneidade de experiências que compõem a economia popular.

Participaram do programa um total de 8 empreendimentos e 9 pessoas, todas mulheres. Entre essas experiências, havia duas de produção e venda de alimentos, uma de artesanato/customização e comércio de vestuário, um brechó, uma artesã, uma pessoa que oferece seus serviços como faxineira, um minimercado e uma loja de roupas e variedades. Dessas, quatro pessoas, de três experiências, estavam diretamente relacionadas com o Banco Comunitário, pois eram parte de sua coordenação e constituíam um grupo ativo de pessoas que planejavam e realizavam suas atividades. Já as outras cinco pessoas não estavam relacionadas com a atuação do BCD nem participavam de suas atividades, apesar de ter algum nível de relação, de amizade e/o vizinhança, com suas integrantes; entre elas, uma não era moradora da comunidade e por isso não foi incluída na análise a seguir.

A tabela abaixo resume as principais características dos empreendimentos e servirá de base para nossa análise:

Empreendimentos e suas características

Experiência /atividade	Descrição	Elementos mercantis/ Dinâmica empreendedora	Elementos não mercantis	Relação com a comunidade/ BCD
<p>MisturandoArte (Artesanato/ customização e comércio de vestuário)</p>	<p>Empreendimento familiar de economia solidária, integrado por mãe e duas filhas e, no momento da pesquisa, por mais outras duas pessoas unidas por relações de amizade e que também participam do Banco Comunitário.</p> <p>O trabalho e a distribuição dos ganhos são coletivos.</p> <p>Não é formalizado. Apoio de diversas fontes de renda familiar para garantir a reprodução material da vida.</p>	<p>Venda dos produtos principalmente fora da comunidade</p> <p>Possuem conhecimentos das ferramentas básicas empreendedoras, mas a motivação é pelo trabalho coletivo</p> <p>Resultados econômicos são limitados e não conseguem sustentar integralmente quem nele trabalha.</p>	<p>Funciona em terreno com as moradias de mãe e uma das filhas, no qual também funciona pequeno negócio do pai.</p> <p>Equipamentos conseguidos com apoio de projetos.</p> <p>Uma parte da matéria prima provém de relações de parceria: tecidos, brechó. Acesso a projetos e assessorias.</p>	<p>Pivô na organização do BCD: projeto de integração com a comunidade.</p> <p>Participação em outros espaços e projetos da economia solidária</p>
<p>Ju Delícias (Produção de bolachas e bolos)</p>	<p>Iniciativa da Juliana (Ju), buscando sua autonomia financeira, em parceria com a mãe, que é quem tem o saber da cozinha.</p> <p>Trabalho informal, realizado de forma complementar a outras atividades.</p> <p>Os recursos financeiros provêm da pequena poupança familiar, cuja renda é composta por previdência, salários e vendas de “sacolê”.</p>	<p>Venda dos produtos na vizinhança</p> <p>Desconhecimento de instrumentos básicos do empreendedorismo: cálculo do preço, registros, etc.</p>	<p>Funciona no mesmo espaço da moradia, onde moram a Ju, seus filhos e sua mãe.</p> <p>Moradia precária, que está sendo melhorada com o trabalho de mãe e filha</p> <p>Os equipamentos são os mesmos do uso familiar.</p> <p>Fortes relações de apoio familiar.</p>	<p>Pertencimento comunitário, com grande engajamento da Ju, cujo envolvimento cresceu através de sua relação com o BCD.</p> <p>Os outros integrantes da família, se concentram na busca pela sobrevivência.</p>

Experiência /atividade	Descrição	Elementos mercantis/ Dinâmica empreendedora	Elementos não mercantis	Relação com a comunidade/ BCD
Venda de bolos e quitutes	<p>Iniciativa individual da Silvia, para desenvolver negócio próprio de venda de bolos e quitutes, atividade já realizada de forma ocasional para obtenção de renda complementar.</p> <p>Trabalho informal, realizado de forma complementar outras atividades.</p> <p>Os recursos financeiros provêm do que se consegue retirar do salário para investir e ampliar a renda. Plano para utilizar R\$500,00 a ser retirados do FGTS.</p>	<p>Venda de produtos no mercado (vizinhança)</p> <p>Pouco domínio de instrumentos básicos do empreendedorismo: cálculo do preço, registros, etc.</p>	<p>Funciona na mesma moradia que a Silvia compartilha com marido e filho. Os equipamentos são os mesmos do uso familiar</p>	<p>O contato com as atividades do BCD incentivou a participação mais engajada na comunidade, fortalecida por relações de amizade que foram sendo construídas.</p>

Experiência /atividade	Descrição	Elementos mercantis/ Dinâmica empreendedora	Elementos não mercantis	Relação com a comunidade/ BCD
<p>Mercado /Bar dos amigos (Pequeno mercado /armazém)</p>	<p>Pequeno mercado mantido por um casal, que funciona junto ao umbar com salas de jogos. O mercado funciona de dia, e o bar à noite. A mulher do casal atende e organiza o mercado e o marido toma conta do bar, mas também é responsável por parte das compras que abastecem o primeiro.</p> <p>Trabalho realizado principalmente pelos donos, mas contratam também uma u outra pessoa assalariada.</p> <p>Empreendimento formalizado.</p> <p>Os investimentos do mercado provêm dos resultados do bar, cuja criação demandou que a mulher deixasse trabalho assalariado no comércio e passasse a se dedicar em tempo integral.</p>	<p>Venda de produtos na comunidade</p> <p>O mercado ainda não apresentava equilíbrio financeiro, mas recebia investimento da família para ser ampliado</p> <p>Possui relativa complexidade de administração, dado o número de fornecedores, a necessidade de abastecimento próprio de alguns itens e a diversidade e sazonalidade das vendas.</p> <p>Interesse em ter um software para controle de caixa e de estoque, que poderia rodar a partir de um computador pessoal que poderia ser deslocado para o armazém.</p>	<p>Misturam-se o tempo, os locais, o dinheiro e o trabalho do casal nos negócios</p>	<p>Não participam das atividades do BCD.</p> <p>Por estar inserido na comunidade manifesta-se interesse por sua melhoria, mas não há tempo para ser destinado à participação comunitária.</p>

Experiência /atividade	Descrição	Elementos mercantis/ Dinâmica empreendedora	Elementos não mercantis	Relação com a comunidade/ BCD
Luísa faxinas (Faxina)	<p>Mulher casada e com filhos adolescentes que trabalha de forma autônoma como diarista, fazendo faxinas e limpezas.</p> <p>Trabalho autônomo</p>	<p>Quase todas suas despesas são pagas com cartão de crédito, o que exige organização e controle (feito de maneira informal) para quitar a fatura mensalmente.</p> <p>Trabalho autônomo</p> <p>Confecção de cartão de visitas e definição de três tipos diferentes de serviços e preços</p>	<p>Os filhos dão suporte no uso das ferramentas tecnológicas que a mãe não domina e a ajudam na divulgação do seu trabalho via redes sociais.</p>	<p>Sua participação nas atividades de capacitação foi bem intensa e desdobrou-se mais em uma atividade pessoal de educação financeira do que propriamente em ferramentas administrativas.</p> <p>Participa em alguns eventos do BCD.</p>
Brechó Top Secreto (Brechó)	<p>Brechó de roupas usadas mantido em casa por uma mulher solteira que tem emprego formal em um hotel, onde trabalha há 10 anos.</p> <p>Trabalho autônomo, complementação de renda.</p> <p>A fonte principal para o giro do negócio é o que consegue retirar da renda familiar</p>	<p>Venda de produtos entre a vizinhança.</p> <p>Pouco domínio de instrumentos básicos do empreendedorismo: cálculo do preço, registros, etc.</p> <p>Não soube estimar seu estoque, mas se define como alguém que tem “faro” para comprar boas peças.</p>	<p>Funciona no mesmo espaço da moradia.</p> <p>Investe o que consegue retirar do salário, mas também mobiliza suas relações de amizade para a entrada e saída de roupas, baseado em larga experiência com brechós.</p>	<p>Não participa de atividades do BCD.</p> <p>Por estar inserido na comunidade manifesta-se interesse por sua melhoria, mas não há tempo para ser destinado à participação comunitária.</p>
Lily Presentes & Mágica Beleza (Loja bazar)	<p>Loja bazar com venda de roupas, brinquedos e enfeites, que divide espaço com um pequeno salão de beleza.</p> <p>Liliane, tem emprego formal na área da saúde, por isso a divisão do espaço com outra pessoa.</p> <p>Ela trabalha na loja no tempo que pode e contrata uma pessoa para cobrir horários.</p> <p>A cabeleireira, por sua vez, cede, mediante pagamento de comissão, o espaço do salão para uma manicure autônoma.</p>	<p>Lily tem o que se poderia chamar um “perfil empreendedor”: muita vontade de ter seu negócio próprio, embora sua renda principal venha do emprego formal.</p> <p>Planeja e organiza tudo “de cabeça”, com o apoio de um caderno para alguns controles básicos.</p> <p>Usa bastante as redes sociais para divulgar propaganda e chamar a clientela.</p> <p>Há venda fiado, que é, segundo relato, a única maneira, de manter a freguesia.</p>	<p>Espaço alugado, cujos custos são divididos entre o Bazar e o Salão de Beleza.</p> <p>Usa seus recursos pessoais de crédito para montar e investir no bazar e no salão, tanto o espaço físico como os estoques.</p> <p>Conta também com a colaboração do marido, amigos e familiares.</p>	<p>Não participa de atividades do BCD ou de mobilização comunitária. Não resta tempo para tanto.</p>

É possível constatar a extraordinária riqueza de lógicas socioeconômicas próprias dos setores populares, que claramente tem a reprodução ampliada da vida e não do capital como centro de sua atuação. Do ponto de vista conceitual, nos parece claro que há absoluta impossibilidade de situá-las na perspectiva do empreendedorismo concebido pela administração clássica, como tem se colocado nas perspectivas do *empreendedorismo de periferia* ou *empreendedorismo popular*, ancorados na meritocracia e na ideia de indivíduo autorrealizado. Mesmo inseridos na dinâmica capitalista, é clara a presença simultânea de lógicas e práticas de reciprocidade e comunitárias, e aí pode residir, como aponta Quijano, um espaço de experimentação que aponte novas condições de organização do trabalho fora da perspectiva capitalista e que ao mesmo tempo supere a condição *marginal* que pejorativamente marca as ditas experiências alternativas na América Latina.

Há ainda, dificuldades para se lograr as condições econômicas básicas de subsistência. Algumas evidências apontam que as pessoas almejam ter a vida – e não a economia ou o trabalho – como centro, mas é o mercado que lhes dita as possibilidades para garantir a subsistência dos domicílios e dos grupos familiares.

Nota-se, pelo mesmo conjunto de evidências coletadas, que há dois tipos distintos de iniciativas: uma que demanda organização material e de espaço e, portanto, requer maior fôlego e melhor condição para ser colocada em prática. É o caso de pequenas lojas e mercados que, ainda que tenham grande dose de informalidade, mimetizam mais claramente um empreendimento típico capitalista, e por isso mesmo necessitam maior capacidade de investimento e um modo de trabalho mais regular, com horários e equipe para funcionamento. Tal tipo de empreendimento envolve aluguel de espaço, compra de mercadorias e ao menos uma pessoa remunerada para os horários de atendimento que não eram cobertos pelas próprias empreendedoras. Ou seja, estavam presentes nesses empreendimentos algumas condições de estruturação e funcionamento mais robustas para as quais as ferramentas de administração necessárias precisam sair de um patamar muito básico para algo mais estruturado.

Um segundo tipo de empreendimento era basicamente pessoal, desenvolvido no domicílio da pessoa ou de seus clientes; que dependia unicamente do seu conhecimento e força de trabalho, somado, eventualmente, de algum equipamento pessoal, como máquina de costura, fogão e pequenos utensílios; que tinha algum estoque material obtido com doação ou iniciado a partir de materiais próprios. Nessa condição se enquadravam os brechós caseiros, serviços de cozinha/alimentação e limpeza, e o artesanato.

Também o tempo de dedicação das pessoas a esses empreendimentos era parcial e intermitente, mesclado com outras atividades remuneradas ou não, como os cuidados da casa e de filhos, atividades em igrejas e/ou comunitárias, ou outros trabalhos e fontes de renda formais ou informais.

Não estavam presentes nesse segundo tipo de empreendimento, características mais formais de um negócio popular. Assim como não havia custos fixos, também não havia regularidade ou padronização no próprio exercício do trabalho (salvo a pessoa que trabalhava com limpeza doméstica, que tinha certo grau de regularidade) e, conseqüentemente, nos ganhos auferidos pela atividade.

Nesse tipo de estrutura há, portanto, uma certa “frouxidão” em comparação a um modelo tradicional de “negócio”. As reflexões e provocações do programa tinham, por isso, um caráter inédito e de uma complexidade de difícil apreensão, ainda que a linguagem e o método de diálogo procurassem permanentemente desconstituir a ideia de um conhecimento complexo e hermético.

Entre os dois tipos de estruturação e dinâmica, podemos pensar num *continuum* entre alguma coisa mais próxima de um empreendimento comercial formal e um outro informal, no sentido como tais termos são apreendidos pelo senso comum. Os empreendimentos mais estruturados demandavam menos a discussão e

conhecimento das ferramentas com que se trabalhavam nos módulos, muitas das quais já possuíam e/ou as tinham implementadas, ainda que de modo intuitivo e precário; ao passo que, para os outros, essas mesmas ferramentas podiam se mostrar algo de difícil assimilação e aplicação.

As condições mais próximas de um extremo ou outro desse *continuum* oscilavam entre os diferentes empreendimentos, e para um mesmo empreendimento ao longo do período de quatro meses que durou o programa. De fato, a condição geral de todos era bastante vulnerável, ainda que em graus distintos. Intercorrências familiares e profissionais influenciavam na maior ou menor condição de dedicação ao empreendimento. O mercado citado também precisou mudar de endereço em função do valor de aluguel elevado, e foi para uma parte mais interna da vila, em que se levou certo tempo para reconstituir a clientela.

O quadro geral mostra diferenças internas significativas na comunidade e nos diferentes atores econômicos que formam o circuito local. Há disparidades de estrutura e funcionamento, com demandas que parecem ser bem distintas do ponto de vista da complexidade da gestão. Na próxima seção vamos retomar tais características à luz do referencial escolhido para problematizá-las, buscando, assim, encontrar respostas para a questão que move a pesquisa apresentada neste artigo.

5.1 A ECONOMIA POPULAR NA CASCATA

A descrição das experiências de negócios populares que se envolveram com o BCD e com o programa de capacitação de negócios populares nos remetem, de forma clara, às conceituações da economia popular, que, conforme Coraggio (2004), é composta por “unidades elementares de produção-reprodução (individuais, familiares, cooperativas, comunitárias, etc.) orientadas primordialmente para a reprodução de seus membros e que para tal fim dependem fundamentalmente do exercício continuado da capacidade de trabalho dos mesmos”.

São experiências diversas, que atuam – em diferentes graus – como extensão das unidades domésticas ou em diferentes relações e combinações com elas, e que se organizam com relações marcadas ou subordinadas pelas relações domésticas ali encontradas.

Quando não é o próprio local da casa que baseia materialmente a iniciativa, há a ligação com as condições pessoais de reprodução do domicílio, que permitem a execução dessa atividade complementar, ou, ainda, a extensão das relações familiares como relações de trabalho quando um mesmo grupo familiar compartilha a gestão do empreendimento, ou, indiretamente, estabelece condições que o viabilizam, na medida em que tarefas de cuidado ou mesmo a garantia de meios materiais de subsistência permitem que outro membro do grupo familiar possa empreender na tentativa de melhorar ou ampliar essas mesmas condições de vida.

É um pouco por essa condição que Quijano (1998) lembra que tal tipo de experiência é narrada como anomalia ou dissonância do processo de *modernização*, cuja racionalidade procura impor a separação total entre trabalho e vida doméstica, ou entre trabalho e vida em sentido amplo. O tempo e o espaço de ambos devem ser distintos e mutuamente excludentes, assim como o comportamento das pessoas.

Nesse tipo de experiência está presente a reprodução ampliada da vida: ao ver dividido o tempo de trabalho com os tempos de cuidados familiares e domésticos, as mulheres que estão à frente de todas as experiências participantes do programa recolocam a vida como esforço ou como trabalho – no sentido de ação humana consciente frente à natureza e visando à obtenção de condições (não só) materiais de subsistência. Se a gramática da modernidade capitalista separa e valoriza de modo distinto o trabalho e a casa, ampara e alimen-

tado por estruturas e dinâmicas patriarcais, a economia popular pulsante na vila só consegue se reproduzir por causa da aparente indissociabilidade entre ambos.

Trabalho e casa não compõem, na dinâmica da economia popular, uma simples complementaridade, obviamente não desprezível para entender a reprodução do capitalismo. Para além disso, o espaço-tempo dos dois parece formar uma amálgama em que não é possível promover a separação entre as duas esferas. É um casal que compartilha a gestão do mercado, é o artesanato ou alimento feito em casa para ser vendido, ou o cliente-vizinho que entra em casa para comprar no brechó. Em síntese, é nos próprios corpos que se movem que está presente a multiplicidade de papéis e de lógicas de ação.

A fusão também se observa em questões muito concretas, como no uso do cartão de crédito pessoal ou venda de um carro para financiar o estoque da loja mantida em parceria com uma vizinha, e que só se mantém aberta nas escalas de tempo permitidas pela outra atividade profissional e pelo cuidado da casa. Em diferentes graus, há um diálogo permanente e *condicionante* entre a vida pessoal e o empreendimento montado. Desse diálogo, depende o quanto se pode e se precisa trabalhar nessa ou em outra fonte de renda, ou o quanto se pode dedicar em função de tarefas pessoais indelegáveis. A negociação é permanente e cotidiana.

Também a noção de mobilização dos recursos locais, identificada por Coraggio (2013) como traço marcante da economia popular, está presente. Assim, é possível identificar habilidades e saberes como, por exemplo, a capacidade de cozinhar, fazer artesanato ou customizar e reformar roupas – todos extensão de atividades domésticas – como recursos mobilizados para criar iniciativas de geração de renda, quando são usados para fora do ambiente da casa.

5.2 O POTENCIAL ALTERNATIVO DA ECONOMIA POPULAR

Ainda que se valorize acertadamente o fôlego, resiliência e até mesmo certa potência da economia popular, nos parece importante problematizar o seu alcance transformador. Falamos aqui de um potencial transformador que não signifique, necessariamente, a superação e substituição da economia capitalista, como discutido na Introdução.

Adotamos o critério de Quijano (2002), segundo o qual o enfrentamento central a ser feito seria o *rompimento de relações de dominação que marginalizam as experiências de economia popular no seio de uma sociedade capitalista*. Tal avanço implicaria no estabelecimento de novas estruturas de autoridade que pudessem coordenar o trabalho no interior das experiências, assim como a articulação entre elas dentro de um circuito econômico local. Dito de outro modo, se esperaria a construção de novas institucionalidades capazes de regular a vida coletiva e as atividades produtivas necessárias para sustentá-la materialmente.

Por oportuno, é importante lembrar a discussão de Polanyi (2012[1957]) de que o social não é um agregado de pessoas, e a economia dominante não é resultado da prevalência simples de determinada prática – por exemplo, a reciprocidade ou a redistribuição – sobre a troca mercantil, na soma da maioria dos comportamentos individuais. É preciso haver arranjos ou condições institucionais para que os padrões de comportamento individual promovam o que o economista chama de *integração* num determinado padrão econômico. O padrão dominante na comunidade ainda é troca mercantil, embora o BCD tenha introduzido a dinâmica de feiras de trocas mediadas por moeda social, com boa receptividade. Ou seja, parece plausível pensar que outras práticas econômicas, que não a troca mercantil, são reconhecidas e constituem importante meio de garantia de subsistência.

5.3 DOMESTICIDADE E O PAPEL DAS MULHERES

Nos parece impossível não mencionar, adicionalmente, a massiva presença de mulheres à frente das experiências observadas em nossa pesquisa, e as condições de vida a que estão submetidas sob a hegemonia patriarcal. A condição feminina nos diferentes empreendimentos lembra de forma quase automática a responsabilidade por afazeres e cuidados domésticos.

Se, de um lado, a proximidade do cuidado e da vida doméstica com aquilo que é tido como “trabalho” reproxima dimensões de vida que o capitalismo separou como parte de seu projeto de produtividade, de outro lado, reafirma uma hierarquia patriarcal que submete a mulher a jornadas paralelas de afazeres, sem permiti-la alcançar o gozo pleno do status social de “trabalhadora” (ou de “empreendedora”), nitidamente uma condição de reconhecimento público superior ao da “dona de casa”, mesmo que também sujeita a relações de opressão. Essa contradição não é nova na economia solidária e na economia popular, e já foi problematizada em outros programas de capacitação e fomento massivamente ocupados por mulheres (COSTA, ZARO e FREITAS, 2016).

De fato, mesmo a condição de “empreendedora” necessitaria ser problematizada, o que, infelizmente, não se consegue fazer nos limites do presente texto, sem a necessária discussão conceitual prévia. Dito de modo rápido, essa condição de “empreendedora popular” não se afasta muito da situação de autoemprego precário, e mostra-se bem mais distante da noção heroica de uma pessoa capaz de superar barreiras exteriores, sejam elas quais forem, para realização plena de seus sonhos e de seu potencial.

Nos casos presenciados, a jornada (ou dupla jornada) heroica é pela sobrevivência em condições nem sempre dignas ou correspondente ao tamanho do esforço físico, intelectual e emocional necessário. Em vez da atividade empreendedora poder significar alguma forma de libertação de relações de opressão, ela parece criar uma segunda camada ou linha de opressão, de caráter econômico, que se soma à opressão patriarcal anterior. Antes, contudo, de apontar tal condição como indicador de insucesso na jornada libertadora dessa economia popular que é, ou parece ser, feminina e subalterna, nos parece importante colocar essas injunções como feixes de problematização para se pensar a própria economia popular. Às questões de gênero e de classe, poderíamos juntar ainda as questões de raça. Uma das artesãs participantes, e que também é da equipe mobilizador do Banco, é mulher negra e pobre, que vive com a mãe e os filhos adolescentes em uma casa que elas mesmas seguem construindo sozinhas.

Tal abordagem parece complexificar ainda mais a já complexa e necessária avaliação de alcance transformador dessas experiências alternativas. Se concordamos com Quijano a respeito da necessidade de rompimento de relações de opressão para haver experiências realmente libertadoras, certamente não falamos somente de opressão econômica, mas também de raça, de gênero ou outras lentes que se queira adotar. A assunção dessa complexidade implicaria em usar abordagens do tipo interseccional⁴ para entender como uma mesma pessoa lida e busca se desvencilhar de formas distintas de poder que lhe recaem simultaneamente, mas operam de forma distinta, exigindo maneiras também diversas de resistência e de reinvenção de relações. Aí pode residir o germe das novas institucionalidades requeridas para conferir a tais experiências um caráter realmente alternativo.

4 Ver a obra seminal de Angela Davis: *Mulheres, raça e classe* (tradução de Heci Regina Candiani para Editora Boitempo, 2016. Original de 1981). A abordagem interseccional defende que não é possível entender e lutar contra relações de opressão (de raça, de classe e de gênero) sem levar em conta as diferentes formas como elas se atravessam num mesmo corpo e sem que se possa hierarquizar ou priorizar uma ou outra forma de luta, dada a simultaneidade como as relações de opressão se impõem à mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, buscamos entender os movimentos – ambivalentes e intermitentes – que um BCD pode provocar na sua comunidade ao fomentar e introduzir práticas econômicas distintas e complementares à troca mercantil. Para essa finalidade, analisamos a presença dessas distintas práticas econômicas em empreendimentos populares nascidos e organizados a partir de unidades domésticas, tidas por Coraggio como unidade fundamental da economia popular.

Os empreendimentos apresentados e suas formas particulares de combinação entre trocas (mercantis e não mercantis), reciprocidade e domesticidade, possuem ligação com o BCD da Cascata, ou se aproximaram a partir de relações pessoais e de vizinhança mantidas com as pessoas que tocam esse projeto na Vila Primeiro de Maio.

O BCD da Cascata não está funcionando nos moldes típicos dos demais BCD brasileiros, em parte por não ter obtido lastro para emissão de moeda e crédito, e em parte porque as mulheres envolvidas no projeto se sentem mais motivadas para ações de mobilização comunitária e para a discussão de questões locais da Vila. A iniciativa conjunta com a universidade de capacitar mulheres para a melhor administração dos seus negócios aponta para a ideia de fortalecer os empreendimentos e o possível circuito econômico local, tão pulsante quanto invisível. Essa ação se soma a outra prática recorrente do BCD que estavam sendo as feiras de troca na comunidade, ao menos até a chegada da pandemia.

A análise das experiências apresentadas mostrou de forma evidente a co-presença marcante de várias lógicas e práticas econômicas distintas que não permitem que aquelas sejam lidas unicamente como negócios, senão como estratégias de subsistência que se organizam em paralelo com outras fontes, alimentadas por distintas lógicas, no mesmo espaço doméstico e familiar.

Essa lição parece fundamental não somente para a discussão e reflexão teórica na academia, mas também para a orientação das próprias ações dos BCD. Assumida essa perspectiva, mesmo as ações mais tradicionais dos BCDs, como crédito e moeda local, precisam dialogar com uma natureza de empreendimento que hibridiza práticas econômicas distintas.

Discutimos ainda o alcance efetivamente transformador dessas experiências à luz da proposta de Quijano (1998), alicerçada na capacidade que elas podem apresentar, ou não, de superar relações de dominação e construir novas institucionalidades, ou formas relativamente permanentes de regulação para as relações comunitárias. A partir da particularidade dos casos, é possível iniciar uma reflexão mais generalizável nessa linha. Ainda parece fazer falta ferramentas analíticas mais robustas, capazes de avaliar o quanto essas formas organizativas podem representar *novidades sociológicas*, ou podem ser simples estratégias comunitárias ou de reciprocidade, importantes para garantir sobrevivência, porém, insuficientes para produzir transformações.

Resta, então, a necessidade de avaliação do quanto as experiências dos BCDs conseguem lidar com a ambivalência de forjar ou fomentar, por um lado, relações econômicas não mercantis e ao mesmo tempo valorar em moeda local algumas atividades não mercantis que passam a ser objeto de troca quantificáveis. Essa discussão aparece, por exemplo, em Lacerda, Costa e Icaza (2018) na análise de outro caso de BCD fomentado em Porto Alegre, em que aparecia de modo claro a ambivalência entre *comoditizar* ou *descomoditizar* as práticas econômicas comunitárias.

Em resumo, tanto do ponto de vista das práticas como das reflexões, parecemos estar diante de um campo contraditório e, por isso mesmo, instigante. Do ponto de vista das experiências, as práticas buscam constituir formas alternativas de trabalho ao mesmo tempo que seguem dependentes de formar mercantis hegemônicas, e parecem, inclusive, mimetizar muitas delas nessa jornada. No campo das avaliações e reflexões necessárias a respeito das práticas, não só o ferramental analítico precisa avançar, dada sua já mencionada imaturidade e insuficiência; mas também as teorizações decorrentes dos estudos demonstram precisar de mais diálogos interdisciplinares, dada a complexidade das unidades domésticas em que brotam essas experiências.

O presente estudo, como outros a respeito dos BCDs e suas relações com as comunidades e seus circuitos econômicos, se ressentem dessa natural e compreensível condição de limitação inerente a estudos de fronteira, como os BCDs. Ainda que cronologicamente não representem, eventualmente, uma novidade, parecem sê-lo sociologicamente, como salienta Quijano, e por isso demandam e merecem novas e mais robustas investigações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA Thiago Varanda. Economia popular: da economia política a um conceito operacional. In: **Revista brasileira de planejamento e orçamento**. RBPO Brasília, Volume 8, nº 1, 2018 - p. 81-104 -

CORAGGIO, José Luis. De Polanyi à l'économie sociale et solidaire en Amérique latine. In : Lavelle, Jean-louis ; Hillenkamp, Isabelle. **Socioéconomie et démocratie. L'actualité de Karl Polanyi**. Èrès, 2013, p. 169-175.

_____. **La gente o el capital**. Desarrollo Local y economía del trabajo. Equador : Produções digitais Abya-Yala, 2004.

COSTA, Pedro de Almeida ; ZARO, Zadelene ; BARBOSA, Maíra. Quando a economia solidária não é feminista nem feminista: o que está sendo reproduzido? **Revista TRAMA Interdisciplinar**, v. 7(1), p. 67-86, 2016.

FERNANDES Bruno Siqueira e DINIZ, Sibelle Cornélio. Economia popular, des/colonialidade do poder e economia solidária: notas para um debate latino-americano. 2018. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**., São Paulo, V.20, N.2, p.254-268, MAIO.-AGO. 2018.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; RIGO, Ariadne Scalfoni. O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da moeda social no “bairro da economia solidária”. In: **Cadernos EBAPE**. V.15, n.1, 2017, p.169-193.

FRANÇA FILHO, Genauto *Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários*. In: **Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários**, 2007, Iparana / CE. 11 p. (mimeo)

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia dos setores populares e inserção social pelo trabalho**: a reprodução da vida para além da norma salarial. Tese de doutorado. Maceió, 2018. UCSAL

LACERDA, Daniel da Silva; COSTA, Pedro de Almeida; ICAZA, Ana Mercedes Sarria. Justa Troca as a “Fair Exchange”: Approaching an Alternative Economy for the Development of the Territory. In: 7th Laemos Conference, 2018, Buenos Aires. Conference Program - Organizing for Resilience: “Scholarship in Unsettled Times”. **[Anais]** Buenos Aires: IAE Business School, 2018.

LEAL, Leonardo Prates; ALMEIDA, Suzanny Carla Santos. Incubação de iniciativas de finanças solidárias: perspectiva da gestão coletiva de bens comuns no banco comunitário Olhos D'Água, em Igaci, Alagoas. In: **NAU SOCIAL**. V.7, n.12, 2016, p.143-162.

LISBOA, Armando de Melo. *Desordem do trabalho, economia popular e exclusão social*. Algumas considerações. Texto para discussão n. 6/98. Dpto. de Ciências Econômicas/UFSC: maio de 1998.

MEDEIROS, Amanda Cristina. Bancos comunitários de desenvolvimento como instrumento de políticas públicas: o caso do Banco Cidade de Deus – Rio de Janeiro – RJ. **Dissertação de Mestrado**. FGV/Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, 2014, 96p.

POLANY, Karl. A economia como processo instituído. In: POLANY, Karl. **A subsistência do homem e outros ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p.293-329.

QUIJANO, Aníbal. **La economía popular y sus caminos en America Latina**. Lima: Mosca Azul editores, 1998. _____ . Sistema alternativo de produção? In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Produzir para viver: os caminhos de produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.475-514.

_____. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. P.81-130.

RIGO, Ariadne Scalfoni; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LEAL, Leonardo Prates. Moedas sociais nos bancos comunitários de desenvolvimento: a experiência das conchas em Matarandiba-BA. In: **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v.4, n.2, mai/ago 2015(A), p.15-31.

_____. In: **Desenvolvimento em Questão**. Ano 13, n.31, jul/set 2015(B), p. 70-107.

RIGO, Ariadne Scalfoni; CANÇADO, Airton Cardoso. Gestão social e construção de espaços públicos: reflexões a partir da rede brasileira de bancos comunitários. In: **Administração Pública e Gestão Social**. Número 7 (1), 2015, p.37-44.

SOUSA, Daniela Neves. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. In: **Katálysis**. V.11, n.1, 2008, p.53-60.





COMPREENENDO A GESTÃO DOS RECURSOS
HÍDRICOS SOB A ÓTICA DOS COMITÊS DE BACIA
HIDROGRÁFICA

*WATER MANAGEMENT IN THE WATER RESOURC-
ES COMMITTEES*

Géssika Maria Gama Cambrainha (UFPE)

Carla Regina Pasa Gomez (UFPE)

Luana de Oliveira Alves (UFPE)



RESUMO

A água é um recurso de livre acesso a qualquer um que tenha meios para apropriá-la diretamente no meio natural, entretanto, é também um bem comum que precisa ser compartilhado por todos. Assim, a gestão da água no Brasil permite uma integração que inclui a participação do governo, usuários e sociedade civil. Os interesses desses grupos se encontram representados em órgãos colegiados, os comitês de bacia hidrográfica. A literatura tem buscado entender a participação social nesses comitês, contudo, algumas questões relativas à gestão realizada por esses órgãos ainda permanecem inexploradas. Assim, o objetivo desse artigo é identificar como os comitês atuam na gestão dos recursos hídricos. Foi escolhido o Comitê de Bacias Metropolitanas Norte em Pernambuco como representante das unidades básicas de decisão. Os dados foram coletados através de documentos e observação, e posteriormente analisados de forma qualitativa utilizando o *Institutional Analysis Development (IAD) Framework*. Os resultados encontrados indicam principalmente que a posição dos atores no comitê coloca os órgãos da sociedade mais no papel de coadjuvantes, deixando o protagonismo para o governo e a iniciativa privada.

Palavras-chave: governança, governança da água, gestão da água, comitês de bacias hidrográficas, IAD Framework.

ABSTRACT

Water is an open access resource that could be appropriated by anyone that has the means to take it directly from nature, outthought, it is a common good to be shared by everyone too. In Brazil, the water management is organized in an integrated and participating system, with government, users and society. All those interests are represented in collegiate organs, the water resources committees. The research in this area tries to understand the social participation in these committees but there are still issues about the management of these organs that remain. Thus, this paper aims to identify how these committees act on water resources management. We choose the Comitê de Bacias Metropolitanas Norte in Pernambuco to represent those basic units of decision. The data collected consist of interviews and documents that were qualitatively analyzed in face of the Institutional Analysis Development (IAD) Framework. The results mainly pointed that the actor's role is merely supporting, letting the leading figures to government and market.

Keywords: governance, water governance, water management, water resources committees, IAD Framework.

1. INTRODUÇÃO

Os recursos disponíveis no ambiente podem ser apropriados por qualquer um que tenha como fazê-lo. No entanto, é uma questão prioritária a garantia do acesso a esses recursos para todos, pois, em sua maior parte estão associados à sobrevivência da humanidade, como é o caso específico da água. O esgotamento dos recursos naturais no planeta tem sido tema de debates em diferentes áreas do conhecimento, desde que foi reconhecida a necessidade de pensar em uma forma de gerir os recursos presentes no ambiente de uma maneira que estes sejam utilizados e preservados (CMMAD, 1988). Em outras palavras, a preocupação em torno dos impactos ao meio ambiente provocados pela ação humana levou a esforços para se pensar em um desenvolvimento sustentável.

Em vista disso, encontros e conferências internacionais têm avançado, discutindo alternativas e estabelecendo objetivos, no sentido de atingir um desenvolvimento sustentável. A Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, realizada no Rio de Janeiro em 2012 (também conhecida como Rio+20), estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). São ao todo 17 (dezesete) objetivos e 169 (cento e sessenta e nove) metas a serem atingidos até 2030, que estão voltados, em geral, para garantir uma vida digna às pessoas, bem como a preservação dos recursos naturais. Um desses objetivos, o ODS número 6, trata especificamente da gestão da água, ao preconizar a necessidade de “Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos” (MUNDO, 2016). Logo, se torna necessária a criação de mecanismos para a concretização de tal compromisso assumido pelos países envolvidos.

Ao longo da história, algumas formas de controle dos recursos naturais já foram teorizadas e aplicadas. Elinor Ostrom (1990) as resume em duas básicas: controle exclusivamente pelo governo e controle exclusivamente pela iniciativa privada; e sugere, através da análise de experiências estudadas, uma terceira forma: a autogestão. De acordo com essa visão, um recurso pode ser mais eficientemente controlado com os próprios usuários estabelecendo entre si as regras sanções (OSTROM; WALKER; GARNER, 1992). Além disso, a mesma autora propôs o *Institutional Analysis Development (IAD) Framework* (OSTROM, 2010) como um suporte à avaliação dos processos de autogestão (OSTROM; GARNER; WALKER, 1994).

Com base na proposta de Ostrom (1990), a melhor forma de garantir o atingimento do ODS6 (Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos) seria, portanto, entregar de alguma forma as decisões sobre os recursos hídricos (água disponíveis para uso) aos próprios usuários e interessados em um tipo de governança da água. Formas de controle integrado da água, então, foram sendo adotadas por vários países seguindo os princípios de integração e descentralização das decisões, a exemplo da França (JACOBI, 2006) e Holanda (MATOS; DIAS, 2013). E embora a adoção desses sistemas represente um avanço, a integração a que se referem está voltada mais para o esforço de integrar a gestão da água, com a do solo e de outros recursos relacionados; e a descentralização, se refere ao estabelecimento de órgãos colegiados definidos por bacias hidrográficas, nos quais, porém, atuam apenas o poder público e entidades privadas (FRACALANZA, JACOB; EÇA, 2013), enquanto a população, muitas vezes mais diretamente afetada, não é incluída nas decisões.

O caso do Brasil distingue-se por instituir a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), em 1997, uma forma específica de governança para a água no país. A PNRH segue, do mesmo modo que em outros países, os princípios de integração e descentralização das decisões, mas se destaca de forma diferencial por incluir também a participação da sociedade (formalmente representada) nas decisões. Dessa forma, a PNRH compreende todos os interessados na decisão e, a exemplo dos modelos de governança da água já existentes, também institui órgãos delimitados por bacias hidrográficas. O Comitê de Bacia Hidrográfica (COBH) é, pois,

a unidade básica de decisão sobre os recursos hídricos no Brasil, no qual atuam tanto órgãos públicos e empresas privadas como a sociedade civil organizada.

As pesquisas em governança da água, no que concerne ao trabalho dos comitês de bacia, têm sido exploradas no Brasil sobretudo quanto à participação social nessas formas de organização, a exemplo dos trabalhos de Jacobi e Barbi (2007); Pardini, Gonçalves e Camargos (2013); e Fadul, Vitoria e Cerqueira (2017). No entanto, algumas questões relativas à gestão realizada por esses órgãos ainda permanecem inexploradas, como afirmam Pardini, Gonçalves e Camargos (2013), pois as tentativas de abordar a governança da água por um enfoque mais gerencial ainda são escassas.

De fato, o enfoque gerencial com relação ao tema apresenta muitas lacunas, tais como: os marcos legais apontam mecanismos suficientes, e estes são aplicados para operacionalizar essa gestão? Estes mecanismos, quando aplicados resultam em melhores resultados, do ponto de vista dos benefícios a serem alcançados? Ou mesmo, a atuação dos comitês é avaliada de forma que garanta os melhores resultados? O interesse aqui, entretanto, se volta menos para avaliar a eficiência das ações e qualidade dos resultados das ações desse tipo de organização e mais para a compreensão de como atuam os comitês de bacia na gestão da água (ZWARTEVEEN, 2017). Desse modo, espera-se chegar a um conhecimento sobre como atuam efetivamente os grupos na governança da água.

Para compreender os fenômenos associados à governança de recursos naturais, a teoria de Ostrom (1990) tem sido amplamente aplicada (TROJBICZ, 2016). Da mesma forma, o *IAD Framework* proposto por Ostrom (2010), tem sido utilizado como base para guiar estudos que fazem análises institucionais. O quadro elaborado pela autora, considera o contexto e os resultados, porém centra sua análise na situação de ação, ou seja, na configuração entre os atores e as decisões, o que pode levar a uma compreensão melhor sobre a governança da água tal como instituída no Brasil.

Considerando que os comitês são autônomos na forma como irão realizar seus processos internos, cabe investigar quais ferramentas e estratégias são utilizadas por esses na gestão, de modo a saber como esses, sendo uma forma de organização tão distinta, atuam. Em vista disso, o objetivo deste artigo é **identificar como atuam os comitês de bacias hidrográficas na gestão da água a partir do *IAD Framework*, tomando como estudo de caso o Comitê de Bacias Metropolitanas Norte em Pernambuco.**

O COBH Metropolitanas Norte apresenta uma situação particular, pois, em primeiro lugar, extrapola as dimensões geográficas de uma única bacia por ser organizado por um conjunto de bacias de pequenos rios litorâneos. Em segundo lugar, no território que compreende suas decisões tem a presença de empreendimentos industriais de grande porte (tais como a fábrica de bebidas Ambev e o parque industrial da Fiat, por exemplo), o que pode implicar em uma maior necessidade por água; enquanto que, por outro lado, a região também possui áreas de importância ambiental na preservação de Mata Atlântica.

Nas próximas seções, é traçado um histórico dos modelos de gestão da água no Brasil, bem como são descritas as categorias do quadro analítico de Ostrom (2010), utilizadas como base para nortear a pesquisa. Em seguida é apresentado o método aplicado na pesquisa, e, por fim, os resultados encontrados e a discussão destes, além das reflexões finais.

2. GESTÃO DA ÁGUA NO BRASIL

O uso do termo governança tem se tornado frequente em pesquisas, de maneira que pode abranger muitos significados. Na visão de Ostrom (1990), utilizada como base teórica neste trabalho, a governança diz respeito a organização de uma comunidade para a gestão de um recurso de uso comum. Ao tratar da questão específica dos recursos hídricos, a governança da água pode ser definida pela estrutura de gestão participativa e integrada criada para a gestão desse recurso (MATOS; DIAS, 2013). Assim, a governança da água pode ser definida por todos os elementos que interagem em torno de um recurso, desde as condições do ambiente, as normas instituídas, os atores até os espaços criados para a tomada de decisão.

As normas que instituem a governança da água, apesar de manterem os mesmos princípios, variam em sua adoção por cada nação. O processo de implantação da gestão dos recursos hídricos, que culminou na governança da água no Brasil (Figura 1) envolveu uma mudança institucional que partiu de um modelo burocrático, pautado pela racionalidade e hierarquia, para um modelo mais sistêmico e de decisão participativa (CAMPOS; FRACALANZA, 2010), o país se destaca sobretudo pela inclusão da sociedade no processo de gestão da água.

A estrutura da gestão da água no Brasil é reflexo de um processo de transformação do estado brasileiro e das diferentes significações dadas por este à água (COSTA; VIZEU; GUARIDO, 2016). As formas de gestão da água no país passaram por diferentes períodos, caracterizados pela adoção dos modelos: burocrático, econômico-financeiro e sistêmico de integração participativa (CAMPOS; FRACALANZA, 2010).

Desde o período como colônia de Portugal, o Brasil é marcado pela exploração irrestrita dos recursos, tal como a água, que eram vistos como abundantes e inesgotáveis (COSTA; VIZEU; GUARIDO, 2016). Essa visão perdurou durante o Império, de tal modo que o assunto não entrou na pauta do governo até o período republicano. As primeiras iniciativas de regulamentação do uso da água surgiram apenas no início do século XX, com a crescente demanda por energia elétrica devido ao processo de industrialização, a exemplo do que ocorreu em outros países.

Figura 1: Principais marcos históricos na gestão dos recursos hídricos no Brasil



Fonte: Elaboração própria.

O primeiro marco regulatório dos recursos hídricos foi o Código das Águas, proposto em 1904, mas aprovado apenas em 1934 (COSTA; VIZEU; GUARIDO, 2016). De acordo com Campos e Fracalanza (2010), o Código representou a formalização da adoção do modelo burocrático, pois se caracterizava por centralizar a autoridade no poder público, com ações tomadas por meio de uma estrutura hierarquizada, além de ser pautado pela racionalidade. Ainda segundo as autoras, esse cenário começou a se modificar durante o período da ditadura

militar, quando a crescente complexidade do sistema hídrico limitou a atuação do poder centralizado em conseguir conter os problemas enfrentados com relação à saúde pública.

No início da década de 1970, com o acentuado crescimento econômico e a conseqüente poluição que a atividade industrial provocou na água dos rios, os estados federativos passaram a legislar também sobre a água, movidos principalmente pelos interesses econômicos e destinando o maior controle ao setor de energia elétrica. Essa fase corresponderia ao modelo econômico- financeiro, como sugerido por Campos e Fracalanza (2010). Corroborando a discussão, Costa, Vizeu e Guarido (2016) apontam que mesmo as questões ambientais eram vistas como parte de uma questão econômica.

A mudança para um modelo sistêmico e de integração participativa começou a surgir apenas nos anos de 1980, com o início da elaboração de uma Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) a ser incorporada na Constituição Federal de 1988 (CAMPOS; FRACALANZA, 2010). Ela se tornou efetiva em 1997 com a Lei nº 9433, também conhecida como Lei das Águas, esta política instituiu a criação de um sistema de gerenciamento de recursos hídricos, que segmenta a gestão ao seu nível mais básico, o da bacia hidrográfica, e considera a participação dos diferentes atores envolvidos, com seus conflitantes interesses, para tomar decisões relativas aos diversos usos que podem ser dados a água de cada bacia. Ademais, Costa, Vizeu e Guarido Filho (2016) destacam como outra característica da PNRH, a mudança no entendimento da concepção atual da água de um bem privado para um bem público. Dessa forma, as preocupações sociais são vistas no mesmo nível das preocupações econômicas e ecológicas, portanto é possível pensar assim em atender ao desenvolvimento sustentável.

Antes mesmo de ser instituída a PNRH, os estados como São Paulo e Ceará adiantaram-se em estabelecer suas próprias políticas e criar seus comitês de bacias. Em seguida, outros estados foram aos poucos compondo seus comitês em um processo que ainda está em andamento. Até 2019 eram 10 (dez) comitês interestaduais e 214 (duzentos e quatorze) comitês estaduais distribuídos pelo país. No entanto, ainda há estados como o Pará, Roraima, Amapá e Acre, nos quais ainda não existem comitês formalizados.

Apesar de apresentar avanços no sentido da inclusão da participação social, a gestão da água no Brasil, por outro lado, caminha para uma maior participação da iniciativa privada. Em julho de 2020 foi aprovada a Lei nº 14.026/2020, considerada o novo marco legal do saneamento, que permite, entre outras questões, um aumento gradual dos investimentos privados no setor.

Além da constituição dos órgãos colegiados de decisão em si, muitos desafios ainda precisam ser superados para a completa implantação da governança da água no Brasil, tal como idealizada pela PNRH. Primeiramente, é preciso estimular os participantes do processo para que estes assumam responsabilidades, pois apesar da mudança formal, a herança cultural do estado paternalista ainda não foi superada, e a inclusão da sociedade não indica a inclusão dos interesses desta (CAMPOS; FRACALANZA, 2010). Além destes, ainda há outros desafios como os conflitos entre os interesses dos diferentes atores, a assimetria de conhecimento técnico, a desconfiança por parte dos membros da sociedade civil, a complexidade, devido à extensão territorial e particularidades de cada região, a ausência de representação da sociedade organizada (PARDINI; GONÇALVES; CAMARGO, 2013); a falta de transparência no processo (EMPINOTTI; JACOBI; FRACALANZA, 2016);

Outrossim, o acompanhamento da implementação das políticas públicas relacionadas à gestão da água e avaliação quanto a sua qualidade e efetividade das suas ações é muitas vezes negligenciada (JACOBI *et al.*, 2013). Contudo, a proposta aqui não é avaliar a política pública ou mesmo as ações dos comitês, mas antes de tudo, conhecer como eles atuam. Em vistas disso, serão utilizadas de forma elucidativa as categorias criadas por Ostrom (2010) detalhadas na próxima seção.

3. UM FRAMEWORK PARA A GOVERNANÇA DOS RECURSOS NATURAIS

A preocupação pela forma com a qual as pessoas se organizam para atuar coletivamente já foi alvo de teorizações, sobretudo na ciência política. Há, por um lado, os defensores de um governo mais forte tomando decisões em nome da coletividade e, por outro, os defensores de uma regulação pelo mercado. Contudo, não há uma única melhor forma, e, em alguns casos, é possível que as pessoas consigam se organizar para tomar decisões em conjunto sobre questões relativas ao uso dos recursos naturais comuns (OSTROM, 1990).

A teoria proposta por Ostrom foi baseada em casos empíricos estudados por ela, já testada em estudos subsequentes tanto pela autora como por outros pesquisadores e vem sendo aplicada para a compreensão da ação coletiva em virtude do compartilhamento de recursos de uso comum (TROJBIK, 2016). Dessa forma, com base na teoria por ela desenvolvida, Ostrom (1990) propôs o *IAD Framework* como uma ferramenta de apoio e um pontapé inicial para guiar análise de instituições organizadas em algum tipo de governança.

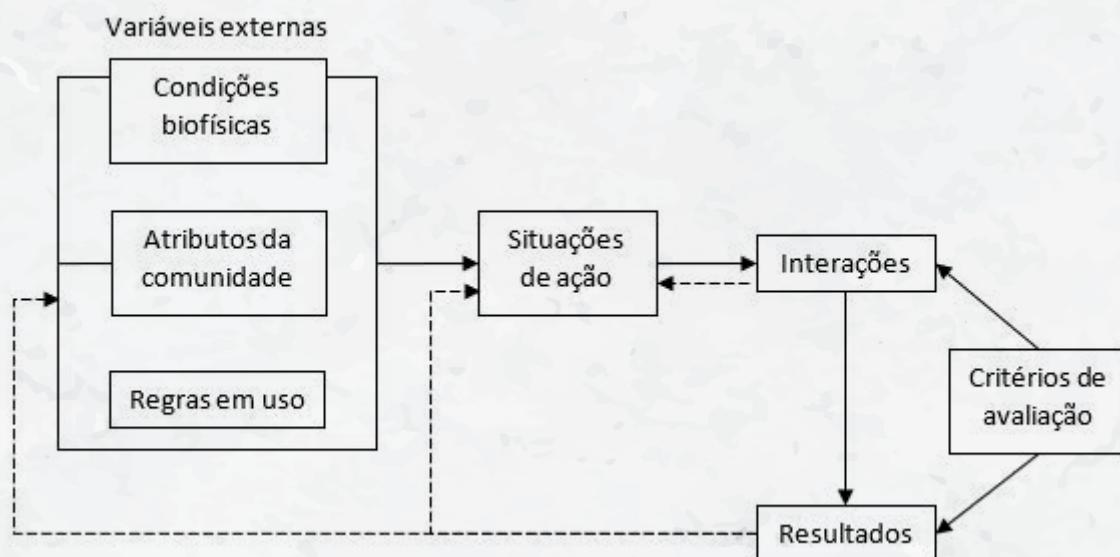
Os conceitos base que guiam o *IAD Framework* são definidos por Ostrom (1990) de modo que evitam imprecisões pelo uso por diferentes áreas de conhecimento (SILVA FILHO et. al, 2009). Em razão disso, o arcabouço conceitual trazido pelo quadro, além de permitir uma avaliação, fornece subsídios para a compreensão geral de um sistema de governança e a forma como esse atua.

O quadro divide os elementos de governança em quatro categorias, como pode ser observado na Figura 2: (1) os fatores externos em uma situação de ação, que correspondem às regras em uso, os atributos da comunidade e as condições físicas e biológicas nos quais a arena é estabelecida; (2) a situação de ação, incluindo os atores que dela participam; e (3) as interações e (4) resultados; e os critérios de avaliação, para analisar as interações e resultados.

A situação de ação tem uma posição central, por ser entendida como a unidade básica de análise da qual as outras questões decorrem. O conceito da situação de ação corresponde ao espaço social onde os indivíduos interagem, sendo formado pelos atores, as suas posições, as informações disponíveis, a rede de custos e benefícios e os resultados potenciais.

A partir das situações de ação são geradas as interações e os resultados trazendo como consequência efeitos que repercutem em retorno por toda a arena de decisões. Ao efetuar uma análise institucional, analistas se utilizam, então, de critérios de avaliação que podem ser aplicados para avaliar tanto o processo como os resultados alcançados (OSTROM, 2007). Essa dinâmica permite a adaptação dos elementos do *framework* para a aplicação de uma variedade de teorias.

Figura 2: Categorias de análise de acordo com o IAD Framework



Fonte: Adaptado de Ostrom (2010).

As condições biofísicas correspondem aos atributos de estado do mundo em que se encontra o recurso pertencente ao sistema analisado na situação de ação. As características biológicas e físicas do recurso alteram a forma como este afetará a situação e consequentemente os resultados. Devido a isso, ao fazer um diagnóstico se objetiva muito mais entender as particularidades das diferentes configurações de um mesmo recurso, do que criar uma uniformidade entre as formas de atuação para todos os recursos em um determinado setor.

Os atributos da comunidade dizem respeito à estrutura mais geral da comunidade na qual a situação é estabelecida, relativos à cultura local. Nesse sentido, são consideradas as informações sobre a constituição daquela comunidade, desde sua história, as interações já ocorridas, o conhecimento e capital social desenvolvidos por aqueles que participam da governança ou que são afetados por esta.

As regras em uso se referem aos entendimentos compartilhados por aqueles envolvidos na situação, estejam eles explícitos ou não. Muitas vezes, as regras em uso estão claramente expressas em regulamentos, normas, até mesmo na legislação. Porém, há também as regras firmadas em acordos implícitos entre os indivíduos que ali atuam. De uma maneira simples, as regras são as prescrições sobre as ações requeridas, proibidas ou permitidas. É através das regras que será conduzido o comportamento dos atores em uma situação de ação.

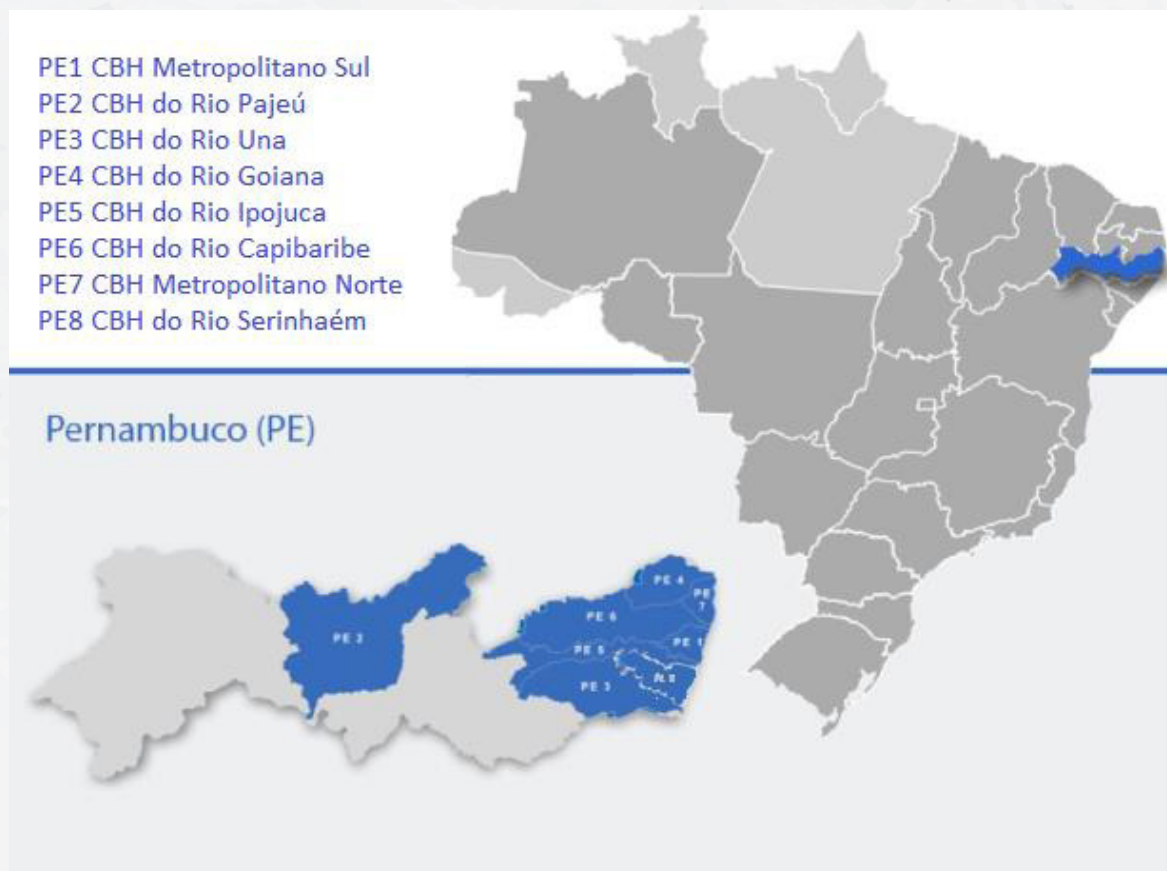
4. METODOLOGIA

A compreensão trazida por essa pesquisa intencionou analisar uma questão particular a respeito da realidade específica da governança da água, portanto, a abordagem de investigação é de natureza qualitativa, por permitir um aprofundamento na compreensão do fenômeno de modo específico (DENZIN; LINCOLN, 2017). Entende-se que a arena de ação, como categorizada por Ostrom (2010), pode ser compreendida, na realidade da governança da água no Brasil, pelo espaço de discussão representado internamente nos Comitês de

Bacias Hidrográficas. O estado de Pernambuco possuía, até 2020, oito comitês de bacia instituídos (Figura 3): Metropolitano Sul, Metropolitano Norte, Capibaribe, Goiana, Sirinhaém, Ipojuca, Una e Pajeú; além dos comitês interestaduais que ultrapassam o território.

O comitê Metropolitano Norte, apresenta uma situação atípica em comparação a outros comitês, pois não enfrenta diretamente dificuldades de escassez de água proveniente do clima semiárido presente no estado. Apesar disso, encontra-se em uma situação particular por abrigar no mesmo território grandes empreendimentos industriais e áreas de importância ambiental na preservação de Mata Atlântica. Em vista disso, este foi escolhido como representante das unidades básicas de decisão.

Figura 3: Comitês de bacia hidrográfica de Pernambuco



Fonte: Ana, 2019.

A coleta de dados reuniu as atas de reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas desde a criação do COBH, compreendendo o período de 2016 a 2018. De forma adicional, foi realizado um contato com um servidor da Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC), responsável pelo acompanhamento dos comitês, no dia 13 de dezembro de 2019, que culminou em convites para participação nas sessões, com isso, foi possível também realizar observação em duas reuniões extraordinárias do COBH Metropolitana Norte, em 18 dezembro de 2019 e em 11 de dezembro de 2020.

O quadro criado por Ostrom (2010) permite uma análise institucional que engloba múltiplos níveis de análise. O objetivo aqui, no entanto, é avaliar como atua a governança em seu nível mais básico o comitê, não se configurando como uma análise institucional completa. Portanto, as categorias do *IAD Framework* proposta pela

autora são utilizadas como suporte para nortear a análise realizada. Partindo de tais categorias, foi realizada a análise de conteúdo temática, seguindo os procedimentos de: (1) pré-análise; (2) exploração do material; (3) tratamento dos resultados e interpretação (BARDIN, 2016).

A pesquisa aqui realizada atendeu aos critérios de qualidade por utilizar a triangulação de dados, quanto às diferentes fontes de dados, permitindo também enriquecer a compreensão sobre o fenômeno estudado (MERRIAM, 1998). Além disso, o cuidado com a construção dos corpus de pesquisa, no sentido de buscar formar um conjunto de dados representativo, garantiu o rigor da pesquisa. A seção a seguir apresenta os resultados encontrados.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados aqui ora apresentados e discutidos serão divididos conforme as categorias do *IAD Framework*. A primeira categoria apresenta as variáveis externas que incluem, os atributos físicos, atributos da comunidade e regras em uso. A próxima categoria contém a situação de ação, incluindo

5.1 VARIÁVEIS EXTERNAS

Os fatores externos podem ter grande influência sobre o modo de gestão adotado pelo comitê. Os cursos de ação traçados pelos atores precisam respeitar os limites impostos naturalmente pelas condições físicas e culturais do local, assim como os próprios acordos firmados entre as entidades representadas.

5.1.1 ATRIBUTOS FÍSICOS

O Comitê Metropolitano Norte abrange uma área de 1.188 km² (mil cento e oitenta e oito quilômetros quadrados) onde vivem cerca de um milhão de habitantes em treze municípios do estado de Pernambuco (APAC, 2020), como pode ser visto na Figura 4. Conectada pelas rodovias federais BR-101, BR-408 e a rodovia estadual PE- 090, essa região possui amplo fluxo de circulação viária.

Com relação ao perfil hidrológico, a região abrange uma cadeia de pequenos rios, sendo os maiores e principais, o Goiana e o Capibaribe. E quanto ao clima, a região apresenta predominantemente o tropical quente e úmido, e em alguns municípios a presença também do clima tropical quente sub-úmido seco. Tais características implicam em um ambiente aparentemente confortável no sentido de oferta de água, no entanto, a presença crescente de indústrias desde o ano de 2010 em diante, como por exemplo a implantação dos Polos Farmacoquímico e Automotivo, se apresenta como potencialmente problemática por prejudicar o abastecimento da população (MELO, 2015).

Além da indústria implantada na região, a economia baseia-se principalmente em atividades agroindustriais tais como a produção da cana de açúcar e de açúcar. Em menor escala, a região tem também a presença de avicultura, indústria de transformação (alimentar, papel e cimento), construção civil, serviços prestados as empresas e comércio (atacado de bebidas e alimentos, varejo de combustíveis, supermercados, varejo e atacado de automóveis).

Existem na região ainda cinco Áreas de Proteção Ambiental (APA), das quais três são estuarinas, uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), além da Reserva-Extrativista (RESEX) Acaú-Goiana.

Figura 4: Área de abrangência do COBH Metropolitana Norte

Fonte: IBGE (2013)

5.1.2 ATRIBUTOS DA COMUNIDADE

Uma das maiores dificuldades em se caracterizar as comunidades que vivem na área de abrangência do comitê recai no fato de que não há uma uniformidade entre todas as comunidades afetadas. A forma como é definido o perímetro do comitê de bacia leva em consideração o alcance dos rios, e não as aglomerações urbanas e rurais que habitam essa região.

No caso do COBH Metropolitana Norte, a extensão territorial correspondente a atuação do comitê abrange treze municípios (Figura 4), cada um com características e peculiaridades. Observamos que, por se tratar de uma região metropolitana, há uma certa dependência dos municípios menores da capital Recife. Parte da população desses municípios exerce atividades nos municípios vizinhos e há um intenso deslocamento de pessoas entre estas cidades.

Alguns dos municípios na área do COBH Metropolitana Norte encontram-se em regiões conhecidas por possuírem moradores de segunda residência. Seja por estarem em uma região costeira, de muitas praias (como Goiana e Itamaracá) ou por estar em uma região um pouco mais afastada dos grandes centros e mais próxima da natureza (como o bairro de Aldeia em Camaragibe), algumas residências são habitadas apenas parte do ano por uma população flutuante estimulada pela demanda temporária de férias ou festividades. Nos dois casos, as pessoas dificilmente desenvolvem um senso de pertencimento ao local.

5.1.3 REGRAS EM USO

O principal conjunto de regras ao qual o COBH está sujeito são as regras formais. As determinações dadas pelo arcabouço legislativo brasileiro, bem como pelos atos administrativos do comitê formam o conjunto de regras às quais os atores estão submetidos.

Os primeiros entendimentos sobre a criação de um sistema para gestão dos recursos hídricos partem da Constituição brasileira de 1988. No entanto, apenas com a regulamentação específica dada pela PNRH em 1997 esse sistema adquiriu características de governança ao atender aos princípios de integração e participação na gestão dos recursos hídricos. Em 2005 foi estabelecida a Política Estadual de Recursos Hídricos de Pernambuco (PERH-PE), e com a criação do comitê o seu próprio estatuto passa a determinar mais especificamente a forma como este deve operar (Quadro 1).

Quanto às regras informais, ou implícitas, estas são mais difíceis de identificar e podem exigir mais tempo de pesquisa, pois muitas vezes não são percebidas nem pelos próprios membros. Apesar disso, algumas puderam ser observadas nesse estudo. Em geral, as propostas colocadas em plenário tendem a ser melhor aceitas quando se tem conhecimento de que outros comitês seguiram, ou que tem algum respaldo da APAC.

Quadro 1: Regras formais de funcionamento do comitê

Âmbito Nacional	PNRH	Institui o sistema nacional de gerenciamento dos recursos hídricos, incluindo os comitês como partes integrantes deste; Estabelece a área de atuação, as competências, a composição dos comitês e de que forma se dará a direção destes
Âmbito Estadual	PERH-PE	Define as unidades de bacias hidrográficas e o gerenciamento através dos comitês; Detalha a proporção de cada representação na composição do comitê; Descreve as atribuições dos comitês
Âmbito Local	Estatuto	Dispõe detalhadamente sobre as finalidades, a composição e a estrutura do comitê; Descreve as atribuições detalhadamente do plenário, dos membros, da diretoria executiva, da presidência, vice-presidência e secretaria executivas; Permite a criação de câmaras técnicas e grupos de trabalhos; Detalha os processos administrativos relativos ao cotidiano de sessões e deliberações; Especifica os processos de eleição e renovação dos membros e da diretoria executiva, bem como de desligamento de membros

Foi identificado que nenhuma decisão é tomada sem o aval da APAC. Os membros do comitê não demonstram segurança para exercerem suas atividades sem que estas sejam aprovadas pelo órgão de regulação estadual, portanto para todas as decisões a APAC é consultada.

Outro entendimento implícito é da necessidade de antes de tentar criar soluções por conta própria, observar o que já foi realizado por outros comitês mais antigos. Esse, torna-se explícito nos registros das manifestações de membros do comitê como estes da reunião de 21 de agosto de 2018:

[...] observando que seria importante estudar a experiência de Santa Catarina no apoio aos CBHs [...]; e “[...] apresentou a experiência que vem sendo realizada no COBH/Capibaribe e a dinâmica estabelecida em sua Diretoria, ofertando isto como possibilidade para o Metropolitano Norte[...]

5.2 SITUAÇÃO DE AÇÃO

Segundo dados da APAC, o COBH Metropolitano Norte foi formado em 2013 e homologado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CPRH) em 2015 (através da Resolução no. 01/2015). Por ser um dos comitês mais recentemente criados, os desafios enfrentados pelo comitê estão associados principalmente à aprendizagem de seus membros. Seja sobre o processo de governança, o seu papel em todo o sistema e o alcance das suas decisões; ou sobre a própria bacia hidrográfica, que não é bem conhecida por todos; ou até mesmo sobre como cada um pode participar de forma mais efetiva. Ademais, o sentimento de estarem ainda aprendendo a realizar suas atribuições é uma constante.

Quanto ao modo de operação, o comitê elege, por maioria absoluta, uma direção colegiada, constituída por presidente, vice-presidente e secretário executivo, com mandato de três anos. O COBH Metropolitano Norte realiza, anualmente, duas reuniões ordinárias e se reúne extraordinariamente sempre que necessário. As reuniões plenárias são convocadas com 10 dias de antecedência e são abertas ao público com direito a voz (APAC, 2020). O conteúdo das reuniões realizadas, no entanto, não levou (ao menos durante o período pesquisado) às situações diretas de decisões enfrentadas, não foi encontrada nenhuma que esclarecesse de forma mais concreta a forma de atuação do comitê. O que pode ser uma consequência tanto da cultura paternalista com relação ao estado, como já apontado por Campos e Fracalanza (2010), como também resultado do recente amadurecimento dos membros do comitê no exercício da sua função. Além do mais, pode ser percebida a falta de comprometimento de alguns participantes com os objetivos do comitê, como será detalhado mais adiante.

O Comitê Metropolitano Norte presume a composição por 30 (trinta) membros titulares, representando os segmentos de poderes executivos municipal, estadual e federal, usuários de recursos hídricos e entidades da sociedade civil, com base na seguinte quantidade de vagas: doze vagas para representantes dos Poderes Executivos da União, do Estado e dos Municípios, inseridos na área de atuação do Comitê, das quais uma das vagas é destinada ao Órgão Gestor Estadual de Recursos Hídricos, sendo considerado membro permanente; doze vagas para representantes de Usuários de recursos hídricos; e seis vagas para representantes das Entidades Cíveis. Os membros efetivos estão organizados de acordo com a descrição no Quadro 2.

Quadro 2: Caracterização dos atores no COBH Metropolitano Norte

Poder público	Prefeitura Municipal da Ilha de Itamaracá; Prefeitura Municipal de Abreu e Lima; Prefeitura Municipal de Igarassu; Prefeitura Municipal de Olinda; Prefeitura Municipal do Recife; Prefeitura Municipal de Camaragibe; Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA); Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária (Apevisa); Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco (Semas-PE); Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Pernambuco (Seinfra-PE).
Usuários de água	Colônia de Pescadores Z-2 Paulista; Colônia de Pescadores Z-11 Itapissuma; AMBEV; Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA); Usina São José S/A; e mais seis vagas não ocupadas.
Sociedade civil	Paróquia São José de Abreu e Lima; Fórum Socioambiental de Aldeia; Instituto de Gestão de Projetos Sociais; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco; Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool (SINDAÇÚCAR).

É evidente que há uma grande representação do poder público. Os órgãos do governo participam mais ativamente e estão no centro das decisões, tanto por estarem em maior número, como por possuírem represen-

tantes com maior conhecimento técnico, sobretudo das instituições de apoio ligadas ao meio ambiente. A APAC não está na relação de membros, mas participa e coordena todas as reuniões, sendo também um ator relevante no processo. De fato, a participação da APAC vai muito além de meramente facilitar o processo de gestão do comitê. Em vários momentos, o papel da agência é de ensinar os membros a como se comportar, o que torna a relação entre a APAC e outras organizações quase patriarcal.

Das representações da sociedade civil destacam-se a Paróquia de São José, que participa sempre se posicionando em todos os tópicos avaliados pelo comitê e a UFRPE, que contribui com a introdução de informações pertinentes provenientes de pesquisas realizadas na região de abrangência do comitê. A participação dos usuários de água, concentra-se principalmente na atuação da Compesa, a empresa de saneamento do estado, responsável pela distribuição de água para a população e também a detentora do controle dos sistemas de abastecimento. É interessante notar que há seis vagas de usuários não ocupadas. Foi possível identificar algumas discussões em reuniões, que se referem ao esforço de visitação feito pelos membros do comitê junto com a APAC em organizações para convencê-las a inscrever-se e participar do comitê:

Ainda para um novo processo de preenchimento de vagas ociosas principalmente setor de usuários foi solicitado aos presentes articulação de usuários existentes em cada município para que possa ser feito o processo de inclusão na próxima Plenária [...] (ATA da reunião de 13 de julho de 2017).

[...] no presente momento há 07 vagas no segmento de usuários em aberto, havendo a possibilidade de surgirem novas vagas quando da exclusão das entidades faltosas [...] (ATA da reunião de 21 de setembro de 2018).

[...] foi repassada lista de faltosos e o grupo para recomposição do Comitê ficou de se reunir e lançar edital para as vagas em aberto [...] (ATA da reunião de 17 de abril de 2019).

Foi apontado pelo atual presidente do comitê que existe uma tentativa da atual gestão de reduzir o número de membros, pois consideram que trinta pessoas é um número alto considerando o contexto da região. Na visão deles, não há sentido na exigência de um número alto de participantes e isso apenas prejudica o avanço do comitê, já que o fato de muitos não comparecerem nas reuniões impede que decisões sejam tomadas por falta de quórum.

5.3 INTERAÇÕES

É possível identificar que a participação dos membros no comitê é um ponto de fragilidade no processo de gestão como um todo. Práticas como o absentéismo, que gera descredenciamento dos membros, e a consequente rotatividade entre os membros indicados por cada órgão, impedem a manutenção de uma regularidade e estabilidade tanto na elaboração como na execução das ações planejadas. Isso se evidencia desde o início do comitê: “Em virtude da ausência de maioria simples dos membros, [...], ficou de ser apreciada e votada na próxima plenária” (ATA da reunião de 30 de março de 2016); até mais recentemente: “Em relação a eleição de Presidente do Comitê Metropolitano Norte esta não foi possível de ser realizada pois a reunião não teve o quorum de dois terços [...]” (ATA da reunião de 20 de julho de 2018). Além disso, muitos membros, mesmo que presentes nas reuniões, se omitem de participar do debate, tanto para fazer articulações, como para assumir responsabilidades.

A aprendizagem é um ponto importante discutido em quase todas as reuniões. É sempre evidenciada a necessidade de aprendizado, seja através da realização de cursos e participação nos encontros oferecidos, como fica claro nos trechos das atas:

[...] informou sobre a realização do curso de Metodologias de Participação Social, promovido pela ANA em parceria com a Apac [...] informou dos cursos online disponibilizados no site da ANA (www.aguaegestao.com.br), incentivando os membros do Comitê a se inscreverem [...] (ATA da reunião de 30 de março de 2016).

[...] informou sobre a oferta dos cursos da Agência Nacional das Águas na área de recursos hídricos, ao que outros membros reforçaram a qualidade do material disponibilizado pela ANA [...] (ATA da reunião de 13 de julho de 2017).

[...] a realização do ENCOB, Encontro Nacional dos Comitês de Bacia Hidrográfica que será em Florianópolis de 20 a 24 de agosto, e que serão disponibilizadas a ida de três participantes por Comitê de Bacia [...] (ATA da reunião de 20 de julho de 2018).

Com isso, é perceptível que alguns membros do comitê possuem pouco conhecimento técnico sobre gestão de recursos hídricos de maneira geral. Como também, a discussão sobre o mapeamento do território seja por visitas ou por imagens audiovisuais, tema de muitas reuniões, evidencia que os membros não detêm conhecimento sobre todo o território sob sua responsabilidade e suas necessidades:

[...] apresentou uma proposta para a realização de excursão de conhecimento da bacia por parte dos membros do Comitê [...] sugeriu a realização de um videomonitoramento da bacia e a realização de um documentário desta, objetivando aumentar o conhecimento da mesma (ATA da reunião de 25 de agosto de 2017).

[...] foi discutida a possibilidade de realizar Diagnóstico Participativo Audiovisual e mapeamento da bacia com imagens de satélite atualizadas e de alta resolução, estes temas ficando de ser aprofundados [...] (ATA da reunião de 21 de setembro de 2019).

Outro ponto recorrente nos encontros do comitê é referente aos recursos financeiros para mantê-lo. Está previsto que com a instituição da cobrança pelo uso da água, os valores seriam destinados ao comitê, porém essa cobrança ainda não foi colocada em operação no estado. Assim, os recursos para manutenção das atividades do comitê dependem do repasse do governo federal, que vem sofrendo contingenciamentos desde 2018, o que acaba impactando negativamente a atuação, conforme afirmação registrada em ata na reunião de 21 de setembro de 2018:

[...] destacando que o contingenciamento dos recursos para a gestão dos recursos hídricos acaba impactando negativamente a atuação. O mesmo mencionou que o COBH deve exercer mecanismos de pressão para que o Plano de Bacia seja elaborado, como deliberação sobre a suspensão de novas outorgas na bacia até que o mesmo seja realizado [...]

Não foi possível identificar o uso de nenhuma estratégia específica no desenrolar das atividades do comitê. As decisões são tomadas sempre de acordo com a situação que se apresenta, e as demandas mais imediatas são tratadas prioritariamente, não sobrando muito espaço para se voltar a discutir as ações de longo prazo. Não há nem mesmo um diagnóstico sobre a situação atual da bacia hidrográfica de modo que se disponibilize para todos as informações necessárias para elaboração de um planejamento, como é reforçado pelos próprios membros:

[...] observou a importância de se confeccionar um Plano de Bacia para dar um norte à atuação deste Comitê [...] (Ata da reunião de 21 de setembro de 2018). [...] a necessidade de realizar parcerias com as universidades e com as unidades de conservação localizadas na bacia, tendo como foco a elaboração do Plano Hidroambiental da Bacia [...] (Ata da reunião de 19 de abril de 2019).

Além disso, há também um ponto negativo a ser destacado quanto ao processamento e compartilhamento das informações sobre a bacia na qual o comitê se encontra. Informações sobre a operação dos sistemas de água e esgoto na região, por exemplo, não são disponibilizadas diretamente ao comitê. Assim, cada vez que um problema é identificado, é necessário requisitar informações à organização responsável, demandando tempo e limitando o poder de atuação do comitê.

5.4 RESULTADOS

Assim como a atuação do COBH Metropolitano Norte até o momento é bastante superficial, os produtos dessa atuação também o são. Conseqüentemente, a atuação do comitê não tem apresentado resultados significativos que possam ser considerados. A falta de resultados efetivos da atuação do comitê é, inclusive, motivo de desconforto entre os membros, que, em algumas situações, cobram dos outros uma participação mais efetiva e avaliam negativamente a falta de encaminhamentos pelo tempo de implantação do grupo:

[...] observou que o Comitê não tem funcionado a contento, sobretudo por conta de sua fragilidade em relação aos demais colegiados do estado, propondo a criação de uma Câmara Técnica para levantar as questões mais pertinentes da bacia [...] (Ata da reunião de 30 de março de 2016).

[...] fez um breve balanço das atividades do COBH do ano anterior, destacando um desconforto pela falta de encaminhamentos deste ano [...] (Ata da reunião de 21 de setembro de 2018).

6 REFLEXÕES FINAIS

A forma como os recursos hídricos são geridos está ligada diretamente ao alcance dos objetivos para o desenvolvimento sustentável, e por isso é fundamental que ocorra de uma forma que garanta a integração e participação entre todos os interessados. A governança dos recursos hídricos, tal como idealizada e implementada, busca atender essa necessidade.

A implementação da governança da água no Brasil segue uma trajetória lenta e contraditória. O surgimento dos pequenos grupos de atores para decidir sobre o recurso é imposto juridicamente de maneira centralizada pelo governo, e mais de vinte anos após a criação desse sistema, ele ainda não foi completamente implementado. Enquanto isso, a legislação mais recente aponta para uma participação maior da iniciativa privada, mesmo que se mantenham os grupos auto governados.

A atuação do comitê de bacia, em termos de gestão, é ainda insuficiente para fazer afirmações mais extensas, pois o impacto das ações do comitê é por hora muito superficial. A impressão geral é de que há um cenário montado, os atores foram colocados no palco, mas apesar de alguns até conhecerem suas falas, nenhum deles ainda sabe como interpretá-las. As ferramentas e mecanismos disponíveis na legislação são conhecidas pela maioria dos participantes, porém nem todas são aplicadas, e os membros do comitê parecem esperar de alguma interferência externa que estimule de forma mais incisiva a aplicação destes.

Ao analisar a atuação do COBH Metropolitano Norte desde sua formação, fica claro o quanto a cultura paternalista parece ainda prevalecer diante das regras instituídas para as decisões participativas. Muito embora as

regras instituídas permitam aos atores uma autonomia para exercerem seus papéis, os membros da sociedade ainda têm uma participação mais tímida.

De uma maneira geral, a análise realizada permitiu retratar o estado atual de desenvolvimento da governança na instância do COBH. Os atores da sociedade que atuam no sistema colegiado de governança da água no Brasil, parecem ainda não estar totalmente preparados para encenar seu papel, e por isso, se colocam em uma posição de coadjuvantes na gestão da água. O protagonismo, nessa situação, fica com o setor público e a iniciativa privada, que tomam a dianteira nas ações e decisões enquanto que os órgãos colegiados apenas assistem e opinam.

Quanto às limitações deste estudo aponta-se o número de reuniões utilizadas para as observações bem como a dificuldade de acessibilidade para realizar entrevistas ou grupos focais com os membros do COBH, diante da iminência da pandemia da COVID-19. Estudos futuros podem avançar ao propor a análise mais detalhada de cada aspecto aqui destacado através das categorias de Ostrom, com uma coleta de dados mais abrangente. As regras implícitas, em particular, possuem um grande potencial de análise com a sua identificação, que pode ampliar a forma como compreendemos a atuação dos comitês de bacia.

Considerando a possível evolução das práticas realizadas pelo comitê sugere-se também a realização de um estudo longitudinal, que permita comparar a atuação desse órgão em diferentes momentos. Além disso, uma proposta de pesquisa comparativa entre os diversos comitês do Estado pode revelar aspectos não elucidados aqui, o que poderia aumentar a compreensão do funcionamento dos comitês.

REFERÊNCIAS

Agência Pernambucana da Águas e Clima (APAC). Comitê Metropolitano Norte. Disponível em: < http://www.apac.pe.gov.br/pagina.php?page_id=7&subpage_id=70>. Acesso em 13 de julho de 2020.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

CAMPOS, V. N. de O.; FRACALANZA, A. N. A. P. Governança das águas no Brasil: conflitos pela apropriação da água e a busca da integração como consenso. *Ambiente & sociedade*, v. 13, n. 2, p. 365-382, 2010.

COSTA, Mayla Cristina; VIZEU, Fabio; GUARIDO FILHO, Edson Ronaldo. O Campo Organizacional Das Águas Brasileiras: A Formação Histórica De Uma Mentalidade.

Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 18, n. 4, p. 342-355, 2016.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

DENZIN; N. K.; LINCOLN, Y. S. *The SAGE Handbook of Qualitative Research*. SAGE Publications, Jan 5, 2017.

EMPINOTTI, Vanessa Lucena; JACOBI, Pedro Roberto; FRACALANZA, Ana Paula. Transparência e a governança das águas. *Estudos Avançados*, v. 30, n. 88, p. 63-75, 2016.

FRACALANZA, A. P.; JACOB, A. M.; EÇA, R. F. Justiça ambiental e práticas de governança da água:(re) introduzindo questões de igualdade na agenda. *Ambiente & Sociedade*, v. 16, n. 1, p. 19-38, 2013.

JACOBI, Pedro Roberto. Participação na gestão ambiental no Brasil: os comitês de bacias hidrográficas e o desafio do fortalecimento de espaços públicos colegiados. los tormentos de la materia—aportes para una ecología política latinoamericana. Buenos Aires: Clacso, p. 169-194, 2006.

JACOBI, Pedro Roberto; BARBI, Fabiana. Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil. Revista Katálisis, v. 10, n. 2, p. 237-244, 2007.

JACOBI, P. R. et al. Water governance and natural disasters in the Metropolitan Region of São Paulo. International Journal of Urban Sustainable Development, v 5, n. 1, p. 77-88, 2013.

MATOS, F.; DIAS, R. Governança da água e a gestão dos recursos hídricos: a formação de comitês de bacia no Brasil. Revista Desarrollo Local Sostenible, v. 6, n. 17, p. 1-13, 2013.

MELO, B. de A. Perspectivas socioambientais de empreendimentos industriais do polo de desenvolvimento da região da Zona da Mara Norte de Pernambuco. Dissertação.

Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2015. Disponível em

<<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/16269/1/DISSERTAÇÃO%20Bruno%20Almeida%20de%20Melo.pdf>>. Acesso em: 8 de julho de 2020.

MERRIAM, S. B. Qualitative Research and Case Study Applications in Education. Revised and Expanded from " Case Study Research in Education.". San Francisco: Jossey-Bass Education Series and The Josey-Bass Higher Education Series, 1998.

MUNDO, Transformando Nosso. a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Recuperado em, v. 15, 2016.

OSTROM, Elinor; GARDNER, Roy; WALKER, James. Rules, games and common-pool resources. 4.ed. Michigan, USA: The University of Michigan Press, 1994.

OSTROM, Elinor, WALKER, James & GARDNER, Roy. Covenants Without a Sword: Self. Governance is Possible. American Political Science Review, Vol.86, No. 2, pp. 404 - 417, June 1992.

OSTROM, Elinor. Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Institutional Rational Choice: An Assessment of the Institutional Analysis and Development Framework. In: SABATIER, P. A. (Org.). Theories of the Policy Process. Boulder: Westview Press, 2007, p. 344.

Beyond Markets and States: Polycentric Governance of Complex Economic Systems.

American Economic Review, 2010. v. 100, n. 3, p. 641-672.

Background on the institutional analysis and development framework. Policy Studies Journal, v. 39, n. 1, p. 7-27, 2011.

PARDINI, D. J.; GONÇALVES, C. A.; CAMARGOS, L. M. M. A Água-Governança Pública de

Recursos Hídricos: manifestações dos stakeholders em Minas Gerais. Revista Reuna, v. 18, n. 4, p. 37-56, 2013.

SILVA FILHO, J. C. L. da; et. al.. Gestão Ambiental Regional: Usando o IAD Framework De Elinor Ostrom Na “Análise Política” Da Gestão Ambiental Da Região Metropolitana De Porto Alegre. Organização & Sociedade, v.16, n.51, p. 609-627 - Outubro/Dezembro – 2009.

TROJBICZ, B. Mudanças Não-Incrementais em Contextos de Neo-Institucionalismo Histórico: Explicando “Conjunturas Críticas”. Administração Pública e Gestão Social, v. 8, n. 2, p. 76-84, abr.-jun. 2016.



DA CONSTRUÇÃO À CO-CONSTRUÇÃO:
UMA PROPOSTA PARTICIPATIVA DE AVALIAÇÃO
DA UTILIDADE SOCIAL DE ORGANIZAÇÕES DA
SOCIEDADE CIVIL

*FROM CONSTRUCTION TO CO-CONSTRUCTION:
A PARTICIPATORY PROPOSAL TO EVALUATE THE
SOCIAL UTILITY IN BRAZILIAN CIVIL SOCIETY
ORGANIZATIONS*

Laerson Morais Silva Lopes

Faculdade de Ciências Contábeis – UFBA laerson.lopes@ufba.br

Ariadne Scalfoni Rigo

Núcleo de Pós-graduação em Administração – NPGA/UFBA ariadne.rigo@ufba.br



RESUMO

O objetivo deste trabalho foi co-construir uma metodologia de avaliação da utilidade social de Organizações da Sociedade Civil, e adota uma perspectiva na qual os sujeitos e os beneficiários das organizações, e da pesquisa, são agentes ativos desse processo de avaliação, desde o planejamento à conclusão. Para tanto, o processo investigativo se deu em sete organizações, sendo duas cooperativas de produtoras e produtores rurais e cinco delas associações, que estão vinculadas, formal e informalmente, através de um programa de desenvolvimento regional em municípios localizados no território do Baixo Sul da Bahia, onde foram realizadas 12 entrevistas e dois grupos focais entre agosto/2019 e início de 2020. A partir dessas, verificou-se principalmente que (i) qualquer processo de avaliação que não inclua os sujeitos das organizações em sua construção, deste seu planejamento, bem como na sua aplicação e avaliação tenderá a ser falho, menos formativo e menos contributivo; (2) que a inclusão dos sujeitos permite que a avaliação seja incluída nos processos que já fazem parte da rotina da organização, contribuindo tanto para a revisão e melhoria desses processos, quanto para a redução dos recursos financeiros, materiais e humanos necessários à realização da avaliação. Concluímos ainda que, embora a defesa por avaliações participativas esteja presente nos discursos de organizações que trabalham com avaliação, observamos na prática que o espaço para tal participação é limitado.

Palavras-chave: Utilidade Social; Organizações da Sociedade Civil; Avaliação de Impacto; Avaliação participativa.

Keywords: Social Utility; Civil Society Organizations; Impact evaluation; Participatory evaluation.

1. INTRODUÇÃO

Segundo França Filho (2004), movimentos da sociedade civil surgem na Europa no período pós-guerra para resolver questões de falta de emprego e por conta da crise do Estado providência, por exemplo. Também no nível internacional, num contexto recente, Ksoll et al. (2016) apresentam um exemplo de organizações que atuam fornecendo crédito financeiro a partir de uma poupança criada pelos seus próprios membros, iniciativa essa encontrada em 72 países, com 11 milhões de participantes em todo o mundo, segundo esses autores. No Brasil, segundo dados do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada – IPEA (2017), com base nos dados extraídos do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE)/IBGE, em 2014, havia 776.795 organizações da sociedade civil no país, aproximadamente 15% do total de organizações formais registradas.

No estado da Bahia, na região do Baixo Sul do Recôncavo também surge um interessante exemplo de organização da sociedade, em municípios que apresentavam IDH-M inferiores a 0,50, indicando baixo desenvolvimento com base nessa métrica (FISCHER, 2007). Criadas no escopo de um programa integrado de desenvolvimento regional, chamado PDCIS, apoiado pela Fundação Odebrecht, atualmente existe um total de sete organizações vinculadas formal ou informalmente ao programa: são três associações chamadas de Casas Familiares (instituições de ensino médio); duas cooperativas; uma associação que trabalha com conservação ambiental; e uma associação que atua na formação complementar de jovens e com serviços na área de cidadania para a população em geral. Essas instituições estão situadas em cinco municípios da região: Presidente Tancredo Neves, Ibirapitanga, Nilo Peçanha, Ituberá e Igrapiúna, mas atendem a um público de vários outros municípios do território.

Contudo, a existência de tais organizações e a pertinência de seus objetivos não significa necessariamente que o cenário seja transformado positivamente (PITACAS, 2009), especialmente no que diz respeito a dimensões mais emancipatórias de longo prazo, modificando assim variáveis relacionadas com aspectos culturais e políticos, por exemplo. Conforme verificado a partir de Gramsci (1985) e Polanyi (2000), há várias dimensões que precisam ser consideradas quando se deseja modificar a realidade, ou seja, não é possível fazê-lo apenas pela dimensão econômica. Assim, na dimensão política, por exemplo, segundo Texeira (1999), algumas experiências refletem o baixo exercício do papel político por parte da sociedade civil, o que entendemos como um problema a ser enfrentado quando se deseja a mudança social. Assim sendo, a avaliação da utilidade social pode contribuir para ajudar a esclarecer qual o papel dessas diversas organizações para a coletividade em relação às diversas dimensões.

Esses resultados multidimensionais, esperados pela atuação dessas organizações, são tratados na literatura por meio de diversas terminologias. Maurer (2016) usam o termo efetividade, enquanto Mitchell (2014) e França (2017; 2019), por exemplo, utilizam o termo impacto social, tratando dos resultados da atuação de organizações como as aqui estudadas, mas também com outras organizações, o que se alinha com o preconizado por Mazza et al. (2016, p. 53), de que o termo impacto social pode ter relação “com setores como governo, empresas privadas, organizações não governamentais (ONGs), fundações, dentre outros”.

Outra expressão utilizada para fazer referência aos resultados que essas organizações alcançam é utilidade social, prioritariamente adotado neste trabalho, pois entendemos que ele remete à expressão de valor de uso em detrimento ao “valor de troca”, priorizado pela concepção de mercado. A utilidade social é uma expressão do que é entendido como papel das organizações da sociedade civil que serão aqui estudadas, a de pautar as suas escolhas pela utilidade social esperada e não sob a lógica tradicional de mercado. A utilização desse termo é também um ato político, pois “a noção de utilidade social deve, portanto, servir para marcar território, reivindicando regulamentos específicos, legais e fiscais, em essência” (GADREY, 2005, p. 517). Nesse cenário, inclusive, segundo Mounier (2019, p. 75), “O desafio certamente não é encontrar a definição de utilidade social, mas, sim, torná-la objeto de debate entre os atores interessados na implementação de uma ação”.

Segundo Silva Júnior (2016, p. 192), indo contra à lógica de mercado, as organizações com utilidade social “estão orientadas para o interesse público com uma exclusividade de atuação que contribua para o bem comum”. Para tanto, segundo esse autor, elas realizam ações que objetivam a coesão social, com a noção de desenvolvimento humano sustentável e a afirmação de novos direitos. Segundo Gadrey (2005), a utilidade social está relacionada com o alcance de objetivos coletivos, como: a redução de desigualdades econômicas e sociais, a solidariedade e sociabilidade, e a melhoria das condições de educação, saúde, cultura, meio ambiente e de participação democrática.

A necessidade de demonstrar essa utilidade social conduziu à realização de procedimentos de avaliação e assim os estudos sobre o tema ganham destaque (SILVA JÚNIOR, 2016). Segundo a Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação – RBMA, “(...) Em razão de seus significados, tamanhos potenciais e limites, a qualidade das avaliações tem sido objeto de debate em todo o mundo” (RBMA, 2020, p. 5). Os estudos em torno do tema geralmente tratam das dimensões que precisam ser consideradas na avaliação e sobre quais metodologias melhor explicam os resultados (SOWA, SELDEN; SANDFORT, 2004; SILVA JÚNIOR, 2016; KSOLL et al., 2016; MOJO; FISCHER; DEGEFA, 2016; 2017; AHMED, MERSFIN, 2017); sobre o alcance das implicações – se contra hegemônicas ou se atuam para a conformação com o sistema (BENINI; BENINI, 2015; McHUGH; BIOSCA; DONALDSON, 2017); ou ainda analisam os incentivos e as interferências no processo avaliativo (MITCHELL; BERLAN, 2016; 2018).

Assim, temos que a avaliação de organizações da sociedade civil como as do Baixo Sul tem sido debatida na prática organizacional, bem como na academia há algum tempo. No campo das práticas, há diversas organizações que militam na área, inclusive investindo em consultoria, treinamento e capacitação de praticantes de avaliação. Através da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA) muito desse trabalho acerca de tais práticas pode ser visto. No campo da pesquisa, cabe citar também trabalhos desenvolvidos por atores dessa Rede, mas há também muito trabalho para além dela, tais como os trabalhos de Boullosa e Tavares, 2009; Banerjee, Preece e Joseph (2015); Chianca (2001); Cohen e Franco (2013); Gertler et al. (2018); Mitchell e Berlan (2016; 2018), para citar alguns.

Contudo, sem descartar essa produção, é possível dizer que o campo ainda carece de respostas sobre, por exemplo, como avaliar e, principalmente, sobre como fazer com que a avaliação faça parte da cultura das organizações da sociedade civil, sem que tal processo limite os recursos disponíveis para que tais organizações se dediquem aos seus objetivos fins, tão importantes para a sociedade. Os objetivos dessas organizações estão, em geral, relacionados com a transformação, de forma positiva, da vida de seus beneficiários, o que, para alguns autores (GADREY, 2005; DUCLOS, 2007; FRAISSE, 2007; SILVA JR, 2016; AUTOR, AUTORA, SILVA JR, 2018), significa dizer que essas organizações têm “utilidade social”. Outros autores, porém, empregam o termo “impactos”, para fazer referência aos resultados alcançados por essas organizações (COTTA, 1998; CAMPÊLO, 2006; GERTLER et al, 2018, esta última uma obra apoiada pelo Banco Mundial / Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID).

O termo utilidade social, de preferência deste trabalho, nos parece o mais adequado, por indicar que os resultados dessas organizações são amplos, alcançando variadas dimensões, mas também por ser um termo que não está relacionado apenas com os resultados fins, mas também com o processo de planejamento das organizações. Ou seja, uma organização voltada para a utilidade social adotará, desde o planejamento de suas ações, uma perspectiva multidimensional. Assim, os próprios mecanismos de avaliação nessas organizações serão pensados por meio dessa perspectiva.

Mas, esse processo de avaliação da utilidade social, segundo a literatura, está envolto de diversas dificuldades. Uma delas é o fato de que uma parcela considerável dos resultados, ou da utilidade social, das organizações da sociedade civil envolve aspectos intangíveis, o que resulta também numa maior dificuldade na verificação das relações de causalidade entre as ações da organização e a transformação na vida de seus beneficiários.

Ademais, há nessas organizações restrições de recursos financeiros, materiais e humanos, de modo que tais recursos acabam estando quase sempre dedicado exclusivamente às atividades finais, não restando grandes direcionamentos para o processo de avaliação. Essas restrições, então, representam grandes dificuldades para que a avaliação seja incorporada à cultura organizacional, sendo que há estudos que indicam que é justamente a participação ativa dos atores organizacionais que traz grandes possibilidades de avanço nas práticas de avaliação.

2. OBJETIVOS

Considerando os argumentos contextualizados apresentados acima, o objetivo deste trabalho foi construir, com a participação ativa dos atores organizacionais, uma proposta de metodologia de avaliação da utilidade social de organizações da sociedade civil, desenvolvida junto com uma rede de empreendimentos localizados na região do Baixo Sul da Bahia. Podemos dizer que esse objetivo operacional desta pesquisa coaduna com um objetivo científico maior: o de demonstrar que o conhecimento (nesse caso em específico, o conhecimento sobre processos de avaliação) foi construído de forma mais adequada ao ser (co)construído com a participação dos atores organizacionais.

Para alcançar esses objetivos, buscou-se: (i) analisar as práticas de avaliação utilizadas pelas organizações da sociedade civil de uma rede de empreendimentos localizada na região do Baixo Sul do Recôncavo da Bahia; e (iv) co-construir, com a apreciação dos sujeitos e beneficiários das organizações, uma metodologia para avaliação da utilidade social.

3. METODOLOGIA

Este trabalho, fruto de uma tese de doutorado, surge ainda na fase de seu projeto com a proposta inicial de construir uma proposta de metodologia de avaliação a partir das metodologias já encontradas na literatura e/ou em outras experiências práticas, submetendo inicialmente essa proposta ao parecer de especialistas da área. Com o avançar do projeto este desenho inicial foi revisto, assumindo uma perspectiva construtivista, em que os atores organizacionais são sujeitos ativos da construção de práticas e saberes, como defendem Freire (2011), Streck e Adams (2012) e, tratando especificamente de avaliação, o trabalho de Lincoln e Guba (1986).

Portanto, admitimos como sujeitos da construção do conhecimento as organizações da sociedade civil, seus gestores, cooperados e associados, bem como beneficiários diretos e os indiretos. É uma perspectiva de pesquisa que considera que esses atores são essenciais para esse processo, “(...) trata-se de estar aberto para o novo que pode irromper, a qualquer momento, no diálogo” (STRECK, ADAMS, 2012, p. 249). Nesse sentido, prioriza-se a abertura para uma metodologia participativa (THIOLLENT, 2008), com uma proposta de envolver beneficiários diretos e indiretos, como fizeram Ksoll et al. (2016); Kuyven (2016); Silva Júnior (2016); Mojo, Fischer e Degefa (2016; 2017); Ahmed e Mesfin (2017) e Rey-Garcia et al. (2017). Assim, a proposta da pesquisa foi modificada para que o processo de elaboração assumisse como primeira etapa um diagnóstico para conhecimento sobre as práticas de avaliação, as experiências e as sugestões dos atores organizacionais, sendo esses os principais autores da proposta de metodologia de avaliação que é apresentada neste trabalho.

O trabalho envolveu sete organizações, sendo duas cooperativas de produtoras e produtores rurais e cinco delas associações, que estão vinculadas, formal e informalmente, através de um programa de desenvolvimento regional em municípios localizados no território do Baixo Sul da Bahia, a saber: Presidente Tancredo Neves, Nilo Peçanha, Igrapiúna e Ibirapitanga, contudo, com atuação em outros municípios deste território. Este programa é chamado de PDCIS – Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade.

Vinculadas formalmente ao PDCIS, e consideradas também neste estudo, atualmente existem as seguintes organizações: (i) no município de Presidente Tancredo Neves, a Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves – CFR-PTN (associação de ensino, que pode ser vista na Figura 1) e a COOPATAN - Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves; (ii) em Nilo Peçanha, Casa Familiar Agroflorestal – CFAF (associação de ensino); (iii) em Igrapiúna, Casa Familiar Rural de Igrapiúna – CFR-I (associação de ensino); e ainda a OCT - Organização de Conservação da Terra, situada no município de Ibirapitanga.

Figura 1 - Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves.



Fonte: Registro da pesquisa (2018).

Nas três Casas Familiares, pelo que foi verificado no campo, são atendidos, por cada uma delas, em torno de 70 a 80 jovens por ano. A Coopatan, sediada em Presidente Tancredo Neves, na época da pesquisa possuía em torno de 150 cooperados ativos. Na OCT, segundo a colaboradora entrevistada, havia em torno de seiscentas famílias com projetos em andamento.

Não mais vinculada formalmente ao PDCIS na época desta pesquisa, está o IDC – Instituto Direito e Cidadania, uma associação que oferece cursos de formação complementar a jovens de 14 a 17 anos, e que também cuida de questões relacionadas com direitos e cidadanias, como emissão de documentos de registros civis, intermediação de atendimentos jurídicos etc., localizado em Presidente Tancredo Neves. Essa organização possuía em torno de 500 atendimentos por ano, entre atendimentos jurídicos, serviços cadastrais e jovens inscritos em projetos. Também não vinculada formalmente ao PDCIS, encontramos a COOPALM – Cooperativa dos Produtores de Palmito do Baixo Sul da Bahia, sediada em Igrapiúna, há poucos metros da Casa Familiar Rural de Igrapiúna, com aproximadamente 300 produtoras e produtores rurais filiados e em atividade com a cooperativa na época da pesquisa de campo. Todas essas organizações possuem mais de 10 anos de atuação no território (a mais antiga com 18 anos completados em 2020) e elas estão sediadas em quatro municípios da região do Baixo Sul, contudo atendem a população de todo o território, mesmo moradores dos outros municípios que estão no entorno das organizações.

Nessas organizações foram realizadas 12 entrevistas entre agosto e outubro de 2019, envolvendo 14 sujeitos (duas entrevistas foram realizadas com duas pessoas participando). Elas foram gravadas, conforme autorização dos(as) entrevistados(as), que foram inicialmente consultado(a) a respeito e assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em concordância com a pesquisa e para uso dos dados coletados para os fins exclusivos desta pesquisa acadêmica. Foi utilizado nestas entrevistas um formulário semiestruturado, elaborado a partir do trabalho de Mitchel & Berlan (2016; 2018) e Lopes, Rigo e Teodósio (2019), com o objetivo verificar quais as práticas de avaliação adotadas nas organizações, as dificuldades e incentivos para a avaliação, bem como sugestões desses sujeitos sobre quais procedimentos devem ser adotados para avaliar a utilidade social em suas organizações.

Foram coletados também documentos de algumas das organizações (as que tinham instrumentos de avaliação e os colocaram à disposição), que contribuíram também para a análise das práticas de avaliação nelas adotadas. Um dos instrumentos foi uma avaliação de impacto contratada junto a uma consultoria especializada no ano de 2018 (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PDCIS, 2018), contratação essa feita por uma fundação mantenedora do programa de desenvolvimento integrado que a vincula a tais organizações. Outro importante documento disponibilizado foi o Barômetro da Sustentabilidade (CETRULO, MOLINA e MALHEIROS, 2013; SILVA e VIEIRA, 2016) que foi adaptado pelos sujeitos de uma das organizações para adoção na sua prática interna de avaliação. Outros cinco instrumentos de avaliação que já eram utilizados pelas organizações, independente da consultoria contratada, foram coletados e analisados. Então, além da “avaliação de impacto” realizada pela consultoria contratada, foram considerados na análise documental mais seis instrumentos que as próprias organizações desenvolveram, sendo que apenas dois desses eram utilizados por mais de uma delas.

Após a análise dessas primeiras entrevistas e dos documentos obtidos, por meio do software NVivo® e do Microsoft Excel®, elaborou-se uma primeira versão de proposta de metodologia de avaliação. Feito isso, recorreu-se ainda à realização de dois grupos focais, com pessoas selecionadas entre os participantes das primeiras entrevistas. Nesses grupos focais, foram submetidos à discussão coletiva os pontos de divergência encontrados nas primeiras entrevistas, ademais, a proposta de metodologia mencionada acima foi submetida à análise destes sujeitos, no que diz respeito às etapas e formas pensadas, quanto às dimensões a serem consideradas e quanto aos indicadores levantados. Depois de mais essa fase de contribuições do campo, novas análises foram realizadas, chegando assim à proposta de metodologia para avaliação de utilidade social, apresentada na sequência.

4. ANÁLISES E RESULTADOS

4.1 DAS OBSERVAÇÕES E INDICAÇÕES A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DO CAMPO

Nesta seção apresentamos com mais detalhes as práticas de avaliação da utilidade social que encontramos nas organizações, além das sugestões apresentadas pelos sujeitos e beneficiários dessas organizações. E é, portanto, a partir principalmente dessas duas fontes que foi possível, junto com esses atores, co-construir a proposta de metodologia de avaliação, objetivo principal deste trabalho. Apresentamos na sequência os detalhes sobre toda essa co-construção, que aqui resolvemos batizá-la de Metodologia MAOUS – Metodologia para Avaliação de Organizações com Utilidade Social, a partir de alguns entendimentos:

1. Ela é pensada para a avaliação em organizações da sociedade civil;
2. Ela é capaz de demonstrar a utilidade social dessas organizações, nas variadas dimensões que a utilidade social pode ter;
3. Ela possibilita que as organizações identifiquem como suas ações estão atendendo a coletividade, conforme os seus propósitos institucionais, gerando com isso um processo de aprendizagem quanto às suas intervenções e quanto ao seu processo avaliativo;
4. A necessidade de envolver os sujeitos e beneficiários para co-construir, aproveitando o conhecimento e o que já se faz, desmitificando os processos e com a execução da avaliação junto com eles;
5. É necessário considerar o contexto e as relações existentes, e como esses elementos influenciam os resultados dos projetos e a própria avaliação;
6. Com isso, ela servirá para investidores públicos e privados para que esses identifiquem organizações de utilidade social.

Defendemos neste trabalho que a avaliação de organizações da sociedade civil deve ser pautada, necessariamente, por um processo participativo, conforme pudemos observar, por meio da entrevista com um beneficiário da Casa Familiar Agroflorestal de Nilo Peçanha, quando questionado se a avaliação deveria ser realizada exclusivamente por agentes externos:

Eu acho que não, porque a empresa vem de fora. Beleza, se ela pegar, se tiver profissionais daqui da região, beleza. Os profissionais já vão conhecer a dificuldade da gente, o dilema da gente. Mas, como é que vão vir profissionais de outra região pra cá, para fazer pesquisa e tal, sem nem conhecer a realidade que a gente vive direito? Conhece assim, por cima, por papel, mas na prática não sabe nada.

Contudo, é preciso ter cuidado, como afirma o colaborador de outra instituição estudada, quanto ao risco do conflito de interesses entre o que agente interno deseja apresentar com a avaliação e os resultados efetivamente alcançados. Ele diz que o complicador do agente interno é de ele “confundir o afã de querer provar que está certo e a seguridade do que ele está querendo ver. (Já tem uma resposta que ele deseja) e ele vai buscar provar aquilo. Esse é um problema”. De todo modo, esse mesmo colaborador entende que a participação dos membros das organizações na realização da avaliação é importante para checagem dos dados e análises, para obter a perspectiva de agentes externos e internos, ou seja, ele defende a avaliação participativa.

Na avaliação que foi realizada pela consultoria externa contratada (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PDCIS; 2018), de acordo com o relato de uma colaboradora da CFR-PTN “(...) sempre ia um educador, às vezes nem tinha a intenção de ficar ali fiscalizando, mas pra deixar essas famílias mais seguras: ‘não, é tranquilo, pode responder as perguntas, não tem nada por trás’ (...)”. Segundo ela, “(...) porque às vezes as famílias têm muito receio porque tem muita gente aí enrolando, pegando dados (...)”, assim sendo, ela defende a participação dos sujeitos das organizações nesse processo.

Entendemos que a condução da avaliação da utilidade social deve envolver: (a) os *agentes externos*, com a sua competência específica do processo de avaliação e com a ausência de alguns sentimentos que naturalmente existe entre as pessoas próximas; e (b) os *sujeitos e os beneficiários das organizações*, pois esses atores trarão para o processo tanto a percepção de quem já conhece a realidade a partir de seu olhar, quanto as suas competências operacionais, de campo, e que também são competências relacionadas com a avaliação, adquiridas previamente (como demonstraremos) ou construídas no processo. Esse formato se afina, por exemplo, com o proposto por Guba e Lincoln (1989), Minayo (2005) e Brandão, Silva e Palos (2005), numa perspectiva que considera que os sujeitos organizacionais importam, como defendem Streck (2010) e Streck e Adams (2012).

Com a pesquisa de campo, analisando os processos e experiências de avaliação, encontramos recomendações sobre o que deve ser adotado e o que deve ser evitado para realizar a avaliação nas organizações. Uma das sugestões verificadas diz respeito à forma de comunicação com as pessoas que forem participar da avaliação como respondentes. Segundo um dos jovens egressos do IDC, esse processo de realização da avaliação junto aos beneficiários tem de ser um exercício empático, de extração minuciosa dos dados e informações que se deseja obter, em que é preciso estar “sensível à realidade do jovem”. Nesse sentido, as organizações precisam prezar por uma comunicação que seja capaz de captar o que a avaliação precisa, mas que ao mesmo tempo seja acessível e empática. É preciso, segundo verificamos nas entrevistas, a adoção de uma linguagem compreensível e não rebuscada

Para facilitar esse processo de “garimpo”, bem como facilitar o entendimento sobre a utilidade social que as organizações têm na vida dos respondentes, um caminho é a apresentação das questões, sempre que possível, com as respostas trabalhadas através de escalas de intensidade, como é trabalhado no Barômetro da Sustentabilidade adotado na OCT, e foi sugerido como adoção por uma de suas colaboradoras. Nesse instrumento, a

título de exemplo do que pode ser considerado, para cada indicador é atribuída uma pontuação que varia de zero a cem. Posteriormente, essas notas são tabuladas e classificadas dentro de uma escala de intensidade para a representação de um desempenho que varia entre o ruim e o ótimo, conforme descrito na entrevista.

No campo, percebemos também a preocupação em entender bem os objetivos da organização, conforme a fala do colaborador de uma das organizações, de que é preciso conhecer bem e até mesmo revisar os objetivos da organização. Com isso, no processo de avaliação, é preciso primeiro entender o que se pretende avaliar (quais os propósitos da organização) para então definir melhor a forma como perguntar. Essa preocupação quanto a forma já havia sido apresentada por uma colaboradora do IDC, que informou sobre a dificuldade existente na formulação das questões nos instrumentos de avaliação.

Essas sugestões, de algum modo, mantém uma relação com o que tratamos logo acima, no que diz respeito à participação de agentes internos no planejamento e na realização da avaliação, de modo que esses possam contribuir, pelo conhecimento do contexto da atuação das organizações, para que essas dificuldades quanto à forma de comunicação e o distanciamento dos objetivos institucionais possam ser evitados ou minimizados. Outro encaminhamento é quanto a necessidade de qualificar a equipe da instituição para que conheçam esses objetivos, para que atuem na construção da metodologia e para que entendam quais são os métodos que serão utilizados pela organização. É necessário alinhar com esses atores organizacionais os objetivos da avaliação.

A avaliação nas organizações da sociedade civil tende a ser muito influenciada pelas exigências dos investidores, sobretudo no que diz respeito aos procedimentos que essas organizações utilizam para avaliar. Nesse sentido, através da verificação no campo, uma dificuldade metodológica encontrada na avaliação realizada pela consultoria externa foi o fato de poucos empreendimentos analisados terem sido beneficiários tanto das casas ou das cooperativas, quanto da OCT, instituição que busca justamente fomentar nos produtores rurais a preocupação com a conservação produtiva (produção conciliada com a conservação ambiental). Essa dificuldade metodológica é explicada, também, pelo fato de que, por decisão do financiador da avaliação, as organizações consideradas na avaliação foram apenas as que ainda estavam vinculadas formalmente ao PDCIS, deixando de fora, por exemplo, uma cooperativa que atua no território de duas das organizações consideradas naquela avaliação e que possui em torno de 300 cooperados ativos.

Quanto às pessoas com as quais a avaliação deve ser aplicada, houve sugestão da aplicação com os beneficiários diretos e indiretos, como membros da família, mas também com a recomendação da utilização de grupos de controle, como foi utilizado pela avaliação contratada junto à consultoria externa e é recomendado pela literatura (COELHO; LOPES, 2009; MITCHELL; BERLAN, 2016; KSOLL et al., 2016). O gestor da CFR-I relatou que: “é necessário fazer um caso/controle na região porque existem outros fatores que não conseguimos controlar”. Quanto ao número de respondentes, na avaliação realizada pela consultoria externa, por exemplo, “(...) foram coletados dados em 190 unidades agrícolas, realizadas entrevistas com 190 agricultores e 124 jovens localizados em nove municípios do Baixo Sul da Bahia” (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PDCIS, 2018). Diante das conversas com os gestores das casas, verificamos que os ingressos e os egressos totalizam aproximadamente 70 a 80 jovens, anualmente, para cada instituição. Quanto ao IDC, verificou-se em torno de 500 atendimentos por ano, entre atendimentos jurídicos, serviços cadastrais e jovens inscritos em projetos. Quanto às cooperativas, uma delas tem em torno de 300 cooperados ativos e outra em torno de 150. Na OCT, segundo a colaboradora entrevistada, há em torno de seiscentas famílias cadastradas.

Somando esses números, estamos falando num universo total em torno de 1.800 pessoas atendidas por esse conjunto de organizações. Com esse número, e considerando a necessidade de inclusão dos casos-controle, é preciso trabalhar com uma seleção de respondentes nesse conjunto de beneficiários, o que é perfeitamente possível com as ferramentas e métodos existentes, caso opte-se por uma abordagem quantitativa. Com abordagens qualitativas, esse número pode ser mais reduzido. De todo modo, no que diz respeito aos tipos

de públicos, a proposta a seguir foi corroborada com os participantes dos grupos focais realizados nesta investigação: (a) para as casas familiares e o IDC: discentes e egressas/os, como beneficiários; e candidatas/os não selecionados e pessoas da comunidade, no grupo de controle; (b) para as cooperativas, cooperadas/os e ex-cooperadas/os, como beneficiários; e pessoas da comunidade, no grupo de controle; (c) para a OCT: produtoras/es rurais atendidas/os, como beneficiários; e postulantes não atendidas/os e pessoas da comunidade, no grupo de controle. Necessário também, após o desenho da metodologia e da construção de seus instrumentos, é que o processo seja submetido a testes para validá-los, como feito pela consultoria externa junto a alguns estudantes à época presentes em uma das casas. Esses testes devem, preferencialmente, ser realizados com esse mesmo público, em um pequeno extrato do mesmo.

A responsável pela área de avaliação de umas das organizações relatou que as avaliações precisam considerar a atuação das organizações como um todo, já que elas formam uma rede de empreendimentos vinculados a um programa integrado de desenvolvimento. Contudo, embora entenda essa necessidade de olhar os resultados da rede, ela demonstra uma preocupação com o fato de que a avaliação precisa também tem um olhar para as organizações individualmente.

Além disso, para algumas organizações, como é o caso da OCT em que ela atua, é preciso também olhar os beneficiários buscando separá-los conforme o tipo de atendimento que eles recebem. Ou seja, conforme verificamos na literatura (SOWA; SELDEN; SANFORT, 2004), a metodologia de avaliação precisa ser adaptável aos diversos contextos. No caso da OCT, aponta é que a organização tem variados projetos que podem ser desenvolvidos com as produtoras e produtores rurais, e que em alguns casos muitos projetos são realizados em uma única propriedade, enquanto que em outros apenas um projeto é realizado. Assim sendo, ela indica que ao analisar o resultado que a OCT gera na vida de seus beneficiários, é preciso considerar que quem foi atendido por um projeto apenas, terá um resultado diferente de quem foi atendido por dois, três ou vários projetos.

Outro elemento que justifica essas adaptações, ainda que seja quando da análise dos dados coletados, é o fato de que certos resultados podem ser percebidos mais facilmente no curto prazo, enquanto outros levam mais tempo para se consolidar, ou mesmo para começarem a ser notados. Embora essa observação seja importante, entendemos que outros objetivos são atingidos no curto prazo. Assim, uma solução para isso é dada pelo próprio processo de escolha dos respondentes. Com a seleção de um egresso, por exemplo, que estudou numa das casas há três anos, é possível obter as respostas necessárias (em termos de avaliação) quanto ao alcance dos objetivos de médio ou longo prazo. Desse modo, é preciso que quem esteja realizando a avaliação esteja atento para compreender, em suas interpretações e relatos, como o perfil do respondente é importante para a observação dessas ou daquelas variáveis e/ou dimensões da utilidade social.

Outra indicação, apresentada pela entrevistada da OCT, que representa também um grande desafio para quem trabalha com avaliação, é que essa deve servir como um instrumento de apresentação dos resultados da atuação das organizações, como um meio de identificar em quais aspectos a organização falha ou não consegue atingir os objetivos pretendidos. Mas, além disso, é preciso que essa avaliação tenha também o potencial para apontar soluções, que sirvam para o planejamento das ações para os períodos seguintes. Essa fala coaduna o que Coelho e Lopes (2009) entendem sobre o que deve ser demonstrado, também, pela avaliação, ou seja, a avaliação precisa mostrar os possíveis caminhos para que melhorias nas intervenções possam ser alcançadas.

Baseados nessa indicação, uma ideia que foi pensada para a proposta de metodologia é de, nos relatórios de avaliação, fazer constar algo na forma de painel de instrumentos, a partir das dimensões da utilidade social e com os respectivos indicadores apontando para quais variáveis a organização está tendo bons desempenhos e para quais variáveis é preciso que a organização volte mais atentamente a sua atenção. Esse painel pode aparecer também na forma de gráficos, ou numa forma mais lúdica e holística, como podemos ver no Barômetro da Sustentabilidade ou na Mandala da Auto- Avaliação Reflexiva (BOULLOSA; SILVA JÚNIOR; FRANÇA FILHO, 2015).

Outro aprendizado que tivemos no campo é que alguns dados para a avaliação já são controlados pela organização ou por órgãos reguladores. Nesse caso, quanto a algumas variáveis, nem sempre a resposta dos beneficiários será a melhor fonte, pois a eles faltariam elementos para definir, por exemplo, o que pode ser considerado como bom, correto ou, por exemplo, aceitável pela legislação. É o caso da cobertura das áreas de paisagem produtiva, “(...) porque não adianta você perguntar, sempre vai achar que está coberta, porque pode ter apenas uma árvore fazendo sombra, mas, a situação de cobertura aqui que a gente fala é a prevista na legislação (...)”, conforme relatado pela responsável pela avaliação na OCT. Por outro lado, é preciso também buscar meios de submeter os dados internos ao crivo dos dados obtidos junto aos beneficiários. Na avaliação realizada pela consultoria externa, os avaliadores solicitaram em campo as possíveis evidências comprobatórias (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PDCIS, 2018, p. 23).

Ao cabo desta, está aqui o que entendemos a questão mais importante para uma boa prática de avaliação em organizações da sociedade civil, que é a necessidade de considerar os sujeitos e os beneficiários das organizações. Nos parágrafos acima, vimos como as recomendações desses agentes são importantes para a co-construção da avaliação e neste reforçamos tal importância demonstrando o amplo conjunto de práticas de avaliação já adotadas na mesma. Considerar isso é propugnar pela otimização dos recursos organizacionais.

Por exemplo, há uma atividade nas casas familiares em que os jovens ingressantes, sob a orientação e acompanhamento dos monitores, realizam um levantamento sobre várias situações e dificuldades enfrentadas pela comunidade em que vivem, conforme relatou uma colaboradora da CFR-PTN. A partir desse diagnóstico, esses jovens realizam um seminário para a apresentação e discussão dessas situações e dificuldades com toda a comunidade. É uma atividade que faz parte do processo de formação do jovem, que induz a pensar nos problemas da comunidade e em possibilidades para resolvê-los. Além de atender importantes objetivos didáticos, essa atividade pode ter seus instrumentos ajustados e preparados, por exemplo, para a construção de um marco zero da situação desses jovens e da sua comunidade. Segundo a entrevistada, há pretensões da organização para esse encaminhamento, de repetir as aplicações dos instrumentos de avaliação no sentido de avaliar o antes e o depois (anos após a intervenção), mas ainda não tinha conhecimento sobre a realização disso.

É importante mencionar que a consideração dos instrumentos que as instituições já utilizam é algo desejável por elas, conforme informou uma gestora da IDC, quando perguntada se um dos instrumentos que usavam poderiam ser desconsiderados, para começarmos do zero a construção de um diferente, mesmo que ouvindo a instituição. Ela justificou a utilização de seu instrumento por entender que esses foram cuidadosamente pensados, planejados e construídos considerando o contexto que elas vivem da organização.

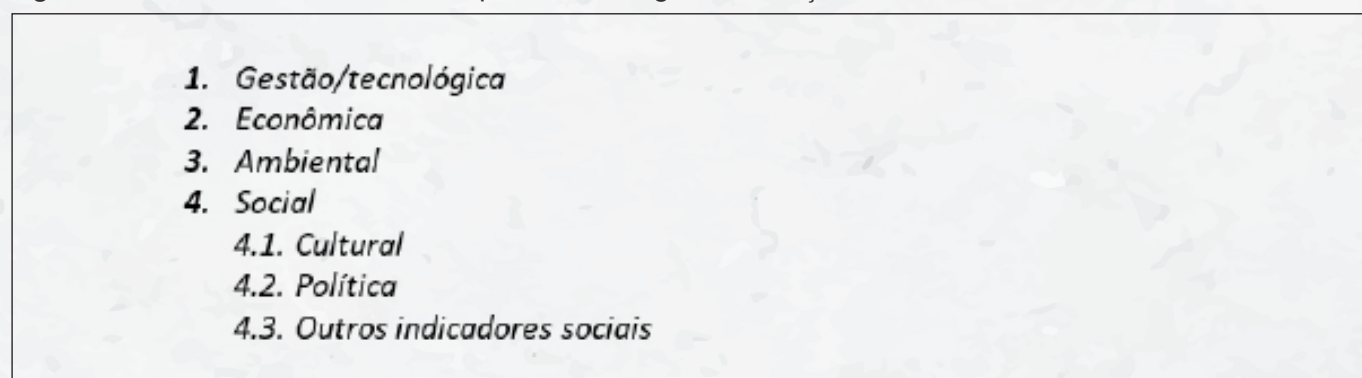
Os exemplos aqui expostos, junto com as diversas contribuições apresentadas no campo, reforçam a importância de considerar o conhecimento construído pelas organizações e seus beneficiários. Verificamos que um dos maiores erros da construção de uma metodologia de avaliação é o não envolvimento desses atores e a não consideração das práticas que já são adotadas pelos mesmos, mesmo as que não necessariamente estejam voltadas para a avaliação. Descartar toda essa construção e esse histórico de práticas de avaliação já existentes nas organizações, além de desprezar o conhecimento já existente dos sujeitos organizacionais e beneficiários, é também onerar o processo de avaliação de utilidade social, dificultando a inserção desse processo na cultura organizacional. Essas análises nos faz compreender que as avaliações, da forma como muitas organizações avaliam e mesmo com a participação de consultorias externas, são mais onerosas do que poderiam e deveriam ser.

4.2 A METODOLOGIA MAOUS – METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM UTILIDADE SOCIAL

4.2.1 DAS DIMENSÕES E INDICADORES

Assim como em relação aos instrumentos, no campo também encontramos experiências já adotadas quanto à definição de dimensões e indicadores para a avaliação da utilidade social. Em relação às dimensões possíveis, tomando como base os instrumentos utilizados pelas organizações e as contribuições apresentadas nas entrevistas e grupos focais, chegamos a uma proposta co-construída que é expressa na figura abaixo:

Figura 2 – Dimensões e subdimensões para metodologia de avaliação da utilidade social co-construída



Fonte: *Elaboração própria (2020)*

Assim, tratando como uma matriz hierárquica, a simples análise consolidada das quatro grandes dimensões (numeradas de 1 a 4) permite a comparação dos resultados das avaliações com a metodologia aqui co-construída, com os resultados da avaliação já realizada pela consultoria externa, uma indicação do campo para que os resultados da avaliação por meio desta metodologia pudessem ser melhor comparados com os daquela avaliação. Há que se dizer, inclusive, que muitos dos indicadores da dimensão social considerados nessa avaliação externa possuem atributos relacionados com as questões culturais e políticas, e assim foi feito um trabalho de realocação de indicadores.

Nesta pesquisa de natureza aplicada e participativa, ao todo foram mapeados 495 indicadores, através das análises dos instrumentos utilizados pelas organizações, dos utilizados nas avaliações que já haviam sido realizadas nessas organizações, do que foi coletado nas entrevistas e da revisão da literatura realizada. É importante dizer que aí estão todos os indicadores sem a exclusão das repetições, ou seja, há indicadores que foram considerados/apresentados por mais de uma dessas fontes. Alguns indicadores mais comuns, como nível de renda, participação em organizações da sociedade civil e nível de escolaridade, aparecem na maioria das fontes. Outros, porém, são menos citados, como inteligência emocional; contribuição dos conhecimentos para a confiança no futuro; condições de emprego e a redução na utilização do bolsa família.

Os indicadores foram vinculados às diversas dimensões da utilidade social. Alguns instrumentos que eram aplicados junto aos beneficiários nas organizações separavam as questões trabalhadas em três dimensões: econômica, ambiental e social; e nos instrumentos internos as organizações controlavam aspectos relacionados com a gestão. Assim, na avaliação realizada pela consultoria contratada foram considerados indicadores relacionados com essas quatro dimensões. Contudo, outros instrumentos não fazem qualquer separação dos indicadores/questões entre dimensões, apenas os analisando sem relacioná-los formalmente com qualquer dimensão. Assim sendo, para os indicadores encontrados na pesquisa de campo que não foram separados

por dimensão, foi necessária a alocação desses indicadores para cada uma das dimensões definidas. Ademais, os indicadores que estavam tratados todos como pertencentes à dimensão social, mas que possuíam características relacionadas com aspectos políticos e culturais foram realocados.

Neste trabalho de co-construção, então, adotamos procedimentos que visaram excluir indicadores que apareciam em mais de uma fonte/instrumento e também de alocar e/ou realocar alguns dos indicadores nas dimensões e subdimensões que foram definidas em campo. Contudo, é importante destacar que esse trabalho de alocação e realocação dos indicadores entre as dimensões bem como a atribuição de categorias é especialmente complexo e, em certos casos, um tanto arbitrário, visto que alguns indicadores possuem características que podem atender a mais de uma dimensão e às vezes a mais de uma categoria. Essa característica, inclusive, é compreensível quando defendemos que a utilidade social é multidimensional, com dimensões que são imbricadas e interconectadas, como percebemos nos trabalhos de Sowa, Selden e Sandfort (2004), de Silva Jr. (2016) e de Mojo, Fischer e Degefa (2017). Assim, para os indicadores que são de fato multidimensionais, a classificação deles em uma ou outra dimensão tende a ser uma escolha de quem estiver realizando a avaliação.

Por fim, na construção dos instrumentos para a realização da avaliação por meio de entrevistas, alguns outros ajustes foram feitos na quantidade de indicadores, pois observamos mais alguns que se repetiam naquilo que pretendiam observar ou outros que possuíam definições muito genéricas, assumindo mais a condição de categorias de síntese do que um indicador propriedade dito. Com isso, chegamos ao número final de 361 indicadores, conforme a composição demonstrada na tabela 1:

Tabela 1: Composição final dos indicadores, por dimensão e ambiente de coleta

Dimensão	Internos	Externos	Fórmulas	Total*	%
Ambiental	6	39	3	48	13%
Cultural	0	62	0	62	17%
Econômica	8	33	3	44	12%
Gestão/Tecnológica	82	17	37	136	38%
Política	8	22	4	34	9%
Social	1	35	1	37	10%
Total Geral	105	208	48	361	100%

*Dois indicadores vinculados a dimensão Gestão/tecnológica e um da dimensão ambiental foram considerados tanto no instrumento para obtenção dos dados internos quanto do instrumento externo, para que os dados sejam confrontados com ambas as fontes.

Fonte: elaboração própria (2020).

Desses 361 indicadores, três deles serão coletados por meio de instrumentos aplicados junto aos beneficiários e também serão coletados internamente, pois para esses indicadores é interessante a confrontação dos dados entre essas duas bases. Nesta tabela, ainda observamos a prevalência de indicadores da dimensão gestão/tecnológica em relação aos indicadores obtidos internamente e aos gerados a partir de fórmulas existe, conforme destacado em cinza. Por outro lado, em relação aos dados obtidos por fontes externas, é que temos indicadores que representam uma distribuição equilibrada entre as seis dimensões aqui consideradas. Desse modo, são esses dados externos, junto aos beneficiários, que podem expressar melhor a amplitude da utilidade social.

Na dimensão econômica, é preciso também considerar a capacidade desses atores e dessas organizações mobilizarem recursos por meio de outras lógicas, para além da lógica mercantil, contemplando todos os bens e riquezas que foram mobilizados da sociedade para a realização dos investimentos dos projetos. Para isso, eles deram o nome de “custo de oportunidade”, o que não nos parece a melhor expressão para definir

a obtenção desses outros recursos através de lógicas não baseadas na troca mercantil. Não se trata de desconsiderar que esses recursos existem e que eles financiam as ações das organizações, mas sim de trata-los por meio de conceitos e lógicas mais adequadas para esse tipo de organização. Nesse aspecto, as lógicas da reciprocidade e da redistribuição, tratadas por França Filho (2012), e consideradas na Mandala da Autoavaliação (BOULLOSA, SILVA JÚNIOR; FRANÇA FILHO, 2015), parecem ser mais adequadas.

Além disso, embora algumas organizações deem mais atenção à dimensão econômica nos seus instrumentos de gestão e avaliação, é importante entendermos como os diversos indicadores estão conectados, como eles se relacionam e, nesse sentido, a busca do atendimento de um indicador de uma dimensão pode contribuir para o alcance de outro indicador em outra dimensão, ainda que essa dimensão não apareça formalmente nos procedimentos de avaliação da organização. Tomemos como exemplo a fala de um gestor da Coopalm:

Outra preocupação nossa, porque às vezes a família tem jovens como força de trabalho, e já ajudando os pais, só que às vezes esses jovens não obtêm renda. É uma dificuldade que o jovem tem com os pais na zona rural, que ele está trabalhando ali com a família, mas ele não tem uma renda dele, e ele já começa estar numa idade que ele já tem os anseios econômicos, de ter as coisas, aquela coisa toda... e quando ele começa a não se realizar ali, às vezes ele corre para a cidade, para procurar um trabalho no caixa do supermercado, e tal, com uma renda. Então, a gente às vezes também orienta o agricultor: olha, seu filho está ajudando, negocia com ele uma forma de remuneração, de participação... isso também é às vezes um fator de evasão.

Percebemos nesse exemplo como o indicador renda, relacionado com a dimensão econômica, influencia num indicador social, que é a permanência do jovem no campo, sendo esta permanência, inclusive, um dos principais objetivos, senão o maior, do PDCIS. Nesse sentido, é interessante analisarmos esse exemplo à luz de uma questão colocada por McHugh, Biosca e Donaldson (2017), em trabalho que estudam como as microfinanças geram resultados na saúde. Segundo eles, os resultados da atuação das organizações podem ser distintos e argumentam como, por exemplo, o emprego gerado por uma organização como essa, que demanda maior participação do associado/cooperado na vida social da organização, tem efeitos positivos na autoestima, mas pode trazer efeitos negativos no que diz respeito ao tempo disponível para a família e mesmo uma redução da renda. É preciso, assim, um olhar multidimensional para os resultados decorrentes dessa participação nessas organizações, visto que essa maior participação pode representar ganhos sociais importantes.

Com base no exposto sucintamente nesta subseção, após a definição, junto com os sujeitos e beneficiários das organizações, das dimensões e indicadores que aqui expusemos, foi possível construir as propostas de instrumentos, considerando também os que já eram adotados nas organizações. A união de todos os elementos apresentados nesta seção de resultados, por fim, permitiu apresentarmos uma proposta de roteiro para a realização de avaliação da utilidade social das organizações da sociedade civil. Além disso, a definição dos instrumentos desta metodologia, que são divididos em três categorias: os para aplicação obtenção de dados externos; o instrumento para orientação na obtenção dos dados internos; e o instrumento para controle dos indicadores obtidos por fórmula. Estes compõem a Metodologia MAOUS.

4.2.2 OS INSTRUMENTOS ADOTADOS E PROPOSTOS

Como já informado, tivemos acesso a alguns instrumentos que as organizações utilizavam em suas práticas de avaliação, conforme o entendimento e usos que essas tinham sobre essa prática. Pelo que já discutimos, percebemos que esses instrumentos são importantes referências para a co-construção de uma metodologia de avaliação de utilidade social que possa, além de ser eficiente, fazer parte da cultura das organizações à

medida que considera as rotinas que essas já adotam. Por exemplo, o Mapa da Propriedade e o PIP – Programa Integrado da Paisagem são utilizados tanto pelas casas familiares quanto pela OCT; e o boletim de acompanhamento que, segundo os entrevistados, é utilizado apenas pelas três casas familiares, o que foi confirmado também pelo egresso de uma das casas.

Elaborado por técnicos de cada casa, o Mapa da Propriedade tem como objetivo fazer um diagnóstico sobre como estão distribuídas e são utilizadas as áreas das propriedades das famílias dos jovens ingressantes nas casas, mapeando dados como área produtiva com as respectivas culturas, áreas destinadas à preservação etc. Também desenvolvido de forma articulada entre as casas e aplicado por elas, o questionário PIP tem 58 questões, sobre dados de identificação do jovem e de seu núcleo familiar, e itens relacionados com os dados da propriedade; onze questões sobre dados sociais; outro bloco com cinco questões sobre renda e outro com seis questões sobre o cultivo e comercialização; e, por fim, onze questões sobre a forma de uso dos recursos na propriedade, com a preocupação na análise do “manejo ambiental”. Embora o questionário contemple um número interessante de questões que podem ser utilizadas na avaliação da utilidade social, pelo que percebemos a partir das entrevistas, ainda não havia uma cultura de utilização desse instrumento para tal.

O Boletim de Acompanhamento, outro instrumento utilizado pelas casas, não tivemos acesso a um modelo ou a algum já aplicado para que pudemos analisar de forma mais detalhada. Segundo os relatos, ele era utilizado pelos monitores, nas visitas de campo, para apontamentos sobre o desempenho dos jovens, para coletar relatos das famílias, para acompanhar o andamento dos projetos produtivos dos jovens, entre outras informações. Dessa prática, é possível observar que há destinação do recurso tempo e do recurso humano para um processo que pode, mediante redesenho dos instrumentos, ser também direcionado para a avaliação da utilidade social.

Na organização IDC, que trabalha com formação de jovens e também com atendimento de cidadãos em questões relacionadas com direitos e cidadania, existe a utilização de três instrumentos de avaliação, chamados de Marco Zero; 1ª Avaliação Semestral; e 2ª Avaliação Semestral, e todos eles são voltados especificamente para um dos projetos de formação de jovens, chamado “Trilhando Caminhos”, realizado pela organização com recursos recebidos de investidores diversos. Desenvolvidos e aplicados pelas educadoras e educadores da organização junto aos jovens em formação, esses instrumentos coletam dados sobre o perfil dos jovens e buscam basicamente avaliar o nível de conhecimento deles sobre os conteúdos que são tratados durante a formação, por exemplo: autoconfiança, autoestima, autonomia, liderança, proatividade e planos para o futuro, entre outros.

Na OCT, organização focada na conscientização, assessoria e capacitação de produtores rurais para a conservação produtiva e ambiental, um interessante instrumento de avaliação é aplicado. Chamado de Barômetro da Sustentabilidade é uma adaptação de um instrumento, de mesmo nome, utilizado originalmente para a avaliação de organizações maiores, como município, unidades federativas e até nações (SILVA; VIERIA, 2016). Conforme foi informado na entrevista, foram feitas algumas adaptações nesse instrumento, com a participação da equipe interna da organização, em questões que envolviam dados agregados de uma região (como PIB, IDH etc.), por exemplo.

O instrumento nos foi apresentado, com a explicação passo a passo de seu funcionamento. Também foi entregue fisicamente um relatório com os indicadores que são considerados nele, com as adaptações feitas pela organização. São indicadores classificados pela organização como ambientais, econômicos e sociais, e alguns deles são: área com floresta; situação de cobertura da APP; destinação do lixo; forma de comercialização; renda extra; renda bruta da produção; escolaridade média da família; condição de moradia; e potabilidade da água. Esses indicadores, quando analisados conjuntamente, apresentam como resultado os níveis de “bem-estar humano” e “bem-estar ambiental” dos respondentes, ou seja, das famílias avaliadas.

Outro instrumento de avaliação utilizado nas casas familiares foi aplicado na avaliação chamada de “1.000 alunos”. Como o nome diz, buscou avaliar a contribuição que essas casas tinham na vida de jovens que por lá passaram. Não tivemos acesso, através dessas instituições, ao instrumento utilizado para tal avaliação, mas tomamos conhecimento da realização dela a partir da fala de um dos entrevistados, que acompanhou a realização na época, mas também estudou essa prática de avaliação em sua Dissertação de Mestrado: A Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves no Limiar da Avaliação das Políticas Públicas Multicêntricas (Sousa, 2019).

Segundo verificamos nas entrevistas e também através da pesquisa citada, o instrumento foi desenvolvido e aplicado pelas equipes das casas e baseou-se nos seguintes indicadores: participação em atividade agroecológica ou ação ambiental na sua comunidade; exercício de atividade rural; possuir propriedade de terra; nível de renda média mensal da unidade familiar; ações multiplicadoras realizadas junto à comunidade; participação em organizações da sociedade civil; nível de escolaridade; e forma de exercício da atividade rural. A simplicidade do instrumento está não apenas na quantidade reduzida de indicadores considerados, mas também no fato de, por exemplo, sendo quantitativa, limitar-se à análise dos egressos das organizações sem analisar um grupo de controle que possibilitasse a comparação de resultados. Como não tivemos acesso ao relatório dessa avaliação e, com isso, a oportunidade de aprofundar nossas análises sobre o mesmo, foi considerada a opinião de Sousa (2019), de que embora essa avaliação tivesse fortes limitações, sendo a primeira realizada no âmbito do programa de desenvolvimento integrado, ela trouxe importantes contribuições.

Por fim, tratamos da última e mais abrangente avaliação realizada com as organizações consideradas neste trabalho. Trata-se da avaliação contratada pela mantenedora do PDCIS junto a uma consultoria externa (a John Snow Brasil). No “Marco lógico da avaliação”, colaboradores e gestores das organizações participaram da validação dos indicadores a serem aplicados em campo. Nesse processo, após essa etapa, segundo Sousa (2019, p. 69) “(...) obtiveram-se quatro instrumentos de avaliação:

1) Instrumento de Gestão; 2) Instrumento de jovens; 3) Instrumento de Propriedades (rurais dos beneficiários); e 4) Instrumento de Medições Ambientais”. Os colaboradores e gestores também atuaram no fornecimento dos dados internos da gestão, na etapa de coleta de dados. Ainda nessa coleta de dados, das partes que envolveram beneficiários e os grupos de controle, a aplicação foi realizada pela equipe de consultores externos, mas com o acompanhamento de membros das equipes das organizações. Observa-se ainda que a avaliação foi dividida em duas partes, uma chamada de “Análise Financeira(gestão)” e a outra tratada como “Análise de Impacto”, essa dividida em análise econômica, análise social e análise ambiental.

Nessa avaliação, foi utilizado como instrumento para a coleta em campo um questionário aplicado junto aos diversos beneficiários. Além disso, foram considerados também grupos de controle, que foram identificados a partir de proprietários e jovens que se candidataram aos diversos projetos/funções, mas não foram selecionados. A consideração de grupos de controle é um aspecto positivo, pois a comparação entre grupos atendidos e grupos não atendidos, estando esses convivendo nas mesmas comunidades e em condições muito próximas, permite verificar outros detalhes dos possíveis efeitos resultantes da intervenção dos empreendimentos, como indicado em Coelho e Lopes (2009); Mitchell e Berlan (2016) e Ksoll et al. (2016).

No geral, verificamos que o procedimento mais utilizado para a realização da avaliação nas organizações vinculadas ao PDCIS foram as entrevistas, com roteiro semiestruturado, e nesse caminho foi a maioria das indicações, como dito pelo colaborador da COOPALM e por uma beneficiária egressa da CFR-PTN. É importante dizer que a escolha por procedimentos e técnicas de natureza quantitativa, como a seleção aleatória dos respondentes da avaliação ou a própria adoção de grupos de controle, não significa que este estudo nem mesmo a metodologia de avaliação que neste é co-construída adotem uma abordagem quantitativa. As avaliações de utilidade social realizadas a partir desta metodologia, mesmo usando técnicas quantitativas,

adotarão nas análises uma abordagem qualitativa, na medida em que, por exemplo, entendemos que cada contexto é um contexto, que cada indivíduo é um indivíduo, e “exigir” padrões/repetições nessas circunstâncias é inócuo (e não é o que queremos).

Outra técnica sugerida pelos sujeitos das organizações, para complementar as entrevistas, foi a observação. Houve ainda a indicação para a adoção da auto avaliação e, nesse sentido, a sugestão dada pelo gestor de duas das casas foi de incorporar algumas questões para a realização da auto avaliação dentro do próprio roteiro para a realização das entrevistas. Em suma, com base na análise dos documentos e das entrevistas individuais e coletivas, bem como da análise da literatura relacionada, elaboramos uma proposta de roteiro para a Metodologia MAOUS para Avaliação de Organizações com Utilidade Social, co-construída.

Percebemos que o principal instrumento a ser utilizado para a avaliação da utilidade social é a entrevista individual, junto a beneficiários diretos e indiretos e com grupos de controle. Para tanto, foi construído um roteiro semiestruturado para as entrevistas, considerando as dimensões e indicadores formulados neste estudo. Desse modo, há questões fechadas, mais objetivas, e há também questões subjetivas, de respostas livres das pessoas entrevistadas. Para essas, buscou-se sempre complementar a questão com o pedido de exemplos concretos, que sirvam como indicadores para as respostas apresentadas, conforme sugerido por Coelho e Lopes (2009). Neste instrumento, as questões estão assim dispostas: 41 questões na dimensão ambiental; 39 na dimensão cultural; 31 na dimensão econômica; 15 na de gestão/tecnológica; 25 na política; e 38 questões na dimensão social. São, ao todo, 218 questões que buscam contemplar todos os 360 indicadores previstos nesta proposta de metodologia de avaliação co-construída.

As entrevistas podem, sempre que possível, ser realizadas coletivamente, o que propusemos aqui então envolver o núcleo familiar de cada beneficiário. Nesse caso, as respostas consideradas serão aquelas fruto dos consensos estabelecidos por essa coletividade. No roteiro para essas entrevistas também estão previstas algumas questões que tem o caráter de auto avaliação. Ademais, tais entrevistas serão acompanhadas da observação sistemática em campo, com um diário de campo para ser utilizado ao longo da aplicação da metodologia de avaliação.

Uma das dificuldades está relacionada com os recursos necessários para a realização da avaliação. Verificamos que, embora já existam procedimentos de avaliação realizados pelas organizações, com a dedicação de recursos para tal, o ideal é sim buscar a otimização das práticas de avaliação para que menos recursos possíveis sejam necessários. Desse modo, quanto maior a extensão dos instrumentos da avaliação, maior tende a ser os recursos necessários para a realização da avaliação, desde a aplicação, até a análise e conclusão dos relatórios. Conforme os relatos, outro desafio existente, inclusive, é a análise dos dados, dificuldade essa aumentada quando se tem instrumentos mais extensos, com muitos dados.

Assim, de forma alternativa, é possível pensar em instrumentos menos extensos ou ainda que permitam análises mais simples, pelo menos para as fases anteriores à intervenção e durante a mesma. A Mandala da Autoavaliação Reflexiva, que encontramos no trabalho de Boullosa, Silva Júnior e França Filho (2015), é um exemplo de instrumento de aplicação e análise mais simples, embora demande mais tempo também para a aplicação, em seu formato original de jogo. Ademais, sendo uma auto avaliação, entendemos que esse instrumento não pode substituir o processo de avaliação em sua plenitude. Embora não siga o formato de jogo, há uma proposta semelhante à Mandala no que diz respeito à estruturação das questões, que é um questionário fruto do estudo realizado por este pesquisador, que pode ser visto em Lopes, Rigo e Silva Júnior (2018), que foi adaptada e incorporada à metodologia MAOUS aqui co-construída.

Outra contribuição que esse instrumento pode dar é para a realização de diagnósticos mais rápidos sobre o cenário de comunidades/públicos em que as organizações pretendem realizar intervenções. Como tal, pode

ser instrumento que contribua com dados inclusive para formular os projetos de intervenção que servirão para pleitear recursos junto a investidores institucionais, públicos e privados. Diagnosticar o quanto os possíveis beneficiários carecem de intervenções nessa ou naquelas dimensões, servirá como um argumento melhor e mais objetivo junto a esses investidores.

Com esse potencial para realizar diagnósticos mais rápidos, esse instrumento possibilita o menor investimento de recursos para uma prática que entendemos que deve ser adotada: a de realizar a avaliação ex-ante, ou seja, antes da intervenção. Ele pode, então, contribuir para a realização do marco zero, já que, com base na literatura e nos dados obtidos nesta pesquisa, sobretudo nas entrevistas, a avaliação precisa ocorrer antes das intervenções para que assim seja mais fácil perceber o quanto os resultados alcançados são fruto dessas intervenções. Esse marco zero contribui para minimizar o desafio que é estabelecer uma boa relação entre os resultados e a ação das organizações, como verificamos na literatura (MITCHEL; BERLAN, 2016) e como também apontado pela maioria dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa. Esse instrumento pode ser também utilizado para a avaliação durante a intervenção, servindo ao processo de monitoramento de como as ações estão sendo realizadas.

O “Roteiro da Metodologia MAOUS” é sobremaneira importante para compreender, de forma mais sintetizada, o funcionamento do que aqui foi exposto, bem como a sequência do uso dos instrumentos indicados, que em sua totalidade compreende: (i) Roteiro da Metodologia MOUS de Avaliação de Organizações com Utilidade Social; (ii) Instrumento para coleta de dados externos, por meio de entrevistas; (III) Instrumento para coleta de dados externos, por meio de questionário estruturado; (IV) Instrumento para levantamento dos indicadores por meio dos dados internos – por dimensão e categorias; (V) Indicadores resultantes de fórmulas – por dimensão e categorias; e (vi) Instrumento para avaliação durante a intervenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma contribuição deste estudo está na comprovação, por meio deste trabalho de co-construção de uma metodologia de avaliação da utilidade social, de que uma etapa indispensável da construção da avaliação, necessariamente, precisa ser a de diagnósticos das práticas organizacionais já desenvolvidas no que tange ao processo de avaliar. Embora na literatura haja indicativos de que os sujeitos organizacionais e os beneficiários devem ser considerados na avaliação, muitos trabalhos de avaliação desconsideram o papel desses atores ou colocam neles sempre a imagem da desconfiança, da falta de conhecimento técnico e da falta da “imparcialidade científica”. Há trabalhos ainda que, embora os considere no processo, descartam todo o conhecimento e práticas de avaliação que já existem, quando esses, conforme demonstramos, devem ser o primeiro norteador do processo de avaliação. Neste trabalho, demonstramos por exemplo que todas as organizações consideradas já adotavam alguma prática de avaliação, considerando ao menos alguma das dimensões (as duas cooperativas avaliavam apenas a dimensão econômica, mas todas as outras já consideravam, além dessa, as dimensões sociais, políticas e/ou ambientais).

Muito embora tenhamos encontrado essas evidências no campo, durante o processo de investigação desta tese tomamos conhecimento de que uma consultoria externa foi contratada para a realização de uma “avaliação de impacto”, que durou em torno de oito meses. Apesar de ter incluído alguns importantes atores das organizações no processo de definição dos indicadores, essa avaliação não considerou as rotinas que as organizações já adotavam para essa avaliação. Podemos dizer que isso gerou alguns problemas ou limitações. Assim, no campo tivemos a confirmação na prática de que o primeiro passo da avaliação precisa ser a de diagnósticos das práticas organizacionais já desenvolvidas para avaliar. Ademais, também do campo, tivemos a confirmação de que por vezes os procedimentos de avaliação incorrem nesse erro de não considerar e incorporar o conhecimento que o campo já tem sobre avaliação, em termos de teorias e da prática.

Essas constatações do campo permitiram perceber alguns elementos. Primeiro, de algum modo essas organizações já destinavam recursos financeiros, materiais e humanos, ou seja, dedicam tempo para realizar avaliação. Quanto a essa destinação, um ponto a se destacar é que mesmo quando da contratação da consultoria especializada, também foi necessário destinar esses recursos tanto para as etapas iniciais de construção do processo avaliativo, quanto em função do tempo destinado à coleta e apresentação de dados internos bem como dos deslocamentos, junto com a equipe da consultoria, para a aplicação dos instrumentos definidos para a metodologia de avaliação, visto que houve designação de colaboradores específicos das organizações para tal acompanhamento em campo, como dito acima.

Segundo, as organizações da sociedade civil do Baixo Sul aqui analisadas possuem uma cultura de avaliação de dados quantitativos, relacionados aos processos, e voltada principalmente à prestação de contas a investidores. No que diz respeito à avaliação da utilidade social, embora não tenhamos observado ainda uma prática habitual desse tipo de avaliação, notamos que existe por parte dos sujeitos das organizações uma preocupação com essa temática. Ademais, já são adotadas algumas rotinas de coleta de dados por meio de instrumentos que consideram dimensões da utilidade social, com indicadores relacionados, por exemplo, com dimensões mais comumente utilizadas, como a econômica e a de gestão, mas também outros indicadores relacionados com dimensões por vezes desconsideradas pelas organizações, tais como: a inclusão social, a participação política e a qualidade da moradia.

Assim, como base nisso, chegamos a uma terceira constatação do campo, confirmando o que a literatura que trata da pesquisa engajada prevê: os atores organizacionais são sujeitos da construção de conhecimento e, como tal, é legítima a sua participação ao longo de todo o processo de avaliação, desde o planejamento até a fase de construção dos relatórios finais da avaliação e da meta-avaliação. Essa participação faz com que o processo de avaliação seja realizado em conformidade com o defendido pela perspectiva da Gestão Social. Ou seja, sendo a avaliação uma das etapas da gestão, com a inclusão dos atores organizacionais nesse processo, estamos promovendo a gestão pela sociedade e para a sociedade.

Adotando essa perspectiva de avaliação a ser realizada pela sociedade, a importância do campo (da sociedade) para a co-construção dessa proposta de metodologia de avaliação da utilidade social fica evidenciada, por exemplo, através de um exemplo que envolve o instrumento “Barômetro da Sustentabilidade”. Esse instrumento, adotado em outros contextos e objeto de outras pesquisas relacionadas com a avaliação, teria sido desconsiderado nesta pesquisa não fosse a apresentação do mesmo em entrevista em uma das organizações. Então, esse instrumento, descartado inicialmente do referencial teórico por não ser utilizado normalmente para avaliações em organizações da sociedade civil, foi considerado neste trabalho e incorporado à metodologia, que aqui foi co-construída e que estamos propondo, exatamente pela capacidade e conhecimentos que os sujeitos organizacionais tiveram para adaptar tal instrumento à aplicação nesse tipo de avaliação.

Ao fim deste texto, parece-nos, então, que são duas as principais contribuições deste trabalho de construção coletiva e participativa de uma metodologia de avaliação:

(1) que qualquer processo de avaliação que não inclua os sujeitos e beneficiários das organizações em sua construção, desde o seu planejamento, bem como na sua aplicação e avaliação tenderá a ser falho, menos formativo e menos contributivo; (2) que a inclusão dos sujeitos permite que a avaliação seja incluída nos processos que já fazem parte da rotina da organização, contribuindo tanto para a revisão e melhoria desses processos, quanto para a redução dos recursos financeiros, materiais e humanos necessários à realização da avaliação. Deste modo, em síntese dessas duas contribuições principais, entende-se que, agindo deste modo, é possível fazer com que a avaliação da utilidade social dessas organizações seja incorporada às rotinas já realizadas na organização, sendo assim incorporada mais facilmente à sua cultura organizacional

REFERÊNCIAS

BANERJEE, A.; PREECE, R.; JOSEPH, M. J. Making people count: from beneficiaries to evaluators. In.: THOMAS, Tom; NARAYANAN, Pradeep. Participation pays: pathways for post-2015. Practical Action Publishing, 2015.

BOULLOSA, Rosana; TAVARES, Edgilson. Avaliação e monitoramento de projetos sociais. Curitiba: IESDE, Brasil SA, 2009.

CAMPELO, Amanda Farias Arruda. Avaliação de programas sociais em ONGs: discutindo aspectos conceituais e levantando algumas orientações metodológicas sobre avaliação de impacto. Interfaces de Saberes, v. 6, n. 1, 2006.

CHIANCA, T. Avaliando Programa Sociais: Conceitos, Princípios e Práticas. In.: CHIANCA, T.; MARINO, E.; SCHIESARI, L. Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil. São Paulo: Global, 2001.

COHEN, E.; FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. 1998.

CETRULO, Tiago Balieiro; MOLINA, Natália Sanchez; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. Indicadores de sustentabilidade: proposta de um barômetro de sustentabilidade estadual. Revista Brasileira de Ciências Ambientais, São Paulo, SP, ICTR/CEPEMA, n. 30, p. 33-45, 2013. Disponível em: < http://www.rbciamb.com.br/images/online/Materia_4_artigos376.pdf >

DUCLOS, H. Évaluer l'utilité sociale de son activité: conduire une démarche d'auto-évaluation. Paris: Édition Baton Rouge/Polyprint Édition, Collection Les Cahiers de Avise, 2007.

FRAISSE, Laurent. Utilité sociale et associations : les enjeux de l'évaluation. In: BOUQUET, Brigitte; JAEGER, Marcel; SAINSAULIEU, Ivan. Les défis de l'évaluation en action sociale et médicosociale. Paris: Éditions Dunod, 2007. p.42-57.

GADREY, J. Utilité sociale. In: CATTANI, A.; LAVILLE, Jean-Louis (Org.). Dictionnaire de l'autre économie. Paris: Desclée de Brouwer, 2005.

GERTLER, Paul J. et al. Avaliação de impacto na prática. World Bank Publications, 2015.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. Fourth generation evaluation. Sage, 1989. LOPES, L. M. S.; RIGO, A. S.; SILVA JÚNIOR, J. T., 2018.

LOPES, L. M. S.; RIGO, A. S.; TEODÓSIO, A. 2019.

MITCHEL, G. E.; BERLAN, D. Evaluation and Evaluative Rigor in the Nonprofit Sector. Nonprofit Management & Leadership, v. 27, n. 2, 2016.

Evaluation in Nonprofit Organizations: An Empirical Analysis. Public Performance & Management Review, v. 41, n. 2, p. 415-437, 2018.

SILVA, Veríssimo César Sousa; VIEIRA, Ima Célia Guimarães. Barômetro da Sustentabilidade aplicado a as-

sentamentos rurais do leste do Estado do Pará, Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 36, 2016.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. *Gestão Social das Finanças Solidárias: a Utilidade Social na Centralidade da Avaliação dos Bancos Comunitários Brasileiros*. 2015. 298f. Tese (Doutorado) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

STRECK, D. R.; ADAMS, T. Pesquisa em educação: os movimentos sociais e a reconstrução epistemológica num contexto de colonialidade. *Educação e Pesquisa*, v. 38, n. 1, 2012.



DESAFIOS E ESTÍMULOS À AVALIAÇÃO DA
UTILIDADE SOCIAL: ANÁLISE EM UMA REDE DE
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BAIXO
SUL DA BAHIA

*CHALLENGES AND STIMULATIONS FOR THE
ASSESSMENT OF SOCIAL UTILITY: ANALYSIS IN
CIVIL SOCIETY ORGANIZATIONS IN THE BAHIA*

Laerson Morais Silva Lopes
Faculdade de Ciências Contábeis – UFBA
laerson.lopes@ufba.br

Ariádne Scalfoni Rigo
Núcleo de Pós-graduação em Administração – NPGA/UFBA
ariadne.rigo@ufba.br



RESUMO

Este trabalho buscou analisar a cultura de avaliação existente em uma rede de organizações da sociedade civil localizada no território do Baixo Sul da Bahia, bem como os desafios e estímulos para avaliar, que se apresentam no contexto dessas organizações. Para tanto, foram entrevistados gestores e colaboradores de sete instituições, entre agosto e novembro de 2019. Após análise descritiva e de conteúdo, os resultados demonstram que embora existam estímulos relacionados com a legitimação perante investidores e beneficiários, mesmo nessa rede bem estruturada de organizações não existe uma cultura de avaliação da utilidade social pela perspectiva dos beneficiários, o que pode ser explicado a partir da compreensão de uma série de desafios para a realização da avaliação, por exemplo, demanda de recursos materiais, humanos e financeiros, além da restrição de tempo. Contudo, este estudo serve para apontar uma possível solução, que é a necessidade de conhecer as rotinas organizacionais, de modo a compreender como essas rotinas já existentes podem ser moldadas para possibilitar a inserção da avaliação na cultura da organização.

Palavras-chave: Utilidade Social; Desafios e Estímulos da Avaliação; Avaliação de organizações da sociedade civil; Cultura de avaliação.

Keywords: Social Utility; Evaluation Challenges and Incentives; Evaluation of Civil Society Organizations; Evaluation Culture.

1. INTRODUÇÃO

Os resultados que as organizações da sociedade civil buscam alcançar, no geral, podem ser tratados como promoção do bem estar social. Esses resultados, normalmente de alcance de médio a longo prazo, costumam ser tratados também como “impactos”, como podemos ver no trabalho de Cotta (1998), na publicação de Gertler et al. (2015), essa apoiada pelo Banco Mundial, ou mesmo num trabalho que também usa a expressão “avaliação de impacto” ao desenvolver estudo com organizações do “terceiro setor” (PIZA et al., 2018).

Neste estudo, optamos pelo termo “utilidade social” (GADREY, 2005; DUCLOS, 2007; FRAISSE, 2007; PITACAS, 2009; SILVA JR, 2016; MELO, 2018; SILVA, DE SOUZA e DA SILVA, 2018), pelo caráter multidimensional a que essa expressão remete, de modo a compreender objetivos de combate à pobreza, garantia de direitos, promoção da solidariedade e sociabilidade, entre outros objetivos pautados na coletividade e bem estar social.

Considerando que as práticas e a pesquisa sobre avaliação dessa utilidade social não são recentes, mesmo quando consideramos a avaliação voltada para organizações da sociedade civil, uma questão que intriga é: por que ainda percebemos que essa avaliação não faz parte da cultura organizacional da maioria dessas organizações? A resposta passa pelo entendimento sobre quais são os desafios que são colocados para o processo, além da compreensão dos elementos que estimulam ou impõem exigências em relação à avaliação. Um interessante olhar quanto a esses aspectos consta nos trabalhos desenvolvidos por Mitchel e Berlan (2016; 2018). No trabalho de 2018, eles argumentam que há uma série de pressões externas e internas que influenciam o processo avaliativo em organizações da sociedade civil. O desejo de entender melhor os processos e a busca por legitimidade perante terceiros são alguns elementos, respectivamente internos e externos, que estimulam as organizações a realizar avaliação. Enquanto isso, desafios técnicos e dificuldades com as medidas a serem adotadas são aspectos que dificultam a sua realização, conforme apontam Mitchell e Berlan (2016).

Ademais, Mitchell e Berlan (2016; 2018) argumentam que o tamanho da organização e o nível de remuneração e qualificação de seu pessoal influenciam positivamente a frequência e o rigor da avaliação, contribuindo para que haja uma cultura organizacional para avaliar. Algumas das organizações que foram consideradas neste estudo podem ser consideradas como de médio porte, considerando a estrutura física de algumas delas ou o número de colaboradores e associados de outras. Uma delas, por exemplo, reúne em torno de 100 empregados registrados. Ademais, foi verificado um alto nível de qualificação de grande parte da equipe das organizações estudadas. Além desses elementos, há o fato de que essas organizações foram criadas de forma articulada, em rede, num contexto de um programa integrado de desenvolvimento regional, fomentado por uma fundação privada, que por anos lhes destinou recursos materiais, humanos e financeiros, e ainda hoje apoia institucionalmente (mediando parcerias) uma parte dessas organizações. Nesse cenário, o que se espera é que nesse conjunto de organizações há, em tese, uma cultura de avaliação mais solidificada, onde há mais estímulos para a prática de avaliação e os desafios apresentados na literatura aparecem de forma diferenciada nas mesmas.

2. OBJETIVOS

A partir do exposto acima, o objetivo principal deste trabalho foi analisar a cultura de avaliação de uma rede de organizações que atua no território do Baixo Sul da Bahia. Além disso, buscamos verificar quais os desafios e os estímulos à avaliação que fazem parte do contexto dessas organizações, considerando sobretudo aqueles apontados por Mitchell e Berlan (2016; 2018).

3. METODOLOGIA

Este trabalho, com abordagem qualitativa, foi realizado a partir de entrevistas semiestruturadas em sete organizações (cinco associações e duas cooperativas) localizadas em quatro municípios do território do Baixo Sul da Bahia, sendo que tais organizações atuam, em rede, num programa de desenvolvimento integrado da região. Essas organizações têm, todas elas, pelo menos 15 anos de atuação, trabalhando especialmente com a formação educacional e técnica de jovens ligados à atividade rural em suas localidades. Nesse sentido, três dessas organizações atuam com a formação de ensino médio para jovens produtores rurais, adotando a metodologia da pedagogia da alternância (DE JESUS SANTOS, 2016). Além disso, uma dessas organizações trabalha com a assessoria na garantia de direitos aos cidadãos, além de formação quanto aos seus deveres; outra organização trabalha com processos relacionados com a conservação da terra, sem perder de vista as potencialidades produtivas ambientalmente responsáveis; e as cooperativas contribuem para melhorar as formas de comercialização dos produtos e potencializam a capacidade de obtenção de rendas por parte dos produtores locais.

As entrevistas foram realizadas entre agosto e outubro de 2019, com cinco gestores e cinco colaboradores dessas organizações. Grande parte desses entrevistados, especialmente os que ocupam os cargos de gestão, estão nas organizações há mais de dez anos, tendo transitado entre funções operacionais até chegar a posições diretivas. Esse aspecto nos faz tomar tais respondentes como fontes que conhecem bastante da realidade das organizações as quais estão vinculados.

Para realização das entrevistas, foi considerado um instrumento elaborado a partir dos trabalhos de Mitchell e Berlan (2016; 2018), em que, entre outros aspectos, buscou-se verificar o quanto a avaliação faz parte da cultura das organizações, quais são os desafios/obstáculos e quais os estímulos/motivações para o processo

avaliativo. As entrevistas foram transcritas e as questões relacionadas com esses aspectos foram analisadas de forma descritiva por meio da tabulação das respostas. Ademais, como as entrevistas foram realizadas no âmbito de um trabalho maior, de um projeto de Tese de Doutorado, outras questões não relacionadas diretamente com os objetivos deste trabalho também compunham o roteiro utilizado. Assim, recorreu-se à análise de conteúdo, por meio do software Nvivo®, de modo a identificar outros possíveis desafios/obstáculos e estímulos/motivações apontadas ao longo das entrevistas.

4. ANÁLISES E RESULTADOS

4.1 CONHECENDO A CULTURA DE AVALIAÇÃO

Para estudar avaliação num conjunto de organizações, é preciso inicialmente conhecer quais as práticas de avaliação existentes, a frequência e o rigor dessas práticas, quem são as partes interessadas nesse processo avaliativo quais os instrumentos utilizados, entre outros aspectos,. Ou seja, é preciso conhecer a cultura de avaliação existente. Nesse sentido, por meio dos procedimentos de campo já descritos na metodologia, pudemos chegar a algumas verificações, que apresentamos a seguir.

Nas entrevistas individuais, bem como por meio de alguns instrumentos, por diversas vezes verificamos um destaque à avaliação de aprendizagem. O relato de um beneficiário do Instituto Direito e Cidadania – IDC demonstra um dos processos desse tipo de avaliação:

(...) toda semana tinha um tema diferente, aí geralmente os temas se estendiam por duas semanas (...) Após aquilo, aí nós tínhamos um pequeno espaço, um diário de bordo, onde a gente ia relatar ali: ‘eu aprendi tal coisa e tal coisa, eu aprendi que esse tema ele só concluía, por fim a gente tinha uma autoavaliação do que nós aprendemos no nosso projeto.

Em outra organização, a CFR-PTN, a avaliação de aprendizagem também foi relatada pelo seu diretor executivo e por uma colaboradora responsável pela área educacional. Outro processo comum, percebido no IDC, foi o acompanhamento dos jovens para perceber quando algo de errado estava acontecendo com eles na sua vida pessoal, como relatado por uma das gestoras da organização. Nas outras duas Casas Familiares, a avaliação de aprendizagem também foi mencionada nas entrevistas.

Contudo, é preciso dizer que das sete organizações estudadas, quatro delas trabalham diretamente com a formação de jovens, e uma delas trabalha com capacitação e formação de produtores rurais, ou seja, também trabalham com aprendizagem. Com isso, é natural que nesses tipos de organização haja, constantemente, processo de avaliação dessa aprendizagem. Desse modo, o destaque a esse tipo de avaliação pelos sujeitos dessas organizações é compreensível e natural, visto que essas também são necessárias quando tratamos de instituições que trabalham com formação.

Ao longo das entrevistas individuais, outros relatos também apontaram para processos de avaliação quantitativa, voltados para eficácia no cumprimento de metas e para procedimentos de prestação de contas. Na metodologia proposta por Sowa, Selden e Sandfort (2004) também é observada a priorização dessa perspectiva. Quanto a esses aspectos, segundo o gestor de uma das cooperativas, “(...) do ponto de vista de números, está tudo direitinho”. Porém, esses dados quantitativos são insuficientes para demonstrar a utilidade social na vida dos beneficiários, como percebemos na fala de uma entrevistada da Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves: “(...) a gente encaminha todo um relatório de um quantitativo com o que foi realizado, as fo-

tos, tudo isso. Mas um relatório, uma avaliação mais precisa, trazendo mais dados, mais avaliação, algo mais compilado, eu penso que teria um respaldo maior”.

Quanto ao processo de prestação de contas, o responsável por essa área em uma das organizações e que é também um estudioso sobre avaliação em organizações da sociedade civil, informou que para a prestação de contas apenas para um investidor, em relação aos dados de um semestre apenas, foram produzidos em torno de mil e seiscentos arquivos, entre planilhas, arquivos em pdf, fotos de evidências, lista de presença etc. Ele afirma que a organização que ele atua tem internalizado na sua cultura, como um princípio, o processo de prestação de contas, o que é comum para essas organizações.

A confusão entre o que é prestação de contas e o que é avaliação de utilidade social em algumas entrevistas foi percebida, como se percebe em outra fala da colaboradora da CFR-PTN: “(...) os relatórios que a gente faz são resultantes da análise dos dados que a gente coleta, (são) os frutos desta avaliação que a gente faz. Então, não sei se esse relatório entra como instrumento de avaliação minimamente”. Percebe-se que a mencionada “avaliação”, trata-se apenas de um processo de prestação de contas. Quando perguntada se esses relatórios eram as prestações de contas sobre quantitativos de atendimentos, projetos etc., ela confirmou que eram esses dados junto com os relatórios financeiros.

Esses procedimentos de prestação de contas por meio de dados financeiros ou quantitativos, bem como a avaliação de aprendizagem, embora sejam importantes, não têm o mesmo significado e objetivo da avaliação de resultados ou de utilidade social, que aqui buscamos compreender. Nesse sentido, durante as entrevistas, procuramos sempre pontuar a natureza específica desse tipo de avaliação. Quanto a esse processo avaliativo, pelos relatos, conseguimos identificar indícios que apontavam para a sua realização e outros dados que denotavam o contrário.

Demonstrando a realização de avaliação de utilidade social (embora este termo não tenha sido usado pela entrevistada), encontramos uma iniciativa da OCT, que através de sua equipe adaptou um instrumento chamado Barômetro da Sustentabilidade, incluindo nesse instrumento alguns indicadores voltados para o contexto específico da atuação dessa organização. Segundo a responsável pelo desenvolvimento dessa ferramenta e de práticas de avaliação na organização, essa ferramenta ainda vem sendo amadurecida na organização, mas já possibilita analisar aspectos dos resultados das ações em relação aos aspectos de bem-estar humano e bem-estar ecológico, dentro das três dimensões (ambiental, social e econômica) consideradas por essa organização.

O IDC também apresentou alguns instrumentos que buscavam estruturar um procedimento de avaliação de utilidade social, aplicando-os para a construção do marco zero; durante o projeto, por meio de uma avaliação do primeiro semestre; e outro ao final do segundo semestre. Contudo, esses instrumentos, por hora, são utilizados em apenas um projeto da organização, que é realizado com jovens do município de Presidente Tancredo Neves.

Além dessas duas experiências, outro instrumento citado nas entrevistas foi o questionário PIP – Programa Integrado da Paisagem, que levanta uma série de dados das famílias e de suas propriedades rurais ao ingresso dos jovens nas casas. Segundo o gestor de uma das casas, a organização estava usando esse PIP para fazer um marco zero na época da entrevista e pretendiam a cada ano fazer novas avaliações com o uso desse mesmo instrumento. Contudo, embora esses sejam instrumentos que apresentam indicadores que podem ser utilizados para processos de avaliação de utilidade social, o que percebemos, das próprias falas dos entrevistados, inclusive dessas organizações que possuem tais instrumentos, é que essa avaliação de utilidade social ainda não pode ser considerada como uma rotina da organização.

Nesse sentido, convém analisar os dados da tabela 1, com questões que buscam verificar o quanto a avaliação faz parte da cultura das organizações analisadas. Essas questões foram as mesmas consideradas por Mitchell e Berlan (2018). Para melhor visualização, em cinza estão as opções que mais se destacaram nas respostas dos entrevistados. Percebeu-se, por exemplo, que em todas as organizações “Os recursos destinados à avaliação são menores do que para outras ações”, que quase a totalidade delas entende que, “Quando escolhas precisam ser feitas, outras prioridades prevalecem sobre a avaliação” e, quando perguntadas se “A avaliação é uma prioridade máxima”, a grande maioria afirmou que não.

Tabela 1 – Cultura de Avaliação nas Organizações do PDCIS

Cultura de avaliação	Sim	Não	Interme diário	NSR	NSA	Impreciso
Os recursos destinados à avaliação são menores do que para outras ações.	100%	0%	0%	0%	0%	0%
Entendemos a importância ética dos resultados de nossas ações.	100%	0%	0%	0%	0%	0%
A avaliação é uma prioridade máxima.	11%	89%	0%	0%	0%	0%
A avaliação não faz sentido para a organização.	0%	89%	0%	0%	0%	11%
Precisamos avaliar formalmente nossos programas.	100%	0%	0%	0%	0%	0%
Quando escolhas precisam ser feitas, outras prioridades prevalecem sobre a avaliação.	89%	0%	11%	0%	0%	0%
É natural que avaliemos os programas.	50%	38%	12%	0%	0%	0%
Sabemos que nossos programas são eficazes, e não precisamos de avaliações formais.	0%	88%	12%	0%	0%	0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Corroborando com esses indicativos de que a avaliação não é prioritária, uma das entrevistadas, da CFR-PTN, afirmou que: “Eu não enxergo que seja (prioritária), até mesmo porque (a organização) tem 17 anos e até então foi a Fundação que sentiu essa necessidade de trazer (a avaliação)”.

Algumas das questões acima estão relacionadas com o julgamento que os respondentes fazem sobre a importância da avaliação. Quando perguntados sobre se “A avaliação não faz sentido para a organização”, quase todos rechaçaram a tal afirmação. Quase a totalidade das respostas também indica que a organização precisa de avaliações formais, e todas foram positivas para “Precisamos avaliar formalmente nossos programas” e, nessa mesma direção, a maioria dos respondentes (88%) discordou que a eficácia observada dos programas torna desnecessária a avaliação. Nesse sentido, interessa a fala da gestora do IDC:

(...) mas, eu entendo esse processo de avaliação não pode ser deixada de lado, ela não pode ser dita (baseada apenas na fala de seus membros). Nossa, por mais que a gente entenda que nossas ações são intangíveis, a gente precisa estar vendo, pelo menos os indícios, os indicadores, ver nesses indicadores que apontam para a gente melhorar nossa forma.

Outros indícios de que a avaliação não faz parte da cultura dessas organizações foram apresentados através das entrevistas, em afirmações como: “(...) no ano passado a gente criou um questionário, para saber o que eles fazem hoje, de que maneira o projeto contribuiu, só que aí foi complicado essa questão de ter o contato com eles, mas a gente não perdeu de vista não (...)”, informa uma colaboradora da CFAF; “Então, a gente tem relatos disso, pontuais, não evidenciados mais... da observação, da conversa (...)” (colaboradora da OCT); “Nesse quesito assim, particularmente eu não consigo identificar formal, instrumento formal” (beneficiário egresso do IDC).

Das entrevistas, ao que nos pareceu, há certo consenso, pela forma natural como os entrevistados falam, de que a primeira avaliação mais formal e estruturada só ocorreu a partir da contratação de uma consultoria especializada em avaliação, o que só ocorreu entre 2017/2018. Para esclarecer em definitivo tal entendimento, nos grupos focais acrescentamos à pergunta sobre realização de avaliação o termo “habitualmente”, e houve consenso em ambos os grupos focais de que não existe habitualidade nesse processo, de modo que consideramos que, de fato, tais organizações não possuem uma cultura de avaliação dos resultados de médio e longo prazo, relacionados com a utilidade social.

4.2 POR QUE AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (NÃO) AVALIAM A UTILIDADE SOCIAL?

Nesta subseção, apresentamos elementos que permitem explicar melhor algumas possíveis justificativas para o cenário da avaliação que encontramos nas organizações do PDCIS. Contribuindo para que a avaliação não seja um hábito, apresentamos alguns dos desafios, ou obstáculos, que verificamos a partir da imersão que fizemos no campo. Também a partir deste processo de investigação, verificamos aspectos que estimulam as organizações a realizar a avaliação da utilidade social. Inicialmente apresentamos os desafios.

4.2.1 DESAFIOS DA AVALIAÇÃO DA UTILIDADE SOCIAL

Como verificamos a partir das entrevistas, há o entendimento de que a avaliação da utilidade social é necessária e importante, contudo não é vista como parte da cultura organizacional. Em função disso, é importante compreender quais são os elementos que contribuem para que a avaliação da utilidade social não faça parte da rotina dessas organizações. As respostas às questões elaboradas a partir do trabalho de Mitchell e Berlan (2016), permitem entender um pouco melhor esse aparente paradoxo, olhando para os possíveis desafios para a avaliação, segundo o observado em campo. Para facilitar a apresentação das respostas e as respectivas análises, estas estão separadas conforme os seguintes grupos: (i) desafios refutados (tabela 2); (ii) desafios confirmados (tabela 3); e (iii) desafios contraditórios (tabela 4).

Conforme pode ser verificado na tabela 2, para a maioria dos respondentes não existem dificuldades para “estabelecer quais os critérios a serem utilizados” (78%). Contudo, a resposta da gestora do IDC evidencia um entendimento contrário. Ela entende que, mesmo com as muitas tentativas da mantenedora em esclarecer o conceito de mensuração, para definir os indicadores e as métricas para a avaliação do PDCIS, inclusive com o apoio de consultorias externas, ela entende que esses critérios ainda são um obstáculo. No entanto, conforme verificamos nos grupos focais, as dificuldades de fato não estão em torno da definição dos critérios, mas sim quanto à análise dos dados relacionados com esses critérios de avaliação.

Não foi considerado desafio, para 89% dos respondentes, a possibilidade de os seus resultados não serem utilizados pela organização. Verificamos, por meio dos grupos focais, que os resultados das avaliações realizadas anteriormente são utilizados de fato nessas organizações. Segundo um representante da OCT, foram as fragilidades apontadas na última avaliação do projeto, realizada pela consultoria externa, que direciona-

ram ações no planejamento das organizações no sentido de desenvolver atividades de maneira mais integrada entre as instituições, que serviram de base para o planejamento das ações do ano seguinte e, segundo ele, não fosse o relatório da avaliação, talvez tais mudanças não tivessem ocorrido. Corroborando com essa constatação, o gestor de uma das casas, disse:

A avaliação 1.000 alunos nos deu uma perspectiva mais do nosso trabalho interno, por exemplo. Seja para aprimorar os processos de gestão, principalmente trouxe um olhar mais direto dos beneficiários diretos. Já a avaliação de impacto permitiu tirar diversas conclusões, mas da comunidade como um todo. Então, eu acho que essas duas avaliações têm essa particularidade, já que 1.000 alunos foi feita só com beneficiários e a avaliação de impacto tomou como base não só os beneficiários diretos, que são os jovens, mas a comunidade como um todo. Então, permitiu você ter uma noção mais ampla. E toda avaliação dessa magnitude interfere de alguma forma no seu processo, no seu dia a dia.

Também para a maioria, a possibilidade de revelar falhas da organização (78%) não representa um desafio à avaliação. Contudo, sobre esse aspecto, observamos sempre algum constrangimento na maioria dos respondentes quando essa questão era colocada. Nesse sentido, cabe o relato do colaborador de uma organização, de que talvez “esse processo ainda esteja sendo tranquilo porque os resultados, a maioria dos resultados foram positivos... Mas, quando chega no negativo, a gente percebe um mal-estar, um constrangimento de apresentar isso”. Esse comportamento é percebido em instituições do tipo, como verificamos na literatura que aponta que só os resultados positivos desvelados pela avaliação tendem a ser valorizados (FIS; IBOPE; IF; IPM, 2009; SILVA et al., 2014; MITCHELL; BERLAN, 2016).

Tabela 2 – Desafios refutados para a realização da avaliação

Desafios	Sim	Não	Interme diário	NSR	NSA	Impreciso
É difícil estabelecer quais os critérios a serem utilizados.	22%	78%	0%	0%	0%	0%
Os resultados da avaliação não são utilizados.	11%	89%	0%	0%	0%	0%
A avaliação pode revelar ao público as falhas da organização.	22%	78%	0%	0%	0%	0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Quanto aos elementos que representam desafios para os respondentes, um dos que foram apontados, conforme demonstrado na tabela 3, deriva do fato de que “É difícil estabelecer uma boa relação causa-efeito quanto às atividades que realizamos” (78%). Nesse aspecto, uma das gestoras relatou num grupo focal que, por vezes, mesmo existindo a compreensão dos resultados alcançados na transformação dos jovens atendidos, é difícil demonstrar como essa transformação é fruto do trabalho do projeto desenvolvido pela organização. Noutra fala, o gestor de uma das instituições de ensino, relatou como para alguns dos resultados pretendidos (ele cita o exemplo do reconhecimento da identidade do jovem) é difícil estabelecer uma boa relação causa-efeito, mas contemporiza que para outros indicadores, como renda ou autoestima, esse processo se torna mais fácil.

Foram apontadas como dificuldades também a demanda que a avaliação gera de recursos financeiros (67%); de recursos humanos e materiais (78%); e a falta de tempo suficiente para a realização da avaliação (67%).

Tabela 3 – Desafios confirmados para a realização da avaliação

Desafios	Sim	Não	Interme diário	NSR	NSA	Impre ciso
É difícil estabelecer uma boa relação causa-efeito quanto às atividades que realizamos.	78%	11%	11%	0%	0%	0%
Realizar a avaliação demanda muitos recursos humanos e materiais.	78%	22%	0%	0%	0%	0%
Falta tempo suficiente para a realização da avaliação.	67%	33%	0%	0%	0%	0%
Realizar a avaliação demanda muitos recursos financeiros.	67%	33%	0%	0%	0%	0%
Outros... “A gente não comunica quase nada”	11%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Embora a maioria tenha indicado esses aspectos como desafios, como algumas das falas nas entrevistas foram controversas, esses aspectos foram trabalhados com mais detalhes nos grupos focais¹. Algumas respostas indicam que a questão financeira é um dificultador pelo fato de a avaliação carecer da contratação de terceiros, pois a equipe está em grande parte do tempo focada na execução dos projetos, faltando tempo para outras atividades como a avaliação, o que também é apontado por Brandão, Silva e Palos (2005). Uma colaboradora do IDC entende que a avaliação é cara, pois depende de pessoas e, segundo ela, “(...) o que acontece muitas vezes é que essa equipe, ela fica muitas vezes afogada por realizar, e aí realizar as metas, realizar... realizar! Fazer as tarefas”. A resposta da responsável pela área educacional de uma das casas familiares corroborou esse entendimento.

Podemos dizer, então, que esses três aspectos (falta de tempo, de recursos humanos e de recursos financeiros) estão conectados. Mas, com base nas discussões com os grupos e nas análises dessas, percebemos que já existe por parte das organizações a destinação desses recursos e de tempo para realizar avaliação, como afirma a gestora de uma das casas familiares:

Eu acho o seguinte: que pra fazer uma avaliação de impacto precisa de instrumentos, de pessoas habilitadas, precisa de um planejamento, mas, por outro lado, nós temos uma equipe que pode ir à campo, que já está no engajamento desses acompanhamentos da unidade família e que pode dar suporte. Por um lado, sim, mas por outro nós já contribuimos.

(GRIFOS NOSSOS)

Então, de um modo geral, percebemos que há uma compreensão de alguns dos sujeitos de que a falta de tempo, a demanda de recursos financeiros, humanos e materiais são desafios, porém esses são minimizados pelo fato de que já investem esses recursos para as práticas de avaliação que adotam. Nesse sentido, é revelador um apontamento de uma das participantes, em um dos grupos focais, de que talvez não falem recursos, mas

¹ Para as questões em que foram percebidas contradições, recorreu-se às seguintes estratégias. Quanto à apresentação neste trabalho, optou-se por apresentar algumas das falas contraditórias e por fim, após análise das diversas fontes, apresentar nosso entendimento/parecer sobre a questão. Nesse sentido, as fontes consideradas em completo às entrevistas foram: (i) o grupo focal; (ii) a observação; (iii) a análise das outras questões respondidas sobre as práticas adotadas; e (iv) os documentos das avaliações já realizadas.

sim um pouco mais de compreensão sobre o que é necessário para realizar a avaliação, sobre como definir indicadores que considerem os resultados de médio e longo prazo etc.

Baseado nisso, no caso dessas instituições, há indicativos de que a dificuldade maior não seja recursos financeiros ou mesmo materiais e humanos. Falta então, ao que nos pareceu, melhor conhecimento sobre o como proceder para avaliar a utilidade social dessas organizações, pois isso permitirá direcionar esses recursos, que já são atualmente destinados para a avaliação de resultados, para uma melhor avaliação de utilidade social.

Sobre a destinação já existente de recursos, verificamos que para a realização da avaliação através da consultoria contratada, as organizações destinaram mais recursos financeiros, materiais e humanos, logo, também destinaram tempo para realização dessa avaliação. Como foi descrito por outra entrevistada da CFR-PTN, a consultoria externa selecionou aleatoriamente jovens egressos e casos-controle que não estavam nas agendas de visitas da organização, e com isso foi necessário destinar “(...) um educador para acompanhar a equipe (de avaliadores da consultoria externa) até a casa desses jovens. Então, houve um... (investimento)”. Em suma, a análise final quanto aos recursos materiais, financeiros, humanos e de tempo, nestas organizações, é que o desafio não está relacionado com o montante ou volume destinados para a avaliação, mas sim no que diz respeito à forma como tais recursos são utilizados nesse processo. São, portanto, desafios quanto a forma com que tais elementos são empregados.

Outras contradições foram apresentadas também para outras questões, conforme apresentado na tabela 4, sobre a dificuldade em encontrar softwares adequados; a falta de qualificação da equipe; a dificuldade em coletar dados; e sobre como a intangibilidade dos objetivos prejudica a análise. Assim, também tratamos dos mesmos nos grupos focais.

Das entrevistas, percebemos que apenas uma das organizações utilizou software de avaliação de utilidade social, que foi desenvolvido pela organização e que houve dificuldades para conseguir manter a atualização do mesmo, em função dos custos relacionados com esse processo. Como relata a colaboradora da OCT, que é responsável pela avaliação nessa organização: “(...) o recurso do projeto acabou e aplicativo é aquela coisa... o android atualiza pela menos quatro vezes no ano, a gente não tinha recurso para continuar atualizando o aplicativo”. Então, de algum modo, entendemos que nessas organizações há um desafio no que diz respeito à disponibilidade de softwares para avaliação, mesmo que seja uma limitação em função dos custos para obtenção e manutenção desses softwares.

Percebemos, a partir dos grupos focais, que a falta de qualificação se dá na parte de análise dos dados coletados nas avaliações, mas não na coleta, como respondeu um colaborador da OCT, que indicou fazer parcerias com outras instituições para realizar as análises dos dados coletados. Assim, percebemos que não existe dificuldade na coleta de dados, e sim na análise, e que para esse processo, sim, falta qualificação da equipe, o que também percebemos ocorrer em outros cenários, conforme apontado por outras pesquisas científicas, como em Brandão, Silva e Palos (2005).

Sobre como a intangibilidade dos objetivos das organizações dificultam a mensuração, para 56% dos respondentes, esse é um obstáculo, enquanto 22% disseram que não e outros 22% deram respostas imprecisas. Contudo, considerando a dificuldade apontada pelos respondentes para o estabelecimento de uma boa relação causa-efeito nos resultados mais qualitativos, concluímos que para alguns dos objetivos intangíveis a avaliação representa um desafio maior. A fala do colaborador da Coopalm vai nesse sentido: “Quando são questões assim que você vai avaliar mais do ponto de vista qualitativo, e que não é um relatório do sistema tão fácil, aí já começa a dificultar”.

Tabela 4 – Desafios contraditórios para a realização da avaliação

Desafios	Sim	Não	Interme diário	NSR	NSA	Impre ciso
Dificuldades na coleta dos dados necessários para a avaliação.	44%	56%	0%	0%	0%	0%
Falta qualificação da equipe para realizar a avaliação.	56%	44%	0%	0%	0%	0%
Os nossos objetivos são intangíveis, que são de difícil mensuração.	56%	22%	0%	0%	0%	22%
Não encontramos softwares adequados que nos auxiliem.	44%	33%	0%	11%	0%	11%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Portanto, diante das análises expostas, entendemos que são desafios para a realização de avaliação nessas organizações os seguintes elementos:

- i.* Falta qualificação para a síntese e análise dos dados coletados na avaliação;
- ii.* Alguns dos objetivos intangíveis são de difícil mensuração e, segundo os respondentes, há um desafio na dificuldade em estabelecer uma boa relação de causa-efeito;
- iii.* Ainda na visão desses respondentes, softwares para avaliação não são de conhecimento ou acessíveis para essas organizações;
- iv.* Embora haja limitações de recursos financeiros, materiais, humanos e de tempo, as organizações já destinam esses elementos para a avaliação de resultados, sendo um desafio então a melhor compreensão sobre como direcioná-los de forma mais adequada para a avaliação de utilidade social;

Esses dados confirmam, por exemplo, o que apontam, em ensaio teórico, os pesquisadores e consultores em avaliação Brandão, Silva e Palos (2005), de que são desafios para a avaliação as questões financeiras, o nível de qualificação dos atores envolvidos, a forma como os trabalhos são organizados e a necessidade de dedicar-se mais às áreas relacionadas com a execução das ações, o que contribui para a escassez de tempo. São resultados também apresentados por avaliadores, em pesquisa realizada pelo Instituto Fontes, em 2009, conforme apresentam Silva et al. (2014).

4.2.2 ESTÍMULOS DA AVALIAÇÃO DA UTILIDADE SOCIAL

Nesta seção, tratamos sobre os principais estímulos para que as organizações consideradas neste estudo realizem a avaliação. As questões são as apresentadas no estudo de Mitchell e Berlan (2016) e, da mesma forma que nos desafios, os resultados estão separados conforme os resultados das respostas.

Conforme demonstrado na tabela 5, não são considerados estímulos à avaliação, segundo os respondentes, a exigência de doadores esporádicos; a exigência de órgãos fiscalizadores nem o fato de que essa avaliação demonstra à sociedade as falhas da organização. Nesse último aspecto, uma entrevistada de uma das casas nos apontou que conhecer as falhas é importante para que a organização possa, internamente, resolvê-las, mas isso não significa dizer que a demonstração dessas falhas à sociedade seja um motivador da avaliação.

Essa constatação corrobora com o entendimento que já havíamos construído anteriormente, de que a possibilidade de ter as falhas reveladas ao público em geral representa, sim, um obstáculo à realização da avaliação da utilidade social dessas organizações. Os resultados do trabalho de Mitchell e Berlan (2016) também vão nesse sentido.

Tabela 5 – Estímulos refutados para a realização da avaliação

Estímulos	Sim	Não	Intermediário	NSR	NSA	Impreciso
Demonstra à sociedade as nossas falhas.	38%	63%	0%	0%	0%	0%
Exigência de órgãos fiscalizadores.	0%	100%	0%	0%	0%	0%
É uma exigência dos doadores esporádicos.	0%	89%	0%	0%	11%	0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Na tabela 6, apresentamos o que os respondentes apontaram como principais motivações para a realização da avaliação. Assim, todos os respondentes apontaram que ela “ajuda a entender o que funciona e o que não funciona em nossas ações”; e “Se um programa não estiver funcionando, a avaliação relata claramente seu fracasso”. Corroboram com essas respostas, os relatos obtidos nas entrevistas e mesmo nos grupos focais, a exemplo da fala do gestor da CFR-I de que as avaliações contribuem para verificar que o projeto está cumprindo com seus objetivos, e por isso a necessidade também de fazer a avaliação com maior frequência. Mais contributiva ainda é a fala de um egresso da CFAF e, portanto, beneficiário direto das ações dessa organização:

(...) o objetivo das casas é manter o jovem no campo e com qualidade de vida. Então, como é que a casa vai estar aplicando um projeto dessa imensidão sem ter a certeza de que realmente tá tendo o impacto que foi planejado? Então, essa avaliação tem que ser feita, ela é obrigatória, e através

dela também que vai saber se está tendo alguma deficiência, algum problema que, além do que é disponibilizado para o jovem ficar no campo, se ainda falta alguma coisa a mais pra fixar mesmo ele no campo, porque alguns ficam na casa, é beneficiado mas mesmo assim vai embora. Então com essa avaliação é possível saber isso né, o que é que falta pra ter um impacto 100%, para o jovem permanecer na sua comunidade, pra fortalecer a cultura e realmente contribuir com o objetivo da instituição.

As respostas sintetizadas na tabela 6 também evidenciam que são estímulos para a realização de avaliação o fato de que ela demonstra para os beneficiários como as organizações estão contribuindo nas suas vidas (89%); “Contribui para a obtenção dos recursos financeiros necessários para os projetos” (100%); “Serve como meio de prestar contas dos recursos empregados” (100%); e “É importante como estratégia de comunicação com os interessados na atuação da organização” (89%). Foi o que também percebemos ser evidenciado de uma colaboradora do IDC, que é responsável por um projeto na instituição:

Porque, assim, se a gente consegue mensurar impacto e mostrar o impacto da nossa ação, até para a instituição vender o produto e apresentar isso para outro parceiro, e ter, claro que o meio, dando um retorno para a comunidade sobre o que a gente faz... acho que isso é o primeiro ponto. E segundo é conquistar novos parceiros para financiar uma futura ação e beneficiar mais pessoas.

Tabela 6 – Estímulos **confirmados** para a realização da avaliação

Estímulos	Sim	Não	Interme diário	NSR	NSA	Impreciso
Nos ajuda a entender o que funciona e o que não funciona em nossas ações.	100%	0%	0%	0%	0%	0%
Demonstra aos beneficiários como estamos contribuindo nas suas vidas.	89%	11%	0%	0%	0%	0%
Contribui para a obtenção dos recursos financeiros necessários para os projetos.	100%	0%	0%	0%	0%	0%
Se um programa não estiver funcionando, a avaliação relata claramente seu fracasso.	100%	0%	0%	0%	0%	0%
Serve como meio de prestar contas dos recursos empregados.	100%	0%	0%	0%	0%	0%
É importante como estratégia de comunicação com os interessados na atuação da organização.	89%	11%	0%	0%	0%	0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Na tabela 7, há também questões para quais as respostas objetivas não são conclusivas por si só, como a questão sobre “se a avaliação faz parte da cultura da organização”. Analisando o conteúdo das entrevistas, nas respostas mais qualitativas, percebemos que as respostas de que a avaliação fazia parte da cultura organizacional, na verdade, tratava-se da avaliação de resultados em termos de processos, como foi percebido na resposta dada por uma entrevistada de uma das organizações, no grupo focal, ou da fala de um entrevistado da CFR-PTN:

Sim. A cultura a nível interno, a cultura a nível interno de retorno, isso faz parte da cultura da organização de avaliar internamente a instituição. Em relação à parte do programa, foi algo novo que foi feito e não sei se isso vai ter, ou talvez com o apoio do próprio índice, de que isso vai acontecer e quanto tempo que tem de ser repetido. A gente chegar e fazer uma análise nesse sentido.

A própria resposta, mesmo tendo sido iniciada com um “Sim”, denota na sua sequência que a avaliação, da forma como aqui estudamos, não pode ser considerada como rotina dessa organização, visto que nem o próprio gestor sabe dizer se a última que houve (contratada pela mantenedora do programa) voltará a ser repetida, nem quando voltará. Auxilia-nos na conclusão de que a cultura organizacional não é um motivador para a avaliação de utilidade social nessas organizações, a própria análise que já fizemos das respostas apresentadas na tabela 1, na seção em que tratamos dos indicativos sobre a cultura de avaliação (não) existente nessas organizações.

Quanto ao fato de a exigência de investidores ser um elemento motivador da realização da avaliação, com a análise de conteúdo das entrevistas, das narrativas dos respondentes, percebemos que os investidores não exigem, mas de algum modo as organizações se sentem estimuladas a fazer para apresentar, o que se afina com alguns dos estímulos que vimos acima (“Contribui para a obtenção dos recursos financeiros necessários para os projetos”; “Serve como meio de prestar contas dos recursos empregados”; e “É importante como estratégia de comunicação com os interessados na atuação da organização”).

Mas, de todo modo, o que foi percebido também é que esses investidores, em geral, exigem outros tipos de relatórios, voltados mais à prestação de contas financeira e à apresentação de dados quantitativos, e não avaliação

de utilidade social, na forma que estamos tratando. Percebemos isso, por exemplo, na fala de uma colaboradora da CFR- PTN:

(...) a gente fica muito mais preso às exigências, podemos assim dizer, desses parceiros, né?! O que eles pedem de avaliação e não tem essa maturidade, esse olhar para a instituição de modo geral, justamente com esse propósito de apresentar, de mostrar esse resultado principalmente para a comunidade a qual a gente atende.

Essa influência de investidores, de modo a fazer com que as organizações considerem como procedimentos de avaliação os elementos quantitativos e financeiros exigidos pelos mesmos, é também indicada na literatura, a exemplo dos trabalhos de Mitchell e Berlan (2016; 2018).

Tabela 7 – Estímulos **contraditórios** para a realização da avaliação

Estímulos	Sim	Não	Interme diário	NSR	NSA	Impreciso
Faz parte de nossa cultura organizacional.	56%	44%	0%	0%	0%	0%
É uma exigência dos investidores.	44%	56%	0%	0%	0%	0%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A partir dos resultados expostos acima, consideramos que são estímulos para a realização de avaliação nas organizações aqui estudadas os seguintes elementos:

- i.* A avaliação ajuda a entender o que funciona e o que não funciona nas ações, relatando claramente o fracasso;
- ii.* Ela demonstra aos beneficiários como a organização contribui nas suas vidas;
- iii.* Contribui para a obtenção dos recursos financeiros necessários para os projetos;
- iv.* Serve como meio de prestar contas dos recursos empregados;
- v.* É importante como estratégia de comunicação;
- vi.* E, embora a avaliação dos resultados de médio e longo prazo não seja uma exigência de investidores, as organizações se sentem estimuladas a fazer avaliação em busca de elementos para demonstrar a esses investidores outros resultados da atuação delas.

Podemos dividir esses estímulos em dois tipos: (i) estímulos relacionados a aspectos internos, de gestão interna para melhoria das práticas (CHIANCA, 2001; FIS; IBOPE; IF; IPM, 2009); e (ii) estímulos relacionados com a legitimação da organização frente à sociedade e, principalmente, a investidores parceiros, como argumentam Silva et al. (2014) e Maurer (2016). Os maiores estímulos estão relacionados com aspectos que melhoram a imagem da organização perante aos seus beneficiários e investidores, bem como quanto ao potencial que a avaliação tem para fornecer informações para que a organização melhore suas práticas. No primeiro aspecto, cabe dizer que essas respostas corroboram o que afirmam Mitchell e Berlan (2018), de que a avaliação permite que as organizações demonstrem aos investidores a importância de receberem mais recursos e demonstram também à sociedade o potencial da organização para gerar benefícios sociais.

Um aspecto que tratamos como o quinto mito da avaliação, apresentado no referencial teórico (subseção 2.2.2) e que demonstramos a ressonância no campo na subseção 5.1 das análises, é o de que a avaliação só é vista como mais interessante, ao ponto de ser amplamente divulgada, quando ou em relação aos aspectos positivos desvelados por ela. Nesse sentido, poucos concordaram que a demonstração das falhas à sociedade os motive a avaliar, o que revela que a maioria dos respondentes não compreende que a própria demonstração de conhecimento sobre os próprios erros (ou pontos de melhorias), pode ser utilizada como algo positivo para as partes interessadas na organização. Afirmamos isso considerando algumas das contribuições que a avaliação permite, por exemplo, o fato de ela funcionar como um processo de aprendizagem, que gera melhorias, corrige rumos e evita desperdícios de recursos (BRANDÃO; SILVA; PALOS, 2005; COELHO; Lopes, 2009; FAJARDO; ALONSO, 2019; MINAYO, 2005). No contexto de escassez de recursos (CHIANCA, 2001), demonstrar que conhece a investidores e à sociedade que conhece suas falhas, é também um meio de demonstrar que a organização é capaz de corrigir rumos e preservar esses recursos escassos.

Seria, assim, uma demonstração de que, ao conhecer tais erros através de uma avaliação bem realizada, a organização estará mais bem preparada para seguir, os corrigindo inclusive. Porém, segundo um dos colaboradores de uma das casas, os resultados da avaliação estão sendo demonstrados com maior tranquilidade para a sociedade porque, na visão dele, a maioria desses resultados foi positiva. Porém, para esse mesmo entrevistado, “quando chega no negativo, a gente percebe um mal-estar, um constrangimento de apresentar isso”.

Por fim, embora as organizações tenham indicado a importância da avaliação, essa prática ainda não faz parte da cultura da organização, de forma sistematizada, estruturada e rotineira, o que é confirmado pelo relato do gestor de uma das casas, de que a avaliação é realizada rotineiramente apenas para os processos internos. Ajuda a explicar esse contexto alguns dos desafios/obstáculos da avaliação que os respondentes apontaram, principalmente, aqueles relacionados com as restrições de recursos humanos, materiais, financeiro e de tempo, que são também alguns dos principais desafios apontados pelas organizações estudadas por Mitchell e Berlan (2016). Quanto a esses desafios, um diagnóstico aprofundado das práticas dessas organizações, especialmente daquelas práticas que elas já adotam no que diz respeito à avaliação, permite demonstrar como é possível mitigar esses desafios.

Nas análises feitas nesta seção, apresentamos os resultados observados no que diz respeito à cultura de avaliação, aos desafios e aos estímulos para esse processo, ou seja, conhecemos assim o cenário da realização da avaliação, identificando inclusive alguns dos interessados na avaliação bem como alguns dos objetivos do uso da avaliação por essas organizações. Adiante, considerando esses elementos, passamos a apresentar como a avaliação ocorreu ou ocorre nessas organizações. Além disso, apresentamos como os sujeitos e beneficiários dessas organizações, envolvidos nesta pesquisa, compreendem que a avaliação deve ser organizada, a partir de uma metodologia que, junto com eles, foi co-construída.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma contribuição desta pesquisa é desvelar que mesmo em organizações bastante estruturadas em termos de recursos humanos, materiais e financeiros, que estabelecem parcerias com importantes investidores públicos e privados, como é o caso das organizações aqui estudadas, mesmo nelas, não existe uma cultura de avaliação da utilidade social. Verificamos que existem alguns estímulos para que a avaliação aconteça, relacionados sobretudo com a busca da compreensão e melhoria dos processos e intervenções e com legitimação das organizações junto a investidores e sociedade em geral.

No geral, os maiores estímulos estão relacionados com aspectos que melhoram a imagem da organização perante aos seus beneficiários e investidores, bem como quanto ao potencial que a avaliação tem para fornecer informações para que a organização melhore suas práticas. No primeiro aspecto, cabe dizer que essas respostas corroboram o que afirmam Mitchell e Berlan (2018), de que a avaliação permite que as organizações demonstrem aos investidores a importância de receberem mais recursos e demonstram também à sociedade o potencial da organização para gerar benefícios sociais.

Contudo, o fato de que poucos concordaram que a demonstração das falhas à sociedade os motive a avaliar, revela que a maioria dos respondentes não compreende que a própria demonstração de conhecimento sobre os próprios erros (ou pontos de melhorias), pode ser utilizada como algo positivo para as partes interessadas na organização, uma demonstração de que, ao conhecer tais erros através de uma avaliação bem realizada, a organização estará mais bem preparada para seguir, os corrigindo inclusive. Segundo um dos colaboradores da organização, "... esse processo (de apresentar os resultados da avaliação para a sociedade) ainda esteja sendo tranquilo porque os resultados, a maioria dos resultados foram positivos...". Porém, para esse mesmo entrevistado, "quando chega no negativo, a gente percebe um mal-estar, um constrangimento de apresentar isso".

Em suma, embora percebamos alguns estímulos e tenhamos verificado algumas práticas e avanços, nessas organizações a avaliação ainda não é realizada de forma habitual. O que pode explicar esse cenário é alguns dos desafios que encontramos no campo, segundo a opinião dos membros das organizações, a exemplo da falta qualificação para a síntese e análise dos dados coletados na avaliação; a dificuldade em mensurar os resultados de alguns dos objetivos com boa relação de causalidade; as dificuldades com softwares para a avaliação; e, por fim, a melhor compreensão sobre como direcionar os recursos financeiros, humanos, materiais e de tempo que já são destinados à avaliação de alguns resultados, para uma avaliação multidimensional da utilidade social. Os desafios relacionados com as restrições de recursos humanos, materiais, financeiro e de tempo, são também alguns dos principais desafios apontados pelas organizações estudadas por Mitchell e Berlan (2016). Quanto a esses desafios, um diagnóstico aprofundado das práticas dessas organizações, especialmente daquelas práticas que elas já adotam no que diz respeito à avaliação, contribui para a identificação de possibilidade para mitigar esses desafios, o que é um aspecto importante a ser considerado em outros estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COTTA, Tereza Cristina. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. 1998.

DE JESUS SANTOS, Claudineia et al. Educação no Campo: A Pedagogia da Alternância na Casa de Família Rural de Tancredo Neves-Bahia. Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v. 5, n. 3, 2016.

DUCLOS, H. Évaluer l'utilité sociale de son activité: conduire une démarche d'auto-évaluation. Paris: Édition Baton Rouge/Polyprint Édition, Collection Les Cahiers de Avise, 2007.

FRAISSE, Laurent. Utilité sociale et associations : les enjeux de l'évaluation. In: BOUQUET, Brigitte; JAEGER, Marcel; SAINSAULIEU, Ivan. Les défis de l'évaluation en action sociale et médicosociale. Paris: Éditions Dunod, 2007. p.42-57.

GADREY, J. Utilité sociale. In: CATTANI, A.; LAVILLE, Jean-Louis (Org.). Dictionnaire de l'autre économie. Paris: Desclée de Brouwer, 2005.

GERTLER, Paul J. et al. Avaliação de impacto na prática. World Bank Publications, 2015.

MELO, Teresa Júlia de Araújo. Utilidade social em empreendimentos da economia solidária: o caso das mulheres do artesanato (Natal/RN). 2018. 83f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

MITCHEL, G. E.; BERLAN, D. Evaluation and Evaluative Rigor in the Nonprofit Sector. *Nonprofit Management & Leadership*, v. 27, n. 2, 2016.; Evaluation in Nonprofit Organizations: An Empirical Analysis. *Public Performance & Management Review*, v. 41, n. 2, p. 415-437, 2018.

PITACAS, J. A. P. Utilidade social e eficiência no mutualismo. Dissertação de Mestrado em Economia e Política Social. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão: Universidade Técnica de Lisboa, 2009.

PIZA, Caio et al. Experiências de avaliação de impacto no terceiro setor. *Revista Estudos de Planejamento*, n. 10, 2018.

SILVA, Denys Daniel; DE SOUZA, Washington Jose; DA SILVA, Suzana Melissa Moura Mafra. Mapeando elementos e aplicações de gestão social e economia solidária em comunidades de prática e utilidade social: uma revisão sistemática em artigos indexados no Portal de Periódicos Capes e Google Acadêmico. *NAU Social*, v. 9, n. 16, 2018.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. Gestão Social das Finanças Solidárias: a Utilidade Social na Centralidade da Avaliação dos Bancos Comunitários Brasileiros. 2015. 298f.

Tese (Doutorado) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.



DISSEMINAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E
DUAS DIFERENTES REALIDADES ENFRENTADAS
POR INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE
COOPERATIVAS POPULARES

*THE SOLIDARITY ECONOMY DISSEMINATION
AND TWO DIFFERENTS REALITIES FACED BY
TECHNOLOGICAL INCUBATORS OF POPULAR
COOPERATIVES*

Sabrina Stefany Coelho Fávero – Universidade Federal de Lavras Igor Joanes
França Silva – Universidade Federal de Lavras



RESUMO

A disseminação da economia solidária é compreendida de diferentes formas em concordância com o meio em que se situa. Em exploração do tema, percebe-se que as distintas realidades postas às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP'S) buscam diferentes ações e métodos para que o alcance da economia solidária seja potência dentro de níveis organizacionais satisfatórios. Diante do cenário apresentado que foi desperto o anseio de entender de maneira mais profunda essas diferenças e sobretudo aprender diferentes ferramentas de difusão da economia solidária com outros estagiários de Incubadoras Populares. Dessa maneira o presente texto tem objetivo de discorrer sobre um intercâmbio entre as ITCP's da Universidade Federal de Lavras e Universidade Federal de Ouro Preto, campus João Monlevade, com ênfase na disseminação da economia solidária, como a população é beneficiada através dos trabalhos realizados pela incubadora e as metodologias utilizadas em cada universidade.

Palavras-chave: Economia Solidária; Incubadora Tecnológica Cooperativas Populares; Intercâmbio; Gestão Social

ABSTRACT

The solidarity economy dissemination is understood in different ways based on the environment in which it is located. Exploring the theme, it becomes clear that the different realities imposed to the Technological Incubators of Popular Cooperatives (ITCP's) demands different actions and methods, so the reach of the solidarity economy achieves the power within satisfactory organizational levels. According to the context presented, the urge to understand these differences in a deeper way and, above all, to learn different tools for disseminate the solidarity economy with other interns of Popular Incubators, was aroused. Thus, this text aims to discuss an exchange between the ITCP's from the Federal University of Lavras and those from Federal University of Ouro Preto, João Monlevade campus, with an emphasis on: the dissemination of the solidarity economy, how the population is benefited through the works carried out by the incubator and the methodologies used at each university.

Key-words: Solidarity Economy. Technological Incubators of Popular Cooperatives Exchange. Social Management.

1. INTRODUÇÃO

ORIGEM DA ECONOMIA SOLIDÁRIA:

Para entendermos melhor o que é economia solidária temos que fazer uma breve análise sobre as principais obras do autor Paul Singer, que foi um dos maiores estudiosos dessa temática. Uma das obras mais conhecidas no tema é a Introdução a Economia Solidária, publicada em 2002 pela editora Fundação Perseu. Neste livro, em síntese, Singer faz uma crítica a competição econômica causada pelo capitalismo, e discute seus efeitos sociais. Afirmando que a apologia da competição chama a atenção apenas para os vencedores, e conseqüentemente os perdedores fica na penumbra. Para Singer, na economia capitalista, os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens diante das competições futuras, resultado de suas vitórias e derrotas durante suas tomadas de decisões.

O que para ele demonstra como o capitalismo produz uma crescente desigualdade, a verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores. Enquanto os primeiros acumulam capital, galgam posições e avançam nas carreiras, os últimos acumulam dívidas pelas quais devem pagar juros cada vez maiores, são despedidos ou ficam desempregados até que se tornam inempregáveis, o que significa que as derrotas os marcaram tanto que ninguém mais quer empregá-los.

“A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda”. (SINGER, 2002, pág. 10).

Singer também analisa que uma das principais diferenças entre a economia capitalista e a economia solidária é a forma como é gerida cada tipo de organização. Na economia capitalista é comum vermos a centralização das tomadas de decisões, definida com níveis hierárquicos e quanto mais baixo o trabalhador está na pirâmide, menor é seu conhecimento acerca dos trabalhos desenvolvidos, não por acaso. Para atingir o seu objetivo, a heterogestão tem que produzir no ambiente de trabalho o máximo de cooperação entre os empregados, agrupados em seções e departamentos, sempre à procura de novas fórmulas que lhe permitam extrair o máximo de trabalho e eficiência do pessoal empregado.

Já uma organização solidária é gerida de forma democrática, ou seja, pratica a autogestão. As decisões são tomadas em assembleias, que ocorrem de acordo com o estabelecido pela organização. Quando são organizações muito grandes assembleias-gerais são mais raras, devido a dificuldade de organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas. Portanto, todos os membros dessa organização, também chamados de sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos. Contudo, para que a autogestão se realize, é imprescindível que todos os sócios se informem do que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis para a resolução de cada problema, a fim de não centralizar as tomadas de decisões.

Apesar de discutida em 2002 por Paul Singer, é sabido que a economia solidária chegou ao Brasil no final do século XX, em resposta a crise de 1981/83, em virtude da má gestão de dinheiro angariado no exterior, e por consequência, fomentou a paralisação do crescimento econômico brasileiro por uma década inteira, também conhecida como década perdida. Porém, vale salientar que a houve alguns gatilhos para essa crise da década de 80, a crise do petróleo, que ocorreu anos antes, 1973, bem como a ressecção experimentada pelo Estados Unidos da América em 1929, que apesar de ter se passado alguns anos, ainda deixava rastros na economia ocidental.

Com todo impacto dessas crises acontecendo, as empresas foram ao colapso. Os patrões que restaram, por vez, pensam em maneiras pretensiosas de aproveitarem a fragilidade do mercado e da legislação para não perderem seus postos. O sindicato como representante dos trabalhadores, intervém com a proposta dos trabalhadores se unirem, a fim de prosperarem e salvar a economia o que posteriormente se tornaria uma associação e por fim cooperativa. Porém, era um assunto muito recente para a época e ainda sensível nos dias de hoje, demonstrar para os trabalhadores que todos seriam donos por igual, todos teriam direito a voto, e solidariamente iriam renascer um empreendimento que foi sucateado pela economia capitalista tradicional. Por mais que eles se juntassem, trabalhassem em grupo, exercem força de trabalho, havia inúmeras questões que deveriam ser enfrentadas, como: comercialização, burocracia, orçamento, financeiro, entre outros

que para a maioria era novidade, se por um lado, as relações associadas a solidariedade, trabalho em grupo, desenvolvimento da produção eram fundamentais, por outro lado se mostram ineficientes. Havia a necessidade de angariar recursos intelectuais, pessoal com expertise na área e que compartilham de valores sociais que pudessem criar espaços de discussão, debate e que trouxesse conhecimento ao grupo, diante disso falaremos um pouco sobre a formulação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). Não exclusiva, porém muito importante as ITCPs são compreendidas neste contexto como organizações de extensão que possuem conhecimentos acadêmicos e mesclam eles com a vivência do dia a dia da comunidade incubada a fim de construir laços entre as sociedades e as Instituições de Ensino Superior (IES) e aumentar essas interações proporcionam uma maior disseminação de conhecimento na comunidade além de lutar contra a desigualdade social. A primeira ITCP, surgiu no Rio de Janeiro, em meados dos anos 90 com fortes movimentos contra a fome e a miséria, o que inspirou docentes e discentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com o objetivo de estreitar os laços entre as IES e as comunidades carentes interessadas em outras formas de conseguir recursos, dessa vez se unindo em cooperativas e associações populares.

Atualmente, economia solidária é vista de maneira versátil e também uma alternativa real ao desemprego concreto na sociedade. A partir desse aspecto mencionado e compreensão da questão histórica que a cerca, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Lavras (INCUBACOOP/UFLA), foi criada com o objetivo de assessorar a constituição e funcionamento de cooperativas populares com vista ao desenvolvimento do município de Lavras e da região, no intuito de gerar trabalho e renda, conjugando pessoas, recursos financeiros e materiais da Universidade Federal de Lavras (UFLA) no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão universitária. E no intuito de adquirir novos conhecimentos sobre a temática estudada e vivenciada, no mês outubro de 2019 a INCUBACOOP/UFLA realizou na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Ouro Preto com sede em João Monlevade (INCOP/UFOP/JM), um intercâmbio com o propósito de acompanhar durante 3 (três) dias os processos organizacionais correntes e reconhecidos na ITCP, como alvo, aperfeiçoar as práticas realizadas e em uma troca de experiência demonstrar as utilizadas hoje na INCUBACOOP/UFLA. Por fim e mais importante, buscamos entender como a sociedade está sendo beneficiada com a atuação das ITCP's e como o ideal da economia solidária está sendo difundido em outras realidades.

2. OBJETIVOS

Desta maneira, o presente estudo objetivou comparar a popularização da Economia Solidária entre as Incubadoras Tecnológicas Cooperativas Populares (ITCP's) das Universidades Federais de Lavras/MG e Ouro Preto/MG, campus João Monlevade/MG e diante desta comparação analisar e demonstrar a eficiência das metodologias utilizadas em cada uma das Universidades.

3. METODOLOGIA

O relato de experiência é classificado quanto ao seu embasamento como, teórico-prático devido a utilização dos materiais guias usados pelas Incubadoras e suas implicações práticas na realidade de cada uma e as experiências vivenciadas durante um intercâmbio realizado entre as duas ITCP's. Além da busca por outros materiais bases sobre a economia solidária.

A interação entre as duas ITCP's, INCUBACOOP/UFLA e INCOP/UFOP, ocorreu entre os dias 29 e 31 do mês de outubro de 2019 na cidade de João Monlevade/MG, no Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas (ICEA).

Integraram a equipe dois estudantes do curso de graduação de administração pública da UFLA e alunos graduandos dos cursos de engenharia de computação, engenharia de produção, engenharia elétrica e sistemas de informação da UFOP, além de contar com docentes e técnicos engajados no tema economia popular. O cronograma das atividades a serem realizadas no período mencionado foi elaborado pela INCOP/UFOP e objetivou: 1- apresentação da incubadora local, 2- apresentação dos empreendimentos incubados, 3- debater sobre as temáticas metodológicas utilizadas em cada ITCP, 4- aprofundamento na discussão do tema economia solidária, 5- trocas de experiências.

Durante o mês de novembro, foram ainda elaboradas quatro perguntas, que ao final do mês inscrito integraram um questionário virtual que foi aplicado aos membros da INCOP/UFOP a fim de recolher informações acerca da dissipação da economia solidária e as principais vertentes trabalhadas junto aos empreendimentos. As questões tinham como objetivo estabelecer uma conexão nas formas de interações entre os empreendimentos e a sociedade civil e de que maneira essa na perspectiva da INCOP/UFOP compreende que é beneficiada atualmente de acordo com os princípios estabelecidos pela economia solidária. Conforme Montero, Alves e Miranda (2019), as trocas de experiências relacionadas aos princípios da economia solidária se dão por muitas vezes, por meio da demanda constante de desenvolvimento de atividades rotineiras pertencentes à sociedade civil, fortalecendo assim, a gestão do conhecimento e popularização da economia solidária. Essas informações apresentam características socioeconômicas de diferentes realidades dos empreendimentos de economia popular deste município o que complementa esta experiência como teórico empírica.

Com base nas distintas maneiras de difusão da economia solidária nos municípios de Lavras/MG e João Monlevade/MG, foi investigado de forma abrangente e profunda as condições que viabilizam a implementação desta prática econômica nos diferentes municípios, o que caracteriza este estudo como qualitativo.

4. ANÁLISE

A partir do princípio de economia solidária definida por Laville (2006) e França Filho (2002), que se mostra como alternativa ao mercado capitalista com uma soma de ações podendo essas ser econômicas ou não, a fim de trabalhar com a democratização da economia, cooperação e articulação de várias esferas, como exemplo da política, social, econômica e sustentável.

Segundo o até então existente, Ministério do trabalho, em 2018 no Brasil existiam 20 mil empreendimentos de base na economia solidária. Dados mais antigos, de um mapeamento realizado de 2005 a 2007 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, apontam que aproximadamente, com chances reais de ser ainda um número maior, 1 (um) milhão e setecentos mil trabalhadores estão envolvidos em 22 (vinte e dois) mil empreendimentos Econômicos Solidários. Inserida num ambiente em que o conceito de trabalho e as ações a ele relacionadas sofrem constantes transformações, a economia solidária ainda é vista como alternativa ao capitalismo.

Além de dados nacionais, para compreender melhor o cenário atual que alcança as cidades estudadas neste estudo, faz-se necessário entender melhor como está estruturada a realidade dessa região. O sudeste brasileiro, segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária realizado pelo Conselho Nacional de Economia Solidária hospedava cerca de 16 de todos os empreendimentos de economia solidária do Brasil no período de 2010 a 2013. O que deu origem ao Sies, Sistema de Informações em Economia Solidária, que por definição de Giager e Kuyven (2019) é “base para estudos e instrumento para o planejamento das políticas públicas, a partir do reconhecimento e dimensionamento de uma realidade até então não percebida pelos levantamentos

oficiais no Brasil.” Ademais, após esse estudo nacional foram criadas políticas públicas específicas e direcionadas para cada regional e nacionais uma vez que foi traçado perfil da economia solidária no país naquele período de tempo. Já em 2016, o IPEA - Instituto de Pesquisa Estatística Aplicada realizou um novo mapeamento e constatou que o sudeste abriga cerca de 16% de todos os empreendimentos de economia solidária do Brasil (EES) número que chama atenção pela notável expressão de novos EES registrados na região, 2.217, número superior a empreendimentos revisitados, que chegam a margem de 1.011 empreendimentos, variados entre grupos informais, cooperativas e associações.

Nesse processo, as ITCPs configuram peças importantes na disseminação da economia solidária (ES), pois viabilizam as ações e práticas desse processo econômico, além de que comunicam com a sociedade de maneira educacional dialógica. Para explanar, sem contanto aprofundar no tema, podemos caracterizar de maneira geral as ITCPs como, atuantes externos e internos da economia solidária, por se organizarem no núcleo segundo as diretrizes da ES e incentivarem a normatização dessas diretrizes em todos empreendimentos de economia solidária incubados, são parte fundamental no processo de assessoramento de constituição de novas cooperativas e associações, acompanhamento de grupos adeptos a ES, agregando ainda o fato de serem contribuintes de geração de renda e trabalho e atuantes na formação dos estudantes estagiários, por meio da vinculação do ensino, da pesquisa e da extensão. Em suma, trabalham como facilitadoras do desenvolvimento da economia solidária e contribuem para o fortalecimento e organização dos empreendimentos populares.

Para o Estatuto de Rede de ITCPs, Art. 2º apud Guerra (2008):

“As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares são agentes de um processo educativo para a cooperação e a autogestão, constituindo-se como projetos, programas ou órgãos das Universidades com a finalidade de dar suporte à formação e ao desenvolvimento de Cooperativas Populares e da Economia Solidária. As incubadoras buscam articular multidisciplinarmente áreas de conhecimento de universidades brasileiras com grupos populares no intuito de gerar trabalho e renda.” (ESTATUTO DA REDE DE ITCPs, ART 2 apud GUERRA, 2008, p. 14).

Com isso em vista, faz-se necessário falar brevemente de três pilares aos quais as ITCPs e a economia solidária estão estritamente atrelados: a gestão social, o desenvolvimento social e local e autogestão.

A gestão social por ser entendida como o campo maior dessa subárea estuda nesse artigo, torna-se matéria de essencial compreensão. Para Guerra e Pereira (2010) o campo da gestão social reflete as práticas e o conhecimento construído interdisciplinarmente. Para Fisher (2002) a gestão social está intimamente ligada à gestão do desenvolvimento, que acontece no âmbito público e privado nas organizações do Estado, do mercado e da sociedade civil, tendo como objetivo a desenvolvimento social. Esse último, desenvolvimento social, é inferido como procedimentos de recursos e lideranças exercidas nos ambientes para que haja ganhos e melhorias econômicas e sociais. E está intimamente ligado ao desenvolvimento local, que é um dos objetivos norte da economia solidária por se caracterizar como o produto final almejado. Ávila (2000) afirma que a partir do instante que o desenvolvimento local é visto como reconstrução social de um espaço geográfico em prol da base da sociedade, ele colabora para o trabalho e a sustentabilidade, como instrumento que possibilita práticas de cooperação. Práticas essas que são causas de melhores condições econômicas e sociais, promotoras de melhores condições de vida coletiva e individual. Por último, porém com igual importância tem-se a autogestão que é destacada por Singer (2002) como uma relação socio econômica baseada em princípios da distribuição, segundo o trabalho e não somente sobre o capital e os meios de produção. Ou seja, as decisões são tomadas pela equipe e as tarefas divididas entre os mesmos.

Reforçando o que foi dito, Crozatti (1998) infere que a dinâmica de compartilhamento das experiências e do conhecimento adquirido no assessoramento ITCP, assim como toda organização, o modo de desempenhar as atividades sofre influência direta dos valores enraizados de forma implícita nas regras, atitudes, hábitos e costumes, o que particulariza as relações humanas na organização, dessa maneira, a cultura organizacional, que enquadra os valores e crenças vão de encontro com os níveis de eficiência e eficácia. Por esse motivo, buscamos compreender o sistema de relações e a trajetória de cada uma das ITPCs estudadas, com a intenção de interpretar estas informações junto com a atual realidade da INCOP/UFOP e INCUBACOOP/UFLA.

A INCOP/UFOP é uma Incubadora de Empreendimento Sociais e Solidários, constituída no final de 2011, que iniciou seus trabalhos como um programa de extensão e posteriormente tornou-se o Laboratório de Extensão INCOP. Inicialmente, a ITCP realizava suas atividades nas regiões que enquadram os três campi da Universidade Federal de Ouro Preto: Mariana, João Monlevade e Ouro Preto. Contudo, devido a obstáculos estruturais, organizacionais e financeiros desde de 2017, a INCOP/UFOP, passou a atuar somente na cidade de João Monlevade .

Os princípios baseados na economia solidária visam promover o desenvolvimento local e regional e a partir dessa filosofia desenvolvem assessoria sociotécnica por meio do processo de incubação de grupos formais e informais.

“A metodologia interna e externa é participativa e tem por objetivo o acompanhamento sistemático pela dialogicidade com todos os atores envolvidos no processo de incubação, buscando fortalecer a incubadora e os empreendimentos assessorados. A dinâmica de compartilhamento das experiências e do conhecimento adquirido no assessoramento aos empreendimentos enriquece todo o processo de aprendizado dos empreendimentos, da incubadora e dos discentes, docentes e técnicos que compõe a INCOP – e cria o fluxo do conhecimento.” (MONTERO; ALVES; MIRANDA, 2019, p.38).

Os princípios definidos pela equipe se baseiam na economia solidária e visam promover o desenvolvimento local e regional; partindo dessa filosofia, desenvolvem assessoria sociotécnica por meio do processo de incubação de grupos formais e informais. Atualmente o laboratório de extensão é composto por alunos, técnicos e docentes de todos os cursos ofertados pelo campus UFOP João Monlevade: Sistemas de Informação, Engenharia Elétrica, Engenharia da Computação e Engenharia de Produção.

Para Nascimento (2000) a “autogestão significa um projeto global que abarca o econômico, o político e o cultural”. Sendo assim, a autogestão se torna fator imprescindível para funcionamento das ITPC’s, uma vez que acredita e compartilha dos ideais da economia solidária. Não diferente, a INCOP/ UFOP, acredita no poder de decisão compartilhada por todos os membros. Além disso a estrutura de divisão interna de trabalho se baseia em grupos de trabalhos (GTS) que ficam responsável por um empreendimento em especial, tais equipes são formados por discentes orientados por um técnico ou docente. A dinâmica de grupos de trabalho prevê a autonomia para desenvolvimento de atividades e tomadas de decisões em relação a associação trabalhada, entretanto é necessária a entrega de relatórios quinzenais e mensais descrevendo o andamento do projeto além de dispor também do compartilhamento de ideias, avanços e resultados nas reuniões semanais do grupo. Para além da socialização do desenvolvimento das atividades, as referidas reuniões tem intuito de formação dos membros estagiários da incubadora e debater sobre demandas internas e externas que fogem ao alcance de autonomia dos GTs.

A metodologia de incubação utilizada pela INCOP/UFOP se caracteriza inicialmente por um mapeamento de todas as associações e cooperativas existentes na cidade, é realizado uma pre seleção de empreendimentos

com as informações disponíveis, após isso, é feita então, uma visita despretensiosa para identificar a atual situação estrutural de cada empreendimento elencado na etapa anterior. Em seguida ao levantamento, são eleitos os grupos com maior potencial de incubação e assim a equipe INCOP realiza junto ao novo empreendimento um diagnóstico participativo, por meio de reuniões e diálogos e posteriormente traçam planos de ações para futuros momentos do processo. Após isso, o grupo de trabalho responsável pela associação ou cooperativa recém incubada inicia as visitas semanais a sede. Segundo eles, essa é a melhor maneira encontrada para acompanhar a evolução da realidade dos grupos incubados e poder identificar pelo conjunto de elementos que constituem a comunicação, os desafios e conquistas diárias, que muitas vezes não são expostas pela presidência ou gestor do local.

Atualmente, estão em processo de incubação oito empreendimentos sociais de diferentes segmentos, são eles: Associação Maria Efigênia (AME), Associação Monlevadense de Afrodescendentes (AMAD), Associação dos Usuários de Saúde Mental (ASSUME), Associação Associação de Triadores de Materiais Recicláveis de Nova Era (ASTRINE), Associação dos Trabalhadores de Limpeza e Matérias Recicláveis de João Monlevade (ATLIMAJOM), Banco Popular do Pequeno Empreendedor (BANPOPE), Cãopanhia do Bem e Feira de Economia Popular Solidária do Médio Piracicaba (FEIRA).

Na mesma perspectiva, a INCUBACOOOP/UFLA é uma unidade de extensão ligada à Coordenadoria de Desenvolvimento Tecnológico e Social (CODETS) da Pró Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da UFLA, que desde 2005 atua no processo de assessoramento de cooperativas formais e informais, associações e empreendimentos informais, dentre eles grupos de trabalhadores populares que se encontram em situação de trabalhos precarizados, desempregados que buscam uma recolocação no mercado de trabalho formal e pessoas que já realizam alguma atividade econômica e desejam organiza-se em cooperativas. De acordo com Verhagen, 1984, p.19, cooperativas são definidas como um grupo de pessoas, que diante de recursos limitados se dispõem a trabalharem em conjunto de forma a alcançar um ou mais objetivos em comum, formando assim uma organização controlada de maneira democrática, onde custos, benefícios e riscos são divididos equitativamente entre os membros.

Assim como a INCOP/UFOP, a INCUBACOOOP/UFLA, também trabalha nos princípios da economia solidária, reforçando os valores do cooperativismo e da autogestão. A equipe é formada hoje por alunos graduandos em administração, administração pública, engenharia

civil e engenharia florestal, promovendo assim a interdisciplinaridade proposta pela rede de Incubadora Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's). Como afirmado por Singer (2000) que a explica que a importância desta interdisciplinaridade está no aprendizado de gerir coletivamente um empreendimento.

A metodologia utilizada pela INCUBACOOOP/UFLA é o Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE) adotado anteriormente em assentamentos rurais da Reforma Agrária no Brasil, associações de organizações cooperativas e recentemente em empreendimentos de economia de base solidária. A metodologia é integrada por técnicas de caráter participativo permitindo obter informações qualitativas e quantitativas em um breve período de tempo. É um instrumento metodológico que busca identificar problemas, suas causas e possíveis soluções a partir da promoção do diálogo entre os próprios participantes, objetivando o consenso entre os membros. Contudo, deve-se garantir a não intervenção na realidade por parte de nós, alunos. (PEREIRA, 2017).

O DRPE constitui-se de um processo circular e cumulativo, como definido por Pereira (2017). O método é realizado em sua maioria em 5 (cinco) dias em que são distribuídos um total de 10 (dez) técnicas sugeridas pelo autor, entretanto com flexibilidade de adaptação, seja acrescentando novas técnicas ou não realizando

algumas outras que não se adequam ao perfil da coletividade em questão. Para que o diagnóstico aconteça em sua excelência, previamente aos dias de trabalho à campo, são realizadas etapas de formação da equipe, levantamento de informações secundárias, sistematização de informações e a mobilização da coletividade. E o processo subsequente do DRPE se dá pela sistematização das informações recolhidas, elaboração de um relatório final, apresentação deste a comunidade e a avaliação final do trabalho realizado. O diálogo pautado na troca de experiências e olhares sobre o mundo incitam a dimensão sócio política nas técnicas componentes da metodologia e citadas a seguir na ordem que dispõe no DRPE: apresentação da equipe interdisciplinar, mapeamento histórico, caminhada transversal, diagrama de Venn, calendário sazonal, entra e sai, entrevista semiestruturada, grupo focal, rotina diária, construção, matriz realidade e objetivo e eleição de prioridades.

De caráter emancipador, a INCUBACOOOP/UFLA, busca promover a independência por parte dos empreendimentos incubados, motivando-os a problematizar sua realidade, estabelecendo prioridades e identificando limitações e potencialidades. Em definição ampla: “os objetivos do DRPE estão voltadas para as bases de um processo de conscientização dos participantes que lhes permita se mover de uma situação de dependência ou tutorial para uma situação sustentada emancipada, na perspectiva da educação dialógica de Paulo Freire (1987)” (PEREIRA, 2017 p. 24).

Na atualidade a INCUBACOOOP/UFLA trabalha de maneira direta e indireta com a incubação e desincubação de empreendimento, com alguns desses de distintos segmentos sendo eles: uma associação de catadores de materiais recicláveis (COORPAG), um grupo de motoqueiros com potencial a criação de uma associação de mototaxistas, um grupo de doceiras com potencial a formação de uma associação e por último com com grupo de catadores que anseiam constituir uma associação de catadores independentes.

Levando em consideração as realidades explicitadas acima de maneira breve, considera-se relevante comparar e analisar os pontos mais fortes de cada ITCP estudada sob diferentes aspectos.

Da pré incubação e metodologia: Em comparação, ambas as metodologias apresentadas são diagnósticos participativos, contudo é possível identificar uma maior flexibilização na metodologia utilizada pela INCOP/UFOP, sendo isso um ponto positivo, visto que a maneira para identificar os empreendimentos permite com que os membros da incubadora, busquem mapear todas as associações da cidade e da região com apoio da secretaria de assistência social municipal e assim priorizar os empreendimentos mais necessitados de auxílio de incubação e assim ajudar com o consentimento dos associados.

Por outro lado, o DRPE, utilizado na incubadora da UFLA, trabalha em uma vertente mais rígida no que se diz respeito a levantamento de informações sobre empreendimentos populares da cidade de Lavras e região, a busca ativa no processo parte dos empreendimentos que anseiam por auxílio nas atividades que fundamentizam a economia solidária. De modo que a INCUBACOOOP/UFLA parte do princípio de divulgar suas atividades na área de extensão à sociedade, apresentando os trabalhos realizados e a as ferramentas de auxílio para as cooperativas e associações. Isso pelo caráter emancipador identificado na aplicação da metodologia utilizada, DPPE, que busca implementar a ideologia de emancipação desde o início do processo.

Da incubação: O processo de incubação, se distingue principalmente pelo contato mantido entre as incubadoras e os empreendimentos incubados. A INCOP/UFOP mantém uma relação direta e semanal como os membros das associações, criando uma dependência temporária para melhor entender a realidade do lugar assistido por eles e assim desenvolver, criar e estudar as melhores técnicas de incubação para a realidade em questão. E a INCUBACOOOP/UFLA utiliza no processo de incubação segue fiel à metodologia contínua do DRPE, partindo assim de auxiliar os empreendimentos em suas reais necessidades, sejam elas materiais e/ou técnicas de modo a facilitar a comunicação com instituições que possam também contribuir com o processo de auxílio ao processo e de estudar

as mais diversas soluções que talvez encontram-se dentro do âmbito universitário, entretanto não existe na ampla maioria dos empreendimentos assessorados uma frequência de visitas às sedes das associações e cooperativas, sendo esse vínculo mais flexível às necessidades encontradas por essas, ou seja cria-se um contato útil temporário e não um vínculo de dependência temporária.

Da pós-incubação: Por se tratar de processos mais críticos e escassos de literatura própria para o tema e com potencial para se tornar conflitante, não há nada de muito concreto que funciona como uma metodologia nas Incubadoras. Porém, com a tentativa de minimizar o impasse e usar materiais já usados, a INCOP/UFOP, elaborou no ano de 2018 dois quadros que auxiliam no processo. Estes, a fim de padronizar o procedimento a todos os empreendimentos e tornar fácil aos alunos autores e acompanhantes de cada empreendimento, contém perguntas estimulantes ao relato de realidade quinzenal e mensal das associações, para que ao final de um prazo determinado pela equipe da incubadora possam reler, analisar e assim encaixar a situação do empreendimento em um terceiro quadro, que propõe a partir da obra de Brasil, Silva e Brasil, categorias para critério de desincubação. Paralelo a isso, o sistema de desincubação adotado pela INCUBACOOP/UFLA pode ser descrito como mais flexível, uma vez que consiste em finalizar as propostas prediletas na técnica de eleição de prioridades do DRPE da associação ou cooperativa em questão, dessa maneira, a incubadora entende que após o diagnóstico participativo aplicado e as prioridades do empreendimento atendidas, inicia-se o processo de desincubação, de forma a encorajar os associados a emancipação, para além dos aprendizados adquiridos das duas partes, a equipe da ITCP deixa algumas demonstrações de técnicas que poderão ser úteis no dia a dia da associação ou cooperativa. Contudo é válido ressaltar que o contato com as incubadoras não é quebrado de modo brusco e permanente.

5. RESULTADOS

Neste trabalho buscamos entender como é compreendida a disseminação da Economia Solidária nas comunidades de Lavras/MG e João Monlevade/MG e como os laços criados entre as ITCPs auxiliaram nessa disseminação.

Com base no que disse Arruda (1997) de que é necessário que a construção do movimento cooperativista de caráter autogestionário, solidário e popular, para que pouco a pouco as relações cooperativas e solidárias sejam relacionadas não apenas na esfera do consumo, mas também nas esferas produtivas, comercial e financeira. E com base na experiência versada pelos autores no intercâmbio realizado, percebeu-se que as diferenças existentes entre as duas incubadoras estudadas são técnicas e majoritariamente no âmbito organizacional.

Desta forma, podemos entender que ambas incubadoras surgiram como alternativas das universidades no desafio de promover projetos que tem como objetivo desenvolver ações que permitem a população, principalmente carente a retomar suas condições econômicas e seu dever de cidadania, lutando contra a desigualdade social e criando condições de vida melhor. O Proninc – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares criado em 1997, tendo como signatários a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), o Banco do Brasil, a FBB (Fundação Banco do Brasil) e o COEP (Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida) foi criado em 1997 com o objetivo estabelecido no Decreto n.º 7.357 de 17/11/2010, que prevê o fortalecimento dos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários, buscando atingir os objetivos como: I - geração de trabalho e renda, a partir da organização do trabalho, com foco na autogestão e dentro dos princípios de autonomia dos empreendimentos econômicos solidários; II - construção de referencial conceitual e metodológico acerca de processos de incubação e de acompanhamento de empreendimentos econômicos solidários pós-incubação; III - articulação e integração de políticas públicas e outras iniciativas para a promoção do desenvolvimento local e regional; IV - desenvolvimento de novas metodologias de incubação de empreendimentos econômicos solidários articuladas a processos de desenvolvimento local ou territorial; V - formação de discentes universitários em

economia solidária; VI - criação de disciplinas, cursos, estágios e outras ações, para a disseminação da economia solidária nas instituições de ensino superior. Porém apenas em 2003, a Finep e a Fundação Banco do Brasil, em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego, decidiram retomar com as discussões sobre os rumos do PRONINC, decidindo, portanto, financiar ITCPs e apoiar na manutenção das incubadoras atuantes, tem como objetivo principal justamente angariar forças e recursos para o processo de incubação de empreendimentos solidários, criando uma nova geração de trabalho e renda, com foco na autogestão, além de promover várias pesquisas sobre referencial teórico e metodológico e também os processos de incubação e da criação de cursos e ações para disseminação da economia solidária no ensino superior. O Proninc constitui uma das principais ações submetidas na Política Nacional de Economia Solidária (PNES), empreendida pela SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, por meio do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, no Ministério do Trabalho e Emprego. Este programa tem como fundamento o processo de consolidação dos que atuam na Economia Solidária e procura, contudo, apoiar e criar espaço de discussão sobre as temáticas no sentido de auxiliar no desenvolvimento das ações solidárias e cooperativas.

A Economia Solidária presente nas ITCPs em questão têm em comum o poder de proporcionar espaços para que trabalhadores excluídos do mercado tradicional possam experimentar ciência e tecnologia transmitida pela universidade, papel este que é fundamental para poder enraizar a cultura desta economia tanto nos empreendimentos como também na sociedade em geral.

O que se pode notar também é que colocar em prática os princípios da Economia Solidária na rotina de trabalho dos empreendimentos incubados não é nada fácil, mas há consciência, tanto dos membros das ITCPs quanto dos membros dos empreendimentos de que o papel formativo esteja presente não apenas na equipe, mas em todos os participantes. Ou seja, a equipe tem clareza de que seus ensinamentos e diálogos podem auxiliar no empoderamento do grupo, na conscientização e no exercício da cidadania dos trabalhadores assessorados e por outro lado os grupos entendem e criam laços de troca de informação contribuindo para o crescimento desta economia.

É perceptível também a maneira como essa disseminação pode gerar a liberdade dos indivíduos na economia solidária, uma vez que entendida por seus atuantes. Ambas ITCPs demonstram que os empreendimentos são buscados livremente pelos membros, que de alguma forma procuram se estabelecer no mercado de trabalho, desta vez um mercado democrático, onde são livres para abandonar a instituição caso se arrependam, para (SINGER, 1998a,p.114) “o mercado de trabalho é condição de liberdade humana e alguns mercados de bens e serviços me parecem igualmente essenciais, porque uma das liberdades interessantes é a de iniciativa”.

De outra maneira, buscamos estabelecer relações entre ambas ITCPs, apesar de algumas diferenças organizacionais o resultado natural é a solidariedade e a igualdade trabalhada junto aos empreendimentos, fruto esse de uma cultura organizacional estudada e motivada pelos dirigentes e enraizadas dentro dos membros. Essas relações muitas vezes se baseiam em burocracias, materiais e até mesmo nível de conhecimento. Porém não deve ser vista como uma competição, ambas lutam contra a mesma desigualdade social, porém em fronteiras diferentes.

Constituindo-se uma metodologia mais flexível a ITCP da UFOP/JM apresenta procedimentos mais informais no ponto de vista da existência de um manual de execução de cada etapa do processo de incubação, permitindo que os membros tenham mais autonomia na esfera de contato da incubadora para com a associação a fim de oferecer e demonstrar seus objetivos e ferramentas de suporte. O resultado disso é a facilidade de angariar empreendimentos de base popular e auxiliá-los de acordo com cada realidade e necessidade. Os pontos positivos estão ligados à quantidade de empreendimentos que a ITCP da UFOP/JM consegue trabalhar sem contudo perder a qualidade na execução das ferramentas, visto que se trata de uma equipe de aproximadamente 20 (vinte) membros. Outro ponto importante é a diminuição da morosidade para atender as demandas dos empreendimentos, isso se dá por meio da divisão dos gp's (grupos de trabalho), onde cada grupo de trabalho é dividido conforme a necessidade

e o momento da associação (pré-incubação, incubação e pós incubação), contando com um número maior de membros se necessário e sempre 1 (um) coordenador e 1 (um) técnico, o que permite às equipes estarem constantemente em contato com os empreendimentos.

A INCUBACOOOP/UFLA por sua vez, contém o que podemos chamar de manual de pré incubação, incubação e pós incubação. O DRPE constituído por anos de experiências do Professor e Coordenador, Dr. José Roberto Pereira, permite que a ITCP mantenha uma linha de organização dividida em cada etapa. O livro é constituído por técnicas de incubação e pós incubação e relatos de experiências, o que permite aos membros uma comparação com as diferentes realidades e os principais gargalos enfrentados. As técnicas citadas são dinâmicas que estimulam a cooperação e reflexão no empreendimento incubados e devem ser aplicados de acordo com a necessidade contudo na ordem estabelecida no livro. Isso permite aos membros da INCUBACOOOP/UFLA, uma maior organização em todo processo de incubação e pós incubação, apesar de ser uma ferramenta com diversas técnicas, não é engessada e deve ser manuseada conforme a necessidade de cada empreendimento. O ideal de autogestão também é trabalhado nos ideais do DRPE, o que permite que cada membro possa atender as demandas imediatas dos empreendimentos incubados.

É notável que os dois locais que acolhem as ITCP`s tem um grande número de empreendimentos que prezam pela economia solidária. São associações e cooperativas que inserem num contexto de solidariedade mútua e muitas vezes conseguem se erguer por eles próprios. O que justifica o fato de não generalizar afirmando que uma realidade social tem mais entidades incubadas que outra ITCP, porque deve-se dar importância ao conjunto de fatores exposto somado a realidade estrutural e organizacional da entidade de extensionista.

Os resultados permitiram a destacar a importância da cultura organizacional adaptada ao enfrentamento da realidade de cada ITCP e a comparação permite em nível macro entender os principais desafios enfrentados por cada uma das Incubadoras e também os pontos positivos que durante o intercâmbio foram presenciados. Trabalhando com o mesmo objetivo e ideal a INCUBACOOOP/UFLA e a INCOP/UFOP detém de diferentes modos de abordagem e cada uma trabalha em uma realidade distinta, atingindo a sociedade de diferentes maneiras, mas sempre com o intuito de difundir os ideais da economia solidária.

Esperamos que a partir desse projeto possamos aprofundar no estudo e discutir outras maneiras de apoiar demais projetos de empreendimentos de economia solidária em nossas localidades e regiões. Entendemos que é dever das IES somar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, criando espaço de discussão e propondo para entes públicos e privados outra maneira de desenvolvimento econômico e social, um desenvolvimento sustentável, que não agrida o meio ambiente e que batalhe contra a desenfreada desigualdade social que tanto assola nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Jean Carlos Machado; TAVARES, Maressa Nunes Ribeiro (org.). Economia Solidária: reflexões da incubação à desincubação. São Paulo: All Print, 2019. 204 p.

ÁVILA, V. F. Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 63-76, set. 2000.

ARRUDA, Marcus. Globalização e sociedade civil repensando o cooperativismo no contexto da cidadania

ativa. Proposta: Revista trimestral de debate da FASE, Rio de Janeiro, v. 1, n. 74, p. 6-17, set. 1997. Trimestral.

CARVALHO, Keila. Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile. Anais do I Circuito de debates academicos, [s. l.], 2011.

CROZATTI, Jaime. Modelo de gestão e cultura organizacional: conceitos e interações. : conceitos e interações. Caderno de Estudos, [s.l.], n. 18, p. 01-20, ago. 1998. FapUNIFESP (SciELO).

FISCHER, T. Elaboração de trabalho acadêmico. Salvador: Universidade Corporativa Banco do Brasil, p. 112, 2006. (Apostila).

FÓRUM Nacional de Economia Solidária. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://fbes.org.br>. Acesso em: 17 jun. 2020.

GAIGER, Luiz Inácio; KUYVEN, Patrícia. Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. Sociedade e Estado, Brasília, v. 34, ed. 3, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-6992-201934030008>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922019000300811&lng=pt. Acesso em: 17 jun. 2020.

GUERRA, A. C. Gestão de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: Uma análise comparativa. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Departamento de Administração e Economia, Universidade Federal de Lavras, Lavras.

GUERRA, A. C.; PEREIRA, J. R. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: possibilidades de gestão. Administração Pública e Gestão Social, v. 2, n. 1, p. 21-44, 2010

IPEA (Brasil). Instituição. OS NOVOS DADOS DO MAPEAMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: NOTA METODOLÓGICA E ANÁLISE DAS DIMENSÕES SOCIOESTRUTURAIS DOS EMPREENDIMENTOS. IPEA, Brasília, v. 1, ed. 1, 2016.

Disponível em: repositorio.ipea.gov.br/. Acesso em: 17 jun. 2020.

LAVILLE, J. L. Ação pública e economia: um quadro de análise. In: FRANÇA FILHO, G. et al.(Orgs.). Ação Pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

MONTEIRO, Daniel Francisco Bastos; ALVES, Jean Carlos Machado; MIRANDA, Maria Gabriela

de Cássia. O papel da cultura organizacional

MONTEIRO, Daniel Francisco Bastos; ALVES, Jean Carlos Machado; MIRANDA, Maria Gabriela de Cássia. O papel da cultura organizacional no processo de gestão do conhecimento de uma incubadora de empreendimentos sociais e solidários. In: ALVES, Jean Carlos Machado; TAVARES, Maressa Nunes Ribeiro (org.). Economia Solidária: reflexões da incubação à desincubação. Reflexões da incubação à desincubação. São Paulo: All Print, 2019. Cap. 1. p. 13-56.

MARTINS, Mariana; ONUMA, Fernanda. As contribuições da economia solidária através da ITCP/UNIFAL-MG e o papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o desenvolvimento local: O caso da Associação Sabor & Saúde, Varginha- Minas Gerais. Revista NERA, v. 21, n. 44, p. 134-158, set.-dez. 2018.

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão e Economia Solidária. In: NASCIMENTO, Claudio. Autogestão e Economia Solidária. Florianópolis: Cidade Futura, 2000. p. 20.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Economia solidária: entrevista com paul singer. : entrevista com Paul Singer. Estudos Avançados, [s.l.], v. 22, n. 62, p. 289-314, abr. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142008000100020>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020. Acesso em: 13 maio 2020.

PAULINO, Jacqueline; TAVERES, Maressa Nunes R.; REIS, Maria Laura G.; BUTINHOLI, Matheus A.; LAURETT, Nathan S.. Disseminação da economia solidária através do fortalecimento da feira do meio do Piracicaba. In: ALVES, Jean Carlos Machado; TAVARES, Maressa Nunes Ribeiro (org.). Economia Solidária: reflexões da incubação à desincubação. Reflexões da incubação à desincubação. São Paulo: All Print, 2019. p. 127- 203.

PEREIRA, José Roberto. Diagnóstico Participativo - O método DRPE. Tubarão: Perito Editora, 2017. 178 p.

Prefeitura Municipal de João Monlevade. [S. l.], 2020. Disponível em: <http://pmjm.mg.gov.br/secretarias/>. Acesso em: 26 jun. 2020.

Prefeitura Municipal de Lavras. [S. l.], 2020. Disponível em: <http://pml.lavras.mg.gov.br/>. Acesso em: 26 jun. 2020.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 126 p.

VERHAGEN, K. Cooperation for survival: an analysis of an experiment in participatory research and planning with small farmers in Sri Lanka and Thailand Dordrecht: ICG Printing, 1984.





DIVERSIDADE DE EXPERIÊNCIAS E DEMANDAS NA
ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR
DOS ATORES SOCIAIS QUE CONSTITUEM OS
EMPREENHIMENTOS SOLIDÁRIOS NA BAHIA

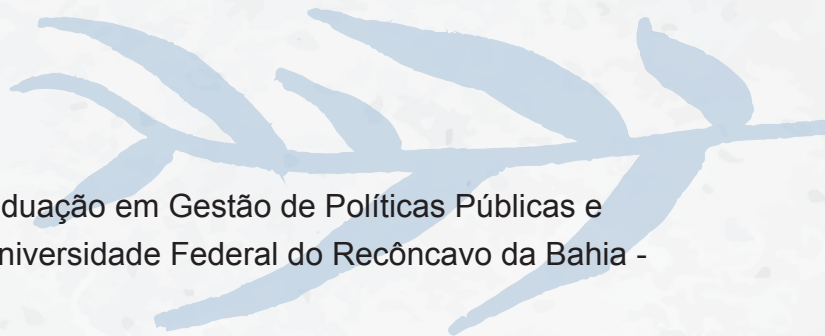
*DIVERSITY OF EXPERIENCES AND DEMANDS IN
THE SOLIDARY ECONOMY: AN ANALYSIS FROM
THE SOCIAL ACTORS THAT CONSTITUTE THE
SOLIDARY ENTERPRISES IN BAHIA*

Eliene Gomes dos Anjos

Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRBelieneanjos@ufrb.edu.br

Ivanice Cerruci

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (PGGPPSS) na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB ivanicecerruci@hotmail.com



RESUMO

Esse trabalho analisa os diferentes atores sociais que integram os empreendimentos econômicos solidários da Bahia. Objetiva identificar os formatos mais característicos dos trabalhadores associados, assim como suas principais necessidades e demandas com o intuito de contribuir com as políticas públicas no estado que visam à sustentabilidade dos empreendimentos solidários. Trata-se de uma pesquisa quantitativa que fará uso da estatística descritiva, com variáveis que caracterizam o perfil socioeconômico, as características da unidade domiciliar e a trajetória ocupacional dos trabalhadores solidários na Bahia. Os resultados da pesquisa contribuirão para o reconhecimento da diversidade de experiências no campo da economia solidária e poderá, em certa medida, subsidiar na formulação das políticas direcionadas aos empreendimentos solidários no estado.

Palavras-chave: economia solidária; atores sociais, políticas públicas.

ABSTRACT

This work analyzes the different social actors that integrate the solidarity economic enterprises in Bahia. It aims to identify the most characteristic formats of the associated workers, as well as their main needs and demands in order to contribute to public policies in the state that aim at the sustainability of solidarity enterprises. This is a quantitative research that will make use of descriptive statistics, with variables that characterize the socioeconomic profile, the characteristics of the home unit and the occupational trajectory of solidarity workers in Bahia. The results of the research will contribute to the recognition of the diversity of experiences in the field of solidarity economy and may, to a certain extent, subsidize the formulation of policies aimed at solidarity enterprises in the state.

Keywords: solidarity economy; social actors, public policies.

1. INTRODUÇÃO

A economia solidária se expande no Brasil nas duas últimas décadas século XX devido às crescentes taxas de desemprego. Esse conceito designa às diversas formas de produção, comercialização e consumo que priorizam o trabalho associado, a gestão democrática, justiça social, o respeito ao meio ambiente, a sustentabilidade e a responsabilidade com as gerações futuras (SINGER, 2003). Essa denominação envolve uma diversidade de atores que desenvolvem atividades econômicas cuja primazia é a cooperação, a solidariedade e a gestão coletiva (GAIVER, LAVILLE, 2009).

Diversos estudos demonstram que os E E Sestão relacionados a um projeto alternativo de organização produtiva, social e política. Eles almejam se constituir espaços demarcados pela solidariedade daqueles que não se sentem incluídos no projeto da sociedade mercantil. Os estudos realizados por Gaiger (2007) demonstram que diversos empreendimentos são regidos por uma racionalidade distinta da capitalista. Além disso, pesquisas vêm demonstrando que no interior dessas iniciativas são constituídas associabilidades baseadas nos princípios de emancipação social.

As críticas à possibilidade de afirmação das experiências da economia solidária colocam, para Chaniale Laville (2009), o questionamento sobre as instituições que seriam capazes de assegurar na atualidade a pluralização da economia num quadro democrático. Nesse sentido, para esses autores, tanto no Brasil, com a rede de

gestores públicos, quanto na França, com a rede dos territórios da economia solidária, ambas criadas em 2002, estaria ocorrendo um redesenho da ação pública em matéria de economia (LEITE, 2009). Na avaliação de Leite (2009), essas mudanças sociais ocorridas nas práticas políticas não significam rupturas drásticas do modelo societário, mas fazem com que procedimentos de novas instituições ao lado e por cima das antigas.

Os empreendimentos da economia solidária são alternativas de trabalho na realidade brasileira à inserção parcial de inúmeros segmentos ao assalariamento formal. Para Anjos (2016), as novas formas de regulação pública estão intrinsecamente ligadas às experimentações de outro mundo em construção, como é apregoado pelos adeptos da economia solidária. Entender os diferentes atores que compõem a diversidade de empreendimentos solidários contribuirá para subsidiar a formulação da política pública, qualificando suas demandas e os desafios que precisam ser enfrentados. Em outros termos:

Ao expandir-se, a economia solidária veio a abarcar diversas categorias sociais e variadas modalidades de organização, como unidades informais de geração de renda, associações de produtores e consumidores, sistemas locais de troca, comunidades produtivas autóctones e cooperativas, dedicadas à produção de bens, à prestação de serviços, à comercialização e ao crédito. Geralmente, o foco principal desses grupos é a geração de bem-estar social e sobrevivência digna para seus associados. (VERONESE, GAIGER, FERRARINI, 2017, p.89).

Nesta perspectiva, explicita-se a diversidade cultural dos atores que atuam no campo da economia solidária, como os quilombolas, os pescadores artesanais, os artesãos, os assentados de reforma agrária, os agricultores familiares, as comunidades indígenas e ribeirinhas, entre outras. Portanto, faz-se necessário, estudos que demonstrem as diferenças entre esses atores que configuram os EES, pois na compreensão de Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017, p. 90), “essa grande pluralidade precisa de maior detalhamento analítico por parte das pesquisas no campo da economia solidária”.

Embora tenhamos uma vasta produção de pesquisa sobre os empreendimentos econômicos solidários (EES) no Brasil e na América Latina, segundo Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017),

[...] ainda há uma lacuna, de especial importância, que se refere ao reconhecimento da diversidade de práticas, racionalidades, etnias, gêneros, territórios, modos e expressões de vida. Para que haja efetivo acolhimento por parte das políticas públicas e das comunidades de entorno aos empreendimentos, é preciso reconhecer, divulgar e identificar as necessidades desses múltiplos estilos e condições de vida presentes na economia solidária. (p. 101).

Em concomitância com os argumentos expostos, essa investigação se propõe estudar os atores que caracterizam os EES na Bahia, contribuindo com a redução dessa lacuna. A pesquisa contribuirá com a produção de conhecimento no campo das alternativas criadas pelos próprios trabalhadores a situação de desigualdade que enfrentam e dará visibilidade à pluralidade de experiências que são silenciadas com a análise que homogeneiza os empreendimentos solidários.

O movimento da economia solidária abrange um grande número de atores com especificidades e objetivos diferenciados de acordo com sua atividade. Devido às essas necessidades, em 2003, o Governo Federal criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), extinta no governo de Jair Bolsonaro, para articular as políticas públicas de fortalecimento aos EES. No mesmo período foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), órgão responsável pela intermediação entre governo e sociedade civil, além da criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), responsável pela interlocução, articulação, discussão, proposição e fomento ao apoio técnico para o desenvolvimento da economia solidária.

A atuação desses órgãos diversos contribuiu para consolidar os EES na realidade laboral brasileira, todavia, não propiciou uma homogeneização dessas práticas, ao contrário, percebe-se, com os mapeamentos realizados pelas Senaes, uma diversidade de EES que buscam pelo trabalho associado melhorar as condições de vida de milhares de trabalhadores que não foram absolvidos plenamente no trabalho formal. Esse estudo, ainda em curso, busca visibilizar esses trabalhadores e trabalhadoras a partir de uma pesquisa realizada com os sócios e as sócias da economia solidária. Com o recorte estadual, pois a investigação enfoca a Bahia, será possível conhecer a trajetória ocupacional dos que hoje são identificados como trabalhadores associados do campo da economia solidária, suas similitudes e diferenças para orientar as ações de políticas públicas que visam o fortalecimento dessas experiências.

OBJETIVOS

Geral:

- Analisar os diferentes atores sociais que integram os empreendimentos econômicos solidários, buscando demonstrar a diversidade cultural existente, bem como seus múltiplos desafios e demandas para assegurar sua sustentabilidade.

Específicos:

- Caracterizar os trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários da Bahia para identificar o papel desempenhado pela economia solidária nas suas condições de vida.
- Descrever a trajetória ocupacional dos trabalhadores, destacando a situação do trabalho no empreendimento que estão inseridos.
- Identificar os formatos mais característicos dos empreendimentos que estão inseridos os trabalhadores solidários baianos, assim como suas principais necessidades e demandas com o intuito de subsidiar o aperfeiçoamento das políticas públicas no estado que visam sua sustentabilidade.

METODOLOGIA

A Senaes realizou, entre 2009 e 2013, o Segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária, totalizando 19.708 empreendimentos. O Nordeste é a região do país com maior número de empreendimentos solidários e a Bahia é o segundo estado com maioria dessas iniciativas, com 1.452 EES, dimensionando a importância da economia solidária para seu desenvolvimento. Em 2013, a Senaes realizou uma pesquisa amostral, que integra o Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES), com 2.895 sócios e sócias da economia solidária em todas as regiões do país. Na Bahia foram 341 pesquisados. Com o recorte da base de dados do SIES, manuseamos o banco de dados com os 341 trabalhadores e trabalhadoras do campo da economia solidária, com a seleção de variáveis que caracterizam os diferentes atores que estão em empreendimentos solidários na Bahia.

O questionário utilizado na pesquisa captou questões sobre o perfil socioeconômico dos trabalhadores, as características da unidade domiciliar, assim como a trajetória ocupacional e a situação do trabalho desempenhado no EES. Constituída a base de dados, utilizamos de um programa estatístico, Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), com as variáveis que foram selecionadas, mais as ferramentas da estatística descritiva, com o intuito de alcançar os objetivos propostos nesta comunicação.

ANÁLISE

O estímulo à participação nos empreendimentos da economia solidária tem por finalidade inserir trabalhadores, que em sua maioria tem baixa qualificação, em formas diferenciadas de obtenção de renda, combater o subemprego que afeta parte da população economicamente ativa e diminuir a pobreza. Neste sentido, Singer (2004) coloca que,

[...] os projetos organizados por comunidades pobres assumem quase sempre a forma da economia solidária. A alternativa seria alguns membros da comunidade assumirem o papel de capitalista e assalariar os demais. Como ninguém tem dinheiro, essa hipótese é improvável. Além disso, a ajuda mútua é essencial ao esforço de gente desprovida de capital para melhorar sua situação social e econômica. O desenvolvimento que combate a pobreza é solidário e isso já vem sendo comprovado na prática em diversos lugares. (p. 5).

O movimento da economia solidária abrange um grande número de atores com especificidades e objetivos diferenciados de acordo com sua atividade. No entanto, é inegável que há um percentual significativo de empreendimentos cuja motivação principal é se constituir no trabalho remunerado dos associados e das associadas. Nesta perspectiva, vale salientar as inferências de Anjos (2020) sobre a situação das mulheres, principalmente as negras, nas iniciativas de trabalho solidárias.

[...] a atividade econômica desenvolvida no empreendimento se constitui no trabalho remunerado principal mais importante para as mulheres, contudo, os percentuais das mulheres negras são mais elevados se comparados aos das mulheres brancas. Neste sentido, concluo que a inserção laboral no campo da economia solidária expressa a continuidade da vulnerabilidade socioeconômica, pois, em certa medida, estão nesses empreendimentos pelos processos de exclusão que historicamente foram relegadas. (p.???)

As afirmações de Anjos (2020) são sustentadas pela incipiência dos direitos e benefícios assegurados para aquelas e aquelas que dispõem de sua força de trabalho em cooperativas solidárias que foram mapeadas pela Senaes. A constatação da continuidade da vulnerabilidade socioeconômica de diversos segmentos ocupados nos EES, impõe, segundo a autora, o aperfeiçoamento das políticas que visam o fortalecimento dessas iniciativas.

Na Bahia, o governo estadual criou, em 2007, a Superintendência de Economia Solidária (Sesol), vinculada à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), com a finalidade de executar a política pública de fomento e apoio aos empreendimentos solidários. Desde então, diversas ações foram implementadas para fortalecer os empreendimentos solidários baianos, ainda que tenhamos uma redução dessa modalidade organizativa captada pelos Segundo Mapeamento, quando comparado ao Primeiro realizado entre 2004 e 2007. (OLHAR ESSE NÚMERO NA TESE)

A relevância da economia solidária para o cenário nacional é ressaltada por França Filho e Laville (2004):

No Brasil a economia solidária tem servido para identificação de diferentes iniciativas de grupos sociais (e de base popular, na maioria dos casos) que se organizam sob o princípio da solidariedade e da democracia para enfrentar suas problemáticas locais através da elaboração de atividades econômicas. Na maioria das vezes, os debates suscitados por estas experiências articulam-se em torno de empregos que elas criam. Esta é a razão pela qual esse termo aparece na maior parte dos casos associado às novas formas de trabalho e de geração de renda. (p.149).

Deste modo, a economia solidária é visualizada na perspectiva de geração de trabalho e renda, o que possibilita ir de encontro às modalidades de trabalho tipicamente capitalista. Diante da expansão de vários empreendimentos, a economia solidária passa por uma institucionalização e se torna objeto de formulação de políticas públicas visando primordialmente o combate à pobreza extrema.

A geração de trabalho e renda já era uma ação direcionada aos trabalhadores mais pobres e aos desempregados das periferias das cidades e do campo que se articulavam em associações, grupos informais e cooperativas sem, contudo, estruturação necessária para assegurar sustentabilidade econômica. Nesse cenário, há uma resignificação do trabalho, como afirma Barbosa (2007, p.195), “[...] reconceitua-se a perspectiva de trabalho, firmando-a como possibilidade de ocupação em cooperativas e associações, não só em empresas ou autonomamente”.

Ao analisar as iniciativas da economia solidária Singer (2002) infere que há

[...] outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. (p. 10).

Numa perspectiva analítica distinta da de Singer, Gaiger (2009) compreende que as experiências econômicas desse campo envolvem uma diversidade de práticas que tem uma racionalidade distinta da que vigora nos princípios capitalistas. Em seus termos, “empreendimento econômico solidário compreende as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade”. (2009, p. 181).

Essas práticas solidárias possuem formas próprias de comercialização, gerenciamento e integração social. Visam fortalecer a difusão do associativismo e do cooperativismo, contribuindo para mudar a realidade das condições de trabalho, valorizando a autonomia do trabalhador e sua autoestima, principalmente daquelas que estão desprotegidos de direitos e oportunidades que são oferecidas pelo trabalho formal. Barbosa (2007, p. 23- 24) coloca que, “[...] a economia solidária apresenta-se com uma alternativa, capaz de superar até a exploração social”. Nesta perspectiva, os empreendimentos de economia solidária permitiriam um leque de possibilidades de atuação e de formas de desenvolver trabalho, inclusive favorecer a expansão do trabalho precário.

Por outro lado, Anjos (2012) pondera sobre a expansão dos empreendimentos solidários na primeira década do século XXI. “Ainda que essas iniciativas agreguem adeptos, se não houver políticas públicas que garantam o financiamento e alternativas efetivas de comercialização, elas entrarão no ciclo nascimento e mortalidade, típico dos micros e pequenos empreendimentos” (p. 124).

Ainda na análise de Anjos (2016),

Os estudos empíricos demonstram que existe nos empreendimentos da economia popular e solidária uma racionalidade distinta da lógica capitalista, porém sujeita a contradições. [...] Verificamos que o debate sobre o trabalho associado na realidade brasileira, antes de se constituir objeto de argumentação jurídica sobre sua regulamentação e sobre os direitos oriundos dessa forma, é analisado, por um lado, num quadro de desregulamentação e precarização do trabalho e, por outro, como uma modalidade de trabalho que possibilitaria

a superação das relações de dominação que marcam nossa história. Essa última perspectiva se embasa na expansão de um conjunto de novas organizações econômicas coletivas, como as cooperativas de trabalho, no bojo da Economia Solidária. O trabalho associado nessas iniciativas é matizado pelo potencial de superação da alienação, enquanto projeto de emancipação social. Não obstante, nos contextos empíricos do trabalho associado nas cooperativas de trabalho ou nos demais EES, verificam-se as constantes ameaças de tomarem o caminho do trabalho precário. (p. 115-116).

Diante do contexto descrito, Anjos (2016) conclui que as experiências de trabalho no campo da economia solidária constituem-se em alternativas para os que foram parcialmente integrados no assalariamento, como as mulheres negras e os trabalhadores sem-qualificação profissional, que “buscam, em condições precárias, a construção de um trabalho com conotação emancipatória, mas que assegure os direitos que permeiam o imaginário de toda a classe trabalhadora” (p. 123).

Devido à importância dada à economia solidária para ampliar a possibilidade de condições de vida digna para os segmentos que historicamente enfrentam adversidades na sua reprodução, como os quilombolas, os ribeirinhos, os assentados, os indígenas, pescadores artesanais, entre outros, Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017) defendem a aprovação de um marco legal que contemple os múltiplos formatos que assumem os empreendimentos solidários e que respondam as demandas dos múltiplos atores sociais que os constituem.

RESULTADOS

Foram entrevistados 341 sócios trabalhadores e sócias trabalhadoras dos empreendimentos solidários na Bahia, distribuídos em 16 dos 27 Territórios de Identidade do estado. Nota-se que a amostra registrou maior presença masculina do que feminina, inclusive em dois não foram registradas a presença delas, na Costa do Descobrimento e no Semiárido Nordeste II, conforme a tabela 1.

Tabela 1: Número de homens e mulheres entrevistados por Território de identidade na Bahia

Territórios	Homens	Mulheres	Total
Baixo Sul	23	24	47
Chapada Diamantina	10	4	14
Costado Descobrimento	8	0	8
Extremo Sul	1	2	3
Irecê	6	1	7
Litoral Norte e Agreste Baiano	0	6	6
Litoral Sul	12	15	27
Metropolitana de Salvador	1	5	6
Piemonte do Paraguaçu	24	14	38
Piemonte Norte do Itapicuru	4	2	6
Portaldo Sertão	16	29	45
Recôncavo	11	12	23
Semiárido Nordeste II	3	0	3
Sertão do São Francisco	16	5	21

Territórios	Homens	Mulheres	Total
Sertão Produtivo	33	29	62
Sisal	13	13	26
Total geral	181	160	341

Fonte: SIES/QSES, 2013.

Quanto ao perfil étnico, dos entrevistados pesquisados, num universo de 292 que responderam à pergunta, predomina o negro/pardo, com 75,6%, restando 24,4% que se declararam brancos. A constatação da imensa maioria de pretos e pardos nos EES corrobora com a literatura quando aponta que os segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora são constituídos pelos pardos e pretos, com presença majoritária nas experiências de trabalho caracterizadas pela informalidade.

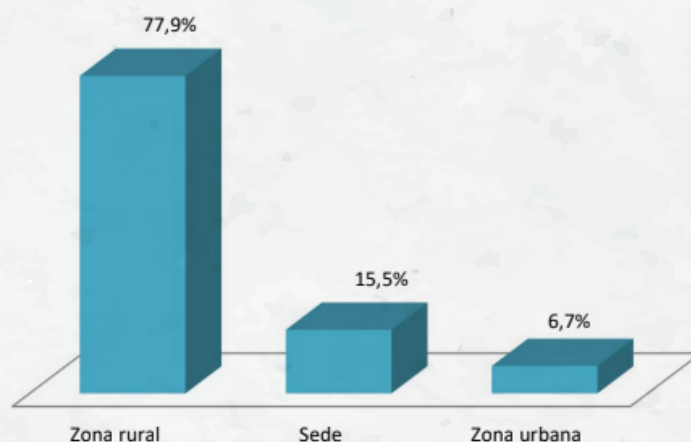
Em relação à predominância da atividade econômica desempenhadas pelos trabalhadores sócios da Bahia, destacam-se os agricultores familiares com 68,6%, seguidos pelos trabalhadores autônomos com 6,7%, como está demonstrado na tabela 2. O alto percentual de agricultores familiares no EES baianos coaduna-se com a maior presença dessa categoria nesse estado no Brasil. Entretanto, deve-se destacar que o termo agricultor familiar nomeia uma diversidade de atores que foram assim denominados para efeito das políticas públicas. Logo, faz-se necessário registrar a necessidade de examinar a trajetória desses sujeitos para compreender o impacto do pertencimento ao campo da economia solidária nas suas condições de vida.

Tabela 2: Categorias social dos/as sócios/as

Categoria	Frequência	%
Agricultores familiares (não assentados da reforma agrária)	234	68,6
Outrotrabalhadores autônomos (por conta própria)	23	6,7
Técnicos ou profissionais de nível superior	15	4,4
Artesãos	10	2,9
Assentados da reforma agrária	3	0,9
Garimpeiros ou mineiros	3	0,9
Nenhuma	27	7,9
Total	315	92,4
Outra resposta	26	7,6
Total geral	341	100

Fonte: SIES/QSES, 2013.

Devido à presença majoritária de agricultores familiares, a localização dos domicílios dos entrevistados predomina na sede ou na zona rural dos municípios, conforme o gráfico 1.

Gráfico 1: Área de localização domiciliar das/os entrevistadas/os

Fonte SIES/QSES, 2013.

No tocante à importância da renda gerada nos EES para seus associados, demonstrada na tabela 3, percebe-se que em sua maioria, 64,2%, não possui essa renda como a principal. Ela complementa os rendimentos para 27% e somente 5,6% afirmam que representa a fonte principal de renda. Não obstante, é importante registrar que 146 (42,8%) sócios e sócias afirmaram que a motivação para participar do empreendimento foi o desemprego.

Tabela 3: Importância da renda gerada nos empreendimentos

Alternativas	Frequência	%
Minha renda não depende do EES	219	64,2
Complementa a renda em relação a meus rendimentos principais	92	27,0
O EES garante a minha fonte principal de renda	19	5,6
Outra resposta	3	0,9
Não tenho opinião formada	7	2,1
Prefiro não declarar	1	0,3
Total geral	341	100

Fonte SIES/QSES, 2013.

Quanto a ficar sem trabalho e renda, observa-se que os atores sociais, na sua grande maioria, já ficaram por pouco tempo, 26,04%, nessa situação e 36,09% vivenciaram essa condição por muito tempo, como descrito na tabela 4. Assim, inferimos que a inserção nos EES, apesar de na sua maioria não representar a principal fonte de renda, contribui para manter a dignidade de seus associados.

Tabela 4: Associados que já ficaram sem trabalho ou sem renda própria

Alternativas	Frequência	%	%Válida
Não	128	37,54	37,87
Sim, poucas vezes ou por pouco tempo	88	25,81	26,04
Sim, poucas vezes ou por muito tempo	122	35,78	36,09
Total	338	99,12	100
Outra resposta	3	0,88	
Total geral	341	100	

Fonte SIES/QSES, 2013.

No tocante à contribuição previdenciária, retratadas na tabela 5, os dados revelaram que 71,9% dos associados não contribuem de nenhuma forma. Esse dado é preocupante, porém ele pode ser relativizado pela presença majoritária dos agricultores familiares. No entanto, constatar que apenas 5,9% do universo pesquisado contribuem na condição de associado demonstra a fragilidade econômica dos empreendimentos no que se refere à proteção social.

Tabela 5: Contribuição para Previdência Social

Formas	Frequência	%	%Válida
Não estou vinculado e não contribuo	233	65,7	71,9
Como contribuinte individual, independentemente das minhas atividades econômicas em algum EES	28	8,2	9
Como contribuinte individual, na condição de associado em algum EES	20	5,9	6,5
Como segurado especial ou facultativo	2	0,6	0,6
Como empregado (exige vínculo em Carteira de Trabalho)	37	10,9	11,9
Total	310	90,9	100
Outra resposta	31	9,1	
Total geral	341	100	

Fonte SIES/QSES, 2013.

A incipiente contribuição para a previdência social sucinta questionamentos sobre o papel que os EES desempenham nas condições de vida dos trabalhadores. Isto porque nem todos os trabalhadores estão neles para que gerem trabalho remunerado que obrigaria, em tese, a assegurar a proteção social com a contribuição com o sistema público. Nesse sentido, examinar a tabela 6 revelou o que cada ator social desempenha no empreendimento, relativizando as análises que atribuem uma precarização do trabalho nessas modalidades de empreendimento por não terem garantido condições de contribuição com a seguridade social de forma associada.

Tabela 6: Principal atividade econômica no empreendimento

Atividades	Frequência	%
Nenhuma	60	17,6
Trocade produtos ou serviços (inclui moeda social)	19	5,6
Comercialização de produtos de sua unidade econômica individual ou familiar	125	36,7
Trabalho remunerado na produção, na prestação de serviços ou na administração do EES	18	5,3
Consumo ou uso de infraestrutura, bens ou serviços coletivos	114	33,4
Total	336	98,5
Outra resposta	5	1,5
Total geral	341	100

Fonte SIES/QSES, 2013.

A atividade econômica com percentual mais significativo dos sócios trabalhadores que estão nos EES na Bahia refere-se à comercialização dos produtos, 36,7%. Esse dado sugere que esse segmento de atores é constituído pelos agricultores familiares e artesões. Se o objetivo principal do empreendimento for, nessa perspectiva, de comercializar de forma coletiva, a proteção social não é atribuição que se destine a essa modalidade de empreendimento. Diferentemente dos 5,3% que exercem nos EES o trabalho remunerado como atividade principal, pois seriam neles que se constituiriam os rendimentos mais importantes desses trabalhadores.

Considerando a diversidade de atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, inferimos que há demandas comuns, mas, por outro lado, necessidades que podem ser distintas de acordo com o papel desempenhado pelo empreendimento nas condições de vida dos seus associados. Quando instados a apontarem as necessidades mais importantes dos EES, descritas na tabela 7, os trabalhadores revelaram inúmeros fatores em comuns, no entanto, ao considerar os percentuais mais significativos, percebemos a necessidade de entender a diversidade que constitui esses atores sociais para assegurar ações de apoio que respondam as singularidades de cada coletivo.

Tabela 7: Necessidades mais importantes para o empreendimento

Alternativas	Frequência	%
Políticas de apoio do governo	334	97,9
Gerar renda maior para as/os sócias/os	325	95,3
Capacitação técnica e gerencial	317	93
Maior consciência das/os sócia/os	316	92,7
Máquinas e equipamentos modernos	313	91,8
Maior participação dos sócios nas decisões do EES	312	91,5
Comprometer-se mais com a sociedade	309	90,6
Melhorar a comercialização dos produtos	304	89,1
Crédito e financiamento	303	88,9
Maior eficiência na produção	299	87,7

Alternativas	Frequência	%
Ter uma sede própria	295	86,5
Resolver alguns conflitos internos	281	82,4
Disponer de um registro formal para o EES	264	77,4
Total	341	100

Fonte SIES/QSES, 2013.

Acessar as políticas públicas continua sendo a necessidade mais proeminente, mais é significativa que a outra necessidade que surge logo depois seja gerar renda maior para seus associados. Isto pode significar que os EES têm potencial de se constituir na atividade econômica principal dos trabalhadores, ainda que na conjuntura atual não esteja desempenhando esse papel. Outra necessidade que urge política mais focalizada refere-se à gestão. Embora seja característica dos EES a gestão coletiva, ela não prescinde de uma formação técnica para assegurar a viabilidade econômica dos empreendimentos para além dos aspectos políticos que asseguram práticas mais democráticas nos processos de decisão.

No que se refere ao trabalho associado, com foco nos 18 (5,3%) empreendimentos que constituem a remuneração principal dos sócios, as estatísticas revelam o longo caminho a ser percorrido para se afastar da precariedade. Desse subconjunto, 10 (58,8%) dos sócios trabalham de forma permanente nos empreendimentos, a jornada de trabalho varia de 8 a 60 horas semanal e 14 (82,4%) deles assumem o pagamento dos trabalhadores sem a contribuição de outra entidade. Esse pagamento é fixo ou proporcional a jornada de trabalho para 7 sócios e por produção para 8 deles. Dos 12 sócios que informaram o valor da remuneração, 8 deles recebiam menos de 1 salário mínimo vigente à época da pesquisa. Para finalizar a rápida descrição dos empreendimentos do trabalho associado, é importante ressaltar que entre os 125 sócios que apontam a comercialização como a razão principal dos EES, em 16 deles têm sócios que costumam trabalhar de forma remunerada.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em curso está demonstrando que a diversidade dos atores que constituem os empreendimentos solidários demanda ações que, em certa medida, necessitam de ajustes de acordo com a razão de ser dos empreendimentos. Assegurar uma tipificação dos EES a partir da atividade principal que os trabalhadores associados exercem seria uma estratégia válida para orientar as políticas de apoio dessas modalidades econômicas.

Identificar a predominância de agricultores familiares entre as categorias sociais na Bahia, o estado com maior número desse segmento no país, indica que a tradição de comercialização no âmbito familiar está tendo uma alteração, pois os dados analisados indicam que parte significativa desses EES destina-se às vendas dos seus produtos. Considerando a importância desse setor para a economia do estado, fica evidente que as demandas dos EES que são da agricultura familiar não estão restritas ao debate da precarização do trabalho pela ausência da proteção social. Por outro lado, é inegável que os empreendimentos que se constituem no trabalho remunerado principal dos seus sócios não conseguiram estratégias de sustentabilidade para se afastarem do trabalho precário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANJOS, E. A interseção das desigualdades de gênero e raça no campo da economia solidária. In: Engajamento e reflexão transversal em economias solidárias. SOUZA, A. R.; LUSSI, I. A. O.; ZANIN, M. (Orgs.). São Carlos/SP: EDUFSCar / ABPES, 2020. p.37-47.
- ANJOS, E. Para onde caminham as cooperativas de trabalho da Economia Solidária? Uma análise baseada nos Mapeamentos dos Empreendimentos Solidários. *Otra Economía*, 10(18):112-124, enero-junio 2016, Unisinos - doi: 10.4013/otra.2016.1018.10(2016)
- ANJOS, E. G. Práticas e sentidos das cooperativas de trabalho: um estudo a partir da economia solidária. São Leopoldo: [s.n.], 2012. Tese de Doutorado, Unisinos, RS.
- BARBOSA, R. N. C. A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.
- COSTA, B. A. L.; JESUS, P. de. A Economia Solidária no Brasil: uma trajetória de conformação enquanto movimento social? *Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo*, São Paulo, v.2.2, 2017, p.241-264.
- FRANÇA FILHO, G. C. de e LAVILLE, J. L. A economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.
- GAIGER, L. I.; LAVILLE, J. L. Empreendimento econômico solidário. In: CATTANI, A. D. et al. (Coord.). *Dicionário internacional da outra economia*. São Paulo: Almedina, 2009, p.181-187.
- GAIGER, L. I. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil, *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, v 79, p. 57-77, 2007.
- LEITE, M. P. A economia solidária e o trabalho associado: teorias e realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.24, n.69, p.31-35, fev. 2009.
- SETRE, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Disponível em: <http://www.setre.ba.gov.br>. Acesso em 12 de ago. 2019
- SINGER, P. Economia Solidária. In: CATTANI, A. (org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- SINGER, Paul. Cooperativas de trabalho. Brasília: MTE, 2004. Disponível em: https://www.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF0F046C68D9/prog_cooperativatrabalho2.pdf. Acesso em: 15 ago. 2019.
- SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- VERONESE, M.V.; GAIGER, L.I.; FERRARINI, A.V. Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária. *Cadernos do CRH, Salvador*, vol.30, n.79, p.89-104, jan-abril, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010349792017000100089&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 20 de setembro de 2019



ECONOMIA SOLIDÁRIA: A EXPERIÊNCIA DAS ARTESÃS DE ALAGOAS.

SOLIDARY ECONOMY: THE EXPERIENCE OF ARTISANS FROM ALAGOAS.

Rejane Soares de Oliveira¹

Raíssa Aryadne de Andrade Lima²

Ana Maria Rita Milani³

1 Graduada em Ciências Econômicas (UFAL) . Mestranda do Curso de Economia Aplicada da UFAL (CMEA-UFAL). E-mail:rejaneoliveira024@gmail.com.

2 Graduada em Ciências Econômicas (UFAL). E-mail: raissaaryadne@gmail.com

3 Professora Adjunta da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da UFAL. Professora do Curso de Mestrado em Economia Aplicada (CMEA-UFAL). E-mail: anamilani16@hotmail.com



RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar o mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários que trabalham no setor de artesanato no estado de Alagoas no ano 2018. Em um primeiro momento, o artigo irá apresentar uma exposição sobre o conceito de economia solidária a partir da obra de Paul Singer. Em um segundo momento, serão relatados os resultados da pesquisa intitulada: “Projeto Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no estado de Alagoas: fortalecimento da autogestão e da comercialização da Cadeia produtiva de artesanato”, a qual utilizou o método da pesquisa-ação para conhecer o trabalho e a arte de 283 (duzentos e oitenta e três) artesãos alagoanos de 10 (dez) municípios: Maceió, Rio Largo, Marechal Deodoro, Delmiro Gouveia, Água Branca, Piranhas, Atalaia, Maragogi, Palmeira dos Índios e União dos Palmares. Por fim será analisada a relação desta “nova economia” baseada na democracia, autogestão, cooperação e solidariedade, com a realidade vivida pelos artesãos alagoanos.

Palavras-chave: Economia Solidária, Autogestão, Artesanato, Alagoas.

ABSTRACT

This article aims to present the mapping of the solidarity economic enterprises that work in the handicraft sector in the state of Alagoas in the year 2018. At first, the article will present an exhibition on the concept of solidarity economy based on the work of Paul Singer. In a second step, the results of the research entitled: “Project Incubation of Solidary Economic Enterprises (EES) in the state of Alagoas: strengthening self-management and commercialization of the handicraft production chain” will be reported”, which used the action-research method to know the work and art of 283 (two hundred and eighty-three) artisans from Alagoas from 10 (ten) municipalities: Maceió, Rio Largo, Marechal Deodoro, Delmiro Gouveia, Água Branca, Piranhas, Atalaia, Maragogi, Palmeira dos Índios and União dos Palmares. Finally, the relationship between this “new economy” based on democracy, self-management, cooperation and solidarity will be analyzed, with the reality experienced by artisans from Alagoas.

Key Words: Solidarity Economy, Self-Management, Crafts, Alagoas

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o sistema capitalista vivenciou várias crises que evidenciam a impossibilidade de reprodução do trabalho através do aumento da exclusão e das desigualdades sociais. Nesse contexto, surgem experimentos sociais que mostram uma nova prática social com base na solidariedade, ganhando espaço as organizações sociais em cooperativas, como resposta as grandes contradições próprias do capitalismo, que por um lado geram crises e, por outro, movimentos buscando saídas alternativas e superação da situação de desemprego e exclusão. A economia solidária insere-se nesse bojo, com caminhos alternativos para a construção de espaços de reprodução de distribuição de renda. As cooperativas de economia solidária apresentam-se como alternativa de milhares de trabalhadores que buscam modificar suas condições de vida sob a forma de organização coletiva do trabalho. Seus protagonistas diretos encontram-se pressionados, de um lado, pela crise estrutural do mercado de trabalho e, por outro lado, se veem motivados pela ação mobilizadora dos movimentos sociais, parcelas do sindicalismo e inúmeras entidades civis, que buscam criar alternativas para a crise estrutural do trabalho assalariado e às formas de precarização. Segundo Singer (2002) a Economia Solidária surge como uma via alternativa a essa lógica capitalista que tanto marginaliza aos trabalhadores, sendo essa economia o espaço no qual se apresenta a repre-

sentação, a produção e a comercialização. Através da Economia Solidária pratica-se a solidariedade, a empatia, a democracia e a cooperação trilhando um caminho diferente no capitalismo, espaço contraditório, no qual por um lado se excluem trabalhadores do sistema e por outro surgem formas de inclusão dos mesmos.

Este artigo tem como objetivo apresentar um mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários que trabalham no setor de artesanato no estado de Alagoas no ano 2018. Para isso, será consideradas as experiências de mulheres artesãs que fazem parte de empreendimentos econômicos solidários em Alagoas, que foram contemplados na pesquisa realizada em 2018 na Universidade Federal de Alagoas que contou com apoio do CNPq. A pesquisa foi intitulada: “Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no estado de Alagoas: fortalecimento da autogestão e da comercialização da Cadeia produtiva de artesanato”, que teve como objetivo a construção de uma rede de comercialização. Assim, apresentar-se-ão dados levantados na pesquisa como também relatos.

A metodologia utiliza a interação teórico-prática que se encontra na pesquisa-ação, na qual o pesquisador deixa claro a relevância da prática e intervenção no processo de investigação. Nela os saberes populares se entrelaçam com os saberes acadêmicos, acompanhando as interações cotidianas entre os atores buscando proferir as atividades e reflexões a partir das condições encontradas na realidade deles. Pressupõe a interação teórico-prática entre os participantes e parceiros de modo a articular as ações e reflexões a partir das condições dadas. Trata-se da condução em que os diversos parceiros interagem a partir e nas práticas em que estão envolvidos. Não se parte do princípio hierarquizado que prima pela preponderância do saber acadêmico, mas o mesmo é conjugado como força pedagógica e política sendo democratizado na relação com os conhecimentos populares. Freire (1987, 1967, 2001) enfatiza a ideia de que a vida é um elemento chave para a produção da aprendizagem, e que a produção do conhecimento é sempre mediada pelas condições contraditórias de uma realidade em transformação. Foram acompanhados 28 grupos de economia solidária em 10 cidades de Alagoas, englobando diretamente 278 sócios de empreendimentos econômicos solidários.

Além desta introdução, a primeira seção abordará a construção teórica do que é entendido por economia solidária, sua definição e interpretação trazendo alguns autores, como por exemplo, Paul Singer (2000a, 2000b, 2002, 2003, 1998), Gaiger (2000, 2001), Quijano (2002), Razeto (2011). Esses autores que se debruçaram com as ideias de cooperativismo, autogestão, solidariedade, etc, e tentam moldar e criar o marco teórico dessa nova práxis social de economia solidária. A segunda seção, aborda as questões metodológicas. A terceira seção, aborda um retrato das experiências das mulheres artesãs do estado de Alagoas que encontram na solidariedade o espaço de reprodução de um outro caminho diante das desigualdades sociais. Nessa seção, serão apresentados os dados primários levantados na pesquisa através da aplicação de questionários. Na quarta seção, serão apresentados os resultados e interpretações da economia solidária e o artesanato. Por fim, as considerações finais.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA: DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES

A economia solidária pode ser entendida como um modelo de organização social e econômico que tem seus fundamentos na solidariedade, cooperação e na autogestão, impulsionando a criação de laços solidários que transcendem as relações econômicas de um determinado grupo. De acordo com Singer (2002, p.33):

A Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

Essa nova Economia se apresenta como uma alternativa possível ao modo de produção ao qual estamos inseridos. Entretanto, esta nova alternativa não apenas está atenta aos mais desfavorecidos pelo sistema, mas busca envolver de forma consciente atores das mais diversas áreas da sociedade civil, colaborando para um progresso social, econômico e tecnológico. De acordo com Gaiger (2003), o modo de produção capitalista se resume em produção de mercadorias que visa o mercado e o lucro, havendo uma relação separada e desigual entre o proprietário, o meio de produção e os trabalhadores que trocam seu trabalho por salário.

É possível entender a Economia Solidária como sendo esse vetor que une pessoas através da livre associação em busca de uma forma mais justa e solidária de produzir, comercializar e consumir dentro da sociedade capitalista. Singer (2000) aponta que a Economia Solidária cria novas formas de organização da produção, e possibilita para muitos uma reintegração à produção por conta própria individual ou coletiva. Assim os trabalhadores se unem em Empreendimentos Econômicos Solidários que podem ser um grupo informal, uma associação, uma cooperativa e se tornam donos de seu trabalho e negócio e com é com base nos princípios da Economia Solidária que operam estes negócios.

Em muitos casos, portanto, a reciprocidade e o princípio de ação comunitária não são o resultado de decisões ideológicas, ou mesmo de uma ética de solidariedade inerente ou de adesão a um projeto político-ideológico de sociedade. A solidariedade e reciprocidade podem ser, na realidade, o único recurso possível para a sobrevivência. Mas daí surge um conjunto de questões relevantes para o debate contemporâneo na América Latina, como as relações entre reciprocidade e mercado, as relações entre o trabalho não assalariado e o capital, entre as racionalidades do capital e das comunidades, etc. (Quijano, 1998).

Dessa maneira, surgem as primeiras cooperativas, na Europa, resultantes da união dos trabalhadores, algumas eram formadas a partir da empresa já existente que não tinha como pagar os funcionários. A diversidade de cooperativas é tipificada como: cooperativismo de consumo, cooperativismo de crédito, cooperativismo de compras e vendas, e cooperativismo de produção (SINGER, 2002).

Assim, surgem vários autores tentam interpretar essa economia alternativa no sistema capitalista e contribuem com diferentes pontos de vista que enriquecem a discussão sobre o tema, sendo alguns deles os seguintes:

Para Luis Razeto (1990), os grupos solidários funcionam com recursos escassos, técnicas rudimentares, baixa tecnologia, saber fragmentário e capacidade de gestão rudimentar ou intuitiva. No entanto, nesses grupos surge uma racionalidade diferente, que evidencia a força da solidariedade que combinada a esses poucos recursos potencializa os resultados obtidos.

Para França & Laville (2011) apresenta a economia solidária como um novo relacionamento entre economia e sociedade a partir de uma outra forma de regulação que permite a sustentação das formas de vida dos indivíduos em sociedade. Esse autor salienta que o termo “economia solidária” identifica uma série de experiências organizacionais numa nova dinâmica social.

Grade (2010) interpreta a economia solidária como processo revolucionário dos homens produtores diretos, em suas práxis histórica determinada, sob o modo de produção capitalista engendram elementos para a superação de sua alienação. A solidariedade aparece como forma de superação do capital e de suas categorias: salário e lucro. A solidariedade é um espaço transitório para a construção de uma nova forma de produção da vida.

Tauile (2004) salienta que o surgimento da economia solidária se apresenta como expressão da criação de grande número de cooperativas urbanas, sejam de produção, trabalho, consumo ou crédito, dentro de um movimento cada vez mais combinado entre a sociedade civil e as políticas públicas progressistas. Uma característica deste tipo de empreendimento é que seus atores estão engajados e interessados no desenvolvimento e na viabilização do mesmo. Para sociedades debilitadas de políticas públicas e com elevados índices de desocupação e carência de renda para a maioria da população, cresce a importância de um elevado grau de apoio político-institucional para esses empreendimentos e suas respectivas bases de fomento (educação, crédito etc.), enfim à Economia Popular Solidária.

Já no Brasil, é em meados da década de 1980 e 1990 com um contexto de desindustrialização e um alto nível de desemprego que os empreendimentos econômicos solidários cresceram como alternativa aos trabalhadores em obter emprego, renda e de se emancipar (SINGER, 2002;2014).

A Economia Solidária, é portanto, uma maneira que os indivíduos encontraram de permanecer enquadrado no sistema, seja através dos princípios nos quais os trabalhadores inseridos nesses empreendimentos estão respaldados ou pela ciência de como se dá a produção e comercialização existentes, transformando dia a dia a realidade na qual eles estão inseridos.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada no projeto: “Projeto Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no estado de Alagoas: fortalecimento da autogestão e da comercialização da Cadeia produtiva de artesanato” teve como base teórica Marx, Freire e Vigotsky. Como ponto de partida pressupõe a interação teórico-prática entre os participantes e parceiros de modo a articular as ações e reflexões a partir das condições dadas. Trata-se da condução em que os diversos parceiros interagem a partir e nas práticas em que estão envolvidos. Ou seja, o ponto de partida é sempre as condições reais e contraditórias dos próprios grupos. Sendo assim, a metodologia pode ser interpretada na concepção da pesquisa-ação, na qual o pesquisador deixa claro a relevância da prática e intervenção no processo de investigação. Nesta perspectiva, é a pesquisa que articula uma relação entre teoria e prática no processo de construção do conhecimento. A interação ocorre prevendo a participação dos membros da universidade como mediadores do processo de produção de conhecimentos, dentro de uma concepção dialética. A organização social popular foi inspirada nos ensinamentos de Paulo Freire (1987, 1989, 1992, 1993), cuja contribuição metodológica marca há décadas esses processos, no sentido de que entre os saberes populares e os saberes socialmente constituídos haja um processo de interação, rupturas e avanços. Essa metodologia prima pela observação detalhada, acompanhamento dos grupos pela coordenação e pelo bolsista, através de entrevistas, questionários, conversas, visitas informais, estudos de textos diversos e planejamento de ações junto aos grupos.

4. CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM ALAGOAS

Observamos nos tempos hodiernos que apesar das contradições do capitalismo evidenciam práticas solidárias como forma de reprodução da vida e geração de renda. Assim, apresentamos no Quadro 1 os grupos estudados no projeto. Foram entrevistados 28 EES, formais e informais no estado de Alagoas, sendo aproximadamente, 280 artesãos. No Quadro 1, apresentam-se algumas características relevante de cada grupo, como, local e produção, além de depoimentos e expectativas futuras.

Quadro 1 – Caracterização dos EES em Alagoas

NOME DO GRUPO	MUNICÍPIO	CARACTERÍSTICAS OBSERVADAS
Associação Arte da Terra Florescer	Maceió (Benedito Bentes)	Produção: trabalhos com pintura, bonecas de pano, peças feitas através dos bordados crochê, crochê em grampo e filé, muitos desses produtos são feitos materiais recicláveis. As artesãs ressaltam a importância de estimular o crescimento da economia solidária, sendo esta uma forma alternativa na geração de trabalho, dando ênfase a autogestão democrática, a solidariedade e a cooperação.
Associação Artesãos Criativos de Alagoas	Maceió (Pontal da Barra)	Os produtos são confeccionados a partir do bordado filé, bordado crochê, tricô, fuxico, pintura e outras diversas tipologias. O artesanato resalta a arte e a cultura popular e o critério para entrar nesse grupo é trazer novidades do artesanato e estar sempre disposto a aprender e ensinar uns aos outros. As cooperadas admitem que alcançaram a realização pessoal e profissional quando enfim se tornaram artesãos
Associação das Artesãs Tecendo Arte	Maceió (Benedito Bentes)	Produção: tecidos, aplicações e bordados como o filé e o crochê. Cada uma faz um pouco do que sabe e repassa para as outras componentes do grupo para que possam produzir também. As artesãs destacam a união do seu grupo e afirmam que estão sempre juntas produzindo e vendendo os produtos. As artesãs sonham com a expansão do seu grupo, para trabalhar, expor, mas principalmente aprender e repassar seu conhecimento.

NOME DO GRUPO	MUNICÍPIO	CARACTERÍSTICAS OBSERVADAS
Associação das Mulheres Quilombolas da Serra das Viúvas	Água Branca (Serra das Viúvas)	É uma comunidade quilombola, que produzem e comercializam artesanato feito a partir de palha de bananeira, milho e cipó de Licuri, que são encontrados em abundância na região. Assim o grupo ressalta, por meio de seus produtos típicos, tradições e características da região e da comunidade quilombola.
Associação de Artesãos de União dos Palmares (UNIART)	União dos Palmares	produção diversificada, composta por palha de bananeira, bordado, madeiras e cabaças. Entretanto, há iniciativa de produção conjunta para direcioná-la completamente para a palha da bananeira, afim de criar novos produtos como um kit praia.
Associação de Artesãos Motivarte	Maceió (Bairro Prado)	A produção é o bordado crochê, também utilizam o fuxico com fita e continuam a aprender, investindo no bordado filé. Para elas o artesanato é uma forma de trabalhar, de empreender, de ser independente, e veem no seu grupo uma família, que motivam umas às outras a crescer dentro do artesanato e a ajudar o próximo.
Associação Descanso de Rei dos Artesãos do Povoado Salgado	Delmiro Gouveia (Povoado Salgado)	Produzem artesanato a partir da tecelagem, onde tecem redes. As peças produzidas são variadas, vão de jogos americanos, passadeiras, almofadas até redes todas confeccionadas com o tear e vendidas em Alagoas e em outros Estados. Enfrentam dificuldades de comercialização, com custos muito altos para chegar aos centros comerciais.
Associação dos Artesãos Criativos Massagueirense	Marechal Deodoro	Tem como foco a produção e comercialização de artesanato a partir dos bordados filé e crochê, de tecidos, plástico PVC (policloreto de polivinila) e materiais recicláveis (PET). São produzidos pelos artesãos roupas, pesos de porta, bolsas, acessórios, marcadores de livros, chaveiros e entre outros.
Associação dos Artesãos de Delmiro Gouveia	Delmiro Gouveia	produção e comercialização do artesanato com madeira, tecido e plásticos recicláveis. São produzidos pequenos objetos decorativos, assim como também utilizam tecido. Através do artesanato reciclado, os artesãos com seu talento, transformam o que antes era lixo em obras de arte e encaram uma nova forma de viver para produzir carteiras, porta-moedas e entre outros.

NOME DO GRUPO	MUNICÍPIO	CARACTERÍSTICAS OBSERVADAS
Associação de Artesãos em Couro de Tilápia	Piranhas	a produção e comercialização do artesanato a partir do couro de bode e tilápia. São confeccionados produtos que resgatam a identidade cultural, ambiental e social da região. O grupo produz bolsas, cintos, calçados, carteiras, acessórios e porta-moedas, retratando o cangaço, flores da caatinga e o Rio São Francisco.
Associação Fibras e Arte	Atalaia	Produção a partir do reaproveitamento do tronco da bananeira de onde são retiradas a fibra que é a matéria prima principal. São confeccionados jarros, porta-joias e embalagens, entre outros. Com o trabalho em grupo esses artesãos tentam superar as dificuldades de comercialização, do trabalho e da vida, entretanto encontram na economia solidária uma forma de vida.
Associação Mãos Unidas Artes e Delícia (AMUARD)	Marechal Deodoro	produção e comercialização do bordado Filé, herança da colonização portuguesa, na região do Complexo Estuário Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM). Para os membros do grupo, economia solidária é mais que uma organização de trabalho, mais que o lucro. A economia solidária e o associativismo é se importar com os companheiros e adotar um outro estilo de vida,
Associação Mulheres Indígenas	Palmeiras dos Índios	Aldeia Indígena Mãe Serra da Capela, Xucuru-Kariri, tem como foco a produção e comercialização de artesanato com base em sementes da região e penas de animais. São feitos brincos, pulseiras e adereços para o cabelo pelas mulheres da aldeia, há ainda os cocás produzidos pelos homens.
Associação de Mulheres Mães Camponesas	Água Branca	produção e comercialização a partir do bordado e da pintura em tecido. O grupo é formada por mulheres, que possuem sede própria, seus produtos retratam pontos característicos do Sertão Alagoano, assim como pontos turísticos da cidade em que residem.
Associação Procoarte	Rio Largo	As artesãs trabalham com pinturas, crochê, biscuit e outras formas de artesanato. O grupo é movido por pessoas que conhecem a necessidade de cooperação, união, solidariedade em prol de um bem comum.
Associação Renda Singeleza Nossa Senhora da Conceição	Água Branca	produção e comercialização da renda singeleza, considerada patrimônio imaterial e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que é tradicionalmente confeccionada com agulha, linha e talos de coqueiro. Não exige risco, nem moldes e utilizalinas simples de algodão.

NOME DO GRUPO	MUNICÍPIO	CARACTERÍSTICAS OBSERVADAS
Cooperativa das Artesãs da Barra Nova	Marechal Deodoro	Produção e comercialização do bordado filé, confeccionando confeccionados pelas artesãs jogos americanos, colares, pulseiras, tiaras, bolsas, blusas, vestidos e marcadores de livros, entre outros. Sobre a economia solidária, as artesãs declaram que foi necessário construir, com as cooperadas a questão da coletividade, de produzir juntos, dada a cultura do individualismo presente na sociedade.
Cooperativas Rendeiras Unidas do Pontal da Barra	Maceió (Pontal da Barra)	Esse grupo produz e comercializa bordados filé, que é considerado patrimônio imaterial do Estado de Alagoas, e confeccionam peças com bordado crochê e ponto de cruz. São confeccionados pelas artesãs tiaras, bolsas, quadros, blusas, vestidos e itens de decoração.
Grupo Arte da Terra	Rio Largo	A produção se concentra na confecção de bonecas de pano e tem como diferencial representar a infância com figuras típicas da região. Relatam que o grupo foi construído com muito esforço e dedicação por parte de todos os envolvidos através do amor ao seu trabalho.
Grupo Arte Fibra	Maragogi	Produção e comercialização de artesanato feito a partir da fibra de bananeira, confeccionando jogos de mesa, quadro, carteiras, passadeiras, entre outros. A originalidade e criatividade está presente nos produtos pois conseguem tecer a fibra de bananeira no bordado de filé. A confecção das peças conta com uma cadeia produtiva com os seguintes passos, colher a fibra, estender ao sol para secar, forma a “rede” e ao fim produzir o artesanato.
Grupo ARTEMIX	Atalaia	Produz e comercializa produtos feitos a partir pintura, crochê, bordado com fitas, biscuit, corte e costura, elaboração de bonecos, tapetes, utensílios para banheiros, blusas e bolsas, e pinturas em tecido.
Grupo Artesãs Aconchego	Maceió	São produzidas peças a partir de bordados, como o crochê, itens de decoração a partir do ícone tradicional do folguedo alagoano do Guerreiro. Atualmente contém oito artesãs que estão juntas no artesanato a cerca de trinta anos.

NOME DO GRUPO	MUNICÍPIO	CARACTERÍSTICAS OBSERVADAS
Grupo Artesãs Nordestinas de Alagoas	Maceió	São produzidas peças a partir de pinturas – em quadros, cerâmicas e MDF – também confeccionam bonecas de pano, crochê e entre outras coisas. O grupo é movido pelo amor à arte e pela expectativa de ter o seu trabalho reconhecido, como também pela vontade de fazer com que o artesanato seja seu emprego e empregue cada vez mais pessoas, atraindo novos talentos
Grupo Mandacaru	Maceió	O grupo trabalha com peças feitas a partir de retalhos, além do bordado crochê e produzem fantoches, bonecas, laços. As artesãs alegam que sempre tiveram interesse pelo artesanato e a vontade de aprender novas formas de arte. O artesanato compõe a renda mensal dos artesãos e a venda tem seus pontos altos e baixos,
Grupo Mulheres de Talento	Maceió	Os seus produtos são diversificados, algumas trabalham com bordado filé, bordado crochê, aplicação em camisa e bonecas de pano que remetem a cultura alagoana. Relatam que o grupo transformou as suas vidas, trazendo mais amor e laços entre elas, que as ajuda a enfrentar doenças como depressão e problemas conjugais.
Grupo Recanto da Arte	Maceió	Trabalham com diversas tipologias do artesanato, como bordado crochê, bordado filé, bonecos de pano, bolsas, chaveiros além de produtos recicláveis retratando a cultura nordestina. A venda dos produtos é feita de forma direta, comercializam junto com outros grupos em loja em um dos shoppings da cidade de Maceió. A motivação é oriunda da vontade e da necessidade de criar, empreender e está sempre criando novos produtos.
Grupo Somando Talento	Maceió	São produzidas peças a partir do fuxico, do bordado crochê, além de artigos infantis, como bonecas, fantoches, dedoches, vassouras, pesos de portas, pula corda e entre outros. faltam de equipamentos suficientes para todas, as artesãs precisam se reverter para realizar a produção que é vendida em benefício do empreendimento.
Grupo Tempo de Renovar	Maceió	São confeccionados artesanatos a partir dos bordados crochê e filé, pintura e produzem fantoches, bonecas e entre outros. As artesãs acreditam que existem diferenças a respeito da visão do artesanato pela sociedade de Alagoas e dos outros estados, sendo muito mais valorizado em outros locais. Entretanto, a maneira de conseguir um maior reconhecimento é trabalhando em rede, organizadas, com o apoio entre os grupos

5. RESULTADOS

Para apreender os experimentos reais que encontram nas formas pretéritas do trabalho a forma de reprodução, apresentaremos as especificidades do artesanato alagoano. Nos dados quantitativos forma estudadas aspectos socioeconomicos que evidenciam a fragilidade destes grupos e as dificuldades enfrentadas para conseguir a produção do artesano. , nível de renda, escolaridade, idade, sexo, quantidade de EES, etc. Observou-se através dos depoimentos dos integrantes dos grupos que a economia solidária se apresenta como uma fonte de geração de renda, além de que também como possibilidade de reprodução da vida, de valorização do trabalho manual e feminino, a cultura do local, etc. Assim, alguns participantes declaram: *"Eu criei minha filha no artesanato, a terra dá tudo. Cada peça que faço, é um eu que está ali"* (Participante A). Nesse sentido, outro cooperado afirma: *"Economia solidária não vê o lucro, vê o bem-estar das pessoas. É sempre o nós e não o eu."*(Participante B).

Com o intuito de compreender a situação em que estão inseridos os artesãos do Estado de Alagoas, serão apresentadas e analisadas as características dos empreendimentos econômicos solidários (EES). Serão levados em conta, as especificidades da região, como a cultura, as relações sociais e características locais. Desta forma, forma analisadas as seguintes regiões: a) Agreste Alagoano, estando com o epicentro no município de Palmeira dos Índios; b) Leste Alagoano, abarcando os municípios de Atalaia, Maceió, Marechal Deodoro, Rio Largo e União dos Palmares e c) Sertão Alagoano com os municípios de Água Branca, Delmiro Gouveia e Piranhas.

A partir dos questionários aplicados nas visitas de campo da pesquisa e dos dados qualitativos levantados, podemos diagnosticar alguns pontos positivos e negativos salientados pelos EES, que podem dar ideia dos problemas enfrentados assim como das potencialidades dos mesmos. No Quadro 1, que considera todos os grupos estudados, esses pontos agem como impulsos e limitações a continuação do trabalho dessas artesãs. Os pontos positivos a serem destacados se resumem da seguinte forma: "união", "cooperação", "solidariedade" presente entre os sócios dos empreendimentos, "realização pessoal", "empoderamento feminino" que tem alto poder motivador e os pontos que não as permitem fraquejar "amor ao artesanato", "persistência", "criatividade" e os que trazem contribuições sociais importantes a "valorização da arte e cultura popular" e a "transmissão de conhecimento".

Os pontos negativos do Quadro 2 estão relacionados com as dificuldades enfrentadas pelos EES, as principais são as "dificuldades de comercializar", "falta de valorização do artesanato no Estado de Alagoas", "presença constante de atravessadores" e "pouca divulgação da economia solidária e do artesanato". Além disso, alegam que há pouco contato entre os grupos, falta de articulação entre os grupos, mesmo existindo o Fórum Alagoano de Economia Solidária e a Federação Alagoana de Artesãos (FALARTE), não há um sentimento de solidariedade entre esses empreendimentos.

Quadro 2 - Pontos positivos e negativos dos EES

Prontos Positivos	Pontos Negativos
<ul style="list-style-type: none"> • União; • Cooperação; • Solidariedade; • Realização pessoal; • Amor ao artesanato; • Persistência; • Criatividade; • Empoderamento feminino; • Valorização da arte e cultura popular; e • Transmissão de conhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta do apoio dos órgãos governamentais; • Falta da articulação entre os grupos; • Dificuldades para comercializar; • Falta de valorização do artesanato no Estado de Alagoas; • Falta de pontos fixos decomercialização; Pouca divulgação; e • Presença constante de atravessadores.

Fonte: autores, 2018.

Assim, esses experimentos fazem emergir uma nova forma de entender a dinâmica social. A economia solidária facilita essa dinâmica, construindo uma nova práxis sociais que tem um nexos social com as especificidades do local, as quais buscam recuperar a centralidade do homem, suas habilidades produtivas e criativas, e fundamentalmente a cultura e valorização da história local. Nesse sentido, um ponto fundamental é a participação da população, neste caso os EES, como autores do processo de desenvolvimento. Assim, o espaço passa hoje a desempenhar um papel crucial para se pensar o desenvolvimento, pois a própria sociedade só é concretizada no espaço. Os EES em Alagoas têm relevância na medida em que geram a possibilidade de mudança econômica e social que resultará na transformação do espaço e do local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim, considerando os resultados observados podemos exaltar a importância da economia solidária no estado de Alagoas. A supremacia do capital e por conseguinte a subordinação das relações humanas sobre ele, sufoca e suprime a possibilidade de uma alternativa econômica, que vise não a exploração do homem pelo homem, mas a observância de um desenvolvimento estruturado nas possibilidades de construção de cidadania, na diminuição da pobreza e sobretudo no reconhecimento do sujeito no mundo e as suas responsabilidades nele com relação ao meios de produção. Seria possível uma “outra economia”? Alguma contra investida ao capitalismo? Este é o grande questionamento que a economia solidária responde, resolve e mostra soluções desde a revolução industrial.

Visto o contexto em que estão inseridas as artesãs da economia solidária em Alagoas, percebe-se a necessidade de uma maior valorização as práticas e intervenções deste novo olhar econômico. Em grupo as artesãs visam muito mais que o faturamento de suas obras, utilizam os sustentáculos da cooperação, da democracia e do bem comum, vivem norteadas pela sociabilidade e pela unidade, todas comungando de um objetivo comum: o bem-estar social.

Relato das próprias artesãs colocam em evidência a seriedade desta mútua contribuição, vivem umas pelas outras, construindo lações mais fortes que o sanguíneo, a ponto de participarem ativamente na vida uma das outras. Considerando que todas estas atitudes irão intervir e proporcionar mudanças reais, válidas e de uma natureza revolucionária, podemos concluir como significativa, representativa e transformadora todas as práticas da economia solidária. Por meio de um olhar crítico sobre a realidade as artesãs de Alagoas são a materialização da real possibilidade de mudança. Torna-se necessário refletir sobre as políticas públicas de intervenção, fomento e financiamento que hoje sofreram restrições do governo federal. Mas, ficou evidente a criatividade dos EES que podem subsidiar novos empreendimentos e eixos do desenvolvimento local. A

economia solidária apresenta-se, no contexto de aumento de vulnerabilidade e desemprego, como possível caminhos de superação e melhoria das condições de vida que trazem a valorização do trabalho direto assim como da cultura do local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GAIGER, Luiz I. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). A economia Solidária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.

GAIGER, Luiz Inácio. As organizações do terceiro setor e a economia popular solidária. Revista de Ciências Sociais, n. 159, 2001.

GRADE, Marlene. Fórum do Maciço do Morro da Cruz e AGRECO como espaço transitório: germinando a espacialização de relações solidárias em Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Geografia – Doutorado, 2006.

FRANÇA, G.; LAVILLE, J. Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987. 17ª edição.

. Ação cultural para a liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1967.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RAZETO, Luís. La economía de solidaridade: concepto, realidad y proyecto. www.neticoop.org.uy. Acessado em 07.10.2011, às 22:30hs.

SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo (Orgs.). A economia solidária no Brasil – autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000a.

SINGER, Paul. Uma utopia militante: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

. Economia dos Setores Populares: propostas e desafios, questões debatidas. In: Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia. KRAYCHETE, Gabriel, et all. (Org.) Rio de Janeiro: Vozes, 2000b.

. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002a.

. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David. (Org.) A Outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.



ESCALABILIDADE DA INOVAÇÃO SOCIAL NO
CONTEXTO BRASILEIRO: UM ESTUDO DE CASO
EM UM BANCO COMUNITÁRIO

*SCALABILITY OF SOCIAL INNOVATION IN THE
BRAZILIAN CONTEXT: A CASE STUDY IN A
COMMUNITY BANK*

Júlia Mitsue Vieira Cruz Kumasaka Universidade Federal do Paraná
Contato: juliamitsue@hotmail.com

Barbara Braga Cruz Universidade Federal do Ceará
Contato: barbarabc_16@hotmail.com

Fernanda Salvador Alves Universidade Federal do Paraná
Contato: fesalves@gmail.com

Andréa Torres Barros Batinga de Mendonça Universidade Federal do Paraná
Contato: andrea.tbbm@gmail.com



RESUMO

O processo de escalabilidade da inovação social ocorre quando ela busca aumentar o seu impacto social em relação aos seus usuários ou alcançar mais beneficiários. Tendo em vista a importância do tema e sua pouca exploração por artigos científicos com casos empíricos, o presente estudo busca verificar como ocorre o processo de escalabilidade da inovação social, entendendo os elementos que dificultam e os que auxiliam esse processo usando como base o modelo proposto por Morais-da-Silva, Takahashi e Segatto (2016). Para isso, um estudo de caso com o Banco Palmas (primeiro banco comunitário do Brasil) foi realizado. Como resultado, foi possível observar que além dos fatores destacados pelo modelo utilizado, os canais de comunicação de mídia tiveram um papel fundamental da difusão da inovação social. Além disso, as experiências do líder e da própria organização em relação aos negócios tradicionais não foram observadas. Ademais, melhor do que receber recursos de fontes filantrópicas, como dito no modelo de Morais-da-Silva, Takahashi e Segatto (2016), seria se a IS conseguisse ser independente financeiramente. Entre as contribuições práticas, são fornecidos elementos que os gestores que desejam aumentar o impacto de sua inovação social devem analisar para planejar suas ações.

Palavras-chave: Inovação social; Escalabilidade; Difusão; Empreendedorismo Social; Banco Comunitário.

ABSTRACT

The scalability process of social innovation occurs when it seeks to increase the social impact in relation to its users or reach more beneficiaries. In view of the importance of the theme and its little exploration by scientific articles with empirical cases, the present study seeks to verify how the process of scalability of social innovation occurs, understanding the elements that hinder and those that assist this process using the model used by Morais-da-Silva, Takahashi and Segatto (2016). For this, a case study was carried out with Banco Palmas (the first community bank in Brazil). As a result, it was possible to observe that in addition to the factors highlighted by the model used, the media communication channels played a fundamental role in the diffusion of social innovation. In addition, how to experience the leader and organize your own relationship with traditional businesses has not been observed. Furthermore, better than receiving resources from philanthropic sources, such as the Morais-da-Silva, Takahashi and Segatto (2016) model, seriously an IS managed to be financially independent. Practical contributions include elements that managers who increase or impact their social innovation must analyze to plan their actions.

Keywords: Social Innovation; Scalability; Diffusion; Social entrepreneurship; Community bank.

1. INTRODUÇÃO

A inovação social envolve uma mudança de prática social (D`AMARIO; COMINI, 2020; HÖLSEGENS; LÜBKE; HASSELKUSS, 2018) a partir de uma mudança que possui como principal objetivo trazer benefícios sociais (ASHTA et al., 2020). Apesar da literatura de inovação social ser considerada diversa em definições e entendimentos por alguns autores (D`AMARIO; COMINI, 2020; HÖLSEGENS; LÜBKE; HASSELKUSS, 2018; RABAD-JIEVA; BUTZIN, 2019), o ponto comum entre elas é o fato dessa inovação gerar um impacto social significativo.

Cada vez mais ela se configura como uma alternativa viável e eficaz para superar problemas sociais que as tecnologias e inovações tradicionais não possuem o foco de sanar (MULGAN, 2007; MOULAERT et al., 2005)

ou que não conseguem resolver sozinhas sem a perspectiva social de longo prazo (HÖLSGENS; LÜBKE; HASSELKUSS, 2018).

Em um processo de difusão, a inovação é comunicada por canais ao longo do tempo entre os membros de um sistema social e envolve as expectativas e julgamentos convergentes ou divergentes entre esses atores. A difusão de inovações compreende nessa perspectiva quatro elementos principais que norteiam a curva desse processo: a inovação em si, a comunicação e os canais em que percorre ao longo do tempo e os membros do sistema social (ROGERS, 2003).

Quando se trata das inovações sociais, a difusão é chamada de escalabilidade e tem como benefício o maior número de favorecidos e uma melhora nas soluções propostas, aumentando o impacto social das inovações (MULGAN, 2007; BHATT E ALTINAY, 2013; MORAIS-DA-SILVA, TAKAHASHI E SEGATTO, 2016; MORAIS-DA-SILVA E SEGATTO, 2018). Assim, a importância de se estudar a difusão de inovações sociais está em responder aos desafios de transformar algo novo em uma prática comum de impacto social, buscando entender como se constitui esse processo, a partir dos elementos que o compõe, como os atributos da inovação são percebidos, quais vantagens percebidas na adoção e como esses elementos influenciam a taxa de adoção dessas inovações (HÖLSGENS; LÜBKE; HASSELKUSS, 2018).

Porém, na meta-síntese com estudos de caso que analisaram a escalabilidade da inovação social realizada por Morais-da-Silva, Takahashi e Segatto (2016) percebeu-se que o tema ainda é pouco explorado. Em conformidade com isso, Bolzan et al. (2019) realizou um estudo bibliométrico e constatou que o tema é recente, já que a primeira publicação com esse foco foi em 2002, chegando em 2019 com um pouco mais de 40 artigos publicados.

A pouca exploração da temática também é ressaltada por outros autores (ASHTA et al., 2020; JOHANSSON; STEFANSEN, 2020; STEINFELD; HOLT, 2019) e, inclusive, Ashta et al. (2020) argumentam que é importante que sejam feitos mais estudos que abordem casos de sucesso e de fracasso de escalabilidade de inovações sociais para que seja gerado mais conhecimento na área.

Outra informação que é comprovada com o estudo de Bolzan et al. (2019) é que, apesar do Brasil ser um dos países com maior número de estudo sobre o tema, apenas 5 artigos de autores brasileiros foram encontrados, com apenas 4 sendo estudos de caso no âmbito nacional. Assim, é possível perceber que é um campo com potencial para ser explorado e analisado sobre a real adaptação dos modelos propostos internacional ou nacionalmente no contexto brasileiro.

2. OBJETIVOS

Nessa perspectiva, o objetivo geral do estudo é verificar como ocorre o processo de escalabilidade da inovação social, com foco no Banco Palmas, entendendo os elementos que dificultam e os que auxiliam esse processo usando como base o modelo proposto por Morais-da-Silva, Takahashi e Segatto (2016), atendendo o seu chamado para inclusão e exclusão de elementos.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 INOVAÇÃO SOCIAL

Para Bignetti (2011), a inovação social (IS) é o efeito do conhecimento destinado às carências da sociedade por meio da participação e contribuição de todos os atores envolvidos e possibilitando respostas duradouras para os problemas sociais. Assim, a inovação social compreende o contentamento das necessidades humanas por meio de mudanças nas relações sociais, em especial às novas formas de governança, incluindo a maior participação dos membros da sociedade e ampliando a capacidade sociopolítica dos seus cidadãos. Além disso, também pode buscar aumentar o acesso aos recursos mínimos para satisfazer as necessidades básicas das pessoas envolvidas ou beneficiadas (MOULAERT et al., 2005).

Por se tratar de uma inovação, a IS apresenta uma nova combinação de elementos, mas com o foco em proporcionar um impacto social positivo. Elas também são diferentes das inovações tradicionais por não buscar vantagem competitiva. Para Mulgan (2007), as inovações sociais raramente possuem elementos totalmente novos, mas apresentam uma combinação de aspectos que já existem, porém com propósitos antes diversos, e que agora atenderão às demandas sociais.

Além disso, as inovações sociais não precisam ser tecnológicas, mas sim possuir potencial para auxiliar em um futuro sustentável. Esse auxílio também não necessariamente será uma mudança radical no regime sociotécnico vigente, podendo ser uma nova perspectiva de como produtos ou serviços podem ser fornecidos (HÖLSGENS; LÜBKE; HASSELKUSS, 2018) para atender mais eficientemente a população.

Quando pensando nos processos de inovação social propriamente ditos, Tardiff e Harrison (2005) afirmam que alguns aspectos são interessantes de serem entendidos. Primeiro, o modo de coordenação, ou seja, como acontecem os processos de avaliação das atividades, de mobilização dos atores, de participação e de aprendizagem. Em segundo, os meios utilizados para se alcançar parcerias, consensos entre os diferentes atores envolvidos, empoderamento e a difusão. E, em terceiro, as restrições enfrentadas, podendo estar relacionadas com os regimes institucionais rígidos, tensão entre os participantes, incertezas, entre outras.

Muitos pesquisadores entendem que o processo de criação e implementação da inovação social é o que a define, partindo da cooperação entre diferentes atores. Ela se consolida como um processo de aprendizagem coletiva que acontece com a participação dos beneficiários em diversos níveis e com a consequente construção do conhecimento (CLOUTIER, 2003).

Assim, é possível observar que diferentes processos que constituem uma inovação social, desde a sua constituição até suas rotinas diárias e o que é necessário ser feito para que o impacto social alcance os beneficiários esperados. Dentro dessa perspectiva, focando nos processos de desenvolvimento das inovações sociais, o quadro 1 apresenta alguns modelos encontrados na literatura.

Quadro 1 – Etapas do processo de inovação social segundo a literatura

AUTORES	ETAPAS
Mulgan (2007)	<ol style="list-style-type: none"> 1) Gerar ideias através do entendimento das necessidades e potenciais soluções 2) Desenvolver e iniciar as soluções 3) Avaliar e difundir as práticas positivas 4) Aprendizagem e evolução
Rollin e Vicent (2007)	<ol style="list-style-type: none"> 1) Emergência 2) Experimentação 3) Apropriação 4) Difusão e alianças
Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010)	<ol style="list-style-type: none"> 1) Destacar as necessidades 2) Desenvolver possíveis soluções 3) Fazer testes na prática como protótipos 4) Tornar prática cotidiana 5) Crescer em escala 6) Mudança sistêmica
Bhatt e Altinay (2013)	<ol style="list-style-type: none"> 1) Inicial 2) De desenvolvimento 3) Escalabilidade
Benneworth e Cunha (2015)	<ol style="list-style-type: none"> 1.1) Criação de soluções para o problema 1.2) Mobilizando os recursos para a solução 1.3) Demonstração do sucesso 1.1) Solução para ser expandida 1.2) Equipe para a expansão 1.3) Transformação
Morais-da-Silva e Segatto(2018)	<ol style="list-style-type: none"> 1) Reconhecimento do problema social ou ambiental 2) Análise e proposições de soluções 3) Implementação 4) Busca pela mudança institucional 5) Escalabilidade

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

Analisando todos os modelos propostos é possível perceber que apesar das diferenças em relação aos números de fases e níveis de detalhamento de cada autor sobre cada fase, de uma forma geral, os autores propõem fases bastante similares, principalmente levando em consideração que, como Morais-da-Silva e Segatto (2018) afirmam ao final do seu estudo, existe um movimento de retorno, ou seja, a inovação social não passa por casa fase de forma linear e não retrógrada.

Mas, mais importante ainda, é perceber como, nos seis modelos citados, a difusão da inovação social sempre está presente, mesmo que representada por outro termo, como escalabilidade, crescer em escala ou solução para ser expandida. Dessa forma, é perceptível a importância decisiva da disseminação da inovação social no seu processo de desenvolvimento e para que ela consiga efetuar o seu impacto positivo para o máximo de pessoas possíveis.

3.1 DIFUSÃO DA INOVAÇÃO SOCIAL

A conceituação inicial de difusão da inovação partiu de Rogers (2003) e aborda um processo em que uma inovação é comunicada por certos canais ao longo do tempo para membros de um sistema social. Nesse conceito, se percebe que a difusão envolve quatro elementos que se configuram numa curva S de difusão: a inovação em si, a comunicação e os canais envolvidos, o tempo e o sistema social.

É importante ressaltar também que, nem todas as inovações são unidades de análise equivalentes que devem ser comparadas de maneira igualitária, portanto algumas características são necessárias de serem observadas quando se trata da difusão. Rogers (2003) acrescenta que essas características envolvem a vantagem relativa percebida da inovação em relação à inovação anterior; a compatibilidade em que a inovação é percebida como consistente com os valores existentes, experiências passadas e as necessidades dos adotantes em potencial; complexidade como forma de perceber as dificuldades no entendimento e no uso das inovações por parte dos membros do sistema social; experimentabilidade como a possibilidade da inovação ser testada, e; a possibilidade de observação dos resultados da inovação pelos individuais, o que faz com que, quanto mais visível for os resultados da inovação, maior a tendência da mesma ser adotada.

A difusão pode ocorrer de forma estratégica ou organicamente (PATIAS et al., 2017; WESTLEY; ANTADZE, 2010). Quando é possível planejá-la, deve ser observado se será expandida no seu local de origem, aumentando o número de beneficiários ou serviços oferecidos, ou para outros locais geográficos (BOLZAN; BITENCOURT; VOLKMER MARTINS, 2019; MORAIS-DA-SILVA; TAKAHASHI; SEGATTO, 2016), e se será compartilhado o conhecimento com o uso de canais de comunicação, como os acadêmicos, ou repassado pela prática, inclusive pelos próprios usuários (MORAIS-DA-SILVA; TAKAHASHI; SEGATTO, 2016; PATIAS et al., 2017). Nessa perspectiva, Steinfield e Holt (2019) afirmam que os beneficiários não devem ser considerados apenas receptores, pois são capazes de promover, reproduzir e inovar, e por isso são fundamentais no processo de difusão.

O processo de difusão da IS pode ser lento (DEES; ANDERSON; WEI- SKILLERN, 2004) e não ser simples. Pois o sucesso da IS pode estar muito relacionado com o contexto em que está inserido (RABADJIEVA; BUTZIN, 2019; UPADHYAYA; ROSA, 2019) e os diferentes *stakeholders* envolvidos (ASHTA et al., 2020; STEINFELD; HOLT, 2019). Superar uma falta de compatibilidade histórica, de valores e ideologias comum aos *stakeholders* pode ser demasiadamente complexo, como também outros fatores já institucionalizados no contexto em que se quer atuar (ASHTA et al., 2020; JOHANSSON; STEFANSEN, 2020).

Além disso, outros aspectos importantes para o uso e a replicação da IS precisam ser considerados, tais como a complexidade do conhecimento prévio necessário, a facilidade de acesso dos usuários aos recursos (inclusive de informação), e a capacidade de adquirir os conhecimentos que precisam desenvolver. Dependendo disso, as IS podem ser de três tipos: 1) independentemente reproduzidas pelos próprios beneficiários diretos, 2) facilitadas com o auxílio de um agente externo, como uma organização da sociedade civil, ou 3) complexas no nível de empresas sociais ou outros tipos de organizações precisarem ser continuamente responsáveis pelo desenvolvimento da IS (STEINFELD; HOLT, 2019).

Além disso, alguns elementos podem facilitar a aceitação dos beneficiários diretos e indiretos. Exemplos disso são a IS já possuir dados e evidência positivas de sucessos ou impactos alcançados (JOHANSSON; STEFANSEN, 2020), utilizar de diferentes formas de comunicação para informar a sociedade sobre a IS (ASHTA et al., 2020) e compatibilizar as necessidades percebidas pelo público-alvo (RABADJIEVA; BUTZIN, 2019), principalmente se há uma crise em relação aquele serviço ou produto, pois isso impulsionará a sua aceitação (ASHTA et al., 2020). Ademais, quando a inovação não busca romper com o sistema vigente, estando ali-

nhada com os seus interesses, atores do regime sociotécnico tendem a não ser um empecilho (HÖLSGENS; LÜBKE; HASSELKUSS, 2018). Em alguns casos podem se tornar parceiros e fomentadores da escalabilidade. Um aspecto que pode ter tanto impactos positivos e quanto negativos para a difusão é a flexibilidade da IS em se adaptar aos diferentes contextos e públicos, sendo facilmente modificada. Se por um lado, essa característica pode ser extremamente importante para facilitar o processo ou para adequação aos impactos desejados, por outro pode fazer com que a ideia original seja demasiadamente alterada, perdendo características transformadoras (HÖLSGENS; LÜBKE; HASSELKUSS, 2018; JOHANSSON; STEFANSEN, 2020). Isso pode significar uma mudança na essência da IS e a dissipação do seu impacto social. A partir do momento que existe a tentativa de expansão, a forma como o significado da IS vai ser interpretado é imprevisível, pois depende dos aspectos socioculturais dos envolvidos (RABADJIEVA; BUTZIN, 2019).

Analisando diferentes atores ou elementos que podem facilitar ou dificultar o processo estudado, Morais-da-Silva, Takahashi e Segatto (2016) sintetizaram as informações encontradas em diferentes estudos de caso e propuseram o modelo apresentado pela figura 1 abaixo.

Figura 1 – Fatores promotores da escalabilidade da IS



Fonte: traduzido de Morais-da-Silva, Takahashi e Segatto (2016).

O modelo apresenta dois tipos de aspectos: os internos, podendo ser relacionados com o empreendedor ou com a organização, e os externos à instituição ou grupo que está fazendo a gestão da inovação social. Também é dada atenção às organizações que podem ser facilitadoras do relacionamento de elementos internos e externos (MORAIS-DA-SILVA; TAKAHASHI; SEGATTO, 2016). Esses agentes podem fornecer recursos, mitigar riscos envolvidos e ensinar o que for possível e necessário (STEINFIELD; HOLT, 2019).

No caso do empreendedor, são necessárias capacidades relacionadas com liderança, principalmente no quesito motivação, experiência em gestão e habilidade política. Já sobre a organização, são critérios importantes: a credibilidade e reputação construídas, uma cultura de participação entre os atores, o treinamento dos colaboradores, a menor dependência possível dos líderes, a resiliência estrutural e a estratégica para se adaptar a diferentes contextos. Além disso, são fatores relevantes a qualidade da solução oferecida, o uso de inovações incrementais para atender aos novos beneficiários, a experiência nos negócios e em parcerias focadas na escalabilidade, a facilidade em desenvolver competências e aprendizagem organizacional (MORAIS-DA-SILVA; TAKAHASHI; SEGATTO, 2016).

Já entre os aspectos externos estão: suporte governamental, filantropia como uma fonte de recursos, parcerias para captar recursos financeiros e de competências, envolvimento dos membros da comunidade local e a existência de outras empresas sociais para que exista a troca de experiências, a imitação e até a possibilidade de fusão (MORAIS-DA-SILVA, TAKAHASHI E SEGATTO, 2016).

Outros autores também argumentam a importância dos formuladores de políticas públicas para facilitar o desenvolvimento da IS (DEES; ANDERSON; WEI-SKILLERN, 2004) e como o seu impacto pode ser intersetorial e internacional (JOHANSSON; STEFANSEN, 2020). Já a captação de recursos financeiros é dita por Bolzan, Bitencourt e Martins (2019) como o maior desafio enfrentado para a escalabilidade da IS.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar o objetivo de verificar como ocorre o processo de escalabilidade da inovação social, entendendo os elementos que dificultam e os que auxiliam esse processo usando como base o modelo proposto por Moraes-da-Silva, Takahashi e Segatto (2016).

foi escolhido o método qualitativo de pesquisa, a partir da análise do estudo de caso do Banco Palmas.

A unidade de análise, detalhada no item 4.1, foi escolhida por ter alcançado a difusão geográfica (nacionalmente) da sua metodologia, considerada inovadora, além do impacto social ser observado tanto em nível local e nacional.

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os principais gestores que participaram do processo de escalabilidade (descritos no quadro 1), bem como análise documental, envolvendo artigos da literatura cinzenta e acadêmicos, sites das instituições, estatutos, regimentos e relatórios internos.

Quadro 1 – Perfil dos sujeitos entrevistados

CÓDIGO	RELAÇÃO COM O BANCO PALMAS	LOCAL DE REALIZAÇÃO
E1	Coordenador Instituto Banco Palmas	Sede Instituto Banco Palmas
E2	Líder comunitária e Líder Elas - Emancipadas	Sede Instituto Banco Palmas
E3	Participante PalmasLab	Sede Instituto Banco Palmas
E4	Participante Elas - Emancipadas	Sede do projeto Elas Emancipadas

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

As entrevistas foram gravadas, gerando um total de 4 horas e 10 minutos de gravação. Em seguida, foram transcritas gerando 50 páginas. O quadro 2 detalha essa informação.

Quadro 2 – Descrição das entrevistas realizadas

ENTREVISTADOS	DURAÇÃO DAS ENTREVISTAS	PÁGINAS DE TRANSCRIÇÃO
E1	1 h 14 min 49 seg	19 páginas
E2	1 h 34 min 04 seg	18 páginas
E3	26 min 03 seg	7 páginas
E4	54 min 41 seg	6 páginas

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Para análise dos dados, as três etapas sugeridas por Bardin (2006) para conduzir uma análise de conteúdo foram realizadas: 1) pré-análise, para que temas relevantes e possíveis codificações fossem organizadas 2) exploração do material, com as suas codificações e leituras mais aprofundadas e focadas e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação, com a análise do que foi encontrado e com base na literatura estudada. O Software Atlas TI 7.5 foi utilizado para auxiliar na etapa de codificação das entrevistas e dos documentos analisados. Os códigos (apresentados no quadro 3 abaixo) foram estabelecidos a priori para os elementos do modelo utilizado como base para o presente estudo.

Quadro 3 – Códigos utilizados com base no modelo de Moraes-da-Silva, Takahashi e Segatto (2016)

FAMÍLIAS	ELEMENTOS	CÓDIGO REFERENTE
Empreendedor	Capacidade de motivar	Capacidade de motivar
	Experiência	Experiência
	Habilidade política	Habilidade política
Organização	Credibilidade e reputação	Credibilidade e reputação
	Cultura organizacional participativa	Cultura participativa
	Treinamento dos colaboradores	Treinamento dos colaboradores
	Conseguir ser menos dependente dos líderes	Dependência dos líderes
	Resiliência estrutural e estratégica	Resiliência
	Qualidade da solução oferecida	Qualidade
	Inovações incrementais para atender aos novos beneficiários	Inovações incrementais
	Experiência nos negócios	Experiência nos negócios
	Experiência em parcerias focadas na escalabilidade	Experiência em parcerias para a difusão
	Facilidade em desenvolver competências e aprendizagem organizacional	Aprendizagem organizacional

FAMÍLIAS	ELEMENTOS	CÓDIGO REFERENTE
Externo	Suporte do governo	Suporte do governo
	Filantropia como uma fonte de recursos	Filantropia
	Parcerias para captar recursos financeiros e de competências	Parcerias
	Envolvimento dos membros da comunidade local	Envolvimento da comunidade
	Existência de outras empresas sociais	Outras empresas sociais

Fonte: elaborado pelas autoras (2019) baseado em Morais-da-Silva, Takahashi e Segatto (2016).

É importante também entender como a IS se desenvolveu para em seguida analisar a sua difusão. Assim, os códigos presentes no quadro 4 abaixo também foram utilizados a priori para categorizar a constituição inicial da IS.

Quadro 4 – Descrição dos códigos de desenvolvimento da IS

FAMÍLIA	ELEMENTOS	CÓDIGO REFERENTE
Desenvolvimento da IS	Motivações para a criação da IS	Motivações
	Desenho da solução adotada	Desenho da solução
	Implementação da solução	Implementação

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

4.1 UNIDADE DE ANÁLISE

O Banco Palmas é o primeiro banco comunitário do Brasil, sendo uma organização do Terceiro Setor, fundada em 1998 no Conjunto Palmeiras - periferia da cidade de Fortaleza (CE) - pioneira na difusão da metodologia de banco comunitário de desenvolvimento no país (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2010). Em uma iniciativa da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), juntamente com moradores da comunidade, decidiu-se criar um projeto de geração de renda e emprego para o bairro, aliando o crescimento da economia local à melhoria do bem-estar da população (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2010).

A partir do surgimento do Banco Palmas, foi criado, em 2003, o Instituto Banco Palmas como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). O seu objetivo é realizar a difusão da metodologia de banco comunitário, ocorrendo, a princípio, nos municípios do Ceará, como em Paracuru (CE), onde foi implementado o segundo banco comunitário do Brasil, o Banco PAR. A partir de então, com o apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), passou a atingir outros municípios, como Palmácia (Banco Serrano) e Santana do Acaraú (Banco BASSA), e outros Estados, como Espírito Santo (Banco BEM e Banco Terra) e Rio de Janeiro (Banco Maricá), com o objetivo de garantir o acesso ao microcrédito a produtores e consumidores locais, através de correspondente bancário, empréstimos e moeda local (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2019).

Mesmo que outros bancos comunitários tenham surgido de dificuldades sociais semelhantes (SILVA JÚNIOR,

2007), ao se adaptarem à realidade da comunidade em que foram desenvolvidos, a referência do Banco Palmas se tornou mais distante dessas iniciativas. Com a criação do segundo banco comunitário e de outros em processo de criação, o Banco Palmas passou a ter o papel de replicar a sua experiência. Para que isso ocorresse, foi necessário definir conceitos sobre como isso poderia se adaptar a cada realidade. Assim, a metodologia foi aperfeiçoando-se, ou seja, ganhando certo nível de maturidade por meio das práticas construídas, para que apresentasse uma melhor definição de banco comunitário (SANTOS, 2018).

Nesse sentido, em 2006, o Instituto Banco Palmas, por meio da realização da Oficina Metodológica dos Bancos Comunitários, visando sistematizar a metodologia, reuniu todos os bancos comunitários existentes na época e criou a Rede Brasileira de Bancos Comunitários. De acordo com o Instituto Banco Palmas (2019), a Rede possui a seguinte definição:

Uma articulação de todos os bancos comunitários criados no Brasil, a partir da experiência e da metodologia desenvolvida pelo Banco Palmas, e que estão de acordo com o termo de referência e o marco teórico conceitual dos Bancos Comunitários. Todos esses bancos recebem uma espécie de “marca de certificação” da Rede (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2019).

A Rede Brasileira de Bancos Comunitários tem registro de 120 (cento e vinte) bancos comunitários, espalhados por 21 estados e Distrito Federal, sendo a maioria localizada na região Nordeste (56 bancos comunitários), seguida pelas regiões Norte e Sudeste, com 26 bancos cada, região Centro-Oeste (10 bancos) e região Sul (2 bancos) (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2019). Os bancos que integram a Rede atuam em diferentes comunidades, tais como áreas urbanas e rurais, regiões amazônicas, quilombolas, favelas e bairros periféricos das cidades (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2019).

Em 2014, um instrumento de consolidação das ações promovidas até então pelo Instituto Banco Palmas foi criado: a organização não-governamental (ONG) Instituto Banco da Periferia, fundada por líderes do Conjunto Palmeiras, Banco Palmas e outros profissionais da área de bancos comunitários. Com o objetivo de reunir as ações de apoio ao Banco Palmas, como auxílio na criação e assistência técnica aos bancos comunitários, assessoria aos projetos de desenvolvimento, apoio tecnológico e de pesquisa da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, a fim de facilitar o acesso a serviços financeiros nas comunidades de baixa renda. (INSTITUTO PERIFERIA MARICÁ, 2020). Junto à Rede Brasileira de Bancos Comunitários, o Instituto Banco da Periferia dá suporte na criação de moedas sociais digitais e bancos comunitários digitais pelo Brasil (INSTITUTO PERIFERIA MARICÁ, 2020).

5. ANÁLISE

Na perspectiva de compreender como ocorre o processo de escalabilidade no contexto do caso em questão, buscou-se neste trabalho entender como o Banco Palmas, juntamente com as parcerias realizadas, chegou ao patamar de desenhar uma metodologia de bancos comunitários de desenvolvimento difundida para além das fronteiras da periferia da cidade de Fortaleza (CE), bem como os elementos que dificultaram e que auxiliaram nesse processo de escalabilidade.

5.1 DESENVOLVIMENTO E DIFUSÃO DA IS

O desemprego e a falta de renda foram os grandes motivadores do surgimento do Banco Palmas, já que “as pessoas eram, em sua maioria, desempregadas, o comércio local não empregava ninguém, então o grande

desafio era ter uma solução de geração de renda local pra que as pessoas pudessem continuar vivendo no bairro” (E1, 2019).

Com a identificação dessa problemática, foram realizadas várias reuniões com produtores, comerciantes e outros moradores da comunidade com o objetivo de articular debates acerca das questões que envolviam a geração de renda local. Então, a comunidade entendeu o problema e encontrou na criação de um banco a solução para aquele contexto. O entrevistado E1 (2019) enfatiza que, em um primeiro momento, os moradores desconheciam a concepção de banco comunitário, porém, o reconhecimento acerca das dificuldades do bairro e após inúmeras assembleias realizadas de forma que eles pudessem entender, a ideia foi concebida: “inventamos de fazer um banco sem a menor noção do que é um banco, imagina, naquela época, 20 anos atrás, nós éramos líderes comunitários, entendia nada de economia” (E1, 2019).

Portanto, o Banco Palmas apresentou-se como resposta para promover a dinâmica de produção e o consumo local, no qual os moradores eram os principais agentes do desenvolvimento. Assim, a ideia de criar um banco comunitário mostrou-se válida a fim de gerar trabalho e renda para a comunidade, promovendo o consumo dentro do bairro e criando um sistema de geração da economia local: “era uma coisa muito simples, era estimular que as pessoas pudessem produzir e consumir aqui umas das outras” (E1, 2019). Dessa forma, o projeto foi colocado em prática e ajustado conforme a demanda e os desafios enfrentados. A participação de várias pessoas do Conjunto Palmeiras nesse desenho da solução foi importante também para que ela estivesse alinhada com as necessidades e desejos da comunidade local, como definido por Rabadjieva e Butzin (2019).

Assim, a inovação do Banco Palmas consistiu em desenvolver a economia na própria comunidade, como afirma o entrevistado E1 (2019):

A grande sacada do Palmas foi dizer que quem faz a oferta é a demanda, então se a gente tiver um consumo local, uma base de consumidores funcionando, o comércio vai surgir espontaneamente. Se tiver gente pra comprar aqui, vão surgir os comércios, vão surgir as indústrias, as empresas, né, então o foco do Banco era criar uma forma do povo comprar aqui. Como é que fazia? Emprestando dinheiro, agora tem que ser um dinheiro local, que só se circulasse aqui (E1, 2019).

Diferente do que a maioria dos autores defende sobre a necessidade de ter certeza da eficácia de uma inovação social para que em seguida se possa fazer a difusão, Dobson et al. (2017) afirmam que a escalabilidade pode ser feita enquanto acontece o desenvolvimento, pois adaptações ao modelo original podem ser feitas durante o próprio processo, ou seja, cada processo de difusão funciona como um teste.

Mas no caso em análise, a difusão só começou quando o Banco Palmas estava bem consolidado no meio e pela população local (SILVA JÚNIOR, 2007), ou seja, já tinha alcançado visibilidade e confiança. Então, o Instituto Banco Palmas foi gerado a partir da consolidação do Banco Palmas como instrumento de transformação social, para melhorar a qualidade de vida dos moradores do Conjunto Palmeiras, tendo como foco também a criação de “instrumentos de difusão, sistematizando de forma pedagógica a experiência do banco, de forma a possibilitar a comunicação com outros municípios e com o Poder Público” (SILVA JÚNIOR, 2007; MELO NETO SEGUNDO, 2003).

Diferentes tipos de estratégias para a difusão podem ser escolhidas e combinadas. De uma forma geral, elas podem ser voltadas para um crescimento organizacional interno (aumentando o impacto social no seu local original com mais recursos disponíveis), um crescimento externo (ampliando a inovação social geográfica-

mente), ou como ocorreu no caso em questão, o compartilhamento aberto de informações para outros atores (LYON; FERNANDEZ, 2012; MORAIS-DA-SILVA; TAKAHASHI; SEGATTO, 2016).

A iniciativa de aumentar seu impacto social também não foi totalmente da liderança do Banco Palmas. Em contraponto com a literatura abordada, a difusão aconteceu de forma mais orgânica (PATIAS et al., 2017; WESTLEY; ANTADZE, 2010), ou seja, não foi planejada e operacionalizada pelos gestores do banco. Ao perceber a grande demanda por auxílio na constituição de outros bancos comunitários, criou-se o Instituto Banco Palmas para fornecer as informações necessárias e ajudar como for possível. Dessa forma, uma ideia local se transformou em algo nacional, como afirma o entrevistado E1 (2019): “o Banco Palmas não nasceu em Harvard, não nasceu em Nova York, não nasceu na USP. Isso nasceu na periferia de Fortaleza e eu tenho muito orgulho disso, a gente ter criado uma coisa que pautou o país todo”.

Os outros bancos comunitários brasileiros criados após o Banco Palmas não pertencem ao Instituto, mas fazem parte da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, instituída para sistematizar a metodologia criada pelo Banco Palmas. Assim, pode-se considerar que ele atua como um agente facilitador do processo de difusão, nas localidades onde um novo banco comunitário está sendo desenvolvido (STEINFELD; HOLT, 2019).

5.2 ELEMENTOS EXTERNOS À ORGANIZAÇÃO

Os elementos externos são: suporte governamental, filantropia como uma fonte de recursos, parcerias para captar recursos financeiros e de competências, envolvimento dos membros da comunidade local e a existência de outras empresas sociais para que exista a troca de experiências, a imitação e até a possibilidade de fusão (MORAIS-DA-SILVA, TAKAHASHI E SEGATTO, 2016).

O Banco Palmas inicia seu desenvolvimento com a indignação da população do bairro acerca da condição em que se encontravam e a decisão de que a própria comunidade tem o poder de fazer a mudança. Dessa forma, desde a concepção da ideia do negócio até a operacionalização atual, as pessoas da comunidade participam ativamente, como exemplifica o entrevistado E1 (2019): “então teve várias assembleias populares, 96 assembleias com os moradores do bairro pensando que projeto seria esse e se chegou a esse modelo de projeto”. Outro aspecto percebido que pode ser ressaltado é que para busca de recursos relacionados com as competências de seus colaboradores, prioriza-se sempre as pessoas da própria comunidade.

Em relação à filantropia como uma fonte de recursos, o entrevistado E1 (2019) afirmou que instituições estrangeiras, principalmente da Alemanha e Holanda, foram as primeiras a acreditarem na ideia do Banco, investindo e sendo responsáveis por doações que resultaram no fundo de crédito inicial.

As parcerias para a captação de recursos financeiros e de competências foram fundamentais para o processo de crescimento e difusão da metodologia utilizada pelo Banco Palmas. Algumas das parcerias citadas nas entrevistas foram: Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), empresas (como o Mercadinho São Luiz), a prefeitura de Fortaleza com o projeto de Ecopontos, as universidades (principalmente USP e UFBA) que criaram incubadoras para atender bancos comunitários, entre outros.

A colaboração da SENAES também foi bastante citada, pois forneceu recursos para a expansão, inclusive com convites para o Banco Palmas ensinar sua metodologia em outros estados a fim de criar de novos bancos comunitários, podendo essa ser considerada uma organização ponte, de acordo com o modelo de Morais-da-Silva,

Takahashi e Segatto (2016). Porém, com outras instancias do governo o Banco enfrentou confrontos com instituições públicas, como o Banco Central. Segundo o entrevistado E1 (2019), o governo não compreendia que a comunidade não estava criando um “novo dinheiro”, mas que ele seria apenas complementar à moeda nacional. Conforme Freire (2011), a moeda social não tem o poder de afetar o controle e a quantidade de moeda circulante. Assim, a população possui a liberdade para escolher utilizar ou não a moeda social como instrumento de troca, pois sua essência está na confiança que os indivíduos têm nela e, geralmente, adota-se o sistema de lastro na moeda oficial correspondente. O Banco Palmas atravessou dois processos judiciais, em 2003 e 2005, até que o Banco Central passou a legitimar as atividades do Banco, isto é, que não configuravam como crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e, posteriormente, reconheceu o papel dos bancos comunitários como instrumentos de políticas públicas em prol do desenvolvimento econômico e social.

Ainda, após o conflito inicial, a relação entre o Banco Central e o Banco Palmas possibilitou parcerias com instituições financeiras como BNDES, que “é de onde o banco retira seu fundo de crédito” (E1, 2019). Numa parceria com a Caixa Econômica Federal, o Banco Palmas passou a trabalhar como correspondente bancário, o que “proporcionou o acesso da população ao pagamento de contas e recebimento de salários próximos de onde vivem, algo que não existia no passado” (E2, 2019). Outra parceria foi com o Banco do Brasil, ao promover cursos de capacitação financeira para líderes comunitários e colaboradores do Banco Palmas, que disseminação os ensinamentos de educação financeira na comunidade. Já a cooperação com a SENAES é vista como estratégica no apoio e na disseminação do Banco Palmas, o que o levou a um reconhecimento e expansão em nível nacional. Entretanto, existe ainda uma relação difícil com o Poder Público, nas esferas municipal e estadual: “com a prefeitura mesmo tudo aqui é difícil, tudo que o Banco vai precisar, pra fazer algum apoio, tudo é mais difícil, os de fora dão mais apoio do que o próprio Poder Público daqui, né” (E4, 2019). Assim, é possível perceber que o maior empecilho encontrado para a consolidação da inovação social, além do seu desenvolvimento para chegar à escalabilidade foram as barreiras com o governo. Primeiramente com a tentativa de impedir o seu funcionamento e depois, sendo uma reclamação o momento da coleta de dados desta pesquisa, da falta de apoio, principalmente no âmbito local. Isso pode estar relacionado com a dificuldade de superar as ideologias e valores (ASHTA et al., 2020; JOHANSSON; STEFANSEN, 2020), além do medo de haver um rompimento do sistema sociotécnico vigente (HÖLSGENS; LÜBKE; HASSELKUSS, 2018). Mesmo com toda o auxílio financeiro recebido, esse é ainda um aspecto preocupante, pois muito dos recursos financeiros do Banco Palmas ainda não são próprios, não permitindo que ele seja totalmente independente. Isso poderia ser evitado com um marco regulatório que permitisse que os bancos comunitários pudessem oferecer todos os serviços que um banco tradicional possui, como afirmou o entrevistado E1 (2019).

A existência de outras empresas sociais não foi vista como algo relevante como facilitador. Porém, a mídia teve um papel forte na divulgação e explicação do que era o banco, até para a aceitação dos próprios moradores do bairro e em seguida para o resto do Brasil. Isso pode ser observado na fala do entrevistado E1 (2019): “Acho que a imprensa contribuiu muito, teve um boom de jornalismo, porque era muito exótico, 20 anos atrás, imagina, então a imprensa divulgou muito, o Jornal Nacional com três dias de Banco Palmas. O William Bonner anunciou o Banco Palmas no Jornal Nacional...”

Nessa perspectiva, Patias et al. (2017) dizem que a inovação social ratifica sua institucionalização de maneira formal, com o uso dos meios de comunicação, principalmente os acadêmicos, e/ou de maneira informal, como no repasse de informação entre os próprios atores. No caso em análise é notada a real importância da mídia aberta, principalmente por serem os meios de comunicação mais acessados pelo público atendido pelo Banco Palmas. Assim, nota-se a importância de levar a informação para os beneficiários almejados, como dito por Ashta et al. (2020).

5.3 ELEMENTOS INTERNOS À ORGANIZAÇÃO

É possível observar que as lideranças comunitárias foram importantes na constituição do Banco. Porém, mesmo após o crescimento da IS ela continua dependente do seu fundador, pois ele ainda é responsável pela maioria dos projetos criados. Um ponto interessante é que esse fundador não apresenta uma experiência prévia em gestão de negócios, mas sim na atuação como líder de grupos sociais.

Antes da criação do Banco Palmas, o fundador sempre teve participação ativa na construção dos alicerces do bairro e das lutas pela melhoria da qualidade de vida da comunidade, tornando-se um porta-voz do Conjunto Palmeiras (RABELO, 2017). Assim, a sua habilidade política é evidenciada na experiência nos mutirões e sua posição gerencial desde o início nas questões envolvendo o bairro o ajudou a construir, juntamente com a comunidade, a ideia do Banco Palmas (RABELO, 2017).

Nessa perspectiva, a entrevistada E4 (2019) observa que o perfil motivador do fundador auxilia no entendimento de que a comunidade é capaz de se mobilizar em prol de um objetivo, juntamente com o apoio de grandes lideranças: “porque, assim, quando o Banco Palmas tá envolvido, assim, o seu Joaquim [fundador] motiva muito, as pessoas, sabe, ele não desiste fácil, mas com o Banco Palmas, eu acho, melhorou bastante pra comunidade”.

Além de realizar a gestão interna, o empreendedor passou a viajar pelo país e pelo mundo levando o projeto do Banco Palmas para outros contextos. Para isso, começou a participar da implantação da metodologia dos bancos comunitários, dando palestras sobre sua experiência no papel de gestor e promovendo discussões acerca da ideia de que uma comunidade deve revelar seu potencial de crescimento e gerar transformações econômicas e sociais, por mais pobre que seja.

A experiência em negócios relacionada com a organização em si e com processos anteriores de escalabilidade também não foi observada. A escalabilidade começou pelas parcerias, mas quando o processo foi iniciado, o Banco Palmas não possuía experiência anterior em processos de difusão como os que ocorreram. Só após virar um “case de sucesso” é que outras organizações passaram a procurar suas lideranças para entender o seu funcionamento com o intuito da replicação (SILVA JÚNIOR, 2007). Em relação à repercussão fora da comunidade acerca das atividades promovidas pelo banco, a entrevistada E3 (2019) relata: “a gente recebe bastante mensagem também, de pessoas de outras cidades, como elas podem fazer empréstimo pra começar seu negócio, só que a gente só funciona aqui no bairro, né, no Conjunto Palmeiras”.

Assim, nota-se que sua difusão está diretamente ligada às suas reputação e credibilidade construídas a partir da percepção de qualidade dos serviços oferecidos por pessoas e organizações interessadas na sua replicação em outras localidades. Então, como definido por Jahansson e Stefansen (2020), as comprovações de sucesso com evidências auxiliaram o processo de difusão.

A resiliência estrutural e estratégica também pode ser observada no caso analisado, pois a metodologia de banco comunitário já está presente em todas as regiões do país (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2019). Isso só é possível devido às adaptações feitas de acordo com o contexto de atuação. Essa flexibilidade possibilita a difusão geográfica da IS (HÖLSEGENS; LÜBKE; HASSELKUSS, 2018; JOHANSSON; STEFANSEN, 2020), mas também faz com que o Instituto Banco Palmas não tenha controle sobre como a metodologia está sendo realmente utilizada. Essa possível distorção da IS é ressaltada por Rabadjeva e Butzin (2019) como um ponto negativo dessa falta de rigidez.

A cultura organizacional é participativa para seus próprios funcionários, e também em relação à comunidade, como explica o entrevistado E1 (2019):

A grande participação, o grande controle se dá diariamente pelo fato de ser um banco da comunidade, então qualquer morador a qualquer momento pode entrar e falar com qualquer funcionário, com qualquer diretor porque eles são daqui. O grande barato do banco comunitário é que sua natureza já é comunitária, os funcionários são daqui. Eles moram aqui, a participação é direta, não tem um modelo de gestão engavetado, tem mais ou menos as áreas de atuação. Às vezes, eu falo isso e o pessoal pensa que é uma baderna, né, todo mundo fala o que quer e tal, não, é um modelo que cada qual tem suas responsabilidades, tem suas funções, mas a comunidade pode interagir sem passar por uma hierarquia, então pra você chegar no gerente não precisa falar com o subgerente e tal (E1, 2019).

Inovações incrementais na metodologia do banco foram observadas principalmente no contexto da era digital. Essas mudanças também mostram a capacidade da organização em aprender e desenvolver as competências necessárias para alcançar seus objetivos. Assim, a partir da criação da lei das moedas eletrônicas no Brasil, o Banco Palmas lançou a moeda social digital por meio da plataforma E-dinheiro.

Nós mergulhamos nisso aí, acabamos as moedas de papel, todas as moedas são digitais, hoje a plataforma é digital, chama-se E- dinheiro, e com o serviço digital tem uma série de serviços que a outra [moeda física] não podia ter, como pagamento de boletos... é um aplicativo como se fosse o Banco do Brasil (E1, 2019).

Ainda segundo o entrevistado E1 (2019), a moeda digital passou a representar um papel importante na promoção da inclusão financeira dentro do bairro e que também passa a acompanhar as mudanças ocorridas no sistema financeiro, no que se refere ao processo de digitalização da moeda.

Assim, tais avanços se tornam sustentações para o Banco Palmas em momentos de limitação e inibição das políticas de incentivo ao crescimento dos bancos comunitários: “a gente tem que buscar inovar cada vez mais pra que isso não morra, que aconteça mais outras coisas, que a gente tenha mais possibilidades, mais condições de dar suporte às famílias do bairro, né” (E2, 2019).

Vale ressaltar também que, com o crescimento da carteira de clientes, ou seja, com o aumento da aceitação do Banco Palmas e da moeda social pelos moradores da comunidade ao longo dos anos, o banco percebeu a necessidade de abraçar tecnologias que facilitariam na gestão dos seus recursos, utilizando-se de softwares mais avançados, que fornecessem dados mais robustos sobre a carteira de clientes ativos do banco. Assim, a consolidação de um banco comunitário também exige uma gestão profissional, além de controle contábil e monetário, devendo, assim, ser acompanhado de incrementos quando necessários (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2019).

O resumo do que foi discutido nessa seção em relação à presença dos elementos ressaltados pelo modelo de Morais-da-Silva, Takahashi e Segatto (2016) como fatores promotores da escalabilidade da inovação social está sintetizado no quadro 5 abaixo.

Quadro 5 – Descrição da presença ou não dos elementos do modelo

ELEMENTOS		PRESENÇA NO CASO
Empreendedor	Capacidade de motivar	Sim
	Experiência	Não
	Habilidade política	Sim
Organização	Credibilidade e reputação	Sim
	Cultura organizacional participativa	Sim
	Treinamento dos colaboradores	Não
	Conseguir ser menos dependente dos líderes	Não
	Resiliência estrutural e estratégica	Sim
	Qualidade da solução oferecida	Sim
	Inovações incrementais para atender aos novos beneficiários	Sim
	Experiência nos negócios	Não
	Experiência em parcerias focadas na escalabilidade	Não
	Facilidade em desenvolver competências e aprendizagem organizacional	Sim
Externo	Suporte do governo	Não
	Filantropia como uma fonte de recursos	Sim
	Parcerias para captar recursos financeiros e de competências	Sim
	Envolvimento dos membros da comunidade local	Sim
	Existência de outras empresas sociais	Não

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Além do que já foi ressaltado pelo modelo de Moraes-da-Silva, Takahashi e Segatto (2016), outros elementos facilitaram o processo de difusão da IS estudada. Os canais de comunicação de mídia, como canais televisivos, rádios e redes sociais, tiveram um papel fundamental na disseminação do Banco Palmas como uma organização de sucesso e alto impacto social. Ademais, apesar do empreendedor social não possuir experiência em negócios ou em empreendedorismo, ele possuía conhecimentos e vivências relacionados com a liderança de grupos sociais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da presente pesquisa foi verificar como ocorre o processo de escalabilidade da inovação social, entendendo os elementos que dificultam e os que auxiliam esse processo usando como base o modelo proposto por Moraes-da-Silva, Takahashi e Segatto (2016).

Em conformidade com o modelo, a importância da liderança com a sua capacidade de motivar e habilidades políticas. Também foi destacado a relevância de manter a participação popular na gestão, a credibilidade e reputação adquiridas pela qualidade da solução oferecida, a resiliência estrutural e estratégica, as inovações incrementais para atender aos novos beneficiários e a facilidade em desenvolver competências e aprendizagem organizacional. Além disso, a filantropia como uma fonte de recursos, as parcerias para captar recursos financeiros e de competências e o envolvimento dos membros da comunidade local foram pontos importantes para a difusão da IS.

Por outro lado, a experiência em negócios do empreendedor e da organização, a experiência em parcerias para a escalabilidade e a existência de outras empresas sociais não foram observadas no caso e isso não teve um impacto relevante no seu desenvolvimento. Porém, a falta de apoio do governo realmente foi uma grande dificuldade para a IS analisada e, apesar de conseguir ser menos dependente dos líderes não ter sido alegado como uma preocupação, é importante que isso seja buscado para que a organização continue prosperando após uma futura troca de liderança.

Entre as contribuições teóricas desta pesquisa, destaca-se a colaboração com a literatura que aborda a escalabilidade da inovação social, testando empiricamente um modelo teórico ainda não testado. Além disso, ressaltou-se aspectos complementares ao modelo de Morais-da-Silva, Takahashi e Segatto (2016). Entre as contribuições práticas, são fornecidos elementos que os gestores que desejam aumentar o impacto de sua inovação social devem analisar para planejar suas ações.

Aspectos diferentes do modelo podem ser vistos quanto à ressalva sobre o forte papel da mídia e das universidades na consolidação e expansão de uma inovação social. Além disso, as experiências do líder e da própria organização em relação aos negócios tradicionais não foram observadas. Ademais, melhor do que receber recursos de fontes filantrópicas, como dito no modelo de Morais-da-Silva, Takahashi e Segatto (2016), seria se a IS conseguisse ser independente financeiramente para que não dependesse exclusivamente de parcerias e auxílios externos.

A principal limitação da pesquisa é o fato de que um estudo de caso não pode generalizar seus achados, além de só uma organização ter sido analisada. A perspectiva transversal do estudo também pode ser considerada uma limitação, já que informações do passado, quando o processo de difusão ocorreu, podem ser perdidas. Assim, é sugerido que pesquisas futuras expandam o campo de análise para IS que trabalhem com outros setores e em outros contextos sociais para que outras realidades sejam analisadas, além dos bancos comunitários, identificando se os achados desse estudo se diferem com essas mudanças. Após um maior amadurecimento do tema, com mais estudos de caso, seria também interessante buscar uma generalização de achados com uma pesquisa quantitativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2006.

BHATT, P., ALTINAY, L. How social capital is leveraged in social innovations under resource constraints? *Management Decision*, 51(9), 1772-1792, 2013.

BOLZAN, Larissa Medianeira; BITENCOURT, Claudia Cristina; MARTINS, Bibiana Volkmer. Exploring the scalability process of social innovation. *Innovation & Management Review*, [s.l.], v. 16, n. 3, p.218-234, 28 ago. 2019. Emerald. <http://dx.doi.org/10.1108/inmr-05-2018-0029>.

- DOBSON, Kieran et al. Successfully creating and scaling a sustainable social enterprise model under uncertainty: The case of ViaVia Travellers Cafés. *Journal Of Cleaner Production*, [s.l.], v. 172, p.4555-4564, jan. 2018. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.09.010>.
- FREIRE, M. Moedas sociais: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil. 2011. 374 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- INSTITUTO BANCO PALMAS. 100 perguntas mais frequentes. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2010.
- INSTITUTO BANCO PALMAS. O que é um banco comunitário? 2019. Disponível em: <https://www.institutobanco-palmas.org/o-que-e-um-banco-comunitario>. Acesso em 28 abr. 2019.
- LYON, F.; FERNANDEZ, H. Strategies for scaling up social enterprise: lessons from early years providers, *Social Enterprise Journal*, Vol. 8 Iss 1 pp. 63 – 77. 2012.
- MELO NETO SEGUNDO, J. J; MAGALHÃES, S. Bairros pobres, ricas soluções: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica. 2008.
- MORAIS-DA-SILVA, RODRIGO LUIZ; TAKAHASHI, ADRIANA ROSELI WÜNSCH and SEGATTO, ANDREA PAULA. ESCALABILIDAD DE LAS INNOVACIONES SOCIALES: UN METASÍNTESIS. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie* [online]. 2016, vol.17, n.6, pp.134-163. ISSN 1678-6971. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n6p134-163>.
- MORAIS-DA-SILVA, Rodrigo Luiz. INOVAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO A PARTIR DAS PARCERIAS DESENVOLVIDAS AO LONGO DO SEU PROCESSO EM EMPRESAS SOCIAIS BRASILEIRAS E BRITÂNICAS. 2018. 305 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.
- MOULAERT, F. et al. Towards alternative model(s) of local innovation. *Urban Studies*, v.42, n. 11, p. 1969-1990, 2005.
- MULGAN, G. et al. *Social Innovation: What It Is, Why It Matters and How It Can Be Accelerated*. Oxford: Skoll Centre for Social Entrepreneurship, 2007.
- PATIAS, T. Z; GOMES, C. M; OLIVEIRA, J. M; BOBSIN, D; LISZBINSKI, B. B. 2017. Modelos de análise da inovação social: o que temos até agora? *Revista Brasileira de Gestão e Inovação – Brazilian Journal of Management & Innovation* v.4, n.2, Janeiro/Abril – 2017.
- RABELO, C. R. “Memórias de Nossas Lutas”: narrativas do Conjunto Palmeiras em Fortaleza, Ceará (1974 a 2014). 2017. 218 f. Dissertação (Mestrado em História e Culturas) Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.
- ROGERS, E. M. *Diffusion of innovations*. 5ed. New York: Free Press, 2003.
- SILVA JÚNIOR, J. T. Bancos comunitários e Desenvolvimento Territorial: analisando as singularidades destas experiências de microfinanças solidárias. *Cadernos Gestão Social*, v.1, n.1, p.1-18, set.-dez., 2007.



FÓRUM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE VOLTA REDONDA - RJ: CONFLITOS E POTENCIALIDADES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Larissa Alessandra Alves Lopes¹

Thais Soares Kronemberger²

Bárbara Cunha Ferreirade Oliveira³

Luís Henrique Abegão⁴

1 Graduanda em Administração Pública. Universidade Federal Fluminense (UFF) Volta Redonda. E-mail lopeslarissa@id.uff.br

2 Professora Adjunta do Departamento Multidisciplinar do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da Universidade Federal Fluminense Volta Redonda. E-mail thaisk@id.uff.br

3 Pós-graduanda em Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). E-mail barbara.cunha.cultura@gmail.com

4 Professor Associado do Departamento de Administração e Administração Pública do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da Universidade Federal Fluminense (UFF) Volta Redonda. E-mail: lhabegao@id.uff.br

RESUMO

A economia solidária pode ser compreendida como uma outra forma de economia com parâmetros distintos da economia capitalista ao ser promotora do desenvolvimento incluyente e socialmente justo baseada em princípios de cooperação, democracia e autogestão (SINGER, 2004; FRANÇA FILHO, 2004). O município de Volta Redonda- RJ, localizado na mesorregião do Sul Fluminense do estado do Rio de Janeiro, tem apresentado características nos últimos anos no campo da economia solidária com a participação de artesãos, agricultores familiares, cooperativas de catadores de materiais recicláveis e grupos de mulheres dedicadas à produção alimentícia, além da atuação de entidades de apoio com destaque para a incubadora tecnológica de empreendimentos solidários de uma universidade pública. Nos últimos anos foi constituído o Fórum de Economia Solidária no município resultado de reuniões e eventos sobre a temática cuja atuação tem resultado na mobilização e organização social; formação de uma rede de atores com a participação de membros da gestão pública e de diversos grupos da sociedade, além da elaboração de uma política pública municipal em economia solidária. Desta maneira, o relato em tela pretende abordar a experiência do Fórum a partir do seu histórico de atuação no campo da economia solidária, seu papel como um espaço público deliberativo, além de evidenciar as problemáticas inerentes ao processo de participação que perpassam a prática da gestão social.

Palavras-chave: Fórum de Economia Solidária; Economia Solidária; Gestão Social; Participação Social.

ABSTRACT

The solidarity economy can be understood as another form of economy with different parameters from the capitalist economy as it promotes inclusive and socially fair development based on principles of cooperation, democracy and self-management (SINGER, 2004; FRANCE FILHO, 2004). The municipality of Volta Redonda-RJ, located in the mesoregion of the southern part of the state of Rio de Janeiro, has shown characteristics in recent years in the field of solidarity economy with contributions from artisans, family farmers, cooperatives of recyclable material collectors and groups of women dedicated to food production, in addition to the performance of support entities with emphasis on the technological incubator of solidarity enterprises at a public university. In recent years, the Solidarity Economy Forum was created in the municipality as a result of meetings and events on the theme whose actions have resulted in social mobilization and organization; formation of a network of actors including members of public management and several society groups, in addition to the elaboration of a municipal public policy in solidarity economy. In this way, the report on screen intends to address the Forum's experience from its history of acting in the field of solidarity economy, its role as a deliberative public space, in addition to highlighting the problems inherent in the participation process that permeate the management practice Social.

Keywords: Solidarity Economy Forum; Solidary Economy; Social Management; Social Participation

1. INTRODUÇÃO

Volta Redonda é um município que está localizado na mesorregião do Sul Fluminense do estado do Rio de Janeiro. É expressivo na região por ser o primeiro em número de habitantes dentre os municípios, com aproximadamente 273.988 habitantes (IBGE, 2020). A cidade também é conhecida pelo seu passado atrelado à siderurgia, pois foi escolhida para abrigar a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941, o que representou um grande avanço nacional.

Em virtude da CSN, no final dos anos 1980, Volta Redonda esteve em voga novamente durante a luta operária pela redemocratização do país, junto a importantes movimentos sociais e ações coletivas. Esse histórico de lutas sociais é um dos fatores que contribuíram para que a economia solidária tivesse abertura para criar raízes entre os munícipes.

O Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda (FESVR) foi instituído em 2016, fruto da mobilização de atores sociais com a participação da Universidade, como resultado das discussões dos Seminários de Economia Solidária do Médio Paraíba (SESMEP). Este último teve sua primeira edição em 2013 ao evidenciar a possibilidade de construção da economia solidária da região incentivada pela implantação da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária do Médio Paraíba (InTECSOL) em 2014 e do Programa de Educação Tutorial - Gestão Social (PET) da Universidade Federal Fluminense Volta Redonda (UFF).

O Fórum foi criado com a finalidade de constituir-se como um espaço de discussão e deliberação do movimento da economia solidária na região, em busca de compartilhar as experiências e necessidades socioeconômicas, promover a formação em economia solidária, além de reivindicar, junto ao Estado, políticas para o público da economia solidária.

Com o apoio da InTECSOL, a formação em economia solidária e gestão social foi sendo realizada a partir da compreensão do Fórum como um espaço público aberto à participação social, onde todos têm direito de fala e a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes tendo o diálogo como o elemento prioritário no processo de discussão e deliberação dos assuntos. A formação e a aprendizagem em gestão social são orientadas pelos princípios de inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum (TENÓRIO et al, 2008).

Entende-se também o Fórum como um “espaço intersubjetivo, comunicativo, no qual as pessoas tematizam as suas inquietações por meio do entendimento mútuo” (TENÓRIO, 2008, p. 105). Ou seja, na prática, os participantes constroem coletivamente a pauta de discussão das reuniões mensais, expressam suas ideias e problemáticas acerca da economia solidária no município, além de constituir como um espaço de mobilização e organização das ações para a economia solidária no município.

Além da formação em gestão social, um dos princípios da economia solidária também fomentado e construído junto aos membros de empreendimentos sociais participantes do Fórum com o apoio da incubadora diz respeito a autogestão entendida como a autonomia do trabalhador e o exercício do controle no processo produtivo (DAGNINO, 2010; DAGNINO et al, 2010).

Em virtude da pluralidade de segmentos participantes no Fórum tanto pelo lado da sociedade civil - cooperativas de catadores de materiais recicláveis, artesãos, agricultores familiares, empreendimentos de mulheres dedicadas à produção alimentícia

– quanto da gestão pública – representantes de Secretarias Municipais como Ação Comunitária, Cultura, Saúde, Planejamento, Transparência e Modernização da Gestão, além da entidade de apoio e fomento como a InTECSOL (Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária do Médio Paraíba do Sul), adota-se a gestão social tanto como método de aprendizagem quanto como meio de condução do processo de discussão e deliberação entre os segmentos participantes.

A experiência em três anos de existência do Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda (2016-2019) tem evidenciado aspectos potenciais para a construção do movimento de economia solidária em Volta Redonda, como também aponta conflitos inerentes à participação social, que expressam visões distintas entre os segmentos participantes e colocam em questão diversos sentidos da economia solidária.

2. OBJETIVOS

O texto discorre sobre a trajetória da economia solidária no município de Volta Redonda - RJ e procura discutir a gestão social no Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda-RJ no período de 2016-2019 tendo por principal objetivo evidenciar as potencialidades enquanto esfera pública e os conflitos inerentes ao processo participativo.

3. METODOLOGIA

O relato de experiência adota a abordagem qualitativa por trabalhar “com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” (MINAYO, 2001, p.21-22).

O método da pesquisa correspondeu a pesquisa-ação no qual pesquisadores têm um envolvimento orgânico e uma relação intersubjetiva com os sujeitos integrantes do processo. A pesquisa-ação é definida como um tipo de pesquisa social com base empírica, concebida e realizada em associação com uma ação ou com a investigação de um problema, no qual os pesquisadores estão envolvidos de forma participativa (THIOLLENT, 1988, p. 16).

O processo da pesquisa seguiu as seguintes etapas previstas no desenvolvimento da investigação qualitativa: fase exploratória dedicada à delimitação do objeto, ao levantamento e discussão teórica, definição dos pressupostos, escolha dos instrumentos para operacionalização do trabalho, elaboração do cronograma de ações e dos procedimentos necessários para a escolha do caso estudado; trabalho de campo entendido como uma etapa da pesquisa que combina a construção teórica da fase anterior com prática empírica caracterizada pela observação, entrevistas e pesquisa documental; análise e tratamento do material empírico e documental compreendidos como a fase que envolve um conjunto de procedimentos relacionados à compreensão e interpretação dos dados, bem como a sua articulação com a teoria (MINAYO, 2005).

A coleta de dados contou com pesquisas bibliográficas, documental e de campo. A primeira realizada por levantamento bibliográfico em livros, capítulos de livros e artigos publicados em periódicos nacionais sobre a temática da economia solidária visando criar um banco de dados sobre estudos e pesquisas em experiências similares. A segunda contou com as atas das reuniões mensais do Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda no período de 2017-2019; o Regimento Interno do Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda (ainda não aprovado); a Carta Compromisso endereçada aos candidatos à eleição municipal em 2016 e 2020; os relatórios das quatro edições do Seminário de Economia Solidária do Médio Paraíba (SESMEP) sediado na Universidade Federal Fluminense, Campus Aterrado e em uma escola pública do município de Pinheiral, com início em 2013; além de avaliações dos Festivais de Economia Solidária de Volta Redonda nos anos 2017, 2018 e 2019.

Em relação à pesquisa de campo foi utilizada a técnica de observação participante em que o pesquisador assume uma relação direta com os seus interlocutores no espaço social da pesquisa tendo por finalidade compreender o contexto e coletar os dados. O registro das informações ocorreu no período de 2016 a 2019 no âmbito das reuniões ordinárias e extraordinárias do Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda e, também durante as três edições do Festival de Economia Solidária no município.

A análise de dados foi realizada qualitativamente de forma descritiva-explicativa com foco no fenômeno social pesquisado seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos e promovendo uma interface com o referencial teórico adotado.

4. ECONOMIA SOLIDÁRIA EM VOLTA REDONDA-RJ

A economia solidária é caracterizada por França Filho (2004) como uma outra forma de economia possível, constituída por outros parâmetros e promotora do desenvolvimento. Segue princípios da cooperação, sustentabilidade, democracia e autogestão. Diferente da economia capitalista pautada por valores como a competição e o lucro, a economia solidária visa a cooperação e o comércio justo (DAGNINO, 2010).

A finalidade da economia solidária é a inclusão social através da promoção de trabalho e renda pelo controle do processo produtivo pelos próprios trabalhadores (DAGNINO, 2010), além da promoção de outro tipo de economia mais justa socialmente, sustentável e inclusiva (SINGER, 2004).

A economia solidária no município de Volta Redonda está diretamente relacionada com a interiorização da Universidade Federal Fluminense ao sediar o Campus no município em 2012. Por sua vez, teve início a oferta de cursos de graduação em Administração, Administração Pública, Direito, Psicologia, Ciências Contábeis, além de especializações lato sensu e mestrados (profissional e acadêmico).

O apoio às ações em economia solidária na Universidade está diretamente relacionado com a criação do Programa de Educação Tutorial (PET) em Gestão Social. Este último, foi um importante vetor para impulsionar a articulação do movimento de economia solidária em Volta Redonda-RJ e municípios vizinhos.

Como exemplo de tal atuação, ainda em 2012, houve a realização da II Plenária de Economia Solidária do Médio Paraíba na UFF Volta Redonda - Campus Atterrado em que se discutiu a compreensão de economia solidária, a contribuição desta para a análise de conjuntura e a estrutura e organização dos Fóruns Locais de Economia, Fórum de Cooperativismo Popular (FCP) e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Também foram escolhidos representantes da região do Médio Paraíba Fluminense para a Plenária Estadual e a V Plenária Nacional de Economia Solidária. Foram seis participantes titulares eleitos que chegaram a representar a região e o estado do Rio de Janeiro posteriormente na Plenária Nacional.

Os participantes retornando da Plenária Nacional iniciaram a organização dos Seminários de Economia Solidária do Médio Paraíba (SESMEPs) em várias edições como resultado da participação social e do início da formação do movimento social da região. Os SESMEPs contaram com quatro edições: a primeira em abril de 2013, a segunda em agosto do mesmo ano, a terceira em 2014 e a quarta edição em agosto de 2016.

O I Seminário de Economia Solidária do Médio Paraíba aconteceu no município de Pinheiral. O evento teve mística com música, acolhimento dos participantes, apresentações sobre economia solidária e a forma de organização em empreendimentos, além de grupos de discussão com posterior apresentação das deliberações e mais apresentação de um duo de violino e violão. Como objetivo pretendia-se promover a interação entre agentes promotores do desenvolvimento da economia solidária da região, empreendimentos econômicos solidários, movimentos sociais, servidores públicos das prefeituras e universidades.

O II SESMEP foi realizado na UFF - Campus Aterrado e contou com atrações culturais com destaque para a Folia de Reis de Valença (RJ), músicos e amostra dos produtos de economia solidária. As atividades realizadas foram “bate papo: o que é economia solidária”; apresentação de experiências de empreendimentos solidários; conversa sobre políticas públicas de economia solidária e discussão em grupos.

Para o III Seminário de Economia Solidária do Médio Paraíba foi apresentado um balanço da Economia Solidária no Médio Paraíba - RJ, as propostas das conferências regional e estadual de 2014 e, também foram divididos grupos de trabalhos para discussão de temas com apresentações das propostas construídas em plenária. Houve também amostra dos produtos de economia solidária e apresentação cultural.

O IV SESMEP iniciou com a apresentação da conjuntura político-institucional da economia solidária e discussão em grupos de trabalho. Na apresentação em plenária dos resultados dos grupos, os participantes propuseram a criação do Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda-RJ como um espaço de articulação política e social entre o público da economia solidária com a participação de entidades de apoio e representantes da gestão pública na discussão de problemáticas. Pretendia-se também servir como espaço de formação cidadã e construção de ações em prol da economia solidária. Estas últimas sempre aliadas a intervenções culturais-artísticas com grupos, coletivos e artistas de Volta Redonda e/ou de cidades vizinhas.

A caminhada da economia solidária na região também foi impulsionada em 2014 com a criação da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários do Médio Paraíba (InTECSOL) considerada uma entidade de apoio e fomento tendo por finalidade, segundo os princípios da autogestão e da economia solidária, desenvolver habilidades empreendedoras e de gestão junto aos empreendimentos incubados. A incubadora iniciou sua atuação junto à cooperativa de catadores de materiais recicláveis Cidade do Aço, grupo de produção de alimentos, Mulheres Mil e uma feira de artesanato em Volta Redonda, organizada pelo grupo Encontro das Artes.

A InTECSOL pode ser considerada um espaço permanente de discussão e reflexão ao assumir o ciclo ensino-pesquisa-extensão considerado como o pilar da universidade. Para tanto, a metodologia em pesquisa-ação contribui para o desenvolvimento articulado de projetos no campo da economia solidária com a participação da Universidade e da comunidade.

A criação do Fórum possibilitou reunir o público da economia solidária no município e localidades vizinhas, além de contar com o apoio e a participação da universidade, como membros da InTECSOL e do PET - Gestão Social. Também se fez presente representantes de Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Volta Redonda-RJ de Planejamento, Transparência e Modernização da Gestão, Cultura e Assistência Social. Como membros participantes da sociedade civil estiveram presentes artesãos, pequenos produtores agrícolas, catadores de materiais recicláveis e mulheres dedicadas à produção alimentícia.

4.1. FÓRUM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM VOLTA REDONDA – RJ

Uma das primeiras ações do Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda-RJ consistiu em dialogar com a gestão municipal sobre a economia solidária tendo como pauta o desenvolvimento de ações em prol da geração de trabalho e renda, além da visibilidade da economia solidária junto à população somada a atividades de formação cidadã.

Com o cenário eleitoral em 2016, o Fórum apresentou uma carta compromisso alinhada ao movimento da economia solidária aos candidatos à prefeito que disputariam o segundo turno das eleições municipais. Na carta compromisso pedia-se aos candidatos o empenho na execução dos recursos públicos para a realização de um Festival de Economia Solidária tendo o documento apresentado o histórico do movimento social em economia solidária no município, além de uma proposta para a organização do evento.

O evento foi incorporado no final de 2016 no orçamento municipal via Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SMDET), com valor estimado em R\$ 165.000,00, tendo como objetivo dar visibilidade à economia solidária e aos empreendimentos da região do Médio Paraíba; disponibilizar um espaço temporário para comercialização dos produtos da economia solidária; organizar debates e atividades de formação em temas ligados à economia solidária; promover apresentações culturais e estimular a articulação em rede de empreendimentos de economia solidária da região.

Ainda na carta compromisso foi ressaltado que a maior conquista junto à nova administração pública a ser iniciada em 2017 seria a abertura ao diálogo com o movimento de economia solidária, principalmente, para a construção e encaminhamento de políticas públicas de apoio e fomento aos empreendimentos econômicos solidários do município.

Fruto da atuação do movimento social, o Fórum vem contribuindo para a construção do campo da economia solidária, seja no âmbito da sociedade, com a formação de uma rede de atores sociais e empreendimentos solidários, seja na esfera do Estado pelo financiamento de festivais, incidência de ações no Plano Plurianual (PPA) como também na elaboração de uma minuta de projeto de lei de política pública municipal de economia solidária.

O Fórum foi constituído para representar o Movimento de Economia Solidária no município cuja missão consiste em mantê-lo atuante em seu território de abrangência. Tem caráter consultivo, propositivo, formativo e deliberativo. Articula o movimento social dos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária constituindo-se como um espaço permanente de resistência, discussão coletiva, proposição de ideias, troca de saberes e experiências, decisão democrática, formação, fomento ao apoio técnico aos empreendimentos de economia solidária, construção de relações de igualdade de gênero, valorização da diversidade, interlocução com entes governamentais e articulação de políticas públicas de economia solidária para o território de Volta Redonda (FÓRUM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE VOLTA REDONDA, 2019, art. 2º).

Soma-se a isso a busca por valores em cooperação, autogestão, solidariedade na construção de uma perspectiva econômica baseada na valorização do trabalho humano e no desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para o bem viver (FÓRUM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE VOLTA REDONDA, 2019, art. 2º).

A finalidade do Fórum é propor e lutar pela implementação de iniciativas econômicas solidárias autênticas, como também de políticas públicas destinadas a fortalecer e expandir as práticas e valores da Economia Solidária. Os princípios a serem seguidos são da cooperação, da inclusão socioproductiva, da autonomia dos sujeitos sociais, da solidariedade, da democracia participativa e do combate a qualquer forma de discriminação, exploração ou opressão no pleno exercício da cidadania.

O Fórum é formado pelos diversos segmentos que compõem o movimento de economia solidária: (i) empreendimentos econômicos solidários; (ii) entidades de apoio e fomento; (iii) gestores públicos. Os empreendimentos econômicos solidários devem possuir as seguintes características: (a.) ser coletivo ou suprafamiliar; (b.) os participantes ou sócios serem trabalhadores dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades e alocação de resultados; (c.) serem organizações permanentes; (d.) poderem possuir

ou não registro legal; (e.) realizar atividades econômicas que podem ser de produção de bens, de prestação de serviços, de crédito, de comercialização e de consumo solidário.

Dentre as principais ações que competem ao Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda destacam-se (i) promover formação em todos os campos de conhecimento para os participantes do movimento; (ii) educar para a solidariedade, cooperação, autogestão, consumo ético e comércio justo e solidário; (iii) estimular atividades que contribuam para formação crítica no campo social, cultural e econômico; (iv) apoiar a formação de empreendimentos autogestionários que visem a geração de trabalho e renda no campo da Economia Solidária; (v) fortalecer os empreendimentos solidários já constituídos; (vi) fomentar e apoiar a criação de redes; (g.) pleitear a criação de leis, plano, conselho e fundo municipais de Economia Solidária (FORUM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE VOLTA REDONDA, 2019).

O Fórum é considerado um espaço plural, deliberativo e inclusivo aproximando-se de uma esfera pública participativa. Esta última é compreendida como o espaço no qual os indivíduos por meio do entendimento mútuo expõem suas inquietações e decidem de forma dialógica com a finalidade de alcançar o bem comum (TENÓRIO, 2008).

A esfera pública constitui o lócus de desenvolvimento e a condição essencial para a gestão social. Para que a gestão social aconteça efetivamente, é necessária a constituição de um espaço para tal, que permita o encontro dos participantes e também detenha as condições necessárias para que os indivíduos alcancem decisões orientadas para o bem-estar social. Contudo, assim como denominada, constitui um espaço público, aberto à população e acessível à participação dos cidadãos para se comunicarem e expressarem suas reivindicações, desenvolvendo, dessa forma, a qualidade de sujeitos políticos (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013).

Como espaço público, o Fórum adota a gestão social como método de aprendizagem no processo de discussão e na deliberação das questões sendo o consenso a forma privilegiada de decisão alcançada pelo processo participativo e respeito à diversidade. “É exatamente esta dimensão pública da ação, ou seja, de um agir no espaço público, que confere a economia solidária uma dimensão política fundamental” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.19).

Soma-se a isso, a construção das pautas de forma coletiva pelos participantes que são integrantes da sociedade – artesãos, pequenos produtores rurais, catadores de materiais recicláveis, grupos de mulheres dedicadas à produção alimentícia, da gestão pública – funcionários das secretarias municipais de planejamento, transparência e modernização da gestão, cultura e ação comunitária da Prefeitura Municipal de Volta Redonda – e entidade de apoio e fomento, como a InTECSOL.

Como mencionado, o Fórum conta com uma pluralidade de representações da sociedade no campo da economia solidária sendo a sua maioria artesãos e grupos de mulheres dedicadas à produção alimentícia. Constitui um espaço de diálogo e de inclusão participativa seja de representantes do Estado seja da sociedade civil na construção de ações que beneficiem e fortaleçam o público da economia solidária no município.

As reuniões possuem periodicidade mensal e são realizadas na UFF - Campus Atterrado. Os temas de discussão abrangem (i) questões internas de organização e autogestão do Fórum, como, por exemplo, elaboração do regimento interno, formação de grupos de trabalho, representação do Fórum em instâncias estaduais; (ii) planejamento de ações para a economia solidária no município; (iii) compartilhamento de experiências e problemáticas vivenciadas pelos integrantes dos empreendimentos sociais; (iv) análise da conjuntura política do país e seus impactos para a economia solidária; (v) elaboração de uma política pública municipal de economia solidária.

A dinâmica das reuniões se estrutura da seguinte forma: após a chegada dos participantes iniciava-se um momento de acolhimento, pois geralmente há pessoas que ali estão pela primeira vez ou que retornam após um tempo sem participar. Tal dinâmica torna-se relevante para a integração dos participantes e da formação dos participantes quanto aos valores preconizados pela economia solidária. Feito isso, tem início a discussão da pauta compartilhada previamente no grupo, mas antes é perguntado se mais algum integrante gostaria de inserir um assunto a ser debatido como pauta. A coordenação da reunião é feita ora por integrantes da InTECSOL ora por militantes mais antigos e uma ata é redigida por estudantes bolsistas de extensão sendo posteriormente apresentada para aprovação em reunião ordinária.

A InTECSOL cumpre um papel importante para o funcionamento regular do Fórum ao realizar o apoio administrativo, como também ações de mobilização e organização das reuniões que possuem periodicidade mensal. Sobre isso, a atuação dos discentes de graduação e docentes nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas constitui um ponto relevante. É importante destacar que a descontinuidade do financiamento público de projetos de pesquisa e extensão compromete a permanência dos bolsistas inseridos em projetos da Incubadora na formação e no assessoramento em economia solidária junto aos empreendimentos sociais.

Durante o período de 2018-2019, os assuntos frequentes na pauta consistiram em discutir a importância das políticas públicas de economia solidária no Brasil, analisar a conjuntura atual brasileira, elaborar a minuta de lei da política pública de economia solidária de Volta Redonda, estruturar um mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários, redigir o regimento interno do Fórum, organizar os festivais de economia solidária e feiras para comercialização.

Além de contar com um grupo no aplicativo WhatsApp para a articulação e divulgação das reuniões, também é feita divulgação nas redes sociais, como Instagram e Facebook, principalmente, por meio do perfil da InTECSOL. O objetivo da divulgação em diversos meios por objetivo alcançar mais pessoas para que estas possam conhecer o Fórum e começar a tomar parte do movimento em economia solidária, caso seja do seu interesse.

Diante disso é comum nas reuniões do Fórum a presença de pessoas que ali estão pela primeira vez a convite de outros integrantes, em especial, do público do artesanato, pois constitui um setor representativo no município com participação significativa de mulheres.

Os agricultores passaram a marcar presença após alguns poucos integrantes do Fórum participarem da organização do I Encontro-Fórum de Agroecologia da região do Médio Paraíba do Sul, além de funcionários públicos recém integrantes da gestão municipal que passaram a participar das reuniões depois de integrarem a equipe da prefeitura na organização dos Festivais em Economia Solidária de Volta Redonda.

Em 2017 teve início no Fórum a organização dos Festivais de Economia Solidária aliado ao Plano Plurianual Municipal (PPA) 2017-2020 e a Lei de Orçamento Anual (LOA) com verba destinada à realização do evento. Destaca-se também que neste mesmo ano aconteceu o “PPA Participativo” em Volta Redonda, evento que contou com uma expressiva participação do movimento de economia solidária nos grupos de trabalho divididos para articular propostas. Isso possibilitou que diversas demandas relacionados à economia solidária estivessem presentes no Plano Plurianual Participativo de Volta Redonda previsto para o quadriênio 2017-2020.

Dentre as ações realizadas pelo Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda destaca-se a organização dos Festivais de Economia Solidária por três edições consecutivas nos anos de 2017, 2018 e 2019. Importante mencionar que as etapas de planejamento, organização e avaliação de cada festival foram discutidas

de forma coletiva, plural e inclusiva nas reuniões mensais do Fórum tendo a gestão social como a prática de funcionamento deste espaço público.

4.2. FESTIVAIS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE VOLTA REDONDA-RJ

Foram realizados três Festivais de Economia Solidária em Volta Redonda.

O I Festival aconteceu nos dias 9, 10 e 11 de novembro de 2017 tendo como destaque a circulação pela primeira vez da moeda social “Arigó”, além de manifestações culturais, mesas redondas, oficinas e rodas de conversa.

A programação do evento contou com mesas-redondas nas temáticas: “A Economia Solidária nas três esferas de governo”; “O protagonismo dos Empreendimentos Econômicos Solidários”; “Bancos comunitários e moedas sociais”; “Redes de cooperativas de catadores de materiais recicláveis” e a mesa de encerramento “Balanço do Festival e desdobramentos”. O evento também contou com rodas de conversa sobre política pública de economia solidária e saúde mental e economia solidária, além de uma oficina sobre autogestão em circuitos curtos agroalimentares.

Foram 20 intervenções artísticas em 20 horários distintos de 13 grupos culturais. Houve o chamamento público, em que os grupos se inscreveram e tiveram apresentações como: Jongo, Maracatu, capoeira, grupo de samba, mpb, dança cigana, hip hop, teatro dentre outros.

Através do espaço de discussões estabelecido no I Festival foi possível a elaboração de um projeto de lei da política pública de economia solidária no município de Volta Redonda construído de forma participativa que contou com a colaboração dos estudantes do Curso de Bacharelado em Administração Pública da UFF e, posteriormente, da organização de grupos de trabalho estabelecidos no Fórum.

A minuta da política de economia solidária foi entregue em janeiro de 2018 sendo em seguida apreciada pela Procuradoria Geral do município. Contudo, ainda havia ressalvas do ponto de vista jurídico que exigia um maior detalhamento referente ao capítulo da lei sobre o Fundo Municipal de Economia Solidária, além da secretaria municipal ou área pública que abarcaria institucionalmente a política pública de economia solidária.

O II Festival foi realizado nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 2018 em local aberto. As programações culturais aconteciam entre as programações de formação em economia solidária durante todo o dia. Havia também amplo espaço para comercialização dos produtos da economia solidária. No primeiro dia de evento destaca-se a oficina denominada “Conhecendo a Economia Solidária”, a roda de conversa sobre “Juventude e Economia Solidária” e o seminário “A Economia solidária como estratégia de desenvolvimento social”. Já o segundo dia contou com a oficina “Cultura e Economia Solidária” e o Seminário “Política Pública de Economia Solidária”.

As preparações para o II Festival iniciaram em julho de 2018 com a divisão de quatro grupos de trabalho formados em reuniões do Fórum de Economia Solidária. São eles: Educação e Formação; Cultura; Infraestrutura; Comercialização e Comunicação. Foram realizadas reuniões semanais na Secretaria de Planejamento, Transparência e Modernização da Gestão (SEPLAG) até a semana de realização do evento.

Uma observação relevante sobre o II Festival consistiu no cenário de dificuldades financeiras vivenciadas pelo município de Volta Redonda, o que acarretou a não tramitação dos processos licitatórios. Os integrantes das secretarias municipais nas áreas de planejamento, cultura e assistência social, envolvidos diretamente na

organização do evento, assim como a InTECSOL, o PET Gestão Social e os empreendimentos econômicos solidários optaram por realizar o Festival mesmo sem a garantia de recursos públicos. Inclusive os artistas e coletivos culturais que aceitaram o convite de participar, o fizeram sem remuneração, mas pela consideração que tinham com a proposta da causa da economia solidária. Mesmo com tal conjuntura desfavorável, o II Festival contou com teatro de rua, duo musical, dança cigana, capoeira e orquestra de cordas jovem.

O III Festival de Economia Solidária foi realizado nos dias 9 e 10 de setembro de 2019 e contou com a abertura da exposição de arte “Trasmutação”. Durante o primeiro dia aconteceu a roda de conversa “Juventude e Economia Solidária” e uma mesa redonda “Outras Economias”. Já no segundo dia de evento foi realizada uma oficina de “Bem Viver” e uma Roda de Conversa sobre “Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional”. Após o chamamento público ter sido realizado com previsão de remuneração, foi possível contar com apresentações artísticas de grupo de samba, teatro, jongo, capoeira, baile charme, banda municipal, contação de história, balé clássico, rap, dentre outros.

Após o encerramento do III Festival, o Fórum de Economia Solidária em reunião ordinária avaliou de forma participativa o evento com destaque para os seguintes temas: comunicação, comercialização, educação e formação, cultura, infraestrutura e alimentação. Os integrantes eram incentivados a refletir e discutir de forma coletiva os pontos positivos, negativos e as sugestões para eventos futuros.

De forma geral, pode-se afirmar que os Festivais de Economia Solidária foram de extrema importância para o movimento social, não apenas pelo espaço proporcionado para comercialização, apresentações culturais, mesas de discussão, mas, principalmente, pelo processo participativo de construção coletiva que contou com uma pluralidade de segmentos, representantes da gestão pública municipal, universidade e empreendimentos econômicos solidários.

5. LIMITES E POTENCIALIDADES

Diante do relato apresentado, esta seção dedica-se a apresentar as potencialidades e limitações do Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda – RJ como uma esfera pública, considerado um espaço para a prática da gestão social. As informações concentraram-se no período de 2018-2019.

No tocante às potencialidades pode-se destacar a atuação no Fórum na formação em economia solidária seja durante os Festivais pela realização de mesas de discussão, oficinas, seminários, sessões de debates seja na organização de um Curso de Formação em Gestão e Economia Solidária realizado em 2019. O Curso de Formação foi aberto à população e contou oito encontros semanais. As temáticas discutidas foram: (i) economia Solidária e suas diretrizes básicas; (ii) política pública de economia solidária; (iii) educação popular e economia solidária; (iv) empreendimentos de economia solidária: natureza, aspectos legais e autogestão; (v) comercialização, prestação de serviços e construção de redes na economia solidária; (vi) finanças Solidárias; (vii) incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCP) e suas metodologias; (viii) contribuições da economia solidária para o desenvolvimento local e a sustentabilidade.

Cada encontro contou com a atividade “fio da meada” que teve por objetivo resgatar a discussão do encontro anterior com destaque para os principais pontos e aspectos relevantes, além da realização de uma dinâmica pelo grupo responsável e contribuição com a temática a ser estudada. Os participantes foram divididos em grupos e cada grupo era responsável por organizar uma das atividades que compunham o encontro. Durante as rodas de debate todos eram convidados a contribuir com suas experiências em economia solidária e de vida para somar com o tema discutido.

Outra potencialidade a ser mencionada diz respeito ao Fórum como esfera pública, ou seja, um espaço processual de discussão e deliberação de problemáticas locais. Constitui um espaço aberto ao público, não excludente, sendo formado por uma diversidade de participantes tanto pela sociedade quanto pelo poder público. Sobre isso, a participação da InTECSOL contribuiu para o desenvolvimento da gestão social no Fórum ao conduzir os encontros pela dialogicidade entre os participantes e a tomada de decisão pela deliberação.

O Fórum conta com uma pluralidade de empreendimentos econômicos solidários sendo em sua maioria artesãos e coletivos de mulheres que produzem alimentos, contando também com cooperativas de materiais recicláveis e agricultura familiar. As duas últimas pouco participam das reuniões mensais do Fórum. Os participantes predominantes nas reuniões fazem parte do artesanato.

Soma-se a isso, a organização pelo Fórum dos Festivais de Economia Solidária, pois são considerados eventos estratégicos para dar visibilidade a economia solidária no município e arredores, promover um espaço de comercialização para os empreendimentos, incentivar a cultura local e realização a formação em economia solidária. Nas reuniões do Fórum dedicadas à organização dos Festivais de Economia Solidária percebe-se a presença de conflitos que envolvem a comercialização dos produtos. Soma-se a isso, a presença de um maior número de participantes cujo público objetiva, principalmente, dar visibilidade e comercializar seus produtos. Por isso, o destaque dado em cada festival e reunião do Fórum ao processo participativo pelo movimento social e pela conquista de direitos no campo da economia solidária.

Em reuniões do Fórum cujo ponto de pauta não contemplava os Festivais e organização de espaços para comercialização percebia-se uma diminuição dos participantes, principalmente, da sociedade civil e membros de empreendimentos solidários. Mesmo assim, a dinâmica das reuniões permanecia a mesma, com o momento de acolhimento e, posteriormente, as discussões dos pontos de pauta. As reuniões tinham duração entre duas horas e duas horas e meia.

Mesmo com a chegada de novas pessoas, a participação pelo segmento da sociedade civil é a mais baixa em comparação ao poder público e a universidade como entidade de apoio. Em reuniões ordinárias do Fórum é comum que a participação de pessoas que compõem o grupo dos empreendimentos econômicos solidários – artesãos, agricultores familiares, catadores de materiais recicláveis, grupos de mulheres dedicadas à produção alimentícia – seja menor.

Um ponto importante a ser observado é a participação de representantes da gestão municipal integrantes das secretarias municipais de planejamento, transparência e modernização da gestão, cultura e ação comunitária. Em 2017, com um novo grupo político no Executivo municipal, egressos do curso de Bacharelado em Administração Pública da UFF começaram a atuar como funcionários e estagiários na Prefeitura Municipal de Volta Redonda, o que contribuiu para o reconhecimento do Fórum como um espaço de debate sobre as ações e a construção da política pública municipal de economia solidária.

A baixa participação social pode estar relacionada à algumas dificuldades, como: o deslocamento ao local da reunião tendo custos de transporte; horário do encontro no turno da tarde; compromissos de trabalho; ausência em perceber o Fórum como um espaço de reivindicação das necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras no campo da economia solidária; necessidade de promover uma maior divulgação dos encontros, além de ampliar as iniciativas de formação em economia solidária; atuação mais individual entre os empreendimentos em detrimento de uma mobilização social coletiva e em rede. A mobilização e a organização social como uma dimensão do processo participativo (DEMO, 1988) precisam ser buscadas permanentemente como forma de tornar o Fórum um espaço público representativo do movimento da economia solidária e, também da prática da gestão social.

A redução do número de participantes das reuniões mais direcionadas para discussão de política pública e formação em economia solidária é um reflexo da fragilidade na compreensão tanto no significado quanto nos valores da economia solidária pelos participantes do Fórum sendo necessário um processo de formação permanente. Reconhecendo tal limitação, procura-se nas reuniões e eventos organizados pelo Fórum dedicar momentos para o aprendizado em gestão social e economia solidária com a utilização de metodologias não convencionais (GIANNELLA; MOURA, 2009).

Quanto ao papel da Universidade, o Fórum é um espaço para o aprendizado em temas no Campo de Públicas, dentre os quais destaca-se: cidadania, gestão social, economia solidária, administração pública societal, políticas públicas. Torna-se necessário promover a integração entre o saber popular e o saber acadêmico, articular ações de extensão universitária e pesquisa acadêmica em disciplinas dos cursos de graduação para a melhor formação profissional do graduando.

6. CONCLUSÃO

O Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda constitui um importante instrumento de participação social, pois tem contribuído para a construção do campo da economia solidária no município. Uma das suas atuações diz respeito à realização de Festivais de Economia Solidária, com três edições até o momento, que contribuem, principalmente, para a formação de uma rede de atores sociais; a reivindicação de ações que promovam a geração de trabalho e renda; a elaboração da política pública em economia solidária.

Além de espaços para comercialização dos produtos dos empreendimentos em economia solidária, os Festivais contam com a apresentação de artistas locais visando a valorização cultural na região, além da realização de oficinas, palestras, mesas de discussão e rodas de conversa sobre temas em economia solidária.

O Fórum constitui um espaço potencial para a elaboração da política pública em economia solidária no município que dará suporte à geração de trabalho e renda como eixo promotor do desenvolvimento social. Outro ponto a ser ressaltado sobre a elaboração da minuta de projeto de lei da política pública municipal de economia solidária de Volta Redonda, é que ela foi realizada de forma coletiva e participativa nas rodas de conversa dos Festivais, sendo o texto aperfeiçoado nas reuniões do Fórum.

Sobre isso, é importante destacar (i) a inserção de egressos do Curso de Bacharelado em Administração Pública da UFF como funcionários das secretarias municipais da Prefeitura de Volta Redonda; (ii) a trajetória do movimento social da economia solidária em Volta Redonda que promove ações regulares de mobilização e organização social e, (iii) o trabalho de ensino, pesquisa e extensão realizado pela Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade.

Por fim, os desafios colocados pelo Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda guardam relação com a própria dinâmica da participação como elemento político e processual (TEIXEIRA, 2002), sendo necessária a sua construção permanente aliada ao esforço de tornar a sociedade sujeito político e protagonista de suas próprias ações na luta democrática por direitos (DEMO, 1988).

Ainda há um caminho a ser percorrido pelo Fórum Municipal de Economia Solidária de Volta Redonda, com muitos desafios e conflitos a serem enfrentados, como a formação em economia solidária, a ampliação da participação social no Fórum, a conquista de uma política pública municipal de economia solidária. Contudo, também há uma gama de potencialidades a serem exploradas pelo Fórum como esfera pública, tendo a participação social como motor da gestão social.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANÇADO, A. C.; TENORIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 681-703, set. 2011.

CANÇADO, A.C.; PEREIRA, J.P.; TENÓRIO, F.G. Gestão social: epistemologia de um paradigma. Curitiba: CRV, 2013.

DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. In: DAGNINO, R. Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. 2.ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Komedi, 2010.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F.C.; NOVAES, H.T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: DAGNINO, R. Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. 2.ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Komedi, 2010.

DEMO, P. Participação é conquista. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988. FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. II Plenária Regional de

Economia Solidária do Médio Paraíba (RJ). Cirandas, 2012. Disponível em:

<<http://cirandas.net/fbes/blog/ii-plenaria-regional-de-economia-solidaria-do-medio-paraiba-rj>>. Acesso em 18 mar. 2021.

FÓRUM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA.

Regimento Interno. Volta Redonda-RJ, 2019.

FRANÇA FILHO G. e LAVILLE, J.L. Economia Solidária – uma abordagem internacional. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública. Cadernos EBAPE.BR, v. 2, n. 1, março 2004.

GIANNELLA, V.; MOURA, M.S. Gestão em rede e metodologias não convencionais para a gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Características da

população, cidades e estados: resultados do universo. Volta Redonda. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/volta-redonda.html> >. Acesso em 04 de Mar. 2021.

MINAYO, M. C. de L. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade.

Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M.C.S. et al. Métodos, técnicas e relações de triangulação. In: MINAYO,

M.C.S. et al. (Org.). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *Estudos avançados*, 18 (51), 2004.

TEIXEIRA, E.C. O local e o global: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2002.

TENÓRIO, F. G. et al. Critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 3.; 2008, Salvador. Anais...

Curitiba: ANPAD, 2008.

TENÓRIO, F.G. (Re) visitando o conceito de gestão social. In: TENÓRIO, F.G. Um Espectro Ronda o Terceiro Setor, o espectro do mercado. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2008. THOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988. VERGARA, S.C. Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2010.



GESTÃO DE RISCOS E FINANÇAS SOLIDÁRIAS:
O CASO DO BANCO DO PREVENTÓRIO



RESUMO

O estudo parte da discussão teórica que sinaliza uma evolução interpretativa do status da Gestão de Riscos voltada não mais somente para os tradicionais riscos financeiros, mas como fator indissociável do desejo para altos padrões de governança corporativa. Essa temática é articulada em outra dimensão teórica, a da Economia Solidária com o objetivo de identificar o grau de maturidade do processo de Gestão de Riscos no Banco Comunitário do Preventório. De abordagem qualitativa e de natureza descritiva, a investigação é denominada de documental, bibliográfica e de levantamento. Os dados foram coletados por meio de formulário eletrônico; mediante uma visita ao local e com uma entrevista em profundidade com o Conselheiro responsável pela interlocução com o público externo. A principal constatação do estudo é de que o nível de maturidade de Gestão de Riscos do Banco Comunitário do Preventório é classificado como “Fraco” que é o mais baixo dentro de uma escala de cinco níveis.

Palavras-chaves: Gestão de Riscos. Economia Solidária. Bancos Comunitários

1. INTRODUÇÃO

Estudos recentes têm evidenciado a elevação do status da Gestão de Riscos dentro das empresas que anteriormente voltava-se quase que exclusivamente para os tradicionais riscos financeiros e para imprevisões a serem cobertas por seguros (TRAPP; CORRAR, 2005; LOPES; SILVA; MORAES, 2015). A visão contemporânea é de que a Gestão de Riscos se expandiu, e na atualidade os desafios consistem em abordagens que dialoguem com os objetivos estratégicos, com as atividades desempenhadas pelos colaboradores, com os processos que considerem fatores internos e externos das organizações. Sua relevância é vista como fator indissociável da governança corporativa (GUIMARÃES; PARISI; PEREIRA; WEFFORT, 2009; OLESKOVICZ; OLIVA; PEDROSO, 2018).

Escândalos com repercussões internacionais chamaram a atenção para este desafio que é considerado global. Neste sentido, instituições internacionais com diferentes pontos de vistas sobre gestão de riscos têm buscado desenvolver uma concordância em relação a terminologia utilizada; aos processos para implementação da gestão de riscos; a estrutura organizacional para gestão de riscos e por fim o objetivo da gestão de riscos (FERMA, 2003; COSO, 2004; ISO 31000, 2009; KPMG, 2018).

Neste trabalho, essa temática é investigada em uma instituição inserida no contexto da economia solidária, a qual representa e reúne um arcabouço de experiências e iniciativas calcadas na formação de relações de cooperação e solidariedade, com vistas à melhoria da qualidade de vida de populações menos favorecidas, geralmente (RANGEL; SILVA; 2016). Adota práticas comerciais e prestações de serviços direcionadas para geração de trabalho e renda com foco no desenvolvimento local (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2009). Considerando-se a relevância social das atividades realizadas pelos Bancos Comunitários, indaga-se qual o grau de familiaridade e/ou adoção da Gestão de Riscos existente no Banco do Preventório.

De abordagem qualitativa e de natureza descritiva, a investigação pode ser denominada de documental, bibliográfica e de levantamento. Especificamente, adotou-se a metodologia da Rede KPMG (Piet Klynveld; William Barclay Peat; James Marwick; Reinhard Goerdeler) de verificação de níveis de maturidade de Gestão de Riscos no Banco Comunitário do Preventório a partir da percepção dos integrantes da Alta Direção do Banco. O levantamento foi realizado por meio de formulário eletrônico, além de uma visita in loco e uma entrevista em profundidade com um dos Conselheiros do Banco.

Além desta introdução, o trabalho até o momento está organizado de modo a propiciar elucidações sobre o objetivo; os processos metodológicos; da análise e dos resultados.

A seguir, apresenta-se o objetivo da investigação, bem como na sequência, os processos metodológicos adotados.

2. OBJETIVO

O presente estudo tem por objetivo identificar o grau de maturidade do processo de Gestão de Riscos no Banco Comunitário do Preventório, sediado na entrada da Comunidade do Preventório, no bairro de Charitas, município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, optou-se pela articulação teórica dos campos da Gestão de Riscos e da Economia Solidária.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa foi construída tendo por diretriz a abordagem qualitativa e quanto à classificação de natureza descritiva. O conteúdo teórico com vistas a estabelecer as conexões entre gestão de riscos e finanças solidárias foi construído por meio de periódicos científicos, obras de referências, jornais e revistas com o objetivo de “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 184).

Assim, a pesquisa com relação aos meios de investigação pode ser denominada de: documental, bibliográfica e de levantamento.

As pesquisas tipificadas por levantamento, caracterizam-se “pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer” acerca do problema estudado, logo tornam-se muito mais ‘adequados para estudos descritivos que explicativos” (GIL, 2002, p. 50).

O levantamento foi realizado por meio de formulário eletrônico gratuito da plataforma do Google e contou com 14 questões fechadas tendo uma identificação breve do perfil dos Conselheiros; o aprofundamento quanto à adoção e compreensão sobre Gestão de Riscos e uma última questão aberta para livre registro dos interessados.

Os dados coletados pelo formulário foram agrupados em tabela e tratados por meio da estatística descritiva tendo por finalidade obter a distribuição de frequências do conjunto de dados.

Especificamente, aplicou-se a metodologia da KPMG (2018) de verificação de níveis de maturidade de Gestão de Riscos no Banco Comunitário do Preventório a partir da percepção dos integrantes da Alta Direção do Banco.

Em 2018, a KPMG (2018, p. 6) lançou a primeira versão de pesquisa sobre a maturidade do processo de gestão de riscos no Brasil “que teve como objetivo capturar a percepção do estágio da utilização da Gestão de Riscos como ferramenta de gestão”. Foi conduzida por meio de uma plataforma web e realizada entre os meses de novembro a dezembro de 2017. O questionário teve como foco os 7 elementos da Metodologia de Gestão de Riscos da KPMG e considerou os atributos desses elementos em uma escala com 5 níveis: fraco, sustentável, maduro, integrado e avançado (KPMG, 2018).

Assim no presente trabalho, adotou-se em formato adaptativo a metodologia da KPMG (2018), cujo levantamento levou em consideração a ideia central desses 7 elementos, para posterior classificação do Banco do

Preventório em um dos 5 níveis da escala quanto ao grau de maturidade, à luz da percepção dos conselheiros que integram a Alta Direção do Banco.

O formulário eletrônico foi encaminhado para o e-mail dos conselheiros integrantes da Direção do Banco no mês de outubro de 2019, incluindo-se, ainda, na investigação uma visita ao local no qual o Banco está sediado, bem como uma entrevista em profundidade com o Conselheiro responsável pela interlocução com o público externo.

4. ANÁLISE

O Banco Comunitário do Preventório foi inaugurado na comunidade do morro do Preventório, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro em 13 de setembro de 2011. Fruto de parcerias firmadas entre os moradores, a Concessionária de Energia Elétrica AMPLA (entidade patrocinadora) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). Diferentemente do padrão de outros bancos comunitários que contam com investimentos públicos inicialmente, o Banco do Preventório contou com o investimento de quinhentos mil reais da AMPLA, sendo desenvolvido por intermédio da Incubadora de Empreendimentos em Economia Solidária da UFF (RANGEL; SILVA, 2016).

De acordo com as informações da própria rede social (Facebook), o Banco do Preventório tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico do Preventório, financiando o comércio, serviços, pequenos negócios da comunidade e incentivando o consumo em moeda social.

O Banco do Preventório dispõe de uma moeda social circulante, o Prevê, com notas de vinte e cinco centavos, um, dois, cinco, dez, vinte, vinte e cinco e cinquenta Prevês, que tem o equivalente em Real. Atuam como correspondente bancário da Caixa Econômica, administram a própria moeda e realizam oferta de crédito.

Do ponto de vista da organização dos trabalhos, o Banco conta com sete colaboradores efetivos. Sendo um cargo de presidente, um de vice-presidente, um tesoureiro e um de secretária, e outros três colaboradores nas funções de conselho fiscal. Desta forma, pode-se considerar que esses integrantes formam a Alta Direção do Banco. Aqui neste trabalho o termo “Conselheiro” está sendo utilizado genericamente para designar um colaborador integrante da Direção do Banco do Preventório.

À medida que os dados são tratados, evidencia-se a ideia predominante no dia a dia dos Conselheiros do Banco, expressando, portanto, a visão de negócios que norteia boa parte das decisões, possivelmente. Desta forma, estes pesquisadores com base na metodologia aplicada da KPMG (2018) a partir das ideias centrais dos 7 elementos considerados; das observações empíricas e dos esclarecimentos adicionais com a entrevista, arbitrou-se paulatinamente cada questão em termos de nível de maturidade, conforme as respostas predominantes, para ao final identificar o grau de maturidade da Gestão de Riscos no Banco Comunitário do Preventório.

A aplicação do formulário ocorreu no mês de novembro de 2019 por um período de sete dias corridos. Dos sete Conselheiros, obteve-se um retorno de cinco respondentes, o que representa uma participação efetiva entorno de 70%.

A entrevista se deu de forma informal e descontraída tendo por norte as questões previamente estabelecidas.

O Conselheiro “Prevento” (entrevistado) colabora com o Banco do Preventório desde a fundação; já foi presidente do Banco e hoje atua na função de conselheiro fiscal, além de ser o interlocutor do Preventório perante ao público externo na busca por parcerias, desenvolvimento de projetos e de mais recursos.

Com relação ao investimento inicial para a criação do Banco, ratificou o investimento de recursos privados somente (inicialmente) por parte da Ampla, além da cooperação técnica da UFF. Com relação ao montante investido, o Conselheiro “Prevento” mencionou que não há um valor preciso, pois, a Ampla alocou no centro de custo deste projeto toda e qualquer atividade relacionada a instituição do Banco. Significa dizer, por exemplo, se ela empregava funcionários seus no projeto, a remuneração desses funcionários era contabilizada no montante destinado ao projeto. Assim, falar em uma cifra específica dependeria de critérios previamente estabelecidos. Com relação ainda a recursos; mencionou que durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) havia um incentivo financeiro via a Rede de Economia Solidária, mas com a saída do PT do governo tal apoio financeiro foi suspenso.

Destacam-se, a seguir, as principais observações reunidas com a investigação.

5. RESULTADOS

A principal evidência deste estudo tendo por base a metodologia da KPMG (2018) é de que o nível de maturidade de Gestão de Riscos do Banco Comunitário do Preventório é classificado como “Fraco” que é o mais baixo dentro de uma escala de cinco níveis. Isso por si só não é um demérito para o Banco, a depender de como os Conselheiros irão tratar dessa questão a partir da interpretação “dos potenciais aspectos positivos e negativos de todos os fatores que podem afetar a organização” (FERMA, 2003, p. 3). Considerando-se que para uma boa Gestão de Riscos os passos fundamentais são identificar e tratar dos mesmos, o Banco tem a oportunidade de reunir esses eventos e convertê-los em vantagens competitivas. Trata-se de um desafio contemporâneo que tem perpassado boa parte das empresas (56%) e de diferentes segmentos, conforme sinalizou a KPMG (2017; 2018).

O fato concreto é que o Banco do Preventório existe a mais de oitos anos promovendo o desenvolvimento econômico na comunidade do Preventório financiando o comércio, serviços e pequenos negócios, além de incentivar o consumo local com a moeda social, o Prevê. Todavia, enfrenta dificuldades estruturais de ordem financeira, técnica, operacional e de força de trabalho que o faz operar abaixo da capacidade e de suas potencialidades.

No tocante aos processos da Gestão de Riscos, evidenciou-se a ausência de cultura ou de baixa familiaridade com atividades práticas voltadas para gerir riscos. Apesar de conscientes da importância de gerir esses processos, em decorrência de outras prioridades e/ou dificuldades, os riscos que afetam o Banco são tratados pelos Conselheiros quando surgem e pós discussão em reuniões semanais para tratar dos assuntos em geral. Os potenciais impactos negativos capazes de afetarem o funcionamento do Preventório são ampliados porque não há um setor, responsável, processos e atividades inerentes à Gestão de Riscos.

As principais preocupações dos Conselheiros consultados concentram-se nos riscos operacionais e nos associados aos projetos, ou seja, nas atividades e serviços do dia a dia e nas oportunidades de geração de renda e parcerias para o Banco, respectivamente.

Outra constatação é de que no Banco não há um mecanismo de registro (manual, eletrônico ou digital) de fatos e eventos que já afetaram o funcionamento das atividades para fins de composição de um banco de dados, para análise e adoção de medidas preventivas. Esta questão é um outro desafio que se impõem às empresas, pois 67% das empresas respondentes apontaram “não possuir base de dados de eventos de risco” e “72% afirmam não existir ferramentas tecnológicas de gerenciamento de riscos em uso” (KPMG, 2018, p. 30-33).

Assim, considerando-se a evolução do status da perspectiva da Gestão de Riscos e a relevância do papel que os Bancos Comunitários desempenham do ponto de vista social, entende-se que o universo de experiências de gestão social desta natureza oferece um vasto campo de pesquisa e aprendizado para toda sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission [COSO]. (2004). Enterprise Risk Management - Integrated Framework.

Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission [COSO]. (2013). Internal Control - Integrated Framework.

FERMA. (2003). Normas de Gestão de Riscos. Federation of European Risk Management Association (FERMA). Recuperado em 19 setembro, 2019, de <http://www.ferma.eu>.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.

GOULART, A. M. C. Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil. 2003. 201 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

GUIMARÃES, Iolanda Couto; PARISI, Cláudio; PEREIRA, Anísio Candido; WEFFORT, Elionor Farah Jreige. A importância da Controladoria na Gestão de Riscos das Empresas não- financeiras: um estudo da percepção de gestores de riscos e Controllers. Revista Brasileira de Gestão de Negócios – FECAP. São Paulo, v. 11, n. 32, p. 260-275, jul./set, 2009.

ISO. International Organization for Standardization. ISO 31000:2009. Disponível em :< http://www.iso.org/iso/home/store/catalogue_tc/catalogue_detail.htm?csnumber=43170>. Acesso em: 13 Ago 2019.

ISO. International Organization for Standardization. ISO 31000:2018. Disponível em:

<<https://www.iso.org/publication/PUB100426.html>> Acesso em: 13 set 2019.

KPMG. Gerenciamento de Riscos. Os principais fatores de riscos apresentados pelas empresas abertas brasileiras. Publicações, 2017. Disponível em <http://www.kpmg.com.br> Acesso em: 13 Set 2019.

KPMG. Pesquisa Maturidade do Processo de Gestão de Riscos no Brasil. Publicações, 2018. Disponível em <http://www.kpmg.com.br> Acesso em: 13 Ago 2019.

LOPES, Vanessa Claro; SILVA, Aline Moura Costa da; MORAES, Melissa Christina Corrêa de. Gestão de Riscos – Um modelo para identificação de riscos em um negócio: Um estudo de caso e uma companhia aérea. Revista de Informação Contábil – RIC. Vol. 9, nº 1, p. 68-85, jan-mar, 2015.

MANAB, N. A.; GHAZALI, Z. Does Enterprise Risk Management Create Value. Journal of Advanced Management Science, Vol. 1, No. 4, December 2013, Rowland Heights, United States. Disponível em: <<http://www.joams.com/uploadfile/2013/1024/20131024110157468.pdf6>>. Acesso em: 27 Ago 2019.

MENDES ROSA, Germano; TOLEDO, José Carlos. Gestão de Riscos e a Norma ISSO 31000: importância e impasses rumo a um consenso. V Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção – CONBREPRO. Ponta Grossa, PR, Brasil, 2015.

OLESKOVICZ, Marcelo; OLIVA, Fábio Lotti; PEDROSO, Marcelo Caldeira. Gestão de Riscos, Governança Corporativa e Alinhamento Estratégico: Um Estudo de Caso. Revista Ibero- Americana de Estratégia – RIAE. Vol. 17, N.2 Abril/Junho, 2018.

PANHOCA, L. Administração do risco de propostas e estudos de viabilidade na indústria aeronáutica brasileira: uma abordagem de controladoria. 2000. 199 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PEREIRA, C. A. Ambiente, Empresa, Gestão e Eficácia. In: CATELLI, A. (Coordenador). Controladoria: uma abordagem da gestão econômica - GECON. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia. Rio de Janeiro: Makron Books, 1994.

PRADO, Eduardo Vieira; PADOVEZE, Clovis Luis; PEREIRA, Carlos Alberto; CALIL, José Francisco; BERTASSI, André Luis; NAZARETH, Luiz Gustavo Camarano. Práticas de Gerenciamento de Riscos Corporativos: Um estudo de caso de uma indústria multinacional de autopeças. Caderno Profissional de Administração – UNIMEP, v. 8, n.1, 2018.

RIMS, (2011). FAQ on SRM and ERM. Why Strategic Management? The Risk Management Society (RIMS). Recuperado em 19 junho, 2019, de <http://www.rims.org/resources/ERM/Documents/>.

SANVICENTE, A.Z. Administração Financeira.3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

TRAPP, Adriana Cristina Garcia; CORRAR, Luiz J. Avaliação e Gerenciamento do risco operacional no Brasil: análise de caso de uma instituição financeira de grande porte. R. Cont. Fin. – USP, São Paulo, n. 37, p. 24-36, jan/abr, 2005.

VAUGHAN, E. J. Risk Management. New Baskerville: John Wiley & Sons, 1997.

RAZETO, Luis. Los caminos de la economía de solidariedad. Buenos Aires, Editorial Lumen- Hvmánitas, 1997.

RAZETO, Luis. A centralidade do trabalho e a economia da solidariedade, 2019. Traduzido por João Reus do Nascimento. Disponível em: <https://www.luisrazeto.net/content/centralidade-do-trabalho-e-economia-da-solidariedade> Acesso em 15 Set 2019.

RAZETO, Luis. Qué es la economía solidaria?, Por Luis Razeto. Biblioterca, 2019a. Disponível em:<https://www.economiasolidaria.org/reas-red-de-redes-de-economia-alternativa-y-solidaria/biblioteca/que-es-la-economia-solidaria-por> Acesso em: 20 Set 2019.

NETO SEGUNDO, João Joaquim de Melo; MAGALHÃES, Sandra. Economia Solidária e Políticas Públicas: Bancos Comunitários. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Publicações.

Mercado de Trabalho, 41. Nov, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=357 Acesso em 12 Set 2019.

RIGO, Ariádne Scalfoni; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da moeda social no “bairro da economia solidária. Cadernos EBAPE.BR, v. 15, nº 1, Artigo 10, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2017.

RAGEL, Tauã Lima Verdan; SILVA, Daniela Juliano. Redistribuição e reciprocidade na realidade dos bancos comunitários: o caso do Banco Preventório e do Banco Comunitário Popular de Maricá/RJ. Lex Humana, Petrópolis, v. 8, n. 1, p. 118-140, 2016.

OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras, 2019. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo> Acesso em: 15 Set 2019.

HOLYOAKE, George Jacob. Os 28 Tecelões de Rochdale. História dos Probos Pioneiros de Rochdale. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003029.pdf> Acesso em: 10 Set 2019.

SOUZA, André Ricardo; CUNHA, Gabriela Cavalcante; DAKUZAKU, Regina Yoneko. Uma outra economia é possível. Paul Singer e a economia solidária. Resenha. Plural; Sociologia. USP, São Paulo, 2004.

SILVA, Sandro Pereira. O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas. Texto para discussão 2361 – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Rio de Janeiro, 2018.

ICA, Aliança Cooperativa Internacional. 2019. Disponível em: <https://www.ica.coop/es/quienes-somos/alianza-cooperativa-internacional> Acesso em: 15 Set 2019.

CARTA CAPITAL. Paul Singer: Economia solidária se aproxima das origens do socialismo. Entrevista, 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/Paul-Singer-Economia-solidaria-se-aproxima-da-origens-socialismo/> Acesso em 17 Set 2019.

LECHAT, Noëlle M. P.; BARCELOS, Eronita da Silva. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. Revista Katál Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 96-104, Jan./Jun, 2008.

LEAL, Leonardo Prates; ALMEIDA, Suzanny Carla Santos. Incubação de iniciativas de finanças solidárias: perspectivas da gestão coletiva dos bens comuns no Banco Comunitário Olhos D'água em Igaci, Alagoas. Revista NAU Social, v. 7, n.12, p. 143-162, Maio/Out, 2016.

BARRETO, A. V. Cultura da cooperação: subsídios para uma economia solidária. In: SOUZA, A.

R. et al. (Org.). Uma outra economia é possível. São Paulo: Contexto, 2003. p. 287- 314.

SDC, Superintendência de Documentação. Boletim de Serviço da UFF, 2014. Disponível em: <http://www.noticias.uff.br/noticias/2014/11/banco-comunitario-preventorio.php> Acesso em: 15 Set 2019.





INTEGRAÇÃO DE PRINCÍPIOS ECONÔMICOS
PLURAIS NA EXPERIÊNCIA DE FEIRAS LIVRES -
UM ESTUDO SOBRE A FEIRA LIVRE DO
MUNICÍPIO DE ITIÚBA-BA.

Joaquim Alves de Oliveira Neto (UFBA) joaquimaoneto@gmail.com

Ariadne Scalfoni Rigo (UFBA) ariadne.rigo@ufba.br



A vontade de entender melhor as relações estabelecidas entre os indivíduos que vivem em sociedade foi o mote inicial para a construção dessa pesquisa que visa realizar uma análise sobre a realidade social a qual se inserem as Feiras Livres. Neste trabalho, no entanto, estaremos focados na observação da organização e funcionamento especificamente da Feira Livre da cidade de Itiúba, no estado da Bahia. Encontra-se neste trabalho uma discussão sobre os princípios da economia plural e sua manifestação e integração na experiência de feiras livres. A análise e discussão sobre o movimento de “imbricamento” e “desimbricamento” do conceito de economia é aqui trazida sob a perspectiva das relações socioeconômicas estabelecidas no fenômeno da Feira Livre, espaço democrático e de interação popular onde se integram os princípios de comunidade. Na oportunidade foram realizadas etapas qualitativas para análise institucional junto a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), a Secretaria Municipal de Agricultura, a Fundação APAEB, ao Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), junto ao Assentamento Bela Conquista, ao empreendimento da agricultura Familiar Monte Sabores. Foram também realizadas, além das visitas as instituições, visitas a localidades produtivas e uma visita a feira livre do município de Cansanção. Utilizaram-se como arcabouço teórico os apanhados de Polanyi (2012) a cerca dos princípios da economia plural.

Palavras-chave: Feira Livre; Economia Plural; Princípios Econômicos Plurais.

A vontade de entender melhor as relações estabelecidas entre os indivíduos que vivem em sociedade foi o mote inicial para a construção dessa pesquisa que visa realizar uma análise sobre a realidade social a qual se inserem as Feiras Livres. Neste trabalho, no entanto, estaremos focados na observação da organização e funcionamento especificamente da Feira Livre da cidade de Itiúba, no estado da Bahia.

A ideia de “feira” neste trabalho é a de um evento que ocorre em espaço público, com dias e horários de funcionamento pré-estabelecidos. Não será, portanto objeto desse estudo, as feiras mais esporádicas, do tipo exposição, que possuem, em geral, caráter industrial, recreativo ou ligado a amostras tecnológicas. O conceito aqui utilizado é da feira como uma organização popular, estabelecida em um espaço que permite desde a manutenção de elementos socioculturais, como a transformação dos mesmos.

A Feira Livre de Itiúba ocorre aos sábados ou, excepcionalmente, em outro dia da semana, de acordo com a tomada de decisão da administração pública municipal, que modifica o dia por meio de decreto municipal. Iremos discutir mais a frente, como se dá a relação entre a Prefeitura Municipal e Feira Livre, que de maneira genérica ocorre através da competência municipal de manutenção dos serviços públicos (prevista na Constituição Federal de 1988).

Aqui antecipando uma discussão espacial sobre a feira, é importante destacar que “feira” para os munícipes, negociantes, entrevistados, etc, é o fenômeno que ocorre sempre aos sábados, com horários diferentes para um e outro, mas que tudo que envolva atividades de compra, resolução de problemas, encontros e recados, é feira, independente de estar no espaço onde as barracas estão montadas. Nesse sentido, o banco público é feira, a compra no supermercado é parte da feira, a missa matinal é também, o remédio na farmácia e por ai vai.

É também parte desse trabalho a tentativa de entender e demonstrar cientificamente como ocorre os movimentos de “desembricamento” e o desejo de “embricamento” das dimensões sociais e econômicas, tendo como cenário de construção comunitária, o fenômeno das Feiras Livres. Utilizaram-se como arcabouço teórico básico os apanhados de Polanyi (2012) a cerca dos princípios da economia plural. Assumindo, portanto: mercado como sendo uma instituição que promove o “escambo” propriamente dito; a redistribuição, como princípio de centralidade no que tange ao modelo institucional; o princípio da reciprocidade como uma busca por relações simétricas nos modelos institucionais e; a domesticidade centrada nas relações familiares. O conceito aristotélico, muito empregado por Karl Polanyi, assume a economia como sendo um processo institucionalizado pelo qual se garante o sustento (POLANYI, 2012). A esta noção ampliada de economia, juntam-se Laville e Gaiger (1999), Franca-Filho (2014) e Rigo (2014) ao falar de economia plural e descre-

ver caminhos sobre os princípios utilizados aqui como categorias de análise. O primeiro, mostrando como a solidariedade, promovida por membros de uma determinada comunidade, estabelece vínculos sociais de reciprocidade. O segundo apresentando um pouco sobre as formas de organização dos movimentos sociais que se propõem a praticar a economia plural. E por último, mas não menos importante, um pouco das especificidades dessas práticas.

Para falar de mercado, toca-se também nas questões de preço. Tomaremos este processo levando em consideração dois temas centrais: o primeiro ligado a natureza da economia e os problemas da troca comercial e o segundo com o preço justo. O preço segundo Polanyi (2012), depende da posição relativa dos parceiros de troca.

Karl Polanyi, em seus ensaios correlatos, ao falar do mundo colonial, utiliza o pensamento do antropólogo Thurnwald (1935) que diz:

Apesar das numerosas divergências, há no fundo, entre os povos exóticos de hoje, as mesmas agruras que havia entre nós há décadas ou séculos. Os novos engenhos técnicos, os novos conhecimentos, as novas formas de riqueza e poder aumentaram a mobilidade social, isto é, a migração de indivíduos, a ascensão queda de famílias, a diferenciação de grupos, novas formas de liderança, novos modelos de vida, diferentes tipos de valorização (THURNWALD, 1935 apud POLANYI, 2012).

Para melhor apreensão do objeto pesquisado, foram definidos como objetivo específico: i) observar e descrever a forma de organização e funcionamento da Feira Livre de Itiúba; ii) apreender e analisar a inter-relação de aspectos econômicos plurais na Feira Livre de Itiúba; iii) analisar as relações institucionais de articulação territorial para produção e os princípios plurais econômicos; iv) definir e analisar apanhado de memórias (bibliográfica e oral) das relações socioeconômicas do território e os princípios da economia plural.

Devido ao modo tradicional e histórico de organização das feiras livres como instituições populares, este trabalho carrega, desde o início, o pressuposto de que as relações, no âmbito das feiras, são compostas não apenas por elementos econômicos, havendo a presença crucial, por exemplo, de elementos de reciprocidade nas relações ali estabelecidas. Acredita-se, inclusive, na feira como sendo um legítimo espaço para as relações sociais e de comunidade, contrariando assim o paradoxal pensamento weberiano de fator econômico, onde o comportamento intrinsecamente econômico seria “puramente racional” (POLANYI, 2012, p. 289). Assim, este trabalho se propõe a corroborar com as teses de Polanyi (2012), pois “nenhuma motivação humana é econômica em si”. Dessa forma, concebemos uma feira livre onde há, por natureza, o “enraizamento” do social no econômico, lastreando as relações que nela se estabelecem.

Em meio a crescente desumanização desenvolvida no seio das relações do sistema de mercado, faz-se necessária uma análise da relevância das feiras livres municipais como sendo instrumentos de manutenção das relações de reciprocidade e entende-las como instituição formadora de valores socioculturais e também econômicos. Assim, configura-se como justo o empenho na realização teste trabalho e sua possível relevância acadêmica. Não está posto como objetivo imediato a proposição de soluções para possíveis problemas encontrados nas relações de troca, mas servir de periscópio de análise do campo social e do fortalecimento da importância das feiras no seio social.

Projetos de lei por todo o país transformaram tradicionais feiras livres em patrimônio sociocultural de diversas cidades, a exemplo da Lei nº 36/2014 que assim o fez com a Feira Livre do Pequeno Produtor, do município de Cascavel, no Paraná (CAMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL, 2015) e das feiras livres da cidade de Londrina, também no Paraná, que após a Lei nº 11090, publicada em 03 de dezembro de 2010 (JORNAL DE LONDRINA, 2011). Uma vez que administração pública atribui as feiras o título de patrimônio, já consagrado popularmen-

te, o que muda para as feiras? Na prática, não muda muita coisa. Espera-se que com essas promulgações as feiras possam se fortalecer e lutar contra os impactos da inserção destrutiva dos industrializados e da concentração comercial dos grandes supermercados.

Os elementos aqui apresentados servem de apoio as atividades investigativas, pois uma vez entendida a estrutura básica da Feira Livre, será possível, em seguida, adentrar na etapa mais densa do trabalho, que corresponde à análise da integração de princípios econômicos plurais, existentes na experiência da Feira Livre municipal de Itiúba. Essa etapa será feita a luz dos princípios plurais de Karl Polanyi e visa perceber, no fenômeno da Feira Livre, a maneira como estão integrados os princípios econômicos plurais de a) Domesticidade, b) Reciprocidade, c) Redistribuição e de d) Mercado. Os elementos aqui destacados foram discutidos na etapa de fundamentação teórica desse trabalho.

O município de Itiúba está situado na região do Piemonte da Diamantina. Compartilha com a Chapada Diamantina o mesmo efeito geológico que a gerou. Faz parte da região sisalera. É uma cidade cercada por grandes serras. Itiúba, segundo o último censo, tem 36.113 habitantes. Além da pecuária, possui atividades agrícolas de cereais, leguminosas e oleaginosas. Em 2012 seu PIB foi de 155.639 mil reais (IBGE).

Figura 2: Localização do município de Itiúba



Fonte: Wikipédia (2015)

O primeiro núcleo demográfico de Itiúba, segundo Azerêdo (1987), data dos primórdios do Século XVII. Logo depois do ano de 1600, possivelmente, teriam surgido os primeiros focos de povoamento. Essas movimentações populacionais se deram no âmbito das sesmarias, que abarcavam os limites da região. Em Itiúba, no alto da Serra, que leva o seu nome, os Jesuítas, em 1662, teriam construído uma capela e posteriormente a Igreja de São Gonçalo. “Os atrativos de um solo fecundo, fontes de águas nativas e boas madeiras de lei teriam atraído os primeiros exploradores da terra dadivosa” (AZERÊDO, 1987, p.08).

No período denominado “Ciclo dos Currais” tem-se registros das atividades de bandeirantes e outros aventureiros por meio da Estrada Real, que ligava a referida região ao litoral da Bahia. Nesse período havia forte ligação comercial através das trocas com o Recôncavo. Isso catalisou o processo de povoamento. Dessa forma chegaram a região de Itiúba as primeiras mudas de café, cana-de-açúcar, outras frutas e o também o gado bovino que transitou pela Estrada Real até chegar aos Alpes da Serra de Itiúba.

Em sua primeira etapa de organização política, o território fazia parte da freguesia “Velha de Santo Antônio de Jacobina”, depois, integrou o “Arraial de Senhor do Bonfim da Tapera”, em 1697. Em 1868, a capela do S. Gonçalo do Amarante do arraial da Serra de Itiúba é elevada a categoria de freguesia e desvincula-se de Se-

nhor do Bonfim da Vila Nova da Rainha. Em 1880 foi transformada em “Arraial de Itiúba”. E, quando, em 1884, Queimadas foi elevada a categoria de Vila (Vila Bela Santo Antonio das Queimadas), Itiúba passou então a vincular-se aquele território. Somente em 1935 Itiúba é elevada a categoria de “Vila e Município Independente” e assim é desligada de Queimadas por força do Decreto nº 9322, de 17-01-1935. Somente em 1938 é que passou a categoria de cidade quando, por meio da Lei 211, conhecida como lei geográfica, quando os territórios que eram “vilas” passaram a ser, de direito, cidades (AZEREDO, 1987). Lembrando que as referidas regiões a que Itiúba se vinculou no passado, são hoje os ditos limites do município, tendo Senhor do Bonfim, mais ao norte e os municípios vizinhos de Cansanção, Queimadas e Monte Santo desenhando as suas fronteiras.

As percepções a cerca do princípio de mercado podem ser divididas, do ponto de vista da análise qualitativa e documental, em duas dimensões. A dimensão do mercado, por exemplo, de trabalho, das instituições de apoio e do mercado que movimentam a infraestrutura dessas organizações. E a outra que é a ligada a instituição de mercado presente na feira livre, influenciada pelo mercado produtivo local e regional.

Na primeira dimensão de mercado, percebe-se uma frente forte de técnicos voltados para as questões de atenção ao pequeno produtor e/ou produtor da agricultura familiar. Esse mercado de trabalho voltado para assistência técnica agrícola foi uma grande promessa no Brasil quando do “boom” político voltado para a reforma agrária. E mesmo esta andando a passos curtos, o setor desse mercado de trabalho vem se expandindo.

No que diz respeito a dimensão de mercado do apoio a produção local, os entrevistados destacaram a importância de instituir o “SIM” (Selo de Inspeção Municipal) a fim de melhorar as condições de comercialização (ou seja, escoamento via mercado) dos pequenos produtores locais. Ao serem questionados sobre o fato de hoje, na feira livre de Itiúba, haver mais produtos de outras regiões do que produzidos localmente, os entrevistados apontam como principais motivos a falta de investimento local para essas questões de produção, tanto no âmbito das construções de aguadas para os períodos de escassez de chuva, quando do ponto de vista do apoio técnico. Além disso, as vantagens competitivas apresentadas pelo Vale do São Francisco são também postas como desafio a disputa de mercado na feira livre.

Uma relação de mercado era também estabelecida entre produtores do perímetro irrigado do Jacurici, povoado de Itiúba, onde, por meio do DNOCS, alguns trabalhadores cultivavam especificamente para a produção de sementes que, segundo os técnicos do DNOCS, eram vendidas para a empresa “PETRO”, responsável por fazer testes de germinação e revender as sementes ou utiliza-las em outras etapas.

Atualmente, partes das terras estatais do DNOCS estão ocupadas. Determinados grupos produzem “feno”, um tipo de capim muito nutritivo e que depende de sistema de irrigação e como a terra na região é alagada, desenvolveu-se essa monocultura. A produção vai para outras localidades por meio de atravessadores.

São apontados como principais formas de centralização da produção, via estado, as compras de produtos por meio da CONABE (Companhia Nacional de Abastecimento). Na região, a CONABE chegou a comprar muitos peixes e mariscos. Por conta das secas as compras de pescados não têm sido feita ultimamente. Atualmente, apenas produtos agrícolas, frutas, derivados de animais, etc.

Outra atividade que toca o princípio da redistribuição é o programa “Garantia Safra” do governo federal que permite uma maior segurança ao agricultor tanto do ponto de vista do escoamento da produção, quando nas questões de risco, pois em caso de perda da safra por excesso de chuva ou seca, tem um seguro para cobrir os danos.

Há também o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) que é uma importante estratégia de estímulo na produção agropecuária da região, como afirma um dos entrevistados “para o produtor plantar, ensacar

e vender commodities ta muito caro”. Com o PNAE, chega a oportunidade para a produção e garante alimento de qualidade, além de remunerar melhor o produtor. O PNAE ocorre via chamada pública e é uma experiência prática do princípio de redistribuição, pois compra do produtor local e repassa os alimentos para a merenda escolar das instituições de ensino do município.

Além desse programa, foi também destacado como sendo importante para o desenvolvimento produtivo local, o PAA (Programa de Aquisição de Alimento) do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome). São duas pontas de dois importantes programas que, via Estado, estimulo a produção local, além de redistribuir a producao, evitando, como vimos nas constatações teóricas de Polanyi (2012), que a fome seja utilizada como estímulo para produção, pois os produtos são adquiridos e repassados as famílias carentes, previamente cadastradas junto às secretarias de assistência social e por mediação da secretaria de agricultura também.

Uma política pública de acompanhamento gratuito pode também ser vista como princípio de redistribuição, uma vez que assistência técnica sempre foi privilégio de grandes produtores. O apoio ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura), o acesso ao crédito e o CAD único, são formas estatais de subsídio a famílias assistidas com apoio técnico, elaboração de projetos e cadastramento para créditos e linhas de fomento produtivo.

O Estado, durante o período de integração entre as instituições EBDA e DNOCS, via Projeto Sertanejo, atuou fortemente no quesito redistribuição, sobretudo por conta das etapas de regulamentação fundiária de pessoas necessitadas. Com o fim ou decadência do apoio institucional, os grupos desassistidos seguiram alguns, produzindo e pescando. Quem conseguiu financiamento comprou as terras de posse do DNOCS, como afirma Dona Maria Maurícia, moradora da Fazenda Jua, nos Colonos. Outros se ocuparam as terras que passariam a improdutividade, se dependessem do apoio institucional. Dona Maria Maurícia, que inclusive, no alto dos seus 69 anos de idade, sendo que 45 deles trabalhando com feira livre, ainda viaja da sede de sua propriedade, no povoado vizinho, até a feira.

Há um histórico comum entre EBDA e DNOCS que representou um período de forte integração de ações locais a favor do desenvolvimento regional. Foi o período em que ambas as organizações estavam sob a organização do Projeto Sertanejo. Uma proposta avançada do governo federal de melhoria da qualidade de vida do sertanejo. Nesse período, diversas ações das instituições em questão podem ser consideradas como trabalhos de estímulo a reciprocidade.

O acompanhamento das assistentes sociais que integravam as equipes, segundo os entrevistados, eram verdadeiros momentos de partilha de conhecimentos populares e troca de experiências. Além disso, diversas etapas de trabalhos para saúde coletiva eram desenvolvidas. A própria atividade de hortas comunitárias e hortas de quintal, com intuito de melhorar a qualidade alimentar dos envolvidos, eram preenchidas de ações de reciprocidade, presente nos mutirões, nos encontros de formação e demais momentos incluindo até cursos que visavam melhorias na convivência grupal.

A reciprocidade está presente também nos bancos de sementes, bancos de mudas, bancos de criações, dentre outros geridos e articulados pelas comunidades na região. Esses bancos são formas de gestão coletivas de bens, tendo como princípio a confiança e a solidariedade.

O DNOCS, com o propósito de construir a sustentabilidade do semiárido brasileiro, no auge de sua atuação junto aos “colonos”, que eram os trabalhadores oriundos dos projetos de Regularização Fundiária, exploraram extensas áreas irrigáveis, onde eram cultivadas olerícolas como a alface, cebola, abóbora, melão, melancia, pepino, dentre outras. Essa produção abastecia primeiramente os núcleos familiares do perímetro irrigado do Jacurici, local onde está situado o açude público do Jacurici, construído pelo DNOCS.

Uma vez supridas as demandas de produtos daqueles núcleos, daí então o excedente era comercializado para outros municípios circunvizinhos como Senhor do Bonfim e outros mais longínquos como Juazeiro, Petrolina-Pe, Feira de Santana e Salvador (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL).

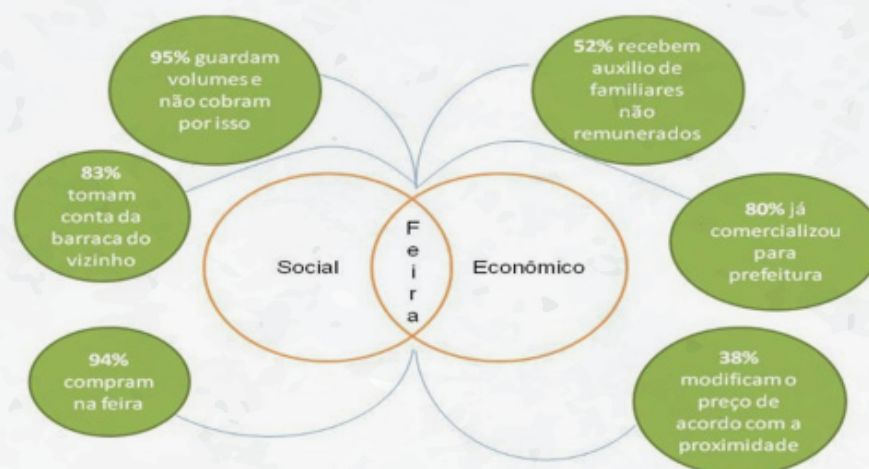
As ações das instituições de apoio, hoje, embora debilitada, seguem proposta que buscam o princípio da domesticidade. A via pela pequena produção e não a produção de larga escala. A valorização da produção adequada a região. A gestão proximal, que permite relações de poder mais horizontalizadas. Todas essas dimensões contribuem para que o princípio da domesticidade, se não vivido na prática pelos grupos, estejam sendo construídas as bases para o retorno do embricamento entre o lastro social das relações e a organização econômica.

Na comunidade dos colonos, visitado para essa pesquisa, ainda hoje se produz cultivo de subsistência e também para comercialização. Mesmo com o forte cultivo monocultor do feno, a localidade ainda produz para o auto-consumo, como fora em outros tempos em que os Colonos recebiam apoio institucional de produção e que, além de serem autossuficientes, ainda contribuía fortemente para o abastecimento de produtos na feira livre de Itiúba, sede do município.

De acordo com a proposta lançada no início deste trabalho, foi concebida a Feira Livre como sendo um espaço onde o embricamento das dimensões sociais e econômicas se (re) integram através de vivência do fenômeno em questão, sendo então uma experiência de comunidade. A seguir, serão apresentados os resultados das estatísticas descritivas obtidas por meio da aplicação de questionários.

Iniciando com a caracterização, foram entrevistadas 33 pessoas do sexo masculino e 35 do sexo feminino. A idade média dos feirantes é de 42 anos. Desses entrevistados, 63% são do próprio município (sede e outros povoados) e 37% de outras cidades. A média de anos de participação na feira é de 20 anos, envolvendo períodos em que muitos ajudavam pais e outros familiares, até serem feirantes com barraca própria. Dos feirantes, 41% são produtores-mercadores, enquanto que 72% são feirantes-mercadores. Esta estatística ultrapassa a porcentagem, pois parte dos feirantes (13%) são produtores-mercadores, mas também revendem produtos em suas barracas. Os principais dados referentes aos princípios de economia plural estão sistematizados no quadro a seguir:

Estatística descritiva



Fonte: autoria própria

As relações de mercado ligadas a contrato, mesmo que não explicito, estão tacitamente estabelecidas nas relações comerciais da feira. As barracas não emitem nenhum tipo de nota fiscal, embora isso já seja registrado em outras feiras. Porém, isso não impede que se estabeleça uma relação contratual entre o feirante e o consumidor. Ao serem questionados sobre a possibilidade de trocar o produto, seja por estar em mal-estado ou por vontade do comprador, 86% dos entrevistados disseram fazer a troca do produto.

Também na relação de mercado está a questão da existência de um mercado interno, baseada na produção local e outra de produtos oriundos de outras cidades. Mesmo o número de feirantes locais sendo encontrados em maioria, analisa-se também que desse número, parte são feirantes-mercadores, estes compram produtos de outras localidades, sobretudo da cidade de Juazeiro, no Vale do São Francisco.

É na feira livre também que produtores da agricultura familiar encontram vazão para suas produções. Ou até mesmo para produtores que lidam com a terra a fim de suprir sua subsistência, também encontram na feira o mais importante ponto de comercialização. Isso faz da feira a mais importante instituição de mercado local, pois, mesmo havendo outros espaços de comercialização, é nela – na feira – que os fluxos de transações se intensificam.

As questões de preço no mercado da feira são categorias de análise onde o lastro social emerge na relação econômica. Uma observação, seguida de uma entrevista semiestruturada feita com o senhor Nelson do alho, de 51 anos, dos quais 15 são de trabalho com feira, revela essa relação. O mercador de alho transitava por ruas ao redor da feira. Seu Nelson não produz, compra a mercadoria das regiões de Jacobina. Ele plantava feijão para consumo e comercialização na feira de Senhor do Bonfim, de onde é natural. Mas hoje, por conta dos problemas de saúde, não pode mais fazer isso. E, segundo ele, não tem que empreenda a atividade, pois “os menino ainda estuda, não tem quem continue”.

Ao perceber seu Nelson oferecendo o produto (cordas de alho) a transeuntes, foi possível perceber que o mesmo alterava o preço – como é costume nas relações de mercado

– a depender do nível de interesse do comprador, no produto. Quanto menos a pessoa quer (necessita), menor é o preço ofertado pelo vendedor. Em um momento ofertou uma corda de alho por 20 reais a uma senhora que não demonstrou interesse e ele então reduziu o preço para 15. Ela definiu não querer. No mesmo instante, outra pessoa pergunta o preço e daí a corda de alho passou novamente a valer 20 reais, a compradora em potencial disse não ter o valor em dinheiro do preço cobrado, seu Nelson então diz que fica por 15, a senhora diz não ter. Por fim, quando ela está caminhando já se distanciando do vendedor, o mesmo perguntou de longe “A senhora tem quanto?”.

Quando entrevistado, ao ser questionado sobre o preço do produto, seu Nelson enfaticamente, antes mesmo de ouvir o restante, respondeu afirmando “não compensa!” e seguiu comentado que em Senhor do Bonfim ele vende 100 reais no dia, gasta 30 com transporte. Sobre a “barganha” que acontece durante a relação de troca, seu Nelson diz “O preço é 15, mas vende até por 10; é pra trocar o dinheiro”.

Segundo Polanyi (2012), os preços dependem da posição relativa dos parceiros de troca na comunidade. Isso explica, em grande medida, as alterações de preço ocorridas nas relações de troca estabelecidas na feira. Mas nesse caso, em que as pessoas não são conhecidas para seu Nelson, não seria uma questão de proximidade. Nesse sentido, a relação mais estrita de mercado impede que ocorra a prática de um preço justo, pois, na relação de que alguém “ganha” e outro “perde”, na disputa do preço mais alto (mercador) ou preço mais baixo (comprador) aquele que tem maior necessidade “perde”.

O comércio é natural desde que seja requisito de autossuficiência (POLANYI, 2012). Ou seja, se a produção que vai para a instituição de mercado compõe um processo de busca pela subsistência do ponto de vista am-

plo da economia e não apenas da troca monetária, então essa relação seria natural. A troca de bens, segundo o mesmo autor, é uma troca de serviços e, portanto constitui um tratado de autossuficiência. Nesse sentido, quando não produz (apenas revende) não é possível estabelecer uma relação completa de troca de serviços.

Um elemento muito interessante ligado a instituição da reciprocidade na feira livre foi registrado nessa pesquisa. Observemos o caso sobre a economia primitiva, encontrado em Polanyi (2012), ao citar Margaret Mead, que descreve a relação de um arapesh da Nova Guiné, para melhor entender o tema.

Quando há carne secando em seu fumeiro, ou é de caca morta por outra pessoa – um irmão, um cunhado, o filho de uma irmã, etc. – que lhe foi dada, caso em que ele e seus familiares podem comê-la, ou é carne que ele mesmo caçou e está defumando para dar a alguém, pois comer a própria caca, nem que seja apenas uma avezinha, é um crime a que só se rebaixariam os deficientes morais, o que, entre os arapesh, geralmente significa deficientes mentais (MEAD apud POLANYI, 2012, p.238).

Esta narrativa corrobora muito com as expressões dos entrevistados durante uma das perguntas feitas para esta pesquisa. Ao serem questionados se deixavam que as pessoas guardassem seus pertences (compras, sacolas, dentre outros) na sua barraca, dos 95% que disseram “sim” deixam guardar, ao serem indagados se cobram por isso, muitos também comentaram coisas como “Deus é mais”, “Não é certo”, “Eu não!”, “Jamais”, “Graças a Deus não” ou “Nunca, eu fico é agradecido”. É uma questão de extrema reciprocidade o fato de deixar guardadas as coisas na barraca do feirante. Para os entrevistados é uma questão de amizade. Para o as relações de mercado, poderia até ser uma visão de negócio, transformar essa relação recíproca e não monetária e passar a cobrar, mas não foi o que se percebeu ao longo das entrevistas.

Tomar conta da barraca do vizinho é algo comum nas relações de feira, não foi diferente a percepção desse acontecimento na Feira Livre de Itiúba. Dos entrevistados, 83% disseram tomar ou já ter tomado conta da barraca de um feirante “vizinho” quando este precisa se ausentar por alguns instantes, ir ao banheiro, comer, ou algo do tipo. Os comentários eram de que “isso sempre acontece”, “é de lei”, “um ajudando o outro”.

Ainda no âmbito da reciprocidade, o dado de que 52% dos entrevistados recebem auxílio de familiares não remunerados corrobora com a afirmação de Franca-Filho (2014) que descreve a reciprocidade como sendo característica de um processo de relações de proximidade que permite a mobilização importante de recursos não monetários.

Um fato curioso identifica nas relações de troca foi que, dos 51% que disseram já ter trocado mercadoria por mercadoria na feira (registro de relação não monetária) boa parte admitiu fazer isso com o intuito de ajudar o outro. Para parte dos entrevistados, propor uma troca dessas é sinal de não ter dinheiro e serve como oportunidade para ajudar outro feirante, além de não sair perdendo nada, pois, como afirmou um dos feirantes “tudo é produto, não é mesmo?”.

Segundo Polanyi (2012) o preço justo é uma exigência que vem da *philia* expressas na reciprocidade presente na essência de todas as comunidades humanas. Na feira livre de Itiúba, 38% dos entrevistados disseram que mudam o preço de seus produtos caso o comprador seja uma pessoa próxima ou familiar (de *philia*). Outros feirantes (62%) disseram não fazer isso por que não são produtores e, portanto tem um mínimo de remuneração a ser alcançado, do contrário não conseguem pagar a mercadoria que revendem. Ou seja, nesse sentido, uma relação mais estrita de mercado impede ou dificulta, para alguns feirantes, o estabelecimento de uma troca mais recíproca, ou justa.

Pode se dizer que autarcia é a capacidade de subsistir sem dependência de recursos externos (POLANYI, 2012). Assim, a necessidade de um grupo ou local surge de acordo com aquilo que ela não pode produzir

para si ou para sua subsistência. Ainda segundo Polanyi (2012) o comércio externo é natural quando serve a sobrevivência da comunidade. Nesse sentido, foi possível identificar na feira, como já discutido no caso do assentamento Bela Conquista, o estabelecimento do princípio de natureza do comércio, uma vez que famílias que produzem para seu auto-consumo (domesticidade) encontram na feira um local para comercialização do excedente. Porém, do ponto de vista do município, a autossuficiência, narrada nos apanhados de Azerêdo (1987) aqui discutidos, se ocorreu algum dia, hoje não há mais.

Sobre a domesticidade, 91% dos entrevistados disseram que parte de suas mercadorias também vai para uso/consumo próprio. Outra característica da dimensão de domesticidade, como vimos, é a que se refere às trocas próprias de um determinado clã ou território. Ou seja, em que medida a produção individual ou de uma família contribui para o sustento ou, como descreve Polanyi (2012) sua “subsistência”.

Alguns feirantes entrevistados afirmaram que parte de suas produções abastecem também outros entes (familiares ou não). Aproximadamente 59% dos entrevistados disseram transferir produtos (para os produtores) e mercadorias (para os mercadores) à outros entes.

Porém, no que tange a autossuficiência, foi possível identificar durante a pesquisa que, mesmo não conseguindo produzir tudo que precisam as famílias que comercializam na feira – aqueles que são produtores – tem, em geral, seu sustento direto daquilo que planta e colhe. Sendo que o excedente vai para a feira (nesse caso a dimensão mercado) para ser trocado por moeda ou, como foi mapeado, até por outros produtos na relação de trocas de itens por itens (peixe por farinha, camarão por frutas e verduras e assim por diante). Além disso, foram mapeadas algumas outras experiências de produções agrícolas que nem se quer chegam a feira para serem trocadas. Alguns produtores-mercadores afirmaram plantar feijão, por exemplo, apenas para consumo próprio e quando perguntados se havia excedente para trazer para a feira disseram que não, pois era somente para consumo próprio.

Tendo visto e discutido os princípios da economia plural e as formas de práticas dessa economia, é importante que se reforce a ideia de que outras práticas e visões sobre o econômico são possíveis. Sejam elas formas de resgate do que a humanidade já fez ou sejam meios inovadores de se pensar a organização socioeconômica. Todas as formas são oportunidades de desenvolvimento, se estiverem a favor da coletividade, por meio do uso comum de bens, distribuição comum da produção, igualdade no poder decisivo e também isonomia nas relações de trocas comerciais. O que não é possível acontecer, dentro da economia capitalista.

Após as análises feitas e aqui apresentadas, foi possível concluir que: sim, os princípios econômicos plurais são parte do fenômeno da feira livre estando, portanto, na experiência da feira livre do município de Itiúba. Sua integração também é um fato identificado neste trabalho. Na organização e funcionamento, os elementos de reciprocidade mantém o convívio e ajudam os grupos a, cooperadamente, suprir suas necessidades. Na memória e história das relações de produção e interrelação institucional do município, também pode ser verificado que a integração dos princípios econômicos plurais fizeram parte do passado da organização socioeconômica local. Nas instituições que direta ou indiretamente lidam com a feira livre do município de Itiúba, também ficou claro que suas ações contribuem para a integração dos princípios de reciprocidade, redistribuição, domesticidade e mercado.

Dessa forma, utilizando o arcabouço prático da vivência em feiras livres, chegasse a conclusão de que não há espaços puros de economia pois a relação econômica está inerentemente imbricada nas relações sociais. E o fenômeno da feira livre dispõe e integra os princípios da economia plural, aqui apresentados e discutidos.

Falando sobre a perspectiva das dificuldades enfrentadas pelo território, é importante destacar que a riqueza natural de diversas regiões, incluindo a de Itiúba, foi antropofagicamente modificada. E que o processo de

mudanças causado pelo desenvolvimento industrial é um fato. Dessa forma, é preciso encarar suas implicações práticas na forma de se organizar sócio- produtivamente e pensar em que maneira é possível sair do modelo “mercadocentrista” que privilegia e torna hegemônica uma, das diversas instituições da economia.

Em Itiúba, historicamente, percebe-se que a tendência em torno da tradição pecuarista do município faz com que esse setor tivesse mais atenção, tanto de quem investia privadamente, como de quem, nos dias de hoje, apoia (estado, entidades de apoio e fomento e etc.). Não havia ajuda mútua entre os setores. Os produtores pecuaristas não se preocupavam com os agricultores, a não ser em relação ao feijão e o milho, que é de todo ano. Durante a realização desse trabalho, um dos agentes de apoio da EBDA, ao falar das estratégias de desenvolvimento local, disse que o governo deveria investir mais na pecuária, pelo potencial do município, do que nas empreitadas de plantio. O agente justifica o seu argumento utilizando o fato das intempéries naturais que levam a perda de safras, etc.

Porém, é importante reforçar o fato de que no imaginário coletivo, está muito forte a questão “natural” e determinista. Isso acontece muito por conta das fortes secas que atingiram e ainda atingem a região. Mas é importante reforçar que o desinteresse secular do poder público, que mitiga o potencial produtivo desta e outras regiões, é sim grande responsável pelo não desenvolvimento local em relação a agricultura. Por pouco que sejam os índices pluviométricos, quando a chuva cai, o sertanejo se alegra, mas pouco se armazena.

Relatórios do Instituto de Atividades Espaciais (IAE) indicam que, desde o período do descobrimento, ciclos de grandes secas sempre acontecem a cada 26 anos. O semi-árido dos estados da Paraíba, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, juntos, somam a área de 327.000 km². A Bahia, sozinha, tem uma área de semiárido com 320.000 km², é quase o mesmo tamanho dos outros quatro estados junto. Em contrapartida, mesmo com toda essa dificuldade imposta pela natureza, do ponto de vista das construções públicas de aguadas, ficamos ainda mais a frente, no atraso. Foram construídos na Bahia aproximadamente 150 açudes pequenos e médios. Todos eles armazenam juntos 1 bilhão de m³ de água. Parece muito, mas essa quantidade toda cabe em apenas um único açude do Ceará.

O Açude Público do Jacurici, em Itiúba, foi feito na década de 50’ e desde então nunca passou por uma reforma estrutural. Em 1934, quase vinte anos antes da construção do açude, o Ceará já possuía, também num único açude, toda a quantidade que a Bahia acumula atualmente. Hoje, o açude do Jacurici se encontra assoreado e com baixos índices de armazenamento de água. Produção de pescados ali não se vê mais com abundância. Nos lugares onde antes havia água, as populações da beira de açude fazem pequenas leiras, para aproveitar a fertilidade da terra. Mais uma forma de resistência do sertanejo local lidar com as intempéries da seca e do descaso do poder público.

O DNOCS que antes, junto a outras entidades do Projeto Sertanejo, faziam grande mobilização para o desenvolvimento local, hoje luta por reformas institucionais para tentar vencer a defasagem de funcionários, equipamentos e frentes de ações. No pátio da sede do órgão em Rómulo Campos, povoado de Itiúba, carros e equipamentos abandonados. Tratores que antes ajudavam a matar a fome dos lavradores, hoje são comidos pela ferrugem. A EBDA, que também compunha o mesmo projeto de integração do governo federal, atualmente foi extinta e o suporte que era dado aos produtores rurais, hoje se encontra em crise. Num mundo onde a mercantilização da vida, por meio da privatização dos saberes comuns das sementes, por exemplo, é cada vez mais constante, não contribuir, estimular e apoiar o desenvolvimento agrário é caminhar para a dependência.

Já vivemos na América Latina, como bem relatou Eduardo Galeano, em “As veias abertas da América Latina” todo o tipo de dependência industrial e tecnológica. E hoje, os países dito desenvolvidos querem – depois de tanto ceifar - roubar nossa maior riqueza: a vida. O nosso grande potencial agrícola, que é o que atribui, minimamente, poder aos países agrários nas instâncias das organizações internacionais, é também o tema mais

negligenciado nestes espaços. As prioridades sempre são as patentes e a crescente privatização da propriedade intelectual, formas sofisticadas - e de direito -, que nos mantém dependentes. Nessa perspectiva, a Monsanto, companhia multinacional agrícola e de biotecnologia, existe para eliminar as possibilidades de reprodução livre e comunitária no mundo, pois tem como objetivo desenvolver herbicidas e sementes transgênicas. Mas em seu portfólio, a empresa diz ser responsável por aumentar a produção de alimentos no mundo de forma sustentável. Uma companhia como a Monsanto tem, internacionalmente, o poder de corroer as práticas cooperadas e associativas, que são básicas para as relações sociais de domesticidade, além de desequilibrar a integração dos demais princípios da economia plural.

Com todo esse cenário, são crescentes as constatações daquilo que foi interpretado historicamente por Polanyi (2012), de como a transição de motivadores antes presumidos, passaram a ser reais e guiam o homem a buscar subsistir na economia de mercado. O sertanejo sem água, um brasileiro sem sementes ou um latino sem terras, são faces de uma mesma exclusão gerada pelo paradigma do modo de produção capitalista. “A fome tem uma saúde de ferro/Forte, forte como quem come”, assim canta o grupo Nação Zumbi e assim caminha a fome como motivador para integrar o homem a produção, no modelo econômico que vivemos. Nele, as possibilidades aparentemente são: aderir ao ganho, por meio da venda de sua força de trabalho ou morrer de fome.

Além das intempéries naturais e do descaso comentado acima há também as questões ligadas ao processo de industrialização da produção, que junto aos movimentos de globalização, ameaçam o desenvolvimento endógeno de diversos países e localidades, pois estes são submetidos a aderir à economia de mercado e perder sua capacidade industrial ou de outras formas de produção mais sustentáveis, como a artesanal, por exemplo. Na feira, os produtos artesanais dão lugar aos industrializados. A cerâmica passa a ser substituída pelo alumínio ou inox. Além disso, com a popularização dos produtos chineses, os plásticos tomam conta de quase tudo antes produzido local e artesanalmente. Na primeira foto, registrada na Feira Livre de Itiúba, vemos a presença dos itens citados, o porcelana, entre outros. A outra imagem revela a presença dos plásticos comercializados em espaços públicos.

Barraca de industrializados (Itiúba-BA)



Fonte: autoria própria

Os itens competem, na relação de mercado, diretamente com alguns artefatos manufaturados como as panelas e demais itens de cerâmica, normalmente feito artesanalmente e comercializado por famílias nas feiras. Os itens plásticos também buscam suprir necessidades de outros itens feitos com palha e outras fibras. Essa realidade de desequilíbrio competitivo no mercado dificulta o desenvolvimento endógeno.

Barraca de baldes plásticos (Monte Santo-BA)



Fonte: autoria própria

Sabemos que a feira livre constitui-se como um espaço de união entre as relações sociais e econômicas e este trabalho pretende ter contribuído para este entendimento e que sirva de periscópio para um olhar mais cuidadoso sobre o mundo em que vivemos e a economia que planejamos, pois, se a feira sobreviveu até hoje, não se sabe até quando os males da economia de mercado podem seguir destruindo natureza (homem e terra) por meio davisão economicista da vida, ideologicamente trabalhada num modelo econômico que é sustentado pela vida e não o inverso: uma economia que sustente a vida. Dessa forma,

é preciso contribuir para que a apreensão sobre uma visão mais substantiva da economia substitua a míope ideia de que essa somente - ou predominantemente - se realiza sob a condução dos princípios de mercado. Isso acontece hoje, por uma questão política e ideológica e não por natureza humana.

Assim, resistir em busca de modelos de gestão para práticas cooperadas e que venham a somar com as possibilidades de autogerir produção e distribuição numa economia, são questões basilares para que a economia plural aconteça de fato e que, aquelas possibilidades apresentadas como única (aderir ao ganho ou morrer de fome) se transformem em outros meios de reprodução da vida. Com isso, é preciso também levar em conta que, diante da atual institucionalização das pautas dos movimentos que lutam por essa economia plural no mundo, há de se ter cuidado para que os caminhos se ampliem e não ao contrário, se restrinjam a ações de estímulo a crédito e consumo, como vem acontecendo em parte de governos e organizações autônomas que se propõem a prática dessa outra economia.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Rubim Santos Leão de. História das sociedades: das sociedades modernas

às sociedades atuais. In: Rubim Santos Leão de Aquino...[et al.]. 38ª Ed. – Rio de Janeiro: Record. 2000.

AZERÊDO, Robério. Itiúba e os Roteiros do Padre Severo. In: Robério Azerêdo – Composto e impresso nas oficinas da UNIGRAF – Campinas.

ASSOCIAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE APOIO A ECONOMIA FAMILIAR - ASCOOB.

Disponível em: <http://www.sistemaascoob.com.br/>

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS Disponível em:

<http://www.dnocs.gov.br/>

EMPRESA BAIANA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA – EBDA Disponível em: [http://](http://www.ebda.ba.gov.br/)

www.ebda.ba.gov.br/

FAUSTO, Boris, 1930. História do Brasil. In: Boris Fausto. – 2. Ed. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FRANCA-FILHO, Genauto Carvalho. Economia Solidária. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014, p. 54-56.

GARRIDO, Ricardo. Reflexões Sobre a História. In: Ricardo Garrido – 1ª Ed. – Salvador: Sergel Serviços Gráficos e Editoração LTDA, 2008.

LAVILLE, Jean-Louis. Economia Plural. In:CATTANI, Antonio D. et al. Dicionário internacional da outra economia. 1ed.Coimbra:Edições Almeidina, 2009.

POLANYI, K. A Subsistência do homem e ensaios correlatos. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto,2012.

RAMOS, Graciliano. Vidas Secas. In: Graciliano Ramos – 92ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2003

RIGO, A. S. Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas. Salvador: Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2014. Tese de Doutorado





INVESTIMENTO SOCIAL E ACESSO
A RECURSOS NAS PERIFERIAS: DO
COLONIALISMO À EMANCIPAÇÃO



RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: lideranças periféricas / redução de desigualdades / acesso a recursos / investimento social privado

1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS¹

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada. [...] quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso (ADICHIE, 2019, p. 32-33).

Concordamos com a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie ao evidenciar o perigo de uma história única. Aquela história única que cria estereótipos, cujo problema "não é que sejam mentira, mas que são incompletos" (2019, p. 33). Em um país de imensas desigualdades socioeconômicas como o Brasil, histórias únicas e estereótipos sobressaem nas mais diferentes formas de domínio, cooptação e subjugação. Em matices e nuances ora perigosamente sutis, ora absurdamente escancaradas.

Em se tratando de investimento social privado (ISP), muitas histórias existem sobre a transferência de recursos entre empresas, fundações, institutos e organizações da sociedade civil (OSC), mas pouco se fala sobre como essas parcerias se dão da perspectiva de quem é financiado e menos ainda quando se trata de movimentos sociais e coletivos das periferias na outra ponta – a de quem recebe os recursos.

Nos principais estudos sobre ISP há poucas informações específicas sobre esse público e território. Por exemplo, no último Censo GIFE (GIFE, 2016), considerando apenas o recorte de dados sobre os três projetos/ programas declarados como prioritários pelos respondentes, percebe-se que, de uma base total de 116 organizações, 75,9% não faziam distinção de grupos étnicos, raciais, religiosos ou povos/ comunidades tradicionais e 56% não faziam distinção de território na realização de suas ações de investimento social. Algumas organizações utilizaram-se da alternativa "outros" para especificar outras características dos beneficiários de seus projetos/ programas, sendo que são citados apenas sete vezes especificamente moradores de área de vulnerabilidade social/ periferia urbana e uma vez escolas de área de vulnerabilidade social/ periferia urbana. Nessa mesma alternativa há ainda uma menção a lideranças locais mapeadas nos territórios e três menções para população de baixa renda. Não se sabe, porém, quantas organizações de fato trabalham com esses temas, uma vez que essas opções não constavam na listagem de alternativas dessa questão do Censo GIFE 2016.

Partimos desse contexto para a criação do coletivo Potências Periféricas, formado entre julho e agosto de 2018 a partir dos esforços de três atores intermediários e desenvolvedores do campo de impacto social no Brasil – ADE SAMPA, ponteAponte e Sense-Lab –, provocados pela interlocução com diversas lideranças periféricas paulistanas. Ao longo de 2018, mais três atores somaram forças à iniciativa: Fundação Tide Setubal, Fundo ZL Sustentável e Instituto Jatobás. Os seis atores, todos com anos de experiência em investimento social, tornaram-se então os facilitadores de um coletivo de coletivos, formado por 17 organizações e coletivos periféricos.

1 Este artigo contou com o apoio de Sofia Martin Melazzo e a revisão técnica de Letícia Pereira e Rafael Bernardo Carvalho, bem como a validação do grupo Potências Periféricas.

Com o objetivo de fomentar chamadas públicas mais inclusivas, para que líderes de projetos das periferias da cidade de São Paulo consigam, efetivamente, acessar recursos disponibilizados por editais, desafios e prêmios em curso no Brasil, o Potências propõe espaços de diálogo entre líderes periféricos, coletivos, empreendedores, movimentos sociais, organizações sociais e financiadores, visando trocas horizontais baseadas na empatia e que quebrem possíveis barreiras de entendimento mútuo.

Para promover essa discussão, entre agosto de 2018 e julho de 2019 foram realizados três encontros com cerca de 4 horas cada um e uma imersão de dois dias com os atores participantes. As principais descobertas relatadas neste artigo são fruto de sistematização analítica das conversas e reflexões que emergiram nesse período, utilizando métodos como grupos focais facilitados e/ou autogestionados.

Assim, este artigo resulta da investigação de fatores críticos de acesso a recursos a partir da perspectiva de lideranças periféricas, mais especificamente das periferias da cidade de São Paulo. Nosso objetivo foi levantar quais são os desafios e as possíveis soluções em um caminho coletivo e como fazer o ISP se alinhar aos contextos periféricos de maneira mais genuína – e em um cenário de esfacelamento de direitos fundamentais.

2. METODOLOGIA

Em um contexto marcado por relações desiguais de poder, faz-se necessário ponderar sobre o lugar de fala. Djamilia Ribeiro expõe que esse é um conceito impreciso, já trazido não apenas por autoras negras, mas por exemplo pela indiana Gayatri Chakravorty Spivak. É importante refletir sobre quem pode falar em uma sociedade em que o discurso legitimado é o do homem branco heterossexual. A partir dessa legitimação, a deslegitimação do discurso do "outro" ocorre de maneira automática, provocando um silenciamento adotado em uma estrutura de poder racial e de gênero. Como outras vozes são consideradas nesse contexto? Como o "outro" é considerado?

Quando estamos falando de lugar de fala, estamos falando de lugar social, de localização de poder dentro da estrutura. [...] Todo mundo tem um lugar de fala porque está localizado socialmente, mas como se fala a partir do seu lugar sobre outras questões (RIBEIRO, D. 2017, s/p).

Partimos da premissa de que, para entender diferentes movimentos sociais, organizações e/ou coletivos ao longo da história e atualmente, é preciso ouvir o que eles têm a dizer a partir da perspectiva de quem são e onde atuam. Não causa surpresa o fato de que uma busca nas principais bases de journals indexados pouco traz sobre o tema "investimento social nas periferias" – e muito menos estudos no mainstream acadêmico realizados por pesquisadores periféricos.

Essas questões emergem de um Brasil repleto de desigualdades, muitas das quais levaram diversos coletivos periféricos a se organizarem a fim de potencializar sua atuação e poder de transformação, abrindo os olhos de parte dos investidores sociais para esse movimento. Nossa vontade é fortalecer o debate de como atores periféricos podem acessar tais recursos, de forma mais estruturada e com mais diálogo, buscando escrever várias histórias sobre essa história. E coletamos, narramos, redigimos e descrevemos essas histórias não do lugar do pesquisador imparcial, positivista, apartado da realidade. Buscamos um paradigma de pesquisa construtivista-decolonial, acreditando que múltiplos conhecimentos coexistem quando intérpretes igualmente competentes discordam ou concordam em razão de fatores sociais, políticos, culturais, econômicos, étnicos e de gênero que os diferenciam. Tais construções estão sujeitas a revisão e debate contínuo, em que o conhecimento surge da somatória de pers-

pectivas e lugares de fala (GUBA e LINCOLN, 2004). Essas propostas de olhares carregam vias não-hierarquizantes, não-binárias e interseccionais (AKOTIRENE, 2018) e, com isso, exercita o polidiálogo (NOGUERA, 2011), um campo em que há vários centros, lugares de fala respeitados e com os devidos recortes, dialogando e debatendo intelectualmente a resolução de desafios sociais compartilhados.

Carr e Kemmis (2007) postulam uma característica que não deve ser omitida: advocacy e ativismo também são conceitos-chave nesse paradigma. O investigador é sujeito no papel de participante e facilitador nesse processo – com todos os riscos que são inerentes a isso. De acordo com Guba e Lincoln (1994, p. 115), no construtivismo a voz do investigador é a do “participante apaixonado” empenhado em facilitar a reconstrução “multi-voz” de sua própria construção, bem como a de todos os outros participantes”.

Não pretendemos aqui ser porta-vozes nem representantes das lideranças periféricas; falamos do lugar de pesquisadores com experiência empírica, ativistas e facilitadores legitimados por esse grupo – nomeado Potências Periféricas – ao lado de quem temos trabalhado, refletido, agido e aprendido ao longo de mais de um ano.

3. ANÁLISE E RESULTADOS

Conforme mencionado anteriormente, três encontros e uma imersão realizadas com o grupo Potências Periféricas foram a base para este estudo. É desse processo de um ano que emergem dois fatores críticos de sucesso para o ISP na perspectiva de lideranças de coletivos periféricos, recortados da análise de mais de 32 horas de conversas, reflexões, depoimentos e entrevistas sistematizados: o primeiro relacionado a mudanças de aspectos culturais e comportamentais por parte dos financiadores; o segundo a respeito de aspectos técnicos e táticos do cotidiano da parceria entre investidores e investidos.

No caso de fatores culturais e comportamentais, foi possível identificar três aspectos centrais e urgentes para estreitar a distância de cada lado da ponte: mudança de paradigma, saber como e visão empática. Desses aspectos decorre uma matriz com 12 fatores críticos, na visão das lideranças periféricas (Quadro 1).

Quadro 1: Fatores culturais e comportamentais

Mudança de paradigma	Know-how (saber como)	Visão empática
Desenvolver na equipe do investidor uma visão crítica sobre a posição do financiador no mundo: como estabelecer uma relação de confiança em lugar da abordagem colonizadora, de cima para baixo?	Contratar profissionais das periferias para compor a equipe financiadora, ampliando a diversidade, os conhecimentos internos e a coerência de atuação.	Frequentar as regiões periféricas, marcar reuniões nas quebradas, compreender a realidade local faz toda a diferença para a parceria e a transformação social.
Ter uma real abertura para a experimentação e o erro, tratando o investimento social nas quebradas como um investimento arrojado – mas mais efetivo no longo prazo.	Ouvir as lideranças periféricas para a construção colaborativa de programas, seleções de projetos e parcerias em geral.	Ter ciência da diferença de estrutura e capacidade operacional entre grandes OSC consolidadas – que muitas vezes se colocam como porta-vozes das periferias, mas não o são – e iniciativas periféricas.

Mudança de paradigma	Know-how (saber como)	Visão empática
Questionar-se sobre relevância versus paradigma da inovação: como financiador, você está buscando a sedutora inovação disruptiva e/ou olhando para uma demanda real e relevante do território?	Antes de lançar projetos próprios (por exemplo, no entorno da empresa), buscar parcerias com as iniciativas periféricas – em vez de concorrer com elas.	Entender que os contextos periféricos variam de local para local, de região para região. Em São Paulo, por exemplo, conhecem-se muitas ações incríveis da zona sul, mas pouco se fala das norte e oeste, que também apresentam iniciativas de potência (há uma desigualdade proporcional na destinação de recursos).
Construir programas a partir dos saberes e conhecimentos dos colaboradores que de fato conhecem as realidades das periferias (e não da perspectiva exclusiva dos escritórios em bairros nobres, bem intencionada mas, muitas vezes, infundada).	Repensar os programas de voluntariado: sai o “dia de princesa”, entram parcerias relevantes e estruturantes no longo prazo (mais ajuda quem não atrapalha).	Conversar com quem já está apoiando essa mudança de paradigma no investimento social. É uma troca ainda recente e com muitos caminhos a serem construídos coletivamente, mas há institutos e fundações na vanguarda desse processo, com aprendizados relevantes.

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao segundo fator crítico, considerado "técnico", evidenciam-se também três aspectos centrais (comunicação, processos de seleção e relacionamento de parceria), compondo outra matriz de 12 fatores-chave (Quadro 2).

Quadro 2: Fatores técnicos

Comunicação	Processos de seleção	Relacionamento/ parceria
Ter cuidado com a linguagem (verbal e não verbal), "quebrando o código" para que todos os lados se entendam efetivamente.	Criar chamadas (como editais) com foco específico nas lideranças periféricas (coletivos e movimentos, inclusive - e sobretudo - os não institucionalizados).	Oferecer sempre recursos financeiros ao lado de formações, construção de redes, mentorias, oficinas etc.; ou seja, é preciso, sim, oferecer sempre um aporte financeiro quando se trata de iniciativas individuais e ações coletivas periféricas.
Criar materiais de fácil leitura ou audiovisuais para facilitar o entendimento, de preferência validando com lideranças periféricas	Simplificar as chamadas de seleção (só pedir documentos quando e se realmente necessários, atentar para as demandas não razoáveis).	Estar ciente de que não existe colchão financeiro nas periferias e que os atrasos nos repasses têm consequências em escala nos projetos.
Estabelecer parcerias com coletivos de comunicação das periferias para que os editais e outras ações atinjam o público desejado.	Evitar abrir chamadas públicas para prospectar projetos tão fechados que no final viram um exercício impossível de adaptação - e consequente descaracterização - do projeto.	Tentar abrir caminhos na empresa para também poder financiar pessoas físicas (PF) e coletivos não institucionalizados.

Comunicação	Processos de seleção	Relacionamento/ parceria
		Desburocratizar e tornar os processos mais inteligentes e empáticos faz bem para todos os envolvidos: se para justificar o recurso é necessário se desviar do trabalho social, algum problema há.
		Ter ciência e visão crítica acerca do papel dos intermediários, que podem ser qualificadores ou atravessadores no processo de acesso a recursos pelas periferias.
		Colocar-se no papel de articulador com o poder público e outras empresas para que as periferias sejam ouvidas e tenham condições de protagonizar a transformação do território.

Fonte: Elaboração própria.

A partir disso, analisamos que todos os fatores e subfatores críticos de sucesso do investimento social nas periferias a partir da perspectiva das lideranças dos coletivos podem ser resumidos em duas palavras: empatia cultural e coerência técnica.

Para que a empatia aconteça, o primeiro passo, apontam os coletivos, é cruzar a ponte, como diz a letra da música Da Ponte pra Cá do Racionais MC's: “não adianta querer, tem que ser, tem que pá, o mundo é diferente da ponte pra cá” (literalmente: no caso de São Paulo, das marginais; no Rio, das linhas Amarela e Vermelha). É a melhor forma de entender a realidade das quebradas, mudar paradigmas, desmistificar fantasias e pré-conceitos.

A coerência, afirmam as lideranças periféricas, tem muito a ver com quem está contando a história. Por exemplo, é crescente a movimentação de atores diversos em prol da cultura de doação no Brasil, inclusive com a participação de grandes empresas (e empresários), o que os coletivos reiteram ver com bons olhos. A ponderação é: em um contexto de discussões de *endowments*, plataformas de *crowdfunding*, *crowd equity* e outros estrangeirismos mais, doação para quem? Como incluir a contribuição real das periferias nesse movimento, sem o vício colonizador que se perpetua desde as caravelas cabralinas?

Refletir sobre o poder de criar e contar histórias, como propõe Chimamanda Adichie, é ainda mais imprescindível no contexto atual, pois “como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder” (ADICHIE, 2019, p. 23) – e deve valer para todas as temáticas, entre as quais o ISP. Se o primeiro passo é o reconhecimento desse lugar, o próximo é estar aberto a fazer juntos – uma mudança de paradigma, portanto, desafiadora, mas possível e relevante.

4. REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. 1a edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

BIEKART, Kees; FOWLER, Alan. A civic agency perspective on change. *Development*, n. 55, v. 2, p. 181-189, 2012. DOI: <http://doi.org/10.1057/dev.2012.9>.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 3, v. 1, p. 27-37, 1987.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais: revisitando a participação e a institucionalização. *Lua Nova*, n. 84, p. 353-364, 2011.

CARR, Wilfred.; KEMMIS, Stephen. *Becoming critical: education, knowledge and action research*. Londres: RoutledgeFalmer, 2007.

CASTELLS, Manuel. Opening: networking minds, creating meaning, contesting power. In: CASTELLS, Manuel. *Networks of outrage and hope: social movements in the Internet age*. p. 1-17. Cambridge: Polity Press, 2012.

GIFE – Grupo de Instituições, Fundações e Empresas. Censo GIFE. Disponível em: <https://gife.org.br/censo-gife/>. 2016. Acesso em: 16/9/2019.

FISCHER, Rosa Maria. Alianças e parcerias: um caminho para o desenvolvimento. In: FISCHER, Rosa Maria. *O desafio da colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor (1ª ed.)*. p. 29-37. São Paulo: Editora Gente, 2002.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. Competing paradigms in qualitative research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (eds.). *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, CA, EUA: Sage Publications, 1994, p. 105-117.

JESUS, Carolina Maria. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Ilustração de Vinicius Rossignol Felipe. 10ª. ed. São Paulo: Ática, 2014.

LAVALLE, Adrian Gurza; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata M. Quando novos atores saem de cena: continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. *Política e Sociedade*, n. 5, p. 37-55, 2004.

NOGUERA, Renato. *O ensino de filosofia e a lei 10.639*. Rio de Janeiro: CEAP, 2011.

PAULA, Ana Paula Paes. Administração pública brasileira: entre o gerencialismo e a gestão social. *Revista de Administração Pública*, n. 45, v. 1, p. 36-49, 2005.

RACIONAIS MC's. 2002. *Da ponte pra cá*. In: *Nada como um dia após o outro dia*. [CD] São Paulo: Zimbabwe Records.

RIBEIRO, Alexandre. *Reservado*. Diadema: Miudeza/ LiteraRUA, 2019.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Canal Curta! Especial Livros. 21 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S7VQ03G2Lpw>. Acesso em: 16/09/2019.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de junho. In: VAINER, Carlos. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, p. 66-73.

TEODÓSIO, Armindo. S. S. Organizações da sociedade civil. In: BOULLOSA, Rosana. (ed.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014, p. 128-132.



JUSTIÇA DE GÊNERO E AS PRÁTICAS
FEMINISTAS DE AUTOGESTÃO NA ECONOMIA
SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE FATORIAL SOB
A PERSPECTIVA PÓS-COLONIALISTA EM
EMPREENDIMENTOS FORMADOS POR
MULHERES

Profa. Dra. Maria de Nazaré Moraes Soares
Universidade Federal do Ceará
<http://lattes.cnpq.br/3073541276192824>

Profa. Dra. Silvia Maria Pedro Rebouças
Universidade Federal do Ceará
<http://lattes.cnpq.br/4581015651378666>

Prof. Dr. José Carlos Lázaro
Universidade Federal do Ceará
<http://lattes.cnpq.br/1338514748652744>



RESUMO

A Economia Solidária [ES] atua na rearticulação do econômico às outras esferas da ação social (Gaiger, 2007; Singer, 2008, Vieta, 2015). A significativa participação das mulheres na ES resultou na formação de uma rede nacional de empreendimentos autogeridos por mulheres: a Rede Economia Solidária e Feminista [RESF]. O objetivo da pesquisa é identificar fatores da justiça de gênero e das práticas feministas de autogestão que aderem à realidade das mulheres em empreendimentos da ES. O aparato conceitual relacionado aos estudos feministas nesta pesquisa abrange os estudos de Nancy Fraser (2002) sobre a justiça de gênero, de Patricia Yancey Martin (2003), sobre as práticas feministas de gestão, sob a perspectiva de autoras do feminismo pós-colonialista. A pesquisa tem natureza quantitativa nas fases de coleta e análise dos dados (Collis e Hussey, 2005; Cooper e Schindler, 2003). A coleta de dados da etapa quantitativa foi operacionalizada através da utilização de dados de duas fontes de dados: a base de dados mapeada no Brasil nos anos de 2010 a 2013 pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária [SIES] e 150 questionários estruturados em escala *Likert* de cinco posições junto às mulheres de 16 empreendimentos que compõem a RESF no estado do Ceará. Os dados foram analisados sob a técnica estatística multivariada da Análise Fatorial [AF]. Os resultados apontam que os fatores que definem justiça de gênero e práticas feministas de autogestão na ES se interrelacionam, provando-se estatisticamente a condição interseccional da questão da mulher. O estudo contribui com reflexões importantes para os estudos das mulheres na ES e podem ser complementados futuramente com uma pesquisa qualitativa que se aproxime da perspectiva das mulheres.

Palavras-chave: Economia Solidária. Autogestão. Justiça de Gênero. Práticas Feministas de Gestão. Mulher.

ABSTRACT

The Solidarity Economy [ES] acts in the re-articulation of the economic to the other spheres of social action (Gaiger, 2007; Singer, 2008, Vieta, 2015). The significant participation of women in higher education resulted in the formation of a national network of self-managed enterprises by women: the Rede Solidária e Feminista [RESF]. The objective of the research is to identify factors of gender justice and feminist self-management practices that adhere to the reality of women in ES enterprises. The conceptual apparatus related to feminist studies in this research covers the studies by Nancy Fraser (2002) on gender justice, by Patricia Yancey Martin (2003), on feminist management practices, from the perspective of authors of post-colonialist feminism. The research has a quantitative nature in the phases of data collection and analysis (Collis and Hussey, 2005; Cooper and Schindler, 2003). The data collection of the quantitative stage was made operational through the use of data from two data sources: the database mapped in Brazil in the years 2010 to 2013 by the National Information System in Solidary Economy [SIES] and 150 questionnaires structured in scale *Likert* with five positions with women from 16 enterprises that make up the RESF in the state of Ceará. The data were analyzed using the multivariate statistical technique of Factor Analysis [AF]. The results show that the factors that define gender justice and feminist self-management practices in higher education are interrelated, proving statistically the intersectional condition of the issue of women. The study contributes with important reflections for the studies of women in higher education and can be complemented in the future with a qualitative research that approaches the perspective of women.

Keywords: Solidarity Economy. Self-management. Gender Justice. Feminist Management Practices. Woman.

1. INTRODUÇÃO

A Economia Solidária [ES] atua na rearticulação do econômico às outras esferas da ação social, representando um movimento multiforme para geração de renda e desenvolvimento local, tendo a autogestão como paradigma de organização (Gaiger, 2007; Singer, 2008, Vieta, 2015). A significativa participação das mulheres na ES resultou na formação de uma rede nacional de empreendimentos autogeridos por mulheres: a Rede Economia Solidária e Feminista [RESF]. Considerando a expressiva participação das mulheres na ES e que tal contexto influencia nas práticas de organização dos empreendimentos, torna-se necessário sistematizar tais práticas, a partir da visão substantiva das organizações, dando visibilidade às experiências dessas mulheres (Fraser, 2002; Gherardi, 2006; Martin, 2003; Nicolini, 2013; Ramos, 1989). Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é identificar as relações entre a justiça de gênero e as práticas feministas de autogestão empregadas pelas mulheres em empreendimentos da Economia Solidária.

O aparato conceitual relacionado aos estudos feministas nesta pesquisa abrange os estudos de Nancy Fraser (2002) sobre a justiça de gênero, de Patricia Yancey Martin (2003), sobre as práticas feministas de gestão, e de autoras do feminismo pós-colonialista, como Mohanty (2006), Santos (2017) e Maria Lugones (2007), que conduzem a discussão para os contextos periféricos, perspectiva necessária ao observar o movimento de mulheres na ES. Uma questão inicial desse estudo, foi compreender as práticas feministas de autogestão na ES como uma busca pela justiça de gênero via justiça econômica, o debate sobre o trabalho das mulheres na ES ainda é reduzido, frente às contribuições das mulheres nas práticas inovadoras de autogestão. Fraser (1997) propõe que a justiça de gênero seja analisada sob três perspectivas, busca por redistribuição, reconhecimento e representação das experiências das mulheres (Fraser, 1997, 2007). Fraser (2001) observa que as práticas redistributivas são aquelas que visam enfrentar as desigualdades sociais e econômicas, podendo estar vinculadas a projetos de geração de emprego e renda, de previdência e assistência social, dentre outras. Já em relação às práticas de reconhecimento, Fraser (2001) relaciona tais ações a mudanças nos padrões culturais, nas representações e interpretações relacionadas à diversidade humana, possibilitando a visibilidade e a valorização dos grupos sociais historicamente discriminados e excluídos. Segundo Fraser (2001), a representação, por sua vez, refere-se à inclusão e à participação dos sujeitos sociais nos espaços decisórios, favorecendo sua presença e a incorporação de suas demandas e necessidades.

Enquanto Nancy Fraser aborda a temática da justiça de gênero sob um aspecto socioeconômico, a abordagem de P. Y. Martin reside no âmbito da teoria das organizações, nas práticas de gestão nas organizações. Considerando que dentre as teorias sobre as práticas organizacionais feministas, a proposta por Martin (1993, 2003) é a que mais se adequa às abordagens utilizadas até então nos estudos, partindo de organizações substantivas que se baseiam em práticas coletivistas. A proposta de Patricia Yancey Martin baseia-se em valores da gestão feminina e que foram utilizadas neste estudo como variáveis de análise, quais sejam: (i) pergunta pela questão da mulher; (ii) utiliza a razão prática feminista; (iii) promove maior conscientização; (iv) promove laços comunitários e cooperativos; (v) promove democracia e participação; (vi) promove empoderamento dos subordinados (visão do poder como obrigação e não como autoridade); (vii) valoriza a preocupação e os cuidados mútuos; e (viii) luta por resultados transformadores. Embora partam de perspectivas diferentes, o ponto de inflexão das abordagens das autoras é a reorganização da reprodução social, integrando os objetivos políticos da equidade de gênero e relações de poder mais equitativas, nos níveis meso e macro. Portanto, a opção pelo aparato conceitual de Nancy Fraser e Patricia Yancey Martin é instrumental para analisar os fenômenos da presente pesquisa sobre práticas feministas de autogestão e justiça de gênero na ES. A abordagem metodológica desta fase da pesquisa é quantitativa, nas fases de coleta e análise dos dados (Collis e Hussey, 2005; Cooper e Schindler, 2003; Hair et al, 2009). A coleta de dados da etapa quantitativa foi operacionalizada através da utilização de dados de duas fontes de dados: a base de dados mapeada no

Brasil nos anos de 2010 a 2013 pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária [SIES] e 150 questionários estruturados em escala Likert de cinco posições junto às mulheres de 16 empreendimentos que compõem a RESF no estado do Ceará. A primeira etapa de análise de dados quantitativa tratou da seleção das variáveis de estudo com base nas categorias de análise relacionadas à abordagem tridimensional da justiça de gênero e em um segundo momento foram analisados os fatores relacionados ao conjunto de práticas feministas de gestão. A partir das referências teóricas mapeadas, foram identificadas 24 variáveis que reverenciam as 8 práticas feministas de gestão e 18 variáveis que reverenciam as 3 dimensões da justiça de gênero. Em função da necessidade de identificar se as variáveis mensuram os construtos observados, foi aplicada a técnica estatística multivariada da Análise Fatorial [AF].

2. OBJETIVOS DA PESQUISA

A presente pesquisa pretende contribuir para o entendimento das práticas de gestão feministas no âmbito dos empreendimentos da Economia Solidária formados em sua maioria por mulheres, utilizando como aparato conceitual as propostas de Nancy Fraser em relação à justiça de gênero, Patricia Yancey Martin em relação às práticas feministas de gestão, e o alinhamento destas perspectivas às abordagens do feminismo pós-colonial. Nesse sentido, a pesquisa foi desenvolvida a partir das três dimensões da justiça de gênero propostas por Fraser, em conjunto com as práticas de gestão feministas propostas por Martin. Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa é investigar quais os fatores formadores da justiça de gênero e do conjunto de práticas feministas de autogestão que aderem à perspectiva da Economia Solidária. A partir de tal objetivo, seguem três objetivos específicos principais do estudo:

- i. Analisar a base de dados mapeada no Brasil nos anos de 2010 a 2013 pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária [SIES] quanto às questões relacionadas à mulher;
- ii. Identificar os fatores relacionados à justiça de gênero no contexto dos empreendimentos da RESF;
- iii. Identificar os fatores relacionados ao conjunto de práticas feministas de gestão no contexto dos empreendimentos da RESF.

A seguir assinalam-se os aspectos metodológicos e estratégias de pesquisa.

3. SUPORTE METODOLÓGICO

A pesquisa tem natureza quantitativa, de caráter exploratório. A coleta de dados da etapa quantitativa foi operacionalizada através da utilização de dados de duas fontes de dados, uma primária, outra secundária. A fonte secundária é constituída por base de dados mapeada no Brasil nos anos de 2010 a 2013 pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária [SIES] da Secretaria Nacional de Economia Solidária [SENAES], abrangendo uma amostra de 19.708 empreendimentos econômicos solidários. Os dados primários foram coletados a partir da aplicação de um questionário estruturado formatado em escala Likert de cinco posições junto às mulheres empreendedoras que compõem a Rede Economia Solidária e Feminista no estado do Ceará, seguindo a orientação teórica das propostas de práticas organizacionais femininas de Martin (1993, 2003) e do modelo tridimensional de justiça de gênero de Fraser (2002). Os dados da fonte secundária serviram de base para uma análise exploratória da condição da mulher na ES e os dados primários foram analisados através da estatística multivariada Análise Fatorial, utilizou-se como ferramenta estatística o *software SPSS (Statistic Package for Social Science)*. Dessa forma, a utilização da abordagem quantitativa, foi instrumental e complementar na observação do fenômeno (Collis e Hussey, 2005; Cooper e Schindler, 2003; Hair et al, 2009; Ramos, 1996).

3.1 DEFINIÇÃO DAS DIMENSÕES E CATEGORIAS DE ANÁLISE

Este estudo apresenta as *seguintes categorias analíticas*, que, a partir das inserções teóricas, auxiliaram na construção e condução dos instrumentos de coleta de dados

- a. Justiça de gênero: dimensão da justiça social voltada para a emancipação das mulheres em suas dinâmicas sociais, busca a redistribuição em termos de recursos e oportunidades, o reconhecimento das experiências e práticas das mulheres e representação nos espaços de decisão (Fraser, 2001, 2002);
- b. Redistribuição: visa principalmente, uma nova apresentação da divisão do trabalho e a redistribuição de renda. Empiricamente foi verificado por meio de entrevistas em profundidade, observação e dados secundários como se manifesta a divisão do trabalho e a redistribuição de renda entre membros organizacionais de gêneros diferentes. Além disso, procurar-se a reconhecer o entendimento de justiça em relação à diferença de gênero no caso estudado (Fraser, 2002).
- c. Reconhecimento: é classificado por um modelo de status, em que se exige o reconhecimento às condições dos membros do grupo como parceiros integrais na participação social. Empiricamente foi verificado, por meio de entrevistas em profundidade, observação e dados secundários, como se expressa a participação dos membros organizacionais no processo produtivo como um todo e se existe acessibilidade dos agentes à diferentes processos (Fraser, 2002).
- d. Representação: é a preocupação da valoração do gênero através da mudança social política, em que as divisões das áreas de poder se configuram como não excludentes. Empiricamente foi verificado, por meio de entrevistas em profundidade, observação e dados secundários, como o poder está distribuído na organização e como este permite a representação gêneros distintos (Fraser, 2002);
- e. Práticas feministas de gestão: formas alternativas de gerir organizações baseando-se em práticas que buscam o reconhecimento do papel da mulher na gestão, questiona a divisão sexual do trabalho, e busca a emancipação das mulheres e resultados transformadores interna e externamente às organizações (Martin, 1993, 2003);

Tais conceitos mediaram a escolha do paradigma epistemológico da pesquisa, a confecção do instrumento de coleta, bem como a análise dos dados coletados.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PESQUISADAS

Segundo mapeamento nacional realizado pela SENAES (2014) entre os anos de 2010 a 2013, a ES abrange 19.708 empreendimentos no Brasil. Destes 19.708 empreendimentos em funcionamento, 7.633 apresentam mulheres como maioria, e 2.874 destes empreendimentos são organizados apenas por mulheres. A Rede de Economia Solidária e Feminista mapeou iniciativas de mulheres, em nove estados nas cinco regiões do país: RS, PR, SP, RJ, DF, PA, CE, RN e PE. O projeto atual vai em frente, visando o fortalecimento da Rede e sua articulação produtiva por segmentos e/ou arranjos locais, desenvolvendo o assessoramento para gestão e comercialização. Assim, busca dar visibilidade e reconhecimento ao trabalho das mulheres, contribuindo com sua autonomia econômica. Também tem como objetivo avançar na construção de indicadores para a economia feminista e nas articulações com as políticas públicas de diversas áreas, compondo estratégias de desenvolvimento local para a sustentabilidade dos empreendimentos em rede. A RESF atualmente abrange 29 redes, contando um total de 222 empreendimentos no país. No estado do Ceará, a ES é composta, segundo mapeamento da SENAES, com 1.390 empreendimentos econômicos solidários em funcionamento, distribuídos em área urbana e rural, organizadas na Rede Estrela de Iracema. A Rede Economia Solidária e Feminista [RESF], amostra da presente pesquisa, atua em 26 empreendimentos formados por mulheres. Os empreen-

dimentos onde a RESF atua, no Ceará, operam nas áreas de artesanato, confecção, agricultura ecológica e familiar e alimentação (RESF, 2016).

3.3 ESTRATÉGIA DE ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados, além de organizar e resumir os dados, permite buscar padrões sob a ótica da questão de pesquisa, procurando verificar consistência dos resultados junto à teoria (Cooper e Schindler, 2003). Em um primeiro momento foi realizada uma análise exploratória utilizando o SPSS para identificar possíveis outliers, dados discrepantes do restante da amostra, em conjunto com a técnica outlier labeling rule proposta por Tukey (1977), resultando em 150 unidades válidas de observação, para uma amostra de 150 questionários respondidos. Em seguida foi aplicada a técnica multivariada de análise fatorial, que, segundo Hair et al. (2009) utiliza-se para identificar os padrões ou relações latentes para um grande número de variáveis e determinar se a informação pode ser condensada ou resumida a um conjunto menor de fatores. Segundo Cooper e Schindler (2003), a Análise fatorial é uma análise multivariada que auxilia na construção de índices a partir de conceitos, validando tais conceitos a partir de fatores ou componentes que apresentam correlação entre si e formam um conjunto de fatores que explicam o construto ou conceito. Para Hair et al. (2009), trata-se, portanto, de uma forma de análise estatística que permite identificar a estrutura de inter-relações entre determinado número de variáveis, procurando descrevê-las através de tais relações apontando cargas fatoriais. Portanto, a técnica analisa as correlações entre um grande número de variáveis, condensando-as (resumindo) em grupos de variáveis que mais se correlacionam; esses grupos são considerados como fatores.

A partir das referências teóricas mapeadas, foram identificadas 24 variáveis que reverenciam as 8 práticas feministas de gestão e 18 variáveis que reverenciam as 3 dimensões da justiça de gênero. Tais variáveis serviram de base para o instrumento de coleta de dados aplicado na pesquisa, em sua etapa quantitativa. Em função da necessidade de identificar se as variáveis mensuram de forma adequada os construtos observados, foi aplicada uma Análise Fatorial [AF]. A partir das cargas fatoriais, que selecionam variáveis, é possível construir índices que resumam várias variáveis que representavam um construto em um número menor de variáveis para esse mesmo construto. Para Cooper e Schindler (2003), as cargas fatoriais apresentam as correlações existentes entre as variáveis originais e os fatores. As cargas ao quadrado mostram qual percentual da variância em uma variável original é explicado por um fator. A aplicação da técnica de análise fatorial impõe a verificação dos pressupostos de normalidade das variáveis independentes, linearidade das relações entre as variáveis e o alto nível de correlação entre as mesmas. Para a formulação do modelo faz-se necessário, ainda, identificar a adequabilidade do conjunto de dados disponíveis, conforme recomenda Hair et al. (2009).

A AF foi realizada por etapas, a fim de analisar as variáveis separadamente, primeiramente em relação aos construtos relacionados à justiça de gênero e depois aos construtos relacionados às práticas de gestão feministas no contexto da ES. A aplicação da análise fatorial e a consequente extração de um conjunto de fatores pressupõe a escolha de um método, no caso em estudo, a Análise dos Componentes Principais [ACP], cujo objetivo é reduzir o número de variáveis explicativas de um conjunto de indivíduos a um pequeno número de índices, com a característica de não serem correlacionados. Nesta análise, os fatores não foram definidos ex-ante, sendo definidos no modelo pelo critério de Kaiser, que seleciona fatores com autovalor superior a um. Nesta pesquisa, trabalhou-se a partir da rotação dos fatores, através do método varimax, o qual pretende que, para cada fator, existam apenas alguns pesos significativos e todos os outros sejam próximos de zero (simplificando as colunas da matriz fatorial), isto é, o objetivo é maximizar a variação entre os pesos de cada fator, facilitando a sua interpretação (Hair et al., 2009).

Segundo recomenda Hair et al. (2009), a análise foi realizada observando os pontos a seguir relacionadas: (a) significância dos coeficientes expressos na matriz de correlações, recomenda-se um número substancial

de correlações superiores a 0,30; (b) Teste da estatística de Kaiser-Meyer-Olkin [KMO]; (c) Ainda para identificar o grau de intercorrelações entre as variáveis e a adequação da análise fatorial à amostra, utiliza-se a Measurement Sample Adequacy [MSA]; (d) Para indicar se há correlações suficientes para a análise fatorial, utiliza-se o teste de esfericidade de Bartlett, ou Bartlett's Test of Sphericity [BTS]; (e) Verificação das communalidades é a medida de quanto da variância de uma variável é explicada pelos fatores derivados pela AF. (f) O eigenvalue, ou auto-valor, é a medida que avalia a contribuição do fator ao modelo construído pela AF, sendo que um valor pequeno sugere pequena contribuição do fator na explicação das variâncias das variáveis originais. Ainda em relação à contribuição, considera-se também a variância total acumulada, que deve superar o mínimo de 60% da variância explicada pelos fatores comuns para se utilizar a análise fatorial. A análise fatorial foi realizada a partir da ferramenta estatística de tratamento de dados SPSS (Statistic Package for Social Science) (versão 21.0).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 A QUESTÃO DA MULHER NO MAPEAMENTO NACIONAL SENAES

A questão da desigualdade de gênero também afeta a Economia Solidária, analisando os dados mapeados pela SENAES (MTE) entre os anos de 2010 a 2013, que abrangeu 19.708 empreendimentos no Brasil, desses 19.708 empreendimentos em funcionamento, 7.633 apresentam mulheres como maioria, e 2.874 destes empreendimentos são organizados apenas por mulheres (MTb, 2014). Portanto, antes de iniciar as análises estatísticas multivariadas, é necessário e possível, a partir dos dados do mapeamento nacional da ES, contextualizar a condição da mulher na ES. Os dados mapeados nesse levantamento foram organizados em 899 categorias de informações (variáveis), que vão desde o endereço do empreendimento até a participação dos empreendimentos em movimentos sociais, passando por uma detalhada pesquisa junto aos sócios dos empreendimentos, abrangendo também questões de gênero, raça e classe. Dos 19.708 empreendimentos, em 7.753 as mulheres informaram ter dependentes aos seus cuidados. Destas, a maioria durante o período em que estão realizando as atividades no EES, a maioria respondeu que os filhos(as) são deixados em creches públicas ou com vizinhos, parentes ou amigos, como ilustrado no gráfico a seguir. Apenas 12% contam com o auxílio dos companheiros, por isso, algumas se arriscam a deixar os dependentes sozinhos ou levá-los para os EESs. Poucas mulheres têm como remunerar uma pessoa para cuidar de seus dependentes, apenas 2%, o que condiz com a situação das mulheres da ES, visto que em uma condição de escassez, elas priorizam a utilização da remuneração com itens de sobrevivência, assumindo as atribuições de cuidado para si ou outros que não necessitem ser remunerados. Uma importante observação é a necessidade de creches públicas que possam absorver tais atribuições nos momentos da produção, portanto, tais políticas públicas de educação primária e básica são importantíssimas para essas mulheres que não têm com quem deixar os filhos na maioria do tempo para possam produzir e comercializar.

Em relação às mães (sócias) que não têm com quem deixar os filhos e precisam levá-los para o EES no trabalho, a situação predominante é que as próprias mulheres cuidam dos seus dependentes, 72%, contudo, 21% das mulheres se revezam nos cuidados enquanto ocorre a produção, como ilustrado no quadro a seguir. Poucos empreendimentos têm condição de contratar pessoas para realizar o trabalho do cuidado ou dispõem de voluntários para tal atividade. O trabalho de produção conjugado ao trabalho do cuidado é uma condição comum da mulher da ES. Observando a variável "cnm3", que verifica se os EESs dispõem de local apropriado

para receber os(as) filhas(as) menores e/ou dependentes no período de trabalho, uma informação importante, e que ratifica a necessidade de creches públicas para que essas mulheres possam trabalhar, é que apenas 3,7% dos empreendimentos estão em condições de receber os dependentes em suas instalações.

Em relação às atividades que as mulheres dos EES são responsáveis em suas famílias, como cozinhar, lavar e/ou passar roupa e limpar a casa (variável *cnm4a* da base de dados), 60% das mulheres informaram que são as principais responsáveis. Enquanto o restante informou que as atividades são divididas entre os familiares. Em relação às atividades que as mulheres dos EES são responsáveis em suas famílias como cuidar dos(as) filhos(as) menores e/ou demais dependentes (variável *cnm4b* da base de dados), 51,13% informaram que são as únicas responsáveis e 16,72% informaram que dividem essas responsabilidades com familiares. Ao acompanhar os(as) filhos(as) e/ou demais dependentes em atividades escolares (variável *cnm4c* da base de dados), as mulheres também assumem a maior parte da responsabilidade, 68,5% são as únicas responsáveis por auxiliar os dependentes. Em relação ao abastecimento e manutenção doméstica (provisão de água ou alimentos, cuidado), que também são atividades importantes para o espaço privado (variável *cnm4d* da base de dados), as mulheres são responsáveis por 52% destas atividades, o que demonstra uma aproximação mais equilibrada em relação aos outros temas.

Para a maioria das mulheres do EES, a renda obtida com a atividade econômica no EES é ou a única (16%), maior parte da renda da família (16%) ou compõe de forma igualitária com o restante da renda da família (15%). Portanto, a representatividade da renda obtida nos EESs chega a 47% das mulheres que participam da ES. Uma porcentagem de 36% informaram que a renda obtida nos EESs são a menor parte da renda da família, considera-se que neste caso, outros membros da família trabalham e geram renda, auxiliando na renda total da família. Uma informação importante é que 17% das mulheres respondentes não visam renda ou estão em outra situação, tal evidência mostra que as mulheres da ES não estão em busca apenas dos resultados econômicos, esta observação foi melhor compreendida a partir da pesquisa de campo (questionários, observações e entrevistas) realizada na RESF e apresentada nas subseções seguintes.

O mapeamento realizado pela SENAES também observou que tipo de políticas públicas as mulheres da ES tinham acesso, em termos de apoio à produção/comercialização. Como ilustrado no gráfico a seguir, as políticas públicas que mais beneficiam as mulheres na ES são as relacionadas ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar [PRONAF], contudo, uma pequena parcela dos empreendimentos têm acesso a esta política pública. Além disso, quando se observa os outros tipos de apoio à produção e comercialização, os índices são menores ainda, principalmente aos específicos às necessidades das mulheres. Quando se trata de apoio à qualificação profissionalizante (6,33%), assistência técnica, extensão e incubação de empreendimentos (3,89%), os números são inexpressivos em relação à amostra observada. Em relação aos outros tipos de apoio à produção e comercialização, apenas 1,6% dos empreendimentos (312 de 19.708) informaram receber outro tipo de suporte através de instituições como a Cáritas Brasileira, Banco do Nordeste (CredAmigo) e outros tipos de empréstimos e financiamentos em bancos públicos.

4.2 ANÁLISE DOS FATORES RELACIONADOS À JUSTIÇA DE GÊNERO

Para justificar a aplicação da análise fatorial, é necessário garantir um considerável número de correlações na matriz de dados. A partir do nível de significância dos coeficientes expressos na matriz de correlações, recomendando-se um número substancial de correlações superiores a 0,30. A AF foi realizada em etapas para identificar a melhor configuração para os fatores. A primeira etapa foi realizada incluindo todas as variáveis. A primeira análise foi se a amostra se adequa à aplicação da análise fatorial, tendo-se utilizado para tal a esta-

tística de Kaiser-Meyer-Olkin [KMO]. A técnica compara a magnitude do coeficiente de correlação observado com a magnitude do coeficiente de correlação parcial. Também varia entre zero e um e valores menores que 0,5 indicam a não adequabilidade da análise. Neste caso, o KMO indicou um baixo poder de explicação entre fatores e os indicadores (0,573). O teste de Bartlett's obteve um valor p de 0,000, valor inferior a 0,05, o que leva à rejeição da hipótese da matriz de correlações ser a matriz identidade, mostrando que existe correlação entre as variáveis. Este teste de esfericidade indica se existe relação suficiente entre os indicadores para aplicação da AF. Recomenda-se que o valor de sig. (teste de significância) não ultrapasse 0,05, caso isso ocorra é provável que a correlação dos indicadores seja muito pequena o que impede a aplicação da AF. Os resultados também apontaram que todas as comunalidades estavam acima de 0,5, nível aceitável, no sexto estágio da AF, onde identificaram-se comunalidades deste nível, chegando-se, no sexto estágio da AF, ao modelo de análise que foi analisado a seguir.

Tabela 01: Variância Total Explicada (com 5 fatores)

Componente	Variância total explicada								
	Valores próprios iniciais			Extração Somos dos quadrados das cargas			Rotação Somos dos quadrados das cargas		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	2,930	22,537	22,537	2,930	22,537	22,537	2,522	19,397	19,397
2	1,991	15,317	37,854	1,991	15,317	37,854	1,698	13,061	32,458
3	1,354	10,413	48,268	1,354	10,413	48,268	1,547	11,901	44,360
4	1,166	8,972	57,240	1,166	8,972	57,240	1,506	11,582	55,942
5	1,056	8,123	65,363	1,056	8,123	65,363	1,225	9,421	65,363
6	,874	6,726	72,088						
7	,720	5,537	77,626						
8	,625	4,805	82,431						
9	,572	4,399	86,829						
10	,513	3,943	90,772						
11	,445	3,422	94,194						
12	,387	2,974	97,168						
13	,368	2,832	100,000						

Método de extração: análise do componente principal.

Fonte: Resultado da Pesquisa (*Output* do SPSS 21.0)

Desta forma, acredita-se que a sexta tentativa é a que mais se aproxima do grau de relacionamento e explicação das variáveis úteis na avaliação das operadoras. O passo seguinte foi identificar quais variáveis fazem parte de cada um dos 5 fatores. A partir da matriz de componentes rotacionadas, disposta na Tabela 08, verifica-se a composição de cada fator, principalmente quando existem valores de explicação muito próximos, nestes casos, cabe a verificação dos valores após a aplicação da rotação dos fatores, que, no caso, foi feito

pelo critério Varimax. Com a rotação, na tabela matriz das componentes rotacionadas (*Rotated Component Matrix*), é possível associar as variáveis de cada fator. Portanto, permite verificar qual dos fatores explica melhor cada uma das variáveis consideradas.

Tabela 02: Matriz das componentes rotacionadas (com 5 fatores)

	Matriz de componente rotativa ^a				
	Componente				
	1	2	3	4	5
rec2a	,705	-,055	,003	,338	-,114
rec2c	-,703	,043	-,002	-,047	-,194
rec2b	,685	,198	,067	,174	,096
rep3c	,617	,022	-,068	-,349	-,023
rep3e	,502	,294	,361	,145	,181
rep3d	,136	,830	-,061	-,196	,013
red1c	-,012	,807	,111	,159	,136
rep3f	,148	-,006	,791	,091	,003
red1b	,422	,068	-,598	,117	-,441
red1e	-,023	,448	,558	-,145	-,332
rep3b	,045	-,040	,125	,841	-,094
rec2d	,406	,016	-,284	,634	,193
red1a	,208	,138	,001	-,015	,873

Método de extração: Análise do Componente principal.
Método de rotação: Varima x com normalização de Kaiser.^a

a. Rotação convergida em 6 iterações.

Fonte: Resultado da Pesquisa (Output do SPSS 21.0)

Após a rotação dos fatores (*Rotated Component Matrix*), tem-se uma classificação mais precisa dos indicadores em cada um dos fatores. Assim, podemos concluir que os fatores são compostos com as seguintes variáveis, seguinte o tamanho da contribuição da variável no fator:

- O Fator 1 é composto por: rec2a, rec2c (-), rec2b, rep3c e rep3e;
- O Fator 2 é composto por: rep3d e red1c;
- O Fator 3 é composto por: rep3f, red1b (-), red1e;
- O Fator 4 é composto por: rep3b e rec2d;
- O Fator 5 é composto por: red1a

No modelo interpretou-se o primeiro fator como de “Reconhecimento”, o segundo fator como sendo o de “Redistribuição do trabalho produtivo”, o terceiro fator como sendo o de “Redistribuição do trabalho reprodutivo”, o quarto fator como sendo a “Representação sociopolítica” e o quinto fator como sendo a “Representação sociocultural”. Analisando os resultados apontados pela AF, verifica-se que é possível a redução das variáveis observáveis.

Os resultados apontam uma redução de 18 para 13 variáveis, distribuídos em 5 fatores, que explicam 65,363% da variância total, que em comparação com o primeiro estágio que apresentava 7 fatores que explicavam 63,397%. Portanto, ocorreu o aumento da variância total, além da redução de 5 indicadores. O teste KMO também

passou por um aumento de 0,630 para 0,673, o que significa uma aceitação razoável da AF. Os MSAs de todas as variáveis também estão na faixa de aceitação, acima de 0,5, assim como as comunalidades. A partir da análise quantitativa empreendida, seguem algumas considerações sobre os resultados identificados. Primeiramente é necessário formar algumas considerações sobre as variáveis da análise. Foram excluídas da análise, em ordem de extração (menor MSA), as variáveis rec2e, red1d, rec2f, rep3a e red1f. A variável de reconhecimento rec2e está relacionada à afirmação “Você sente que suas ações são modelo para outras mulheres”. A variável de redistribuição red1d está relacionada à afirmação “Você percebe que como mulher acumula muito mais trabalho”. A variável de reconhecimento rec2f está relacionada à afirmação “Você se sente como parte da sociedade”. A variável de representação rep3a está relacionada à afirmação “O EES tem apoio de políticas públicas”. A variável de redistribuição red1f está relacionada à afirmação “Você trabalha mais por amor que por dinheiro”. A retirada destas variáveis do modelo indica uma necessidade de conscientização sobre a percepção das mulheres sobre porque o trabalho doméstico não é dividido e sobre como ela valora o trabalho que ela realiza, de seus papéis como influenciadoras das ações de outras mulheres e o consequente reconhecimento como parte da sociedade. Uma outra questão é sobre as políticas públicas voltadas para os empreendimentos autogeridos por mulheres, a variável não entrou na análise do modelo, e tem relação com a carência de apoio do poder público frente às ações das mulheres nesses empreendimentos. Contudo, mesmo tendo sendo excluídas do modelo, trata-se de uma evidência que indica um fenômeno que em uma análise qualitativa poderá fornecer mais informações sobre essas variáveis.

Seguem-se algumas considerações sobre a formação dos fatores analisados. A composição do Fator 1 (rec2a, rec2c (-), rec2b, rep3c e rep3e) apresenta 4 variáveis da dimensão reconhecimento da justiça de gênero e 1 da dimensão representação. Por essa razão, interpretou-se esse fator como o fator “Reconhecimento”. Segundo Fraser (2001), o reconhecimento se relaciona com os padrões culturais, nas representações e interpretações relacionadas à diversidade humana, possibilitando a visibilidade e a valorização dos grupos sociais historicamente discriminados e excluídos, trata-se de um movimento de reconhecimento da diferença, não apenas de ordem cultural, dentre as categorias de análise da justiça de gênero, o reconhecimento tem especial relevância, visto que afeta ainda mais as mulheres em situações de exclusão socioeconômica. A primeira variável, de maior contribuição para o fator é a rec2a, que está relacionada com a afirmação “Seu trabalho no EES é reconhecido pela família”, demonstra o peso do reconhecimento que o núcleo familiar tem na percepção do reconhecimento do trabalho das mulheres, isso se expressa inclusive, segundo Hirata (2002), na divisão do trabalho doméstico e de cuidado, permitindo às mulheres se desligarem, em alguma medida, do ambiente reprodutivo. Esse é um achado relevante, pois o reconhecimento do trabalho das mulheres pela família é um passo inicial para as decisões que elas tomam em seus cotidianos nos empreendimentos. A segunda variável, em termos de contribuição para o fator é a rec2c, que está relacionada com a afirmação “Você percebe que seu trabalho é importante para a sociedade”, apresentou carga negativa na explicação do fator, evidência que surpreende, se analisado conjuntamente à primeira e à terceira variáveis. A terceira variável em explicação no Fator 1 é a rec2d que se relaciona com a afirmação “Seu trabalho no EES é reconhecido pela comunidade”. Percebe-se, a partir das evidências, que mesmo que as mulheres se sintam reconhecidas pela família e pela comunidade, o não reconhecimento por parte da sociedade impacta no reconhecimento de uma forma geral, logo, a carga negativa do não reconhecimento tende a diminuir os valores de reconhecimento que se possam tentar aferir. Para Fraser (2007), o não-reconhecimento é resultado de um processo de construção sociocultural, refere-se, fundamentalmente, à injustiça na diferenciação de status social, assim, uma injustiça social que se reforça e se interliga com as injustiças econômicas e impacta inclusive no processo de representação das mulheres da ES. O que explica a composição de duas variáveis da representação no primeiro fator, a quarta variável rep3c e a quinta variável rep3e, tais variáveis têm a ver com as afirmações “Para você deveriam existir mais mulheres no governo” e “As mulheres do EES também são líderes em suas comunidades”. A análise dá sentido à crítica de Fraser (2007) em seu trabalho “Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação” de que não há como implementar-se uma justiça de gênero sem discutir redistribuição, reconhecimento, representação e redistribuição como categorias que se dimensões interrelacionam e interferem umas nas outras. Portanto, a composição do fator 1 evidencia tal interseccionalidade

entre reconhecimento e representação, visto que o reconhecimento que as mulheres da ES percebem sofre interferências de suas percepções sobre a ocupação do espaço público, seja em posições políticas seja em posições de liderança comunitária. Evidentemente, uma maior participação das mulheres na gestão pública e em suas próprias comunidades aumenta os níveis de reconhecimento percebido pelas mulheres da ES. Observando-se que o não reconhecimento de seus trabalhos pela sociedade tem um grande peso, em sentido negativo, para a composição desse reconhecimento. Portanto, considera-se que o Fator 1 pode ser interpretada como a dimensão reconhecimento na justiça de gênero.

A composição do Fator 2 (rep3d e red1c) apresenta uma variável da dimensão representação da justiça de gênero e uma variável da dimensão redistribuição, tendo sido interpretado como o fator “Redistribuição do trabalho produtivo”. A variável rep3d relaciona-se com a afirmação “A questão da mulher na política é discutida no empreendimento” e a variável red1c relaciona-se com a afirmação “Você é responsável pela maior parte da renda familiar”. Segundo Fraser (2001), a primeira dimensão de justiça de gênero trabalhada pelo movimento feminista, em sua primeira onda, foi a da redistribuição, visto que se buscava a inserção da mulher no mercado de trabalho e a equidade em termos remuneratórios, demandas ainda em desenvolvimento. Segundo dados do IBGE (2018), ainda que a população feminina tenha, em média, maior escolaridade, ao buscar a inserção no mercado de trabalho formal, as mulheres são as mais prejudicadas, pois as mulheres continuam sendo as menos remuneradas pelas mesmas atividades realizadas por homens e em contextos de crise, são as mais afetadas pelo desemprego, especialmente ao realizar um recorte por raça, a opressão se ressignifica, visto a desigualdade de gênero sofrida por mulheres negras torna-se ainda mais evidente. No caso das mulheres da ES esse é um fenômeno mais grave visto que muitas das mulheres são arrimo de família, ou seja, a pessoa responsável pelo sustento do núcleo familiar. A composição do fator 2 relaciona a preocupação com a questão da mulher com o nível de responsabilidade que elas assumem em suas famílias, em termos econômicos. A necessidade de discutir a questão da mulher situa-se na percepção dessa mulher, muitas vezes em condição de risco social, em compreender que existem motivos que explicam porque elas estão afastadas do mercado formal, que muitas vezes depende mais do seu sexo do que do seu nível de formação educacional, como aponta o próprio IBGE (2018). Portanto, a discussão sobre a questão da mulher é necessária, inclusive, para que essa mulher compreenda o trabalho que ela realiza na ES como um trabalho produtivo, visto que muitas percebem esse trabalho como um momento de lazer, o que prejudica a sua própria valorização do tempo de trabalho de produção. As mulheres compreendem que esse trabalho gera renda, contudo, sem a formação para a questão da mulher, não entendem que esse é um trabalho produtivo que deve ser valorizado até por elas mesmas. Assim, a formação para a questão da mulher juntamente com o nível de participação na renda influenciam na formação do Fator 3 “Redistribuição do trabalho produtivo”.

A composição do Fator 3 traz mais reflexões sobre a questão da Redistribuição. O fator 3 é composto pelas variáveis rep3f, red1b e red1e. Uma das grandes contribuições teóricas de Fraser (2001, 2002) para o pensamento feminista está relacionado à ressignificação do conceito de redistribuição. Segundo a autora, tal dimensão foi a primeira nas demandas do movimento feminista por equidade, contudo, ela não considerava uma das grandes questões da divisão sexual do trabalho: a redistribuição do trabalho reprodutivo. As contradições na dinâmica do mundo do trabalho produtivo e reprodutivo relacionam-se diretamente com os espaços público e privado que a mulher ocupa de formas diferentes em relação ao homem. De fato, a divisão sexual do trabalho é uma realidade à qual a mulher está submetida. Essa lógica decide diversamente o valor do trabalho, atribuindo às mulheres as atividades reprodutivas (menos valorizadas), ligadas ao espaço privado e do cuidado, e ao homem o trabalho produtivo (mais valorizado), que, por sua vez, está relacionado ao espaço público (Ávila, 2013). Não por acaso, as primeiras lutas atentaram para a contradição da divisão sexual do trabalho no espaço público, contudo, com o desenvolvimento do debate feminista, atentou-se que a manutenção do trabalho reprodutivo, doméstico e de cuidado, unicamente sob a responsabilidade das mulheres era um dos fatores importantes de desigualdade de condições entre homens e mulheres. A composição do Fator 3 reflete essa análise, a primeira variável em termos de contribuição para a explicação do fator é a rep3f, uma variável da dimensão representação que está relacionada à

afirmação “As mulheres recebem formação técnica e sociopolítica”. Essa variável avalia, em conjunção com outras variáveis, se o nível de formação das mulheres para a questão técnica da gestão e sociopolítica faz as mulheres perceberem uma questão essencial para a valorização do trabalho da mulher, a diferença entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. Essa parece ser uma questão pacífica, contudo, a partir das observações em campo e nas entrevistas, que foram abordadas em seção específica, ficou claro que nem sempre essa mulher da ES tem essa percepção. A partir do momento em que ela percebe o impacto do trabalho doméstico e de cuidado em sua vida produtiva, ela passa a distribuir esse trabalho com outros membros da família, desobrigando-se de tal responsabilidade culturalmente e socialmente construída, e que acaba por refletir em uma percepção de que é uma desvantagem ser mulher na sociedade, em virtude desse acúmulo de trabalho, que são questões abordadas pelas outras duas variáveis que compõem o Fator 3. A variável red1b que se relaciona com a afirmação “O trabalho doméstico é dividido em sua casa” tem uma carga negativa na explicação do fator, o que é interpretado como se essa não divisão do trabalho reprodutivo impactasse negativamente no nível de redistribuição e justiça de gênero, ainda que as mulheres tenham formação e vejam “vantagem em serem mulheres” (red1e). Portanto, a redistribuição do trabalho reprodutivo é um fator específico da análise, apesar de ser tratado conjuntamente na teoria, a análise separou os construtos produção e reprodução, também relacionando os mesmos com a dimensão representação, apoiando ainda mais a interseccionalidade de tais dimensões de justiça de gênero. Nesse sentido, a redistribuição do trabalho depende de um determinado nível de representação para que as mulheres compreendam a necessidade de dividir o trabalho doméstico e de cuidado para que possam dedicar um tempo para o trabalho produtivo.

A composição do Fator 4 se dá por duas variáveis, rep3b e rec2d, e foi interpretada como o fator “Representação sociopolítica”. A variável rep3b, relacionada à afirmação “Para você o governo se preocupa com a questão da mulher”, já a variável rec2d relaciona-se com a afirmação “Você sente que sua voz é ouvida”. O agrupamento destas duas variáveis na AF segue o sentido de que as mulheres, por não perceberem que o poder público se volta para as suas demandas, também não percebem que suas vozes não são ouvidas. Segundo Fraser (2001), a representação, refere-se à inclusão e à participação dos sujeitos sociais nos espaços decisórios, favorecendo sua presença e a incorporação de suas demandas e necessidades. O não reconhecimento da voz da mulher é um fator de composição da sua própria representação nos espaços públicos. No âmbito da ES, a visibilidade e participação de mulheres em processos decisivos são consideradas necessárias ao modo de produção cooperativo e associativo, visto que trata-se de um contexto onde a gestão segue o paradigma da autogestão. Dessa maneira, a representação da mulher nos espaços públicos e o reconhecimento de sua voz, implicam em uma maior representação política, não apenas no âmbito das instituições constituídas, mas no âmbito de suas próprias comunidades, resultando em algum nível de emancipação das mulheres como sujeito político.

A composição do Fator 5 ocorre a partir da interpretação da variável red1a, reconhecendo-se esse fator como “Representação sociocultural”. Ainda que a variável que compõe o fator seja da dimensão redistribuição, considera-se que a variável red1a que se relaciona com a afirmação “Para você existe desigualdade de condições entre mulheres e homens” deve ser interpretada como parte da compreensão sobre a representação. A teoria sobre justiça de gênero aponta que o primeiro passo para discutir a justiça de gênero é compreender e aceitar que existe uma condição de desigualdade entre homens e mulheres construída social e culturalmente e essa é uma discussão que foi iniciada nas primeiras construções sobre a redistribuição, que foi a primeira dimensão de justiça de gênero trabalhada no movimento feminista, como marco inicial. No entanto ocorre que essa compreensão sobre a desigualdade de condições baseada no gênero é necessária, especialmente, à dimensão representação, visto que a pergunta pela questão da mulher e sua condição sociocultural, a leva a buscar espaços de representação, a participar dos processos de tomada de decisão visando garantir que suas demandas sejam pautadas (Fraser, 2001, 2002; Hirata, 2002). Hirata (2002) e Ávila (2013) observam que quando a mulher não tem a percepção da sua condição de desigualdade, dificilmente ela questionará sua realidade a partir dessa condição ou buscará uma representação efetiva de suas demandas específicas, e esse é um fenômeno comum na sociedade que naturalizou, através dos seus processos socioculturais, a desigualdade entre homens

e mulheres. A seguir estão resumidas as informações dos fatores resultados da AF aplicada aos conceitos de justiça de gênero:

Quadro 01: Quadro resumo AF (Justiça de Gênero)

Fator	Interpretação	Alfa	Variáveis	Descrição
1	Reconhecimento	0,692	rec2a	Seu trabalho no EES é reconhecido pela família
			rec2c*	Você percebe que seu trabalho é importante para a sociedade
			rec2b	Seu trabalho no EES é reconhecido pela comunidade
			rep3c	Para você deveriam existir mais mulheres no governo
			rep3e	As mulheres do EES também são líderes em suas comunidades
2	Redistribuição do trabalho produtivo	0,629	rep3d	A questão da mulher na política é discutida no empreendimento.
			red1c	Você é responsável pela maior parte da renda familiar
3	Redistribuição do trabalho reprodutivo	0,466	rep3f	As mulheres recebem formação técnica e sociopolítica
			red1b*	O trabalho doméstico é dividido em sua casa
			red1e	Você percebe que ser mulher é uma vantagem na sociedade
4	Representação sociopolítica	0,520	rep3b	Para você o governo se preocupa com a questão da mulher
			rec2d	Você sente que sua voz é ouvida
5	Representação sociocultural	-.**	red1a	Para você existe desigualdade de condições entre mulheres e homens

* A variável apresenta carga negativa na explicação do fator

** O SPSS não gera alfa para apenas uma variável

Fonte: Elaborado pela autora com base no resultado da Pesquisa (Output do SPSS 21.0)

Verificou-se na análise de confiabilidade informada pelo Alfa de Cronbach, para os fatores relacionados à justiça de gênero, alfas abaixo do nível mínimo de 0,7, contudo, segundo Field (2009), o número de questões afeta o valor de alfa, logo, um alfa baixo pode significar apenas número pequeno de questões, sem que isso signifique uma diminuição da consistência interna. A composição dos 5 fatores a partir da análise fatorial evidenciou a interseccionalidade das dimensões da justiça de gênero, ratificando a reflexão de Fraser de que essas dimensões são interrelacionadas (2001, 2002). Percebeu-se, ainda, que as dimensões redistribuição e representação devem ser observadas sob diferentes perspectivas, ao mesmo tempo complementares. A redistribuição sob o seu caráter produtivo e reprodutivo e a representação sob o seu caráter sociopolítico e sociocultural. Para Fraser (2007, p.350), a justiça de gênero deve ser observada como “um problema tridimensional, no qual redistribuição, reconhecimento e representação devem ser integrados de forma equilibrada”, portanto, não há como trocar uma demanda por outra, as três, conjuntamente, interrelacionadas, compõem o que se compreende como justiça de gênero. Nancy Fraser informa que o objetivo principal da justiça de gênero é a redução ou eliminação das desigualdades baseadas no sexo, ao acomodar as diferenças e possibilitar a convivência democrática. Dentre as três categorias de análise da justiça de gênero, o reconhecimento

tem especial relevância, visto que afeta ainda mais as mulheres em situações de exclusão socioeconômica. A relevância do reconhecimento como dimensão de análise foi evidenciado pelo poder de agregação do Fator 1 na AF, que foi interpretado como reconhecimento, considerando que foi o primeiro fator identificado pela AF e o que agregou mais variáveis em sua composição. Realizada a análise e discussão da AF dos construtos da justiça de gênero, segue-se a análise da AF aplicada às práticas feministas de autogestão.

4.3 ANÁLISE FATORIAL DOS CONSTRUTOS RELACIONADOS ÀS PRÁTICAS FEMINISTAS DE GESTÃO

Na etapa inicial da AF, os resultados apontaram um KMO em 0,717, com 7 fatores que explicam 67,736% da variância. Os resultados também apontaram que todas as comunalidades estavam acima de 0,5. Logo, esta foi a configuração da AF a ser analisada.

Como se observa à Tabela 09, o teste de Bartlett's obteve um nível de significância de 0,000, valor inferior a 0,05, o que leva à rejeição da hipótese da matriz de correlações ser a matriz identidade, evidenciando que existe relação suficiente entre os indicadores para aplicação da AF. A análise da Tabela 03 de Variância Total Explicada revela a presença de 7 fatores com eigenvalues (Valores próprios iniciais) superiores a 1,0 que explicam 67,736% da variância dos dados originais, ou seja, 32,264% da variância não foram explicados.

Tabela 03: Variância Total Explicada

Variância total explicada									
Componente	Valores próprios iniciais			Extração Somos dos quadrados dascargas			Rotação Somos dos quadrados dascargas		
	Total	%de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa	Total	%de variância	% cumulativa
1	6,03 1	25,130	25,130	6,03 1	25,130	25,130	3,05 4	12,723	12,723
2	2,68 8	11,200	36,330	2,68 8	11,200	36,330	2,77 5	11,563	24,287
3	1,94 7	8,112	44,443	1,94 7	8,112	44,443	2,59 7	10,820	35,107
4	1,68 6	7,024	51,466	1,68 6	7,024	51,466	2,48 4	10,349	45,456
5	1,48 1	6,169	57,635	1,48 1	6,169	57,635	2,08 6	8,690	54,145
6	1,22 1	5,087	62,722	1,22 1	5,087	62,722	1,79 2	7,466	61,612
7	1,20 3	5,014	67,736	1,20 3	5,014	67,736	1,47 0	6,124	67,736
8	,941	3,920	71,656						
9	,871	3,631	75,287						
10	,789	3,287	78,573						
11	,633	2,636	81,210						

Variância total explicada			
12	,615	2,564	83,773
13	,563	2,346	86,120
14	,468	1,952	88,071
15	,459	1,914	89,985
16	,431	1,797	91,782
17	,371	1,544	93,326
18	,326	1,360	94,687
19	,318	1,324	96,011
20	,266	1,108	97,119
21	,222	,925	98,045
22	,181	,755	98,800
23	,153	,639	99,439
24	,135	,561	100,000

Método de extração: análise do componente principal.

Fonte: Resultado da Pesquisa (Output do SPSS 21.0)

Esse valor supera o mínimo exigido de 60% da variância explicada pelos fatores comuns para se utilizar a análise fatorial. Antes da rotação, o primeiro fator explicava 25,13% da variância total, o segundo fator 11,2%, o terceiro 8,112%, o quarto 7,024%, o quinto 6,169%, o sexto 5,087% e o sétimo 5,014%. Após a rotação Varimax, o primeiro fator passou a explicar 12,723% da variância total, o segundo fator 11,563%, o terceiro 10,820%, o quarto 10,349%, o quinto 8,690%, o sexto 7,466% e o sétimo 6,124%. Contudo a variância total explicada não varia com a rotação. Portanto, após a rotação dos fatores pelo método Varimax, o conjunto de 24 variáveis é representado por 7 fatores, que explicam 67,736% da variância total dos dados considerados.

Desta forma, considera-se que a primeira tentativa se aproxima do grau de relacionamento e explicação das variáveis úteis na avaliação das operadoras. Logo depois, identificaram-se quais indicadores fazem parte de cada um dos fatores. A tabela Component Matrix (Matriz Componente) indica a composição de cada variável, segundo os 7 fatores, sem a rotação Varimax. No caso, permite verificar qual dos fatores explica melhor cada um dos indicadores considerados. Para dirimir possíveis dúvidas que essa matriz possa causar quanto à composição de cada fator, principalmente quando existem valores de explicação muito próximos, nestes casos, cabe a verificação dos valores após a aplicação da rotação dos fatores, que, no caso, foi feito pelo critério Varimax. Com a rotação, na Tabela 12 da matriz componente rotativa (Rotated Component Matrix), é possível associar mais facilmente as variáveis de cada fator. Portanto, permite verificar qual dos fatores explica melhor cada um dos indicadores considerados.

Matriz de componente rotativa^a

	Componente						
	1	2	3	4	5	6	7
empod6b	,813	,002	,013	,194	-,021	,001	-,190
coope4b	,807	,131	,077	-,012	,018	,122	-,025
democ5c	,753	-,031	,045	-,013	,165	,373	,109
transf8b	,722	,143	,009	,076	-,084	-,019	,377
quest1a	,246	,723	,043	,191	-,011	-,080	-,214
razao2a	,076	,699	-,140	,284	,051	,337	-,012
quest1c	,005	,673	,120	,202	,275	,166	,152
razao2b	,008	,554	,291	-,164	,352	-,092	,060
transf8a	,012	,005	,846	,015	,031	-,065	,206
empod6c	,175	-,082	,705	,202	,121	,089	,014
razao2c	,018	,403	,608	,215	,112	-,161	-,149
transf8c	,212	-,280	-,545	-,181	,342	-,217	,117
democ5b	,051	,120	-,075	,773	,210	,007	,084
quest1b	,008	,310	,301	,752	,026	,085	-,022
empod6a	,148	,020	,263	,740	,018	,148	,102
cuida7c	,293	,287	,386	,404	,171	,140	,007
consci3a	-,055	,162	-,068	,189	,767	,124	,021
consci3b	,047	-,051	,440	-,071	,615	,350	-,106
consci3c	,039	,341	,220	,337	,566	-,022	,262
cuida7b	,426	,363	,012	,150	,492	,119	,138
democ5a	,103	,115	-,069	,202	,249	,764	,200
cuida7a	,438	,083	,129	,066	,045	,694	-,127
coope4c	,009	-,216	,044	,188	,166	-,059	,740
coope4a	,099	,425	,061	-,067	-,081	,358	,638

Método de extração: Análise do Componente principal.

Método de rotação: Varimax com normalização de Kaiser.

a. Rotação convergida em 12 iterações.

Fonte: Resultado da Pesquisa (Output do SPSS 21.0)

Após a rotação dos fatores (Rotated Component Matrix), tem-se uma classificação mais precisa dos indicadores em cada um dos fatores. Assim, podemos concluir que os fatores são compostos com as seguintes variáveis, segundo o tamanho da contribuição da variável no fator:

- O Fator 1 é composto por: coope4b, democ5c, empod6b, razao8b;
- O Fator 2 é composto por: quest1a, quest1c, razao2a, razao2b;
- O Fator 3 é composto por: razao2c, empod6c, transf8a, transf8c (-);

- d) O Fator 4 é composto por: quest1b, democ5b, empod6a, cuida7b;
- e) O Fator 5 é composto por: consci3a, consci3b, consci3c, cuida7b;
- f) O Fator 6 é composto por: democ5a, cuida7a;
- g) O Fator 7 é composto por: coope4a, coope4c.

Após a rotação dos fatores (Rotated Component Matrix), tem-se uma classificação mais precisa dos indicadores em cada um dos fatores. No modelo interpretou-se o primeiro fator como de “Promove emancipação para a autogestão”, o segundo fator como sendo o de “Promove a valorização da mulher e da razão prática feminista”, o terceiro fator como sendo o de “Luta por resultados transformadores”, o quarto fator como sendo a “Promove democracia e participação”, o quinto fator como sendo a “Promove maior conscientização”, o sexto fator como sendo “Valoriza a preocupação e cuidado mútuos” e o sétimo fator como sendo “Promove laços comunitários e cooperativos”. Analisando os resultados apontados pela AF, verifica-se que é possível a redução das variáveis observáveis. Os resultados apontam para a distribuição das variáveis, em 7 fatores, que explicam 67,736% % da variância total. O teste KMO está acima de 0,7 e os níveis de MSA de todas as variáveis também estão na faixa de aceitação, acima de 0,5, assim como as comunalidades. A partir da análise quantitativa empreendida, seguem algumas considerações sobre os resultados identificados.

O Fator 1 é composto por 4 variáveis das práticas de gestão feminista (coope4b, democ5c, empod6b, transf8b), tendo sido interpretado como “Promove emancipação para a autogestão”. Martin (2003) nomeia essa prática como “Promove o empoderamento dos subordinados”, contudo, adequando o entendimento da prática para o contexto da Economia Solidária, onde não existem subordinados, optou-se pelo termo “emancipação” em vez de “empoderamento” e incluiu-se o termo “autogestão” que transmuta a questão da subordinação para a cooperação. A variável com maior carga no Fator 1, ou seja, mais correlacionada com este fator, é a coope4b, relacionada à prática “Promove laços comunitários e cooperativos” que trouxe a afirmação “Você percebe que o coletivo é mais importante que o individual”, refletindo a relevância do aspecto coletivo para as mulheres da ES e da RESF. Estudos clássicos sobre as práticas feministas já apontavam que o coletivismo é um dos valores mais identificados em organizações feministas (Rothschild; Whitt, 1979, 1986; Martin, 1990, 2003). Portanto a evidência está alinhada com a teoria, e, no caso da ES, aponta que a visão coletiva é reforçada pelo paradigma da autogestão, que exige uma participação ativa nos processos de gestão dos grupos. A segunda variável mais relevante no Fator 1 é a democ5c, relacionada à prática “Promove democracia e participação” que trouxe a afirmação “Você se sente capaz de participar da gestão do empreendimento”. A carga dessa variável no fator evidencia que para que ocorra a emancipação e a implementação real da autogestão, é necessário que os sujeitos envolvidos sintam-se capazes em contribuir para a gestão dos empreendimentos. Não por acaso, Martin (2003) entende que a prática de gestão feminista que empodera os subordinados, ou, neste caso, emancipa os pares, está intimamente conectada à promoção da democracia e participação. Para a autora, ambas promovem o maior envolvimento dos indivíduos nas discussões, de forma que a gestão tem um caráter mediador que direciona o aprendizado e crescimento dos subordinados, engajando-os. A terceira variável referente ao Fator 1 é a empod6c, relacionada à prática “Promove empoderamento dos subordinados” que trouxe a afirmação “Você é levada a tomar decisões”. Esta prática se relaciona também intimamente com as anteriores, pois, o processo democrático na autogestão exige dos sujeitos a participação não apenas nos processos de produção e comercialização, mas também nos processos decisórios, característica de organizações substantivas, de caráter coletivista (Ramos, 1989). No momento em que as mulheres são levadas a tomar decisões, elas se sentem parte do objetivo, compartilhando a responsabilidade e ao mesmo tempo se emancipando, visto que muitas não têm, fora do contexto dos empreendimentos, vez e voz, para tomarem suas decisões. A quarta variável é a transf8b, relacionada à prática “Luta por resultados transformadores” que trouxe a afirmação “Você se sente capaz de contribuir no EES e na comunidade”. Essa variável inserida no

Fator 1, que trata da emancipação e da autogestão, considera que, sendo uma organização substantiva, suas ações vão buscar respaldo na sociedade, conforme aponta Serva (1993, p.36-43). Contudo, esse respaldo é buscado especialmente no âmbito local, através das ações voluntárias que as mulheres executam junto à comunidade, e que são processos de aprendizagem que também emancipam as mulheres, pois as fazem ser vistas fora de suas casas. Percebe-se que ainda que o modelo não tenha agrupado as variáveis conforme pressuposto, as relações que as variáveis que foram agrupadas no Fator 1 fazem o sentido necessário à compreensão do que é necessário para que ocorra a emancipação no âmbito da autogestão da ES.

O Fator 2 é composto por 4 variáveis das práticas de gestão feminista (quest1a, quest1c, razao2a, razao2b), tendo sido interpretado como “Promove a valorização da mulher e da razão prática feminista”. Neste fator reuniu-se duas práticas em uma, a da preocupação com a questão da mulher e a utilização da razão prática feminista. A união das duas práticas alinha-se com o entendimento de Martin (2003) de que é a partir da percepção da mulher sobre suas limitações de recursos disponíveis que ela toma as decisões em momentos de crise. A partir dessa percepção de desigualdade latente ou patente, as mulheres tomam suas decisões cotidianas de forma a maximizar os resultados de uma forma que beneficie a coletividade onde ela está inserida. A variável mais correlacionada com o Fator 2 é a quest1a, relacionada à prática “Pergunta pela questão da mulher” que trouxe a afirmação “O EES tem normas, políticas e práticas que valorizam a mulher”. A AF apontou que essa foi a variável mais relevante, em termos de contribuição para a composição do fator, e encontra respaldo teórico visto que a compreensão sobre a questão da mulher é passo inicial para a emancipação das mesmas (Fraser, 2002; Martin, 2003). A segunda variável é a quest1c, também relacionada à prática “Pergunta pela questão da mulher” que trouxe a afirmação “O trabalho doméstico e de cuidados é reconhecido”. A questão da divisão sexual do trabalho é tema permanente, e seu peso na explicação do fator relaciona-se a esta relevância para que ocorra a valorização das mulheres. O trabalho doméstico e de cuidado que não é reconhecido acaba por afetar muitas dimensões da vida social das mulheres, reforçando uma estrutura de desigualdade de gênero que prejudica os projetos de vida das mulheres (Fraser, 2007; Hirata, 2002). A terceira variável é a razao2a, relacionada à prática “Utiliza a razão prática feminista” que trouxe a afirmação “Os problemas do empreendimento são discutidos em conjunto”. A razão prática feminista, em virtude de seu caráter emancipatório, desafia as mulheres a tomarem suas decisões em conjunto, auxiliando umas às outras a decidir sobre o presente e o futuro das ações dos empreendimentos. A quarta variável do Fator 2 é a razao2b, também é relacionada à prática “Utiliza a razão prática feminista” que trouxe a afirmação “Os dilemas são solucionados de acordo com a situação”. Essa variável aponta para uma visão de que a mulher da ES é levada a tomar decisões rápidas e que beneficiem o bem estar comum, relacionadas principalmente à questão da sobrevivência em seus contextos de escassez. Dessa forma, as mulheres da ES tendem a tomar decisões que variam de acordo com a situação na qual se encontram (Martin, 2003). A composição do Fator 2 relacionando questões relacionadas à valorização da mulher e de seu modo de tomar decisões tem respaldo teórico, visto que Martin (2003) aponta que apenas em um contexto de emancipação da mulher é possível que exista um outro tipo de racionalidade que não seja a estritamente utilitária.

O Fator 3 é composto por 4 variáveis das práticas de gestão feminista (razao2c, empod6c, transf8a, transf8c), tendo sido interpretado como “Luta por resultados transformadores”. A variável de maior destaque no Fator 3 é a razao2c, relacionada à prática “Utiliza a razão prática feminista” que trouxe a afirmação “A visão feminina permite alternativas diferentes de trabalho”. Segundo Martin (2003), essa é uma prática baseada na razão prática feminista, contudo, como ela segue uma racionalidade substantiva, acaba por resultar em transformações na forma de trabalho e nos próprios sujeitos do trabalho. Essa compreensão permite o entendimento da AF ao agrupar essa razão na luta por resultados transformadores que buscam alternativas de trabalho que emancipem as mulheres no contexto da ES. A segunda variável com maior carga no Fator 3 é a empod6c, relacionada à prática “Promove o empoderamento dos subordinados” que trouxe a afirmação “Você se sente responsável pelo empreendimento”. Segundo Martin (2003), o engajamento das mulheres

nos processos organizativos dos empreendimentos, especialmente em relação aos processos decisórios, as transforma em sujeitos ativos, Guérin (2005) observou em seus estudos sobre as mulheres da ES no norte da África, eu muitas das mulheres em contextos periféricos não conseguem se emancipar por não implementarem uma cidadania real, por estarem à margem dos processos sociais, contudo, na ES, elas têm acesso a um tipo de cidadania compartilhada coletivamente. Assim, nos contextos dos empreendimentos, as mulheres se tornam parte e compartilham as responsabilidades de estar em comunidade que visa gerar renda e emancipá-las, pelas ações delas mesmas. Esse um processo que ocorre a partir das próprias mulheres, por estarem em conjunto, e tem relação direta com a próxima variável que explica o Fator 3, a transf8a, relacionada à prática “Luta por resultados transformadores” que trouxe a afirmação “Você percebe transformações pessoais positivas com o seu trabalho”. A transformação das mulheres em seus contextos de geração de renda nas comunidades acaba por trazê-las a uma compreensão da cidadania, a partir da participação nos processos de geração de renda (Guérin, 2005). A quarta e última variável a compor o Fator 3 é a transf8c, também é relacionada à prática “Luta por resultados transformadores” que trouxe a afirmação “A sociedade hoje se preocupa mais com a questão da mulher”. Tal variável obteve um nível menor de explicação do fator e também apresentou carga negativa, contudo, está inserida na discussão sobre a percepção das mulheres sobre a questão da mulher na sociedade. A menor carga e o seu sinal negativo no modelo relacionam-se com o que aponta Fraser (2007). A autora reflete que agenda das mulheres sofre interferências de instituições diversas, como governos, mercado, instituições religiosas, entre outras. Nesse sentido, a interferência que o movimento de mulheres sofre as impede de evoluir nas questões dos direitos das mulheres, o problema, segundo a autora, não é a diversidade de demandas, mas a origem de tais demandas que muitas vezes não primam pela emancipação das mulheres. Dessa forma, Fraser (2007) aponta a necessidade da formação de uma agenda transnacional pelos direitos das mulheres que resulte em uma compreensão e conscientização da sociedade sobre a questão com a mulher.

O Fator 4 é composto por 4 variáveis das práticas de gestão feminista (quest1b, democ5b, empod6a, cuida7c), tendo sido interpretado como “Promove aprendizagem, democracia e participação”. A variável de maior destaque no Fator 4 é a quest1b, relacionada à prática “Pergunta pela questão da mulher” que trouxe a afirmação “Você é estimulada a participar da gestão do empreendimento”. Segundo Martin (1993, 2003), uma organização feminista busca envolver seus membros em torno da objetivo comum, nesse processo, é necessário que os sujeitos participem da prática organizativa, e isso ocorre de forma democrática e não autoritária. No âmbito dos empreendimentos da ES essa participação ocorre de forma fluida, sem uma definição rígida de como ela deve ocorrer, o que, segundo Ramos (1989), é próprio de dinâmicas de organizações substantivas. No entanto, a participação é necessária para que se implemente a autogestão (Pinheiro e Paula, 2014; Singer, 2008). A segunda variável referente ao Fator 4 é a democ5b relacionada à prática “Promove democracia e participação” que trouxe a afirmação “Você identifica mais colaboração que exercício de poder”. Esta variável marca a percepção das mulheres sobre como o poder é exercido, se de forma autoritária ou colaborativa, a relevância da variável demonstra o que Martin (2003) informa sobre a mulher na gestão feminista. Para a autora, uma gestão feminista exerce o poder como uma responsabilidade, e não como status, portanto, as relações que se estabelecem não são de subordinação, mas de colaboração. Os resultados da AF apontam coerência com a teoria, visto que na ES, o poder é compartilhado, não pertencendo rigidamente a nenhum sujeito. A terceira variável é a empod6a, relacionada à prática “Promove o empoderamento dos subordinados” que trouxe a afirmação “Você é encorajada a aprender e a crescer”. Essa prática é necessária ao engajamento das mulheres, visto que, segundo Guérin (2005), o aprendizado é um dos maiores ganhos buscados pelas mulheres e aumentam a participação das mulheres nos empreendimentos. A quarta variável é a cuida7c, relacionada à prática “Valoriza a preocupação e os cuidados mútuos” que trouxe a afirmação “O cuidado com o outro é uma das preocupações no EES”. Nesse sentido, Guérin (2005) informa que o sentimento de pertencimento ao grupo é fomentado não apenas pela necessidade de geração e renda, muitas mulheres se inserem e permanecem nos empreendimentos por uma necessidade de um sistema de proteção e cuidado que é man-

tido nesses grupos. A composição do Fator 4, demonstra a democracia e a participação não depende apenas de processos de tomada de decisão, mas de emancipação dos indivíduos e de relações de confiança entre os mesmos, que segundo Arruda (2008), Carvalho (1983) e Vieta (2015), resulta em um aprendizado coletivo no âmbito dos empreendimentos.

O Fator 5 é composto por 4 variáveis das práticas de gestão feminista (consci3a, consci3b, consci3c, cuida7b), tendo sido interpretado como “Promove maior conscientização”. A principal variável do Fator 5 é a consci3a, relacionada à prática “Promove maior conscientização” que trouxe a afirmação “O empreendimento valoriza a mulher no trabalho e na economia”. Martin (2003) e Guérin (2005) ressaltam o quanto é importante o envolvimento das mulheres nos processos produtivos, mas também nos processos reprodutivos, pois o saber econômico que as mulheres põem em prática transforma seus cotidianos. Na ES, as mulheres acabam por reconciliar a figura do trabalho com a economia e a ética, trazendo a moção de justiça como um “processo racional” (Guérin, 2005, p. 211). Assim, as práticas organizacionais feministas possibilitam a promoção de uma maior conscientização a partir da valorização do trabalho das mulheres. Segundo Martin (2003), essa valorização ocorre a partir da inscrição dessas mulheres nos processos de decisão e a conscientização para a participação como prática de cidadania. Para Guérin (2005) e Hirata (2002), a partir do momento que as mulheres percebem esse reconhecimento de suas contribuições no trabalho e na economia, elas convertem direitos formais em direitos reais, pois ocorre a conscientização da importância de seu trabalho. A contribuição da variável consci3a para a composição do Fator 5 demonstra o peso que tem o reconhecimento do trabalho dessas mulheres nas práticas feministas de gestão. A segunda variável referente ao Fator 5 é a consci3b, também relacionada à prática “Promove maior conscientização” trouxe a afirmação “O EES valoriza as experiências pessoais das mulheres”. Tal variável obteve um alto poder de explicação dessa dimensão das práticas feministas de gestão, Segundo Martin (1993), uma organização feminista incorpora em suas dinâmicas a validação das experiências pessoais dos sujeitos, e as relaciona com as experiências de outras pessoas em condições similares, dentro do contexto em que estão inseridas. A terceira variável do Fator 5 é a consci3c, também relacionada à prática “Promove maior conscientização” que trouxe a afirmação “O diálogo e a colaboração são práticas comuns no EES”. Em um continuum de práticas, a valorização das experiências pessoais auxilia na observação de que as circunstâncias não são únicas e facilita a solução colaborativa dos problemas. Essa é uma prática feminista que promove a colaboração através da exposição de múltiplas realidades da organização e minar ou reduzir a visão de que só há uma visão correta e necessária (Martin, 2003). A quarta variável é a cuida7b, relacionada à prática “Valoriza a preocupação e os cuidados mútuos” que trouxe a afirmação “Suas necessidades fora do trabalho são compreendidas no EES”. Para Martin (2003), ao valorizar as experiências pessoais dos sujeitos, considera-se que tais experiências são adquiridas dentro e fora do trabalho, assim, o indivíduo é considerado em sua totalidade e não apenas como um mecanismo de trabalho. Àvila (2013) considera que as mulheres são mais afetadas pela em suas experiências pessoais, por circunstâncias que ocorrem fora do ambiente de trabalho em vista da acumulação do trabalho reprodutivo doméstico e de cuidado, dado que é necessário considerar suas necessidades além trabalho, e esse também é um processo de conscientização da gestão. Percebe-se que a composição do Fator 5 pela AF é homogênea e adere à teoria mapeada.

O Fator 6 é composto por 2 variáveis das práticas de gestão feminista (democ5a, cuida7a), tendo sido interpretado como “Valoriza a preocupação e cuidados mútuos”. A variável mais correlacionada com o Fator 6 é a democ5a, relacionada à prática “Promove democracia e participação” que trouxe a afirmação “As decisões no empreendimento são tomadas democraticamente”. A AF considerou que essa variável deveria estar agrupada à prática da preocupação com o outro, e, de fato, como explica Martin (2003), os processos de participação estão interrelacionados com as dinâmicas de ajuda mútua, visto que a mulher visualiza o poder como uma responsabilidade. Portanto, tomar as decisões em conjunto também se configura como um processo de ajuda mútua e de preocupação com o outro, pois a tomada de decisão é um processo complexo que em conjunto se torna mais transparente e acessível a todos. Na ES, as mulheres assumem como prática a participação nas

reuniões de decisão, e consideram que o comparecimento a tais eventos está relacionada ao cuidado umas com as outras. A segunda variável é a cuida7a, relacionada à prática “Valoriza a preocupação e os cuidados mútuos” que trouxe a afirmação “Você se preocupa com o outro no ambiente de trabalho”. A AF aponta que a preocupação com o outro e os cuidados mútuos também são caros às práticas feministas de gestão, conforme indica Martin (1993, 2003). Na visão feminista, o indivíduo, mulheres e homens, são vistos como seres além do trabalho, não apenas como profissionais, mas como esposas, maridos, pais, filhos, e que além do trabalho, eles têm outras obrigações que podem afetar o indivíduo, sua energia, seu tempo. A composição do Fator 6 reflete a relevância de práticas que valorizem o cuidado com o outro para que a participação democrática possa se efetivar no cotidiano da autogestão dos empreendimentos. Essa é uma evidência importante, pois insere na discussão aspectos que são excluídos das dinâmicas organizacionais que prezam por imparcialidade no ambiente de trabalho, que acaba por desconsiderar os sujeitos como seres humanos.

O Fator 7 é composto por 2 variáveis das práticas de gestão feminista (coope4a, coope4c), tendo sido interpretado como “Promove laços comunitários e cooperativos”. A variável de maior destaque no Fator 7 é a coope4a, relacionada à prática “Promove laços comunitários e cooperativos” que trouxe a afirmação “O empreendimento promove a cooperação com a comunidade”. Segundo Martin (2003), a cooperação com a comunidade é um traço comum entre nas práticas feministas de gestão. Nestas organizações, as mulheres tendem a buscar a melhoria das condições de vida da comunidade, também como forma de respaldar suas ações e obter reconhecimento. O reconhecimento atuaria como força motora para a transformação, assim, reconhecendo as condições necessárias à aquisição da cidadania real, as mulheres e a comunidade podem construir as condições para fomentar a cidadania prática, o que resulta em mais representação das demandas locais. A segunda variável é a coope4c, também relacionada à prática “Promove laços comunitários e cooperativos” que trouxe a afirmação “A cooperação é uma forma de valorizar o seu trabalho”. Para Martin (2003), a valorização do trabalho resulta em inclusão, interdependência e fortalecimento da identidade de grupo. Esse valor rejeita o individualismo extremo, a competição exagerada e a dominação interpessoal, isso não significa que não ocorrerão conflitos, diferenças ou perdas, os indivíduos são encorajados a dar o seu melhor, e não ser o melhor (Guérin, 2005). A visão da gestão cooperativa reduz o sentimento de inferioridade e distanciamento comum à visão hierárquica das organizações, assim, a ênfase no bem comum e na comunidade, e encoraja o foco no trabalho e não no poder como fim em si mesmo.

Quadro 02: Quadro resumo AF (Práticas feministas de autogestão)

Fator	Interpretação	Alfa	Variáveis	Descrição
1	Promove emancipação para a autogestão*	0,822	coope4b	Você percebe que o coletivo é mais importante que o individual
			democ5c	Você se sente capaz de participar da gestão do empreendimento
			empod6b	Você é levada a tomar decisões
			transf8b	Você se sente capaz de contribuir no EES e na comunidade

Fator	Interpretação	Alfa	Variáveis	Descrição
2	Promove a valorização da mulher e da razão prática	0,719	quest1a	O EES tem normas, políticas e práticas que valorizam a mulher
			quest1c	O trabalho doméstico e de cuidados é reconhecido
			razao2a	Os problemas do empreendimento são discutidos em conjunto
			razao2b	Os dilemas são solucionados de acordo com a situação
			razao2c	A visão feminina permite alternativas diferentes de trabalho
3	Luta por resultados transformadores	0,715	empod6c	Você se sente responsável pelo empreendimento
			transf8a	Você percebe transformações pessoais positivas com o seu trabalho
			transf8c**	A sociedade hoje se preocupa mais com a questão da mulher
4	Promove aprendizagem, democracia e participação***	0,783	quest1b	Você é estimulada a participar da gestão do empreendimento
			democ5b	Você identifica mais colaboração que exercício de poder
			empod6a	Você é encorajada a aprender e a crescer
			cuida7c	O cuidado com o outro é uma das preocupações no EES
5	Promove maior conscientização	0,707	consci3a	O empreendimento valoriza a mulher no trabalho e na economia
			consci3b	O EES valoriza as experiências pessoais das mulheres
			consci3c	O diálogo e a colaboração são práticas comuns no EES
			cuida7b	Suas necessidades fora do trabalho são compreendidas no EES
6	Valoriza a preocupação e cuidado mútuos	0,642	democ5a	As decisões no empreendimento são tomadas democraticamente
			cuida7a	Você se preocupa com o outro no ambiente de trabalho

Fator	Interpretação	Alfa	Variáveis	Descrição
7	Promove laços comunitários e cooperativos	0,324	coope4a	O empreendimento promove a cooperação com a comunidade
			coope4c	A cooperação é uma forma de valorizar o seu trabalho

* Martin (2003) nomeia essa prática como “Promove o empoderamento dos subordinados”, contudo, adequando o entendimento da prática para o contexto da Economia Solidária, onde não existem subordinados, optou-se pelo termo “emancipação” em vez de “empoderamento” e incluiu-se o termo “autogestão” que transmuta a questão da subordinação para a cooperação.

** A variável apresentara carga negativa na explicação do fator

*** Martin (2003) nomeia essa prática como “Promove democracia e participação”, contudo, adequando o entendimento da prática para o contexto da Economia Solidária, as dinâmicas do processo democrático e de participação resulta também em aprendizagem dos sujeitos, portanto, optou-se pela inclusão termo “aprendizagem” à prática, pois, como observa Arruda (2008) e Carvalho (1983), a proposta da autogestão inicia-se com a democracia participante, e ao longo do processo de aprendizagem coletiva das práticas passam à co-determinação, e, portanto, a emancipação dos sujeitos.

Fonte: Elaborado pela autora com base no resultado da Pesquisa (Output do SPSS 21.0)

A análise de confiabilidade dos dados informada pelo alfa de Cronbach, relacionados às práticas de gestão feminista, indicou cinco fatores com alfa acima do nível mínimo de 0,7, e dois abaixo, contudo, segundo Field (2009), o número de questões afeta o valor de alfa, logo, um alfa baixo pode significar apenas número pequeno de questões, sem que isso signifique uma diminuição da consistência interna. Para a análise fatorial dos construtos relacionados às práticas feministas de gestão, inicialmente se estabeleceram os fatores utilizando todas as 24 variáveis ao mesmo tempo, considerando 3 variáveis em cada dimensão. A composição dos 7 fatores através da AF evidenciou que as práticas de gestão feminista também se interrelacionam e interferem umas nas outras. Alguns fatores forma compostos com práticas de dimensões diferentes, pensadas em dimensões diferentes, contudo, ao compor os fatores, a AF identificou relações importantes para o prosseguimento da análise estatística. Compreende-se que essas relações interseccionais que se estabeleceram apresentam uma visão mais real do cotidiano das mulheres. Assim, as práticas não se encaixam necessariamente em um objetivo específico, de forma rígida, mas se arranjam de acordo com a situação. Essa é uma observação realizada também pelos estudos feministas pós-coloniais, segundo Lugones (2008), a experiência das mulheres pode variar, de acordo com o contexto em que estão inseridas, e na situação com a qual se deparam, seja na luta contra os efeitos de um modelo de produção e consumo que as exclui, seja na organização de formas próprias de produzir, reunir e distribuir os recursos, as diferentes mulheres subalternas, lidam com dilemas muito próprios, sendo importante considerá-los para não incorrer em análises enviesadas que não reflitam a realidade de suas dinâmicas sociais. Para Santos (2017) a luta pela emancipação das mulheres se mistura em diversas demandas, logo, as mulheres podem exercer a emancipação através da produção, da comercialização e mesmo nos processos de decisão. Os fatores identificados pela AF a partir das práticas feministas de gestão foram base para a análise de relações entre os construtos da justiça de gênero e das práticas feministas de gestão, relações tais que não estão identificadas empiricamente na teoria revisada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interseccionalidade, segundo Santos (2017), é uma condição para a compreensão de economias feministas, articulando a questão da colonialidade econômica à questão do gênero, e considerando que tais interseccionalidades são necessárias para defrontar os dilemas e estratégias adotados por diferentes grupos de mulheres na reação à escassez de recursos e oportunidades. Logo, o pós-colonialismo atentaria para interseccionalidade, identificando diferentes mecanismos hierarquizantes (de raça, etnia, classe, sexualidade), tais conexões auxiliam, por exemplo, na adequação do pensamento feminista à realidade das mulheres em contextos periféricos, como o da Economia Solidária.

Nesse sentido, os resultados da análise evidenciaram que ao trabalhar a questão da redistribuição, não se deve considerar apenas as questões econômicas que a dimensão redistribuição costuma abordar, pois a redistribuição na análise se dividiu em dois fatores, o de redistribuição produtiva e o de redistribuição reprodutiva. Além disso, o redimensionamento da dimensão redistribuição considerou como variáveis questões que se consideravam como parte da dimensão representação, assim, a redistribuição depende, em determinada medida, do nível de representação das mulheres, logo, questões como formação técnica e sociopolítica e a discussão sobre a questão da mulher entre as mulheres impactam na consecução da dimensão redistribuição. Essa evidência foi ao encontro do que Fraser (2007) aponta em seus estudos sobre o caminho percorrido pelos estudos e movimentos feministas desde a luta por redistribuição até a luta por representação, a autora considera que a redistribuição deve ser buscada não apenas em termos econômicas, mas relacionando a questão política envolvida nas demandas das mulheres, visto que os primeiros movimentos por redistribuição buscavam apenas a distribuição econômica.

Em relação à dimensão reconhecimento, as evidências demonstraram que o reconhecimento também sofre influências de questões relacionadas à dimensão representação, logo, para haver reconhecimento há que considerar-se a maior participação das mulheres nos espaços de definição das políticas públicas, essa evidência também foi ao encontro do que

Fraser (2002, 2007) reflete sobre a interseccionalidade das dimensões de justiça de gênero, que não podem ser consideradas em separado, mas em conjunto.

Em relação à dimensão representação, por sua vez, também sofreu um redimensionamento, tendo sido considerada em dois fatores críticos, um relacionado a questões sociopolíticas e outro em relação a questões socioculturais. Tal redimensionamento da dimensão representação demonstra algo que Fraser (2007) aponta sobre o não-reconhecimento como resultado de um processo de construção sociocultural, referindo-se, fundamentalmente, à injustiça na diferenciação de status social, assim, uma injustiça social que se reforça e se interliga com as injustiças econômicas e impacta inclusive no processo de representação das mulheres da ES. Em relação às práticas feministas de gestão, as evidências estatísticas demonstraram que a prática da promoção da emancipação das mulheres nos empreendimentos é a mais presente e também sofre a influência de diversas variáveis interseccionais, como cooperação, democracia e busca por resultados transformadores.

A prática da valorização da mulher e da razão feminista é a segunda em termos de presença nas dinâmicas organizativas das mulheres, seguida da promoção da democracia e participação e promoção de maior conscientização. As variáveis da preocupação com o outro e os cuidados mútuos, bem como a promoção de laços comunitários e cooperativos estão presentes em todas as práticas identificadas na análise, de forma interseccional, demonstrando que a questão da emancipação da mulher em suas práticas organizativas se desenvolve a partir de vários fatores interrelacionados que permeiam as relações em uma gestão feminista

(Martin, 2003). Portanto, mesmo que se busque uma racionalização através da categorização e padronização de fazeres e dizeres das mulheres, não há se falar em rigidez ou limites entre uma prática e outra performatizadas pelas mulheres, sendo mais evidente identificar os valores que orientam tais práticas. Como sugestão para pesquisas futuras sugere-se a implementação de uma pesquisa qualitativa visando aproximar-se do fenômeno das práticas feministas de autogestão na ES.

6. REFERÊNCIAS

Andion, C. (2005). A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. In: Revista de Administração Contemporânea, v. 9, n. 1.

Arruda, M. (2008). Exchanging visions on a responsible, plural and solidarity-based economy. Rio de Janeiro, ALOE – Workgroup visions of a responsible, plural y solidarity- based economy. 140p.

Barreto, R. O.; Paula, A. P. (2009). Os dilemas da economia solidária. In: Cadernos EBAPE.BR, v. 7, n. 2.

Bauhardt, C. (2014). Solutions to the crisis? The Green NewDeal, Degrowth, and the Solidarity Economy: Alternatives to the capitalist growth economy from an ecofeminist economics perspective. In: EcologicalEconomics, v.102, n. 61, p. 60–68. Elsevier.

Benini, Édi Augusto; Benini, Elcio Gustavo. (2012). As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. In: Organização & Sociedade, Salvador, vl 17, n 55, Outubro-novembro.

Borzaga, C.; Tortia, E. (2007). Social economy organizations in the theory of the firm. In: The Social Economy: building inclusive communitie. Noya, A. and Clarence, E. (eds) pp. 23-60. Paris: OECD Publishing.

Cálas, M.; Smircich, L. (2014). Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: Clegg, S.; Hardy, C.; Nord, W. R.; Caldas, M.; Fachin, R. & Fischer, T. (Eds.). Handbook de Estudos Organizacionais. São Paulo: Atlas.

Carvalho, N. V. (1983). Autogestão: o governo pela autonomia. São Paulo: Brasiliense.

Collins, J.; Hussey, R. (2005). Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. Trad. Lucia Simonini. 2. ed. Porto Alegre: Bookman.

Cooper, D. R.; Schindler, P. S. (2003). Métodos de Pesquisa em Administração. Porto Alegre: Bookman, 2003.

Costa, Jussara Carneiro (2011). Mulheres e economia solidária: hora de discutir a relação! In: Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 19-27, jan./jun.

Costa, P. A; Carrion, R. S. M. (2008). Situando a economia solidária no campo dos estudos organizacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008, Belo Horizonte. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD.

Dagnino, Renato (2011). Gestão social e gestão pública: interfaces, delimitações e uma proposta. In: Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas da Economia Solidária. Vol 1. Benini, Édi A; Faria, Maurício Sardá de; Novaes, Henrique T.; Dgnino, Renato. (orgs.). 1. Ed. São Paulo: Outras expressões.

Faria, J. H. (2017). Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. In: Cadernos EBAPE.BR, v. 15, nº 3, Artigo 5, Rio de Janeiro, Jul./Set.

Figueredo, P. M.; Dellagnelo, E. H. L. (2011). A gestão de mulheres em organizações não-governamentais. In: Revista Pensamento Contemporâneo em Administração. Rio de Janeiro. v. 5, n. 2. mai./ago. 2011, 1-16.

França Filho, G. C. (2013). A problemática da Economia Solidária: um novo modo de gestão pública? In: Cadernos EBAPE.BR, v. 11, n. 3, p.443-461, artigo 7, Rio de Janeiro, set./Nov.

Fraser, Nancy (1987). Que é crítico na Teoria Crítica? O argumento de Habermas e gênero. In: Benhabib, Seyla; CORNELL, Drucilla (org). Feminismo como crítica da modernidade. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Fraser, N. (1997). From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a 'Postsocialist' Age. In: Fraser, N, Justice Interruptus: Critical Reflections on the "Postsocialist" Condition. New York: Routledge. (Reprinted from New Left Review 212, 1995, 68 – 93.

Fraser, N. (2000). Rethinking Recognition: Overcoming Displacement and Reification in Cultural Politics. New Left Review 3 (May/June 2000), 107-120.

Fraser, N. (2001). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas na justiça na era pós-socialista. In: Souza, J. (org.). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 245-282.

Fraser, N. (2002). Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: Bruschini, C. and Unbehaum, S.G. (orgs.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: FCC; Ed. 34, p. 59-78.

Fraser, N. (2003). Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation. In: N. Fraser and A. Honneth, Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange. London: Verso and Frankfurt: Suhrkamp.

Fraser, N. (2007). Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. In: Revista Estudos Feministas, vol. 15, n. 2, Florianópolis, mai-ago, p. 291-308.

Fraser, Nancy (2009). O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. In:

Mediações, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-22, jul./dez.

Fraser, N. (2010). Scale of justice: Reimagining Political Space in a Globalizing World. Columbia University Press: New York.

Gaiger, L. I. (2011) Contribuições para uma agenda de pesquisa. In: Hespanha, P.; Santos, A.M. (Orgs.) Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas. Coimbra: Edições Almedina.

Gherardi, Silvia (2006). Organizational knowledge: the texture of workplace learning.

Organization and strategy. Oxford: Blackwell Publishing Ltd.

Guérin, I. (2005). As mulheres e a economia solidária. São Paulo: Edições Loyola.

Habermas, J. (1987). Teoria de la Acción Comunicativa: Crítica de la razón funcionalista. Vol 2. Madri: Taurus.

Hirata, Helena. Nova Divisão Sexual do Trabalho? São Paulo: Boitempo, 2002. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2015). Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios [PNAD]2015, n. 11, p. 281-319, Brasília, outubro 2008. Recuperado em 15 novembro, 2014, de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinte seindicsoais2014/default_tab_xls.shtm

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] (2017). Retrato da desigualdade de gênero e raça. Brasília, outubro 2017. Recuperado em 10 dezembro, 2017, de http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicadopresidencia/08_10_07_Pnad_PrimeirasAnalises_N11demografia.pdf.

Lugones, María. (2007). "Heterosexualims and the Colonial / Modern Gender System." In: *Hypatia* 22.1: 186-209. Print.

Ministério do Trabalho e Emprego [MTE] (2014). Secretaria Nacional de Economia Solidária [SENAES]. Banco de dados do Sistema de Informações da Economia Solidária – SIES. Brasília, 2014. 1CD-Rom: base de dados em planilhas eletrônicas.

Mohanty, Chandra Talpade (2006). US Empire and the Project of Women's Studies: Stories of Citizenship, Complicity and Dissent. In: *cGender, Place and Culture*, London, v. 13, n. 1, p. 7-20.

Monje-Reyes, P. (2011). Economía solidaria, cooperativismo y descentralización: la gestión social puesta en práctica. In: *Cadernos EBAPE.BR*, v. 9, n. 3.

Pinheiro, D. C.; Paula, A.P.P. (2014). A mitologia da ineficiência nas organizações solidárias: em busca da resignificação de um conceito. In: *Desenvolvimento em questão*, vol. 12, n. 27, jul-sep, p.42-65.

Rothschild, J.; Whitt, J. A. (1986). *The Cooperative Workplace: Potentials and Dilemmas of Organizational Democracy and Participation*, Cambridge University Press, Cambridge, 1986.

Santos, Luciane Lucas dos (2017). Deve a economia feminista ser pós-colonial? Colonialidade econômica, gênero e epistemologias do Sul. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]*, 114 | 2017, colocado online no dia 20 Dezembro 2017, criado a 23 Dezembro 2017. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/6797> ; DOI : 10.4000/rccs.6797.

Silva, Sandro Pereira (2018). O campo de pesquisa da Economia Solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas. In: *Texto para discussão/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília: Rio de Janeiro: Ipea. Disponível em : http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8255/1/TD_2361.pdf. Acesso em 12 de junho de 2018.*

Singer, P. I. (2008). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Vieta, M. (2015). Autogestión: Prefigurando elnuevo cooperativismo y eltrabajo como unbiencomún. In: *V EncuentroInternacional "La Economía de Trabajadores y Trabajadoras. Anais. Paranaguá, Venezuela, Julio 22-26, 2015.*





LA INNOVACIÓN SOCIAL VÍA CREACIÓN DE MERCADOS INSTITUCIONALES EN LA AMAZONÍA BRASILEÑA

Rosinele da Silva de Oliveira
Mário Vasconcellos Sobrinho
José Daniel Gómez López



RESUMEN

La Amazonía brasileña está en su tercera generación de políticas públicas enfocadas a la agricultura familiar. Esas generaciones coexisten actualmente y abarcan desde la estimulación del incremento de la producción hasta la innovación social que es la creación del mercado institucional. El concepto adoptado como base de esta investigación es el de la Innovación Social y la teoría que sustenta los análisis es el del Capital Social. Como métodos se adoptaron el Estudio de Caso y el Análisis de Contenido. La cohorte es el conjunto de los 144 municipios del Estado de Pará. Los resultados señalan la necesidad de emerger una cuarta generación de políticas públicas direccionadas a la agricultura familiar la cual, a su vez, tiene un carácter inmanentemente estratégico para el país y sirve de ejemplo para otros países conforme ha sido evidenciado por la Organización de las Naciones Unidas. Esta generación debe de ser capaz de crear una innovación social con una interfaz en las diversas áreas que afectan la vida en el campo para que así logre con efectividad el desarrollo local.

Palabras Clave: innovación social; mercados institucionales; políticas públicas; agricultura familiar.

INTRODUCCIÓN

Existe un amplio consenso sobre que la innovación social es un fenómeno necesario para contribuir a resolver los retos sociales de carácter complejo y multidimensional que han proliferado en las últimas décadas. Sin embargo, y aunque la innovación social ha ido ganando peso, no hay un acuerdo general sobre qué es, ni se conocen a profundidad todos los factores que determinan su aparición en un territorio. No es infrecuente que dicho término se asocie directamente a la generación de nuevas tecnologías.

La comprensión de las actividades de innovación y de su impacto económico ha sido objeto de estudio en numerosas investigaciones a lo largo de las últimas décadas. De hecho, existe una creciente literatura que trata dicha cuestión y que no la ha logrado comprender de una forma totalmente eficiente e integradora. Las deficiencias a la hora de abordar el concepto de innovación se derivan, principalmente, de la existencia de los tipos muy diversos de ésta.

En la Amazonía, específicamente en el Brasil, existe la creación de mercados institucionales que tienen entre sus objetivos combatir algunos retos sociales como el hambre y la pobreza en el ámbito local (mediante la sumministrazione de la alimentación escolar y fortaleciendo la agricultura familiar, respectivamente). Esos mercados institucionales tienen una lógica que diverge frontalmente de la lógica de mercados tradicionales y son dirigidos al segmento de la agricultura familiar que, según Cazela, Bonnal y Maluf (2009), tiene una multifuncionalidad – económica, ambiental, social y de seguridad alimentaria – considerada de carácter estratégico para el país.

El presente trabajo nace del convencimiento de la necesidad de discutir la naturaleza diferenciada del mercado institucional que en sí mismo es una innovación social enfocada a la agricultura familiar en la Amazonía brasileña. Esa necesidad está sustentada en el intento de comprender cuál es la variable considerada de mayor potencial para que el diseño de dicha innovación sea proficuo en la práctica.

OBJETIVO

Analizar la innovación social mientras la creación del mercado institucional, específicamente el PNAE, a través de políticas públicas.

NOTA METODOLOGICA

La base teórica utilizada es el capital social. Se toma como la cohorte los municipios del estado de Pará puesto que tienen una base económica fundamentada en la agricultura familiar. La investigación adopta una metodología que utiliza los principios del *compliance*, determina los indicadores de cumplimiento de las normas establecidas por el Programa y la capacidad de los municipios y productores locales para atenderlo y, finalmente, identifica - por medio de documentos y entrevistas con algunos actores - las formas e intensidad de las interacciones entre las organizaciones locales envueltas en el proceso. Son utilizados como métodos el Estudio de Caso y el Análisis de Contenido conforme a lo propuesto por Yin (2001, 2009) y Bardin (1977, 2011), respectivamente.

ANÁLISIS

Se analizaron todas las convocatorias públicas de los municipios del estado de Pará de los años 2017 y 2018. Se buscó verificar su eficiencia para llegar al público *target* y, de esta manera, contribuir a un mayor volumen de compra a los agricultores familiares estimulando el desarrollo local. La calidad de las convocatorias públicas depende de la explicitud de los precios a pagar, de la información sobre la periodicidad y de los puntos de entrega.

Durante este período, 55 municipios publicaron 60 convocatorias públicas – CP`s. De este total, 24 CP's no ofrecieron información sobre el precio de los productos a comprar. Ésta es una de las principales variables que hace imposible la participación del agricultor familiar y que, al mismo tiempo, es contraproducente al incitar - de esta manera - la disputa de precios entre los agricultores familiares, amén de contravenir la legislación en este ámbito.

De las periodicidades registradas en las CP's, se evidenció la preferencia por las entregas semanales las cuales son compatibles con las condiciones de los agricultores familiares y con la compra de hortalizas frescas (que son los artículos más solicitados por los municipios paraenses). Las entregas de más de una vez a la semana son muy costosas para los agricultores familiares y solamente una (01) CP hizo esta solicitud con este tenor. Las entregas de una mayor lapso que la semanal suelen estar relacionadas con productos no perecederos.

En lo que concierne a los datos del “número de unidades de entrega” de los productos alimenticios adquiridos a los agricultores familiares se halló que, de las 60 CP`s, solamente en 27 se registraron esta información. Por lo tanto, el 55% no hizo que esta información estuviera disponible. Y, en última instancia, cuando hicieron referencia a esta información fue para mencionar que divulgarían dichos datos, posteriormente, de acuerdo con sus necesidades.

Las CP`s que centralizan la entrega de los productos favorece al agricultor familiar, habida cuenta que - desde 2015 - el costo de la logística está incluido dentro del límite que el agricultor familiar puede vender por entidad ejecutora.

En las CP's que fueron analizadas la mayoría centralizó las entregas, pero una parte significativa solicitó la entrega en diferentes lugares (de 11 a 50 unidades) y, solamente, 2 CP's solicitaron entrega en todas las escuelas del área urbana y rural, con un total de más de 50 unidades.

Las CP's presentan debilidades con respecto a brindar información de vital importancia para que el agricultor familiar decida participar en el Programa.

Información que comprende: precios a pagar, la periodicidad de las entregas y el número de unidades de entrega. Dicha información es escasa en estos documentos y esto perjudica la eficiencia y eficacia del Programa.

Se llevó a cabo una evaluación cuantitativa del cumplimiento del Art. 14 de la Ley nº 11.497/2009 que ordena que al menos el 30% de los recursos transferidos para el PNAE (a través del FNDE) deben ser utilizados - por los municipios - en la adquisición de productos provenientes de la agricultura familiar. Los municipios se agruparon en función de la relación entre el porcentaje de compra y de las transferencias hechas al PNAE.

Todavía hay un número significativo de ayuntamientos refractarios al cumplimiento del Art. 14. Son municipios que no adquieren nada de la agricultura familiar, alcanzando - preocupantemente - el 21% en 2016. Sin embargo, hay un número alentador de ayuntamientos muy adherentes llegando, también, al 21% en 2016. Desde el inicio del período de análisis, el número de municipios que adquirieron productos de la agricultura familiar - disponiendo para ello de más del 35% de recursos provenientes del PNAE - aumentaron de 2 (dos) en 2011 a 30 (treinta) en 2016.

Las entrevistas realizadas a los actores que representan la secretaría de educación, la secretaría de agricultura y las cooperativas - correspondientes a algunos municipios adherentes al Programa - que suministran productos alimenticios (vía PNAE) corroboran lo que los datos citados anteriormente evidencian. Finalmente, y no menos importante, resaltan que las pésimas condiciones de las carreteras (así como de las conexiones fluviales) y la baja confianza entre los actores al interrelacionarse representan una significativa dificultad para la comercialización de los productos en este mercado.

RESULTADOS

Es innegable, conforme a todos los autores presentados en esta obra, que la creación de los mercados institucionales se configura como una innovación social que tiene como presupuesto básico el capital social. Al insertar a las personas en el ámbito sociolaboral y al respetar el medioambiente vía crecimiento sostenible, según Sanchis; Campos (2008); y al beneficiar tanto el lado social como el interés público e inspirarse en el deseo de satisfacer las necesidades sociales que quizás estén descuidadas por las formas tradicionales de provisión del mercado, según Harris; Albury (2009), esta innovación social se configura con gran efecto en el ámbito local.

El principal factor identificado en esta investigación es el capital social ya que éste es esencial en toda red conformada en torno al Programa y es en el que se basa esta innovación social (mercado institucional).

A pesar de que el Programa tiene todavía grandes problemas (muchos de ellos de índole burocrática) es una política pública que - indudablemente - es una innovación social que cambió de forma positiva la dinámica de la agricultura familiar proporcionando diferentes beneficios (económicos, sociales, culturales, etcétera). Todo el diseño de esa política pública adopta como presupuesto básico el capital social.

Se destaca que hay una fuerte dependencia de las organizaciones que avituallan

– aquí representadas por las cooperativas agropecuarias – en relación con el poder público. La mayoría se han constituido - inclusive - con este fin específico. Ésta es una crítica de este trabajo a la innovación social del mercado institucional.

Considerando que Brasil está en su tercera generación de políticas públicas para la agricultura familiar y que todas ellas coexisten - iniciando con formas de apoyo para estimular la producción, asistencia social y actualmente como medios para comercializar la producción - se comprende que son hechos exitosos; No obstante, hace falta estimular el fortalecimiento del capital social, tanto para que en este mercado se tenga una mayor participación – dado que hay muchos agricultores con capacidad productiva que no participan - como para que también se rompa el círculo en el que el suministro es exclusivo para este mercado. Los autores de este trabajo defienden que esa innovación social sea una vía para resolución de los problemas colectivos de los agricultores familiares y sin que sean capturados por la misma.

Se ratifica que el PNAE asume un carácter transversal y su eficacia depende, fundamentalmente, de otras políticas públicas que apoyen el desarrollo local. Una cuarta generación de políticas públicas para la agricultura familiar que logre una interfaz con áreas como la seguridad alimentaria, salud en el campo e infraestructura es imperativa.

REFERENCIAS

BALEM, T. A.; et al. (2015). The role of Rural Extension in the viability of public procurement for school meals. In: AGRICULTURE IN A URBANIZING SOCIETY: Reconnecting agriculture and food chains to societal needs, 2.

BARDIN, L. (1977). Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70. BARDIN, L. (2011). Análise de Conteúdo. São Paulo, Edições 70, p. 279.

BLANCO, I., CRUZ, H. & MARTINEZ, R. (2016): “El papel de la innovación social frente a la crisis”, Ciudad y Territorio. Estudios Territoriales, 47(188), 249-260.

BLANCO, I. (2018): “¿Frente a la desigualdad social, innovación social? Lecciones teoricas, politicas metodologicas de una investigacion en Catalunya”. En: Barón, N. & Romero, J., Cultura territorial e innovación social ¿Hacia un nuevo modelo metropolitano en Europa del Sur?, 21-34.

BRASIL. Lei no. 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União 2006; 24 jul. 2006.

BRASIL/FNDE/CD/MEC. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 jun. 2009a.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 dez. 2011c.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/CD/FNDE nº 4, de 2 de abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 abr. 2015.

CAULIER-GRICE, J.; DAVIES, A.; PATRICK, R. & NORMAN, W. (2012): Defining

social innovation. A deliverable of the project: The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe (TEPSIE), European Commission– 7th Framework Programme, Brussels: European Commission, DG Research.

CAZELLA, A. A; BONNAL, P; MALUF R. S. (2009). Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: CAZELLA, A. A., BONNAL, P. e MALUF, R. S. Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad Editora. 301.

COLEMAN, J. (1988). Social Capital and the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology*, 94 Supplement, s. 52–120.

COMISIÓN EUROPEA (2013): Guía de la Innovación social, Regional and Urban Policy, Bruselas.

DJELLAL, F. & GALLOUJ, F. (2012): “Social innovation and service innovation. In Challenge social innovation”. En: Franz, H.W., Hochgerner, J. & Howaldt, J. (Eds), *Challenge social innovation: potentials for business, social entrepreneurship, welfare and civil society*, Springer Science & BusinessMedia, 119-137, DOI:10.1007/978-3-642-32879-4_8.

FAO, FIDA y PMA. (2013). El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo 2013. Las múltiples dimensiones de la seguridad alimentaria. Roma, FAO.

FLIGSTEIN, N. & DAUTER, L. (2006). *The Sociology of Markets*. Institute of Industrial Relations, UC Berkeley, Institute for Research on Labor and Employment, Working Paper Series. 33. 10.1590/S0103-49792012000300007.

GARCÍA-FLORES, V; PALMA, L. (2019). Innovación Social: factores claves para su desarrollo en los territorios. CIRIEC-España, *Revista de Economía pública, Social y Cooperativa*, 245-279. DOI:10.7203/CIRIEC-E.97.14148.

GRANOVETTER, M. (1985). Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, Chicago, Illinois, v. 91, n. 3, p. 481- 510.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (2014). Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. *RESR*, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S125-S146.

HARRIS, M. & ALBURY, D. (2009): *The innovation imperative*. NESTA, London, DOI:10.13007/121.

HOWALDT, J. & SCHWARZ, M. (2010): *Social Innovation: Concepts, research fields and international trends*, Sozialforschungsstelle Dortmund.

HUBERT, A. (2010): *Empowering people, driving change: Social innovation in the European Union*, Bureau of European Policy Advisors.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017>. Acesso em: 22 dez. 2019.

LOPES, I. D. (2018). Análise da operacionalização do programa nacional de alimentação escolar em escolas públicas de Passo Fundo/RS. Dissertação apresentada a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. 151f.

MILLAN, R. y GORDON, S. Capital social: una lectura de tres perspectivas clásicas.

Rev. Mex. Sociol. [online]. 2004, vol.66, n.4, pp.711-747. ISSN 2594-0651.

Moyano, E. (2008), "Capital social y acción colectiva en el sector agrario", Revista Española de Sociología, núm. 10, pp. 15-37.

MOSSELAER, F. (2016): Creative Industries: Social Innovation. Academy for creative industries, DOI:10.4337/9780857930705.00014.

MOULAERT, F.; MACCALLUM, D. & HILLIER, J. (2013): Social innovation:

intuition, precept, concept. The International Handbook on Social Innovation: collective action, social learning and transdisciplinary research, 13, DOI:10.4337/9781849809986.00011.

MULGAN, G. (2006): "The process of social innovation", Innovations: technology, governance, globalization,1(2),145-162, DOI:10.1162/itgg.2006.1.2.145.

NESTA, (2008): Social innovation: New approaches to transforming public services. Making Innovation Flourish, London.

OCDE (2011): Fostering Innovation to Address Social Challenges. Workshop proceedings. OECD Innovation Strategy, DOI: 10.1016/j.techfore. 2015.08.011.

OOSTERLYNCK, S., KAZEPOV, Y., NOVY, A., COOLS, P., BARBERIS, E.,

WUKOVITSCH, F. & LEUBOLT, B. (2013): "The butterfly and the elephant: local social innovation, the welfare state and new poverty dynamics", ImPRovE Methodological Paper, (13/02).

PAZ, E. (2015): "Un paradigma emergente: la innovación social",3CEmpresa,4(1),50- 68.

PHILLS, J.A., DEIGLMEIER, K. & MILLER, D.T. (2008): "Rediscovering social

innovation", Stanford SocialInnovationReview,6(4),34-43.

POT, F & VAAS, F. (2008). "Social innovation, the new challenge for Europe", international Journal of Productivity and Performance Management, 57(6),468 - 473, DOI:10.1108/17410400810893400.

PUTNAM, Robert D. (1993) – Comunidade e Democracia – A experiência da Itália Moderna – Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

RÜEDE, D. & LURTZ, K. (2012): "Mapping the various meanings of social innovation: Toward a differentiated understanding of an emerging concept", EBS Business School Research Paper, 1203, DOI:10.2139/ssrn.2091039.

SALOM-CARRASCO, J., PITARCH-GARRIDO, M.D. & SALES-TEN, A. (2017):

“Innovación social: estrategias urbanas en un contexto de cambio. El caso de la ciudad de Valencia”, CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa, 91, 31-58, DOI:10.7203/CIRIEC-E.91.10451.

SANCHÍS, J. R. & CAMPOS, V. (2008): “La innovación social en la empresa. El caso de las cooperativas y de las empresas de Economía Social en España”, Economía Industrial, 368, 187-196.

SUBIRATS, J. (2015): “Políticas urbanas e innovación social. Entre la coproducción y la nueva institucionalidad. Criterios de significatividad”. En: Subirats, J. & García Bernardos, A., Eds., Innovación social y políticas urbanas en España: experiencias significativas en las grandes ciudades, 13-42.

TRICHES, Rozane Marcia. et al. (2013). “Aquisições públicas em Cabo Verde: desafios e potencialidades para o desenvolvimento rural”, Revista Angolana de Sociologia. 63- 80.

WOOLCOCK, M., NARAYAN D. (2000). Social Capital: implication for development theory, research and policy. The World Bank Research Observer, 15, č. 2, s. 225–249.

WORLD ECONOMIC FORUM & SCHWAB FOUNDATION FOR SOCIAL

ENTREPRENEURSHIP (2016): Social Innovation: A Guide to Achieving Corporate and Societal Value, Cologny/Geneva Switzerland.

YEPEZ, F (2017). La Estrategia Europea de Especialización Inteligente. Implicaciones para el Sistema Andaluz de Innovación. Tesis Doctoral, Universidad de Sevilla.

YIN, R. K. (2001). Estudo de Caso - Planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman.

YIN, R. K. (2009). Estudo de Caso – Uma estratégia de pesquisa. São Paulo, Saraiva.





MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO X MICROCRÉDITO CONVENCIONAL: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE GESTORES DE BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO.

Solidary microcredit vs. conventional microcredit: analysis of the perception of community development bank managers.

Jéssica Oliveira Soares Instituto Federal do Piauí adm.jessica@yahoo.com.br

Magno Williams de Macedo Farias Universidade Federal da Bahia magnowm10@yahoo.com.br



RESUMO

Este trabalho buscar analisar a percepção dos membros de bancos comunitários acerca da influência tanto do microcrédito solidário quanto do microcrédito tradicional para o desenvolvimento local. Os bancos comunitários surgem como iniciativas locais para geração de emprego e renda no território, oferecendo serviços financeiros mais adaptadas ao contexto onde atua. Isto porque, estudos apontam que nem mesmo políticas públicas de microcrédito conseguem democratizar o acesso ao crédito àqueles historicamente excluídos do Sistema Financeiro Nacional. Para alcançar o objetivo foram realizadas entrevistas semiestruturadas com participantes de três bancos comunitários da Bahia. Como resultado, observou que, na percepção das entrevistadas, os bancos comunitários tem uma maior contribuição para o desenvolvimento das comunidades onde atuam, pois têm gestão coletiva e autogestionária, criam serviços financeiros adaptados às necessidades dos beneficiários e alcançam uma mais-valia social. Por outro lado, não conseguem oferecer empréstimos como maiores valores porque não dispõem de fundo financeiro robusto. As instituições convencionais ofertam um maior volume de recursos em créditos, mas possuem uma maior burocracia na liberação dos créditos.

Palavras-chave: Bancos Comunitários; Desenvolvimento Local; Microcrédito.

ABSTRACT

This work seeks to analyze the perception of members of community banks about the influence of both solidarity and traditional microcredit for local development. Community banks emerge as local initiatives for generating employment and income in the territory, offering financial services more adapted to the context in which it operates. This is because, studies show that not even public microcredit policies are able to democratize access to credit to those historically excluded from the National Financial System. To achieve the objective, semi-structured interviews were conducted with participants from three community banks in Bahia. As a result, she observed that, in the interviewees' perception, community banks have a greater contribution to the development of the communities in which they operate, as they have collective and self-managed management, create financial services adapted to the needs of the beneficiaries and achieve social added value. On the other hand, they are unable to offer loans as higher values because they do not have a robust financial fund. Conventional institutions offer a greater volume of resources in credits, but have a greater bureaucracy in the release of credits.

Key-words: Community Banks; Local Development; Microcredit.

1. INTRODUÇÃO

O microcrédito refere-se à concessão de crédito de pequeno montante para a população de baixa renda, àqueles frequentemente excluídos do sistema financeiro tradicional. O Relatório de Cidadania Financeira, publicado pelo Banco Central do Brasil em 2018, mostra que a penetração do crédito é menor nas faixas mais baixas de renda. Entre a população que recebe até um salário mínimo por mês, os tomadores de crédito representam 11%, o menor índice. Como estas pessoas geralmente têm dificuldades de comprovar renda, apresentar garantias e, muitas vezes, vivem na informalidade produtiva (CARVALHO et al, 2009; BCB, 2018), o acesso às instituições financeiras convencionais acaba sendo restrito.

Em pesquisas sobre o tema (MORAES, 2010; MENEZES; CROCCO, 2009; FREITAS, 2013; RIGO et al, 2012), foi identificado que estas instituições financeiras (IF's), assumindo que os riscos e custos são maiores quanto menor for a renda ou riqueza do tomador de crédito, não costumam ter como público-alvo a parcela da população menos desfavorecida. É a chamada assimetria de informações. Não à toa a oferta de serviços é menor em locais economicamente mais atrasados e para indivíduos mais pobres (MENEZES; CROCCO, 2009).

Se o crédito ofertado por bancos tradicionais não é acessado pelos mais pobres, uma nova metodologia se faz necessária haja vista que estas pessoas, apesar de suas condições econômicas limitadas, possuem vida financeira ativa (FREITAS, 2013). O último Relatório de Inclusão Financeira do Banco Central, publicado em 2015, apresenta um aumento das operações de microcrédito, com crescimento de 16,6% no ano de 2014 em relação a 2013. Este percentual é maior que o crescimento da carteira de crédito do Sistema Financeiro Nacional (11,3%) (BCB, 2015).

No Brasil, principalmente a partir da década de 1990, o governo tem lançado uma espécie de pacote do microcrédito, que envolve programas, legislações e regulamentos, tendo como principal expoente o PNMPO (Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado). Em 2011, com a inclusão do Programa Crescer no PNMPO, a taxa de juros do microcrédito produtivo orientado teve uma redução substancial. Isso fez com que aumentasse a concentração dessas operações nos bancos federais em detrimento de organizações localmente orientadas, como cooperativas, ONGs (Organizações Não Governamentais), OSCIPs (Organização da Sociedade Civil para o Interesse Público) e SMEPP (Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e Empresa de Pequeno Porte), principalmente na Região Nordeste (FERREIRA JR et al, 2018).

Com efeito, os mais pobres continuam desassistidos. É o que apontam os estudos de Braga (2011), Rigo et al (2012), Freitas (2013) e Gurgel (2018). Por exemplo, os estudos de Gurgel (2018) mostram que os recursos do PNMPO têm sido destinados a estados brasileiros mais desenvolvidos em detrimento de estados menos desenvolvidos. E, ainda, Braga (2011) aponta que o crédito ofertado pelo programa Crediamigo, do PNMPO, dá preferência a empreendimentos já estabelecidos, em prejuízo dos profissionais do setor informal.

Isto se dá em virtude tanto do alto custo, quanto do conflito de objetivos que as instituições de microcrédito têm se deparado: de um lado são impelidos a atingir uma performance econômico-financeira, por outro buscam o resultado social de alcançar o público-alvo (os mais pobres) (CARVALHO et al, 2009; RIGO et al, 2012).

Como resposta a este impasse, a atuação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD's) surge na literatura como tecnologia mais eficaz no atendimento e alcance do público mais pobre, além de contribuir para a promoção do desenvolvimento territorial. Os BCD's são instituições criadas e geridas pelos moradores locais, voltados ao atendimento de suas necessidades. Para tanto, ofertam produtos e serviços financeiros diversos, como o microcrédito solidário, por meio de linhas de crédito diversas e garantias baseadas em relações de proximidade. É frequente a utilização de moeda própria em suas transações, de uso restrito ao local, para estimular a produção e consumo locais.

É a chamada via "sustentável-solidária", apresentada por França Filho (2008), que se fundamenta na valorização de soluções endógenas a partir da ideia de que todo local, bairro ou comunidade, por mais pobre que seja, pode solucionar os seus próprios problemas. Essa é, essencialmente, a premissa para a promoção do desenvolvimento local. Para Cattani et al (2009), o desenvolvimento local é tributário de iniciativas e ações da sociedade civil em resposta aos problemas que enfrentam. Como concordam Arroyo; Schuch (2006), o desenvolvimento não é algo que possa ser imposto ou recebido de presente, mas deve ser construído e conquistado de forma coletiva.

Diante deste contexto, observam-se lacunas na literatura consultada quanto a pesquisas que investigam a percepção de membros de bancos comunitários de desenvolvimento acerca da diferença entre o microcré-

dito solidário e o microcrédito tradicional. E, ainda, como estes dois tipos de microcrédito podem contribuir para o desenvolvimento local.

Neste sentido, a presente pesquisa analisa a percepção dos membros de bancos comunitários sobre a influência tanto do microcrédito solidário quanto do microcrédito tradicional para o desenvolvimento local. Para tanto, foram realizadas entrevistas com os três bancos comunitários com mais tempo de atuação e ainda em funcionamento situados no Estado da Bahia.

A contribuição desta investigação está posta na fecunda percepção dos sujeitos que, antes de serem membros de BCD, são membros da comunidade, e, muitas vezes, líderes sociais. Desta forma, entende-se que as percepções destes sujeitos não são exclusivamente individuais, mas coletivas. Como apregoa Laville (2016), a economia é uma construção tanto social como institucional. Social porque não pode ser explicada somente por razões individuais; e institucional porque o comportamento econômico supõe influências tanto de arranjos sociais fundamentais quanto de “hábitos mentais predominantes”.

Este artigo está estruturado em quatro sessões. Na sequência desta introdução, serão apresentados os objetivos da pesquisa e em seguida a metodologia utilizada para alcançá-los. A terceira sessão apresenta a análise dos dados coletados, finalizando com o tópico de resultados encontrados.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa é analisar a percepção dos membros de bancos comunitários sobre a influência tanto do microcrédito solidário quanto do microcrédito tradicional para o desenvolvimento local. Para tanto, delineou-se os seguintes objetivos específicos:

- i. Identificar, caracterizar e comparar os mecanismos institucionais de concessão de crédito de instituições tradicionais e dos bancos comunitários de desenvolvimento entrevistados;
- II. Analisar a percepção dos membros de bancos comunitários acerca da contribuição tanto do banco comunitário quanto do banco tradicional para o desenvolvimento comunitário local.

3. METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa exploratória porque pretende compreender e contribuir com as discussões em torno do alcance das políticas de microcrédito àqueles mais pobres e historicamente excluídos do sistema financeiro tradicional. Mais especificamente, contribuir com dados empíricos para o debate atual sobre o papel dos bancos comunitários no atendimento à esta parcela da população por possuírem metodologia mais adaptadas à realidade de seus beneficiários, se comparado com a atuação de bancos convencionais e/ou de políticas públicas de microcrédito.

Segundo o levantamento feito por Rigo; França Filho; Leal (2015), no final de 2013 eram 103 BCDs localizados em vários Estados, sendo a maior concentração na Região Nordeste, com 52 bancos comunitários. Destes, a maioria (46,6%) está localizada em pequenos e médios municípios no interior dos Estados. Por isso, foram escolhidos como objeto de estudo três dos 8 bancos comunitários (dados de 2013) presente no Estado da Bahia – segundo Estado do Nordeste com maior quantidade de bancos comunitários (RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015).

Os três bancos comunitários escolhidos foram: o Banco Ilhamar, o Banco Solidário Quilombola do Iguape e o Banco Ecoluzia. No texto, podem aparecer identificados com as siglas B1, B2, B3, respectivamente. Estes bancos foram escolhidos por terem maior tempo de atuação nos territórios e por estarem atualmente em pleno funcionamento.

As entrevistas foram feitas no mês de junho de 2019, em três encontros individuais com cada banco, buscando conhecer temas diversos para além do objetivo principal da pesquisa. Destacam-se temas como história, origem e aceitação e relacionamento do banco na comunidade, caracterização do microcrédito oferecido, circulação da moeda social, comparação entre microcrédito solidário e o microcrédito convencional, contribuições da atuação do banco para o desenvolvimento local.

Os dados foram obtidos a partir de entrevista, com roteiro semiestruturado, direcionada aos membros dos bancos comunitários escolhidos como objeto de análise. As entrevistadas são todas mulheres moradoras da comunidade ou do município sede do banco e agentes de crédito, tendo participado também de sua constituição. Suas atribuições como agente de crédito envolvem atividades com o público-alvo, como atendimento no próprio banco, visitas às casas dos requerentes no processo de análise de liberação de crédito, ações de sensibilização da comunidade para o uso da moeda, eventos da comunidade, participação no processo de organização comunitária, entre outras atividades.

Ao total, foram entrevistadas 5 pessoas, sendo: uma entrevistada no Banco Ilhamar, duas no Banco Solidário Quilombola do Iguape e duas entrevistadas no Banco Ecoluzia. Nos tópicos análise e resultado, as respostas das entrevistadas estão identificadas com as iniciais de pessoa participante (PP), sendo que PP1, PP2, PP3 referem-se, respectivamente, às informações coletadas no Banco Ilhamar (B1), Banco Solidário Quilombola do Iguape (B2) e Banco Ecoluzia (B3). Foi utilizado um aplicativo de celular como gravador para registrar as perguntas e respostas, com consentimento das entrevistadas. Utilizou-se do programa MAXQDA para a transcrição dos áudios coletados e para posterior análise.

Para o tratamento e análise das respostas obtidas nas entrevistas, elegeu-se a técnica de Análise de Conteúdo para compreender a percepção dos membros de bancos comunitário, em grande medida, acerca da contribuição do microcrédito solidário e o microcrédito dito convencional para o desenvolvimento territorial. De acordo com Bardin (2011, p. 48), designa-se sob o termo de análise de conteúdo:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2011, p. 48).

As etapas seguidas no método análise de conteúdo, segundo Freitas e Janissek (2000); Laville e Dione (1999), foram, nesta ordem: i) definição do universo; ii) categorização do universo estudado; iii) escolha das unidades de análise e iv) quantificação.

Como já foi apresentada a definição do universo estudado, a categorização deste foram definidas em: 1) Atuação do banco (estrutura de gestão, legitimidade e relações de proximidade); 2) funcionamento das linhas de crédito e da circulação da moeda social; 3) microcrédito tradicional x microcrédito solidário; 4) contribuição dos dois tipos de microcrédito para o desenvolvimento local.

4. ANÁLISE

4.1 ATUAÇÃO DOS BANCOS COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO

O Banco Ilhamar (B1) foi inaugurado em 2008 e localiza-se na comunidade Matarandiba, pertencente ao município de Vera Cruz – BA. Com cerca de 800 moradores, o Banco surgiu da percepção destes quanto à circulação do dinheiro na comunidade. Na fala de PP1,

(...) toda riqueza da comunidade, todo o dinheiro ganho na comunidade, ia pra outra comunidade, uma comunidade vizinha, que é Mar Grande (PP1, 2019).

Como solução a este impasse, o banco comunitário foi criado com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento da economia local por meio da criação de uma moeda social própria (moeda concha), com uso restrito ao território. Desta forma, os recursos disponíveis na comunidade seriam gastos apenas em Matarandiba, não podendo ser utilizado em outra comunidade, possibilitando assim, uma maior circulação de recursos no local contribuindo para dinamizar o comércio local.

O Banco Ilhamar é fruto do Projeto Economia Sustentável e Solidária de Matarandiba (Ecosmar), que teve como objetivo a criação de um rede local de economia solidaria, com o desenvolvimento de uma serie de iniciativas. O projeto foi com o apoio da Incubadora Tecnológica em Economia Solidária (ITES/UFBA), que além de apoiar a criar o banco comunitário, ofertou diversas oficinas e workshops em economia solidária. É importante ressaltar que todo este processo aconteceu com participação direta da comunidade Matarandiba.

Já o B2, o Banco Solidário Quilombola do Iguape (BSQI) inaugurado em novembro de 2013, está localizado na comunidade de Santiago do Iguape, pertencente ao município de Cachoeira-BA. Surgiu com o objetivo de oportunizar acesso ao crédito aos moradores cuja condição socioeconômica limitava o acesso às fontes de crédito dos grandes bancos. É o que explica PP2:

(...) o mais importante foi a abertura de portas. Porque as pessoas não tinham onde tomar empréstimo, às vezes os juros eram altos, a burocracia era grande. Então o banco veio pra somar, pra economia local, pra eles, eles agradecem muito, eles não querem que feche aqui (PP2, 2019).

De acordo com PP2, o BSQI atende não apenas os moradores da comunidade Santiago do Iguape, mas outros territórios quilombolas do entorno como Kalole, Kalembá, do Kaonge, Kaimbongo, Engenho Novo, e outros. E está presente em diversas atividades da região: em eventos culturais, como a tradicional festa da ostra, em roteiros turísticos, em feiras comunitárias, e já estiveram presentes em uma faculdade da região.

Tal prática também foi percebida no Banco Ilhamar, pois, apesar de sua atuação estar circunscrita somente ao território de Matarandiba, o banco, principalmente por meio da moeda social Concha, está presente em diversos empreendimentos locais:

(...) padaria, mercadinho, ViverTur - grupo de turismo de base comunitária e a rádio também, porque a rádio nos ajuda em comunicação, as vinhetas foram feitas pra conscientização, mobilização (PP1, 2019).

Por fim, o Banco Ecoluzia (B3), primeiro banco comunitário criado na Bahia, está localizado na comunidade Santa Luzia, município de Simões Filho. O banco foi criado no ano de 2006 em decorrência de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) a ser cumprido pela Petrobrás. Este termo foi requerido como medida de redução dos danos ambientais causados na comunidade, cujo compromisso foi a construção de casas habitacionais e a oferta de cursos de economia solidária, associativismo, entre outros. Criou-se, daí, o Projeto Ecoluzia, origem do Banco Ecoluzia, como explicam as entrevistadas PP3:

(...) Como a Petrobrás ficou de construir as unidades habitacionais, eles iam construir as casas, mas as pessoas não tinham como fazer uma reforma, uma pintura. Daí surgiu o 'a mais' (*incompreensível*) que a Petrobrás ia fazer com a comunidade juntamente com o projeto Ecoluzia e aí começaram os cursos de economia solidária e associativismo, vários cursos. Desses cursos a gente fez um mapeamento e viu a necessidade de criar um banco comunitário. A comunidade toda abraçou e aí, em novembro de 2006, foi criado o Banco Comunitário Ecoluzia em Santa Luzia (PP3, 2019).

O Banco Ecoluzia foi criado com o objetivo de fomentar as atividades produtivas dos moradores locais por meio da oferta de crédito para aquisição de insumos de produção.

(...) O objetivo do banco na comunidade era dar oportunidade para as pessoas que moravam na comunidade, pescava e não tinha como sair pra vender sua pesca, alguém que sabia fazer alguma coisa não tinha o recurso pra comprar os materiais e aí o banco comunitário chega pra suprir essa necessidade (PP3, 2019).

Como relatado, cada um dos três bancos estão articulados em uma rede local e, por isso, presentes em diversas atividades e empreendimentos do território. Esta forma de atuação dos bancos comunitários está explicitada por Melo Neto; Magalhães (2006):

(...) O foco de um BCD é o próprio território enquanto espaço social onde ele se insere e não os tomadores de crédito em si. O BCD é um sistema que integra em rede o crédito, a produção e o consumo, objetivando o desenvolvimento territorial para alcançar o desenvolvimento do indivíduo/grupo tomador de crédito. (...) A saída é coletiva e em rede. O bairro/território precisa organizar uma rede de prossumidores (produtores + consumidores) que deva interagir de maneira que um dependa do sucesso do outro (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006, p. 34-35).

Quanto à estrutura de gestão, os três bancos analisados também possuem semelhanças. A estrutura básica de um banco é formada por: Agente de Crédito, Comitê Avaliativo de Crédito (C.A.C) e um Conselho Gestor. Os agentes de crédito são responsáveis por receber a solicitação de empréstimo e levar ao CAC, que analisa os pedidos de empréstimos e decide o valor a ser liberado. Quanto ao Conselho Gestor, este é responsável pelas decisões estratégicas do banco, além de gerenciar o banco em situações menos corriqueiras, como explica PP1

(...) numa "situação de aprovação em que o CAC e os agentes não conseguiram deliberar aquela solicitação, então a gente chama o Conselho (PP1, 2019).

Importante destacar que tal estrutura não obedece a qualquer hierarquia, representando, tão somente, atribuições definidas para o bom funcionamento dos BCDs. Rigo; França Filho; Leal (2015) explicam mais detalhadamente o papel do CAC no processo de análise de solicitação de crédito.

(...) De modo geral, os principais critérios adotados pelos CACs no julgamento de uma demanda de crédito são: primeiro, a necessidade do solicitante; segundo, sua conduta na comunidade; e terceiro, sua capacidade de pagamento. Outros critérios, como a situação dos recursos do BCD e o histórico de pagamento do solicitante no BCD, também fazem parte do processo de tomada de decisão. Neste processo, não são considerados, tipicamente, a situação do solicitante em outros bancos ou nos sistemas comuns de proteção ao crédito (SPC ou Serasa, por exemplo). (RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015, p. 88).

Vale destacar que estas instâncias sempre são formadas por moradores da própria comunidade, como lideranças locais, membros de associações e de núcleos produtivos como relataram PP2.

A composição das instâncias de gestão dos bancos comunitários está ancorada nos preceitos de autogestão e de relações de proximidade, tão caros às práticas de economia solidária. O princípio da autogestão como gestão coletiva de bens comuns está explicitado na fala de PP3:

(...) O banco comunitário não tem um dono, é só a comunidade mesmo que usa o banco. (...) É um empreendimento criado na comunidade onde tem gestores, não donos (PP3, 2019).

Os bancos comunitários de desenvolvimento são um exemplo de tecnologia social que une as esferas econômicas e sociais, notadamente a ação política. Uma verdadeira “conciliação entre o econômico e o social”, como roga França Filho; Eynaud (2020), cuja práxis pode ser percebida na fala de PP2:

(...) o banco só veio pra somar, o banco não é um pedaço, é mais um empreendimento, mais uma luta, mais uma conquista das comunidades quilombolas (PP2, 2019).

Para o alcance de seu propósito - o fomento de outra lógica de desenvolvimento -, o caráter local permeia toda e qualquer ação dos BCDs. A começar pela sua origem e gestão coletiva dos recursos. Para serem criados, é necessária a manifestação de interesse dos membros da comunidade, que se tornam seus gestores e proprietários (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2009). Com isso, os próprios moradores decidem quais serviços financeiros serão ofertados, a exemplo de linhas de crédito e de criação de moedas sociais.

4.2. FUNCIONAMENTO DAS LINHAS DE CRÉDITO E DA CIRCULAÇÃO DA MOEDA SOCIAL

A moeda que circula em Matarandiba é a moeda Concha (Figura 1), aceita em quase toda a comunidade e gerida pelo B1. O BSQI, em Santiago do Iguape, faz circular a moeda social Sururu (Figura 2), cujo nome faz alusão a um molusco muito extraído na comunidade e fonte de renda de grande parte da população. A contrário da moeda Concha, a aceitação d moeda sururu foi relatada com uma certa resistência por parte dos comerciantes locais, como narra PP2:

(...) Tem, é uma resistência. (...). Eles falam: ‘depois eu vejo isso aí’, ‘isso não vai pra frente nada’. Mas a gente vai conversando, (...). Eu acho que a gente tem que respeitar também, a gente não pode impor, a gente tem que respeitar. A moeda sururu é respeitada, só que a gente não pode agradar todo mundo (PP2, 2019).

A moeda social que circula na comunidade de Santa Luzia é chamada de Trilha (Figura 3) e tem forte legitimação local. PP3 relatam que, como a comunidade é pequena, com cerca de cem famílias e com poucos comerciantes, todos utilizam a moeda.

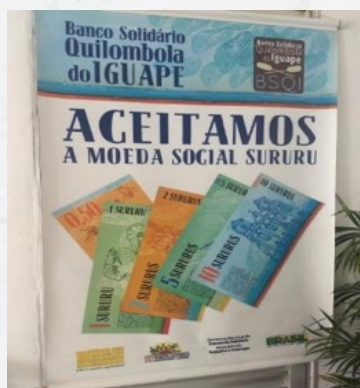


Figura 1: Moeda Concha – Banco Ilhamar

Fonte: acervo dos autores



Figura 2: Moeda Sururu – Banco BSQI

Fonte: acervo dos autores



Figura 3: Moeda Trilha - Banco Ecoluzia

Fonte: acervo dos autores

As moedas sociais são circulantes locais criados pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) com uso restrito a um determinado território de atuação. O intuito do uso de um circulante local é incentivar tanto a manutenção da circulação do dinheiro, quanto o consumo, no local (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017). E, com isso, ampliar o poder de comercialização local, gerando trabalho e renda. O uso e a importância da moeda social são explicados por (NESOL-USP; INSTITUTO PALMAS, 2013):

(...) Além da moeda social estimular o consumo na própria comunidade e contribuir para manter os recursos gerados circulando internamente, ela simboliza o processo de construção da identidade comunitária em torno de uma proposta de desenvolvimento endógeno. Há também um caráter educativo, pois seu uso permite repensar o papel do dinheiro e da moeda e, por ser aceita apenas no comércio local, ela perde o sentido de acumulação e retoma o seu sentido de facilitadora de trocas de produtos e serviços (NESOL-USP; INSTITUTO PALMAS, 2013, p. 110).

No mesmo sentido, as entrevistadas relatam que o uso da moeda é um importante instrumento de dinamização da economia e aumento do emprego e da renda. Como exemplo, PP1 relata que, em Matarandiba, na época da criação do B1, tinha cerca de 25 comerciantes e que

(...) hoje nós temos 45 comércios que aceitam a moeda. Então você vê que cresceu o comércio dentro da comunidade e acredito que por conta da moeda (PP1, 2019).

Dessa forma, é possível aumentar as oportunidades de emprego e renda, na medida em que, com o consumo concentrado na comunidade, aumentam as vendas do comércio, o que demanda mais pessoas para ocupar postos de trabalho, como explicou PP1. PP3 concorda:

(...) Eu acho que, primeiro, se a pessoa pegar o crédito na comunidade, principalmente, se for em moeda (social), vai ficar na comunidade mesmo e fortalecer a comunidade. Vai fortalecer os empreendimentos que tem na comunidade. E quem pega pra produção também é pra dentro da comunidade também, porque trabalha na comunidade e o que precisa também compra na comunidade (PP3, 2019)

Do mesmo modo, as entrevistadas do B2 relataram que a importância do uso da moeda social está na contribuição ao dinamismo da economia local:

(...) o movimento local, porque o comércio pra mim é um movimento local. O comércio vai vender mais, as pessoas vão acreditar. É a questão do respeito mesmo com a moeda” (PP2, 2019).

As moedas sociais são utilizadas nas linhas de crédito ofertadas pelos três bancos, sendo que o B1 oferta as linhas de crédito para produção, consumo, reforma e Credjovem; B2, somente as linhas pra produção e consumo e o B3 oferece crédito com a finalidade de consumo, produção e reforma. O crédito para consumo é destinado a gastos emergenciais (alimentação, vale-gás, remédios, pagamento de água, luz) e o crédito para produção é para compra de insumos para produção ou, no caso do B2, também é utilizado em reformas.

A maior liberação de crédito no B2 é para a produção, cujo valor vai até trezentos reais (ou em moeda social). Já no Banco Ilhamar (B1) os valores de empréstimos variam de acordo com a linha de crédito: até R\$350 para consumo; para reforma e produção até R\$800 e o Credjovem até R\$300. Esta é destinada, especificamente, aos jovens com menos de 18 anos que queiram iniciar alguma atividade produtiva.

O Banco Ecoluzia também tem valor máximo de empréstimo para cada finalidade: até R\$ 150 pra consumo, todo em moeda social; até R\$ 200 pra reforma e até R\$ 250 pra produção, sendo que 20% destes é emprestado em moeda social. No B2, parte do valor tomado também pode se dividir entre moeda social e moeda oficial.

(...) Por exemplo, a gente tem uma cliente que só toma em moeda social. Ela tá construindo a casa dela, ela pegou 300 sururus no mês de abril e comprou tudo em cimento. Ela veio renovar e pegou 200 sururus e 100 reais. Com esses 200 sururus ela ia comprar uma pia pra casa dela. Ela tá usando o crédito pra produção, que é a casa dela (PP2, 2019).

Quando os empréstimos concedidos são em moeda social, não incorrem juros e somente são liberados créditos em real quando não há o produto ou serviço na comunidade e é preciso adquiri-lo fora do território. Normalmente, os empréstimos com finalidade de consumo são dados em moeda local, exatamente para fomentar o uso e a circulação da moeda restritos na comunidade e, com isso, ampliando o poder de comercialização local, gerando trabalho e renda.

No B1 os juros só são imputados nas linhas de produção, reforma e credjovem. Nos dois primeiros incidem juros de 3% e neste último, 1,5%. Os juros praticados pelo B3 é de 2,5% para linha de crédito para reforma e de 3% pra produção. Já no B2, não é cobrado juros diretamente, os empréstimos tem um acréscimo de uma taxa e a cobrança dessa taxa gerou um fato emblemático: os tomadores de crédito pagavam uma taxa de R\$ 6 (seis) reais até perceberem que, se aumentassem essa taxa, teria mais dinheiro disponível para mais empréstimos. Como narra PP2:

(...) eles mesmos aumentaram. Saíram falando uns com os outros e colocaram taxa pra 10 reais. Todo mundo paga. A cada 100, paga 110 por mês. Eles mesmo que aumentaram, porque eram R\$106 (mensais) (PP2, 2019).

Para ter acesso às linhas de crédito dos bancos comunitários, um dos principais critérios é ser residente da comunidade a que o banco pertence, como exemplifica a Figura 4. Para a decisão da concessão dos empréstimos, os bancos comunitários se utilizam de ferramentas de controle social em detrimento de consulta a outros bancos ou sistemas comuns de proteção ao crédito (a exemplo de SPC ou Serasa). Rigo; França Filho; Leal (2015) dizem que os principais critérios adotados pelos C.A.Cs são:

i) necessidade do solicitante; ii) conduta na comunidade; e iii) capacidade de pagamento.

Figura 4: Critérios de acesso ao crédito - Banco Ilhamar

Fonte: acervo dos autores

“Essas informações são colhidas nas conversas com o vizinho e com os comerciantes locais, na visita à casa do morador solicitante e na própria participação do morador nas atividades do Banco Palmas e da comunidade” (NESOL-USP; INSTITUTO PALMAS, 2013, p. 111). Além disso, critérios como a situação dos recursos do BCD e o histórico dos pagamentos do solicitante no BCD, também fazem parte do processo de tomada de decisão (RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015, p. 88). É o que explicam PP1, PP2 e PP3:

(...) o cliente chega no banco e se for inclusão, se for a primeira vez que ele ou ela chega no banco, a gente faz uma lista de cadastro, faz a análise de crédito. Mas se ela já for cliente, a gente não faz mais a ficha porque a ficha é uma só, mas faz análise. Sempre que vai tomar o empréstimo tem que fazer a análise, porque as coisas do dia mudam né, aumentam... às vezes a pessoa tava em um trabalho em uma vez que foi tomar (o crédito), mas em outra vez não está mais naquele trabalho, agora só faz um bico... então tem que fazer essa análise de quanto ela recebe e quanto ela gasta (PP1, 2019).

(...) a gente faz o relatório nas ruas pra ver se essa pessoa realmente pode receber o crédito. Daí, se for um bom relatório, ou seja, se a pessoa não for "quebrona", aí o comitê avaliativo vai lá e aprova. A pessoa vem cá saber da resposta. Alguns que são renovação, o próprio CAC - Conselho Quilombola da Bacia Vale do Iguape - nos deu a permissão de a gente liberar pra essas pessoas que são pra renovação (PP2, 2019).

(...) Analisa primeiro, o comitê analisa tudo direitinho. Se a pessoa já tomou, se atrasou, se pagou certinho. Daí a gente vai ver a possibilidade. Se é uma pessoa que a gente tem informação, de algum vizinho, se a pessoa paga certinho, tudo direitinho. A partir daí a gente monta um comitê (PP3, 2019).

Se o crédito tomado for pra consumo, o B1 utiliza as informações coletadas junto ao requerente, sem que seja feita análise mais detalhada. Já para o crédito produtivo e de reforma, a análise da solicitação e o acompanhamento do uso do recurso são mais cuidadosos.

(...) Além do que eles falam, a gente faz análise dependendo, por exemplo, se for pra consumo a gente não necessita fazer análise de ir na casa, mas se for reforma a gente vai na casa pra saber o tipo de reforma e depois, se for aprovado, saber se realmente ela usou pra aquela finalidade; se for produção, a gente faz com ela um estudo de viabilidade pra saber se o que ela vai produzir é viável ou não na comunidade. Se a gente perceber dentro do estudo que é viável e for liberado, depois a gente acompanha como está indo a produção dela (PP1, 2019).

Quanto ao prazo de pagamento, os três bancos praticam o parcelamento do montante, além de ter um prazo de carência – usualmente, trinta dias para iniciar o pagamento, com taxa de inadimplência baixa ou zero. Isto porque a proximidade aumenta a confiança no sistema e diminui a ocorrência da inadimplência, o que eleva a possibilidade de ofertar mais serviços financeiros (MENEZES; CROCO, 2009, p. 387). Além disso, como explica PP3, a inadimplência é baixa

(...) porque o valor é pequeno, a comunidade é pequena e as pessoas aos poucos já se conscientizaram que é importante que peguem o crédito e paguem. A taxa é pequena e o valor que a gente libera não é alto, aí tem condições para eles pagarem (PP3, 2019). Braga (2011) destaca a importância deste mecanismo de controle social na oferta de crédito pelas organizações de microfinanças:

Na ausência de garantias formais, os mecanismos de reciprocidade, controle social e estímulos econômicos, além de normas específicas para o pagamento dos empréstimos, são instrumentos eficazes para a redução da assimetria de informações, controle da inadimplência e diminuição dos custos operacionais da transação financeira que envolva a população de baixa renda do setor informal (BRAGA, 2011, p. 63).

O fundo financeiro dos bancos é formado por recursos da própria comunidade, de organizações parceiras (públicas e/ou privadas) e a partir das taxas cobradas em serviços financeiros. Neste sentido, os BCDs têm fontes híbridas de recursos, recorrendo simultaneamente:

- À uma lógica de economia mercantil, quando os recursos se originam de pagamento de serviços;
- À uma lógica de economia não-mercantil, quando os recursos se originam de fontes públicas (governamentais ou não governamentais), e mesmo privadas, por meio de transferência direta característica de uma forma de subsidiariedade econômica;
- À uma lógica de economia não monetária, quando os recursos não são financeiros e baseiam-se em diferentes mecanismos de solidariedade como cooperação, ajuda mútua e distintas formas de doação ou troca dádiva, fundamentado em valores como confiança e lealdade (FRANÇA FILHO, 2013, p. 93).

É o que Laville (2016) chama de economia plural. Este autor apregoa que a economia solidária – campo teórico onde se encontram os bancos comunitários – articula duas dimensões: econômica e política. Assim sendo, “sua ancoragem no espaço público modifica seu modelo econômico, pois elas procedem a uma hibridização de recursos (comerciais, redistributivos, recíprocos) visando à realização de um projeto coletivo” (LAVILLE, 2016, p. 375).

Tendo as características apresentadas neste tópico como base, parte-se para a análise comparativa entre o microcrédito solidário e o microcrédito tradicional.

4.3. MICROCRÉDITO TRADICIONAL X MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO

A principal diferença entre o microcrédito convencional e o microcrédito solidário é a forma de atuação no território. Enquanto as operações do microcrédito convencional são iguais em qualquer outro território, tendo funcionamento padronizado e em escala, as finanças solidárias atuam de forma contextualizada com a comunidade local, atentas às necessidades, aos hábitos, aos objetivos coletivos de seus habitantes. No primeiro, o programa é modelado para o território; no segundo, o programa é pensado pelo território e para ele.

Quando perguntadas se existe outro tipo de crédito ofertado no território, além do solidário, as respondentes responderam afirmativamente, com exceção de PP3. Tais empréstimos são oferecidos por bancos privados e/ou públicos, com destaque para a presença do Banco do Nordeste, por meio do programa Crediamigo, como salientam PP1 e PP2:

(...) dentro da comunidade, sim. Não exatamente implantado na comunidade, mas que vem de fora. Por exemplo, aqui as pessoas tomam muito empréstimo no Banco do Nordeste (PP1, 2019).

(...) Não, igual a gente não. Tem gente que é cliente do Bradesco, do (Banco) Brasil que a gente não pode fazer nada. Tem o Banco do Nordeste, nessas comunidades todas você acha (PP2, 2019).

Para as entrevistadas, as diferenças existentes entre o microcrédito solidário e o microcrédito tradicional são coincidentes. A principal diferença está no que elas chamam de “burocracia” para acessar o crédito, como exemplificam as falas de PP2 e PP3:

(...) A diferença são as burocracias que existem nos outros bancos tradicionais que aqui não tem (PP2, 2019).

(...) A burocracia que tem pra consultar o SPC, os juros são muito altos e aqui o SPC e Serasa é a comunidade mesmo (PP3, 2019).

Daí decorre o que França Filho (2013) denomina de “relações sócio-afastadoras no plano espacial”

– mantidas pelo microcrédito convencional – e de relacionamentos “sócio-aproximadores” intrínsecos ao funcionamento do microcrédito solidário.

Como exemplo de relação sócio-aproximadora, o banco comunitário faz um acompanhamento cuidadoso da vida financeira deste, chegando mesmo a auxiliá-lo por meio de uma espécie de consultoria financeira familiar, tanto quanto ao montante tomado, quanto à sua utilização. Observou-se essa prática nos seguintes relatos como elemento que diferencia os dois tipos de microcrédito analisados:

(...) a gente avaliou que dentro do crédito do banco a gente tem uma preocupação com o cliente e eles não, por mais que eles têm e que eles acompanham, eles não acompanham. E eu falo porque, como já falei, a comunidade é pequena e a gente sabe quem pega e pra que eles usam. O Banco do Nordeste libera o valor mais pra produção, então eles (tomadores) falam que é pra produzir, mas eles fazem outras coisas, mas eles conseguem quitar o valor e muitas vezes pegam empréstimo no banco comunitário pra quitar esse valor que pegaram no Banco do Nordeste (PP1, 2019).

(...) E a gente ainda faz outra coisa, que é muito interessante, que é falar pra pessoa que ela ganha X e ela ultrapassa o valor e acaba se endividando. E aí, quando a gente faz a ficha de análise de crédito, a gente pede todos os dados (quanto ela ganha, quanto o marido ganha) e faz o total todo do valor e aí fala pra ela: 'senhora, a senhora gastou isso durante o mês, mas a senhora ganha isso'. Às vezes a pessoa nem sente que gasta tanto quanto tem e aí a gente vai conversando. A pessoa 'poxa, foi bom porque eu nem sabia que gastava esse valor todo...'. Já traz aquela certa consciência pra pessoa que não tem (PP2, 2019).

Para Junqueira; Abramovay (2005, p. 22), "as organizações de microfinanças não têm nem tempo nem recursos suficientes para supervisionar a utilização dos empréstimos". Isto, porque, dada sua atuação ampliada em todo o território nacional, dispõem de mecanismos escaláveis, padronizados, impessoais e rígidos, sem qualquer identificação à dinâmica específica do local, sem estabelecer relações de proximidade.

Um outro exemplo, do tipo de relação com o território, que diferencia as práticas das instituições convencionais das práticas dos bancos comunitários, está relacionada aos efeitos ou mecanismos utilizados diante de uma possível inadimplência ou atraso no pagamento por parte do beneficiário. O tomador de crédito dos bancos convencionais, pode ter seu nome negativado junto aos órgãos de proteção ao crédito – como SPC e Serasa -, além de pagar juros e multas por atraso, o que podemos caracterizar como uma relação sócio-afastadora. No caso do tomador de crédito de um banco comunitário o atraso no pagamento não é motivo de punições, pelo contrário, as agentes de crédito averiguam qual o motivo do atraso e apresenta para CAC que avalia a situação. Em casos que é identificado que o problema não está relacionado a uma falta de vontade do tomador em honrar com o empréstimo, como nos casos de problemas de saúde, por exemplo, o banco pode até liberar um novo empréstimo para ajudar na recuperação do usuário do banco, o que caracteriza uma relação sócio- aproximadora. A PP1 relata que muitos tomadores de crédito solidário o utilizam para quitar o crédito convencional por receio de tais medidas. Em lugar disso,

(...) No banco comunitário a gente usa mais a questão da confiança. Você vai fazer uma cobrança confiando, conversa com o cliente na confiança, você pode pagar com produto, não só em real mas com produto. E no Banco do Nordeste não, se você não pagar o seu nome fica sujo e por conta de ser um grupo, se eu não pago o nome de todo mundo fica sujo. (...) Então não há uma boa relação, é mais uma questão de medo de sujar o nome de outras pessoas, mas não é uma questão de confiança (PP1, 2019).

Tais relatos ilustram a prática do controle social, que prescindem de instituições exógenas para o controle e redução de inadimplência do banco, valendo-se, portanto, de relações de proximidade e confiança presentes no território.

Pelo outro lado, como exemplo de relações sócio-afastadoras, tem-se a inscrição do nome do tomador de crédito em órgão de proteção a exemplo de SPC e Serasa, a incidência de juros nas transações de crédito convencional, como retratam as falas acima.

Quanto perguntadas o motivo pelo qual os beneficiários do banco comunitário também tomam o microcrédito convencional, as entrevistadas responderam que o valor do montante emprestado era o critério decisivo na contratação do crédito tradicional. PP1 e PP2 afirmaram que, caso o valor oferecido do crédito solidário fosse maior, os moradores iriam preferir tomar emprestado do banco comunitário, principalmente por conta da não incidência de juros por atraso, da não negativação do nome em caso de inadimplência e, sobretudo, por conta da confiança existente nas relações comunitárias das quais o banco comunitário faz parte. E, ainda, no B1 é possível fazer o pagamento do empréstimo também por meio de produto, além de moeda.

A capacidade de empréstimo dos bancos comunitários está diretamente ligada ao desafio que estas organizações enfrentam para constituir do seu fundo de crédito. A pesquisa de Rigo; França Filho; Leal (2015) demonstra que, apesar de terem fontes de recursos híbridas, estas ainda são insuficientes para formar o fundo de crédito dos bancos comunitários da Região Nordeste do Brasil. Como consequência, há expressiva limitação tanto no montante emprestado quanto no número de beneficiários. É comum bancos comunitários que iniciam suas operações com um fundo de crédito como pouco mais de mil reais, como foi o caso do BCD Quilombola do Iguape.

Para sanar tais desafios, torna-se importante a assunção de políticas públicas no âmbito das finanças solidárias para que mais pessoas tenham oportunidade de acesso ao crédito e mais territórios possam ser desenvolvidos. Isto porque, quanto mais recursos os bancos comunitários dispuserem, mais pessoas e empreendimentos serão beneficiados. É o que demonstra a pesquisa realizada por Soares; Almeida (2019), na qual é encontrada forte correlação entre a disponibilidade financeira de bancos comunitários e a quantidade de operações financeiras realizadas. Com isso, a própria comunidade, num esforço coletivo, estará contribuindo para o desenvolvimento local.

4.4. CONTRIBUIÇÃO DOS DOIS TIPOS DE MICROCRÉDITO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.

Entende-se por desenvolvimento local o processo de melhoria do bem-estar coletivo e resolução de problemas locais empreendido pelos próprios moradores do território. Só há desenvolvimento local quando há protagonismo da comunidade. Cattani et al (2009) define desenvolvimento local como:

O processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas (CATTANI et al, 2009, p. 108).

Para Cattani et al (2009), o desenvolvimento local é tributário de iniciativas e ações da sociedade civil em resposta aos problemas que enfrentam. Tais problemas decorrem “tanto pela regulação do mercado via efeitos de uma globalização sem regras, quanto dos limites das tentativas do estado- providência em corrigi-las” (FRANÇA FILHO, 2019, p. 23). Diante disso, Dowbor (2010, p.103) propõe, então, trocar a pergunta “o que o governo pode fazer por nós” por “como o governo pode apoiar o que estamos empreendendo?”.

Em Buarque (1999), tem-se o desenvolvimento local como um processo endógeno de pequenas unidades territoriais e de agrupamentos humanos, capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população (grifos do autor). Além disso, representa uma “singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas” (grifos do autor) (BUARQUE, 1999, p. 9).

Os bancos comunitários de desenvolvimento (BCD's) analisados nesta pesquisa têm em sua atuação os signos do desenvolvimento local desde a origem, até à gestão cotidiana, uma vez que carregam em sua essência a gestão coletiva em rede e a autogestão. O BCD é apenas mais um empreendimento comunitário dentro de uma rede de promoção do desenvolvimento local. Além disso, criam tecnologias sociais inovadoras, como moedas sociais, linhas de crédito adaptadas às necessidades financeiras da comunidade, controle de inadimplência com base em relações de proximidade e confiança, juros zero ou baixíssimos, ausência de garantias, controle social, entre outras. PP2 fala sobre a importância do banco para a comunidade:

(...) Confiança, responsabilidade e o mais importante foi a abertura de portas. Porque as pessoas não tinham onde tomar empréstimo, às vezes os juros eram altos, a burocracia era grande. Então o banco veio pra somar, pra economia local, pra eles, eles agradecem muito, eles não querem que feche aqui. É tanto que a gente já criou um vínculo aqui. As pessoas se sentem mais incluídas financeiramente (PP2, 2019).

Cria-se, então, um círculo virtuoso entre as pessoas e os demais empreendimentos da comunidade, fomentando a economia local e contribuindo para gerar emprego e renda. “A suposta articulação dos atores ou instituições permite aumentar substancialmente os esforços e, conseqüentemente, ampliar as possibilidades do alcance efetivo do desenvolvimento local” (CORDEIRO NETO; RIGO; CANÇADO, 2012, p. 440). Essas iniciativas refletem a responsabilidade com o território ou comunidade, a busca coletiva por soluções aos problemas comuns, a articulação dos indivíduos de forma ativa, cooperada, democrática.

Esta tal ação coletiva contribui também para ganhos individuais e subjetivos. Quando perguntado para PP3 sobre a importância do banco comunitário na comunidade, ela respondeu:

(...) Eu acho que, pra algumas pessoas, o banco consegue até levantar a autoestima porque tem pessoas que tem dias que realmente não tem aquele recurso pra fazer aquele tipo de atividade e o banco traz esse... nem sei como explicar. Além de levantar a autoestima, faz as pessoas se aproximarem uma das outras, dá oportunidade para as pessoas (PP3, 2019).

No mesmo sentido, PP1, PP2 e PP3 responderam sobre a importância do B1, B2 e B3, respectivamente, para suas vidas :

(...) Muita, não só no banco, mas na associação, no projeto em si. Autoestima, autoconfiança... eu era uma pessoa que não era muito de diálogo, não conversava, era cabisbaixa, então hoje eu tenho uma autoestima mais confiante. Hoje eu digo: hoje eu sou uma mulher empoderada! (PP1, 2019).

(...) Pra mim significa muito, particularmente. E é um trabalho que a gente aprende também, porque na medida que você vai lidando com as pessoas você aprende mais, você não compartilha só do que você sabe, você acaba trazendo também o aprendizado daquele que vem também aqui. (...) Eu acredito que eu me redescobri quando eu vim trabalhar aqui. Eu tive uma jornada muito passiva. Eu tenho uma história grande com esse banco... (...) Segundo, conseguir mais família. Pra mim, as pessoas fazem parte da minha família. (...) eu já conhecia todo mundo aqui, mas não tinha essa ligação, o banco fez com que eu tivesse essa ligação hoje (PP2, 2019).

(...) Eu me aproximei mais das pessoas, porque eu fico mais na minha. Mas através do banco o relacionamento das pessoas comigo mudou bastante. Pra mim também eu mudei muito. Eu sou uma pessoa tímida, mas pra conversar com as pessoas eu me acho uma pessoa mais aberta. Através do banco porque vou até as pessoas, vou na casa das pessoas, converso com as pessoas. Então, eu acho que eu comecei a interagir mais com as pessoas, com a comunidade, trabalhos em grupo. Eu acho que eu mudei bastante pra melhor, eu melhorei muito pra ir, pra chegar nas pessoas, nas reuniões com a comunidade, eu comecei a participar até mais, porque eu não gosto de reunião (PP3, 2019).

Nota-se, então, a valorização de uma dimensão qualitativa que França Filho (2013) denomina de “mais-valia social”. Esta se fundamenta nos benefícios diretos e indiretos advindos da atuação de um BCD. Como efeito positivo direto, tem-se a geração de trabalho e circulação da renda no próprio território; e indireto, a formação

e qualificação das pessoas, o fortalecimento do tecido social local, através de novos padrões de sociabilidade calcados na disseminação de valores como confiança, lealdade e solidariedade (FRANÇA FILHO, 2013). A mais-valia está concretizada no relato de PP2:

Por exemplo, aqui a gente faz a ficha de cadastro e a análise de crédito e elabora um relatório dessa pessoa. Só que aí, quando eles veem que o crédito dele não foi aprovado a gente procura falar de uma forma satisfatória que não venha a prejudicar ele. Tem pessoas que realmente andam na inadimplência em vários lugares, mas a gente não pode dizer 'o banco comunitário entrou no SPC/SERASA e viu que você não paga', a gente não pode utilizar esse tipo de diálogo. A gente usa assim "o banco comunitário analisou a sua solicitação de empréstimo só que vimos que a senhora está tendo dificuldade de pagar (...), querem te dar uma oportunidade. Tem como a senhora voltar daqui a 15 dias?. Aí a gente revê o crédito dela, aí é aprovado. Ou muitas vezes diminui o valor pra pessoa não se sentir tão excluída assim. A gente já fez aqui várias vezes: diminuimos o valor, a pessoa pagou certo e depois de algum tempo a gente liberou o valor total de 300 reais e não teve problema nenhum pra pessoa (PP2, 2019).

A mais-valia social é tanto um dos produtos advindos do banco como seu próprio alicerce, tendo origem nos movimentos sociais presentes no território, como explica PP2:

O que faz e o que fez a gente ser o que somos hoje? O movimento social, porque a gente vive do movimento social antes de existir o banco. Eu quando saio representando o banco comunitário eu não levo só o banco. Eu levo o conselho quilombola, que é o pai da criança, que é a instituição que abrange as 16 comunidades quilombolas e orienta os núcleos produtivos, inclusive, um dos é o banco comunitário (PP2, 2019).

Tomando como referência as diferenças entre o microcrédito solidário e o microcrédito tradicional apresentados no tópico anterior e as discussões empreendidas até aqui acerca do desenvolvimento local, fica mais claro que os mecanismos de oferta de crédito pelos bancos comunitários se aproximam muito mais do desenvolvimento local do que aqueles utilizados pelo microcrédito convencional.

5. RESULTADOS

Na percepção das agentes de crédito dos bancos comunitários entrevistados, são estas organizações de finanças solidárias as que mais contribuem para o desenvolvimento local. Se, ao observar a realidade que os cercam, os membros de um município decidem coletivamente instituir um programa de financiamento de atividades produtivas locais, tem-se, então, uma solução local ante o problema de acesso ao crédito de pessoas marginalizadas do sistema financeiro tradicional. Dessa forma contribuem para a geração e circulação de renda no local. O conceito de desenvolvimento local é, assim, atendido.

Em todos os bancos comunitários analisados, é perceptível a participação social coletiva desde a sua origem até às decisões mais cotidianas. É uma organização criada pela comunidade e para ela. São os moradores que enfrentam os desafios e, coletivamente, buscam a solução. Aliás essas características constituem um dos principais fatores que diferencia os bancos comunitários de outras iniciativas.

Por meio da articulação local, os moradores criam coletivamente tecnologias sociais para fomentar a economia, a exemplo das moedas sociais, das linhas de crédito condizentes com a realidade da comunidade, mecanismos de controle social em lugar de medidas tradicionais para restringir a inadimplência, a gestão

coletiva e autogestionária do banco, a não incidência de juros ou juros baixíssimos a depender da linha de crédito, entre outros.

Relativo à atuação das instituições tradicionais de microcrédito, o termo mais comum encontrado nas respostas das entrevistas é “burocracia” no acesso ao crédito. Além da percepção de que uma alta taxa de juros e a possibilidade de tornar o nome sujo são diferenças importantes entre os tipos de microcrédito analisados. Como vantagem, os programas convencionais de microcrédito possibilitam o acesso a um volume maior de recursos, o que o torna importante para o desenvolvimento de algumas atividades nos territórios.

No entanto, se, por um lado, é possível afirmar que o dinheiro oferecido pelos BCD's fica, de fato, circunscrito ao território, impedindo a fuga de recursos financeiros para outra região – por conta da utilização de moeda social. Por outro, os recursos emprestados pelos bancos tradicionais podem ser usados tanto no município do beneficiário quanto em localidade diversa.

O volume de recursos é um dos limitadores dos bancos comunitários no que tange a uma maior contribuição na reorganização das economias dos territórios onde estão implantados. Inclusive, foi relatado que, caso estes tivessem um fundo de crédito maior, o microcrédito convencional seria preterido.

A necessidade de um volume maior de recursos para empréstimos leva à defesa de que seja dada uma maior atenção quanto à formulação de políticas públicas para empreendimentos econômicos solidários, notadamente de finanças solidárias, a exemplo dos bancos comunitários de desenvolvimento. Isto porque, com um caixa mais robusto consegue beneficiar mais pessoas em suas atividades produtivas, fazer circular mais moeda social no território e, por conseguinte, contribuir mais para o desenvolvimento local, gerando trabalho, emprego e renda.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível perceber uma contribuição direta dos bancos comunitários para o desenvolvimento local, enquanto que os bancos tradicionais podem contribuir indiretamente, já que, apesar de terem mecanismos institucionais sócio-afastadores, se configura em mais uma oportunidade de acesso ao crédito existente no território.

Há de se chamar a atenção para o fato de que os mesmos beneficiários do banco comunitário também conseguem empréstimos em programas de microcrédito convencionais. Apesar de possuírem mecanismos institucionais diferentes, oportunizam mais uma fonte de crédito no território, mesmo que contribuindo de forma indireta para o desenvolvimento local. Isto porque, não se pode afirmar que os recursos obtidos serão utilizados na própria comunidade, haja vista serem sempre um montante em moeda oficial.

A contribuição direta dos BCDs para o desenvolvimento local se materializa, primeiro, a partir da definição de sua atuação e práticas levando em conta as especificidades dos tomadores de crédito e das suas realidades socioeconômicas e, segundo, porque tais mecanismos institucionais adotados estão fundamentados em valores sociais como solidariedade, empatia, confiança, ajuda mútua, refletindo uma clara orientação e atuação contextualizadas ao local, com a precedência dos objetivos sociais diante dos objetivos financeiros. Com isso, interliga os demais empreendimentos e atividades presentes no local, originando uma rede de prossumidores, articulando produtores e consumidores num círculo virtuoso de desenvolvimento local.

Além do que, para além dos benefícios financeiros e econômicos que os bancos comunitários agregam diretamente ao território, ressalta-se os benefícios indiretos de sua atuação: a mais-valia social. Nos relatos das entrevistadas, é clara a contribuição que o trabalho no banco tem para a formação subjetiva de cada uma

delas. Principalmente quando relatam uma maior e melhor desenvoltura em suas relações sociais, novas habilidades aprendidas e até mesmo capacidades reveladas a partir das atribuições que desempenham.

Do outro lado, os programas convencionais de microcrédito têm participação indireta para a promoção do desenvolvimento local porque criam seus mecanismos a partir de critérios do próprio banco, desconsiderando características socioespaciais do território. Isto porque, para conseguirem atender todo o território nacional, necessitam adotar mecanismos padronizados e rígidos, muitas vezes destoantes da realidade local. Mas, por outro lado, conseguem oportunizar crédito à mesma parcela da população que também é beneficiário do banco comunitário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo, SP: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Relatório de Inclusão Financeira. – n. 3. Brasília: 2015. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/RIF2015.pdf> >. Acesso em: 25 set. 2018.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BRAGA, T. S. Programas públicos de microcrédito produtivo orientado: uma avaliação da eficácia do Crediamigo para a inserção da população de baixa renda do setor informal no mercado de crédito. 2011. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2011.

BUARQUE, S. C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Brasília, DF: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA. 1999. Disponível em:

<<http://iica.org.br/docs/publicacoes/publicacoesiica/sergiobuarque.pdf>>. Acesso em 22 Out. 2018.

CARVALHO, D. M. et al. Ênfase dos programas de microcrédito em sustentabilidade e viabilidade financeira: distanciamento do objetivo social de combate à pobreza? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL -

SOBER, 47, Porto Alegre. Anais eletrônicos..., Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/196.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2018.

CATTANI, A. D. et al (autor). Dicionário Internacional da Outra Economia. São Paulo, SP: Edições Almedina, 2009.

CORDEIRO NETO, J. R.; RIGO, A. S.; CANÇADO, A. C. Economia Solidária no Vale do São Francisco: a Relação entre Empreendimentos Solidários e Poder Local na Perspectiva do Desenvolvimento Endógeno. Revista APGS. Viçosa, MG, v. 4, n. 4, p. 420-447, out./dez. 2012

DOWBOR, L. Desenvolvimento Local e Apropriação dos Processos Economicos. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, SP, n. 51, p. 99-112, set./mar., 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34661>. Acesso em: 06 set. 2019.

FRANÇA FILHO, G. C. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. O&S, v. 15, n. 45, p.

219-232, ABR/JUN, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302008000200017. Acesso em: 16 nov. 2018.

Economia e Desenvolvimento. Salvador, BA: UFBA, Escola de Administração, 2019. 97 p.

FRANÇA FILHO, G. C. (org). Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD's) como expressão de finanças solidárias: por uma outra abordagem da inclusão financeira. Fortaleza: Arte Visual, 2013, 107 p.

FRANÇA FILHO, G. C.; EYNAUD, P. Solidariedade e Organizações: pensar uma outra gestão. Salvador, BA: Editora Edufba, 2020.

FERREIRA JR, R. R. et al. Desconcentração da política de inclusão financeira produtiva: uma estratégia de desenvolvimento para regiões periféricas. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 49, n. 2, p. 9-25, ABR/JUN. 2018. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/912/710>. Acesso em: 09 fev. 2020.

FREITAS, A. F. de. Organizações de Microfinanças: inovações e desafios para a inclusão financeira. Rev. Adm. UFSM, Santa Maria, v. 6, n. 1, p. 39-54, JAN./MAR. 2013. Disponível em: [periodicos.ufsm.br > reaufsm > article > download > pdf](http://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/download/pdf). Acesso em: 09 fev. 2020.

FREITAS, H. M. R. de; JANISSEK, R. Análise Léxica e Análise de Conteúdo: técnicas complementares, sequenciais e recorrentes para a exploração de dados qualitativos. Porto Alegre, RS: Editora Sagra Luzzanatto, 2000.

GURGEL, T. de A. M. O Microcrédito no Brasil: uma análise sobre o programa nacional de microcrédito produtivo orientado. 2018. Dissertação (Mestrado em Economia Internacional e Estudos Europeus) – Lisbon School of Economics e Management, Universidade de Lisboa, PT, 2018.

JUNQUEIRA, R.; ABRAMOVAY, R. A sustentabilidade das finanças solidárias. Revista de Administração da USP, 40 (1): 19-33. 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=223417390002>. Acesso em: 22 jul. 2019.

LAVILLE, C.; DIONE, J. A Construção do Saber: manual da metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre, RS: Editoria Artes Médicas Sul, 1999.

LAVILLE, Jean-Louis. Repensando o Espaço Público e a Economia: contribuição da economia solidária à teoria da democracia. O&S. Salvador, BA, v. 23, n. 78, p. 369-377. Jul.-Set., 2016.

MELO NETO SEGUNDO, J. J.; MAGALHÃES, S. Bancos Comunitários de Desenvolvimento: uma rede sob controle da comunidade. Fortaleza: Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, 2006.

Bancos Comunitários. IPEA: Mercado de Trabalho, n. 41, nov. 2009.

MENEZES, M. S.; CROCO, M. A. Sistemas de Moeda Social: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. Revista Organização e Sociedade. Campinas, SP, v. 18, n. 2 (36), p. 371 – 398, Ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v18n2/a06v18n2.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018.

MORAES, J. M. Microcrédito como Ferramenta de Combate à Pobreza e Inclusão Social: um estudo de caso do projeto Amazônia Florescer. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

NESOL-USP; INSTITUTO PALMAS. Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando. São Paulo, SP: A9 Editora, 2013.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G.C. de. Bancos Comunitários e Moedas Sociais no Brasil: reflexões a partir da noção de economia substantiva. Salvador, BA: EDUFBA, 2017. 126 p.

RIGO, A.; FRANÇA FILHO, G. C. de; LEAL, L. P. Bancos Comunitários de Desenvolvimento na Política Pública de Finanças Solidárias: apresentando a realidade do Nordeste e discutindo proposições. Desenvolvimento em Questão, n. 31, ano 13, jul./set., 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21895>. Acesso em: 10 fev. 2020.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C. de; SILVA JÚNIOR, J. T. Políticas de Microcrédito no Brasil: uma Análise a Partir do Caso dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 6, 2012, São Paulo. Anais Eletrônico..., São Paulo. Disponível em: <http://congressos.pucsp.br/index.php/VIENAPEGS/VIENAP/schedConf/schedule>. Acesso em: 24 mai. 2018.



OS DESAFIOS DA COMERCIALIZAÇÃO NA
ECONOMIA SOLIDÁRIA A PARTIR DOS DADOS
DO MAPEAMENTO NACIONAL: UMA REFLEXÃO
SOBRE A ATIVIDADE ECONÔMICA.

*THE CHALLENGES OF COMMERCIALIZATION IN
THE SOLIDARITY ECONOMY BASED ON NATIONAL
MAPPING: A REFLECTION ON ECONOMIC
ACTIVITY.*

Diogo Ferreira de Almeida Rêgo¹

1 Mestre em Gestão Social e Desenvolvimento pela UFBA e Professor EBTT do IFRN em Gestão Organizacional, Empreendedorismo, Cooperativismo e Terceiro Setor. E-mail: diogo.rego@ifrn.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3119751152824263>



RESUMO

O presente artigo tem como finalidade analisar o perfil e qualificar as dificuldades de comercialização na economia solidária. Parte-se do pressuposto de que a comercialização é um tema ainda pouco tratado no ambiente da economia solidária. Além disso a realidade apresentada no mapeamento nacional da economia solidária, que foi realizado pela Secretaria Nacional da Economia Solidária em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, revela uma situação preocupante dos empreendimentos de economia solidária em nível nacional e, conseqüentemente, de seus trabalhadores. A comercialização é apontada, pelos próprios empreendimentos, como um dos seus principais desafios. Em seguida o texto aborda o perfil geral desses empreendimentos e analisa suas dificuldades nesse campo, agrupando-os em 4 áreas: acesso a crédito, logística, articulação em rede e apoio formativo.

Palavras - chave: economia solidária, empreendimentos de economia solidária, comercialização

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the profile and qualify the commercialization difficulties in the solidarity economy. It starts from the assumption that commercialization is a topic that has not yet been studied in the environment of the solidarity economy. The reality presented in the national mapping of the solidarity economy, which was carried out by the National Secretariat for Solidarity Economy in partnership with the Brazilian Forum of Solidarity Economy, reveals a worrying situation of the solidarity economy enterprises at the national level and, consequently, of its workers. The Commercialization is identified, by the enterprises themselves, as one of their main challenges. The text then addresses the general profile of these enterprises and analyzes their difficulties in this field, grouping them into 4 areas: access to credit, logistics, networking and training support.

Key words: solidarity economy; solidarity economy enterprises; Commercialization

1. INTRODUÇÃO

Com base em diversos autores que vêm trabalhando sobre o tema, a economia solidária também é chamada de economia popular solidária, cooperativismo popular, socioeconomia solidária, entre outros. O certo é que a economia solidária, embora tenha o seu termo empregado recentemente, tem raízes mais antigas, pois ela vem a ser uma síntese de diversas experiências organizacionais de caráter econômico baseadas em novas e antigas formas de solidariedade; seja em uma perspectiva de busca de alternativa de emprego através da autogestão, seja em uma perspectiva de construção de um modelo alternativo ou diferenciado do capitalismo, ou simplesmente enquanto utopia experimental de novas formas de sociabilidade e de vivências de valores relacionados com o modo de ser cuidado. (FRANÇA 1999, SINGER 2000, VAINER 2000, ARRUDA e BOFF 2000, ARRUDA 1996, CORAGGIO 2000, RAZETTO 1997 apud MOURA e MEIRA, 2002)

Dentro das particularidades próprias da economia solidária, alguns desafios apresentam-se, especialmente nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), desafios estes muitas vezes estruturais, de modo que sua resolução está para além do mero esforço individual de uma pessoa ou de um empreendimento. Devido a isso, o que se busca ao discutir-se sobre a economia solidária e o mercado, não é meramente a inserção ou não dos empreendimentos no mercado; a proposta deve passar pela construção de outra forma de mer-

cado, ressignificando o seu papel na sociedade. Os empreendimentos devem disputar o poder econômico decorrentes dos fluxos de valor que tem por trás da construção social da oferta e da demanda. O debate do mercado, portanto, não pode estar dissociado da soberania alimentar, da garantia do trabalho associado, do acesso à terra, da reinvenção do controle social de organismos de regulamentação do mercado, dentre outras questões inerentes à construção de novas relações de produção e consumo e conseqüentemente de novo desenvolvimento social.

Muito se especula acerca de como deveria ser a interação da economia solidária com o mercado, sobretudo o mercado capitalista. Esse debate, no entanto, é superado quando se entende que a relação do empreendimento com o mercado seja fruto de sua própria ação – principalmente considerando que a economia solidária caracteriza-se pela pluralidade. A relação com o mercado capitalista passa a ser um problema, considerando o que a economia solidária propõe, apenas quando o empreendimento passa a existir para agir somente em tal mercado, não buscando construir formas de superação da desigualdade provocada pelas relações comerciais existentes.

Note-se que, esse movimento, mesmo que de modo ainda modesto, parece buscar formas de gerar trabalho e renda de forma coletiva e solidária, a fim de superar o monopólio capitalista nas relações econômicas e de mercado, entretanto sem colocar-se fora do sistema econômico capitalista (ao menos em um primeiro momento, mesmo porque o atendimento à materialidade necessária para milhares de trabalhadores da economia solidária pressupõe o atendimento a necessidades elementares do ser humano). Com isso não se quer dizer que estas condições somente são conseguidas por meio do mercado capitalista, pois não necessariamente; tampouco se quer cair aqui no equívoco, tal qual Adam Smith, de naturalizar as trocas como sendo algo possível somente dentro da lógica mercantil. Para realizar tal afirmação deve-se analisar o contexto de cada empreendimento e as relações que o cercam.

Não é necessário isolar-se da economia dominante capitalista para desenvolver novas formas de distribuição e posteriormente de produção. Uma vez que a economia solidária está inserida no capitalismo, deve-se, em alguma medida, dialogar com ele; os empreendimentos estão “dentro” deste sistema, o que faz com que sua interação com ele seja necessária (SINGER, 1998 a apud CASTILLA CARRASCAL, 2011).

Por tal motivo, é inevitável que os EES busquem a implantação de relações sociais de produção que atendam a critérios mínimos já presentes no mercado, como o preço, a qualidade de produção e atendimento, dentre outros. Neste sentido, quanto mais competitivo o mercado em que a cooperativa está inserida, mais exigências e critérios de eficácia são impostos para que o empreendimento seja viável. Portanto, os EES devem também buscar atender a uma “competitividade” no mercado (CARNIATTO, 2005; PATEO, 2012).

Os valores ou a forma com que um EES conduz a sua comercialização são muito importantes para a construção de novas relações econômicas e novas relações no mercado. Isto porque os EES precisam chegar a um nível de produção semelhante ao de muitas organizações capitalistas – principalmente no que diz respeito a sua qualidade e variedade – ao menos no aspecto custo-benefício. Somente assim o consumidor terá possibilidade de escolher entre produtos representantes de duas lógicas distintas de economia, optando pelo que considera melhor (para si e para a sociedade).

No entanto, essa igualdade de condições (que favorecerá liberdade de escolha ao consumidor) ainda não se verifica na grande maioria dos EES, devendo ser gradativamente construída. Cabe lembrar que os EES normalmente emergem de iniciativas populares sub-capitalizadas ou de empresas falidas e, portanto, já iniciam suas atividades com um padrão de produção bastante abaixo, sobretudo se comparado ao que seria socialmente necessário para “sustentar a concorrência nos mercados-alvo de seus produtos” (TAUILLE et al, 2005, p. 157 apud PÁTEO, 2012, p. 93) Essa falta de recursos iniciais dificulta a aquisição de equipamentos

e insumos, além do baixo grau de escolaridade, fazendo com que o EES tenha dificuldades com a própria gestão (CARNIATTO, 2005)

2. OBJETIVO

A pesquisa tem como principal objetivo “analisar a realidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) brasileiros a partir de sua dificuldade acerca da comercialização e refletir sobre potenciais contribuições à ação mercadológica dos empreendimentos de economia solidária a partir de uma avaliação crítica sobre seus principais desafios”.

3. METODOLOGIA

A metodologia usada se pautou em 2 estratégias. A primeira foi a análise bibliográfica que, embora com poucos referenciais na parte da comercialização, contavam com pesquisas valiosas, especialmente de militantes da economia solidária que conseguiram escrever a partir de vivências próprias. A segunda estratégia é a análise aprofundada do mapeamento através dos dados da sua última rodada (2012). Esses dados coletados têm um valor importante, pois tal mapeamento equivale tecnicamente a um levantamento amplo de informações, ou seja, ele não se configura como um censo, uma pesquisa amostral ou mesmo com um cadastro de acesso à política pública.

4. ANÁLISE

4.1. AS CARACTERÍSTICAS GERAIS E A REALIDADE DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Os chamados Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são a base do que se chama, no Brasil, de movimento da Economia Solidária. Por este motivo, aqui serão analisadas algumas características gerais dos EES, a fim de que se possa melhor entender suas dificuldades de comercialização.

De logo, cabe esclarecer que os EES podem manifestar-se de diversas formas e em diversos campos, tais como as experiências no campo das Finanças Solidárias, Grupos formais e informais de produção, serviços diversos, construção, consumo, clubes de troca, empresas recuperadas, banco de sementes, dentre muitas outras formas, na cidade e no campo. A Economia Solidária é ainda desconhecida por muitos, inclusive por algumas iniciativas que se encaixam como empreendimentos de economia solidária, ou seja, iniciativas que preenchem os princípios e critérios expostos, mas não se reconhecem enquanto tal.

Esta dúvida acerca de sua natureza costuma ser mais comum em grupos que não façam parte dos fóruns, que não sejam acompanhados pelas incubadoras e que não participem das feiras de economia solidária; na verdade, tais grupos muitas vezes desconhecem esses espaços. Trata-se de dúvida natural, vez que ninguém deixa de ser quilombola, ribeirinho, agricultor familiar, pescador, dentre outros, por ser da economia solidária; ela é, portanto, transversal a todos estes segmentos, o que mostra a importância de sua difusão para a criação de uma identidade em torno dela, que proporcione articulações e relações para o fortalecimento de todos e de cada um.

Como características gerais, tem-se que os EES estão mergulhados em laços comunitários e desprovidos de ânimo de lucro (o que não significa que se negue a importância do retorno material). Trata-se de iniciativas por meio das quais as pessoas satisfazem suas necessidades cotidianas de forma autossustentável, autogestionária e independente das redes de filantropia; e embora não estejam totalmente sujeitos ao mercado, interagem com o mesmo, reformatando-o. Através da autogestão, há uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção, de modo que, ao contrário de o capital empregar o trabalho (como ocorre nas relações de trabalho capitalista), na economia solidária são os trabalhadores que empregam o capital (GAIGER, 2002; LISBOA, 2004; PÁTEO, 2012).

As experiências da economia solidária vão para além da prática da autogestão, pois se afirmam como estratégica e modelo de desenvolvimento cuja base é a radicalização da democracia nos territórios.

A Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES) em conjunto com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) construíram os critérios e características para que objetivamente um EES fosse reconhecido. Assim, um empreendimento só seria considerado como sendo de economia solidária a partir do momento em que atendesse as características abaixo:

- coletivas - serão consideradas as organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes etc.;
- cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real; e
- que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. (SENAES, 2013, p. 1)

No referido mapeamento, foram identificadas ainda as atividades econômicas exercidas pelos EES. Considerando as atividades econômicas segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), a seção com predominância na economia solidária é a indústria de transformação, com destaque para o processamento e produção de alimentos: “é possível constatar que as atividades econômicas com destaque são aquelas relativas a produção de alimentos, de comercialização de produtos artesanais e de coleta e triagem de material reciclável” (SENAES, 2013, p. 5). Em seguida vem a agricultura, pecuária, produção florestal e pesca, com destaque ainda para o uso coletivo de bens e infraestrutura.

Através dos dados mapeados, é possível constatar a pouca variedade de produtos na economia solidária, sendo, em sua maioria, produtos pouco processados ou beneficiados. Gaiger (2011) comenta que a economia solidária apresenta um perfil de atividades bem parecido com o das Micro e Pequenas Empresas. A maior parte dos EES são de agricultores familiares (55%), seguidos pelos artesãos (18%), trabalhadores autônomos (6%) e os catadores de materiais recicláveis (3%) (SENAES, 2013).

Nas atividades realizadas coletivamente, em linha geral, os empreendimentos unem-se para produzir (27,91%) e comercializar (27,04%), seguido do uso de infraestruturas comuns (16,49%). Um ponto relevante que se observa destes dados específicos é a pouca ocorrência de troca coletiva de produtos e serviços, apontando para uma deficiência dos grupos em não considerar a troca um importante mecanismo da atividade econômica.

As dificuldades relativas à própria ação dos EES ficam mais evidenciadas quando se analisa os dados relati-

vos à remuneração dos seus trabalhadores². Para 76% dos empreendimentos que responderam à pergunta objetiva acerca da presença ou ausência de remuneração de seus trabalhadores, 33% afirmaram que não os remuneraram. Essa resposta pode ser melhor contextualizada a depender do perfil do grupo e sua forma de organização; nas redes e pontos fixos de comercialização, por exemplo, o membro desse espaço pode não receber pelo trabalho da comercialização em si, mas recebe pela produção que consegue vender ali.

Para os empreendimentos que trabalham com a produção e comercialização de bens e os que prestam serviço³, os quais correspondem a cerca de 64% dos empreendimentos, foi perguntado o valor da remuneração. Da análise dos dados, tem-se que maior parte dos empreendimentos remunera em até meio salário mínimo⁴ (62,45%), enquanto 21,11% deles remuneram seus trabalhadores em até um salário. Para que se tenha uma ideia de quão baixos são estes valores, o salário mínimo justo para o brasileiro em novembro de 2013 segundo o DIEESE (2013) seria de R\$ 2.761,584; menos de 5% dos EES destes segmentos estariam neste patamar. O dado curioso acerca deste tema é que os empreendimentos de prestação de serviço conseguem remunerar melhor seus trabalhadores do que os EES de produção e comercialização⁵.

Dentro desta realidade acima verificada, entende-se por que boa parte das pessoas afirmou ser a remuneração no EES apenas um complemento a alguma outra fonte de renda; por outro lado, nos empreendimentos com remunerações maiores, a atividade consistia em fonte principal de renda do trabalhador. Há ainda uma relação entre a remuneração e a dificuldade de comercialização, ou seja, quanto melhor a remuneração, menos se verifica a comercialização como dificuldade⁶.

Foram analisados, ainda, os direitos dados aos trabalhadores nos EES, tanto os trabalhadores remunerados como os não remunerados. Dentre os direitos perguntados estão o descanso remunerado, licença maternidade, equipamentos de segurança, plano de saúde, previdência e outros. A partir dos dados obtidos, percebe-se que, em 72,23% dos empreendimentos, os trabalhadores não possuem qualquer direito trabalhista. Assim como no fator anterior, aqui também se constata uma relação direta entre a remuneração e os direitos trabalhistas na economia solidária: quanto maior a remuneração, menos ocorre a precarização do trabalhador, havendo asseguração e ampliação de seus direitos para além da remuneração.

2 Essa pergunta foi distinta a depender do segmento de que o empreendimento fazia parte. Nos segmentos de “prestação de serviço”, “comercialização e organização da comercialização” e “produção e comercialização”, foi perguntado diretamente se eles conseguiam remunerar os trabalhadores do empreendimento. Já nos segmentos de “consumo e uso coletivo de bens” e “finanças solidárias”, foram feitas perguntas de múltipla escolha, em cujas possíveis respostas havia margem para terem pessoas não remuneradas e remuneradas no empreendimento.

3 Para os segmentos de “consumo e uso coletivo de bens”, “finanças solidárias” e “comercialização e organização da comercialização”, foi adotado um cálculo diferente. O valor da remuneração pode ser dividido em diferentes formas de remuneração, como a remuneração fixa, por comissão por vendas e remuneração por hora de serviço; além disso, a questão era de múltipla escolha, ou seja, o empreendimento poderia adotar as três formas de remuneração, inclusive a não remunerada. Com isso, fica inviável uma comparação entre os segmentos.

4 O salário mínimo foi considerado como sendo R\$ 638,00, valor base do ano de 2013.

5 Está inserido aqui neste segmento as cooperativas de trabalho, que recentemente é regida por uma nova lei.

6 Afirmação feita com base na avaliação por segmento: quanto melhor a remuneração do segmento menos ele apontava a comercialização como uma dificuldade.

A partir dessas informações, resta clara a fragilidade econômica dos EES, manifestada na precariedade das condições de trabalho e nas baixas remunerações. As condições de trabalho nos EES são um importante indicador de que há (ou não) sustentabilidade e eficácia no empreendimento. Tomando-se por referência o conceito de trabalho decente tal como definido pela OIT⁷, pode-se concluir que uma parte significativa dos empreendimentos da economia solidária enfrenta uma situação bastante adversa, marcada pela precariedade do trabalho – fato que não se justifica nem mesmo para pessoas que estejam na condição de voluntária, pois também fazem jus a alguns direitos mínimos.

Foi verificada semelhança entre a média remuneratória da economia informal e dos EES, bem entre as causas que levam a iniciar EES e que levam a iniciar negócio próprio, quais sejam, desemprego e fonte complementar de renda (GAIGER, 2011; KRAYCHETE, 2009). Segundo Pateo (2012), para avaliar se em um EES está se constituindo novas relações sociais de produção, deve-se levar em conta a intensidade da exploração a que são submetidos os trabalhadores do mesmo ramo nas empresas ou na economia informal. Por isso, é fundamental que um EES remunere adequadamente os seus membros e promova relações de trabalho justas, emancipadoras e dentro de padrões mínimos de segurança e respeito à força de trabalho (PÁTEO, 2012).

Importa ressaltar que não é somente a avaliação de indicadores quantitativos, como a remuneração, que determina todas as condições dos trabalhadores na economia solidária, uma vez que o trabalho autogestionário tem enorme potencial para propiciar impactos qualitativos. Porém, se há o reconhecimento de que a economia solidária promove relações sociais antagônicas ao capitalismo, é preciso que seja garantida a valorização do trabalho humano para que, assim, seja possível satisfazer condições mínimas de vida (GAIGER, 2007).

Com relação às dificuldades apontadas, os principais desafios, segundo os EES⁸, dizem respeito à adequada geração de renda para os sócios (74%) e à viabilidade econômica do próprio EES (67%), além da superação do problema da precarização dos associados trabalhadores (39%). Outros desafios dizem respeito a fortalecer o empreendimento em sua gestão e/ou autogestão, que se reflete nos desafios de “manter a união do grupo coletivo” (56%), “efetivar a participação e a autogestão” (44%) e “alcançar a conscientização dos sócios”, seja na pauta ambiental (37%) ou com relação a sua maior politização (34%). Outro desafio é a busca dos EES pela articulação com outros EES (43%) (SENAES, 2013). O FBES acrescenta outro desafio, ainda não citado, que é a reafirmação da autonomia com relação ao Estado e quaisquer outras formas de tentativas de subordinação dos empreendimentos (FBES, 2013).

7 A OIT entende por trabalho decente o trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho (MTE, 2006).

8 Pergunta de múltipla escolha feita a todos os empreendimentos.

4.2. AS DIFICULDADES DE COMERCIALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Em 2012 61,73% dos EES afirmaram que possuem dificuldades na comercialização. Provavelmente na atualidade, devido ao contexto econômico que passa o Brasil, que esse número deve ter aumentado.

Considerando sua relação direta com a remuneração dos trabalhadores da economia solidária, este ainda é um tema pouco explorado, sobretudo pela importância bastante apontada pelos próprios empreendimentos. Embora haja alguns poucos estudos, pouco se sabe sobre o perfil da comercialização na economia solidária e sobre quais os impactos na vida dos seus trabalhadores.

No Brasil, há diversas iniciativas voltadas para a comercialização na economia solidária, as quais vêm ganhando destaque nos últimos anos, podendo-se destacar as feiras de economia solidária que ocorrem em diversas localidades com distintas abrangências.

Existem ainda as centrais ou redes de comercialização que são a articulação de um conjunto de pessoas ou grupos com intuito de romper barreiras geográficas, comercializando ou mesmo adquirindo vantagens para a compra de insumos e para a venda em conjunto de produtos. Dentre algumas características comuns a estas redes ou centrais, podemos destacar a constituição de lojas ou espaços fixos de comercialização, a criação de materiais de comunicação em comum, o compartilhamento logístico, a comercialização em maior quantidade para o atacado, dentre outras ações.

A comercialização pode acontecer, ainda, na própria sede do empreendimento. Por fim, pode-se destacar também a possibilidade do comércio virtual, que permite ao empreendimento a superação de barreiras geográficas, alcançando um maior número de pessoas.

Qualquer que seja a forma de comercialização adotada, seu sucesso depende bastante do contexto no qual o empreendimento está inserido e da capacidade de atender ao público de cada um destes canais de venda. Em seguida serão aprofundadas estas questões relativas às dificuldades de comercialização.

4.2.1. CONHECENDO O PERFIL DA COMERCIALIZAÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para melhor compreender a situação econômica relacionada à comercialização na economia solidária, insta analisar qual o perfil dos EES no que tange à produção e ao consumo. A definição deste perfil depende da avaliação da abrangência da comercialização, de para quem se destinam os produtos dos EES, bem como de onde vêm os insumos para a produção ou prestação de serviço.

Com relação à abrangência da comercialização⁹, verifica-se que a maioria dos empreendimentos comercializa no mercado local ou comunitário (66,72%) e no municipal (64,69%). A maior parte dos EES não consegue ou não quer sair do seu município e a ação territorial¹⁰ (24,56%) e estadual (18,91%) ainda é tímida; a comercialização a nível nacional (7,23%) e internacional (2,63%) é realizada por uma parcela ainda menor

9 Esta pergunta foi feita apenas 13709 empreendimentos dos 19708 mapeados, pois esta pergunta era aplicada somente a segmentos econômicos que a eles tinham relevância. Os empreendimentos que possuem como segmento (só pode ser escolhida uma opção) são os de “produção e comercialização” e “comercialização e organização da comercialização”; a resposta poderia ser de múltipla escolha.

10 Território no contexto do mapeamento é entendido como microrregiões e agrupamento de cidades com identidades comuns, alinhado com o conceito definido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

de empreendimentos. Quanto maior a abrangência do empreendimento, mais opções ele tem de comercialização, ou seja, o EES que exporta também pode comercializar na sua comunidade.

Já com relação a para quem o empreendimento comercializa¹¹, nota-se que a maior parte dá-se através de uma relação direta com o consumidor (80,46%). Infelizmente a comercialização (venda ou troca) entre EES ainda é pequena (12,27%), cujo percentual se assemelha ao da venda para as empresas (12,84%). Os órgãos públicos também possuem peso pequeno na aquisição dos produtos das EES (15,32%), sobretudo levando em conta o seu potencial de compra, enquanto o uso de revendedores ou a venda para o “mercado atacadista” revelam-se bem importantes para os empreendimentos (34,21%)¹². Quando se cruza a informação relativa à abrangência de comercialização com a referente ao público que adquire os produtos, fica claro que a maior parte dos EES vende, principalmente, direto ao consumidor final nos mercados comunitário e municipal, nesta ordem. A relação direta com o consumidor é ainda constante em todos os âmbitos de venda, do comunitário ao internacional. A venda e troca com outros EES, embora pequenas, também são maiores em nível comunitário do que nos demais níveis, inclusive no municipal. Isso aponta para a importância das relações de proximidade quando se trata de venda e troca com outros EES.

Na análise sobre a origem dos insumos e materiais para o funcionamento e produção do empreendimento¹³, nota-se que a relação entre EES é bastante tímida. Se por um lado, quando se analisa para quem os empreendimentos vendem, há pouca participação das empresas, o mesmo não acontece nesta análise dos insumos e materiais, em que as empresas são as principais fornecedoras da economia solidária, junto com os associados dos empreendimentos (ambas com cerca de 50%), enquanto a compra de bens, insumos, produtos e serviços de outros EES representam apenas 8,18% de toda a compra realizada¹⁴. Pode-se entender o elevado número de empreendimentos que compram de empresas devido a sua maior diversidade e quantidade de iniciativas, porém o mais grave é o baixo número de empreendimentos que comercializam ou compram de outros empreendimentos. Esta ação seria imprescindível para o fortalecimento da economia solidária como um todo¹⁵.

11 Essa pergunta é de múltipla escolha, para analisar para quem é feita a comercialização nos segmentos de “prestação de serviço”, “produção e comercialização” e “comercialização e organização da comercialização” e representam 15005 empreendimentos. No segmento de prestação de serviço, não havia a possibilidade de comercialização para revendedores.

12 Outras formas de comercialização chegaram a 5,48%.

13 Cada segmento tinha uma pergunta específica que levava a esta resposta. No segmento de finanças solidárias, por exemplo, a pergunta foi “Qual a origem dos recursos operados pelo empreendimento?”. Mas todos remetiam a esta resposta. Todas as respostas também poderiam ser de múltipla escolha.

14 Se considerado somente os segmentos que estão nas análises sobre para onde vendem e de quais dificuldades de comercialização possuem (“prestação de serviço”, “produção e comercialização” e “comercialização e organização da comercialização”), o dado acima agrava-se ainda mais. Enquanto os demais atores que vendem os produtos para os EES mantêm-se estáveis, a compra de empresas é uma prática para quase 60% dos empreendimentos destes segmentos. Os outros atores que vendem produtos ou são fontes de insumos e matérias-primas para os EES foram “entidades filantrópicas (4,51%), órgãos públicos (7,56%) e produtores não associados (14,66%)”.

15 Nota-se, também, que o segmento e a área de atuação influenciam na articulação desses EES. Os empreendimentos rurais, por exemplo, tendem a ter, como fornecedores, uma alta porcentagem de associados ou outros produtores não associados; já nos empreendimentos que trabalham com comercialização e organização da comercialização, uma das dificuldades é manter a regularidade de fornecimento, sendo que a maioria dos seus insumos vem dos seus associados (61,87%).

Nota-se, também, que o segmento e a área de atuação influenciam na articulação desses EES. Os empreendimentos rurais, por exemplo, tendem a ter, como fornecedores, uma alta porcentagem de associados ou outros produtores não associados; o mesmo se verifica nas entidades de finanças solidárias que podem operar crédito de bancos públicos e/ou privados. Já nos empreendimentos que trabalham com comercialização e organização da comercialização¹⁶, uma das dificuldades é manter a regularidade de fornecimento, sendo que a maioria dos seus insumos vem dos seus associados (61.87%).

Diante dos dados apresentados acima deve-se levar em conta, porém, que em comparação com 2007 houve uma diminuição na compra junto às empresas. No novo resultado, o destaque é a compra de insumos dos associados, cujo volume bruto praticamente dobrou. Houve aumento ainda, mesmo que tímido, na compra em outros empreendimentos de economia solidária, fato que pode ser um sinal positivo de que aos poucos a economia solidária esteja remontando as cadeias produtivas nos territórios. Já no escoamento da produção, a média de comercialização para o consumidor final não apresentou grande variação; houve aumento, no entanto, na comercialização para órgãos governamentais, que praticamente dobrou, provavelmente devido aos programas públicos de aquisição de produtos para os empreendimentos rurais. A venda e troca com outros empreendimentos também se manteve estável, com uma pequena alta. A venda para revendedores/atacadistas, por sua vez, caiu mais acentuadamente (MANCE, 2008).

4.2. ANALISANDO AS DIFICULDADES DE COMERCIALIZAÇÃO

Para qualificar a análise sobre a temática da comercialização para os empreendimentos, é preciso agora analisar quais as dificuldades de comercialização enfrentadas pela economia solidária, a partir das respostas da rodada mais recente do mapeamento. Embora as ocorrências das dificuldades concernentes à comercialização estejam bem distribuídas entre si, há alguns destaques a serem feitos. Destaca-se a falta de capital de giro (52.07% dos EES com dificuldades de comercialização), principal dificuldade enfrentada pelos EES, seguida da falta ou deficiência de estrutura adequada para a comercialização (37,52%), a dificuldade em lidar com o alto custo do transporte (35,78%) e a alta concorrência de atravessadores ou existência de monopólios (31,73%).

Comparando estes resultados com os obtidos em 2007, pode-se dizer que houve avanços. Naquele período anterior, os maiores problemas citados pelos empreendimentos mapeados foram, nesta ordem: a falta de capital de giro, a dificuldade de encontrar quantidade suficiente de clientes, a dificuldade em manter a regularidade do fornecimento e, por fim, a inadequação dos preços praticados (MANCE, 2008). Com exceção da falta de capital de giro, as demais dificuldades não figuraram como principais no mapeamento recente, ao que parece porque em 2007 tais dificuldades estavam relacionadas a problemas de gestão e produção do empreendimento – é o caso, por exemplo, da dificuldade em manter a regularidade no fornecimento e do preço inadequado do produto. Em 2012, as principais dificuldades dialogam com problemas mais relacionados à ação de escoamento do seu produto, tais como a questão do transporte, a concorrência e monopólios e a estrutura deficiente para comercialização. Já as dificuldades mais afeitas à gestão dos grupos aparecem apenas em “segundo escalão”. Essa migração de problemas parece demonstrar que os empreendimentos se “movimentaram” para superar os problemas que estavam ao seu alcance, tendo agora que enfrentar dificuldades

16 Esse segmento ele se caracteriza por ter como atividade econômica principal “realizar a comercialização de produtos/serviços dos(as) sócios(as) ou de terceiros, onde também se incluem grupos para a promoção de feiras” (SENAES, 2009).

de outro nível, fenômeno comum devido ao pouco tempo de existência da maioria dos empreendimentos¹⁷. Para tornar o entendimento sobre as dificuldades apontadas mais articulado, será necessário entendê-las agrupadas em áreas.

4.2.1 - A DIFICULDADE DO CRÉDITO PARA A COMERCIALIZAÇÃO

Uma primeira área englobaria dificuldades relacionadas ao crédito, e são as seguintes: a falta de capital de giro (52,07%), a inadequada estrutura para a comercialização (37,52%), a falta de registro sanitário e alvará (12,48%) e a dificuldade em fornecer o prazo de pagamento exigido pelo comprador (24,07%).

A falta de capital de giro encontra-se intimamente atrelada com outras duas dificuldades básicas da comercialização: a falta de condição do empreendimento em dar prazo de pagamento adequado à realidade do comprador (não conseguindo vender a prazo) e a incapacidade do grupo em gerar estoques de insumos e matéria-prima (fazendo com se pague preços mais elevados nesses produtos pela impossibilidade de comprar em grande quantidade e em período mais vantajoso). Já a estrutura inadequada para a comercialização consiste em um problema de investimento que reflete na falta de equipamentos, de estrutura física e de local adequados para as aspirações do empreendimento ou para a demanda já existente. Quando isso ocorre, dificilmente o empreendimento consegue obter os alvarás de funcionamento, não conseguindo assim adaptar seu empreendimento às normas sanitárias vigentes¹⁸. Logo, tanto a dificuldade de estrutura para a comercialização quanto a de falta de registro sanitário ou alvará estão relacionadas à falta de acesso a crédito para investimentos. Considerando que a solicitação de crédito nos EES foi direcionada para investimento (64,80%) ou para capital de giro (35,20%), nota-se que há uma relação direta entre as dificuldades aqui agrupadas.

A auto-organização comunitária no início da atividade econômica do EES, embora se trate de iniciativa interessante, pode ocasionar algumas dificuldades a serem enfrentadas pelo empreendimento, sobretudo quando se considera o perfil dos trabalhadores da economia solidária: em geral pessoas de baixa escolaridade, que já possuem certa fragilidade econômica, não conseguindo responder devidamente à dinâmica de inovações e comercialização. O perfil das pessoas influencia tanto na criação dos EES (em 72,80% dos EES mapeados, foram usado recursos dos próprios associados¹⁹) como no desenvolvimento de suas atividades, já que, embora se iniciem com recursos próprios, provavelmente tais EES já nascem sem capital e com uma enorme urgência em conseguir resultados da atividade econômica desempenhada (PATEO, 2012; KRAYCHETE, 2013).

Dentro desse contexto – no qual as dificuldades de comercialização desde sua criação relacionam-se com o crédito –, seria esperado que os EES em dificuldades buscassem acesso a crédito. Não é o, porém, que se vê na realidade, pois os dados revelam que, dos EES com dificuldades de comercialização, 73,82%²⁰ não buscaram o crédito. Deste total, 39,66% disse que o grupo tem medo do endividamento e da contração de dívidas; 16,46% justificou pelo não consenso no grupo em buscar o recurso; e 15,57% afirmaram que o empreendimento foi criado com recurso próprio exatamente para que não fosse necessária a obtenção de empréstimo. Por fim, somente 36,54% de todos os empreendimentos afirmaram que não tiveram necessidade do crédito.

17 A grande maioria dos empreendimentos surgiu entre os anos de 1996 e 2007, o que demonstra ser a economia solidária fenômeno social bastante recente, bem como aponta para a falta de experiência dos EES, refletindo nas dificuldades de comercialização. Um comparativo entre os dados mapeados revela a tendência de que os EES mais velhos tenham menos dificuldades de comercialização do que os mais novos.

18 Não analiso aqui o mérito se estas leis são adequadas ou não a este tipo de iniciativa.

19 Essa pergunta foi de múltipla escolha. A segunda fonte de recursos são os públicos não reembolsáveis, conhecidos como recursos a “fundo perdido”, figurando em 22,62% dos EES.

20 Contra cerca de 80% dos EES sem dificuldades de comercialização que não buscaram crédito.

A contradição maior com relação ao dado acima é que a necessidade por crédito continua latente em 75,40% dos EES em dificuldades com a comercialização, tanto nos que tomaram crédito como nos que não tomaram. Ou seja, sabe-se que o crédito é necessário, mas não ele não é buscado. Dos EES que não buscaram crédito, mas tem consciência de sua necessidade, 64,43% afirmaram encontrar dificuldades para conseguir o crédito²¹. Já nos empreendimentos que solicitaram crédito (26,17%) e têm dificuldade de comercialização, 13,51% conseguiram o crédito e 12,66% não obtiveram êxito na busca. Vale ressaltar que há uma tendência nos empreendimentos, mesmo os que não buscaram crédito, em direcionar o recurso para investimento²².

Com relação ao investimento realizado, somente uma pequena parte (menos de 3%) dos EES (com e sem dificuldade de comercialização) investem em pontos diretamente ligados à expansão da comercialização – como a abertura de filiais ou espaços de comercialização. Grande parte do investimento vai para a melhoria na produção através de aquisição de novos equipamentos e estrutura (o que confirma que este é um dos principais desafios a serem superados pelos EES), seguidos da ampliação do estoque (que tem relação direta com o capital de giro), capacitação de mão de obra e comunicação²³. Pode-se sugerir que muitos EES ainda necessitam de investimentos na produção para dar um salto qualitativo na comercialização. É curioso ainda constatar que o segmento econômico de prestação de serviço é o que mais investe²⁴, melhor remunera e possui menos EES com dificuldades na comercialização.

Dos empreendimentos que estão buscando crédito (com e sem dificuldade de comercialização), 64,36% estão enfrentando dificuldades para conseguir-lo²⁵. As principais barreiras são a burocracia, a falta de apoio para elaborar o projeto, seguidas de três indicadores que demonstram a falta de alinhamento dos Bancos com a realidade dos EES, quais sejam, as altas taxas de juros, a falta de linha de crédito adequada para acesso ao crédito e a documentação exigida. Ainda segundo o mapeamento, dos grupos que pegaram empréstimo, 56,46% foram atendidos por bancos públicos e 9,67% por bancos privados. Cooperativas de crédito aparecem somente na terceira posição (com 8,27%), enquanto os Fundos Rotativos Solidários e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, juntos, somente correspondem a 3,75% deste montante.

A partir dessas análises, fica claro que o crédito é transversal, pois dialoga com dificuldades relacionadas ao acompanhamento e articulação em rede. Na articulação em rede, os EES podem criar suas próprias iniciativas de finanças solidárias para, ao menos, minimizar a dificuldade enfrentada nessa área. Ademais, o apoio para a melhoria da produção deve estar casado com a comercialização e consumo, bem como por conseguinte a outras iniciativas.

21 Se a maioria dos EES não buscou crédito nos últimos 12 meses, e a maioria afirmou que encontra dificuldades na obtenção do crédito, pode-se supor que os EES já buscaram crédito em algum período de sua existência, mas não foi concretizado por algum motivo.

22 No entanto, somente 1/3 de todos os EES realizaram algum investimento nos últimos 12 meses. Naturalmente se os EES não tomam empréstimos e contam com associados com baixa capitalização, não conseguirão fazer investimentos em sua estrutura, mesmo que haja essa necessidade.

23 Talvez por isso as dificuldades referentes a estes pontos, constatados no mapeamento de 2007, tenha caído.

24 45,45% destes empreendimentos fizeram investimentos nos últimos 12 meses.

25 Vale salientar que não foi feita a pergunta se os EES estavam buscando o crédito, já foi para a pergunta sobre quais dificuldades. Ou seja, o questionário partiu do pressuposto que se há uma necessidade de crédito, há uma busca, mas vimos no dado sobre a não busca por crédito que esta forma de pensamento não é adequada aos EES.

A partir da não solicitação de crédito pelos EES, principalmente pelo receio de contrair dívidas, e a constatação de que os trabalhadores sabem da importância do crédito, pode-se entender que o empreendimento não tem clareza de sua estratégia de comercialização, sobre sua capacidade de pagar por um crédito, se supõe que o caminho a ser seguido com relação à produção, comercialização e consumo. Quando nenhum destes pontos está claro, é natural que os membros do EES tenham receio em solicitar um empréstimo e contrair uma dívida, pois não possuem segurança de que conseguirão pagar.

4.2.2 A LOGÍSTICA COMO EMPECILHO PARA AUMENTO DA ABRANGÊNCIA DA COMERCIALIZAÇÃO

Já as dificuldades com o custo elevado de transporte (35,78%) e a precariedade das estradas (24,65%) estão agrupadas na área da logística. Essas dificuldades são estruturantes, ou seja, não dependem somente da simples organização ou gestão do empreendimento para que sejam superadas. Nesse caso, o foco para resolvê-las será no que o empreendimento pode fazer para, ao menos, minimizar a dificuldade, a partir das condições ao seu alcance. De qualquer modo, os problemas relacionados à logística dificultam, sobretudo, ao rompimento dos limites geográficos no escoamento dos produtos dos EES.

Os EES da zona rural têm ainda mais dificuldade, pois nem sempre as transportadoras atendem a cidades pequenas. Já os EES da zona urbana, que em muitos casos já estão localizados em grandes centros consumidores, não precisam transportar produtos por longas distâncias e possuem poucas dificuldades nessa área. Para que se tenha uma ideia, 45,92% dos empreendimentos na zona rural afirmaram ter problemas com a dificuldade ou custo elevado do transporte, enquanto apenas 23,84% dos EES urbanos reconheceram esta questão como uma dificuldade. Já com relação à precariedade das estradas, 39,94% dos empreendimentos rurais assinalaram-na como uma dificuldade, enquanto apenas 6,64% dos empreendimentos assinalaram este item na zona urbana²⁶.

Fazendo a relação entre as dificuldades logísticas e a abrangência (do local à exportação) da comercialização, percebe-se que, quanto maior a distância de comercialização do empreendimento, maior tende a ser a dificuldade com o custo elevado do transporte. Esta tendência, porém, não se manifesta quando se trata da precariedade das estradas, provavelmente porque essa dificuldade tende a ser superada com a terceirização do serviço de entrega e o uso de estradas com melhores estruturas, principalmente para locais mais distantes. A terceirização elimina a dificuldade com as condições da estrada, mas não necessariamente reduz o impacto do “frete” no produto.

²⁶ Provavelmente por sua maior facilidade logística, os EES da zona urbana comercializam em porcentagem acima da média para os mercados estadual, nacional e internacional, enquanto os empreendimentos da zona rural destacam-se na comercialização em abrangência territorial.

Quanto maior a abrangência da comercialização, mais o grupo demonstra maturidade para a comercialização, já que o mapeamento aponta haver uma tendência de diminuição das dificuldades²⁷. Outro ponto que confirma essa tese é quem quanto maior a abrangência da comercialização, maior a quantidade de EES que remuneram seus trabalhadores. Obviamente que, à medida que se resolvam ou minimizem as dificuldades relacionadas à logística, fazendo com que o empreendimento atinja mercados mais distantes de seu centro produtor, surgirão problemas de outras ordens. No mapeamento percebe-se que, quanto mais longe é feita a comercialização, maiores são as dificuldades com o calote, com a regularidade no fornecimento, com a obtenção de associados que cuidem da comercialização e com o conhecimento do consumidor do produto. Já outras dificuldades tendem a diminuir, como o registro sanitário e a quantidade de clientes. Nota-se ainda que a comercialização para os mercados estadual e territorial aparece como marcos-chave para que os empreendimentos aprendam a comercializar seus produtos para outros públicos; isto porque, uma vez que nestes mercados concentra-se a maioria das dificuldades, depois que eles são conquistados estas dificuldades tendem a cair.

A logística torna-se, portanto, imprescindível e transversal para a comercialização, pois além de promover um aprendizado aos grupos, incentiva-os a agregarem valor aos seus produtos, a alcançarem mais pessoas e a serem mais bem remunerados pela comercialização.

4.2.3 A IMPORTÂNCIA DA ARTICULAÇÃO EM REDE ENTRE PRODUÇÃO E CONSUMO PARA FORTALECER A COMERCIALIZAÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Há ainda dificuldades relacionadas à necessidade de articulação em rede. As dificuldades dessa área são a insuficiente quantidade de clientes (23,7%), a irregularidade no fornecimento (24,97%), a dificuldade de atender pedidos em grandes quantidades (8,97%), a concorrência de atravessadores e a existência de monopólios (31,73%).

Com relação à quantidade insuficiente de clientes, como a maior parte dos empreendimentos comercializa diretamente para o consumidor final, pode-se constatar que essa dificuldade está relacionada com a falta de demanda ou a existência de poucos clientes no território de atuação do EES²⁸. A dificuldade na comercialização em larga escala, por sua vez, pode estar ligada ou a um problema na organização da produção – relacionado diretamente com a dificuldade de regularidade no fornecimento –, ou mesmo a uma desarticulação entre os empreendimentos; a articulação tornaria possível a superação, a partir da soma de suas produções, tanto desta dificuldade quanto da falta de regularidade no fornecimento.

Outra dificuldade é com relação à concorrência de atravessadores e à existência de monopólios, dificuldade que poder ser bastante minimizada quanto maior for a articulação em rede e a articulação entre produção e consumo. Quando se trata de para quem a economia solidária comercializa e, principalmente, de quem ela compra seus insumos e matérias-primas, torna-se mais evidente a necessidade de fortalecer a articulação em rede. No entanto, a compra e venda entre empreendimentos de economia solidária ainda é muito baixa, fato que pode ser analisado por diferentes aspectos, seja pela baixa diversidade e valor agregado de produtos, como pela disponibilidade do seu produto para a comercialização dentro do “padrão de qualidade” exigido pelo consumidor (MOURA E MEIRA, 2002; SINGER, 2002; REIS, 2005). Isto porque os produtos dos EES não se diferenciam dos demais do mercado informal – conforme se vê em atividades econômicas de mais des-

27 A exceção está no comércio nacional, que apresenta dificuldade de comercialização acima da média com relação aos demais.

28 Vale lembrar que a maioria dos EES comercializa até o mercado municipal e estão nas zonas rurais. Provavelmente muitos estão em pequenas cidades.

taque, como bijouteria, artesanato e souvenirs –, concorrendo com número elevado de atores que escoam seus produtos também localmente e com base em preços baixos, obrigando os empreendimentos a adequarem-se aos preços baixos praticados no local.

Embora muitos EES participem de articulações comunitárias (46,13%), movimentos sociais (57,43%) ou fóruns de economia solidária (39,6%), não se vê a mesma presença participativa em outras redes que tenham como objetivo o fortalecimento econômico do grupo – como as redes de produção, comercialização, consumo ou crédito (17,7%). Não deixa de ser um contrassenso que apenas 13,98% dos EES com dificuldades de comercialização participem destas redes nas quais os empreendimentos unem-se para, coletivamente, superarem barreiras de produção, comercialização, consumo ou crédito e muitas vezes esta é uma condição preponderante para que eles se viabilizem economicamente (CASTILLA CARRASCAL, 2011; SINGER, 2002). No entanto, este mesmo dado revela um aspecto interessante, pois nota-se que, mesmo fragilizados economicamente, os EES optam por participar de espaços com cunho político, reafirmando a forte marca da economia solidária de constituir um movimento social engajado.

Os dados revelam ainda que os EES participantes dessas redes têm um menor número de dificuldades do que aqueles que não participam. Apesar disso, os resultados relacionados as dificuldades de comercialização são tímidas, pois há pequenas variações – para baixo e para cima – nos dados que poderiam ser diretamente afetados pela articulação em rede, como: a quantidade de clientes, a regularidade no fornecimento, a concorrência e atravessadores e a estrutura para comercialização. Com relação ao capital de giro, por exemplo, que é a principal dificuldade dos empreendimentos, não há variação de resultados entre os EES que participam e os que não participam dessas redes.

Não se pode negar a importância do forte engajamento político dos EES enquanto movimento social e enquanto uma proposta de desenvolvimento para o nosso país, mas a pouca participação dos EES nas articulações que lhes fortalecem economicamente de aponta para a necessidade de que a economia solidária dedique-se também a tornar-se um movimento econômico. Neste mesmo sentido, Silva (2013) destaca a necessidade de haver maior equilíbrio entre o político e o econômico, e afirma que a causa primordial das dificuldades dos EES em manter sua sustentabilidade deve-se ao fato de manterem seu foco ou apenas no econômico ou apenas no social. Quando o foco é apenas no econômico, corre-se o risco de não atender aos princípios que lhe deram origem – ou seja, a solidariedade, a reciprocidade e a autogestão. Por outro lado, quando o foco é apenas no social, o empreendimento costuma depender mais de apoio de parceiros ou da aprovação de projetos via órgãos financiadores para poder operacionalizar-se – ou seja, o empreendimento fica na dependência de ações externas, perdendo sua autonomia. A bem da verdade, essa dedicação em excesso à militância política pode significar que os EES enxergam a resolução de seus problemas – dentre eles a comercialização – na construção de novas bases de desenvolvimento para a sociedade, e buscam realizar esta construção por via dessas redes; argumento reforçado pelos dados que indicam maior participação, em todas as redes, justamente dos EES com dificuldades de comercialização.

Portanto a economia solidária precisa estar atenta à importância da articulação entre produção, comercialização, consumo e finanças para superar algumas das suas dificuldades e fortalecer os EES, especialmente para comprar invertendo o fluxo de valor no qual boa parte dos gastos com insumos e matéria-prima vai para as empresas, quando poderiam ir para outros EES.

3.2.4 - A RELAÇÃO DO APOIO FORMATIVO COM AS DIFICULDADES DE COMERCIALIZAÇÃO

De início, cabe perceber que nesta área os dados são mais animadores que nas demais, pois 64,49% dos EES estão recebendo apoios formativos. Mesmo assim, este número não é o ideal, pois 35,51% – número considerável de empreendimentos – ainda não recebem nenhum tipo de apoio formativo.

Aqui se reunirá, com a denominação de apoio formativo, os aspectos assessoria, assistência técnica e acompanhamento. Os problemas relacionados com a falta de apoio formativo, tem relação com dificuldades de assistência técnica e gerencial (não haver pessoas para cuidar da comercialização – 14,73%, preço inadequado do produto – 22,93%, não saber evitar um calote -11,49% e a dificuldade em conseguir o registro para comercialização – 21,83%) e de qualificação profissional das pessoas (não sabe fazer a venda – 5,52%). Todos estes problemas parecem ter relação com a elaboração dos planos de viabilidade econômica (diretamente aqui há a dificuldade de produtos não conhecidos – 11,81%) que faz com que se planeje as ações de comercialização e vários destes problemas serem evitados já no início das atividades do EES²⁹. Com relação à quais são as condições que precisam ser satisfeitas para que o empreendimento tenha sucesso e assim se possa honrar o compromisso assumido. A pouca articulação em redes de produção, comercialização, consumo ou crédito também é agravada com a falta de planejamento e viabilidade econômica. Também as dificuldades com logística poderiam ser minimizadas, havendo um planejamento adequado; por exemplo, a criação de um produto que se viabilize com a venda num território menor ou que tenha características (tamanho, embalagem, formato) que facilitem essa distribuição. precificação inadequada, podem-se destacar duas hipóteses. Partindo do pressuposto de que determinado empreendimento saiba precificar o seu produto, os preços inadequados podem ser “impostos” pelo contexto do mercado onde ele está inserido. Nesse caso pode-se constatar que faltou ao empreendimento um planejamento inicial para conhecer o contexto antes do início da atividade a fim de torná-la viável. Portanto, seja por não saber ou por não conseguir precificar o produto adequadamente, devido ao ambiente no qual o empreendimento está inserido, o fato é que ambas as hipóteses são frutos da inexistência ou da debilidade no apoio formativo. O mesmo pode-se afirmar da dificuldade relacionada ao desconhecimento dos produtos, o qual pode fazer parte de uma ação militante do empreendimento na tentativa de resgatar práticas produtivas em determinada(s) localidade(s), valorizando a cultura local.

29 A viabilidade econômica e o planejamento adequado para a comercialização do produto é fundamental também para a resolução de dificuldades em outras áreas, a exemplo do crédito, uma vez que muitos EES têm receio em pegar empréstimos – seja para investimento ou para capital de giro – por não saberem quais são as condições que precisam ser satisfeitas para que o empreendimento tenha sucesso e assim se possa honrar o compromisso assumido. A pouca articulação em redes de produção, comercialização, consumo ou crédito também é agravada com a falta de planejamento e viabilidade econômica. Também as dificuldades com logística poderiam ser minimizadas, havendo um planejamento adequado; por exemplo, a criação de um produto que se viabilize com a venda num território menor ou que tenha características (tamanho, embalagem, formato) que facilitem essa distribuição.

Há entidades variadas que realizam esse acompanhamento aos empreendimentos, a maior parte delas ligadas aos poderes públicos – como o “Sistema S” (22,03%), as Prefeituras (21,83%) e os Governos Estaduais (17,45%). Após dessas, encontram-se as ONGs (11,13%) e o movimento sindical (7,11%). As Universidades e o Governo Federal representam 6,86% e 6,81% respectivamente. As cooperativas de técnicos aparecem com uma porcentagem irrisória de participação (2,56%), que podem ser considerados em boa parte como EES de prestação de serviços, bem como outros empreendimentos e entidades de representação (3,41%). Aqui cabe atentar ao fato de que, também na formação, utiliza-se pouco a relação entre empreendimentos. Além dessas entidades, 14% dos empreendimentos acabam contratando ou contando com ajudas externas de trabalhadores não sócios – consultores individuais ou voluntários. Outros 41% dos EES criam seus próprios espaços formativos internos como forma de superar as dificuldades encontradas.

Dos empreendimentos que afirmaram receber apoio das entidades, a maior parte do acompanhamento é direcionada à assistência técnica ou gerencial (60,86%), ou seja, para “resolver problemas técnicos de produção, processos, tecnologia, produtos, serviços ou de gestão” (SENAES, 2009, p. 44). Já a qualificação profissional, técnica e gerencial (57,06%), que está focada mais na capacitação dos associados para o exercício de suas funções “refere-se especificamente a qualificação técnica, profissional. Isto é, voltada para as atividades relativas às funções e cargos” (SENAES, 2009, p. 44). A formação política aparece com destaque em cerca de 1/3 dos grupos mapeados. O diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica, por sua vez, que consiste na “assessoria para elaboração de diagnósticos, planos estratégicos, planos de negócios, etc” (SENAES, 2009, p. 44), possui incidência baixa, computando apenas 15,21%; este número assemelha-se ao da assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços (13,30%), que se refere à assessoria para facilitar a comercialização – exemplos: “elaboração de marcas, material de divulgação, campanhas publicitárias, etc.” (SENAES, 2009, p. 44). Ou seja, o apoio formativo na viabilidade econômica, que pode antever dificuldades de comercialização, não assiste a maioria dos grupos; não à toa, os EES têm enormes dificuldades para exercer sua atividade, tendo por consequência uma enorme dificuldade em garantir condições materiais dignas a seus associados.

Os empreendimentos com dificuldades de comercialização recebem atenção ligeiramente maior no apoio formativo (67,91%). Já com relação aos temas dos apoios oferecidos, incluindo viabilidade econômica e marketing, há pouquíssima diferença entre os empreendimentos que têm e os que não têm dificuldades com a comercialização. A única grande disparidade é na formação sociopolítica: 38,63% dos empreendimentos com dificuldades de comercialização têm acompanhamento nesta área, contra 82% dos empreendimentos sem dificuldades de comercialização. Chama atenção ainda o fato de que os EES com dificuldades de comercialização recebem apoio maior de entidades ligadas ao lado considerado “militante” da formação – como as igrejas, pastorais, associações, conselhos comunitários e movimento sindical –, enquanto os empreendimentos sem dificuldade recebem atenção maior do Sistema S e das suas entidades de representação ou outros EES.

A partir da não disparidade significativa dos dados relativos ao apoio formativo entre os EES com e sem dificuldades de comercialização, pode-se afirmar que não há um tratamento diferenciado entre esses EES. Talvez já seja hora de se investir equilibradamente não apenas formações mais básicas – necessárias principalmente no início de um empreendimento (a exemplo da assistência gerencial e qualificação profissional) –, mas também naquelas formações voltadas a superar as dificuldades de comercialização (como as de marketing e viabilidade econômica), que são voltadas diretamente para o fortalecimento econômico do empreendimento, especialmente na sua comercialização, e estão desassistidas para a maioria dos grupos e pela maioria das entidades que prestam suporte. A partir da constatação de que a assistência técnica e gerencial e a qualificação profissional correspondem à maior parcela das formações ofertadas, pode-se afirmar que muitos grupos ainda estão em fase de arrumação da própria gestão para qualificar o seu processo de comercialização, o que se justifica pelo pouco tempo de existência da maioria dos EES. Há ainda dificuldades aparentemente

básicas e que merecem apenas uma melhor organização do empreendimento, como para saber evitar os calotes, saber fazer uma venda e para que tenha pessoas para cuidar da comercialização.

5. RESULTADOS

A partir dos empreendimentos econômicos solidários, percebe-se nitidamente a existência de uma economia plural e de ações com base na práxis da autogestão. Esses empreendimentos, formados por homens e mulheres do campo e da cidade, atuam todos os dias em suas comunidades, produzindo e contribuindo, a seu modo, para a construção de um mercado pautado em outras relações. Porém estes empreendimentos não avançam sem dificuldades. Dentro dessa diversidade de dificuldades que se manifestam em desafios para a comercialização, formaram-se agrupamentos que aqui se dividiram nas seguintes áreas: crédito, formação, logística e não articulação em rede. Juntas, essas áreas resumem bem as dificuldades – das mais diferentes ordens – que interferem na ação dos EES.

Essas dificuldades de comercialização ameaçam diretamente a existência de alguns empreendimentos, os quais, muitas vezes, não conseguem enxergar as saídas viáveis (e disponíveis) para superação desse problema; há uma inércia dos EES em tratar de possíveis ações para superar a dificuldade de comercialização, como o tipo de formação recebida e realizada, a (não) busca por crédito e a não participação em redes de produção, comercialização, consumo e finanças. Aparentemente, esta não ação não resulta de uma escolha consciente; deve-se, ao contrário, a diversos fatores já tratados, como a falta de informação e de formação, pois, como visto, tais empreendimentos exercem sua atividade dentro de um ambiente institucional desfavorável: as leis para formalização dos empreendimentos não são adequadas à realidade da maioria deles, as regras tributárias não lhe beneficiam, não há legislação que garanta um acompanhamento técnico adequado e constante, há uma ausência de políticas de crédito adequada a sua realidade, as legislações são voltadas a médias e grandes empresas, a escala de produção é reduzida e concentrada em poucas atividades, além de muitas outras. Se em uma atividade econômica com todos esses apoios, já parece difícil a obtenção de resultados comerciais no curto prazo, imagine dentro dos EES, em que há um contexto mais adverso. Na economia solidária, é preciso trabalhar com mais estratégia e integração para superar as dificuldades. A maioria dos EES remunera mal as pessoas, provavelmente por interagir no mercado dentro do jogo construído pelas grandes empresas, no qual ele naturalmente terá desvantagens. Os empreendimentos não possuem igualdade de condições para atuar no mercado com as empresas, de modo que toda iniciativa de economia solidária envolve uma ação política das pessoas e das iniciativas no sentido do seu fortalecimento econômico e político. Por isso, é preciso que a economia solidária caminhe para a constituição de relação entre os EES.

Esse trabalho deixa ainda alguns elementos a serem aprofundados em trabalhos posteriores, principalmente no aprofundamento dos 4 eixos onde foram agrupadas as dificuldades de comercialização. Por fim, tem-se que a economia solidária pode se constituir como um movimento social com ações políticas na mesma medida em que se fortalece economicamente dentro de sua pluralidade. Muitos, dentro do movimento de economia solidária, sejam eles EES ou EAF, resistem ao tema da comercialização e do mercado. Aqui se acredita que, ao contrário, há de se romper barreiras e construir o mercado que se quer, desde que não pelas vias tradicionais. Há de se pensar em formas de relação direta entre produtores e consumidores, como já se tem feito, através da organização do consumo, organização da produção, aperfeiçoamento das cadeias produtivas e articulação em rede.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNIATTO, Izamara Vanessa. Comércio justo e consumo consciente: Possibilidades de Inserção de Cooperativas Populares no Mercado. 2005. Disponível em:

<http://izamaracarniatto.com.br/artigos/2005_artigo_unircoop.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2014.

CASTILLA CARRASCAL, Ivette Tatiana. A construção do mercado solidário brasileiro: contribuições das redes de economia solidária. 2012.120 f. Dissertação

(Mestrado) - Curso de Mestrado em Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Cesta básica nacional: Salário mínimo nominal e necessário. 2013. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 27 dez. 2013.

FBES - FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (Brasil). Documento Final da V Plenária. Brasília: FBES, 2013. 156 p.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. Economia solidária uma abordagem internacional. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>> Acesso em 10 de mar. De 2002. GAIGER, Luiz Inácio Germany. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 79, p. 57-77, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção não capitalistas. Cayapa Revista Venezolana de Economía Social. Año 4, nº 8, diciembre 2004.

KRAYCHETE, Gabriel. Processo de trabalho, territórios e sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária. In: BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunca; VARANDA, Ana Paula de Moura (Org.). Tecnologia Social, Economia Solidária e Políticas Públicas. Rio de Janeiro: Fase/federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional. Lastro (laboratório da Conjuntura Social: Tecnologia e Território) / Ippur (instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional) /UFRJ, 2009. p. 129-142.

LISBOA, Armando de Melo. Sócioeconomia Solidária. Marco conceitual latino- americano. IX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. Anais. Uberlândia – MG, 8-11/jun 2004.

MANCE, Euclides André. Visões de uma Economia Responsável, Plural e Solidária no Brasil. 2008. Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br/mance/>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

MOURA, Maria Suzana; MEIRA, Ludmila. Desafios da gestão de empreendimentos solidários. Bahia Análises & Dados. Salvador: SEI v.12, n.1, p.77-84, jun. 2002.

PATEO, Felipe Vella. Sentidos da economia solidária: limites e avanços dos trabalhadores sobre o controle do processo e do produto do seu trabalho. 2012. 321

f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Integração da América Latina, Departamento de Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina Prolam, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000

REIS, Tatiana. A sustentabilidade de empreendimentos de economia solidária- Pluralidade e Interconexão de dimensões. 2005. 191f. Diss. Dissertação (Mestrado em Administração) -Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SENAES. Ministério do Trabalho e Emprego - Mte. Sistema nacional de informações de economia solidária -sies - disponibiliza nova base de dados: Divulgação do dados do SIES 2013. 2013. Boletim Senaes Acontece - Edição Especial. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A3D183F81013D274F4D-3F6E19/Acontec e SENAES 2012 - n31.ed.especial.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2013.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. SIES - 2009/2010: Guia para preenchimento do formulário de empreendimentos econômicos solidários (ees). 2 ed. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2009. 61 p.

SILVA, Anderson Roberto Pires et al. Sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários: análise da Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba. Revista de Administração Pública, v. 47, n. 5, p. 1189 a 1212, 2013.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil (pp. 81-103). In Santos, B. (Org) Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.





PRÁTICAS SOCIAIS NA INCUBAÇÃO DE
EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS: MEMÓRIA
COLETIVA DE CATADORES DE COOPERATIVAS
DE RECICLAGEM

*SOCIAL PRACTICES IN THE INCUBATION
OF SOLIDARY ENTERPRISES: COLLECTIVE
MEMORY OF COLLECTORS OF RECYCLING
COOPERATIVES*

Robinson Henrique Scholz - Universidade La Salle

Caroline Raupp de Oliveira - Universidade La Salle

Cléo Zorzi Montanari - Universidade La Salle

Maria de Lourdes Borges - Universidade La Salle



RESUMO

O estudo tem por objetivo analisar as práticas sociais evidenciadas pela Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade La Salle por meio da memória coletiva dos catadores das cooperativas de reciclagem incubadas. O trabalho interdisciplinar exercido pelas incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil e os registros da sua memória coletiva são significativos ao fortalecimento das iniciativas populares de empreendimentos de economia solidária, gerando desenvolvimento socioeconômico nos territórios em que atuam. O método empregado é qualitativo e descritivo, com viés etnográfico, tendo a aplicação de 14 entrevistas semiestruturadas e 38 diários de campo registrados pela observação direta entre 2018 e 2019. A análise de conteúdo temática foi empregada na interpretação dos dados. Os resultados apontam para uma melhora da autogestão nas cooperativas incubadas, fortalecimento dos vínculos sociais e ampliação da coleta seletiva realizada pelos catadores cooperados. Além disso, se destaca a importância das práticas de educação popular, diagnóstico participativo e adequação sociotécnica realizada pela incubadora juntamente às cooperativas.

Palavras-chave: Memória coletiva. Incubação de empreendimentos solidários. Economia solidária. Autogestão. Catadores.

ABSTRACT

The study aims to analyze the social practices evidenced by the La Salle University Incubator of Solidary Enterprises through the collective memory of the collectors of the incubated recycling cooperatives. The interdisciplinary work carried out by the technological incubators of popular cooperatives in Brazil and the records of their collective memory are significant in strengthening popular initiatives of solidarity economy enterprises, generating socioeconomic development in the territories in which they operate. The method employed is qualitative and descriptive, with an ethnographic bias, with the application of 14 semi-structured interviews and 38 field diaries recorded by direct observation between 2018 and 2019. Thematic content analysis was used in the interpretation of the data. Thematic content analysis was used to interpret the data. The results point to an improvement in self-management in the incubated cooperatives, strengthening of social bonds and expansion of the selective collection carried out by the cooperative waste pickers. In addition, the importance of popular education practices, participatory diagnosis and socio-technical adaptation carried out by the incubator together with cooperatives is highlighted.

Key-words: Collective memory. Incubation of solidarity ventures. Solidarity economy. Self-management. Collectors.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade está em constante processo de transformação e, com isso, o conhecimento gerado pelas experiências e suas pesquisas, busca elementos que possam contribuir na transdisciplinaridade de seus conceitos sobre as práticas exercidas em sociedade. A procura pela excelência teórica requer olhares distintos e atentos, tendo o rigor metodológico à interpretação da realidade em análise do objeto em tela. Sendo assim, a cada nova pesquisa desenvolvida, é possível trazer uma pequena contribuição ao desenvolvimento do conhecimento já estabelecida, ressignificando-o.

Por esta linha de pensamento, é possível construir chaves analíticas e compreensivas sobre o objeto empírico deste estudo ora expresso neste artigo, tendo como referência a produção conceitual já produzida - no campo da memória, economia solidária e incubação de empreendimentos solidários - e incorporando novos elementos ao debate. É nesse contexto que este estudo busca projetar suas reflexões e resultados, tendo como campo de investigação as ações desenvolvidas por uma incubadora de empreendimentos econômicos solidários.

A Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade La Salle, localizada na cidade de Canoas, RS, Brasil, iniciou sua atuação em 2007 como Núcleo de Economia Solidária e, a partir de 2010, se tornou um eixo de atuação do Tecnosocial Unilasalle, fortalecendo os elos assumidos na sua origem, tendo como referência as cadeias produtivas dos segmentos de atuação das áreas de reciclagem, alimentação, artesanato e serviços. Deste modo, ocorre um impulsionamento para a construção de tecnologias sociais, promovendo a atuação sustentável.

Cabe destacar que o objetivo da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade La Salle é fortalecer a capacidade empreendedora e a dinâmica de empreendimentos solidários, potencializando sua atuação sustentável e autogestionária nos territórios onde atuam. Inclui a criação e o desenvolvimento de empreendimentos populares e a sistematização da metodologia de incubação dos mesmos, associada a processos de pesquisa e extensão (MATARAZZO; BOEIRA, 2016).

Nesse aspecto, a metodologia de trabalho de incubação utilizada pela incubadora é dividida em três fases: pré incubação, incubação e pós incubação (NUNES, 2009). Para uma melhor contribuição, Moura (2014) apresenta a pré incubação como o estudo de viabilidade econômica do empreendimento, de um plano de trabalho com metas estabelecidas a partir do diálogo entre equipe da incubadora e o empreendimento. Conforme a mesma autora, na fase de incubação é onde a ação do plano de trabalho é colocado em prática. Contribuindo, Pires (2017) salienta que nesta fase em que acontece a articulação e trocas de saberes dos membros dos empreendimentos incubados e os saberes acadêmicos da equipe da incubadora. Matarazzo e Boeira (2016), apontam o alto grau de complexidade nesta etapa, uma vez que a incubação é sensível às condições socioeconômicas, culturais e existenciais dos atores envolvidos, levando em consideração que são contextos distintos.

A partir do desenvolvimento do trabalho de incubação, no período entre 2018 e 2019, juntamente com os cooperados nas quatro cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos urbanos localizadas nos municípios de Canoas, Esteio e Sapucaia do Sul, na Região Metropolitana de Porto Alegre, RS, foram realizados diários de campo, diálogos, reflexões, assessorias técnicas, dinâmicas de grupos e desenvolvimento de mecanismos de gestão, no sentido de poder construir melhores resultados para cada uma das cooperativas. Diante das ações desempenhadas e refletidas com a equipe interdisciplinar da incubadora, conjuntamente com os catadores envolvidos no processo de formação e assessoria, haviam muitas inquietações sobre as práticas sociais desempenhadas pela equipe e que fossem significativas às cooperativas incubadas, no sentido da efetivação da autogestão e no fortalecimento do trabalho e geração de renda, tendo como base os estudos já produzidos no campo da incubação e economia solidária (OLIVEIRA; ADDOR; MAIA, 2018; VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017, RIGO; FRANÇA FILHO, 2017).

Sob essa perspectiva, emerge o seguinte problema de pesquisa: Como as práticas sociais de incubação de cooperativas de reciclagem são significativas à economia solidária e autogestão pela perspectiva da memória coletiva de catadores das cooperativas de reciclagem incubadas? Salienta-se que há uma lacuna de pesquisa no que se refere aos estudos sobre memória coletiva nos contextos da economia solidária (GUTIERREZ; BORGES, 2019), despertando o interesse em produzir conhecimento neste contexto.

Para um melhor entendimento, o objetivo geral do estudo é analisar as práticas sociais utilizadas pela Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade La Salle por meio da memória coletiva dos catadores das cooperativas de reciclagem incubadas.

Este estudo faz parte de uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), a qual tem o emprego do método qualitativo e descritivo, tendo como procedimento técnico o viés etnográfico para o desenvolvimento do estudo (GEERTZ, 1973). As técnicas de coleta de dados empregadas são: 14 entrevistas semiestruturadas com os sujeitos envolvidos nos processos de incubação e 38 observações diretas. Para a organização e interpretação dos dados, é utilizada a análise de conteúdo temática (BAUER; GASKELL, 2002).

A seguir, a revisão de literatura utilizada é apresentada, destacando as compreensões sobre memória coletiva, economia solidária e incubação de empreendimentos solidários, sustentando conceitualmente este artigo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O arcabouço teórico está alicerçado nos conceitos que orientam a memória coletiva (GUTIERREZ; BORGES, 2019; RODRIGUES, 2017; ABREU, 2016; HALBWACHS, 2013), economia solidária (VERONESE, 2016; GAI-GER, 2015), incubação de empreendimentos solidários (PIRES, 2017; RIGO;

FRANÇA FILHO, 2017; BORGES; SCHOLZ; CARGNIN, 2015; PITA; LIMA;

LIMA, 2015) e cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos (BORGES; SCHOLZ; ROSA, 2014). Parte-se do pressuposto que tal construção conceitual interdisciplinar tem potencial para desenvolver o contexto de pesquisa na economia solidária, entendendo os processos de incubação de empreendimentos de catadores de resíduos sólidos como sendo um espaço de troca de saberes acadêmicos e populares, no sentido de projetar soluções de inovação e tecnologia sociais. Cabe aqui destacar que a construção do conhecimento não é de forma linear, por vezes contraditória e não está livre de tensões (KUHN, 1997), uma vez que a ação é democrática e pautada pela autogestão na interrelação entre a incubadora e as cooperativas.

Na perspectiva da memória social, os estudos podem favorecer a compreensão sobre a atuação de uma incubadora, uma vez que a memória não é uma reprodução do passado, mas antes uma elaboração do passado, colocada em marcha dentro de uma relação eu versus outro (ABREU, 2016). Neste mesmo sentido, Lima, Rigo e Santos (2016) definem memória social como a forma que as pessoas expressam suas relações e atitudes sociais, numa representação do passado e construção de saberes através de práticas culturais, ritos, monumentos, entre outras. Neste contexto, ela é uma representação advinda dos saberes do passado, onde escolhas sobre o que lembrar e esquecer estão sempre presentes com uma certa intencionalidade em relação ao futuro (GONDAR, 2016).

Rodrigues (2017), por sua vez, defende que ela é seletiva, pois nem tudo que é importante a um grupo é re-passado para gerações futuras. Neste aspecto, a memória social se torna dinâmica e mutável, reformulando e reinterpretando os fatos, promovendo um novo significado e uma nova memória social coletiva.

No mesmo pensamento, Gondar (2016) menciona que a memória social sofre transformações e modificações, ao passo que são transformadas e criadas novas formas de expressão e modos de vivências, ocorrendo leituras distintas em períodos diferentes em que as mesmas emergem (GROSS, 2016).

Sendo assim, para o entendimento dos conceitos de memória, deve-se destacar que a memória social, pode ser descrita, a partir de um dado momento do tempo, em que há uma possibilidade de evidenciar movimentos e ações de um determinado grupo (CORREIA-LIMA; RIGO; SANTOS, 2016), compreendendo a memória coletiva pertencente às pessoas que participam deste grupo (HALBWACHS, 2013). Nesse contexto, se busca uma aproximação com a abordagem chave de memória social, que é a formação de grupos sociais que se organizam a partir da soma de pensamentos oriundos de contextos históricos e se transformam ao longo do tempo no constructo da sociedade (RUSSEL, 2006).

O fenômeno da economia solidária surge nos seus primórdios como uma alternativa de enfrentamento à exclusão do modo capitalista de trabalho (VERONESE, 2016). Com passar do tempo, há o entendimento de que a economia solidária é uma forma de organização autogestionária do trabalho, sendo uma opção de escolha às pessoas que queriam desenvolver suas atividades no formato cooperativo e democrático. A economia solidária vem sendo estudada em diferentes formas de organização do trabalho, tais como associações, cooperativas ou grupos informais, podendo ser coletivos de produção de bens, serviços e geração de renda (FERRARINI et al, 2018). Para Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017), o trabalho coletivo, autogestionário realizada pelos trabalhadores na economia solidária são características marcantes, além dos processos de decisão serem realizados de forma democrática e participativa, o que a torna diferente do trabalho exercido no capitalismo.

Neste sentido, o conceito de autogestão está relacionado em um contexto de participação coletiva e democrática, proporcionando uma autonomia para que indivíduos se tornem responsáveis por decisões, controles e rumos de um empreendimento (BRAND, 2016). Esse pensamento vai ao encontro do estudo sobre o desafio à autogestão em Borges, Scholz e Rosa (2014, p. 104): "diz respeito à capacidade que os membros de um empreendimento têm de geri-lo com eficiência na ausência de um especialista". Já Costa (2018) aponta que para que ocorra autogestão, é necessário o reconhecimento por parte dos sócios, que todos têm os mesmos direitos e partilham de um projeto em comum e em igualdade de capacidades e condições. De acordo com Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018, p. 153) a gestão democrática estimula a participação e "é a forma que mais se adequa à natureza coletiva e igualitária da economia solidária".

Em outro aspecto, a dimensão econômica dos projetos de economia solidária deve conciliar motivação e objetivos comuns para continuação das atividades econômicas, sendo esse o objetivo fundamental e, ao mesmo tempo, para viabilidade dos empreendimentos. Pois, não se trata de caridade, mas de trabalhadores capazes e dispostos a assumir os custos e os riscos inerentes, com capital próprio e sem dependências externas. (GAI-GER; FERRARINI; VERONESE, 2018).

Neste sentido em conformidade com Pita, Lima e Lima (2015), o cooperativismo tem um papel importante na economia solidária por suas características próprias, tais como o controle democrático por parte dos membros, o compromisso com a educação dos mesmos, a distribuição de responsabilidades e resultados. Assim, há sentimentos de pertencimento sobre o negócio e nas decisões coletivas.

Em outra perspectiva, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 2003, veio propor a formulação, fomento e execução de programas e projetos em conjunto com as entidades representativas do movimento da economia solidária que apoiaram e mobilizaram suas ações e práticas, com importante atuação das universidades como Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs).

Entende-se por incubadora de empreendimentos solidários o processo de reestruturação e melhoria dos empreendimentos cooperativos populares, além do fomento a projetos de pesquisa, extensão universitária e experiências que interligam os saberes populares e científicos (MATARAZZO; BOEIRA, 2016). De acordo com Moura (2014), esse processo vai muito além das atividades e técnicas empregadas ao desenvolvimento do empreendimento econômico solidário incubado, pois ele pode ser uma maneira de compreender e construir uma nova visão de mundo a partir da vivência dos trabalhadores.

Conforme Matarazzo e Boeira (2016), as incubadoras surgem e fazem a conexão necessária com a economia solidária, para que nas suas ações, possam se articular ao papel de organizar e desenvolver os grupos, fazendo com que a universidade tome uma proximidade maior na construção de conhecimento mútuo. Contribuindo, Oliveira, Addor e Maia (2018) destacam que a incubadora incorpora o papel de elo entre os empreendimentos solidários e a universidade, fomentando ambos os setores. Já para Matarazzo e Boeira (2016) o processo de incubação se aproximam a papéis de assessoria. No entanto, conforme os mesmos autores, o aspecto econômico não é o único fator levado em conta nesse processo devido à abrangência, pois cada grupo tem suas particularidades muito específicas. Destaca-se a cultura do trabalho que se mostra muito forte, a qual não pode ser simplesmente desconsiderada nessa construção coletiva entre incubadora e empreendimento.

O trabalho das incubadoras no Brasil, conforme menciona Costa (2018), possuem caráter político e pedagógico, pois tem como objetivo a melhoria das condições de vida dos seres humanos, a partir de tecnologias sociais apoiadas nas práticas de economia solidária (BORGES; SCHOLZ; ROSA, 2014).

De acordo com os autores Matarazzo e Boeira (2016), a incubação acaba criando um elo de assessoria e consultoria para as cooperativas, visto a dificuldade de tratamento das questões burocráticas. No entanto, para Nunes (2009), a essência dos projetos de incubação visa alcançar a emancipação dos atores envolvidos nos empreendimentos e potencializar práticas de educação cidadã e formal (quando possível) aos trabalhadores da economia solidária envolvidos. Já para Veronese (2016) as combinações do trabalho associado a processos de formação podem mudar mesmo que parcialmente a vida dos sujeitos.

A metodologia utilizada no desenvolvimento desta pesquisa é apresentada na próxima seção.

3. MÉTODO

Para a estruturação e desenvolvimento desta pesquisa, o método aplicado foi qualitativo e descritivo (BAUER; GASKELL, 2002). Para os autores, a pesquisa qualitativa é ideal para observar a efetividade de um programa ou plano, e também que o pesquisador tem como papel de observador neste modelo de pesquisa e captar a perspectiva do fenômeno social pesquisado como um todo. Conforme Minayo (2000, p. 21), a pesquisa qualitativa trabalha com “o universo de significações, possibilitando aos participantes expressarem suas percepções e representações, valorizando o conteúdo apresentado pelos sujeitos”. A pesquisa qualitativa pressupõe que o pesquisador fará uma abordagem empírica de seu objeto, partindo de um marco teórico-metodológico preestabelecido

Para fins de contextualização do objeto de pesquisa, os processos de incubação foram desenvolvidos nos anos de 2018 e 2019 por uma equipe multidisciplinar (composta por 2 professores, 1 psicóloga e 3 bolsistas) e projeta a assessoria para cooperativas de catadores e catadoras de resíduos sólidos urbanos nos municípios de Canoas, Esteio e Sapucaia do Sul, RS.

Como procedimento técnico, a pesquisa possui um viés etnográfico (GEERTZ, 1973), levando em consideração a vivência dos profissionais e pesquisadores juntamente com os empreendimentos incubados, o que permite uma descrição densa da realidade em diários de campo, registrando os principais acontecimentos e contribuindo nos registros da memória coletiva.

O levantamento de dados foi elaborado por meio da construção do corpus documental da pesquisa, o qual inclui 14 entrevistas semiestruturadas com cooperados das 4 cooperativas de reciclagem incubadas e com membros da equipe da incubadora, além de 38 diários de campo elaborados no período entre 2018 e 2019.

A entrevista semiestruturada é uma técnica que leva ao mapeamento e ao entendimento do mundo dos entrevistados, possibilitando ao pesquisador realizar análises interpretativas para descrever as opiniões dos sujeitos da pesquisa em termos mais conceituais e abstratos à luz das teorias utilizadas no estudo (BAUER; GASKELL, 2002).

Nas entrevistas semiestruturadas utilizam-se questões abertas, que dão liberdade de escolha de respostas para os entrevistados, e também permitem que o entrevistador possa interpretar a perspectiva dos entrevistados (BAUER; GASKELL, 2002). Complementando os instrumentos de coleta de dados, as observações diretas foram sistematizadas em diários de campo, a partir das vivências estabelecidas nos processos de incubação, levando em consideração a descrição dos fatos ocorridos e sistematizados para fins de análise posterior (BAUER; GASKELL, 2002).

A técnica da observação participante foi utilizada, que segundo Yin (2010), essa técnica proporciona oportunidades incomuns para a coleta de dados, sendo que a mais diferenciada está relacionada com a capacidade de obter acesso aos eventos e fenômenos sociais que emergem nas interações sociais pelo objeto de pesquisa. As observações geraram 38 diários de campos, os quais fazem parte o estudo etnográfico (GEERTZ, 1973).

Os dados coletados foram sistematizados e interpretados por meio da análise de conteúdo temática (BARDIN, 2011), que busca a compreensão dos conteúdos de comunicação emitidos e percebidos, no sentido de sistematizá-los para fins de análise qualitativa.

4. ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados se centra em apresentar informações referentes à memória dos sujeitos que participaram dos processos de incubação exercidos pela equipe da Incubadora de Empreendimentos Solidários, no período de 2018 a 2019. Desta forma, aqui são apresentadas algumas informações pertinentes ao contexto do objeto em tela. Parte-se da necessidade de se compreender as práticas de incubação realizadas e que contribuíram ao desenvolvimento das cooperativas de catadores atendidas pela incubadora.

O fortalecimento a autogestão e as práticas de gestão compartilhada proposta pela incubadora compreende o desenvolvimento dos cooperado, uma vez que a autogestão para Borges, Scholz e Rosa (2014).se refere à capacidade que os trabalhadores e trabalhadoras apresentam para conseguir gerir com o máximo de eficiência, mesmo sem a presença de um especialista, aspectos evidenciados pelo Entrevistado 5:

[...] de extrema importância para nós a troca, via de mão dupla. Como nós catadores não temos o estudo, nós não somos qualificados, então nós temos a prática da coleta, não temos a prática de conversar, nós não temos a teoria, da parte técnica então somando essas duas coisas juntas com a Incubadora, veio a nos fortalecer, veio fortalecer a cooperativa.

Os dados evidenciam um crescimento, no sentido autogestionário (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017) e um acen-

to a respeito da troca entre cooperados e incubadora, o que está coerente com as práticas democráticas e autogestionárias de compartilhamento de ideias, troca de saberes acadêmicos e empíricos, além da adequação sociotécnica pertinente ao trabalho que as incubadoras universitárias desenvolvem em suas práticas de incubação (MATARAZZO; BOEIRA, 2016).

Além disso, é evidenciada a importância das interações sociais e sociabilidades entre os membros das cooperativas e da equipe da incubadora, como por exemplo, na fala do Entrevistado 9: “que eu lembro essas oficinas de se relacionar, pode falar, perdeu-se esse medo de conversar”, onde aparece o aspecto da memória, em que há um resgate por parte do entrevistado à luz de suas experiências vivenciadas no coletivo de trabalho e a forma como ele atribui sentidos e significados do contexto social por meio de suas memórias (GUTIERREZ; BORGES, 2019).

Outras questões mais de habilidades práticas também foram evidenciadas pelo Entrevistado 1: “tivemos uma capacitação, a respeito de Gestão Financeira e Logística, então foi ali o pontapé inicial para abrir a mente, tanto a minha, quando das outras coordenadoras aqui da cooperativa”. Evidencia-se a relevância do trabalho exercido pela equipe da incubadora em referência à organização da gestão do empreendimento (OLIVEIRA; ADDOR; MAIA, 2018), no que compete aos aspectos financeiros e logísticos. Cabe aqui interpretar que não basta assessorar o empreendimento, mas sim, educar os trabalhadores para que este possam executar a administração da cooperativa de forma autônoma e independente, a partir dos seus aprendizados (BORGES; SCHOLZ; ROSA, 2014). Outrossim, se pode perceber a compreensão da memória coletiva na interação entre as coordenações, as quais atribuem sentidos à luz de seus registros de memória, tanto por parte das experiências vivenciadas, como pela compreensão da realidade (GONDAR, 2016). Por outro lado, se observa que o trabalho da incubadora acabou impactando no senso de identidade de cooperados, demonstrando que o processo foi além de simplesmente uma experiência vivida da memória coletiva (RUSSEL, 2006).

Contribuindo no processo analítico, a participação da incubadora foi essencial na socialização e formação sobre as práticas de gestão compartilhada, confrontando as práticas antigas, em caso como informa o Entrevistado 12:

[...] porque não era bom, no momento em que eu começo abrir a mentalidade dos meus cooperados de que eu tenho direito a ver quanto que deu à venda, ter direito a ver as contas, eu tenho direito a ver os gastos e as entradas e as saídas, então a coordenação anterior a minha, agia de muita má fé, então a incubadora foi uma peça fundamental no processo de construção, de reconstrução.

Cabe ressaltar que nessas práticas de acordo com Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017, p. 91), falsas cooperativas “se valem do marco legal cooperativo para intermediar mão de obra a baixo custo, mantendo intacta a hierarquia da empresa e a divisão entre capital e trabalho”, fugindo dos propósitos da cooperação livre e democrática. Há também a possibilidade de esclarecer dúvidas presentes na memória coletiva (LIMA; RIGO; SANTOS, 2016) dos cooperados em cada cooperativa incubada, demonstrando que sim, existem fragilidades de compreensão sobre como se trabalha na economia solidária, que as relações são autogestionárias e o compromisso assumido é coletivo e não de uma única pessoa, presidente ou dono do empreendimento (OLIVEIRA; ADDOR; MAIA, 2018).

Em outro momento, a incubadora busca fortalecer os vínculos e a participação, a autogestão, a propriedade coletiva, o protagonismo dos próprios trabalhadores, em conformidade a Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017), diferenciando-se de outras iniciativas econômicas. Segundo o Entrevistado 3: “foram nos ensinando, que a

gente tinha direitos, que nós tínhamos deveres, mas, que nós tínhamos direitos”. Aqui se aponta analiticamente a importância da assessoria da incubadora na formação cidadã dos cooperados, além de das responsabilidades de atuação no contexto da economia solidária, aqui no caso em um empreendimento de reciclagem (BORGES; SCHOLZ; CARGNIN, 2015). Contribuindo no mesmo sentido, o Entrevistado 7 comenta “éramos donos, era uma associação cooperativa, que a gente elege que a gente tem o poder de escolha”. Essa fala apresenta a memória social e a memória coletiva (GUTIERREZ; BORGES, 2019) à luz da compreensão sobre as experiências que o entrevistado demonstra ter sobre o trabalho na cooperativa. Todavia, há interferências e atravessamentos de usos de poder ou constrangimento, como relata o Entrevistado 11: “fico preocupado em como as coisas são decididas, às vezes, sem passar pelo grupo, sabe, isso me preocupa. Nem tudo a gente fica sabendo, mas vai melhorar”. Nota-se que ainda está presente no trabalho a influência do modelo formal de trabalho e das práticas de uso de poder e comando, muito frequentes nas empresas (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017). Cabe aqui refletir os sentidos atribuídos pela memória coletiva do empreendimento para que se possam ser trabalhadas essas questões nos processos formativos e de assessoria feitos pelas incubadoras universitárias de cooperativas populares (PIRES, 2017).

Continuando a análise dos dados, para o Entrevistado 2 também foi significativa a contribuição da Incubadora nas práticas de gestão nas cooperativas: “falar mesmo sobre cooperativa e explicar e fazer entender que o negócio é de todos, mas não é porque é de todos que eu vou me atirar nas cordas, é cooperativismo essa é a verdade”. A autogestão (OLIVEIRA; ADDOR; MAIA, 2018) é presente na reflexão do trabalho desenvolvido pela equipe da incubadora, respeitando os tempos e processos de desenvolvimento dos grupos assessorados, com base na metodologia de incubação (MATARAZZO; BOEIRA, 2016).

Outro fator importante sobre as memórias das práticas de incubação exercidas é o que apresenta o diário de campo de 29 de junho de 2018:

A recepção que temos ao chegar na cooperativa é feita de forma calorosa e harmônica. O acolhimento recebido pelos cooperados e cooperadas foi especial hoje: uma mesa posta com lanches e um delicioso café. Tudo isso foi surpresa para nós da incubadora. Hoje nosso foco foi tratar as relações interpessoais e a forma de comunicação existentes na cooperativa. A oficina ocorreu primeiramente, trabalhando situações de trabalho apresentados por eles, e depois, usamos a dramatização para representar como eles se comportam e depois refletir sobre as práticas, de forma dialógica. Ao final, traçamos coletivamente compromissos de respeito, empatia e comunicação que permitam o trabalho na reciclagem. E, tivemos o lanche no final, celebrando mais uma oficina de formação.

Evidencia-se no trecho do diário de campo que os aspectos pertinentes à memória coletiva são demonstrados, uma vez que a oficina remetia a situações do passado que estavam nos registros de memória coletiva dos cooperados, além de vivenciarem esses momentos por meio da dramatização no presente e refletindo sobre as suas memórias (CORREIA-LIMA; RIGO; SANTOS, 2016). Dessa forma, há a possibilidade de transformação e expansão da abrangência sobre a realidade do empreendimento econômico solidário com base nos processos formativos desenvolvidos pela assessoria da incubadora da Universidade La Salle.

Além disso, se verifica as dinâmicas que perpassam as relações sociais entre os sujeitos do empreendimento, haja vista suas afinidades e ruídos (PITA; LIMA; LIMA, 2015). A dinâmica social da vida cotidiana de um empreendimento econômico solidário é presente, pois demanda de comunicação e processos democráticos de participação (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017). Desse modo, se percebe que o grupo possui afinidade com a equipe da incubadora, permitindo o fortalecimento de laços sociais entre ambos, garantindo confiança, comunicação e credibilidade. O fato de prepararem um lanche também demonstra laços sociais afetivos

entre os sujeitos em interação, independentemente da instituição a qual pertencem, mas que compartilham do mesmo espaço e tempo, revivendo a memória coletiva (GUTIERREZ; BORGES, 2019). Esse aspecto não pode ser visto de forma generalizada, mas sim, sistêmica sobre o fato social em análise neste contexto de interpretação do estudo.

Contribuindo neste entendimento sobre a participação e as interações sociais, o diário de campo do dia 28 de setembro de 2018, descreve:

Interessante destacar que a cada parceiro do empreendimento que era trazido pelos cooperados ou pela equipe da incubadora, se discutia a sua importância e relação, bem como a forma como são conduzidas as negociações. Paralelo a isso, a técnica da incubadora desenvolveu a importância de se estar preparado para participar de uma reunião de representação institucional, ou seja, quem for a uma reunião externa, deve levar informações básicas sobre a cooperativa (número de cooperados, valor da renda, preço dos materiais, volumes processados e a situação da coleta seletiva), bem como ter em mãos caderno e caneta para anotar as informações e socializar depois com o grupo. Os cooperados definiriam entre si quem seriam os responsáveis pela representação externa e que não fossem da coordenação. Foram indicadas e eleitas 6 pessoas.

Interpreta-se a importância da comunicação, representação e conhecimento sobre o trabalho das cooperativas para atuar no meio externo, ampliando as relações sociais e políticas de continuidade e parcerias do empreendimento econômico solidário (GAIGER; FERRARINI; VERONESE, 2018). Além disso, a democracia é evidente no diário de campo, uma vez que a participação e debate entre os cooperados e cooperadas sobre as ações e parcerias da cooperativa, demonstram que a comunicação existe e é registrada em memória social (LIMA; RIGO; SANTOS, 2016; HALBWACHS, 2013) sendo vivenciadas entre seus membros, fortalecendo os vínculos sociais. Sabe-se que na economia solidária as práticas de solidariedade e reciprocidade são de expressiva relevância (BORGES; SCHOLZ; ROSA, 2014), além de possibilitarem um acúmulo de experiências que favorecem a continuidade do trabalho e dos vínculos. E a memória coletiva (ABREU, 2016) dos cooperados contribuem nos processos avaliativos sobre a continuidade – ou não – das relações com os parceiros, além de traçar estratégias de melhorias e descentralização das atividades, como o caso da eleição de novos representantes externos.

O crescimento do empreendimento cooperativo também traz reflexos para a vida dos cooperados, conforme Diário de Campo do dia 25 de maio de 2019, em que foi observado “o empenho em limpar a cozinha, após a refeição do almoço pelas cooperadas e a satisfação de outras em ajudar, proporcionando um dia mais leve e produtivo”. Essa observação está relacionada com a questão da construção de infraestrutura promovida com recursos de projetos da incubadora, pois a cooperativa em questão, não possuía espaço para alimentação antes de ser incubada: “[...] e as refeições eram realizadas no pátio de qualquer jeito” (ENTREVISTADA 2). Nessa perspectiva, se evidencia a compreensão de Matarazzo e Boeira (2016), os quais orientam que o processo de incubação se aproxima aos papéis de assessoria. No entanto, os mesmos autores salientam que o aspecto econômico não é o único fator levado em conta neste processo, pois em conformidade com Zanin e Gutierrez (2011), as incubadoras de empreendimentos solidários têm como objetivo a melhoria das condições de vida dos seres humanos, a partir de tecnologias sociais apoiadas nas práticas de economia solidária.

Em outro aspecto, de acordo com Nunes (2009), no processo de incubação a humanização é considerada a essência dos projetos, pois visa a emancipação dos atores envolvidos. E quanto a isso, a incubadora de empreendimentos solidários da Universidade La Salle, conseguiu deixar seu legado, conforme trecho abaixo.

Conseguiram ajudar aqui dentro, antigamente não tinha união, depois vocês [equipe da incubadora] começaram com muita reunião, porque um ajudar o outro não tinha. Um não entendia o problema do outro, se um não chegasse bem, ninguém percebia. Depois que vocês vieram, se um não chegasse bem, íamos perguntar o que estava acontecendo, o que houve que não está bem, hoje mudou bastante (ENTREVISTADO 5).

O trecho se respalda na resolução de problemas e empatia com o próximo, que está completamente ligada com a ideia de emancipação, pois os indivíduos passam a ter autogestão para atuar nos problemas, que de acordo com Pita, Lima e Lima (2015), essa educação visa o empoderamento das pessoas na vida social.

De forma oposta, as pesquisas devem apresentar resultados contraditórios aos defendidos pela equipe da incubadora, como apresenta a análise a seguir. Para compreender sobre as práticas de incubação, por meio da memória coletiva (ABREU, 2018), se destaca um trecho do Entrevistado 6, que reflete o sentimento coletivo de repulsa, e posteriormente, de reflexão positiva ao que se refere ao trabalho realizado pela incubadora:

As vezes quando se está muito cheio de serviço, ninguém gosta [quando a equipe da incubadora chega para fazer uma atividade com o grupo], porque a pessoa quer terminar o serviço para ir embora, porque está com muito material e quer fazer, então fica meio bravo. Mas depois que vem para reunião entra no embalo e já esqueceu (ENTREVISTADO 6).

Percebe-se que a atuação da incubadora impacta de alguma maneira na dinâmica do trabalho, podendo ser interpretada de duas formas: por um lado como um “atraso” no trabalho da reciclagem, uma vez que há uma parada na produção para poder desenvolver a formação proposta e construída com a cooperativa (MOURA, 2014). Por outro lado, como um “aprendizado”, pois nas oficinas e nos encontros entre a equipe da incubadora e os cooperativados, há práticas de formação sendo desenvolvidas e que, de forma gradual e não linear (VERONESE, 2016), impactam no desenvolvimento do trabalho e na formação pessoal e profissional (de forma distinta) em cada um dos sujeitos envolvidos (PIRES, 2017). Complementa-se esse raciocínio com base no trecho de entrevista a seguir:

Para nós foi bom que a gente foi aprendendo de maneira de que nós tínhamos Leis, que não só tínhamos a ganhar, que antes de entrar nós nunca presidimos alguém, não sabia sobre votos, era outra turma de pessoas que tinha aqui, aí éramos donos era uma associação cooperativa, que a gente elege que a gente tem o poder de escolha, aí a gente foi indo, começou as leis a gente começou a aprender devagarinho, então a gente foi atrás dos recursos (ENTREVISTADO 1).

A evidência nos denota que a memória social (LIMA, RIGO, SANTOS, 2016) vai sendo construída de maneira específica para cada grupo e sociedade em um determinado contexto e período e requer escolhas, como quando os cooperativados se perceberam donos de uma associação cooperativa com várias demandas onde perceberam que precisavam aprender como lidar, ou seja, tinham que fazer escolhas (GONDAR, 2016) que acabaram impactando em sua memória social de maneira dinâmica, mutável e seletiva (RODRIGUES, 2017).

Frente aos dados coletados e análise dos mesmos percebeu-se que a Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade La Salle, cumpriu sua função no papel de organizar e desenvolver os grupos, ao encontro a Matarazzo e Boeira (2016) não somente no aspecto econômico, mas também nas representações sociais, legitimando as práticas autogestionárias e a gestão compartilhada (BORGES; SCHOLZ; CARGNIN, 2015), mesmo havendo percepções contrárias, as quais respeitamos e compreendemos no processo participativo, democrático e autogestionário, em que os pontos de vistas devem ser respeitados.

Da seção a seguir, os resultados do artigo são apresentados.

5. RESULTADOS ALCANÇADOS

Este estudo contribuiu no entendimento das práticas sociais na incubação de empreendimentos solidários, tendo como perspectiva a memória coletiva dos catadores das cooperativas incubada, conforme o objeto empírico apresentado. O estudo evidencia que houve fortalecimento da economia solidária e da autogestão nos empreendimentos incubados, bem como as práticas aplicadas pela incubadora, levando em consideração os registros de memória coletiva. Assim, com base nos dados coletados e analisados, se pode perceber que a Incubadora cumpriu seu papel no fortalecimento das cooperativas incubadas e na formação dos cooperados. Outra importante contribuição que o estudo apresenta é que a incubadora impactou positivamente na construção da memória coletiva de cada empreendimento, uma vez que evidências de mudanças na identidade apareceram quando os cooperados conseguiram elaborar e expor suas ideias em grupo, bem como aprender a utilizar as ferramentas de gestão.

A incubadora não só fortaleceu juridicamente os empreendimentos na transição da documentação das cooperativas junto a legislação pertinente que compete às cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos urbanos, mas sobretudo no desenvolvimento dos cooperados ao que tange princípios da economia solidária, dentre estes a autogestão, cooperação e desenvolvimento humano.

Nesta perspectiva, para que a autogestão seja exercida pelos cooperados, a incubadora buscou trabalhar os princípios do cooperativismo, no sentido de observação dos direitos dos mesmos, como exemplo, o voto, ao processo participativo e o protagonismo dos mesmos, ao mesmo tempo aos deveres no que tange responsabilidades nas decisões, controles e rumos de um empreendimento, em um contexto de gestão coletiva e democrática. Outrossim, a interação social oportunizou a modificação da memória coletiva dos cooperados, dos integrantes da equipe da incubadora, bem como a identidade.

Na perspectiva da memória coletiva, surge o entendimento de que nas relações sociais estabelecidas entre a incubadora e os coletivos incubados, emergem situações das mais variadas ordens, sejam no campo político, econômico, social e cultural, como é o caso dos registros sobre a efetividade das dinâmicas de grupo realizadas, as conversas e assessorias realizadas, bem como a forma como o diálogo se estabelecia, favorecendo a comunicação e cidadania. Assim, os resultados mostram o quanto a atuação de uma incubadora universitária de empreendimentos solidários pode ampliar as relações com os incubados e influenciar na identidade e memória coletiva, provendo melhores práticas de autogestão, solidariedade, valorização dos saberes populares e as trocas de experiências, também gerando modificações na equipe da incubadora nesta relação.

Importante destacar que à luz da memória na economia solidária, a pesquisa aponta que a memória pode ser entendida como uma construção, ela prescinde de temáticas, valores, marcos, interações, sentimentos para se materializar. Inferindo sobre a economia solidária, essa também está em construção, seja pelas suas experiências, formatos organizativos, campos de atuação, interações sociais e políticas públicas. Portanto, a memória coletiva que emerge dos trabalhadores da economia solidária no presente promove mudanças nos e pelos cooperados na dinâmica das relações interpessoais e concretas atribuídas ao trabalho por eles desempenhados com base nos registros do passado vivenciados, transformando-os. Como é caso do empoderamento dos sujeitos que antes não tinham coragem de se manifestar e que com as práticas da economia solidária, se posicionam e constroem coletivamente o empreendimento, com respeito, ética e empatia nas relações sociais.

Sobre a atuação da incubadora, se percebe a importância do trabalho realizado pela equipe aos empreendimentos incubados, jogando luzes à importância de ações que implicam no desenvolvimento da extensão universitária como produtora de transformação social. Dessa forma, as sistematizações das ações desen-

volvidas contribuem para a memória social, disseminação do conhecimento e a possibilidade da geração de tecnologias sociais no contexto da economia solidária.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. Memória social: itinerários poéticos-conceituais. *Morpheus: Revista de estudos interdisciplinares em memória social*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 41-66, 2016. Disponível em: http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_19.pdf. Acesso em: 22 ago. 2018.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, M; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BORGES, M. L.; SCHOLZ, R. H.; ROSA, G. Produção de sentido do trabalho para recicladores por meio da resignificação da identidade, aprendizagem e superação. In. SCHOLZ, R. H. *Economia Solidária e Incubação: uma construção coletiva de saberes*. São Leopoldo: Editora Oikos, 2014, p. 60- 82.

BORGES, M. L.; SCHOLZ, R. H.; CARGNIN, T. D. M. Estratégia-como-prática na economia solidária: resultados e ações de catadores de uma cooperativa. *Desenvolvimento em Questão*. v. 13, n. 31, p. 108-142, jul/set. 2015.

Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/2922>. Acesso em: 18 out. 2015.

BRAND, F. C. O empreendedorismo em uma dimensão de economia solidária: uma revisão teórica. *Desenvolve: Revista de Gestão do Unilasalle*, Canoas, v. 5, n. 1, p. 153-174, mar. 2016. DOI <http://dx.doi.org/10.18316/2316-5537.16.19>.

Disponível em: <http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/2316-5537.16.19/pdf>. Acesso em: 03 abr. 2019.

CORREIA-LIMA, B. C.; RIGO, A. S; SANTOS, M. E. P. Memória organizacional e construção de identidade local: uma análise da mobilização e organização social no Conjunto Palmeira. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 8, n. 4, p. 235-246. 2016. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/43281/memoria-organizacional-e-construcao-de-identidade-local-uma-analise-da-mobilizacao-e-organizacao-social-no-conjunto-palmeira>. Acesso em: 10 set. 2018.

COSTA, A. P. B. *Processo de incubação em economia solidária à luz de preceitos de autogestão: experiências de estudantes de graduação da OASIS/UFRN*. 2018. 75f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25771>. Acesso em 05 abr. 2019.

FERRARINI, A. V. et al. Empreendimento econômico solidário e empresa social: ampliando abordagens e integrando conceitos no diálogo Norte-Sul. *Polis*, Santiago, v. 17, n. 49, p. 299-322, mai. 2018. DOI

<http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682018000100299>. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682018000100299&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso 03 abr. 2019.

GAIGER, L. I. G. A Economia Solidária na Contramarcha da Pobreza. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 79, 2015, p. 43-63. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n79/n79a03.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2019.

GAIGER, L. I. G.; FERRARINI, A. V.; VERONESE, M. V. O Conceito de

Empreendimento Econômico Solidário: Por uma Abordagem Gradualista. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 137-169, mar. 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/001152582018149>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582018000100137&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 03 abr. 2019.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. *Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/viewFile/5475/4929>.

Acesso em: 03 abr. 2019.

GROSS, A. Memórias institucionais da reciclagem de resíduos pós-consumo em duas cooperativas da economia solidária. - Centro Universitário La Salle, Canoas, 2016. Disponível em: Http://https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/tcc/mestrado/memoria_soci_al_e_bens_culturais/2016/agross.pdf. Acesso em: 03 abr. 2019.

GUTIERREZ, A. L. P.; BORGES, M. L. Memória coletiva, práticas identitárias e etnometodologia na economia solidária. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, julio, 2019. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cc-css/2019/07/economia-solidaria.html>. Acesso em: 01 dez. 2019.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

KUHN, T. S. A estrutura das revoluções científicas. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

LIMA, B. C. C.; RIGO, A. S.; SANTOS, M. E. P. Memória organizacional e construção de identidade local: uma análise da mobilização e organização social no Conjunto Palmeira. *APGS - Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, v. 8, n. 4, p. 235-246, 2016. DOI: 10.21118/apgs.v1i4.1079. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/43281/memoria-organizacional-e-construcao-de-identidade-local--uma-analise-da-mobilizacao-e-organizacao-social-no-conjunto-palmeira>. Acesso em: 03 abr. 2020.

MATARAZZO, G.; BOEIRA, S. L. Incubação de cooperativas populares: representações sociais e tensões entre racionalidades. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 14, n. 1, p. 207-227, 2016. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/3232/323244399012.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2018.

MINAYO, M.C.S. O Desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO, 2000.

MOURA, E. P. G. de. O que estamos fazendo quando incubamos? In: SCHOLZ, R. H. (org.). *Economia solidária e Incubação: uma construção coletiva de saberes*. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 9-24.

NUNES, D. Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2009.

OLIVEIRA, T. C. S.; ADDOR, F.; MAIA, L. As incubadoras tecnológicas de economia solidária como espaço de desenvolvimento de tecnologias e inovações sociais. *Revista Tecnologia e Sociedade*, Curitiba, v. 14, n. 32, p. 38-59, Ed. Especial. 2018. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/7855/5074>. Acesso em: 01 ago. 2018.

PIRES, S. D. Empreendimento, comunidade e território: três objetos de incubação em economia solidária. *Realização*, v. 4, n. 8, p. 46-66, 2017. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/realizacao/article/view/6883> Acesso em: 10 ago. 2018.

PITA, F.; LIMA, J. R. O; LIMA, C. E. S. Normatizando solidariedade: experiência de construção coletiva de regras de uma cooperativa informal de Economia Solidária. *A Outra Economia*, São Leopoldo, v. 9, n. 16, p. 69-78, 2015. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2015.916.05/4672>. Acesso em: 16 nov. 2018.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C. O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da moeda social no “bairro da economia solidária”. *Cadernos EBAPE. BR*, v. 15, n. 1, p. 169-193, 2017. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/3232/323250132011.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

RODRIGUES, D. Patrimônio Cultural, Memória Social e Identidade: Interconexões entre os conceitos. *Revista Letras Escreve*, Macapá, v. 7, n. 4, p. 337-361, 2017. DOI: 10.18468/letras. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/4071/pdf>. Acesso em: 07 out. 2019.

RUSSELL, N. Memory before and after Halbwachs. *The French Review*, v. 79, n. 4, mar. 2006, p. 792- 804.

VERONESE, M. V. Associativismo entre catadores de material reciclável urbano. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 6,

n. 1, p. 213-236, jan-jun. 2016. Disponível em: <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/2316-1329.002>. Acesso em: 05 ago. 2018.

VERONESE, M. V.; GAIGER, L. I. G.; FERRARINI, A. V. Sobre a diversidade

de formatos e atores sociais no campo da economia solidária. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 30, n. 79, p. 89-104, abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792017000100089&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 nov. 2018.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. 2.ed. Porto Alegre: Boockman, 2001.

ZANIN, M.; GUTIERREZ, R. F. *Cooperativas de Catadores: Reflexões sobre Práticas*. 1. ed. São Carlos: Claraluz, 2011.



PRODUÇÃO, CONSUMO E SOLIDARIEDADE:
O CASO DAS ASSOCIAÇÕES PARA A
MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA DE
PROXIMIDADE (AMAP) NO NORTE DE PORTUGAL

PRODUCTION, CONSUMPTION AND SOLIDARITY:
THE CASE OF THE ASSOCIATIONS FOR THE
MAINTENANCE OF PROXIMITY AGRICULTURE IN
NORTHERN PORTUGAL

Maria Vilma Coelho Moreira Faria*

Cristina Parente **



* Universidade da integração Internacional da Lusofonia Afro- brasileira (Unilab). Email: vilma.faria@unilab.edu.br

** Universidade do Porto. Email: cparente@letras.up.pt

RESUMO

Os circuitos curtos de produção e consumo tem proporcionado a ressignificação da relação produtor e consumidor em diversas regiões do mundo ao basearem-se numa relação de proximidade entre a produção e consumo de bens e serviços (BAVA, 2015). A abordagem da economia solidária baseada no paradigma da cooperação coloca as pessoas no centro da economia, permite pensar a pequena agricultura familiar, de base sustentável e matriz biológica, ancorada numa partilha de responsabilidades entre produtores e consumidores (DAROLT et al, 2016). A soberania alimentar é o objetivo último destas propostas. Este trabalho teve como objetivo descrever e analisar a dinâmica de funcionamento de quatro Associações para Manutenção da Agricultura de Proximidade (AMAP) inscritas no norte de Portugal, e apresentar uma reflexão acerca das potencialidades e fragilidades deste modelo de produção e consumo, inserido na lógica da economia solidária, em ruptura com um modelo capitalista concorrencial. A abordagem metodológica qualitativa, baseada num estudo de caso múltiplo, utilizou como técnicas de recolha de informação a observação direta e participante e as entrevistas semi-estruturadas. Os resultados encontrados neste estudo apontam para uma forma de gestão fundamentada nos princípios auto-gestão, cooperação, solidariedade e democracia e revelam que, apesar de algumas fragilidades em seu funcionamento, as AMAP estudadas demonstram que são importantes exemplos de como a economia solidária pode ser operacionalizada de forma bem sucedida em contextos territoriais urbanos.

Palavras chaves: agroecologia, circuitos curtos, economia solidária, proximidade

ABSTRACT

The short circuits of production and consumption have provided a new meaning for producers and consumers relationship in different regions of the world, based on a close relationship between production and consumption of goods and services (BAVA, 2015). The solidarity economy approach based on the cooperation paradigm places people at the core of the economy, allowing small family farming, with a sustainable base and biological matrix, to be anchored in sharing responsibilities between producers and consumers (DAROLT et al., 2016). Food sovereignty is the ultimate objective of these proposals. This work aimed to describe and analyze the functioning dynamics of four Associations for the Maintenance of Proximity Agriculture (AMAP) registered in the north Portugal. Furthermore, the study also presents a reflection about the strengths and weaknesses of this model of production and consumption, inserted in the logic of solidarity economy, in rupture with a competitive capitalist model. The qualitative methodological approach, based on a multiple case study, used direct and participant observation and semi-structured interviews as information gathering techniques. The results found in this study pointed to a form of management based on the principles of self-management, cooperation, solidarity, and democracy. It also revealed that, despite some weaknesses in their functioning, the AMAP studied demonstrated that they are important examples of how the solidarity economy can be successfully operated in urban territorial contexts.

Key-words: agroecology, short circuits, solidarity economy, proximity

1. INTRODUÇÃO

A análise da produção e do consumo nos espaços geográficos, que integram entre outros aspectos aquilo que alguns autores (FRANCOIS, 2000; BAVA, 2015; DAROLT et al., 2016) denominam de circuitos longos e

curtos de produção e consumo, faz-se importante para um melhor entendimento sobre os processos de desenvolvimento territoriais.

Os circuitos longos caracterizam-se pela produção de um bem num determinado local e pelo consumo distante de onde foi produzido. Em contrapartida, os circuitos curtos de produção e consumo apresentam uma lógica antagônica na medida em que a produção e consumo ocorrem, preferencialmente, num mesmo território, beneficiando uma cidade ou região, sem saturar o meio ambiente, criando empregos e rendimentos (FRANCOIS, 2000).

As experiências de circuitos curtos de produção e consumo envolvem atividades inspiradas no paradigma do desenvolvimento territorial-local, destacando-se como atores das suas práticas organizações coletivas que atuam, por exemplo, no campo do comércio justo, da agricultura familiar e da economia solidária (BAVA, 2015).

A organizações coletivas, sejam empresas cooperativas ou associações, ou mesmo grupos informais, são atores chave da dinamização da economia solidária. Esta abordagem, enfoque teórico deste trabalho, recorre ao pensamento de Karl Polanyi (1944) sobre as relações entre economia e sociedade. De acordo com este autor, o pensamento econômico rege-se por quatro princípios: domesticidade, reciprocidade, redistribuição e mercado. Estes princípios econômicos remetem para diversas formas de economia, tais como: uma economia mercantil, uma economia não mercantil e uma economia não monetária. Assim, as noções substantivas de economia elaboradas por Polanyi (1944) e aplicadas à contemporaneidade e, em especial, às discussões acerca da economia solidária, demonstram a existências de formas plurais de economia, que indicam diferentes maneiras de produzir e distribuir a riqueza, que não se confinam ao modelo capitalista liberal.

No contexto dos circuitos curtos de produção e consumo, uma das áreas de atividade que mais se tem desenvolvido à luz do paradigma da economia solidária, é a agricultura familiar e biológica (DAROLT et al., 2016). As Associações para Manutenção da Agricultura de Proximidade (AMAP), localizadas no norte de Portugal, ilustram esta tendência como uma iniciativa que incorpora no seu funcionamento aspectos relativos aos circuitos curtos de produção e consumo e à economia solidária. Estas organizações em fase de arranque em Portugal, são definidas como: “uma parceria direta, baseada na relação humana entre um grupo de consumidores e um ou mais produtores, onde os riscos, responsabilidades e recompensas inerentes à produção agrícola são partilhadas, através do estabelecimento de uma ligação de longa duração” (AMAP MOVING CAUSE, 2019, s.n.), cujas diretrizes englobam três princípios fundamentais que norteiam seu funcionamento: a agroecologia, a relação de escala humana e os alimentos como bem comum.

A economia solidária configura-se neste estudo com base nos princípios norteadores de suas práticas, quais sejam: a auto-gestão, cooperação, solidariedade e democracia (SINGER; SOUZA, 2003). De acordo com Mance (1999), a autogestão se constitui na participação democrática do grupo de sujeitos que exercem poder de forma igualitária nas decisões, visando a superação da contradição entre o capital e trabalho. Ela se torna fundamental para a prática da economia solidária, que não pode prescindir do seu caráter de emancipação do ser humano.

A cooperação é outro princípio importante nas expressões de economia solidária, ao possibilitar comportamentos sociais que não são baseados na competição, mas pautados pela ajuda mútua, outra premissa sob a qual se assenta a economia solidária. Para Rossi (2011:141), a solidariedade é: “A ideia de ajuda mútua, de união de esforços, que permeia todas as relações cooperativistas”.

Por último, mas não menos importante, é o princípio da democracia. Segundo Barqueiro (2004), quanto mais elevado for o capital social presente nas organizações, maiores as chances de processos democráticos serem instituídos no âmbito da economia solidária. Estes princípios alinham-se com a problemática da soberania alimentar como o direito de cada um definir suas próprias estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos, o que globalmente visa garantir o direito de toda a população à alimentação saudável e sus-

tentável, com base na produção em pequena escala, comunitária e familiar, respeitando a terra e o ambiente, rodando e preservando culturas locais.

2. CIRCUITOS CURTOS DE PRODUÇÃO E CONSUMO

Um importante aspecto a se considerar na noção tradicional do desenvolvimento, que privilegia a dimensão econômica em detrimento das demais, refere-se as formas como ocorrem a produção e o consumo, denominados de circuitos longos e circuitos curtos. Estes circuitos referem-se às formas como ocorrem o fluxo ou caminho existente de onde o produto é produzido até sua chegada ao consumidor.

Em relação aos circuitos longos, Bava (2015: 180) assevera que:

Por circuitos longos entendemos, por exemplo, a exportação de commodities. A soja que é plantada na região central do país (Brasil) e que é exportada para a China... Os circuitos longos, ao contrário do que prega a ideologia do mercado, pauperizam o território em que operam, retiram dele recursos naturais e a riqueza gerada pela produção, que é transferida para os centros financeiros internacionais.

Além destas questões há que ressaltar que a degradação ambiental é forte nas monoculturas que se baseiam numa produção intensiva como consequência dos avanços tecnológicos que necessitam também de pouca mão de obra local.

Em contrapartida, os circuitos curtos de produção e consumo apresentam uma lógica antagônica aos circuitos longos, pois buscam que a produção e consumo ocorram, preferencialmente, num mesmo território, beneficiando uma cidade ou região. Neste contexto, o território torna-se importante unidade de análise e refere-se às relações econômicas e culturais vinculando-as a forma como os indivíduos lidam com a terra, como se organizam no espaço e como dão significado ao lugar onde vivem (DENTZ, 2016). Bava (2015: 181) afirma que:

Por circuitos curtos entendemos a busca pela aproximação entre os locais de produção e consumo de bens e serviços; a redução da escala das distâncias percorridas pelos produtos a serem transportados; a diminuição da necessidade de uso de redes de transporte, energia e logística; a utilização de mão de obra do território; o financiamento em condições acessíveis aos micro e pequenos empreendedores com novos mecanismos de intermediação financeira; a maior participação dos atores sociais nos processos de decisão política, o maior cuidado com o meio ambiente do lugar em que vivem.

Em relação aos circuitos curtos, esta tipologia de comercialização é vastamente encontrada na Europa e pode ser implementada por meio de organizações coletivas como associações, que reúnem produtores e consumidores numa relação de parceria baseada em interesses comuns, onde elos de solidariedade são construídos e a relação social entre produtor e consumidor é ressignificada.

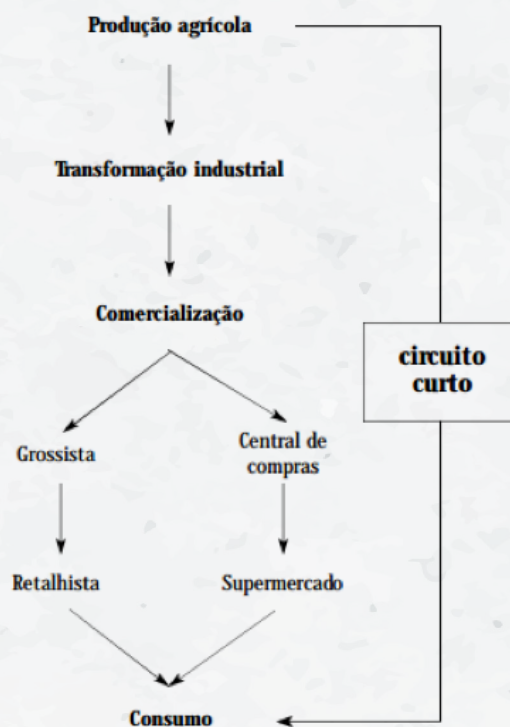
Uma das experiências de circuitos curtos de produção e consumo que envolve associações situa-se na área alimentar. Bava (2015: 182) ressalta que:

Os circuitos curtos são inspirados em experiências de desenvolvimento local, com todas as suas variantes, economia solidária, comércio justo, e agrega um novo componente, a

preocupação com a sustentabilidade ambiental... Do ponto de vista da segurança alimentar, por exemplo, o fomento à agricultura familiar, a redução das distâncias a ser percorrida pelos alimentos, a recuperação do cultivo de subespécies locais, a comercialização em menor escala de alimentos, são agendas diretamente relacionadas aos circuitos curtos, e se contrapõem à grande produção baseada na grande propriedade, bem como aos sistemas de comercialização hiper centralizados.

De acordo com Francois (2000), os dois tipos de circuitos de comercialização são importantes. Os circuitos longos podem ser justificados quando um bem é produzido e seu entorno não tem capacidade de consumi-lo, sendo importante então o seu deslocamento para mercados mais distantes. Por outro lado, os circuitos curtos oferecem muitas vantagens para produtores e consumidores, quando o produto encontra mercado nas proximidades de seu local de produção, pois os mesmos fortalecem o desenvolvimento local por meio da valorização do saber-fazer inerentes a cada território. Portanto, os circuitos curtos constituem-se numa dinâmica multidimensional envolvendo aspectos que se estendem para além do fluxo dos produtos, e se relacionam com poder, política e identidade local. A agricultura familiar, por exemplo, exerce um importante papel nos circuitos curtos, pois estabelece uma relação de proximidade entre os sujeitos que fazem parte de um determinado território.

Figura 1: Definição de um circuito curto



Fonte: Francois (2000:15)

A figura 1 demonstra que os circuitos curtos na produção agrícola tem um fluxo bem célere, conectando o produtor diretamente ao consumidor. Portanto, a dinâmica da agricultura familiar exerce um importante papel nos circuitos curtos de produção e consumo, pois estabelece uma relação de proximidade entre os sujeitos que fazem parte de um determinado território (DENTZ, 2016).

3. ECONOMIA SOLIDÁRIA

Nesta seção será abordado o tema “economia solidária”, articulado ao pensamento de Karl Polanyi (1886 a 1964) sobre as relações entre economia e sociedade. A sua principal obra, *A grande transformação* (1944), apresenta os pontos centrais do seu pensamento.

Polanyi fez uma dura crítica à subordinação da sociedade humana à lógica do mercado, que causaria a sua alienação.

De acordo com este autor, os quatro princípios de pensamento económico, que correspondem a relações de troca e alocação de recursos, a saber domesticidade, reciprocidade, redistribuição e mercado, permitem compreender o curso dos acontecimentos e posicionar-nos criticamente face ao funcionamento da economia capitalista.

Domesticidade: tem o foco nas famílias e sua subsistência (ex: a produção e consumo de alimentos).

Reciprocidade: relações simétricas entre o movimento dos recursos e o seu uso por um determinado grupo.

Redistribuição: requer uma autoridade central (Estado), que capta recursos e os distribui. Tem o foco social e político.

Mercado: Trocas mercantis e monetárias. Refere-se a uma relação de preço entre o vendedor e o comprador.

Até o século XIX os princípios da domesticidade, reciprocidade e redistribuição ocupavam o centro dos sistemas económicos. Todavia, com a Revolução Industrial o *mercado* passou a sobressair mais do que a redistribuição, que passou a ser supletiva e a domesticidade e solidariedade que se tornaram residuais. Na contemporaneidade, a maioria dos economistas tende a valorizar mais o mercado nas suas análises do que as outras formas económicas identificadas por Polanyi (1944), contudo elas ainda existem em vários contextos sociais, como é o caso das práticas de economia solidária.

França Filho e Dizimira (1999:159) assevera que estas formas económicas analisadas por Polanyi (1944) englobam diversas formas de economia:

a) uma economia mercantil: fundada no princípio do mercado auto-regulado. Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registo puramente utilitário. Neste tipo de troca/relação, o valor do bem (que se mede pelo seu preço) funda a lógica do sistema, ao contrário do primado do valor do laço ou da relação social, que se busca numa lógica recíproca;

b) uma economia não mercantil: fundada no princípio da redistribuição. É marcada pela verticalização da relação de troca e por seu carácter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los;

c) uma economia não monetária: fundada no princípio da reciprocidade, ou seja, um tipo de relação de troca orientada principalmente pela lógica da dívida, tal como descrita por Mauss (1978). A dívida compreende três momentos: o dar, o receber e o retribuir. Neste tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal e o objetivo da circulação destes bens e/ou serviços vai muito além da satisfação utilitária das necessidades. Trata-se, sobretudo, de perenizar os laços sociais. A lógica da dívida obedece, assim, a um tipo de

determinação social específica pois, sendo ao mesmo tempo livre e obrigada, a dívida é essencialmente paradoxal.

Assim, as noções substantivas de economia elaboradas por Polanyi (1944) e aplicadas à contemporaneidade e, em especial às discussões acerca da economia solidária, demonstram formas plurais de economia, que indicam diferentes maneiras de produzir e distribuir riquezas. Servet, (2013:194) corrobora esta assertiva:

É na economia solidária (e não na filantropia capitalista) que se pode encontrar ideias e práticas que traduzem a hegemonia do princípio da reciprocidade (que se confunde com solidariedade, no caso), tais como: a busca de uma igualdade econômica e política; a vontade de fazer convergir interesses entre produção, consumo e financiamento; a promoção de práticas autogestionárias; a integração de todos e a preocupação com os efeitos da produção e do consumo sobre gerações futuras. Sendo assim, o princípio da reciprocidade, pela própria ideia de princípio, não se trata de algo específico de sociedades primitivas e, por isso, inferior.

A economia solidária, tal como conhecemos na contemporaneidade, é, portanto, fruto de um processo histórico, podendo-se afirmar que é uma herança da economia social europeia, que buscava, notadamente no século XIX, dirimir os problemas sociais advindos da revolução Industrial e Francesa. A mesma também tem sido influenciada por diversas formas de solidariedade e ajuda mútua presentes nas sociedades pré-industriais e ainda em uso na África, América Latina, Ásia e até mesmo na Europa, principalmente em algumas áreas rurais (Amaro, 2009).

Entretanto, segundo França Filho (2004), as iniciativas de economia social, que gestaram o surgimento da economia solidária foram aos poucos se institucionalizando e tornando-se ao longo do século XX apêndices do estado, privilegiando mais o aspecto técnico do que um projeto político em suas ações. As organizações que surgiram e constituíram a economia solidária instituíram um estatuto próprio jurídico nas modalidades de cooperativas, organizações mutualistas, fundações e algumas associações de grande porte.

A herança da economia social, a partir de experiências em diversas áreas da Europa, notadamente França, Espanha, Inglaterra e Itália se configura hoje em iniciativas de comércio justo, finanças solidárias e até economia sem dinheiro. Elas estão voltadas para uma forma de resistência dos trabalhadores ao poder estatal, mas com o objetivo de obter algum controle dos meios de produção ((FRANÇA FILHO, 1999, 2001, 2002).

Na América Latina as expressões de economia solidária apresentam uma outra configuração. São mais voltadas para atividades envolvendo uma economia popular, tais como: empreendimentos familiares, associativos e cooperativas populares. Portanto, a economia solidária, por meio das expressões, que ao longo do tempo foram se configurando apresentam em sua dinâmica um projeto político intrínseco de maior participação da sociedade civil no contexto de redemocratização dos estados latino- americanos (SILVA JUNIOR, 2004).

Esta outra economia é também uma abordagem conceitual que se diferencia de enfoque epistêmico e prático de acordo com aspectos singulares de regiões onde tem se desenvolvido. De acordo com Amaro (2009), há pelo menos três abordagens de economia solidária: a da região da Macaronésia, a francófona e a ibero-americana.

Na Macaronésia a economia solidária caracteriza-se por integrar dimensões culturais, econômicas, políticas, sociais, ambientais, científicas e territoriais por meio de diversas ações envolvendo o poder público e a sociedade civil.

A tradição francófona enfatiza as dimensões económicas e políticas, tendo como base a reciprocidade e a democracia em prol da cidadania. O enfoque da abordagem ibero- americana tem sido fortemente relacionado com as lutas por sobrevivência e emancipação em ambientes de ampla desigualdade social. Não obstante apresentarem formatos diferenciados, as três abordagens da Economia Solidária enfocam aspectos comuns e, portanto, Amaro (2009:12) oferece uma definição ampla deste conceito:

Preliminarmente, pode-se definir a Economia Solidária como as actividades económicas que se referenciam pela procura nuclear de práticas de solidariedade (em vários sentidos, como se verá, o que implica uma perspectiva sistémica, e não meramente social), ou seja em que a lógica de cooperação se sobrepõe à de competição e à procura de lucro.

Para um melhor entendimento do funcionamento das diversas expressões da economia solidária, é possível também agregar dimensões conceituais às suas práticas, tais como: a dimensão sociopolítica, económica, ambiental e transversal (RIBEIRO; MÜYLLER, 2014).

A dimensão sociopolítica refere-se a forma de participação dos membros de uma organização, processos decisórios e operacionais, autonomia frente a órgãos governamentais e não governamentais. Nesta dimensão destaca-se a autogestão e autonomia do empreendimento como um equilíbrio de força entre os membros da organização, por meio de um poder compartilhado e esforço de uma emancipação social. A dimensão económica baseia-se nos pressupostos de uma economia plural, na qual podem conviver diversos princípios económicos, como refere Polanyi (1944): o mercantil, o não mercantil e o não monetário. Esta dimensão demonstra o carácter abrangente da economia solidária, que integra nas suas práticas elementos não utilitaristas.

A dimensão ambiental enfatiza as características do desenvolvimento sustentável, que se opõe à visão capitalista dos empreendimentos, que buscam, sobretudo, mitigar os danos causados ao meio ambiente decorrente das atividades produtivas. Portanto, os empreendimentos da economia solidária buscam reconhecer o impacto ambiental das ações humanas e incentivar, por exemplo, iniciativas de organizações que busquem novas práticas e comportamentos ambientalmente adequados.

A dimensão transversal considera a finalidade e a racionalidade presente na gestão da organização. A finalidade da organização a deve projetar para além dela mesma alcançando, assim, o espaço público. Portanto, não se restringe somente a satisfação das necessidades dos seus membros, mas busca alcançar a comunidade e mais amplamente a sociedade (ex: produção e consumo agroecológicos).

A racionalidade que permeia as relações sociais vigentes na organização de economia solidária, que têm uma proposta de serem mais emancipatórias, autônomas, solidárias e democráticas, deve ser substantiva, buscando inserir em suas práticas valores éticos e de bem-estar social. Assim, a economia solidária fundamenta as suas práticas em princípios norteadores de auto-gestão, cooperação, solidariedade, democracia.

4. OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivo central descrever e analisar a dinâmica de funcionamento de quatro AMAP, inscritas no norte de Portugal, e apresentar uma reflexão acerca das potencialidades e fragilidades que este modelo de circuitos curtos de produção e consumo na lógica da economia solidária, em contraste com os postulados do modelo económico concorrencial. Outrossim, este trabalho busca também responder o seguinte problema de pesquisa: Em que medida a AMAP, como uma operacionalização dos circuitos curtos de produção e consumo, prossegue os princípios e valores da economia solidária?

5. METODOLOGIA

A abordagem proposta tem origem numa conceção empírica que privilegia uma abordagem qualitativa, pois o foco da pesquisa é a apreensão em profundidade das lógicas e dinâmicas das AMAP, a partir da vivência de algumas das suas práticas. Conforme assevera Richardson (1999:80), “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Quanto à natureza, a pesquisa assume um cariz exploratório. O objeto de estudo é conhecido ainda de forma incipiente, pois apesar de existirem numerosos estudos sobre organizações não lucrativas, por um lado, e sobre a importância da agricultura na soberania alimentar, por outro, a junção das duas temáticas deste trabalho, a saber, circuitos curtos de produção e consumo e economia solidária, é um cruzamento que merece ser estudado na medida em que o seu campo organizacional se constitui sob a égide de valores de cooperação, de respeito pelo ambiente e pelas pessoas e da participação, entre outros.

A pesquisa de campo decorreu no ano de 2019 e utilizou o estudo de caso (YIN, 2005) múltiplo em quatro AMAP situadas em cidades no norte de Portugal, a saber: Porto, Vila Nova de Gaia, Famalicão e Guimarães. A escolha do estudo das AMAP no norte de Portugal deu-se por questões de acessibilidade, tendo em vista que as autoras residem nesta região. Como técnicas de coleta de dados foram utilizadas quer a observação direta e participante, quer a entrevista semi-estruturada aplicada a informantes-chave, produtores e consumidores (designados internamente de co-produtores). No total, foram aplicadas 30 entrevistas (vinte e quatro co-produtores, quatro produtores, dois informantes-chave). A observação direta, algumas vezes com uma forte vertente de observação participante, foi uma ferramenta muito importante, tendo em vista que uma das autoras passou a integrar durante nove meses, no ano de 2019, uma das AMAP como consumidora, participando ativamente das atividades da organização. A outra é consumidora de uma das produtoras da mesma AMAP e vem participando nas atividades de forma regular há cerca de dois anos. Esta participação num período de tempo extenso foi registada em caderno de campo e teve grande importância para o controlo e compreensão dos aspectos epistemológicos e operacionais da pesquisa. Ao todo foram dezoito observações nas diversas AMAP (três em Gaia, duas em Guimarães, uma participação em assembleia das AMAP e doze participações na AMAP Porto). As entrevistas com os produtores e co-produtores foram realizadas com o critério de acessibilidade, as quais foram gravadas, com o consentimento dos entrevistados e posteriormente transcritas.

6. ANÁLISE

Nesta seção serão apresentadas a análise dos dados coletados nas AMAP estudadas, sem antes disso contextualizar o tipo de grupo informal que estudamos.

6.1-BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA CRIAÇÃO DAS AMAP EM PORTUGAL

O conceito da *Association pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne* (AMAP) é bastante difundido na Europa. Esta tipologia de organizações, é também chamada de *Community Supported Organizations* (CSA), no mundo anglo saxônico. Em Portugal, optou-se pelo uso da sigla francesa AMAP, mas com o significado, já acima explicitado de Associações para a Manutenção de Agricultura de Proximidade (AMAP).

Em Portugal, ao longo de mais de quinze anos, têm surgido várias iniciativas com o objetivo de fomentar

grupos que atuem inseridos na perspectiva dos circuitos curtos de produção e consumo, aproximando assim produtores e consumidores numa perspectiva de compartilhamento entre estes dois atores. Incluem-se como alguns exemplos destas iniciativas em Portugal, na área agrícola, a Cooperativa Fruta Feia, Cabaz da Horta, PROVE, A Bela Rama, a Horta da Cidade, Cooperativa Verde Perto, Terra Chã, Graneleiro de Janas e as AMAP, objeto de análises neste estudo (SORIA, 2016).

O funcionamento das AMAP em Portugal é recente, animadas sobretudo pelo Encontro Nacional das AMAP promovido pela Associação Moving Cause em 2015, onde diversas organizações e produtores individuais interessados em praticar agricultura biológica, tiveram acesso ao conceito das AMAP. Esta atividade teve continuidade e foi fortalecida pela criação em 2016 da Carta de Princípios das AMAP e em 2018 pela Rede Portuguesa de Agroecologia Solidária- Regenerar (AMAP MOVING CAUSE, 2019). Existiam, em 2019, nove AMAP em funcionamento em Portugal, sendo que quatro localizadas no norte de Portugal, nas cidades do Porto, Famalicão, Vila Nova de Gaia e Guimarães (AMAP MOVING CAUSE, 2019).

As AMAP são regidas por três princípios fundamentais: *agroecologia*, *relação de escala humana e alimentação como bem comum*. Os princípios são indissociáveis e incorporam questões de sustentabilidade, de acordo com o modelo da agroecologia. A relação de escala humana constrói a proximidade e compromisso entre produtores e consumidores. Por fim, o terceiro princípio se refere a questões éticas sobre a alimentação saudável como um bem comum e não uma mercadoria, no qual radica igualmente o conceito de soberania alimentar. Destes princípios derivam os compromissos econômicos, éticos e sociais das AMAP.

Inicialmente as AMAP no norte de Portugal tiveram o apoio, para a estruturação da gestão, do Instituto do Emprego e Formação Profissional de Portugal e da organização *Moving Cause*. Estas organizações, em parceria, disponibilizaram uma estagiária, por um período de um ano, que tinha o papel de gestão das AMAP e consolidação dos diferentes grupos. Após a finalização do contrato com a estagiária em 2018, os produtores assumiram o ônus da gestão das AMAP. A AMAP Porto contou durante um ano com duas voluntárias, membros e cofundadora da Rede Regenerar, que dinamizavam o grupo. Além destas organizações, as AMAP têm como parceiras as instituições que cedem os espaços semanalmente para a entrega das cestas. Contudo, no nível municipal ou regional não há apoios diretos das organizações governamentais.

6.2 DESCRIÇÃO DAS AMAP ESTUDADAS

A AMAP-Porto funciona desde 2016. Esta AMAP conta com uma média de 30 co- produtores, com compromissos trimestrais e quatro produtores (uma produtora de hortícolas e frutas de época, uma produtora de frutas e tremoços e derivados, um produtor de cogumelos e um de azeite). A Universidade do Porto é parceira do projeto e cede o espaço, de forma gratuita, para a distribuição dos produtos comercializados, nas instalações do Pavilhão do Pólo de Indústrias Criativas do Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto (UPTEC-PINC), que se constitui numa ampla sala localizada numa área arborizada da instituição.

A adesão é feita trimestralmente por parte dos consumidores. A maioria deles encomendam a cesta maior e quinzenalmente (quatro quilos). Durante as duas horas semanais os consumidores ou co-produtores comparecem ao local da entrega dos produtos. Assim como nas outras AMAP, a produtora de hortícolas é responsável pelos produtos que compõe a cesta e está presente todas as semanas na AMAP-Porto. A produtora de frutas e o produtor de cogumelos comparecem quinzenalmente e vendem seus produtos separados das cestas, sob consulta prévia aos consumidores. O produtor de azeite comparece apenas uma vez por trimestre. Todos os produtores relatam a importância da AMAP-Porto para o escoamento da sua produção. Estes produtores trabalham num sistema de autogestão, onde cada produtor é responsável pela gestão de suas encomendas.

Por meio de uma plataforma on line, que intermedia o contacto entre produtores e co-produtores.

A AMAP-Guimarães está em funcionamento desde 2016 e funciona em espaço cedido pela autarquia do município e é localizada numa casa gerida por uma cooperativa. Atualmente contam com três produtores (hortícolas, cogumelos e frutos vermelhos e mel) e dez co-produtores. O produtor de hortícolas é o principal fornecedor e o gestor desta AMAP.

Em Vila Nova de Gaia, a AMAP funciona desde 2017 e em 2019 fazia a distribuição das cestas numa associação, em espaço também cedido gratuitamente. Conta com o produtor de hortícolas e cogumelos e nove co-produtores. As AMAP de Guimarães e e Vila Nova de Gaia têm os mesmos produtores.

Em Famalicão a AMAP funciona no espaço dos produtores de hortícolas, que são também produtores da AMAP- Porto. É a menor AMAP da região, com apenas seis co- produtores ativos.

Todas as AMAP estudadas funcionam com entrega de cestas semanais, num período de duas horas, nos locais estabelecidos. Os co-produtores deslocam-se ao espaço e recolhem suas cestas. Os co-produtores podem optar por receber as cestas nas modalidades semanal ou quinzenal. Na AMAP-Porto, a sistemática é singular, pois os próprios consumidores montam sua cesta semanal, por meio de uma lista, com as quantidades de produtos daquela semana. Isto permite que os mesmos tenham um contato mais direto com os produtos adquiridos. Todos os produtores possuem certificação biológica dos seus produtos.

7. RESULTADOS

Nesta seção do estudo serão apresentados princípios e valores da economia solidária que estão presentes na operacionalização das AMAP, enquanto organização inserida na dinâmica dos circuitos curtos de produção e consumo.

Segundo resultados das observações, entrevistas e conversas informais, os co-produtores das AMAP demonstram apreciar os produtos biológicos e também entendem a importância do seu contributo para a manutenção de produtores empenhados numa agricultura sustentável, pois sabem que o seu compromisso financeiro é fundamental para garantir a sustentabilidade econômica dos produtores. Foi indagado aos co-produtores sobre a motivação para o seu envolvimento nas AMAP e alguns relatos demonstram a principalmente a preocupação com uma alimentação saudável, mas também com o sustento dos produtores:

Uma vez que descobri que agora estavam a distribuir perto da minha casa, optei por aderir. Sempre quis aderir por que andava em busca de consumir produtos biológicos locais de um modo sustentável e a contribuir também para a associação em si, que sempre me pareceu bastante interessante (entrevista co- produtor #14 AMAP Gaia).

Pesquisei por produtos biológicos. Quero ter uma alimentação saudável e consumir da agricultura biológica (Entrevista co-produtora #1 AMAP Guimarães).

Minha primeira motivação foi melhorar a saúde geral da minha família em consumir produtos biológicos, Minha segunda preocupação foi apoiar os produtores locais e ter contacto com os fornecedores e quem realmente cultiva e nos fornece os produtos (Entrevista co-produtora #2 AMAP Gaia).

Duas motivações principais: uma é ter um papel ativo numa ideia que acredito e já tinha estado antes e tentar dinamizar com outras pessoas isto de aproximar as pessoas da forma como aquilo que consumimos é produzido e por que acho que o alimento é central neste processo, sabermos de onde é que vem aquilo que comemos, quem é que o produz. Para me tornar membro ativo da AMAP é uma forma de pôr em prática aquilo que na teoria eu já estava a defender e por outro lado, obviamente ter acesso a alimentos de qualidade, saudáveis, conhecer a pessoa que os produz, melhorar a minha própria alimentação. Portanto, acho que a motivação, que por um lado é uma motivação muito individualista de ter acesso a uma alimentação melhor para mim própria, por outro lado a motivação mais do coletivo que, em conjunto com o grupo estar a pôr em prática este conceito de agricultura de proximidade (Entrevista co-produtora #5- AMAP Porto).

Todos os produtores entrevistados, por sua vez, relataram a importância da AMAP para o escoamento da sua produção, ou seja, para a sustentabilidade do seu próprio empreendimento, destacando também o preço mais justo que é pago por seus produtos, por meio da venda aos co-produtores. Outro aspecto importante refere-se ao fato de os produtos serem consumidos no entorno onde são produzidos, atendendo assim ao princípio da escala humana, onde a proximidade é fundamental para a dinâmica de funcionamento das AMAP.

Para mim, passado estes anos todos, acho que consigo perceber que de facto é mesmo a cura do planeta. Para mim isto é uma missão e mesmo por acreditar nos canais curtos de distribuição, eu estou ligada a isto desde o início, desde da AMAP em 2012, por que este conceito encantou-me desde o início ((Entrevista Produtora #2- AMAP- Porto).

Em relação as dimensões da economia solidária abordadas neste trabalho (a auto-gestão, cooperação, solidariedade e democracia), os dados coletados demonstraram que a auto-gestão é o modelo implantado em cada AMAP, pois as mesmas funcionam de forma independente das outras AMAP e são geridas pelos seus próprios membros. Contudo, os produtores assumem mais responsabilidades no processo de gestão das AMAP, organizando a logística da distribuição dos produtos e as reuniões periódicas, que são instrumentos de informação e formação acerca da dinâmica de funcionamento das AMAP. Uma produtora reconhece este aspecto em seu relato:

As reuniões são muito democráticas. Cada um pode expressar a sua opinião. O facto de termos nestas reuniões os consumidores, para fazer parte das decisões e toda a colectividade participa das reuniões para manter um rumo (Entrevista Produtor #3- AMAP- Porto).

Os laços sociais que se estabelecem entre os produtores e entre eles e os co-produtores, ao longo da existência das AMAP também cria uma rede de cooperação e solidariedade entre os mesmos. Os co-produtores engajam-se em trabalhos voluntários para auxiliar os produtores no manuseio das caixas com os produtos e na organização do espaço das entregas, na gestão das mídias (ex:Facebook, Instagram) e já há planos para ajudas periódicas, por parte dos co-produtores no campo, consoante as colheitas dos produtos. Atividades como assembleias, reuniões, picnics, visitas às terras dos produtores são mecanismos que visam reforçar o capital social no grupo.

O compartilhamento de responsabilidades com os compromissos financeiros dos co-produtores para com os produtores é fundamental para o planeamento do cultivo dos produtos a serem disponibilizados em cada AMAP. Entretanto, a participação ainda é uma fragilidade nas AMAP, enquanto grupo. Alguns relatos de entrevistados apontam para um papel passivo do co-produtor:

Falta de tempo como co-produtor para estar mais envolvido. (Entrevista co-produtor #4-AMAP Porto).

Gostava de ver mais participação e envolvimento de todas as pessoas no processo, na organização. Levar mais a sério esta ideia da participação ativa e da proximidade de algo e conhecermos mais as explorações dos diferentes associados, que houvesse mais visitas, mas convívios, mais proximidade entre as pessoas. (Entrevista co-produtora #5-AMAP Porto).

Alguns depoimentos vão um pouco mais além desta questão da participação e abordam percepções relacionadas aos circuitos curtos de produção e consumo, agricultura de proximidade e ao sentido de pertencimento ao projeto das AMAP :

Eu estou a contribuir para um projeto que apela a tudo que eu concordo do ponto de vista do consumo, portanto, sustentabilidade, o consumo local, produtos biológicos e com valores justos do produto. Uma vez comparados com produtos biológicos comprados numa loja, sai possivelmente mais caro o produto biológico do que numa associação como esta. Eu tenho hábito de não consumir, tentar, é um bocado impossível viver na cidade e não consumir em supermercados. Centros comerciais sou alérgico (risos). Não consigo ir. (Entrevista co-produtor #14- AMAP Gaia).

Estou sempre em contato com os produtores. Estou sempre aqui. Tive uma reunião com pessoas da Universidade de Trás-os-Montes. Também conheço uma investigadora que está a querer olhar as AMAP. Participo e dou este apoio. Sinto que é uma militância, algo que quero ver florescer, crescer, funcionar melhor, multiplicar, portanto é isso, vejo meu papel, por um lado de consumidora, tenho este compromisso e quero mantê-lo, por outro lado dá mais um bocadinho do meu tempo, do meu conhecimento do que puder para que as AMAP possam funcionar melhor, funcionar mais e crescer. (Entrevista co-produtora #5- AMAP Porto)

Por fim, a democracia é exercida por meio de assembleias semestrais, onde os produtores apresentam um relatório das atividades realizadas e são discutidas formas de aprimoramento da gestão da organização com vistas ao alcance da sua sustentabilidade e dos seus princípios norteadores. Entretanto, no ano de 2019 foi um ano difícil para a gestão das AMAP em termos de mobilização dos seus atores. A AMAP Porto fez uma reunião em dezembro com os produtores e co-produtores que foi muito participativa. Os produtores apresentaram um relatório das da produção e da venda dos produtos e foram surgindo temas na reunião sem pauta específica. Contudo, a dificuldade em motivar os co-produtores para participar mais ativamente das discussões das AMAP ainda tem se mostrado um desafio para o grupo. Os relatos de produtores demonstram esta fragilidade.

Eu participo de todas as reuniões. As reuniões deveriam ser feitas de outra forma e deveria se arranjar uma estratégia cativante, válida de comunicar e preparar as pessoas para uma reunião. Acima de tudo cativar as pessoas, para ter mais participação tinha que haver um trabalho de fundo (Entrevista Produtor #2- AMAP- Porto).

Este ano tem faltado reuniões, não temos tido a fluência que tivemos no ano passado (2018) em que talvez no ano passado houve uma mudança na forma de organizar os grupos. Havia uma pessoa que contratada para dar apoio a gestão e esse contrato acabou. Então houve uma necessidade de organizar os grupos e houve várias reuniões que puseram toda a gente a discutir isso. Este ano penso que, se calhar não houve para aí duas até agora e devia haver mais. Se calhar a média ideal era pelo menos uma reunião a cada trimestre e acho que no ano passado conseguimos fazer isso ou mais. Este ano não tem sido tão certinho, nessas reuniões eram apresentados os balanços da AMAP, como está a evoluir o número de consumidores, produtos, vendas e também outras questões de estrutura

e de como comunicar as AMAP, como chegar a mais gente, que tipo de linguagem usar, como organizar encontros ou visitas às quintas. Estes também foram assuntos abordados nas reuniões (Entrevista consumidora #5- AMAP Porto).

As outras AMAP estudadas não fizeram reuniões em 2019, como mencionado anteriormente. Esta lacuna no funcionamento das AMAP tem ocasionado uma dispersão dos co-produtores enquanto sujeitos participantes de uma forma de gestão que busca um engajamento maior entre os membros do grupo.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este estudo buscou refletir acerca do papel dos circuitos curtos para a economia de proximidade e aplicar no caso das AMAP a abordagem da economia solidária, pois esta última busca criar condições de sociabilidade para além da visão tradicional de mercado, ressignificando as relações sociais e econômicas mais substantivas ilustradas pelo caso das AMAP do norte de Portugal.

Buscou-se nestas abordagens teóricas e na análise dos dados empíricos responder a questão de pesquisa proposta neste estudo: Em que medida as AMAP, como uma operacionalização dos conceitos curtos de produção e consumo, prossegue os princípios da economia solidária? Os resultados destacam algumas reflexões importantes. Os dados coletados parecem ir no sentido de que as AMAP se constituem um modelo de circuito curtos de produção e consumo que atua em consonância com alguns princípios da economia solidária, bastante promissor, porém com atuação ainda incipiente em Portugal. As AMAP foram criadas com uma proposta de serem organizações que integram nas suas práticas elementos não utilitaristas. Apesar de serem uma organização onde as relações de compra e venda de produtos se constituem o objetivo central, as AMAP incorporam também na sua dinâmica de funcionamento outros elementos para além de uma relação puramente mercantil. A relação de proximidade e de compromisso entre produtor e consumidor, localizados num mesmo território, vai se construindo e se fortalecendo ao longo do tempo entre os dois atores, mediados pelo consumo de produtos que, além de serem saudáveis, conectam o campo e a cidade numa relação de complementariedade.

Contudo, as AMAP estudadas ainda apresentam algumas fragilidades importantes no seu modelo de gestão. Há ainda uma dificuldade de execução de ações coordenadas e sistemáticas entre produtores e co-produtores, como reuniões frequentes e maior participação dos co-produtores na gestão da organização. Os produtores buscam sobreviver no mercado implementando várias formas de escoamento da produção além das AMAP, como entrega de cestas à domicílio e venda da produção excedente à intermediários, por preços mais baixos do que aqueles praticados nas AMAP. Outro aspecto que os produtores sentem dificuldade é relacionado à certificação biológica dos produtos, que é muito cara, tornando-se um ônus a mais para eles. A certificação participada já foi discutida em assembleias, mas ainda não foi possível ser realizada pelos produtores, devido a alguns entraves burocráticos para a sua implementação.

Em relação à dinâmica de funcionamento, cada AMAP estudada apresentou uma forma singular. As AMAP localizadas em Vila Nova de Gaia e Guimarães possuem um produtor líder que organiza o seu funcionamento. Entretanto, por meio das observações, conversas informais e entrevistas foi constatado que os co-produtores estão desarticulados dos princípios das AMAP, pois não há reuniões nem assembleias há mais de um ano do momento da coleta de dados (2019). Portanto, questões relativas à agricultura biológica e engajamento do grupo enquanto organização que atua nos princípios da economia solidária, não são discutidas e são pouco compreendidas pelos co-produtores.

A AMAP de Famalicão é a menor das quatro AMAP estudadas e apresenta o mesmo perfil das duas mencionadas anteriormente, com o agravante de ter poucos membros. A AMAP localizada no Porto foi a única organização estudada que apresentou uma dinâmica de funcionamento mais promissora em termos de entendimento dos princípios das AMAP e da economia solidária. É a AMAP com maior número de membros, alguns permanecem desde o início. Também foi a única a conseguir organizar reuniões em 2019 e as produtoras (hortaliças e de frutas) são bem atuantes nas redes de apoio à agricultura biológica em Portugal.

Por fim, há uma necessidade de maior interlocução das AMAP com organizações apoiadoras deste modelo, nos níveis local, regional, nacional e internacional, para que ocorra uma expansão desta iniciativa que garanta a sustentabilidade da prática da pequena agricultura familiar biológica na região norte de Portugal.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAP MOVING CAUSE. Carta de princípios. Disponível em <https://amap.movingcause.org/carta-de-principios/>. Acesso em 01.12.2019.

AMARO, R.. A Economia Solidária da Macaronésia: apresentação do conceito. Revista Economia Solidária. P. 11-30, 2009.

BARQUEIRO, M. Democracia, juventude e capital social no Brasil. Porto Alegre. UFRGS, 2004.

BAVA, S. Circuitos Curtos de Produção e Consumo. In: FUNDAÇÃO HEINRICH BOLL. Um campeão visto de perto: Uma análise do modelo do Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro, 2015.

DENTZ et all. Espaço rural no oeste de Santa Catarina e circuitos curtos de comercialização em Chapecó: o caso da agroindústria Bergamin. Anais do 54º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Maceió, 2016.

DAROLT et al. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. Ambiente & Sociedade, v. XIX. N.2. p. 1-22. 2016.

FRANÇA FILHO, G ; DIZIMIRA, S. Economia solidária e dádiva. Organizações & Sociedades. ,Salvador, v.6, n.14, p. 141-183. jan./abr. 1999.

FRANÇA FILHO . A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. Sociedade & Estado. v. 16, n. 1-2, p. 247-275. jan./dez. 2001.

Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: trocando fronteiras conceituais. Bahia Análise & Dados, SEI v.12, n.1, p.9-19. Junho 2002.

A problemática da economia solidária: um modo de gestão Pública? CAD.EBAPE.BR, v.02,n.01, p.1-18, 2004.

FRANÇOIS, M. Comercializar os produtos locais: circuitos curtos e circuitos longos. Inovação no meio rural. Caderno nº 7. Observatório Europeu LEADER. Julho de 2000.

MANCE, E. A. A Revolução das Redes: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

POLANYI, K. The Great Transformation: the political and economic origins of our time. Beacon Press, Boston,

1944.

RIBEIRO, S; Müyler, C. Economia solidária- em busca dos elementos essenciais da sustentabilidade e solidariedade. Revista O&S, v. 21, n.71, p.581-613, 2014.

RICHARDSON, R. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

ROSSI, A. Cooperativismo a luz dos princípios constitucionais. 1ª ed./3ª reimpr./ Curitiba: Juruá, 2011.

SERVET, J.-M. Le principe de réciprocité aujourd'hui: un concept pour comprendre et construire l'économie solidaire. In: HILENKAMP, I.; LAVILLE, J.-L. (Org.).

Socioéconomie et démocratie: l'actualité de Karl Polanyi. Toulouse: Éres. P. 187-213, 2013.

SILVA JÚNIOR; J. Gestão, fato associativo e economia solidária: A experiência da ASMOCONP/Banco Palmas. Dissertação (mestrado em Administração). Escola de Administração- UFBA, Salvador, 2004.

SINGER, P; SOUZA A. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Contexto, 2003.

SORIA, I. Aproximaciones a la agroecología en Portugal: de la pequeña agricultura familiar y tradicional a la agricultura ecológica, de los canales cortos de comercialización a la soberanía alimentaria: prácticas, racionalidades y resistencias, 2016. Disponível em: <http://dspace.unia.es/handle/10334/3715>. Acesso em 22.12.2019.

YIN, R. Estudo de Caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.





QUANDO UM BEM PRIVADO SE TORNA UM BEM
COMUM? CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO CASO
ILUSTRATIVO DA CASA MUSEU GRACILIANO
RAMOS EM PALMEIRAS DOS ÍNDIOS-AL

WHEN DOES A PRIVATE GOOD BECOME A
COMMON GOOD? CONSIDERATIONS FROM
THE ILLUSTRATIVE CASE OF THE GRACILIANO
RAMOS MUSEUM HOUSE IN PALMEIRAS DOS
ÍNDIOS-AL

José Edemir da Silva Anjo, UFLA

jose.anjo@estudante.ufla.br

João Arthur Alves de Souza, UFAL

j.arthur.ads@hotmail.com

Valéria da Glória Pereira Brito, UFLA

vgp.brito@gmail.com

Mozar José de Brito, UFLA

mozarbrito@gmail.com



RESUMO

Este estudo se propõe a desdobrar as relações entre os aspectos conceituais de patrimônio cultural como bem comum. A discussão parte das considerações a partir da análise interpretativista do processo de tombamento da Casa Museu Graciliano Ramos, localizado na cidade de Palmeiras dos Índios-AL, patrimônio cultural do estado de Alagoas (AL). Para tanto, o estudo discute no referencial teórico os conceitos de Bem Comum e Esfera Pública a partir aporte teórico da Teoria do Agir Comunicativa (TAC). E segue discussão em torno do processo de tombamento de patrimônio cultural no cenário jurídico brasileiro. Com isso, o caminho metodológico de cunho qualitativo enveredou pelo método histórico para análise documental do processo de tombamento da Casa Museu Graciliano Ramos. Após apresentação e discussão dos resultados que apontam a formação da esfera pública e constituição desse bem comum, considerações finais do trabalho são apresentadas.

Palavras-chave: Bem Comum; Patrimônio Cultural; Equipamento Cultural.

ABSTRACT

This study aims to unfold the relationships between the conceptual aspects of cultural heritage as a common good. The discussion starts from the considerations from the interpretative analysis of the process of tipping the Casa Museu Graciliano Ramos, located in the city of Palmeiras dos Índios-AL, cultural heritage of the state of Alagoas (AL). To this end, the study discusses the concepts of the Common Good and the Public Sphere in the theoretical framework from the theoretical perspective of the Theory of Communicative Action (TAC). And there is a discussion about the process of listing cultural heritage in the Brazilian legal scenario. As a result, the qualitative methodological path has taken the historical method for documentary analysis of the process of listing the Casa Museu Graciliano Ramos. After presenting and discussing the results that point to the formation of the public sphere and the constitution of this common good, final considerations of the work are presented.

Keywords: Good Common; Cultural Heritage; Cultural Equipment.

1. INTRODUÇÃO

Teatros, museus, cinemas, bibliotecas, galerias de artes, dentre outros espaços de expressões artísticas são vistos como espaços que apresentam valores sociais, culturais e também econômicos (SANTOS; DAVEL, 2018a; 2018b), e configuram-se como um conjunto de equipamentos culturais (COELHO, 1997). Os equipamentos culturais se configuram como bens culturais, como bens comuns.

Dessa forma, eles passaram a serem reconhecidos como bens patrimoniais pela sua representatividade material e imaterial de uma sociedade. A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216i, conceitua patrimônio cultural bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 2020a).

No Brasil, é recente a consolidação da Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM)ⁱⁱ com ação normativa da portaria nº. 375, de 19 de setembro de 2018, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), autarquia federal que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. A Constituição estabelece ainda a parceria entre o poder público, o setor privado e a sociedade para a promoção e proteção desse patrimônio.

Tendo em vista essas notas iniciais, busca-se responder o seguinte questionamento: **quando um bem privado se torna um bem comum?** Para tanto, este estudo se propõe a desdobrar as relações entre os aspectos conceituais de patrimônio cultural como bem comum. A discussão parte das considerações a partir da análise interpretativista do processo de tombamento da Casa Museu Graciliano Ramos, localizado na cidade de Palmeiras dos Índios-AL, patrimônio cultural do estado de Alagoas (AL).

Para tanto, o estudo discute no referencial teórico os conceitos de Bem Comum e Esfera Pública a partir do aporte teórico da Teoria do Agir Comunicativa (TAC). E segue discussão em torno do processo de tombamento de patrimônio cultural no cenário jurídico brasileiro. Com isso, o caminho metodológico de cunho qualitativo enveredou pelo método histórico para análise documental do processo de tombamento da Casa Museu Graciliano Ramos. Após apresentação e discussão dos resultados que apontam a formação da esfera pública e constituição desse bem comum, considerações finais do trabalho são apresentadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BEM COMUM E ESFERA PÚBLICA A PARTIR DA TEORIA DO AGIR COMUNICATIVA (TAC)

Com base na Teoria do Agir Comunicativa (TAC) de Habermas (2012), que ao considerar a sociologia como ciência social, leva a explorar a temática da racionalidade. No processo de construção da TAC, o autor apresenta como pressuposto que o saber é proposicional, de forma que para ele a racionalidade está associada a capacidade do sujeito falar e agir. Dessa forma, considera-se que a racionalidade de uma determinada ação passa a ser considerada a partir da mesma vir a ser fundamentada ao tempo que em possa ser criticada. Cabe ressaltar aqui, diferenças no agir racional, ao considerar o fato de que a linguagem como meio para essas diferenciações.

Diferente da racionalidade comunicativa, haveria a racionalidade instrumental que recorreria a uma linguagem para alcançar um determinado fim utilitarista, um agir que busca uma finalidade, que difere da pretensão de verdade da racionalidade comunicativa com o bem comum. Habermas (2012), considera ainda um terceiro agir, em que o sujeito fundamenta seu agir racional com base em normas e fundamentos sociais legitimados, o agir regulado por normas.

O quarto e último agir racional está relacionado com o fato de o sujeito vir a expressar e exteriorizar um está de espírito, de uma experiência, uma autorepresentação, o agir dramático. Ambas as racionalidades podem virem a serem fundamentadas e criticadas. Com isso, para que a proposição acima seja considerada racional, ela requer que haja compreensão e reconhecimento por parte dos sujeitos envolvidos desse mundo da vida, dos valores culturais, de modo a necessidade de utilização da prática argumentativa para alcance de um consenso.

Cabe ressaltar que dos quatro modelos sociológicos de ações, a ação teleológica (busca um fim), ação regulada por normas (busca o atendimento as normas), como o caso do processo de tombamento dos bens privados em equipamentos culturais públicos. Já ação dramática (busca o controle da imagem de si) estão relacionados com um mundo objetivo, e que a partir dessas ações, há o agir comunicativo, em meio a necessidade de no mínimo dois sujeitos para interação, o que se constitui ao que Habermas (2012) chama de mundo social e, por conseguinte, a ocorrência da intersubjetividade.

Há de se ressaltar a validade de um patrimônio cultural em questão passa a ser legitimada ao passo que é desenvolvida a intersubjetividade, de modo que os sujeitos envolvidos buscam pelo consenso em meio aos conflitos

com a prática argumentativa. Enquanto a verdade do enunciado estaria condicionada a capacidade de fundamentação das exteriorizações racionais dos sujeitos no embate de suas argumentações em meio às críticas, suas estruturas sociais e aspectos culturais e de mundo. Nesse sentido, há o discurso teórico, que Habermas (2012) considera como a busca por uma verdade e um discurso prático que busca concordância entre os sujeitos.

Já eficácia da regra de ação, estaria associada com a possibilidade de replicação e verificação de um patrimônio cultural como uma verdade. A partir da busca pelo consenso, que pode ser visto como um objetivo esperado pela TAC, tendo em vista que a partir da intersubjetividade do agir comunicativa, a proposição seria validada e legitimada pelos sujeitos envolvidos nas ações que estariam fundamentados nos discursos exteriorizados na busca do bem comum, da verdade.

Nesse sentido, toda esfera pública – e cumpre notar que Habermas propõe o resgate da ideia de esfera pública como um espaço livre de debates (LOSEKAN, 2009), o que seria para Habermas (2003) compreende esfera pública como a esfera de legitimação da esfera pública seria a esfera de legitimação do poder público, cujo conceito foi definido por Habermas (2003, p.92) como:

[...] um fenômeno social elementar, do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade; porém, ele não é arrolado entre os conceitos tradicionais elaborados para descrever a ordem social. A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois, ela não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização, etc. Tampouco ela constitui um sistema, pois mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente ela se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis. A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensar em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos.

Bosco (2017) segue a trajetória do conceito de esfera pública em torno de cinco obras de obra de Jürgen Habermas: (1) *Mudança estrutural da esfera pública*; (2) *Problemas de legitimação no capitalismo tardio*; (3) *Teoria do agir comunicativo*; (4) *Facticidade e validade* e (5) *A inclusão do outro*. A partir dessa articulação, o autor indica a presença de um fio condutor entre os livros em que há uma trajetória (re)construída pelas reflexões de Habermas em meio à:

[...] tese histórico-sociológica da mudança estrutural da esfera pública, o diagnóstico da crise de legitimação elaborado no início dos anos 1970, a tese da colonização sistêmica do mundo da vida, a tensão entre facticidade e validade no direito democrático e os desafios colocados para a democracia pela globalização. Tal coerência se caracteriza por uma mudança de orientação no diagnóstico da associação histórica entre capitalismo e democracia: em 1962 e 1973, Habermas enfatiza os problemas de integração social e de legitimação decorrentes da evolução do capitalismo, enquanto a partir dos anos 1980, volta-se para a superação dos limites que tal evolução impõe para a realização da democracia (BOSCO, 2017, p. 183).

Garcia *et al.*, (2019) realizaram um estudo bibliométrico pesquisa foi desenvolvida como um estudo bibliométrico por meio da analisar como se configura o campo de pesquisas sobre esfera pública. Os resultados demonstram que o campo é interdisciplinar, além de ressaltar que as discussões vão além do conceito de esfera pública de Habermas, há estudos com propostas e críticas contrárias a de Habermas (CALHOUN, 1992), como Fraser (1992) e Howhendahl (1992).

Sennett (2013) vai ao encontro de Habermas (2012), ao apresentar a cooperação dialógica. O processo de tombamento dos equipamentos culturais para patrimônio cultural é marcado pela cooperação dialógica, em

que a “[...] A cooperação dialógica pressupõe um tipo específico de abertura, mobilizando a seu serviço antes a empatia que a simpatia” (SENNETT, 2013, p. 157). Depreende-se que a luta e preservação do patrimônio cultural é fundada pela cooperação dialógica, com base na escuta do outro, que advém do povo, e da sua participação na formulação de políticas públicas.

Ao partir de um olhar crítico da constituição da modernidade que tomou por base a razão nos preceitos do iluminismo, Leff (2006) constata a noção de hierarquização dos saberes nas relações de poder no mundo ocidental, que marcado por um modo de produção capitalista que leva não só a uma crise ambiental, como a ação de usurpação dos bens naturais, mas também a falta de consciência e empatia do sujeito com o outro, com o social.

Esse contexto foi construído pela racionalidade econômica utilitarista e, como forma de desconstruir esse paradigma, como o caso do processo escravocrata, Leff (2006) ao considerar ir ao encontro da racionalidade de Max Webber e da racionalidade comunicativa de Habermas (2012), observa que o sujeito com sua capacidade linguística promove o diálogo de saberes, em que nesse diálogo não há uma cultura de saberes, mas uma aproximação e troca de reconhecimentos de culturas, de forma que a racionalidade deve a ser construída socialmente.

Compreendendo o bem comum a partir da Teoria do Estado de Solidariedade (TES) apresentada por Di Lorenzo (2010), onde a noção de bem comum como um dos princípios da TES. O bem comum seria um meio para alcance e realização da dignidade humana, ao encontro da felicidade. Nesse ponto, o bem seria um meio, sendo necessário também uma democracia personalista. Nota-se que Di Lorenzo (2010), possui um olhar filosófico do homem, o bem comum requer que o homem realize ações coletivas acima dos interesses individuais. Dessa forma, o bem comum seria o meio para realização e plenitude da dignidade da pessoa humana, e com isso, a base do bem comum seria a consciência da dignidade. Nesse sentido, pode-se depreender a relevância das ações de Graciliano Ramos.

2.2 O PROCESSO DE TOMBAMENTO DE PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

Do ponto de vista legal, o ordenamento jurídico brasileiro possui alguns mecanismos de proteção do patrimônio histórico-cultural, dentre eles, o tombamento, se destaca. O tombamento é um dos meios de proteção e promoção do patrimônio histórico-cultural. O tombamento é forma de intervenção do Estado na propriedade privada, que tem por objetivo a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. De acordo com o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, esse patrimônio é considerado como:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 2020b).

De acordo com Di Pietro (2018, p. 217), o tombamento pode ser definido como:

o procedimento administrativo pelo qual o Poder Público sujeita a restrições parciais os bens de qualquer natureza cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos memoráveis da história ou por seu excepcional valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico ou artístico.

Dessa forma, a autora esclarece que, por meio do tombamento, o Poder Público protege determinados bens, que são considerados de valor histórico ou artístico, determinando a sua inscrição nos chamados Livros do Tombo, para fins de sua sujeição a restrições parciais. Deve-se mencionar que em decorrência dessa medida, o bem, ainda que pertencente a particular passa a ser considerado bem de interesse público e por isso passa a sofrer restrições a que se sujeita o seu titular (DI PIETRO, 2018, p. 2016).

Entre as restrições legais que o proprietário do bem deve suportar está, entre outras, fazer as obras de conservação necessárias à preservação do bem ou, se não tiver meios, comunicar a sua necessidade ao órgão competente; em caso de alienação onerosa, garantir o direito de preferência do Poder Público; destruir, demolir ou mutilar as coisas tombadas nem, sem prévia autorização do IPHAN; entre outras (BRASIL, 2020b).

O instituto do tombamento encontra-se positivado na Constituição Federal no art. 216, § 1º. No capítulo eu discute a cultura como direito fundamental, o texto explica que:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 2020a).

Dessa forma, o dispositivo constitucional coloca o tombamento como uma das diversas formas de garantir a preservação do patrimônio histórico-cultural de um grupo sócia. É uma das variadas formas pela qual o Poder Público irá interferir no patrimônio particular para alcançar os escopos buscados pela supremacia do interesse público sobre o privado.

O tombamento pode ser definido então, como o procedimento administrativo pelo qual o Poder Público sujeita a restrições parciais os bens de qualquer natureza cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos memoráveis da história ou por seu excepcional valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico ou artístico (DI PIETRO, 2018).

Tal mecanismo está disciplinado no Decreto Lei 25/37 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Para a normativa em questão, o tombamento será utilizado para preservação do patrimônio histórico e artístico, definido como sendo o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 2021b).

Di Pietro (2018) explica que a palavra *tombar* vem do direito português, que a usa no sentido de registrar, inventariar, inscrever nos arquivos do Reino. Assim, pelo tombamento, o Poder Público protege determinados bens, que são considerados de valor histórico ou artístico, determinando a sua inscrição nos chamados Livros do Tombo (DI PIETRO, 2018). Aliás, essa necessidade de registro no Livro de Tombo está no § 1º do art. 1º do Decreto Lei já citado. Com o tombamento o bem não deixa de ser propriedade do proprietário particular, como acontece na desapropriação, ela permanecesse no domínio privado do administrado. Dessa forma, o bem continua sendo privado, mas passa a ser de interesse público (DI PIETRO, 2018).

Nesse sentido, Carvalho (2015) explica que o tombamento, ao tornar o bem, objeto de interesse público, irá atingir o caráter absoluto da propriedade, definindo limitações ao exercício do direito à propriedade, definindo regras de forma a evitar que a destruição do bem resulte na perda do patrimônio histórico do país ou cause prejuízos a obras artísticas de valor cultural inestimável para a identidade de um povo.

A competência para *tombar* um bem é concorrente entre os entes políticos da Administração Pública, dessa forma, tanto Município como Estados e União podem *tombar* um bem que acreditem ser protegidos. A regra é de que se o bem for de interesse local será tombado pelo Município, se de interesse regional, deve sofrer tombamento efetivado pelo estado e, se de interesse nacional, o tombamento será competência da União (CARVALHO, 2015).

O processo do tombamento se inicia, em regra, com a notificação do proprietário do bem a ser tombado, para que se manifeste sobre o procedimento. Meirelles (2020) explica que por acarretar restrições ao exercício do direito de propriedade, o tombamento precisa obedecer a um processo administrativo devidamente constituído na forma da lei. Se assim não o for, tal intervenção deve ser declarada nula.

Baseado nas alegações da Administração Pública e da parte proprietária do bem, o órgão ou entidade administrativa estabelecida por cada unidade federativa irá tomar a decisão sobre a necessidade do tombamento ou não. Observa-se que há dois tipos de tombamento, o voluntário, quando o processo se dá com a anuência do proprietário e compulsório, quando se dá contrário a sua vontade (CARVALHO, 2015).

O tombamento tanto pode acarretar uma restrição individual quanto uma limitação geral. É restrição individual quando atinge determinado bem - uma casa, p. ex. -, reduzindo os direitos do proprietário ou impondo-lhe encargos; é limitação geral quando abrange uma coletividade, obrigando-a a respeitar padrões urbanísticos ou arquitetônicos, como ocorre com o tombamento de locais históricos ou paisagísticos (MEIRELLES, 2020).

Por fim, desde o início do processo do tombamento o bem passa a ter diversas restrições, que, entre outras, podem ser assim classificadas (CARVALHO, 2015):

1) Obrigações de fazer

- a. Direito de Preferência: o bem pode ser vendido, mas o particular precisa oferecê-lo inicialmente ao Poder público que deferiu o tombamento. Frisa-se que caso a Administração Pública não aceite a proposta do proprietário e o libere para alienar o bem a um terceiro, essa venda deve ser feita por proposta igual ou mais desvantajosa.
- b. Dever de Conservação: o proprietário do bem tombado deverá conservar o bem da forma como se encontra. Se o tombamento é utilizado para preservar a história do bem, fica óbvio que sua alteração não pode ser permitida.

2) Obrigações de não fazer

- a. Não destruição: o proprietário do bem tombado não pode modificá-lo e nem destruir, mutilar ou demolir o bem. Qualquer reforma a ser realizada no bem deve preceder de autorização do Poder Público, sob pena de multa.

3) Obrigação de tolerar

- a. Fiscalização: o proprietário do bem deve tolerar a fiscalização pelo Poder Público, conforme o art. 20 do Decreto Lei 25/37.

Diante disso, temos o processo de tombamento de casas em museus e ao considerar, inicialmente, que elas são de origem privada e passam, ao longo do contexto sociocultural como bens culturais, diante a relação de seus valores e representação para cultural material, estética, arquitetônica (SCARPELINE, 2012; SIQUEIRA NETO, 2014). Outro fator a ser considerado seria a da representação e memória da trajetória de pessoas que cooperaram para o bem comum é que museus construídos em torno de figuras de pessoas com grande prestígio social, político e cultural (CHAGAS, 2009; 2010).

[...] Cada pessoa deve à sociedade o conjunto das condições necessárias para a sua realização individual, não só no aspecto moral como também no material propriamente dito, porquanto depende do **patrimônio cultural** e tecnológico que não construiu, mas que simplesmente herdou (DI LORENZO, 2010, p. 132, grifo nosso).

O processo de tombamentos desses bens comuns são marcados muitas vezes como uma como um lugar de luta social e formação de uma esfera pública (MAGALHÃES; SOARES, 2017; SOUZA, 2017) para preservação da figura que deve ser preservada desses heróis populares como aponta Chagas (2010, p. 5):

[...] O passado habita a casa do presente que, por sua vez, habita a casa do futuro e reinventa a casa do passado com o companheirismo da memória, do espaço, das coisas, das imagens e das palavras. E afinal, de que são feitas as casas se não desses ingredientes regados num caldo cultural próprio e específico?

3. CAMINHO METODOLÓGICO

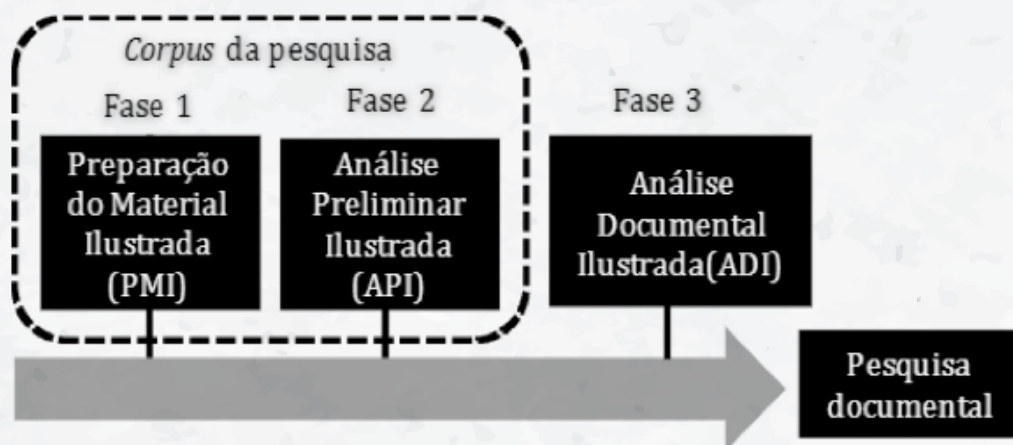
Ao buscar compreender e interpretar como ocorreu o processo de passagem de um bem privado para um bem comum, a pesquisa em desenvolvimento se caracteriza de natureza qualitativa (DENZIN; LINCOLN, 2005; FLICK, 2009). Cabe ressaltar que ao seguir pelo paradigma interpretativista, o estudo foi orientado por uma epistemologia construtivista diante da atenção para interpretação dos fatos presentes no contexto social (SACCOL, 2009).

Dentre as estratégias metodológicas qualitativas, optou-se pelo método histórico como caminho de investigação, haja vista o caráter histórico do fenômeno investigado (COSTA; BARROS ; MARTINS, 2010; COSTA; SILVA, 2019). Quanto a coleta de

dados, a técnica de documentos foi empregada, dado o fato de análise do estudo ser processo de tombamento da casa de Graciliano Ramos em Museu O corpus documental foi o processo completo de tombamento fornecido na íntegra pelo IPHAN, unidade Alagoas. O processo é composto por um conjunto de documentos oficiais como memorandos, ofícios, decretos, assim como fotografias e reportagens da época. O acesso aos documentos registrados de forma oficial possibilitaram fornecer as informações de modo seguro e garantia da confiabilidade e rigor ao estudo (CELLARD, 2008; GARCIA, et al., 2019; HELDER, 2006).

Para realização do tratamento e a interpretação dos dados coletados, foi recorrida a técnica Análise Documental (BOWEN, 2009). Silva, Emmendoefer e Cunha (2020) indicam a Análise Documental Ilustrada como proposta para pesquisas no campo da Administração Pública. A **Figura 1**, ilustra as três fases operacionais para condução da análise dos dados.

Figura 1: Fases da Pesquisa Documental



Fonte: Silva, Emmendoefer e Cunha (2020, p. 27).

A Fase 1, Preparação do Material Ilustrada (PMI), foi conduzida por meio de nove etapas: (1) reconhecimento das fontes potenciais de informação, (2) estabelecimento de critérios de busca, (3) classificação de documentos, (4) refinamento da consulta de forma densa, (5) flexibilização, (6) localização dos textos, (7) avaliação da credibilidade das fontes, (8) avaliação da representatividade e (9) compreensão e entendimento do sentido das mensagens. Ao seguir para Fase 2, Análise Preliminar Ilustrada (API), foi considerado inicialmente o (1) contexto, (2) autores, (3) autenticidade e confiabilidade das mensagens, (4) natureza da fonte e (5) conceitos-chave e lógica interna. Na Fase 3, a última, Análise Documental Ilustrada (ADI), tivemos a análise de cunho interpretativo na interlocução entre o corpus da pesquisa, o aporte teórico e objeto de investigação para

(1) menção dos fatos, (2) interpretação das mensagens, (3) sintetização das informações,

(4) tendência da síntese das mensagens, (5) inferências dos resultados, (6) articulação teórica para compreensão do fenômeno investigado.

Ao detalhar essas fases da análise da pesquisa documental proposta por Silva, Emmendoefer e Cunha (2020), temos a confiabilidade e o rigor necessário para realização do estudo que segue no tópico a seguir com a apresentação e discussão dos resultados.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer (RAMOS, 2015).

A citação descrita acima sem encontra no livro de Linhas Tortas do romancista alagoano Graciliano Ramos. Nela, são grifadas trechos que representam a figura do escritor e sua relação intrínseca com as palavras, com a descrição densa e suas raízes culturais.

Conhecidos por seus romances, como *Vidas Secas*, *São Bernardo*, *Angústia*, *Caetés*, Graciliano Ramos atuou também na política, onde até chegou a ser preso por sua postura política. Ele, inclusive, foi prefeito de Palmeiras dos Índios-AL, sua cidade natal. Grande parte de suas obras, descrevem locais e histórias vivenciadas na cidade e hoje sua casa se tornou museu e é abrigo de um acervo pessoal do autor composto por artefatos pessoais, como fotos, originais de algumas obras, roupas, máquina de escrever etc.

Dado a sua vida política e cultural, sua casa passou pelo processo de tombamento como patrimônio histórico para preservação de sua memória, diante dos conflitos para demolição da casa, que a prefeitura municipal passou em 1963 a proteger o imóvel.iii

Figura 2: Fachada da Casa Museu Graciliano Ramos



Fonte: TV Brasil.^{iv}

Com base no processo de tombamento de bem privado para um o patrimônio cultural, como um bem comum, a formação de uma esfera pública em meio a disputa de grupos sociais, econômicos e políticos com uso da racionalidade comunicativa em torno deste bem comum. Leff (2006) ressalta pela necessidade do sujeito (aqui na figura de Graciliano Ramos), tenha alteridade, empatia pelo outro, o que leva ao princípio de Outridade de Emanuel Levinas. Com isso, a constituição dos saberes ocorre de forma dialógica, ao passo que o sujeito se reconhece como a tal, a partir da necessidade de se encontrar com o outro, com a cultura de seu povo, daí o fato de preservar a memória do bem comum.

Contudo, na casa onde viveu em Palmeiras dos Índios, temos que “[...] *acossado pelas necessidades de dinheiro, o escritor achou-se na contingência de vendê-la. E o novo proprietário, há três anos, resolveu fazer uma reforma, isto é, substituir a construção por outra que lhe dê melhor rendimento comercial* (PROCESSO DE TOMBAMENTO DA CASA MUSEU GRACILIANO RAMOS, p. 9).

Com isso, deu-se início um embate em torno do conflito entre demolição ou tombamento ganhou manchetes de jornais e forte articulação no cenário político e cultural que passou das fronteiras locais da cidade de Palmeira dos Índios, ao cenário estadual, regional (com destaque para Pernambuco) e nacional, pois o processo do tombamento da casa para museu foi marcada por diversos conflitos de interesses entre o proprietário, políticos locais e grupos culturais, amigos e admiradores, muitos, por sua vez, jornalistas e políticos de outras localidades do Brasil.

O trecho da reportagem veiculada pelo jornal “Correio da Manhã” em 07/12/1961 destaca o caso:

[...] Sem embargo, a partir de 1959, concebeu alguém a lamentável idéia de demolir a casa, a fim de possibilitar o prolongamento de uma avenida que só faz atentar contra a estética da cidade. [...] Fui à Maceió, articulei-me com o jornalista Arnaldo Jambo, esclarecido diretor do “associado” local, e com os acadêmicos Carlos Moliterno e Mendonça Junior, promovendo com esses ilustres alagoanos uma campanha destinada a desapropriar a casa, instalando-se nela um pequeno museu. [...] Tomando conhecimento dessa iniciativa, o grande poeta Mauro

Mota, membro da Academia Pernambucana de Letras e redator-chefe do DIÁRIO DE PERNAMBUCO, bateu-se, dentro e fora do seu Estado, para que a nossa justa pretensão fosse atendida. Mas nada adiantou. Embora desapropriada por uma lei votada pela Assembléia Legislativa de Alagoas, o governo quebrou um pau no ouvido, alegando carência de meios financeiros. [...] É possível que o governo do meu Estado esteja com a razão, ainda que para tanto tivesse que gastar uma ninharia. [...] “Foi patético – escreve o correspondente do “Diário de Pernambuco, do Recife –“ a cena provida, na rua general Gabino, pelo jornalista Valdemar Lima. Já com os operários e o material defronte da casa, só faltou ajoelhar-se aos pés do proprietário para que não fizesse aquilo. Que ao menos esperasse um pouco mais. Obteve o adiamento. E aproveitou para dirigir sucessivos apelos aos governantes do município e do Estado, a favor da aquisição do imóvel, sem nada conseguir. **Agora veio o ultimato: a compra até 15 janeiro próximo ou a demolição**”. O decano da imprensa latino-americana, em sua edição de 20 de novembro último, escreveu editorial, fazendo insistente apelo ao governador de Alagoas, senhor Luiz Cavalcanti, que acaba de criar um Departamento Estadual de Cultura, para melhor assistência aos problemas culturais de seu Estado, a fim de que não permita que venha a se consumir a ameaça fatal contida no ultimato sobre a demolição da casa em que viveu e escreve tantos livros o hoje consagrado romancista de “Angústia”, “Vidas Secas” e não menos clássico escritor das “Memórias do Cárcere” (PROCESSO DE TOMBAMENTO DA CASA MUSEU GRACILIANO RAMOS, p. 10, grifo nosso).

A partir desses trechos, depreende-se a formação de uma esfera pública para defesa e luta de um bem comum, que mediante articulações sociais e políticas dos atores sociais envolvidos no embate entre a demolição da casa ou o processo de tombamento para casa passar a ser um lugar de memória da figura ilustre que ali viveu (CHAGAS, 2010; MAGALHÃES; SOARES, 2017; SCARPELINE, 2012; SOUZA, 2017).

Nesse período, estava na iminência da criação do Departamento Estadual de Cultura, Governador Luiz Cavalcanti, O poeta Mauro Mota faz publica carta aberta em coluna de jornais, na qual é destacado o trecho abaixo:

[...] Uma administração pública, consciente dos valores regionais e brasileiros, não vai cruzar os braços em face desse dilema. Graciliano Ramos – seria ainda necessário repeti-lo? – foi um grande romancista alagoano e brasileiro que fêz de Alagoas a ambiência de seus livros. Defender o local onde os escreveu e viveu, seria uma prova de respeito à sua memória, de reconhecimento a uma personalidade literária que marcou uma época e uma das culminâncias de ficção nacional. [...] Estamos certos da concordância do governador Luiz Cavalcanti com esta sugestão: a de amanhã mesmo, no começo do expediente, chamar o Secretário da Justiça e mandar lavrar o decreto de desapropriação do prédio. Em seguida, determinar ao Secretário da Educação e Cultura, fotografia, livros, originais, tudo quanto pertenceu ao autor de “Angústia” e se for possível ainda reunir para lembra-lo às atuais e futuras gerações (PROCESSO DE TOMBAMENTO DA CASA MUSEU GRACILIANO RAMOS, p. 10, grifo nosso).

A casa é reconhecida como um bem comum, como lugar de memória da pessoa que foi Graciliano Ramos (DI LORENZO, 10; SIQUEIRA NETO, 2014) Pois ainda segundo pedido do poeta Mauro Mota “[...] Seria monstruoso despejar Graciliano Ramos, depois de morto, de sua casa e de sua cidade. Ele terá de permanecer em Palmeira dos Índios, onde foi inclusive prefeito, e onde escreveu o famoso relatório que significou o início de sua admirável carreira. A mediação foi ferrenha a notícia “ Tombamento para casa de Graciliano Ramos em Palmeiras dos Índios da Revista “Leitura” de 1961:

[...] A revista *Leitura*, que sempre teve, enquanto viveu, no mestre “Graça” um dos seus mais assíduos colaboradores, associa-se à imprensa alagoana, e particularmente ao “*Jornal de Alagoas*” e ao decano da imprensa brasileira, o

“*Diário de Pernambuco*”, pedindo insistentemente ao governo da União não permita que seja destruída a casa do grande romancista, mas, ao contrário, como pretendem seus conterrâneos, discípulos, amigos e leitores, seja conserva e nela instalado o “*Museu Graciliano Ramos*”, reunindo o precioso acervo literário, epistolar e iconográfico. [...] o sr. Ministro da Educação e Cultura, professor Oliveira Brito, não deve permitir que se consuma tal atentado às nossas tradições culturais de nação civilizada, menosprezando, tão irresponsavelmente, os sentimentos de gratidão de nosso povo pelas grandes figuras do nosso passado cultural, literário, científico e artístico. [...] LEITURA contratula-se com o jornalista Valdemar de Souza Lima, aplaudindo e estimulando a sua decidida atitude na defesa do patrimônio histórico e cultural de nosso país em que implica, em última análise, o seu nobre gesto. E prontifica-se está revista a liderar em todo o Brasil o movimento de repulsa ao impensado de um proprietário ambicioso e desinteressado da preservação do nosso patrimônio cultural, associando-se a todos aqueles que lutam pela instalação na cidade natal do grande escritor, do “*Museu Graciliano Ramos*”, e ajudando o movimento em prol da reunião de um valioso acervo literário que o enriquecerá: correspondência, documentação iconográfica, escritos não reunidos ainda em volumes etc.(PROCESSO DE TOMBAMENTO DA CASA MUSEU GRACILIANO RAMOS, p. 12, grifo nosso).

Nota-se que os pedidos de apoio são postos de forma evocativa e direta aos responsáveis políticos, além do uso de imperativo para ações contrárias a demolição da casa. Diante disso, depreende-se que a constituição de um patrimônio cultural é fundamentada por meio da racionalidade comunicativa, por estar direcionada ao diálogo e pela busca a um consenso (HABEMAS, 2003; 2012). O relatório e voto de Manuel Bandeira, em 30 de outubro de 1964 é destacado a seguir:

[...] Sou, em princípio, contrário ao tombamento de casas vinculadas a personalidades, porque a preservação desses lugares quase sempre resulta meio falsa e melancólica. E ainda porque as personalidades são tantas que se teria de criar uma secção especial no DPHAN para tal fim. [...] Verifica-se porém que no caso em apreço, a casa está ameaçada apenas pelo “urbanismo” municipal. Na minha qualidade de urbanista honorário, e tendo na lembrança a figura singular do homem, concordo com a inscrição solicitada (PROCESSO DE TOMBAMENTO DA CASA MUSEU GRACILIANO RAMOS, p. 15, grifo nosso).

A compreensão da formação e manutenção do patrimônio cultural no agir comunicativo (HABEMAS, 2003; 2012) permite uma reflexão sobre as sensações da interação entre de como as práticas sociais implicam na produção e reprodução desses processos sociais que passam a ter significados e identidade cultural organizacional nos espaços urbanos como no caso investigado (CARVALHO, 2015; MEIRELLES, 2020).

A casa da Rua Gabine Besouro, nº 12 em Palmeiras dos Índios, Estado de Alagoas, pertenceu ao grande romancista Graciliano Ramos, que nela viveu durante muitos anos, tendo nela escrito o famoso relatório mandado ao Governador do Estado e o romance *Caetés*. Essa casa foi vendida pelo escritor antes de êle se mudar para o Rio de Janeiro. [...] A partir de 1959 alguém, segundo informou ao Diretor do DPHAN e jornalista palmeirense Valdemar de Souza Lima, concebeu a idéia de se demolir a casa para prolongamento de uma avenida da cidade. Logo se formou em Palmeiras dos Índios, com repercussão dentro e fora do Estado, uma corrente de opinião contra a idéia de se demolir a casa, que,

embora sem interesse arquitetônico, apresenta alto interesse histórico, dado o prestígio do nome de Graciliano Ramos no quadro da literatura brasileira. [...] Pediu-se ao DPHAN o tombamento da casa. Pela medida opinaram os técnicos desta repartição. Muito significativo é o parecer do arquiteto Lúcio Costa, Diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos, pois sendo, em princípio, contrário ao tombamento de casas vinculadas a personalidades, todavia concordou com o tombamento no caso em apreço, tendo em lembrança a figura singular do homem e escritor que foi Graciliano Ramos. Realmente singular da figura do romancista de Caetés, São Bernardo, Angústia, e Vidas Sêcas, do memoriata de Memórias de Cárcere, e justifica-se plenamente a medida preservadora da casa em que ele viveu na sua cidade natal. De acordo opinou igualmente o Diretor do DPHAN no despacho conclusivo do processo. Assim quê, voto pelo tombamento (PROCESSO DE TOMBAMENTO DA CASA MUSEU GRACILIANO RAMOS, p. 17, grifo nosso).

Partindo disso, compreende-se o patrimônio cultural como um bem comum, como um espaço de interação social, bem como esfera pública diante da forma complexa de interação e fragmentação de símbolos produzidos e reproduzidos na pluralidade de quem usufrui desse espaço cultural.

A organização de um equipamento cultural para gestão algo complexo, um espaço organizado em constante processo de atividade dinâmica. Podemos ainda, passar a ver um patrimônio cultural como um espaço de grande contribuição para análise da sociabilidade e cooperação, pois desencadeia em um constante processo de interação social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de compreender o desdobramento do processo de como um bem privado se torna um bem como a partir do entendimento de patrimônio cultural como bem comum, a pesquisa fez uma análise interpretativa do processo de tombamento da Casa Museu Graciliano Ramos, localizado na cidade de Palmeiras dos Índios-AL.

Com base nos pressupostos teóricos da TAC da articulação com os aspectos jurídicos do processo tombamento de patrimônio cultural no Brasil, os resultados do trabalho indicaram a formação de uma esfera pública para defesa e reconhecimento de um bem comum. A casa se tornou museu que pode ser considerada como um lugar de luta social (MAGALHÃES; SOARES, 2017; SOUZA, 2017); como lugar de memória (CHAGAS, 2010; SCARPELINE, 2012; SIQUEIRA NETO, 2014).

O caso ilustrado revela a participação da sociedade na construção das gestão de políticas públicas culturais. Considera-se como relevante o caminho metodológico seguido pelo método histórico e análise documental ilustrada como aspectos relevantes para condução do estudo. Para tanto, como agenda futura de estudo, se faz necessário que novos caminhos a percorrer em estudos que problematizem as ressignificações de espaço e tempo nas interações sociais cotidianas presentes nesses lugares.

Estudos em torno da gestão de equipamentos culturais ainda são incipientes, constatado o a relevância social e cultural dos equipamentos culturais (SANTOS; DAVEL, 2018a). Um caminho possível para rever essa lacuna, que os estudos futuros seguissem pela perspectiva da Gestão Social de bens culturais, haja vista que há o incentivo e estímulo da participação dos cidadãos na preservação e legitimação dos bens culturais da sociedade, na participação da sociedade na construção das políticas públicas culturais.

REFERÊNCIAS

BOSCO, E. Habermas e a esfera pública: anotações sobre a trajetória de um conceito. SINAIS, v. 21, n. 2, p. 183-210, 2017.

BOWEN, G. A. Document Analysis as a Qualitative Research Method. Qualitative Research Journal, v. 9, n. 2, p. 27-40, 2009. DOI: <https://doi.org/10.3316/QRJ0902027>

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em jan. 2020a.

Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em < http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf> Acesso em jan. 2020b.

, DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm > Acesso em fev. 2021b.

CALHOUN, C. Habermas and the public sphere. Cambridge: MIT Press, 1992.

CARVALHO, M. Manual de Direito Administrativo. 2ª edição revista, ampliada e atualizada, Salvador: Juspodivm, 2015

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAGAS, M. A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Minc/IBRAM, 2009.

CHAGAS, M. A poética das casas museus de heróis populares. Mosaico, v. 4, p. 1-1, 2011.

COELHO, T. Dicionário crítico de política cultural. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COSTA, A. S. M.; BARROS, D. F.; MARTINS, P. E. M. Perspectiva histórica em administração: novos objetos , novos problemas, novas abordagens. Revista de Administração de Empresas, v. 50, n. 3, p. 288-299, 2010.

COSTA, A. S. M.; SILVA, M. A. C. A Pesquisa Histórica em Administração: uma Proposta para Práticas de Pesquisa. Administração: Ensino e Pesquisa, v. 20, n. 1, p. 1-20, 2019.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: the discipline and practice of qualitative

research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Handbook of qualitative research. 3. ed.

Thousand Oaks: Sage Publications, 2005.

DI LORENZO, W. G. Teoria do Estado de Solidariedade: da dignidade da pessoa humana aos princípios corolários. Rio de Janeiro, Elsevier, 2010.160p.

DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 31ª ed. revista, atualizada e ampliada, São Paulo: Atlas, 2018.

- FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, C. (Ed). Habermas and the public sphere. Cambridge: MIT Press, 1992, p. 107-142.
- GARCIA, A. S.; PEREIRA, J. R.; ALCÂNTARA, V. C.; PRADO, J. W. Produção Científica sobre Esfera Pública: um Estudo Bibliométrico em Múltiplas Áreas do Conhecimento (1970-2015). Administração Pública e Gestão Social, v. 11, n. 1, p. 2-15, 2019.
- HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HABERMAS, J. Teoria do Agir Comunicativo 1: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2012. 704p.
- HELDER, R. R. Como fazer análise documental. Porto, Universidade de Algarve, 2006.
- HOWHENDAHL, P. The public sphere: models and boundaries. In: CALHOUN, C. (Ed.). Habermas and the public sphere. Cambridge: MIT Press, 1992.
- LEFF, E. Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006. 555p.
- LOSEKANN, C. A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro. Pensamento Plural, v. 04, n. 2, p. 37-57, 2009.
- MAGALHÃES, A. F.; SOARES, E. M. A. S. . O Patrimônio Cultural como lugar PATRIMÔNIO CULTURAL COMO ?LUGAR? DE LUTA SOCIAL: AÇÕES
- COLETIVAS EM SUA PRESERVAÇÃO. In: 5º Arquimemória: International Meeting on Conservation of Built Heritage, 2017, Salvador.
- MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro. 44ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.
- RAMOS, G. Linhas Tortas. Record: São Paulo, 2015.
- SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em Administração. Revista de Administração da UFSM, v. 2, n. 2, art. 6, p. 250-269, 2009.
- SANTOS, F. P.; DAVEL, E. Gestão de Equipamentos Culturais com base na Identidade Territorial. Gestão & Conexões, v. 7, n. 2, p. 7-42, 2018a.
- SANTOS, F. P.; DAVEL, E. Gestão de Equipamentos Culturais e Identidade Territorial: Potencialidades e Desafios. Pensamento & Realidade, v. 33, n. 1, p. 109- 134, 2018b.
- SCARPELINE, R. Lugar de morada versus lugar de memória: a construção museológica de uma Casa Museu. Revista Musear, v.1, n. 1, p. 77-91, 2012.

SENNETT, R. Juntos: os Rituais, os Prazeres e a Política da Cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2013, 377p.

SIQUEIRA NETO, M. Uma casa para lembrar: memória e silêncio na preservação da Casa-museu Mestre Vitalino. In: Átila TOLENTINO, A.; BRAGA, E; MORAES, C. G.; SIQUEIRA NETO, M. (OrgS.). Educação Patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade. 1ed. João Pessoa: IPHAN, 2014, v. 1, p. 81-89.

SILVA, J. L.; EMMENDOERFER, M. L.; CUNHA, N. R. S. Análise Documental

Ilustrada em Administração Pública: Uma Proposta Operacional (Re)Aplicável. Teoria e Prática em Administração, v. 10, n. 2, p. 23-41, 2020.

SOUZA, M. R. O. Museu do Maracatu do Ceará como instrumento no processo de patrimonialização dos Maracatus de Fortaleza. Revista Memorare, v. 4, n. 1, p. 165- 189, 2017.

i Ver Artigo 216 da Constituição Federal de 1988. Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf>. Acesso em: 25 de jun. de 2019.

ii<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1837>> Acesso em: 20 de jun de 2018.

iii Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br/al/noticias/detalhes/4259/restauracao-da-casa-museu-graciliano-ramos-sera-iniciada>> Acesso em 25 de jun. de 2019.

iv Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/conhecendomuseus/episodio/casa-museu-graciliano-ramos>> Acesso em 25 de jun. de 2019.



ENAPEGS

ON LINE **2021**
24 A 27 DE MAIO

ORGANIZAÇÃO



APOIO



IABS

